PASCAL BERNARDIN

O IMPÉRIO ECOLÓGICO

ou A subversão da ecologia pelo globalismo





DO MESMO AUTOR DE
Maquiavel pedagogo

PASCAL BERNARDIN

O IMPÉRIO ECOLÓGICO

ou A subversão da ecologia pelo globalismo





DO MESMO AUTOR DE
Maquiavel pedagogo

PASCAL BERNARDIN

O IMPÉRIO ECOLÓGICO

ou A subversão da ecologia pelo globalismo

Tradução de Diogo Chiuso e Felipe Lesage



SUMÁRIO

“Não transformaremos o mundo
com a bomba atômica, mas
com algo que o Ocidente não
compreende: nossas idéias”.
(Vichinsky)

INTRODUÇÃO

Nossa época pós-cristã, que parece haver esquecido até mesmo o nome de Deus, não ignora entretanto certa sacralidade. As maravilhas da natureza nos atraem de forma inesperada, e qualquer universo mental hermeticamente fechado se rompe bruscamente diante do espetáculo da abóboda celeste, do oceano ou dos cumes montanhosos. Ao reportar a natureza a seu Criador, ou ao perceber que ele mesmo não está acima dessa mesma natureza, o homem vê seu orgulho ferido contra a majestade do universo. Diante do mistério da criação, cada um de nós volta a ser a criança a despertar para o mundo, a criança que nunca deixamos de ser. O Pai celeste se faz conhecer por meio do que foi feito (Rm 1, 20). O livro da natureza é exposto pelo Criador – em seguida Ele nos guia até o ser, abre-nos à metafísica, introduz-nos à causalidade e à finalidade. As criaturas manifestam a sabedoria, o poder e a bondade divinos;[1] nossos conhecimentos e conceitos provêm todos daí. “*Eles não entendem os atos de Javé, nem as obras de suas mãos. Que ele os arrase e não os reconstrua!*” (Sl 28, 5).

O respeito pela natureza forma assim um alicerce intelectual e emocional sobre o qual todos podem se basear: tanto o crente, respeitoso à obra divina, quanto o descrente, tomado pela majestade e beleza da natureza. Necessidade filosófica e religiosa para o homem de fé, necessidade concreta e racional para os outros, vítimas da poluição e da degradação do meio ambiente.

Entretanto o discurso ecológico, apoiado sobre tais instituições, veicula certos traços revolucionários que são obviamente mais preocupantes. Ademais, parece que todos os partidos políticos têm pressa de “reciclar” as idéias ecológicas, e tem-se formado um *pensamento ecológico único* do qual ninguém se dá conta, e o qual tampouco ninguém contesta. Um discurso onipresente monopoliza as mídias, lugar do pensamento público, e uma nova ideologia parece estar emergindo. Pouco a pouco, acobertados por um discurso de proteção à natureza, todos os setores da sociedade vêem impor-se um controle indireto: a economia primeiramente, que é submetida a restrições sem correspondência com os benefícios esperados em matéria de saúde; as mídias, sempre preocupadas em fazer ecoar os movimentos da sociedade, de amplificá-los ou criá-los; e em seguida a educação, o lazer, os transportes etc… Não estaríamos nós em presença de um discurso totalitário mascarado, cujas potencialidades revolucionárias foram gravemente subestimadas? Não estaríamos testemunhando a

subversão da verdadeira ecologia, aquela que é respeito pela obra do Criador?

Maquiavel pedagogo, ou A ministério da reforma psicológica[2] detalha a revolução pedagógica que se desdobra hoje sobre o planeta. Apoiando-se principalmente em publicações oficiais de organizações internacionais, essa obra mostra que o objetivo dos sistemas educativos atuais não é mais o de prover uma formação intelectual, mas de **modificar os valores, atitudes e comportamentos,** de proceder a uma revolução psicológica, ética e cultural. Para tanto, são utilizadas técnicas de manipulação psicológica e sociológica.

Este processo, manifestamente revolucionário e totalitário, não encontra nenhuma resistência entre as elites, pertençam elas à direita ou à esquerda. Concebido e conduzido por instituições internacionais, ele envolve o conjunto do planeta e muito raros são os países livres dele. Ele se inscreve no projeto globalista de tomada do poder em escala global pelas organizações internacionais. Sob essa perspectiva, os diversos governos nacionais serão apenas – se já não o são – executantes encarregados de aplicar as **diretivas delimitadas** em escala mundial e adaptá-las às condições locais, as quais, ademais, também se tenta uniformizar.

Os documentos presentes em *Maquiavel pedagogo* não deixam nenhuma dúvida quanto ao aspecto globalizante e

revolucionário da reforma psicológica. O formidável potencial subversivo desse processo bastaria a si mesmo para assegurar o sucesso da Revolução em uma ou duas gerações.

A natureza real da Nova Ordem Mundial deverá ser reexaminada com o maior cuidado. Será particularmente necessário determinar por que e como tal política continua a ser conduzida já que o comunismo oficialmente desapareceu. O que é o globalismo? Considera-se em geral que a instauração da Nova Ordem Mundial marca o triunfo absoluto do liberalismo, ou mesmo do ultraliberalismo, sobre seu inimigo, o comunismo. Precisaremos reexaminar esse postulado com a maior atenção para determinar exatamente a extensão e influência da Revolução sobre o globalismo.

Maquiavel pedagogo estabelece de maneira segura que a Revolução segue seu curso atualmente, que seja pela simples via do sistema educativo. Ora, as técnicas de manipulação psicológica e sociológica descritas nessa obra só puderam ser difundidas no sistema educativo mundial após um longo trabalho, cuidadosamente planejado e rigorosamente executado. Não se trata, de maneira alguma, de um fenômeno espontâneo, e os textos produzidos provam-no à exaustão. É portanto certo que antes da *perestroika* os comunistas haviam criado as estruturas nacionais e internacionais capazes de permitir à Revolução sua continuidade por meios menos visíveis

que os utilizados na sua fase bolchevique. Uma outra questão importante surge, então, imediatamente: seria possível que essa estratégia tenha sido aplicada também em outros campos? Ou, então, o que é verdadeiramente a *perestroika*? Um real colapso do sistema comunista, sob a pressão de suas "contradições internas", ou uma incrível inversão estratégia elaborada cuidadosamente durante muitas décadas e executada magistralmente?

Essas perguntas nos conduzem à questão da convergência entre capitalismo e comunismo, da qual tanto se tratou antes da *perestroika*. Como os comunistas asseguraram a perenidade da Revolução no contexto dessa convergência, que pareceu realizar-se em benefício exclusivo do capitalismo? E qual é o objetivo real desses agentes? O surgimento do globalismo capitalista, tal como parece emergir atualmente? Ou, num primeiro momento, a criação de órgãos de governo mundiais que só revelarão sua verdadeira natureza uma vez que seus poderes estejam definitivamente assegurados?

Essas questões são infelizmente muito reais e atuais, e nosso trabalho precedente, que expõe um programa de lavagem cerebral mundial, lembra-nos que essas dúvidas não devem ser omitidas. Mas não podemos pretender resolvê-las no contexto da presente obra. Será necessário antes proceder com uma exposição preliminar das políticas religiosa, financeira, econômica, comercial, midiática, cultural, familiar etc… Com efeito, em todas

essas áreas, e ainda em muitas outras, as organizações internacionais seguem políticas revolucionárias que deveriam ser denunciadas e cujo conhecimento é necessário para uma apreciação exata da situação política internacional. Abordaremos as questões precedentes, portanto, apenas pelo viés da política ecológica. Esta perspectiva limitada, que não seria capaz de substituir uma exposição geral da política globalista, revelará no entanto uma paisagem revolucionária insuspeita.

A problemática precedente pode, de igual forma, ser formulada partindo-se da constatação dos fatos. Qualquer que seja o julgamento que portemos sobre a *perestroika*, é forçoso constatar que ela modificou fundamentalmente a situação geopolítica e que o Império universal se edifica sobre os escombros da guerra fria. Ora, os soviéticos, que preparavam a *perestroika* desde há muitas décadas, não puderam evitar se interessar pela *ideologia* que edificaria tal Império. A questão é pertinente ainda nos dias de hoje. A desaparição do bloco do Leste criou um vazio ideológico e psicológico que se propagou pelo Ocidente, agora privado do *inimigo* externo, causa primeira do consenso social que assegurava sua estabilidade política.

A nova ideologia deverá fornecer um “princípio central e unificador” em torno do qual a sociedade mundial poderá se construir e se definir. Esse princípio deverá formá-la por inteiro, permiti-la definir tanto os objetivos sociais quanto as normas de comportamento individual,

ser aceito pelos povos do Ocidente e do Oriente, do Norte e do Sul. Ele deverá evitar confrontar qualquer sensibilidade religiosa ou “filosófica”, mas, ao contrário, fazer avançar a causa sincretista e a aparição de uma religião mundial. Esse princípio deverá também permitir ao poder mundial intervir, diretamente ou não, em todos os setores da sociedade. Será necessário realizar, na medida do possível, a síntese entre o dinamismo econômico do liberalismo e o poderoso controle exercido pelo Estado comunista sobre a sociedade. Ele deverá permitir a instauração de um governo mundial. A Nova Ordem Mundial, que, por definição, buscará exercer um totalitarismo global, proibirá portanto, tanto quanto lhe seja possível, o uso do confronto direto. Buscando reunir o maior efetivo possível e evitar a divisão bipolar da Guerra Fria, ela não poderá (em longo prazo) designar um inimigo interno. Será necessário igualmente seduzir os inimigos do globalismo, ou ao menos dividi-los. Em resumo, esse princípio deverá permitir que se defina uma *nova civilização* e adaptá-la em todas as dimensões: ideológica antes de tudo, a seguir religiosa, ética, demográfica, política, econômica etc…

A nova ideologia deverá também aproveitar as lições da experiência soviética. O uso da restrição e da repressão, simbolizado pelo KGB, pelos Gulags e o Plano Qüinqüenal, deverá ser abandonado ou reduzido e transformado. A repressão será substituída pela *incitação*,

pelas técnicas de controle *não-aversivas*. O *caos* aparente que daí resultará deverá ser controlado em se sistematizando os modos de governo utilizados nas democracias ocidentais. A nova ideologia deverá igualmente deixar aos escalões inferiores do poder (Europa, nações, regiões etc.) uma ampla autonomia para não provocar a desunião dos povos e das elites, mas antes um colapso do centro supremo, incapaz, como fora o caso na URSS, de gerir o mais mínimo detalhe que fosse. Para conseguir tal feito, as organizações internacionais privilegiarão – e já o privilegiam – a abordagem *sistêmica*.

Enfim, última, mas não menos importante exigência, será necessário satisfazer as elites maçônicas e católicas, judias e muçulmanas, os capitalistas e os "ex"-comunistas, os fabianos e os bolcheviques, Bayrou e Douste-Blazy. A presente obra mostrará que a ideologia ecológica preenche todas essas condições sem nenhuma exceção. Ela visa a provocar uma *mudança de paradigma* (idêntica àquela apregoada pela Nova Era), uma modificação do conceito de Deus, do homem e do mundo com conseqüências inestimáveis. Assim, colapsa a concepção cristã do homem, criado por Deus e colocado ao centro da Terra, substituída pela perspectiva holística que nos quer o produto – mal – da evolução, o ápice da cadeia evolutiva. Sob essa perspectiva, somente a totalidade importa, somente o universo deve ser

considerado. A Criação é portanto sacralizada, sem referência ao Criador. A ecologia, o respeito pela Criação, obra de Deus, é subvertida e veicula uma concepção pagã e revolucionária da natureza. O homem, e ainda mais o indivíduo, apaga-se diante dos imperativos da "gestão sustentável" do planeta. De tal modo a antropologia cristã, norma cultural e social que subsiste ainda, ao menos inconscientemente, nos espíritos, desaparece, e a *civilização global* pode ser edificada. Seu *princípio organizacional* será a proteção da natureza, ou, mais ainda, o respeito e amor a ela. A perspectiva holística, a mudança de paradigma propagada pela Nova Era, por conseguinte, veiculadas pela maior parte da ecologia contemporânea não são, finalmente, mais que uma formulação modernizada do eterno paganismo. As conseqüências religiosas, espirituais e éticas dessa revolução, desse retorno à "origem", são imediatas. Essa revolução cultural convoca uma nova civilização, arrasta consigo toda a sociedade e alcança com elegância todos os objetivos previamente definidos. O discurso midiático transforma as questões ecológicas em *problemas globais e sistêmicos* que, assim dizem, não podem ser resolvidos senão em escala global, e portanto por um governo global. Tendo a peste humana invadido a totalidade do planeta, a demografia deve ser severamente controlada. As atividades econômicas, que pesam sobre o

ecossistema terrestre, devem ser submetidas à regulamentação.

Assim instaura-se um discurso poderoso, ou ao menos midiaticamente forte, exalando bons sentimentos, nobres intenções, ideais elevados, apelos à sentimentalidade, às emoções e ao irracional e repleto de boas intenções. A primeira parte da presente obra expõe as concepções ideológicas e políticas que o inspiram. Não as reexporemos por completo, é claro, e estas primeiras páginas visam somente a mostrar como elas vêm a formar uma ideologia globalista.

A segunda parte deste trabalho aborda as questões científicas que fundam a retórica ecológica: buraco na camada de ozônio, efeito estufa, redução da biodiversidade, esgotamento de recursos naturais. Veremos que cada um desses problemas foi grosseiramente exagerado para transformar uma questão menor, de influência insignificante, negligenciável, em uma temível arma midiática, num elemento central de um discurso totalitário que recorre a fortes componentes simbólicos e emocionais. Essa segunda parte requer poucas noções científicas. Os poucos termos com os quais os leitores poderiam ter problemas são explicados ou utilizados não mais que uma ou duas vezes. O essencial dessa parte é portanto acessível a todo leitor, contanto que ele não se deixe desestimular por umas poucas palavras desconhecidas.

A terceira parte expõe as conseqüências da revolução ecológica desde já almejadas e pesquisadas pelas principais instituições internacionais: conseqüências ideológicas, religiosas, éticas, políticas, econômicas, demográficas etc…

A revolução ecológica em curso efetua a síntese entre o liberalismo, o comunismo e o "humanismo" maçônico que encontra sua fonte nos mistérios antigos e no culto à natureza. Ela permite que se lance um olhar novo sobre os dois fenômenos políticos mais importantes deste fim de século: a desaparição do comunismo e a emergência da Nova Ordem Mundial. Ela se define como a convergência das forças revolucionárias anticristãs, que tomam de assalto o último bastião legado pela cristandade: a concepção inconsciente de Deus, do homem e do mundo que define implicitamente nosso quadro intelectual. Mais fortemente ainda que a revolução copernicana, essa mudança de paradigma traria conseqüências inestimáveis. A antropologia cristã obstava-se às tendências totalitárias de Estado que, por definição, a perspectiva holística exalta. O totalitarismo se instaurará portanto em todas as suas dimensões: primeiramente em sua dimensão religiosa, em seguida em suas dimensões política e social. A destruição da antropologia cristã acrescentará ainda um outro obstáculo fundamental à busca da verdadeira fé: a perspectiva cristã tornar-se-á *estrangeira* às gerações futuras. A destruição

do comunismo e a aparição da Nova Ordem Mundial marcam portanto o surgimento de um totalitarismo planetário inédito, que se utilizará, no entanto, de muitos conceitos pagãos. Trata-se de um episódio importante da guerra religiosa que o paganismo trava com o cristianismo desde sua aparição.



As organizações internacionais se abrigam, freqüentemente, por trás de reservas do tipo: "as opiniões expressas no presente estudo são as do autor e não refletem necessariamente a visão da Organização X". Se essa ressalva é verdadeira, *stricto sensu*, é preciso entretanto levar em consideração que a organização internacional editora julgou as opiniões suficientemente próximas às suas para não apenas não censurá-las, mas também certificar-se quanto a sua difusão e publicação. Assim como as mídias, as organizações internacionais exercem sua influência não tanto pelas idéias que defendem, mas pelos autores aos quais elas concedem a palavra e as teses que eles difundem, assim, sob sua (delas) autoridade. Ademais, os textos que reproduziremos aqui são todos representativos das idéias que circulam nos meios globalistas.

---

1. Santo Tomás, *Suma contra os gentios*, II, ch. 1-4.
2. Pascal Bernardin, *Maquiavel pedagogo, ou A ministério da reforma psicológica*, Campinas, SP: Vide Editorial – 2013 (Pascal Bernardin. *Machiavel*

pédagogue ou le ministère de la reforme psychologique, Drap, Editions Notre-Dame des Grâces, 1995).

Primeira parte

A melhor tirania possível

ou

A Cidade do diabo

CAPÍTULO I

O GLOBALISMO

Quando se completarem os mil anos, Satanás será solto da prisão do Abismo. / Ele vai sair e seduzir as nações dos quatro cantos da terra, Gog e Magog, reunindo-os para o combate. O número deles é como a areia do mar. Eles se espalharam por toda a terra e cercaram o acampamento dos santos e a Cidade amada. (Ap 20, 7-9) [3]

Num passado ainda recente, convencionou-se que a resposta a qualquer discussão sobre o tema do globalismo deveria ser a tomada de um ar entendido e condenatório ou um silêncio condescendente e gozador. As pessoas sérias não se ocupavam de tais idiotices.[4] Desde a proclamação oficial da Nova Ordem Mundial pelo presidente Bush, a situação evoluiu pouco, mas aqueles mesmos que pensavam – ou fingiam – ser impossível a instauração da Nova Ordem Mundial esforçam-se, hoje, para minimizar sua importância.[5]

Um texto recente, intitulado *Nossa vizinhança global, Relatório da Comissão sobre a governança global*,[6] publicado em 1995 pelas editoras da universidade de Oxford e que será apresentado mais tarde, encerra definitivamente o debate: o globalismo reivindica abertamente um poder totalitário sobre a totalidade do planeta. Mas antes da publicação de tal obra, que foi cercada por um grave silêncio tanto na França quanto nos Estados Unidos e Inglaterra, muitos outros escritos ou

discursos permitiam discernir sem problemas o real objetivo em direção do qual as instituições internacionais avançavam. Nós apresentaremos somente alguns deles, escolhidos em função de seu autor, das circunstâncias oficiais em que foram proferidos ou de seu interesse.

Desde 1920, John Keynes, de retorno da Conferência de Paris, escrevia:

> Mas a Liga [Sociedade das Nações], mesmo sob uma forma imperfeita, era algo de durável; era o começo de um novo modo de governo do mundo.[7]

Mais recentemente, em um colóquio organizado pela ONU à ocasião de seu 40º aniversário, o reverendo Nikkyo Niwano, convidado especial do colóquio, presidente honorário da Associação Internacional da Liberdade Religiosa (IARF) e da Conferência Mundial da Paz (WCRP), presidente dos Rissho Kosei-kai, declarou:

> Eu afirmo desde há muito tempo que a humanidade deveria passar de um nacionalismo estreito ao regionalismo,[8] e em seguida progressivamente do internacionalismo ao "globalismo", onde a Terra ela mesma seria como uma espaçonave. Eu desejei com ardor que muitas organizações internacionais nascessem e se tornassem estreitamente ligadas para garantir esse globalismo. Estimo que a era do globalismo é aquela em que a humanidade passa de uma tomada de consciência das diferenças à tomada de consciência da unidade.[9]

Franz-Olivier Giesbert publicou recentemente, na primeira página do *Le Figaro*, um texto ambíguo e revelador intitulado *O mito do "governo mundial":*

> Esfregamos os olhos para confirmar o que vemos: como nos tempos da Guerra do Golfo, a humanidade parece estar sendo governada por uma

comunidade de espíritos e de interesses.

É no instante em que o damos por morto que o "governo mundial" renasce das cinzas. No dia de ontem, ele se mostrou mais vivo do que nunca: essa velha idéia celebrada por tantos filósofos, a começar por Kant, se encarnava à perfeição na cerimônia do Elysée, quando foi assinado, diante de uma dezena de chefes de Estado e de governos, o acordo de paz sobre a Bósnia-Herzegovina.[10]

Em 1992 a conferência do Rio adotou um documento conhecido pelo nome de *Agenda 21*. Dentre os textos impressionantes que ali encontramos e que temos a oportunidade de aqui reproduzir, destaca-se o seguinte, cuja importância nos obriga a citar *in extenso*:

O mandato da Conferência das Nações Unidas [do Rio] sobre o meio ambiente e o desenvolvimento decorre da resolução 44/228 da Assembléia Geral, na qual, entre outras disposições, estabeleceu-se que a Conferência deveria elaborar estratégias e medidas próprias para impedir e inverter os efeitos de degradação do meio ambiente no contexto de um aumento dos esforços nacionais e internacionais, com vistas à promoção de um desenvolvimento durável e ecologicamente racional em todos os países, e que a promoção do crescimento econômico nos países em desenvolvimento exercia um papel essencial na solução dos problemas ligados à degradação do meio ambiente. O processo intergovernamental de monitoramento da Conferência [do Rio] se inscreverá no quadro do papel exercido pelos organismos das Nações Unidas, **a Assembléia Geral sendo o órgão supremo encarregado de fornecer as orientações de conjunto aos governos**, aos organismos das Nações Unidas e aos órgãos criados em virtude dos tratados. Os governos, assim como as organizações regionais de cooperação econômica e técnica, têm um papel importante a exercer neste processo. Os envolvimentos e as iniciativas por eles tomadas devem gozar de um apoio adequado dos organismos das Nações Unidas e das instituições multilaterais de financiamento. Dessa forma, as iniciativas nacionais e internacionais se reforçarão mutuamente.[11]

Antes de mais nada é preciso lembrar que a *Agenda 21* foi adotada durante a Conferência do Rio por 77 organizações internacionais e mais de 155 países. Uma interpretação benevolente do texto precedente poderia dizer que o papel da "Assembléia Geral […] órgão supremo encarregado de fornecer as orientações de conjunto aos governos" limita-se ao monitoramento da Conferência do Rio. Essa descoberta já seria extraordinária, sobretudo se nos lembrarmos de que, na perspectiva globalista, a ecologia deve permitir o controle de todos os setores da vida. Mas essa interpretação complacente se choca com a letra do texto. Para poder sustentá-la, teria sido preciso escrever: "O processo intergovernamental de monitoramento da Conferência se inscreverá no quadro do papel desempenhado pelos organismos nas Nações Unidas, **sendo a Agenda 21 o texto de referência** encarregado de fornecer as orientações de conjunto aos governos, aos organismos das Nações Unidas e aos órgãos criados em virtude dos tratados assinados no Rio".

O monitoramento da conferência do Rio não é senão *um elemento* que "se inscreve" no quadro geral designado pelos "organismos das Nações Unidas", sendo o primeiro dentre eles a Assembléia Geral. Não surpreende, portanto, a partir do momento em que "Assembléia Geral [é] o órgão supremo encarregado de fornecer as orientações de conjunto aos governos", o fato de ser

impossível, mesmo com a melhor das intenções, distinguir a política conduzida pela direita daquela que faz a esquerda? Por que se interrogar hipocritamente sobre a desafeição crescente de nossos concidadãos pela coisa pública, se as verdadeiras decisões são tomadas pela Assembléia Geral que "orienta" os governos? Cada nova eleição será seguida por uma nova desilusão enquanto nossos compatriotas não compreenderem que a raiz do problema reside na Assembléia Geral. E como não se indagar sobre esse extraordinário desprezo pelos eleitores e pela democracia vindo tanto da parte da direita quanto da esquerda, que fazem crer ser possível modificar uma política que, na verdade, já está decidida ou registrada pela Assembléia Geral? Como não se perguntar igualmente a respeito do incrível cinismo desses políticos que não trazem outra coisa senão democracia e direitos humanos em suas bocas? Se para eles o direito de não ser enganado não faz parte dos direitos humanos, este tem seu lugar preservado, entretanto, no código penal.

E como chamar por outro nome senão totalitarismo um regime no qual a "Assembléia Geral […] fornece[u] as orientações de conjunto aos governos" quando ela não foi eleita, seu poder real permanece cuidadosamente dissimulado à imensa maioria dos homens e ela jamais prestou contas de seus atos diante de eleitores ou quem quer que seja? A extensão dos privilégios e imunidades

das Nações Unidas assim como aquelas de suas instituições especializadas[12] é, aliás, surpreendente:

> Seção 2 - A Organização das Nações Unidas, os seus bens e patrimônio, onde quer que estejam situados e independentemente do seu detentor, gozam de imunidade de qualquer procedimento judicial […].
>
> Seção 3 - As instalações da Organização são invioláveis. Os seus bens e patrimônio, onde quer que estejam situados e independentemente do seu detentor, estão a salvo de buscas, requisições, confiscos, expropriações ou qualquer outra medida de constrangimento executiva, administrativa, judicial ou legislativa.
>
> Seção 4 - Os arquivos da Organização e, de um modo geral, todos os documentos que lhe pertençam ou que estejam na sua posse são invioláveis, onde quer que se encontrem. […]
>
> Seção 11 - Os representantes dos membros junto dos órgãos principais e subsidiários das Nações Unidas e nas conferências convocadas pelas Nações Unidas gozam, durante o exercício das suas funções e no decurso de viagens com destino ao local da reunião ou no regresso dessa reunião, dos privilégios e imunidades seguintes:
>
> a) Imunidade de prisão ou de detenção das suas pessoas e de apreensão das suas bagagens pessoais, bem como, no que respeita aos atos por eles praticados na sua qualidade de representantes (incluindo as suas palavras e escritos), imunidade de qualquer procedimento judicial;
>
> b) Inviolabilidade de todos os papéis e documentos; […]
>
> Seção 12 - Com vista a assegurar aos representantes dos membros, nos órgãos principais e subsidiários das Nações Unidas e nas conferências convocadas pela Organização, uma total liberdade de expressão e uma completa independência no exercício das suas funções, a imunidade de qualquer procedimento judicial, no que respeita às suas palavras e escritos ou aos atos por eles praticados no exercício das suas funções, continuará a ser-lhes concedida mesmo depois de estas pessoas terem deixado de ser os representantes dos membros. […]
>
> Seção 18 - Os funcionários da Organização das Nações Unidas:
>
> a) Gozarão da imunidade de qualquer procedimento judicial relativamente aos atos por eles praticados oficialmente (incluindo as suas palavras e escritos);
>
> c) Estarão isentos de qualquer obrigação relativa ao serviço nacional;[13]

A Organização das Nações Unidas encarna portanto a Verdade e o Bem numa escala inalcançável – e a própria Unidade da humanidade. Nem ela, nem os representantes de seus membros ou seus funcionários podem ser responsabilizados por nenhum de seus atos. Quem julgará os juízes?



As citações poderiam estender-se aqui ao infinito. Mas já não é possível, hoje em dia, tratar do globalismo sem se referir primeiramente ao *Our Global Neighborhood*. Não que esse relatório divulgue qualquer conteúdo que já não tenha sido revelado anteriormente. Seu verdadeiro interesse é outro: primeiramente, essa obra sintetiza diversos elementos relativos ao globalismo que se encontravam, até agora, dispersos em uma multidão de publicações dificilmente acessíveis. Além disso, ele foi escrito por uma comissão de alto escalão, muito próxima dos círculos dirigentes da ONU.

O *Our Global Neighborhood* faz parte desses relatórios que a "comunidade internacional" – leia-se as organizações internacionais – tem o costume de encomendar a personalidades "independentes" quando ela se articula para proceder com profundas reformas. Após diversas consultas, essas personalidades terminam por elaborar um consenso que sofrerá algumas ínfimas modificações e será retomado e apoiado pelas organizações internacionais. Os relatórios que essas

comissões depositam são portanto **documentos de primeiríssima importância** e suas recomendações são quase sempre seguidas, ou ao menos estudadas com muito cuidado. A qualidade de seus membros mostra sua importância. Assim, a Comissão para a Governança Global, da qual tratamos aqui, compreendia entre seus membros Ingvar Carlsson (ex-primeiro-ministro da Suécia), Barber Conable (antigo presidente do Banco Mundial), Jacques Delors (então presidente da Comissão Européia), Maurice Strong (secretário geral da Conferência do Rio – 1992 – e daquela de Estocolmo – 1972). A iniciativa de Estocolmo sobre a segurança e a governança globais, que encontra seu termo no relatório estudado, recebe o apoio de Benazir Bhutto, Willy Brandt, Gro Harlem Brundtland, Boutros Boutros-Ghali, Jimmy Carter, Bronislaw Gemerek, Václav Havel, Edward Heath, Robert McNamara, Julius Nyerere, Edouard Chevardnadzé etc… As idéias expostas a seguir refletem portanto um amplo consenso a respeito da direção a ser tomada pelas organizações internacionais.

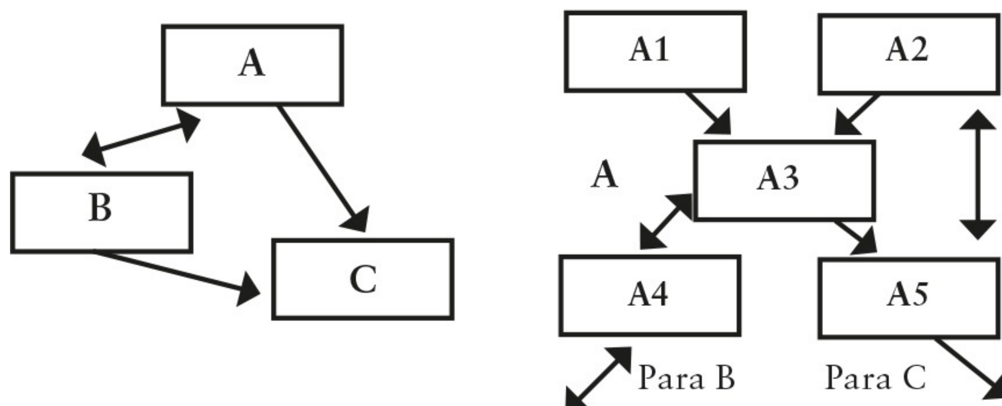


As páginas seguintes apresentam o globalismo tal como exposto oficialmente por grandes personalidades. Tentaremos aqui igualmente distinguir a governança global do governo mundial. Segundo a Comissão, “a governança global não é o governo mundial”.[14] Será que essa declaração contém apenas um artifício de

linguagem, mais um entre tantos ardis da revolução por meio dos quais se dissimulam desígnios obscuros e inconfessáveis? Ou devemos, ao contrário, detectar uma manobra bastante real do adversário?



Uma das principais ferramentas intelectuais utilizadas pelo globalismo é a da teoria dos sistemas.[15] Podemos resumi-la, rápida, mas fielmente, dizendo que ela decompõe hierarquicamente um sistema complexo em subsistemas que reagem uns sobre os outros. Assim, no exemplo em questão, o subsistema A é o que se situa mais acima e comanda todos os outros. Ele age diretamente sobre B e C e indiretamente sobre C. Reciprocamente, B age sobre ele. Cada subsistema (A, B, C) pode ele mesmo ser decomposto em outros sistemas. Por exemplo, A poderia ser decomposto em A1, A2, A3, A4, e A5. A poderia assim representar o nível nacional, B o nível regional, e C o nível municipal. A1-A5 poderiam representar diversas instituições agindo em nível nacional (Estado): parlamento, governo, administração etc…



Essa abordagem simplista tem duas qualidades primordiais: primeiramente ela permite, em certa medida, uma compreensão de sistemas demasiado complexos que não poderiam ser estudados de outra maneira – pensemos no sistema mundial. Em seguida, aplicada aos problemas globais, ela constitui, como veremos, uma arma intelectual e retórica formidável.

Chamamos problemas globais,[16] na terminologia das instituições internacionais, problemas ditos insolúveis em escala nacional, que requerem portanto uma colaboração internacional. Pouco importa, naturalmente, que a coisa de fato se dê assim: basta que as opiniões públicas o percebam dessa forma ou, ainda pior, que o discurso dominante crie em torno delas um consenso midiático totalmente artificial. Para ser explorado pela propaganda globalista, um problema global deve ser sistemático: suas ramificações devem estender-se o mais amplamente possível, tocar domínios dos mais variados, para fornecer um ponto de apoio graças ao qual elevaremos o mundo.

O efeito estufa é um exemplo típico de problema global: a emissão de CO_2, que aqueceria o planeta em seu conjunto, constituiria um problema global. Não seria possível, pretendem os globalistas, resolvê-lo na escala das nações, de modo que seria necessário uma autoridade internacional encarregada de resolvê-lo. É preciso portanto uma reforma constitucional e institucional,

destinada a criar essa autoridade e a investi-la do poder necessário à função. Suas conseqüências econômicas aos países produtores e consumidores de petróleo são evidentes. Serão tais que repercutirão também na política. Ademais, os povos não aceitarão jamais, sem serem fortemente "incitados" a tal, a piora em seu nível de vida causada automaticamente por tal reforma. Convém portanto modificar seus valores, suas atitudes e seus comportamentos, impor-lhes uma ética global por meio da educação. Enfim, naturalmente, as religiões devem ser submetidas para que contribuam com esse perigo que ameaça a sobrevivência do Homem e da Civilização. Elas deverão encontrar assim um ponto pacífico que lhes permita aproximarem-se, em conformidade com a política pragmática adotada pelas instituições internacionais para unificá-las. Tudo com vistas a um retorno ao panteísmo e ao culto da Terra… Como podemos ver, a questão do efeito estufa é, na medida em que conta com o apoio de uma hábil propaganda, um problema global revolucionário. Teremos a oportunidade de voltar a esse tema com mais detalhes, e de mostrar que essa ameaça climática foi grosseiramente exagerada, por conta dos fins anteriormente expostos.

O objetivo dos globalistas é portanto encontrar, amplificar ou inventar problemas globais que justifiquem sua existência e a expansão de seu poder. O efeito estufa é um dos principais problemas considerados, mas existem

muitos outros: citemos o terrorismo, a lavagem de dinheiro, o desarmamento, o tráfico de drogas, a superpopulação, a distribuição das águas, diversas questões ecológicas, o comércio internacional, a finança internacional, as questões econômicas internacionais etc…

Para os globalistas, a teoria dos sistemas é muito mais que uma simples arma intelectual. É nesses termos que eles concebem a Nova Ordem Mundial. Assim, o sistema político global será um sistema hierárquico no qual coincidirão diversos níveis correspondentes a funções diferentes: nível mundial, regional (leia-se continental), nacional, regional e municipal. As interações entre esses diversos graus, demasiado complexas para serem geridas administrativamente, **serão submetidas a leis: leis do mercado, textos jurídicos, normas, valores** etc…[17] Qualquer outra tentativa está fadada ao fracasso, e o colapso da URSS é prova flagrante disso. As leis, normas, valores, constituições etc. exercem portanto um papel crucial na estratégia globalista. Eles substituem o Plano Qüinqüenal, regem as interações entre os diferentes subsistemas, gerenciam as interações sociais e definem os comportamentos individuais.

> O processo global de tomada de decisões
> Qual modelo de tomada de decisões em nível global um sistema de governança econômico deveria adotar? Ele deverá tirar as lições da experiência adquirida nos níveis regional e nacional e na organização das grandes empresas, onde se reconheceu que as estruturas centralizadas e sem

> flexibilidade, funcionando por comando e controle não podem se manter. Alguns sistemas de tomada de decisões por camadas múltiplas vêm se desenvolvendo. Eles se apóiam na consulta, nos consensos e em “regras de jogo” flexíveis. As organizações internacionais devem, entretanto, enfrentar ainda certas questões fundamentais: quem fixará tais regras, e segundo quais princípios. (p. 146)

Ademais, essa divisão hierárquica do poder em “múltiplas camadas” permite que se o transfira a níveis inferiores; e se, por um lado, é certo que essa divisão o enfraquece em escala global, em nível local entretanto ele pode ser exercido com força real. Conduz-se assim as elites locais a uma *participação* no processo totalitário, provendo a elas a ilusão da democracia. Sabe-se que a participação permite aos atores modificar seus valores, atitudes e comportamentos, colocando-os de acordo com seus próprios atos. Trata-se aqui da base técnica da lavagem cerebral. A multiplicação das ONG,[18] criadas e subvencionadas pelas instituições internacionais e governos, e que permitem o **engajamento** de seus membros, fazendo-os **participar**, procede da mesma filosofia manipulatória.

Para realizar esses projetos sistemáticos, algumas reformas institucionais e constitucionais são necessárias. O frenesi de reformas constitucionais que tomou a França nos últimos anos encontra aqui sua fonte. Trata-se, naturalmente, de consideráveis deslocamentos dos centros de gravidade política, reformas de primeiríssima

importância visando a transferir a realidade do poder para o exterior da nação.

Duas armadilhas aqui devem ser evitadas: a revolta dos povos e a insubmissão das elites, preocupadas com seu próprio interesse. A revolta popular será dissuadida pela pregação da não violência: após haver provocado dezenas de milhões de mortos, perpetrado crimes hediondos, prega-se o amor universal – agarrando com firmeza as rédeas do poder. Os lobos se transformam em cordeiros – mas somente quando dispõem dos meios sistêmicos que os permitem impor sua vontade sem violência física. Ainda há pouco os revolucionários utilizavam o conceito de *violência estrutural.*

As elites serão mantidas à coleira graças a uma luta impiedosa contra a corrupção: as ordens, ou mais precisamente as orientações, vindas do alto, deverão se propagar até embaixo sem encontrar qualquer resistência, caso contrário, a interação entre o nível das organizações internacionais e os níveis inferiores se enfraqueceria ou desapareceria completamente.[19] Convém, portanto, submeter as elites à lei. Elimina-se, assim, toda iniciativa que vá além dos limites fixados pelas organizações internacionais bem como toda independência financeira, transformando-os em executantes das diretivas vindas do alto. A autonomia das elites, que apesar disso tudo existe realmente, deve se inscrever no quadro definido por sua posição dentro da hierarquia dos sistemas. Inseridos num

sistema hegeliano, concilia-se assim dependência e autonomia, controle e iniciativa, evitando os inconvenientes que apresentam aos altos dirigentes tanto a democracia quanto o totalitarismo. Sabe-se, com efeito, que um sistema totalitário e centralizado torna-se rapidamente impossível de ser gerido, o centro colapsando sob a massa de informações necessárias à gestão do conjunto. Em sentido inverso, uma democracia real corre a todo instante o risco de sair do caminho traçado por seus dirigentes. Vemos assim a robustez conceitual da teoria dos sistemas. Ela permite que se reconciliem posições a princípio incompatíveis: dirigismo ao alto, autonomia abaixo.

Notemos, finalmente, que a modificação dos valores é ao mesmo tempo um fim e um meio de grande importância. As conseqüências sistêmicas desta modificação são consideráveis, estando o sistema de valores numa posição muito alta da hierarquia dos sistemas. Além disso, a ética global que vem sendo elaborada será o pódio sobre o qual tentar-se-á unificar as religiões. Mas ainda não é chegada a hora para tanto, e se alguns textos globalistas já tratam do assunto, o relatório da Comissão para Governança Global se contenta com umas poucas frases, das quais extrairemos o principal.



É à luz dos conceitos da teoria dos sistemas que convém abordar o *Our Global Neighborhood*:

> Ainda que deva responder às demandas específicas provenientes de diversas áreas, a governança deve adotar uma abordagem integrada das questões da sobrevivência e prosperidade do homem. Reconhecendo a natureza sistêmica de tais questões, ela deve favorizar sua abordagem sistêmica. (p. 4)

> A [super]população, o consumo, a tecnologia, o desenvolvimento e o meio ambiente encontram-se ligados por relações complexas, que influenciam no bem-estar da humanidade em ambiente global. A gestão desses fatores de forma efetiva e justa demanda uma abordagem sistêmica e global, planejada a longo prazo e guiada pelo princípio de desenvolvimento sustentável, principal lição tirada das ameaças ecológicas aparecidas nos últimos tempos. (p. 30)

A teoria dos sistemas nos fornece certos meios de análise e ação utilizados pelos globalistas. Ainda é preciso expor seus objetivos e mostrar como essa mesma teoria permite que eles os atinjam.

O objetivo do globalismo é alcançar uma dominação completa do planeta em todos os domínios: financeiro, econômico, comercial, militar, jurídico, fiscal etc… À frente das instituições encarregadas de tal tarefa se encontrará uma **liderança esclarecida** (*enlightened leadership*). Essa expressão impressionantemente reveladora ressurge com freqüência nos textos globalistas e a encontramos ao menos dez vezes em *Our Global Neighborhood*.[20] O que se deve entender dela? Seu tom maçônico e de Nova Era, seria ele fruto de um infeliz acaso?

> No capítulo final deste relatório, chamamos a atenção para aquilo que constitui uma das principais preocupações da Comissão: a necessidade que o mundo tem de uma direção *esclarecida*, que possa inspirar as pessoas a

> reconhecer suas responsabilidades uns para com os outros e para com as gerações futuras. Deve ser uma direção que defenda os *valores* dos quais necessitamos para viver em conjunto e para preservar nosso ambiente em vista daqueles que nos seguirão. (p. xvii, itálico nosso)

Quais são esses "valores" que reclamam nossos adversários? Podemos resumi-los em uma palavra: globalismo. Reencontramos portanto os jargões progressistas: multiculturalismo, globalismo, ecologismo etc… Perceberemos também a habilidade desse procedimento, que consiste em apresentar um objetivo político sob forma de imperativo moral consensual. Quem saberia se opor ao Bem?

> Esse *leadership* não pode ser confinado num ambiente doméstico. Ele deve ultrapassar os países, raças, religiões, culturas, línguas e estilos de vida. Deve estender-se ainda mais, ser atravessado por um imperativo humanitário, um senso de responsabilidades face ao ambiente global. Václav Havel pôde bem descrevê-lo, ao dirigir-se ao Parlamento americano, em 1990, declarando:
>
> '*Sem uma revolução global na esfera da consciência humana, nada melhorará na existência humana, e a catástrofe à qual nosso mundo se dirige… será inevitável… Ainda somos incapazes de compreender que, para sermos morais, nossas ações devem ter por eixo a responsabilidade: responsabilidade para com algo maior que a família, o país, a empresa ou o sucesso; responsabilidade na ordem da existência, aonde todas as nossas ações são inscritas de maneira indelével, o único lugar em que seremos julgados imparcialmente*'.
>
> Não é fácil aceitar a responsabilidade diante de algo maior que nosso país. O instinto de posse de um território é um instinto poderoso que encontramos em todas as espécies; no entanto é um desses instintos que devem ser vencidos. No ambiente global, o sentimento de alteridade não pode alimentar os instintos de isolamento, de intolerância, ganância, fanatismo e, sobretudo, de dominação. A globalização tornou as fronteiras

> cada vez mais obsoletas. O *leadership* deve conduzir o mundo a essa consciência superior da qual falava Václav Havel […].
>
> Por *leadership* entendemos não apenas as pessoas situadas nos mais altos níveis nacionais e internacionais. Queremos dizer um esclarecimento em todos os níveis – nos grupos locais e nacionais, nos parlamentos e associações profissionais, entre os cientistas e os escritores, nas pequenas comunidades e nas grandes ONG, nas organizações internacionais de todas as denominações, nas comunidades religiosas e entre os educadores, nos partidos políticos e entre os movimentos de massa, no setor privado e entre as multinacionais, e particularmente entre as mídias. (p. 353 *sq*.)

A direção esclarecida deve conduzir o mundo a essa consciência superior da qual falam Václav Havel, a Nova Era e a Maçonaria. Reconhecemos aqui os conceitos de "mudança de paradigma" e "holística", marcas registradas da Nova Era.

> Neste capítulo meditaremos sobre as normas e valores que deverão guiar o mundo, sobre a ética que deverá conduzir a vida da vizinhança global. A comissão está convencida desde o princípio que, independentemente das idéias que ela propagará concernentes às reformas institucionais e de outros tipos, elas deverão estar fundadas sobre valores pertinentes às responsabilidades que o mundo contemporâneo deve enfrentar […].
>
> '*A mudança mais significativa que as pessoas podem empreender é quanto à maneira como vêem o mundo.* Nós podemos mudar o ensino, as atividades profissionais, nosso ambiente e mesmo os países e continentes, e ainda assim continuar sendo como sempre fomos. Mas se modificamos nossa perspectiva fundamental, aí tudo muda – nossas prioridades, nossos valores, nossos juízos e nossas atividades. Seguidas vezes, na história da religião, essa reviravolta total da imaginação marcou o começo de uma nova vida… um retorno ao coração, uma "*metanóia" graças a qual os homens passam a ver com outros olhos, compreendem com outro espírito e orientam suas energias em direção a novos modos de vida*'.[21]
>
> As pessoas deverão ver com novos olhos e compreender com um novo espírito antes que se vejam incapazes de voltar-se a novos modos de vida. É

> por essa razão que os valores globais devem ser a pedra angular da governança global. (p. 46 e 47)

Essa direção esclarecida será encarregada, naturalmente, da governança global que se instaura progressivamente. Assim, após haver mencionado o Clube de Paris e a Organização Marítima Internacional, os autores podem afirmar:

> Uma grande parte da governança pode se realizar, e efetivamente se realiza, no seio de grupos de nações como o G7, o OCDE e o Commonwealth. […] O BRI [Banco de Regulamentações Internacionais] fornece ao sistema financeiro mundial uma base de supervisão cooperativa. Suavemente, sem alarde, um sistema de governança global se instala, peça por peça. (p. 152)

Mas os Iluminados – perdão, os Esclarecidos – poderiam ver-se engessados pelos **Estado-Nações**, subsistemas relativamente autônomos. Eles devem portanto ser progressivamente enfraquecidos:

> É preciso que os países aceitem que, em certos domínios, a soberania deve ser exercida coletivamente.
>
> [É] preciso encontrar meios para assegurar que aqueles que detêm o poder não abusem da soberania. O exercício do poder soberano deve estar ligado à vontade popular. Se não terminarmos com os abusos no exercício da soberania, será impossível que cresça o respeito das normas dela advindas.
>
> Num mundo cada vez mais interdependente, as antigas noções de territorialidade, independência e não-intervenção perdem uma parte de seus significados. As fronteiras nacionais são cada vez mais permeáveis […]. As nações devem cada vez mais aceitar que, em certos domínios, e particularmente no domínio dos bens comuns globais,[22] a soberania deve ser exercida coletivamente […].
>
> Por todas essas razões, o princípio de soberania e as normas que dela derivam devem ser adaptadas às realidades em mudança. (p. 70 e 71)

No entanto, certos governos relutam em aceitar a divisão da soberania nacional necessária ao bom funcionamento de poderosas regras e instituições multilaterais. (p. 151)

Os Esclarecidos terão em mãos todos **os exércitos**. Resulta daí um movimento dialético de desarmamento das nações (e de indivíduos) e de criação de um exército internacional. A bomba nuclear, garantia de independência das nações, será banida, sob justificativa dos perigos aos quais ela poderia submeter o planeta (problema global). A realidade é exatamente oposta: a bomba atômica proporcionou um dos períodos de paz mais longos de nossa história, em meio a uma guerra política e ideológica sem precedentes. Mas veremos que em termos de teoria dos sistemas, a simples posse da bomba atômica permite ao sistema constituído por um Estado *desacoplar* sua defesa daquela de outros Estados. Essa independência é, evidentemente, inadmissível num mundo onde se busca a todo custo o crescimento da *interdependência* das nações.[23]

* Um dos objetivos de uma política de segurança global deveria ser a prevenção dos conflitos e guerras, e a manutenção da integridade do sistema permitindo a vida no planeta. Seria necessário, para tanto, eliminar as condições econômicas, sociais, ambientais, políticas e militares que geram ameaças para a segurança dos homens e do planeta, antecipar e gerir as crises antes que elas se degenerem em conflitos armados.

* A força militar não é um instrumento político legítimo exceto em caso de agressão ou sob concessão da ONU.

* A aquisição de meios militares para além do necessário à defesa nacional e ao apoio da ação da ONU constitui uma ameaça potencial à segurança das pessoas.

> * As armas de destruição em massa não são meios legítimos de defesa nacional.
> * A produção e venda de armas deveria ser controlada pela comunidade internacional. (p. 85)

> Deve-se parabenizar os esforços empreendidos nesse sentido por certos países que dispõem forças especiais para servir à ONU. (p.108)

> Essa força internacional de voluntários estaria sob autoridade do Conselho de Segurança e, assim como as forças de manutenção da paz, seria gerenciada no dia-a-dia pelo secretário geral. (p. 110)

> A comunidade internacional deve reafirmar seu compromisso com a eliminação progressiva das armas nucleares e de todas as outras armas de destruição em massa. (p. 115)

O desarmamento deve chegar à supressão das minas, da artilharia e dos revólveres (p. 130). Será possível, em seguida, inculcar uma “cultura de não violência” (p. 131, 49, 50). Toda revolta será, então, impossível, e a ditadura será firmemente estabelecida. O espectro do nacionalismo, ou seja, de uma revolta popular contra a ditadura internacionalista, será definitivamente eliminado:

> No mundo contemporâneo, apoiando-se sobre o nacionalismo, a ação populista pode por abaixo todos os resultados obtidos nas discussões internacionais à custa de minucioso trabalho. (p. 308)

> [A] aparição de movimentos neofascistas na Europa […] é um mau presságio para suas respectivas sociedades e para o mundo em seu conjunto. (p. 17)

A finança internacional deverá ser firmemente controlada. Crescerá a responsabilidade do FMI, do Banco mundial etc., instituições tecnocratas que,

inversamente àquilo que é previsto no campo econômico, não terão de prestar contas de suas políticas diante dos governos das nações. Ora, sabemos que a economia e o comércio são controlados pela finança, ou, em termos de teoria dos sistemas, que esses dois últimos sistemas, assim como quase todos os outros, situam-se abaixo do sistema financeiro. Ademais, é claro que a criação de uma moeda única é o mesmo que fundir, no seio de um só sistema, subsistemas nacionais relativamente independentes.

> O papel do FMI deveria crescer por meio de: […]
> * um aumento da vigilância do sistema monetário internacional, e em se lhe dando a capacidade de assegurar que as políticas econômicas internas dos principais países não sejam mutuamente incompatíveis ou não tragam prejuízo ao resto da comunidade internacional. (p. 343)

> O problema [do controle exercido pelo FMI sobre os países devedores e não sobre os credores] poderia ser resolvido em parte em se concedendo ao FMI um papel mais importante na gestão das principais economias, o que poderia ser feito caso houvesse, em nível global, o mesmo comprometimento com uma política de convergência como aquele que existe no nível da União Européia. (p. 186)

> A proposta francesa: fazer do FMI um verdadeiro ‘governo do mundo’, transformando o comitê interino, instância de consulta, em um ‘conselho político’ deliberativo. (*Le Monde*)[24]

As questões econômicas deverão, naturalmente, ser tratadas em escala global. Resultarão daí mudanças radicais e um empobrecimento considerável dos países desenvolvidos. Uma aparência de democracia será ostentada, mas a tecnocracia será, na verdade, onipotente.

> Mudanças fundamentais nas práticas econômicas deverão ocorrer. (p. 146)

> Para manter a utilização dos recursos globais dentro dos limites razoáveis enquanto os pobres aumentam seu nível de vida, as sociedades ricas deverão consumir menos. (p. 30)[25]

> Está claro, portanto, que a população, assim como o consumo, deve ser diminuída caso queiramos alcançar um desenvolvimento [ecológico] durável. (p. 145)

> A governança econômica global deve aceitar essa difusão dos centros de decisão, sem deixar de reconhecer que ainda há uma necessidade incontornável de um quadro global de regras. […]
>
> A hora de se criar um fórum global que garanta a direção nos domínios da economia, do social e do meio ambiente é chegada – essa hora até mesmo já passou. […]
>
> No entanto, sem fortes regras internacionais, os países mais poderosos agirão unilateralmente, tentando controlar o sistema: isso torna os processos baseados em regras ainda mais importantes. (p. 194)

> As reuniões [do Conselho de Segurança Econômica][26] deveriam ocorrer uma vez por ano, ao nível dos ministros de Finanças. Outros ministros, tais como os ministros de Comércio Exterior, poderiam, segundo cada caso, ser também nelas envolvidos. Uma infra-estrutura composta de oficiais seria necessária para fazer com que as discussões ministeriais fossem convenientemente preparadas e que seu monitoramento fosse assegurado.
>
> Entretanto, seu sucesso seria decidido antes pelo estado de espírito do que pelo protocolo. Intervenções ministeriais demasiado longas, destinadas à posteridade, logo desvalorizariam tais discussões; os intercâmbios informais e incisivos as aperfeiçoariam. (p. 158)

A tecnocracia globalista, “a infra-estrutura composta de oficiais”, é portanto prevista num futuro promissor. Notemos que, ainda aqui, a teoria dos sistemas permite apreender os fenômenos globais dos quais fomos testemunhas nos últimos anos. Assim, a liberalização no Oriente concede, por um lado, aos empreendedores, a

liberdade de iniciativa da qual eles necessitam para agir. O sistema continua, entretanto, bem controlado, do alto, por meio da moeda, da OMC, das leis que regulam a abertura de fronteiras etc… Ora, essa última transforma um sistema liberal em sistema comunista mundial. A pretensa “crise”, a desaceleração da atividade econômica tocaram, primeiramente, apenas os países desenvolvidos, enquanto que os países emergentes registravam taxas de crescimento de mais de 8%. A “crise” atual serve essencialmente ao FMI, que vê seus poderes consideravelmente ampliados. A abertura das fronteiras conduziu portanto, como previsto, a transferências massivas de capital e de riqueza dos países desenvolvidos em direção aos outros, e a um crescimento do controle da economia mundial. O liberalismo em baixa, o comunismo em alta; ainda aqui a teoria dos sistemas permite que se conceitue com facilidade as transformações em curso.

Notemos, igualmente, que a abertura das fronteiras permitiu ao grande capital e à alta finança aumentar suas influências nos países emergentes. Reencontramos aqui, ainda, a aliança entre comunismo e alta finança. Assim, podemos ler na página 26 uma legitimação das multinacionais que a princípio soaria surpreendente sob a pluma dos revolucionários:

> Mas o movimento extensivo em favor da abordagem de mercado, iniciado a partir do final dos anos 70, modificou o papel das multinacionais, transformando-as em mobilizadores de capital, geradores de tecnologia e

> atores legítimos na cena internacional, que devem intervir no sistema de governança global em surgimento.

O comércio internacional será, obviamente, submetido aos imperativos globalistas. Ainda nesse sentido, é claro que a abertura das fronteiras implica em fundir, no seio de um só sistema, subsistemas nacionais relativamente independentes. Controlado pela OMC, o comércio internacional visará explicitamente a favorizar os países em desenvolvimento em detrimento dos países desenvolvidos:

> Para a maioria dos países em desenvolvimento, o comércio internacional – e, particularmente, o acesso aos mercados dos países industrializados com economia de mercado – será mais significativo que a concessão de auxílio. A assistência oficial [!] pode apenas agir como aspecto complementar desse processo, mas não como alternativa. (p. 191)

A Corte Internacional de Justiça é destinada a suplantar todas as outras instâncias. Deverá tratar-se naturalmente de uma instituição puramente tecnocrática. Ao refletirmos um momento sobre essa questão, percebemos rapidamente tratar-se de uma reforma fundamental, a Lei podendo ser um instrumento revolucionário fundamental: o legal torna-se rapidamente, na cabeça de muitas pessoas, o justo e o Bem.

> Num mundo ideal, a aceitação da jurisdição da Corte Internacional de Justiça seria um pré-requisito para o pertencimento à ONU. (p. 308)

Mas o caráter tecnocrático, ou mesmo totalitário, dessa reforma não deve ser subestimado:

> Nós nos questionamos durante muito tempo para saber se o Conselho de Segurança devia submeter suas decisões à Corte Internacional de Justiça, ao menos quanto às questões de procedimento. Se o fizesse, o Conselho estaria na mesma situação que diversos outros Estados membros com relação a suas jurisdições, nas quais os tribunais podem julgar a legalidade das ações do Estado. Nenhum poder é concedido à Corte Internacional de Justiça para supervisionar a legalidade das ações do Conselho de Segurança. No entanto, em diversos Estados, tais como os Estado Unidos, o poder de controle pelas mais altas jurisdições impôs-se mesmo na ausência de disposições constitucionais ou estatutárias.[27] Ademais, a Carta da ONU se refere à Corte Internacional de Justiça como principal órgão judiciário da Organização. Podemos portanto concluir que isso implica um poder de controle judiciário. (p. 319, 320)

A técnica utilizada aqui, como freqüentemente é feito, consiste em criar um sobre-sistema controlando os subsistemas já existentes. É possível dessa forma, sem modificar quase nada nos subsistemas e portanto a um custo político muito baixo, submeter grandes instituições. É a técnica utilizada, por exemplo, na construção européia. Ela também se encontra entre os meios propostos para unificar as religiões.

A técnica dual consiste em decompor o sistema que se quer submeter em subsistemas, aos quais se concede cada vez mais poder. A descentralização (que busca igualmente envolver as elites locais na política globalista) é um típico exemplo.

Enfim, os Esclarecidos virão reivindicar seu tributo. O número de março-abril de 1996 da *Foreign Affairs*, a revista do *Council of Foreign Relations* (CFR),[28] contém uma apologia de Boutros Boutros-Ghali ao

imposto mundial, extraído nas transações globais, assim como transações financeiras, vendas de combustíveis fósseis, viagens internacionais e compras de divisas. Ele assegurará a independência financeira, e portanto política, do secretário geral da ONU, principal finalidade desta idéia:

> Um quinto princípio fundamental [o último, mas não o menos importante] é a independência. Se uma só palavra deve caracterizar o papel do secretário geral, essa palavra é a independência. (p. 96)

Essa independência do secretário geral, ou seja, da pessoa situada o mais alto possível no sistema mundial, faz tremer. Ele seria então o único a não sofrer a conseqüência de seus atos.[29] O que é a ditadura senão a independência do poder?



A governança global pode portanto definir-se como a aplicação da teoria dos sistemas na política mundial. Ela procede por reformas institucionais, para criar novos sistemas, e modifica o arranjo entre os diversos sistemas existentes manipulando as constituições, valores, normas, leis etc… Consegue dessa forma conciliar o auge do dirigismo com autonomia das elites medianas, comunismo global e liberalismo local, totalitarismo mundial e democracia nacional. O sistema é firmemente controlado, mas as elites políticas e econômicas, assim como os povos, conservam certa autonomia, necessária a sua perenidade.

A governança difere, portanto, do governo por agir muito mais longe, muito mais alto e muito mais indiretamente. Sua eficácia é multiplicada. Invisível ou dificilmente detectável, *abstrata*, ela escapa à compreensão de muitos. Utiliza-se da *segunda geração de técnicas totalitárias*, que repudia os métodos brutais da primeira geração, simbolizados pelo KGB e o Gulag. O autor mostrou, em seu trabalho anterior, que tais técnicas conduzem à modificação dos psiquismos.

Esta análise não significa, naturalmente, que as organizações internacionais, atendo-se exclusivamente à governança global, tenham renunciado ao governo global. O exemplo da Comissão de Bruxelas, gerindo até mesmo a produção de botões para polainas, está aí para nos convencer do contrário. Nessas horas em que os globalistas podem, sem provocar uma revolução, publicar obras como essa que acabamos de apresentar ao leitor, é imperativamente necessário, entretanto, tomar consciência da estratégia do adversário e de suas novidades conceituais. É sob essa única condição que podemos esperar detectar as “contradições” e chegar a uma resposta adequada.

---

3. Tradução: Bíblia da CNBB – NT.

4. Ainda em março de 1966, J.C. Cambadélis não temia escrever, em sua obra intitulada *Pour une nouvelle gauche* (Ed. Stock): “A guerra à guerra de conquista e extermínio conduzida por Belgrado e Pale não provém de um governo fantasma inspirado pela ONU” (p. 227). Isso não deixaria de causar

perplexidade naqueles que conhecem o papel desempenhado pela “guerra à guerra” na criação das instituições internacionais e, mais particularmente, na Sociedade das Nações.

5. “Sabemos que, isolados, os gafanhotos migratórios são insetos de cor marrom, com asas curtas e patas longas. Eles podem manter essa mesma forma durante muitos anos. São portanto relativamente inofensivos, deslocam-se à noite e alimentam-se de arbustos de dia. Sob essa forma, são pouco numerosos: uns poucos milhares sobre uma superfície de 1000 quilômetros quadrados. No entanto, se as condições tornam-se favoráveis – a saber fortes chuvas e um solo úmido propício à desova – uma transformação espetacular se produz. Suas asas se prolongam, suas patas posteriores se encolhem e eles adquirem uma coloração amarelo sujo. Tornam-se então hiperativos, proliferam e se deslocam em enxames. Sob essa forma, sua capacidade destrutiva é fenomenal: um enxame de um quilômetro quadrado – 150 milhões de gafanhotos – pode destruir 100 toneladas de alimento por dia. É o suficiente para alimentar 500 pessoas durante um ano”. *In 1988 Hunger Report* - House of Representatives Select Committee of Hunger, USA.

6. *Our Global Neighborhood, The Report of the Commission on Global Governance*, Oxford University Press, Oxford, 1995, p. xvi.

7. John Maynard Keynes, *Les conséquences économiques de la paix*, Editions de la Nouvelle revue française, Paris, 1920, p. 48.

8. Na terminologia globalista, ‘região’ tem um sentido próximo ao de continente.

9. *L’universalité est-elle menacée?* Relatório de um colóquio organizado pela ONU à ocasião do 40º aniversário da Organização (Genebra, 16 e 17 de dezembro de 1985). Nações Unidas, Nova Iorque, 1987, p. 17.

10. *Le Figaro*, 15 de dezembro 1995, p. 1.

11. *Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento*, Rio de Janeiro, 3-14 de junho de 1992, vol. I, Resoluções adotadas pela Conferência, ONU, Nova Iorque, 1993, p. 472. Grifo nosso. As citações respeitam o mais fielmente possível a grafia dos originais franceses.

12. *Convenção sobre os privilégios e imunidades das instituições especializadas, Textos finais e textos revisados dos anexos*, Nações Unidas, Nova Iorque, 1974.

13. *Convenção sobre os privilégios e imunidades das Nações Unidas*, Nações Unidas, Nova Iorque, 1974, p. 9 *sq*.

14. *Our Global Neighborhood, op. cit.*, p. xvi.

15. Ludwig von Bertalanffy, *Théorie générale des systèmes*, Dunod, Paris, 1993

16. O Departamento de Estado americano, que corresponde ao Ministério de Relações Internacionais francês, criou recentemente um escritório de Relações Globais (*Office of Global Affairs*).
17. Encontra-se aqui a noção da justiça das regras, que não leva em consideração a situação inicial de seus agentes. As conseqüências políticas dessa omissão são, naturalmente, incalculáveis.
18. Organizações não-governamentais. O leitor encontrará uma lista de siglas e abreviações ao final da obra.
19. "A corrupção é um fenômeno que se estende sobre o mundo inteiro e que toca ao mesmo tempo os setores público e privado, comprometendo os processos de legislação e de administração, de regulação e de privatização" (p. 63).
20. P. xvii e 37. A palavra *esclarecida* aparece igualmente nas páginas xx e 355.
21. Citando Barbara Ward.
22. Atmosfera, estratosfera, oceano, Antártida etc…
23. A comissão insiste na interdependência das nações: "O que é novo hoje em dia é que a interdependência das nações é mais ampla e mais profunda" (p. xiv) e "Poucas coisas conseguiram propagar com tanta potência o sentimento de interdependência global quanto a percepção crescente de nossa dependência dos recursos ecológicos da terra e de nossa vulnerabilidade diante de sua degradação" (p. 42). Teremos a oportunidade de mostrar que todas essas afirmações denotam muito mais a manipulação ideológica do que uma avaliação objetiva da realidade.
24. Babette Stern, "Le FMI cherche un rôle, des structures"…, *Le Monde,* 2 de outubro de 1998, p. 2.
25. O pretenso esgotamento dos recursos globais é um dos temas favoritos da propaganda ecológica e globalista. Todas as predições nesse sentido se revelaram sempre falsas e os preços das matérias primas, que refletem sua abundância e demanda, decaem regularmente. A diminuição do nível de vida nas sociedades desenvolvidas visa a um duplo objetivo: primeiramente permitir aos países pobres de alcançá-los e em seguida controlá-los os empobrecendo.
26. Instituição em projeto, sustentada em particular por Jacque Delors e que teria, no campo econômico, um papel semelhante àquele de Conselho de Segurança no domínio militar. Cf. *Le Monde*, 2 de outubro de 1998, p. 2.
27. Nos Estados Unidos, as sentenças da Suprema Corte, proferidas em última instância, têm um papel *político* considerável.
28. Surpreenderíamos o leitor ao mencionar que Emma Rothschild ofereceu um estudo de base para a Comissão e que o mesmo fora financiado, entre outros,

pela corporação Carnegie e a fundação Ford?
29. O único subsistema sem retroação, sem *feedback*.

CAPÍTULO II

A PERESTROIKA

Não é de forma alguma possível, em apenas um capítulo, responder a essa questão espinhosa: “O que é a *perestroika*?”. Há entretanto certos elementos que devem ser trazidos ao conhecimento do leitor e sem os quais qualquer análise desse fenômeno assim como do globalismo é impossível. O objetivo deste capítulo não é, portanto, determinar a natureza exata da *perestroika* e as intenções reais de seus instigadores. Limitaremo-nos a apresentar certos elementos que permitirão melhor compreender suas relações com a instauração da Nova Ordem Mundial, que a seguiu de perto.

A perestroika, uma reforma cuidadosamente preparada

Independentemente do julgamento que se faça de *Perestroïka*, obra escrita por Gorbatchev[30] e lançada em 1987, algo dali permanece: ele afirma de maneira categórica que a *perestroika* partiu dos mais altos escalões do Estado soviético. Passado esse ponto, as questões se multiplicam. Gorbatchev era o único a desejar essa revolução? Ela foi minuciosamente preparada ou é o resultado de ações desordenadas de um

secretário geral submetido a forte oposição? Essa reforma terminou por lhe escapar de suas próprias mãos, destruindo assim o comunismo que ele desejaria renovar e reforçar? Devemos observá-la com a maior desconfiança ou, ao contrário, como a vitória definitiva do Ocidente?

Essas questões, assim como muitas outras, foram colocadas só muito raramente, e o discurso consensual terminou por acreditar na idéia de uma *perestroika* imposta por Gorbatchev ao resto da *nomenklatura* e em seguida acelerada por um evento milagroso: a queda do muro de Berlim. Esse conto de fadas, essa história para boi dormir é, em si, suficientemente inconsistente para que todo observador consciente se debruce com atenção sobre a questão.

É, com efeito, impossível admitir que um partido, cuja ideologia é tão bem estruturada quanto o PCUS, possa ter sido destruído por um só homem, ainda que fosse seu secretário geral. Gorbatchev recebeu, necessariamente, o apoio de uma grande parcela do Escritório Político e do Comitê Central do PCS, sem o qual ele teria simplesmente sido deposto por seus pares e julgado por alta traição – ou assassinado. Ao contrário, em outubro de 1988, Gorbatchev foi eleito presidente do Presídio do Soviete Supremo da URSS, cumulando essa função com aquela de secretário geral do Partido Comunista. Seu poder, e portanto seus apoios, eram tais que, quando da

plenária de 25 de abril de 1989, ele alocou um terço do Comitê Central na reserva![31] Mas novas questões surgem imediatamente. Como de fato admitir que um partido tão poderoso como o PCUS, que não parecia ameaçado por nenhum perigo imediato, interno ou externo, tenha optado voluntariamente por seu naufrágio? Sabemos com quanta dificuldade os políticos abandonam o poder, mesmo quando suas motivações ideológicas são fracas ou inexistentes. Como crer, então, que o PCUS, seu Comitê Central ou seu Escritório Político, com suas poderosas motivações ideológicas, tenham escolhido renunciar à luta quando nada lhes forçava a tal? É psicologicamente suspeito que os dirigentes soviéticos, criados desde a mais tenra infância dentro do sistema soviético e do ódio ao capitalismo, cuidadosamente formados e selecionados, tendo por diversas vezes demonstrado todas as garantias ideológicas requeridas e carregando milhões de mortos na consciência, possam, do dia para a noite, e coletivamente, negar seu passado. Por outro lado, o enigma colocado pela destruição do muro de Berlim, que teria sido muito facilmente impedido à custa de alguns mortos – mas o que são umas mortes para o comunismo? – pede igualmente para ser elucidado. Finalmente o "*putsch*" de agosto de 91, que se assemelha mais ao Grand Guignol que com os métodos do KGB, também segue sem explicação.[32]

Ademais, as conseqüências da *perestroika* causam perplexidade: retorno ao poder de antigos comunistas, sob uma denominação ou outra, na quase totalidade dos países do Leste;[33] termos como "descomunização" e "deskagebização" quase nunca evocados, não mais no Ocidente que no Oriente, aliás;[34] poder considerável e crescente da máfia, controlada pelo Partido e serviços secretos;[35] transferência de somas colossais às mãos de antigos dirigentes soviéticos;[36] ajuda financeira considerável, e ainda crescente, da parte do Ocidente; integração progressiva na OTAN de antigos países comunistas, dirigidos por antigos comunistas – e integração da Rússia mesmo sendo almejada; cooperação entre a CIA e o KGB[37] – leia-se infiltração do mais vulnerável ao mais motivado ideologicamente – tendo como contraponto o caso Aldrich Ames; construção de uma base subterrânea em que "computadores estão prontos para acionar automaticamente os mísseis SS-24, SS-25 e alguns SS-18";[38] desenvolvimento de sistemas de armas sofisticados e caros; aproximação sino-russa, com acordo de "transparência militar"[39] e fornecimento de soldados;[40] poder crescente de organizações internacionais de cuja orientação revolucionária não resta dúvida; e enfim ultraliberalismo desenfreado e transferências de bens a paraísos fiscais, o que, sobre a aparência de capitalismo, realiza exatamente, e em escala global, as "transferências massivas de capital

dos países ricos aos países pobres” reclamadas desde há muito pela NOEI[41] e pelos revolucionários do mundo inteiro.[42]

Mas às “contradições internas” da *perestroika* e ao exame crítico de suas conseqüências é preciso acrescentar a revolução pedagógica, verdadeiro programa de lavagem cerebral em escala mundial. Como explicar que tal revolução, de conseqüências incalculáveis, possa ter sido instaurada com o apoio ativo de 155 países e por volta de 20 organizações intergovernamentais? Como explicar que um programa mundial de modificação deliberada dos valores, atitudes e comportamentos, fortemente carregado com tons de coletivismo, tenha podido ser adotado com tanta facilidade?

As páginas seguintes tentarão projetar alguma luz sobre essas questões. A preparação da *perestroika* nos tomará algum tempo. Ela foi exposta em algumas obras dentre as quais é preciso citar *Du nouveau à l’Est? Niet* de Hubert Bassot, *Jugement à Moscou* de Vladimir Boukovsky, *Le Phénix rouge* de Brian Crozier *et al.*, *Tromperie sur les étiquettes* de Hans Graf Hyun,[43] *Gorbachev and the Collapse of the Soviet Communist Party* de Euvgeny Novikov e Patrick Bascio, assim como *Les fins du communisme* de François Thom.[44] Uma menção especial deve ser feita à obra notável de Anatoliy Golitsyn intitulada **New Lies for Old**[45] **e sua continuação, The Perestroika Deception,**[46] que

apresentaremos mais à frente. Insistiremos no teor revolucionário da *perestroika* e suas relações com o globalismo. Mas, é preciso ainda lembrar, essas questões que tocam *todos* os domínios não poderiam ser tratadas aqui à exaustão.



Desde 1988 os diplomatas notavam uma "evolução positiva do contexto político internacional" e "um clima de paz":[47]

> A transformação das percepções e atitudes, da qual pudemos ver sinais claros desde a última sessão da Assembléia Geral [da ONU], parece indicar uma evolução – ainda que lenta e hesitante – em direção a um novo sistema de relações em nível mundial. […] Podemos percebê-la nas tendências à cooperação horizontal entre Estados adeptos de sistemas sociais diferentes, cooperação que não coloca em questão as distintas convicções políticas. […] Mais do que nunca, ao longo desses últimos anos, parece que estamos nos orientando em direção bem definida, sob influência de fatores que têm um peso determinante.[48]

> O período atual se caracteriza, para a região [Europa], por uma série de importantes processos que têm profundas repercussões nas relações Oriente-Ocidente em geral e na cooperação econômica em particular. Alguns deles têm um caráter essencialmente político, mas influenciam de maneira decisiva no clima em que se inscrevem as relações econômicas e constituem assim, conseqüentemente, um fator importante para a cooperação econômica internacional. Outros parecem, à primeira vista, principalmente econômicos, mas eles têm uma dimensão política, na medida em que foram lançados pelos responsáveis do mais alto nível dos países ou grupo de países envolvidos, que definiram objetivos precisos invocando, tanto em nível interno quanto externo, reformas e mudanças significativas cujos efeitos serão sem dúvida percebidos também no plano político. […]

> Na última reunião dos chefes de governo do CAEM [Conselho de Assistência Econômica Mútua], ambiciosas propostas de reforma foram feitas por alguns países, especialmente a União Soviética, tendo por objetivos a multilateralização dos intercâmbios e a conversibilidade das moedas da Europa oriental, que poderiam desembocar na criação de um mercado comum agrupando 400 milhões de pessoas.[49]

Esses textos provam que a "evolução positiva do contexto político internacional" era um fenômeno geral, sensível à "cooperação horizontal entre Estados" e não o feito de um único homem. Tratava-se da obra não apenas de Gorbatchev, mas "**dos chefes de governo do CAEM**" e os processos em andamento haviam sido **"instaurados desde o mais alto nível dos países ou grupos de países envolvidos"**. Tratava-se de uma ação internacional orquestrada da qual os meios diplomáticos estavam perfeitamente cientes. A tese do reformador solitário é portanto insustentável, e a *perestroika* é o resultado de uma ação deliberada e coletiva, liderada pelos altos escalões dos países comunistas. Uma reavaliação de suas potencialidades revolucionárias é portanto absolutamente necessária.

Segundo Vladimir Boukovsky, o célebre dissidente:

> Desde o colapso do regime, não é mais segredo para ninguém na Rússia que a pretensa "nova mentalidade" foi introduzida por diversos *"brain trusts"* do Comitê Central muito antes de Gorbatchev. Os "intelectuais do Partido", antigos responsáveis pela elaboração de tais projetos, tratam do assunto com gosto hoje em dia. Gorbatchev confirmou, ele próprio, o fato em 1988, quando o fracasso da *perestroika* se fez evidente[50] e que ele precisou explicar por que o plano, em seu conjunto, havia sido tão mal concebido.

‘Como assim, mal concebido?’ ele diz indignado. ‘O plano havia sido muito bem estudado, e isso muito antes de 1985: 110 estudos e projetos foram então apresentados ao Comitê Central por diversas grandes cabeças. Tudo remonta a uma época bem anterior à Plenária de Abril (1985)’.[51]

No Oeste, continua-se a repetir obstinadamente a lenda do intrépido reformador originário de Stavropol: quanto aos artigos e aos livros de autores russos descrevendo a história real a esse respeito, em geral não se os publica. Exceção seja feita ao livro de Evgueni Novikov,[52] ex-colaborador do Departamento Internacional do Comitê Central, difícil de se encontrar em livrarias. Foi por isso que passei mais de três semanas até encontrá-lo… na Suíça, ainda que ele seja, aparentemente, editado em Nova Iorque.

Seu conteúdo no entanto é bem interessante.

‘O processo da “nova mentalidade” foi realmente empreendido desde o fim dos anos 70, sob Andropov, no seio dos círculos e das publicações intelectuais… para um público restrito e numa linguagem sociológica sofisticada’, ele escreve.

Fora do Departamento Internacional do CC com seus institutos e publicações especiais, uma quantidade considerável de institutos acadêmicos foi atrelada a esse projeto. Inscrevia-se nesse programa a revisão da ideologia, a elaboração de modelos “alternativos” e de meios para transformar o atual modelo em algo mais racional. Gorbatchev foi apenas herdeiro desses projetos, pois parecia ser o candidato mais competente para realizá-los.

Como bem nota o autor:

‘Ainda que os diversos cenários ideológicos autorizados ou criados pelos ideólogos de Gorbatchev parecessem muito diferentes uns dos outros, todos eles visavam a um mesmo resultado político: a manutenção no poder da elite do Partido. Isso deveria ocorrer tanto no caso de manutenção do sistema socialista quanto se se passasse da propriedade coletiva da *nomenklatura* a uma propriedade privada pertencendo individualmente a seus membros.

O simples fato que se tenha confiado a elaboração das ‘reformas’ do regime soviético ao Departamento Internacional do CC (controlado ainda por cima por um Andropov) revela a finalidade do projeto de maneira suficiente. Outro traço típico: as idéias mais ousadas desses “pensadores”

> não ultrapassavam ainda assim as fronteiras do marxismo-leninismo: não se pretendia mais que uma revisão de sua variante "leninista" e uma aproximação da social-democracia.
>
> 'Muitos jornalistas apresentaram a finada *glasnost* como significando o fim do marxismo, quando na realidade ela remontava a uma tradição do marxismo europeu abandonada pelos soviéticos desde 1924', nos lembra Novikov.[53]

A obra de Novikov e Bascio citada por Boukovsky é de fato interessantíssima. Ainda que a interpretação da *perestroika* feita por esses autores nos pareça insuficiente e subestime grandemente as potencialidades revolucionárias, seu trabalho provê informações importantes sobre sua preparação. Novikov foi membro do Departamento Internacional do Comitê Central do Partido Comunista da URSS. Esse departamento secreto esteve encarregado da elaboração da *perestroika*.[54] A obra de Novikov é portanto o testemunho direto de um homem da alta cúpula e as revelações que ele faz devem ser examinadas com a maior atenção. Ora, desde a primeira linha Novikov e Bascio afirmam categoricamente que a *perestroika* é o resultado de um plano minuciosamente elaborado:

> O colapso do Partido Comunista soviético não foi um acidente da história nem o súbito resplandecer da democracia. Foi o resultado de um plano minuciosamente preparado, concebido pela elite do Partido e executado pela direção de um departamento secreto do Comitê Central, o Departamento Internacional.[55]

Novikov e Bascio trazem à tona a "nova mentalidade" do final dos anos 70, sob Andropov:

> Uma das primeiras conferências em que os trabalhos do Departamento Internacional foram revelados deu-se em Washington D.C. entre 18 e 19 de outubro de 1988, no Departamento de Estado, sob os auspícios do Escritório de Inteligência e Pesquisa[56] e do Escritório dos Problemas Globais da CIA. Um dos autores, Euvgeny Novikov, participava do evento.
> A nova mentalidade foi introduzida desde o fim dos anos 70, sob Andropov, nos meios intelectuais e de publicações tais como os jornais *Voprosy Filosofii* (Questões de Filosofia), *Voprosy Ekonomiki* (Questões de Economia), publicações de difusão restrita e utilizando uma terminologia sociológica sofisticada. O reestabelecimento em 1964 da Escola Internacional Lenin, supervisionada pelo Comitê Central e destinada a formar os comunistas estrangeiros (e, posteriormente, renomado instituto de ciências sociais), acelerou igualmente o desenvolvimento dos precursores da 'nova mentalidade'.[57]

Esse excerto nos parece ser de primeiríssima importância. Ele estabelece primeiramente que a *perestroika* remonta ao menos ao final dos anos 70, em plena Guerra Fria, e que ela estava em vias de elaboração sob Andropov, antigo chefe do KGB. Trata-se portanto de um processo longamente estudado e elaborado por homens que sempre foram adversários implacáveis do Ocidente. Mais ainda, essa citação evidencia a dimensão internacional da *perestroika*: os trabalhos do Departamento Internacional são, em parte, revelados ao **Departamento de Estado americano**, sob auspícios do **Escritório de Problemas Globais**, e já preocupavam a CIA! Enfim, ela insiste no aspecto ideológico, filosófico e sociológico da *perestroika*: nosso trabalho precedente mostrou como as teorias sociológicas eram suscetíveis a uma utilização puramente revolucionária. O presente

trabalho mostrará que a ideologia continua sendo uma arma revolucionária de grande importância. Notemos igualmente a importância dos círculos intelectuais; os "academocratas" e a Academia Soviética de Ciências foram associados a todos os processos descritos nos capítulos seguintes.

Dentre os outros testemunhos capitais referentes à preparação da *perestroika*, é preciso mencionar aquele feito por Erich Honecker, relatado por Hans Graf Huyn, antigo membro do Budenstag:

> Na última entrevista concedida à televisão alemã ocidental em 10 de outubro de 1991, em Moscou, Erich Honecker declarou que não houve revolução verdadeira na Alemanha Oriental: 'É, a meu ver, um erro grosseiro supor que aqueles que proclamavam, em Leipzig, «Nós somos o povo» e que em outros lugares se mostravam ativos tenham provocado a mudança que conheceu a Alemanha Oriental. É preciso rever a idéia que se tem desse episódio da História'. E Honecker confirma que de fato havia uma estratégia de longo prazo por parte do KGB, evocando 'uma incursão de Chevardnadzé sobre a costa do Mar Negro no outono de 1984, ou seja, ainda na época de Tchernenko, durante a qual se entraria num acordo quanto ao fato que tudo deveria mudar, tanto na União Soviética quanto alhures'.
>
> Já logo em 21 de novembro de 1990, Erich Honecker confirma expressamente a política da 'Casa Comum Européia' de Gorbatchev em uma entrevista: 'Minha destituição enquanto chefe do Partido e do Estado resultou de uma manobra de grande envergadura cujos instigadores continuam escondidos. Aqueles que se vangloriam, hoje, dessa ação são peixes pequenos. Nós estamos vivendo mudanças de primeira importância que não se deram do dia para a noite, mas foram planejadas desde há muito em escala européia, e mesmo mundial. […] A reunificação da Alemanha deve ser considerada como uma contribuição à construção da «Casa Européia» e, dada a situação atual, tal conquista não poderia ser alcançada senão pela transformação do sistema político da RDA'.[58]

Certos aspectos da preparação da *perestroika* são igualmente evocados no surpreendente primeiro capítulo da obra de Hubert Bassot intitulada *Du nouveau à l'Est? Niet*.[59] Hubert Bassot, próximo de Valéry Giscard d'Estaing, foi encarregado de missão no Palácio do Eliseu de 1974 a 1981, deputado e membro da comissão de relações exteriores na Assembléia Nacional.

O papel do KGB e do Partido na execução da *perestroika* é exposto por Françoise Thom em sua obra *Les fins du communisme*, especialmente nas páginas 50 a 56.

Enfim, é importante apresentar um pequeno documento, muito pouco conhecido. Trata-se do número de inverno/primavera de 1994 de *Breakthrough News*, a publicação da Global Education Associates (GEA). Essa associação discreta é no entanto muito próxima à ONU. Ela pode, por isso, organizar um simpósio financiado, entre outros, pela UNICEF, UNESCO e UNEP. Boutros-Ghali enviou uma mensagem simpática aos participantes. Eis aqui o que os dirigentes dessa associação escreviam no referido número:

> Nosso trabalho foi igualmente utilizado pelas altas esferas da União Soviética para preparar a *perestroika*, e as outras mudanças que conduziriam ao fim da Guerra Fria. A Comissão independente sobre a governança global, que prepara atualmente algumas recomendações para as Nações Unidas, também faz as publicações da GEA.[60]

Anatoli Golitsyne

Anatoli Golitsyne é um antigo oficial superior do KGB que passou para o lado do Ocidente em 1961. Em 1984 ele lançou uma obra fundamental intitulada *New Lies for Old*,[61] na qual torna público um texto que os dirigentes americanos e britânicos puderam ler a partir de 1968. Nela se expunha a política de desinformação soviética, "manobras e estratagemas muito além da imaginação de Marx ou das possibilidades práticas de Lenin, e que Stalin não poderia conceber" (p. 327). Ali estava prevista a liberalização do Leste Europeu (p. 327, 339), a reforma do KGB, a diminuição do papel do Partido, a anistia dos dissidentes, a queda do muro de Berlim (p. 340), a reunificação da Alemanha (p. 341) e a dissolução do Pacto de Varsóvia (p. 265). 94% das previsões feitas nessa obra se realizaram.[62] Ora, a liberalização do Leste Europeu não é, segundo ele, senão "a fase final e ofensiva da política de longo prazo culminando na luta em conjunto [de diferentes partidos comunistas] pelo triunfo completo do comunismo" (p. 327).

Em 1958, Chelepine, que dirigiria o KGB ulteriormente, propôs a Krouchtchev e a Brejnev que se transformasse o KGB numa arma política sofisticada (p. 47). Ele deveria abandonar seu papel puramente repressivo que não o permitia "nem influenciar a população a favor do regime, nem impedir o crescimento de tendências políticas indesejáveis na URSS e no

exterior” (p. 47 e 48) e não tinha nenhuma utilidade no contexto da “luta ideológica contra as potências capitalistas” (p. 48). “Era preciso conferir à desinformação um papel novo e mais importante” (p. 48). As idéias de Chelepine foram adotadas e ele tornou-se chefe do KGB. Em 1959, Golitsyne fez parte do grupo encarregado de sua reorganização sob a direção de Chelepine.

> O KGB ‘interno’ foi criado em 1959, quando Alexandre Chelepine tornou-se presidente do KGB, a fim de lhe aferir a missão política que ele havia assumido em sua origem, sob Lenin (enquanto que, sob Stalin, ele havia se degenerado em órgão puramente repressivo com vistas à segurança pública). *Era preciso que o KGB voltasse a ser capaz de influenciar os processos de decisão dos países ocidentais. Para tanto, Chelepine tinha a intenção de dar prioridade às operações de desinformação em detrimento da espionagem convencional*.
>
> James Angleton,[63] que obteve esta informação de Anatoli Golitsyn, antigo membro do pequeno grupo que preparou a reorganização do KGB em 1959, explica: ‘[…] O KGB ‘interno’ deveria se encontrar ali onde as ‘operações de mistificação eram planejadas e orquestradas, e seus resultados eram avaliados. Limitava-se a um *pequeno número de funcionários de alta confiança*, alocados diretamente sob as ordens do Politburo, que planejava, orquestrava, vigiava e analisava as operações. Todos aqueles que apresentavam um risco potencial para a segurança, inclusas aí pessoas de ascendência judia, eram realocadas no serviço externo, que deveria ser criado com vistas à reorganização’.
>
> ‘Uma “muralha da China” separava esses dois níveis. Nenhum membro do pessoal de serviços externos deveria jamais ser transferido aos serviços internos ou vice-versa. Nenhum membro dos serviços externos deveria tampouco estar ciente dos segredos estratégicos além daqueles especialmente fabricados para ele para serem divulgados no quadro de uma operação de desinformação.

> ‘Imaginem as implicações’, acrescenta Angleton com uma pausa. ‘Se Golitsyn estiver dizendo a verdade, *isso significa que nós ignoramos praticamente tudo quanto à capacidade de mistificação do KGB*. […] Tal como ele o descreve, esse órgão se mostra um instrumento da política soviética muito diferente daquilo que ele havia sido, e infinitamente mais perigoso. É impossível compreender, agora, o que é o KGB se não se sabe que ele mudou ao longo dessa reorganização’.[64]

O objetivo de Chelepine era, portanto, “a despeito do crescimento efetivo da força do bloco [soviético], conseguir projetar **a imagem** de um bloco enfraquecido nos campos econômico, político e ideológico”.[65]

Essa guerra psicológica é confirmada pelas palavras do acadêmico Georgiy Arbatov, um dos criadores da *perestroika*:

> Em um texto surgido em junho de 1988, na página 19 do *Kommunist*, o jornal do Partido Comunista da União soviética [PCUS], Georgiy Arbatov explica que somente a *imagem* do inimigo é que foi suprimida. Escolhendo suas palavras com um cuidado leninista, ele escreve: **‘A «imagem do inimigo» que está desaparecendo foi… absolutamente necessária à política externa e militar dos Estados Unidos e seus aliados. A destruição desse estereótipo… é a arma de Gorbatchev… A corrida armamentista, as alianças militares no Terceiro Mundo e os blocos militares não são mais concebíveis sem «o inimigo» e sem a «ameaça soviética»… Não se trata aqui, é claro, de uma arma secreta, mas ela tem um enorme poder’.** E em junho de 1989, durante uma conferência de imprensa de Gorbatchev na Alemanha Ocidental, Arbatov resumiu sucintamente os eventos, como segue: **‘Uma grande guinada foi dada nas relações internacionais, e no entanto algumas pessoas não estão prontas para tanto… a coisa mais terrível que nós pudemos fazer por enquanto foi tê-las privado da imagem do inimigo…’**.[66]

Edouard Chevardnadzé confirma essa idéia em *L’avenir s’écrit liberte*,[67] escrito que defende a

perestroika, e ao qual deveremos retornar:

> A ‘imagem do inimigo’ havia invadido a consciência de milhões de pessoas em todas as partes do mundo.
>
> Apagar, destruir essa ‘imagem’ é talvez o objetivo mais importante num contexto de evolução mundial, no qual se aproximam e se erguem à máxima altura os autênticos inimigos da humanidade que são a guerra nuclear, a catástrofe ecológica ou a desintegração do sistema econômico mundial.

Sendo o objetivo de Chelepine projetar uma imagem externa de fraqueza e de “tornar o olhar da população favorável ao regime” em seu interior, o exercício de poder totalitário teve de deixar espaço, inicialmente modesto, à utilização de **novos modos de controle**:

> O 81º congresso do Partido, que ocorreu em Moscou em 1960, poderia ter criado um novo órgão de coordenação central do comunismo internacional, sucessor do Comintern e do Cominform, mas ele não o fez. Em lugar disso, ratificou a utilização de táticas diversas adaptadas aos diferentes partidos comunistas e inscritas no quadro da política de longo prazo. Em lugar de um centro dirigente, ele preconizou a coordenação e sincronização das políticas e táticas dos partidos pertencentes ao bloco comunista e outros. Assim, enquanto a coordenação foi de fato aperfeiçoada, a decisão de não criar um novo órgão central, a insistência quanto ao “policentrismo” e a utilização de numerosas táticas diferentes pelos partidos comunistas foram concebidas para causar efeitos análogos àqueles provocados pela dissolução do Comintern em 1943.[68]

Reconhecem-se aí técnicas revolucionárias de descentralização que permitem o exercício de um controle mais discreto e eficaz que as técnicas totalitárias brutais. O controle do povo soviético também foi modificado. Caminha-se, ainda timidamente à época, em direção a técnicas “não-aversivas” (ou “menos

aversivas”) às quais retornaremos. Inspira-se, aí, na experiência da NEP (Nova Política Econômica). Em 1921 a Rússia soviética agonizava economicamente, e a oposição interna ao comunismo era muito violenta. Lenin lança então a Nova Política Econômica, destinada a atrair o capital ocidental e articulada em torno de uma liberalização da economia. As pequenas empresas privadas foram novamente autorizadas, assim como o comércio privado. O regime se flexibilizou, os emigrados puderam retornar à Rússia e as viagens ao interior do país foram facilitadas. Os serviços de segurança foram reorganizados. A missão deles era então criar uma falsa oposição e conduzir ações de desinformação. Paralelamente, Lenin iniciara uma vasta campanha de desinformação visando os países ocidentais. Ele enfatizou as relações econômicas, o desarmamento e a coexistência pacífica. A NEP foi, naturalmente, um grande sucesso. As ameaças internas e externas foram afastadas. A NEP durou oito anos e então se extinguiu, tão rápido quanto havia sido criada. Voluntariamente ou não, os países ocidentais e o grande capital permitiram que o comunismo sobrevivesse. Os paralelos com a *perestroika* são impressionantes. No entanto a *perestroika* inclui, igualmente, uma ampla ofensiva em direção aos países ocidentais, nos campos pedagógico, ecológico etc… Não se trata mais de firmar o regime comunista, mas de

conquistar o mundo com a ajuda de técnicas sofisticadas. O perigo é infinitamente maior.

> A hostilidade dos jovens era agravada pela repressão sofrida pelos mais velhos. Essa oposição real e o declínio da ideologia, que atinge seu apogeu nos anos seguintes à morte de Stalin, constituíam um real problema para o regime. Ele podia adotar uma linha stalinista, retornando às repressões em massa, ou então optar por uma abordagem leninista. Os métodos stalinistas haviam claramente fracassado, era obviamente necessário se voltar a um tratamento leninista.
>
> O abismo econômico entre a 'nova classe' privilegiada e os trabalhadores e camponeses coletivizados foi amenizado, o uso do terror e da repressão, limitado, e métodos mais sofisticados foram empregados para lutar contra as influências religiosas, nacionalistas e ocidentais. Uma abordagem leninista e mais flexível foi adotada face às novas gerações. Utilizando as técnicas da NEP, o regime conseguiu aumentar seu prestígio, superar a crise interna e neutralizar a oposição, tanto a real quanto a latente. A única mudança verdadeira na substância ideológica do regime foi o fato de sua eficácia ter aumentado.[69]

Em 1984, ou mesmo antes, enquanto esboçava as reformas econômicas por vir que deveriam marcar a "fase final" da ofensiva comunista para a dominação do mundo, conhecida agora como *perestroika*, Golitsyn insistia quanto à utilização de técnicas não-aversivas, que conduziriam a um controle tão eficaz quanto outrora, mas muito menos visível:

> O regime de Brejnev e suas ações neostalinistas no Afeganistão ou contra os 'dissidentes' serão condenadas assim como foi o regime de Novotny em 1968. No campo econômico, pode-se esperar que as reformas disponham as práticas soviéticas conforme o modelo iugoslavo, ou mesmo pareçam se aproximar do modelo socialista ocidental. Alguns ministérios econômicos seriam dissolvidos; o controle seria mais **descentralizado**; firmas autogeridas seriam criadas a partir das usinas existentes; estímulos materiais

> seriam utilizados; o papel e a independência dos tecnocratas, das assembléias de trabalhadores e dos sindicatos cresceriam; o controle do Partido sobre a economia seria aparentemente diminuído. Aparentes reformas seriam baseadas na experiência soviética dos ano 20 e 60, assim como na experiência iugoslava. O papel do Partido seria menos visível, mas ele continuaria a controlar a economia, atuando desde a coxia.[70]

Tal lógica, na qual o controle indireto substitui o exercício brutal do poder, e na qual predominam as técnicas não-aversivas, encontrou sua forma final na *perestroika*.

A perestroika, um processo revolucionário

Tendo sido a *perestroika* preparada durante muitos anos, não surpreende que ela constitua não uma conversão dos pecadores soviéticos arrependidos, mas uma ofensiva ainda mais temível, na medida em que sua verdadeira natureza permanece dissimulada. Pode-se, com efeito, admitir que, como mencionava Gorbatchev, “[o] plano havia sido muito bem estudado, e isso muito antes de 1985: 110 estudos e projetos [foram] então apresentados ao Comitê Central por diversas grandes cabeças. Tudo remonta a uma época bem anterior à Plenária de Abril”, com o simples objetivo de se reintegrar ao modelo ocidental, pouco importando as condições para tal? Isso não exigiria tanto tempo, estudos e competências. A *perestroika* é, na verdade, um processo puramente revolucionário e leninista. As declarações - por que não dizer, as advertências – não foram poucas. O primeiro

capítulo de *Perestroika*, a obra de Gorbatchev, se intitula: *La perestroika, ses origines, son essence, son caractere révolutionnaire*. Dirigindo-se primeiramente aos revolucionários de todo o mundo, aos quais era preciso dar as chaves para compreender esse processo, Gorbatchev escreve:

> Existem pessoas, no Ocidente, que gostariam de nos fazer crer que o socialismo atravessa uma crise profunda por haver conduzido nossa sociedade a um impasse. É dessa forma que eles interpretam nossa análise crítica da situação do final dos anos 70 e começo dos anos 80. Nós só temos um objetivo, dizem eles: adotar os métodos de gestão econômica capitalistas e seus modelos sociais; em outras palavras, nos dirigir ao capitalismo. […]
>
> Para por um fim a esses rumores e especulações que se multiplicam no Ocidente, gostaria uma vez mais de ressaltar que nós conduzimos todas as nossas reformas em conformidade com a via socialista. É no contexto do socialismo, e não fora dele, que buscamos as respostas a todas as questões que se colocam. É em função desses critérios que avaliamos tanto nossos êxitos quanto nossos erros. Aqueles que esperam que nos afastemos da via socialista se decepcionarão profundamente. Cada elemento do programa da *perestroika* – e o programa em seu conjunto – se funda inteiramente na idéia de que é necessário mais socialismo, mais democracia. […]
>
> Estamos nos dirigindo a mais socialismo, e não o contrário. Nós o declaramos honestamente, sem tentar enganar nem nosso povo e nem o resto do mundo. Toda esperança que possamos ter de construir uma sociedade diferente, não-socialista, e passar ao outro campo é irrealista e insignificante. Aqueles, no Ocidente, que esperam que abandonemos a via socialista se desapontarão.[71]

Gorbatchev volta, por diversas vezes, ao “caráter revolucionário” desse processo:

> Mas, muito mais profundamente, encontramos na origem da *perestroika* essa tomada de consciência: nós havíamos subutilizado o potencial do

socialismo.[72]

Podemos até mesmo encontrar quem não aceite o termo 'revolução' tal qual aplicado nesse projeto. Alguns chegam mesmo a se assustar com a expressão 'reforma'. Mas Lenin não tinha medo de empregá-la: ele inclusive ensinou aos próprios bolcheviques a não temer proceder com um 'reformismo' a cada vez que isso fosse necessário para fazer avançar a causa da Revolução nas novas condições. Hoje, precisamos de reformas radicais para uma transformação revolucionária.[73]

São muitas as referências a Lenin em *Perestroïka*.[74] É possível encontrar aí uma particular alusão, implícita, porém clara, à NEP:

As obras de Lenin e seu ideal socialista continuam sendo para nós uma fonte inesgotável do pensamento criativo dialético, de riqueza teórica, de sagacidade política. Ele reflete um exemplo imortal de força moral de grande elevação, de cultura espiritual universal e de dedicação desinteressada à causa do povo e do socialismo. Lenin vive no coração e no espírito de milhões de pessoas. Quebrar todas as barreiras erguidas pelos escolásticos e dogmáticos, absorver a herança de Lenin com o ardente desejo de compreender mais a fundo seu pensamento original – tudo isso constitui uma necessidade crescente, na medida em que se multiplicam os fenômenos negativos em nossa sociedade.

O voltar-se a Lenin estimulou vigorosamente o Partido, assim como a sociedade, na busca por explicações e respostas às questões que se colocavam. O interesse se voltou particularmente às obras que cobrem seus últimos anos de vida.[75] Invoco aqui minha própria experiência para confirmar esse ponto. Em meu relatório de 22 de abril de 1983, durante uma sessão dedicada ao 113º aniversário de nascimento de Lenin, eu me referi a seus princípios quanto à necessidade de se considerar as exigências das leis objetivas da economia no que diz respeito ao planejamento e contabilidade dos preços de custo, e ao uso inteligente das relações mercadoria-dinheiro como estimulantes materiais e morais.[76] O público apoiara com entusiasmo essa referência aos ideais de Lenin. [...]

Dispomos, hoje em dia, de uma melhor compreensão das últimas obras de Lenin, que constituem em essência seu testamento político, e das razões que o inspiraram. Gravemente doente, Lenin se preocupava profundamente com

o futuro do socialismo; ele via os perigos que espreitavam o novo sistema. Nós, também, devemos compreender essa preocupação. Ele via que o socialismo iria se defrontar com problemas colossais, e que deveria resolver toda sorte de dificuldades que a revolução burguesa havia deixado sem solução. Daí sua utilização de métodos que não parecem intrinsecamente socialistas ou que, ao menos, se afastam em certa medida dos conceitos clássicos do desenvolvimento socialista, tais como geralmente aceitos.

O período leninista é de fato muito importante. É instrutivo, na medida em que prova a força da dialética marxista-leninista, cujas conclusões se fundam sobre a análise da situação histórica real. Muitos dentre nós se deram conta (por vezes muito antes da sessão Plenária de Abril) de que era preciso reavaliar tudo aquilo que diz respeito à economia, cultura, democracia e política externa.[77]

E algumas páginas adiante, a fim de eliminar qualquer dúvida de seus leitores progressistas, Gorbatchev compara explicitamente a *perestroika* à NEP:

Esse tarefa [de reforma econômica] foi realizada em junho de 1987, quando da sessão plenária do Comitê Central do PCUS, com a adoção dos ‘Fundamentos de uma reestruturação radical da gestão econômica’. Trata-se, talvez, do programa mais importante e mais decisivo em nosso país, em matéria de reforme econômica, **desde que Lenin lançou sua Nova Política Econômica** em 1921.[78]

A essência leninista da *perestroika* é com freqüência sublinhada por Gorbatchev:

É preciso proceder com uma transformação completa da reflexão social e política. É aqui que precisamos nos voltar a Lenin. Ele possuía o raro talento de sentir, no momento certo, a necessidade de mudanças profundas, de um reexame dos valores, de uma revisão das diretivas teóricas e dos *slogans* políticos.

Eis aqui um dos exemplos mais impactantes. Em abril de 1917, quando Lenin voltava à Rússia, não lhe foi preciso muito tempo para avaliar com precisão a situação, as tendências e as possibilidades de desenvolvimento depois da Revolução de Fevereiro. Não apenas ele determinou corretamente

> a única tática possível para o Partido e os sovietes, mas ele se atrelava a uma nova missão estratégica, preparar o Partido e as massas para uma revolução socialista. Sem isso, os ganhos obtidos com a derrocada da autocracia corriam forte risco de serem perdidos. Tal mudança de tática tinha algo de inesperado mesmo aos olhos de bolcheviques experientes. É esse tipo de modelo dialético em matéria de pensamento político no qual nos inspiramos para por em andamento a *perestroika*.[79]

Falando sobre o tratado de Brest-Litovski, Gorbatchev acrescenta:

> [O] país precisava de uma trégua antes de seguir novamente adiante. À época, poucos eram aqueles que compreendiam isso. Somente mais tarde é que foi possível dizer, com segurança, que Lenin tinha razão. E é claro que ele tinha razão, pois ele havia sido guiado por uma visão de longo prazo, colocando o que é essencial abaixo daquilo que é transitório. A Revolução foi salva.
>
> O mesmo também vale para a *perestroika*.[80]

Esperamos que nossa obra precedente, acrescida desta, possa mostrar que esses escritos não são de forma alguma concessões que Gorbatchev se viu obrigado a fazer aos “conservadores” soviéticos antes de lançar a *perestroika*. Elas descrevem com fidelidade, ao contrário, sua essência, tal como concebida e conduzida. “Reavaliar tudo aquilo que diz respeito à […] cultura, à democracia”, reexaminar os valores, tais são, com efeito, os eixos principais dessa nova política revolucionária.

Homenagem a Gramsci: o ter e o ser

Se está claro que a *perestroika* é um processo puramente revolucionário de inspiração leninista, os *meios* de que ela se utiliza para atingir seus fins ainda precisam ser

expostos. Golitsyne insiste principalmente, em suas obras, quanto ao aspecto político da ofensiva soviética: dissolução do Pacto de Varsóvia com desarmamento paralelo do Ocidente, construção da “Casa Comum” na Europa etc… Trata-se aqui de elementos fundamentais, e seria arriscado negligenciá-los. Em particular, a política de desarmamento material e psicológico conduzida atualmente no Ocidente advém de uma análise primária dos desdobramentos da *perestroika*.

Não ignoramos, portanto, de maneira alguma a contribuição fundamental feita por Golitsyne ao estudo da *perestroika*, contribuição dada publicamente, é preciso lembrar, em 1984, quando Gorbatchev subiu ao poder em 1985. Outros elementos devem, no entanto, ser integrados à análise desse fenômeno. Em particular, a influência de Antonio Gramsci não deve ser subestimada. Gramsci nasceu em 1891 na Sardenha. Tendo observado o sistema soviético em duas estadas na Rússia, em 1922 e 1923, condenou-o severamente. Segundo Gramsci, a estratégia soviética não permite nem assegurar um **consenso nacional** nem tampouco tomar o poder nos países capitalistas. O consenso necessário deve primeiramente ser um **consenso ideológico**. Somente isso permitiria a instauração da revolução de forma durável. Ao contrário de Marx, que desejava primeiramente modificar a infra-estrutura econômica, Gramsci prega uma **revolução preliminar na superestrutura ideológica da sociedade**.

A revolução segundo Gramsci é primeiramente uma revolução do ser, e não do ter. As conseqüências dessa inversão de perspectiva são incalculáveis, e são elas que se encontram na base da *perestroika*. A revolução psicológica prevalece, portanto, e a guerra se dá no plano psicológico. Para Gramsci, o arquétipo de revolução vitoriosa é a instauração do cristianismo no Império Romano e a substituição da cultura greco-romana pela cultura cristã. Com efeito, a revolução preliminar na superestrutura ideológica da sociedade alcança todos os domínios: **valores religiosos transcendentes, ideais, ética, cultura,**[81] **etc**… Em resumo, Gramsci propõe que se proceda primeiramente com a instauração de uma **nova civilização**. Os meios que ele propõe parecem fracos, mas são em verdade bastante poderosos. A revolução ideológica deve ser veiculada pelos **intelectuais** e por uma **ditadura pedagógica**. Ela deve se fazer em nome de imperativos éticos e respeitar a dignidade dos direitos do homem (ou seja, utilizar-se de métodos não-aversivos). Enfim, o centralismo e seus excessos totalitários devem ser substituídos por um centralismo orgânico, próximo daquilo que chamamos descentralização ou desconcentração.

A realização concreta da ditadura pedagógica defendida por Gramsci foi exposta de forma detalhada em nosso trabalho anterior. A presente obra almeja mostrar que a revolução ecológica formará o esqueleto das

revoluções ideológica, religiosa, ética e cultural veiculadas pela ditadura pedagógica. As idéias de Gramsci são portanto indispensáveis na compreensão do globalismo e da *perestroika*.

O acadêmico Georgi Arbatov, que desempenhou um papel fundamental na preparação da *perestroika*, confirma a importância das idéias de Gramsci:

> Eu só respeito umas poucas obras e idéias marxistas, dentre as quais, além daquelas dos "pais fundadores", incluo pessoas como Antonio Gramsci, Georg Lukács, Ernst Bloch e Herbert Marcuse.[82]

Novikov e Bascio relatam as conversações de Alexander Prolov, colaborador próximo de Gorbatchev:

> Infelizmente, a interpretação de Marx permaneceu durante muito tempo superficial. Não devemos esquecer… que são os verdadeiros marxistas como… Gramsci que primeiro colocaram os problemas da humanidade em termos globais.[83]

Os problemas globais

Mas, ainda mais que esses testemunhos, os escritos de Gorbatchev e de Chevardnadzé, artesãos-mestre da *perestroika*, confirmam a influência exercida por Gramsci. A necessidade de **consenso**, que ele houvera formulado em contexto nacional, é retomada no contexto mundial (global). Os problemas globais, reais ou artificiais, em torno dos quais um consenso internacional é mais fácil de ser alcançado, passam a ser vistos em primeiro plano.[84] Não se insiste mais naquilo que divide[85] os diferentes estados, como se fez durante

tanto tempo, mas naquilo que os une.[86] Cria-se uma base de cooperação, de consenso, sobre a qual as organizações internacionais e revolucionárias, que desempenham aí um papel fundamental, apóiam-se para estender infinitamente seu poder. O pensamento em conformidade com essa disciplina quer, com efeito, que os problemas globais não possam receber senão soluções globais que, ainda por cima, só poderiam ser coordenadas por instituições internacionais. Mas, como veremos, os problemas globais reais são muito raros – para não dizer inexistentes, apesar de todos os esforços dos globalistas para criá-los – e todos aqueles que são apresentados como tais podem ser resolvidos no contexto institucional dos Estados. Chevardnadzé volta com freqüência, então, aos pseudoproblemas globais:

> Era preciso criar novas relações com o terceiro mundo, buscar os caminhos que conduziriam a uma nova ordem econômica mundial e à eliminação das ameaças globais.[87]

Levando em consideração sua poderosa carga emocional, a "sobrevivência da humanidade" é um dos "problemas globais" aos quais os revolucionários se dedicam com maior prazer. Encontraremos com freqüência exemplos para tanto, quando abordarmos mais especificamente as questões ecológicas.

> Quando buscamos – com sucesso! - fazer com que vocês entendessem que as relações interestado e internacionais são subordinadas aos interesses e às leis da luta de classes, seria impossível assimilar, de uma só vez, a idéia da

preponderância dos valores universais sobre todos os outros - ainda que ela remonte a Lenin.

Como, num clima de divisão do mundo em sistemas e blocos sóciopolíticos, admitir a formação de um mundo interdependente[88] e coerente, no qual a necessidade urgente de sobrevivência da humanidade abata os muros da confrontação ideológica?.[89]

Mais tarde, após a chegada de James Baker ao cargo de secretário de Estado, este propôs a inclusão na ordem do dia de nossos encontros um 'quinto departamento' - os problemas transnacionais: cataclismos, luta contra as drogas e epidemias, terrorismo internacional etc… Integrando em nosso trabalho as instituições de ambos nossos países e de parceiros estrangeiros envolvidas, pusemos em andamento um vasto plano de ação. Àquela época, já havíamos obtido algum sucesso nessa área com o predecessor de Baker.[90]

No XXVIIIº congresso do PCUS, respondi, a um delegado que me perguntava quais as diferenças fundamentais que eu via entre os interesses da classe trabalhadora e os interesses universais, que aquela me parecia uma maneira equivocada de colocar a questão. Jamais opus os interesses de classe aos interesses universais; eu trato unicamente da relação entre ambos. A primazia dos interesses universais subentende que todas as pessoas normais, quaisquer que sejam suas diferenças, estão interessadas em mesma medida na paz, na prosperidade e no progresso, na saúde da sociedade e do homem, na defesa da civilização face às ameaças nucleares e ecológicas, na solução dos problemas de desenvolvimento.[91]
Renunciar ao princípio de primazia dos valores universais e retornar ao princípio de classe absoluto seria reavivar a '**imagem do inimigo**', interno ou externo, e legitimar assim a repressão no interior do país e para além das fronteiras.[92]

Essas duas últimas citações mostram que a morte doutrinal da "ditadura do proletariado" não corresponde de forma alguma a um desarmamento ideológico do comunismo, mas, ao contrário, a uma nova etapa revolucionária. Após ter pretendido trabalhar pelo bem da

classe operária, anexam-se agora os “interesses universais”. O campo de ação se encontra, é claro, consideravelmente alargado: nada poderia escapar aos “valores universais”, que permitem de igual forma fazer com que desapareça a “imagem do inimigo” e, portanto, criar um consenso mundial. Após a fase de dissolução, que permitiu fazer desaparecer a antiga ordem social e política, vem uma fase de coagulação que deverá ver o surgimento da civilização global. O abandono da noção de ditadura do proletariado marca, portanto, não um recuo do comunismo, mas uma globalização de suas ambições. Assim, Golitsyn escrevia, em um memorando à CIA de 2 de setembro de 1991 intitulado *Comentários sobre a decisão soviética de suspender as atividades do Partido Comunista*:

> O Ocidente considera que a decisão do Parlamento soviético de suspender as atividades do Partido Comunista marca a morte do mesmo e a vitória das novas forças democráticas: ele considera que essa decisão é favorável a seus interesses.
>
> Essa avaliação é falsa. Ela reflete a ingenuidade dos ‘sovietólogos’ que, adormecidos como Rip van Winkle, não perceberam os trinta anos de preparação da *perestroika* e a transição do antigo Estado soviético baseado na ‘ditadura do proletariado’ (leia-se do Partido Comunista) ao novo Estado soviético de ‘todo o povo’. Os *experts* ocidentais esqueceram que essa transição foi exposta e adotada no programa do Partido Comunista adotado pelo 22º congresso do Partido Comunista em outubro-novembro de 1961.[93]

> Sobre essa base solidamente documentada, as reformas políticas e econômicas e a ‘democratização’ na Rússia podem ser vistas como o resultado planejado de vinte e cinco anos de preparação e ensaio na URSS e

na Europa Oriental. As ‘reformas’ dos ‘ex’-comunistas e sua ‘democracia’ são bem peculiares. O ‘Estado de todo o povo’ é na verdade a adoção da idéia de Lenin da retirada [dos comunistas] do Estado[94] (que se coloca na perspectiva do futuro governo mundial comunista) e de sua substituição pelas organizações sociais de massa [prefiguradas pelas ONG].[95]

Gorbatchev manifesta, também, uma predileção pelos problemas globais:

[U]m novo modo de pensamento político é necessário, proveniente do reconhecimento da interdependência geral e do postulado que a civilização deve sobreviver. Se conseguirmos chegar a um acordo fundado sobre os critérios de tal pensamento novo, chegaremos a decisões eficazes quanto aos problemas globais.[96]

Paralelamente à ameaça nuclear, o novo modo de pensamento político considera a solução dos outros problemas globais, aí inclusos o desenvolvimento econômico e a ecologia, como condição indispensável para assegurar uma paz justa e durável.[97]

[O mundo atual] é um mundo de mudanças sociais fundamentais, um mundo de revoluções científicas e técnicas generalizadas, um mundo em que pioram os problemas globais referentes à ecologia, às matérias primas etc.[98]

Nós pudemos não somente estabelecer a diferença entre os diversos interesses dos próprios Estados como, também, delimitamos o problema principal: a tendência crescente à interdependência dos Estados da comunidade mundial. […]

Uma outra realidade presente em nossa época, não menos evidente, é a emergência e o agravamento das problemas globais. Eles se tornaram cruciais no destino de nosso civilização. Falo aqui da preservação da natureza, da condição crítica do meio ambiente, da atmosfera e dos oceanos, e enfim dos recursos tradicionais de nosso planeta que se mostraram limitados. Falo aqui desses terríveis males, antigos e novos, dessa preocupação comum a todos os homens: como iremos por fim à fome e vencer a pobreza que cresce em diversos setores do planeta? Falo aqui dessa colaboração de inteligências para explorar o espaço e o oceano, e a utilização do conhecimento obtido em benefício da humanidade.[99]

Interdependência

O leitor terá notado as repetidas invocações à interdependência. Se conseguirem fazer com que se admita a completa interdependência de todas as nações em todos os domínios, se conseguirem ainda por cima fazer com que se reconheça a total interdependência dos diferentes problemas globais entre si, não haveria então mais do que um só vasto problema, pairando sobre todo o planeta.[100] Terão criado assim – artificialmente – um gigantesco problema global e sistêmico. Suas dimensões, suas inumeráveis ramificações não permitiriam que os indivíduos nem os Estados o resolvessem. Somente a ONU poderia livrar-nos de tal mal:

> Sim, [uma colaboração nos domínios termonuclear, científico e espacial] aumentaria a interdependência dos Estados europeus, mas isso se daria em prol de todo o mundo, e reforçaria a responsabilidade e a moderação de todos e de cada um.[101]

Como o mostraram as citações anteriores, Gorbatchev volta com freqüência à interdependência, em conformidade com as resoluções adotadas pelo **PCUS**:

> Tendo adotado, quando do XXVIIº Congresso do PCUS, o conceito de um mundo contraditório, mas interconectado, interdependente e essencialmente integrado, começamos a edificar, sobre tais bases, nossa ética quanto aos assuntos externos.[102]

O leitor notará aqui, uma vez mais, o cuidado perfeitamente leninista com o qual Gorbatchev escolhe suas palavras. Em lugar de escrever que o PCUS

reconheceu a verdade do conceito de um mundo interdependente, ele nota, com muito mais justiça, que tal conceito foi *adotado*. A fim de convencer o leitor de sua importância, Gorbatchev volta ao tema, em longas páginas, mais adiante:

> Uma virada conceitual de grande envergadura interveio em abril de 1985, na Reunião Plenária do Comitê Central do PCUS, e no XXVIIº Congresso do Partido. Tratava-se, mais precisamente, de uma mudança rumo a um novo modo de pensamento político, rumo a novas idéias, com respeito à correlação entre os princípios de classe e os princípios comuns à humanidade no mundo moderno.
>
> Um novo modo de pensamento não comporta improvisações ou mero exercício mental. Trata-se do resultado de reflexões aprofundadas sobre as realidades do mundo de hoje […].
>
> Podemos dizer que essa nova mentalidade foi gestada em meio à dor. Tiramos nossa inspiração de Lenin. Quando nos voltamos a ele, sempre procedendo com uma 'nova leitura' de sua obra, somos surpreendidos por sua capacidade de atingir o âmago das coisas, de resolver os emaranhados dialéticos os mais complexos no processo mundial. **Sendo ele chefe do partido proletário, e justificando em nível teórico e político as pautas revolucionárias deste último, Lenin podia ver mais longe, transcender os limites de classe do partido**. Mais de uma vez, ele falou da prioridade dos interesses comuns a toda humanidade, para além dos interesses de classe. Somente hoje é que conseguimos alcançar toda a profundidade, toda a significação dessas idéias. […]
>
> A espinha dorsal do novo modo de pensamento é o reconhecimento da prioridade que se deve dar aos valores humanos, ou, para ser mais preciso, aos valores da sobrevivência humana.[103]

> [N]ós nos tornaremos cada vez mais dependentes uns dos outros, cada vez mais necessários uns aos outros. E como essas realidades de fato existem no mundo, como sabemos estar todos, neste mundo, ligados pelo mesmo destino, que vivemos todos no mesmo planeta, que exploramos seus recursos, mas nos conscientizamos que eles não são ilimitados e que é necessário economizá-los, que a natureza e o meio ambiente devem ser

> preservados, então essa constatação é válida para todos nós. A necessidade, em escala internacional, de procedimentos e mecanismos eficazes e justos que permitam a garantia de um uso racional dos recursos de nosso planeta, considerados enquanto propriedade da humanidade como um todo, uma tal necessidade faz-se cada vez mais premente.
>
> É assim que vislumbramos nossa interdependência, a integração do mundo, a necessidade imperiosa de unir os esforços da humanidade para assegurar sua própria preservação, para seu proveito hoje, amanhã e para sempre [*sic*].[104]

Trata-se claramente de uma concepção coletivista e totalitária, dissimulada sob uma máscara de bondade. O indivíduo não é nunca considerado enquanto tal, mas unicamente como parte infinitesimal de “toda a humanidade”. Como se dá freqüentemente, o erro se esconde antes naquilo que se omite[105] dialeticamente que naquilo que se afirma, ou ainda no desequilíbrio entre dois elementos que deveriam se completar harmoniosamente. É legitima, certamente, a preocupação com questões sociais e coletivas. Mas em se enfatizando esse aspecto da realidade, em se negando considerar de igual forma o indivíduo em sua especificidade e, sobretudo, em seus fins últimos, em buscando negar ou minimizar sua liberdade própria, caímos uma vez mais nesse totalitarismo do qual acreditávamos prematuramente ter nos livrado. O interesse da humanidade substitui a ditadura do proletariado, mas o indivíduo segue sendo esmagado ou negado.

Semelhante perspectiva conduz, naturalmente, a uma visão holística do mundo:

> Olhando através da floresta de mísseis nucleares, através dos ‘buracos’ da camada de ozônio, através do prisma das ações de *führers* mal saídos da puberdade, a humanidade tomou consciência (ela devia fazê-lo) de que ela constitui um todo que, a despeito das distinções, tende a conservar aquilo que é comum e que a une.[106]

> É minha convicção que a raça humana alcançou um estado em que somos todos dependentes uns dos outros. Nenhum país, nenhuma nação deveria ser considerada de forma isolada das outras, muito menos oposta às outras. É o que nosso vocabulário comunista chama de internacionalismo, o que significa nosso anseio de promover os valores humanos universais.[107]

> [E]ste mundo constitui um todo. Somos todos passageiros de um mesmo navio, a Terra, e devemos fazer com que ela não naufrague. Não haverá segunda Arca de Noé.[108]

Exposta aqui em termos políticos, nós veremos com freqüência reaparecer essa concepção holística, gnóstica, panteísta e anticristã do mundo, veiculada hoje em dia pela Nova Era. Ela fornecerá a base sobre a qual se pretende edificar a “espiritualidade global”, que deverá ser aceita por todas as religiões. Também é possível encontrar, nos textos de Gorbatchev e Chevardnadzé, a noção de mudança de paradigma,[109] outro componente principal das elucubrações da Nova Era:

> A nova mentalidade – uma revolução global nos espíritos – deve esperar sua hora, quando a tomada de consciência quanto à iminência do perigo e do caráter incontornável da evolução histórica obrigará os homens políticos a pensar de forma diferente.[110]

> Todos nós somos confrontados com a exigência de aprender a viver em paz neste mundo, de elaborar um novo modo de pensar, pois as condições de hoje são bem diferentes daquelas de trinta ou quarenta anos atrás.[111]

> Em uma mensagem à Conferência Internacional organizada sobre [a conversão do desarmamento em um fator de desenvolvimento] em Nova Iorque, no fim de agosto de 1987, eu escrevi: ‘A implementação do princípio de base de <desarmamento para o desenvolvimento> pode e deve reunir a humanidade, e facilitar uma tomada de consciência global’.[112]

É preciso, aqui, responder a uma objeção que se poderia formular legitimamente. Sabemos, com efeito, que a Igreja sempre condenou o comunismo, e mais particularmente a doutrina da luta de classes, acusada de dividir a sociedade. Assim, Pio XI escrevia em *Divinis Redemptoris*:

> [Os comunistas] se esforçam para tornar mais pungentes os antagonismos que surgem entre as diversas classes sociais; a luta de classes, com seu ódio e destruição, toma ares de uma cruzada pelo progresso da humanidade.[113]

Ora, claramente o interesse crescente pelos problemas globais e a “adoção” do conceito de interdependência e de um novo paradigma holístico parece marcar um retorno a uma concepção em maior conformidade com a doutrina católica. Mas é preciso levar em conta a dimensão temporal desse processo dialético. A tese aqui é a sociedade, ainda cristã, tal como ela existia antes dos movimentos revolucionários. Ela se organizava em torno de um princípio transcendente que lhe dava unidade tanto “nacional” quanto internacional, se remontamos à época em que toda a cristandade reconhecia a autoridade suprema do Papa. A luta de classes não era mais que um elemento secundário. Vieram, em seguida, os

movimentos revolucionários, culminando com o comunismo, que exacerbava os antagonismos de classe no interior das nações, e dividia o mundo em dois blocos inimigos. Ele forneceu a antítese, uma sociedade atéia e fragmentada, na qual, ao invés de verdadeiramente buscar melhorar a condição trabalhadora, eliminou-se realmente a burguesia ou se alimentou o ódio contra ela. A síntese desses dois momentos é a *perestroika* (e o globalismo) que, renunciando à luta de classes para dirigir-se a um "Estado de todo o povo", quer recriar uma sociedade unificada, interna e externamente, tanto em nível nacional quanto na escala internacional. Mas, no caminho, ao longo desse processo dialético, perdeu-se a cristandade e Deus… Temos aqui um exemplo típico daquilo que devemos chamar, a despeito de todos os legítimos argumentos teológicos que se oponham, a dialética do bem e do mal. Uma situação má, qual seja, a divisão radical das sociedades e do planeta, é provocada pelas revoluções (antítese). As tensões nacionais e internacionais que ela gera clamam por um retorno ao bem, à unidade social e ao apaziguamento dos conflitos internacionais. Mas a síntese proposta, sob o disfarce de um retorno à normalidade, e que busca efetivamente um voltar à unidade social, não é de modo algum similar à situação inicial: o globalismo e o "Estado de todo o povo" não são mais do que a forma mais aperfeiçoada de

totalitarismo integral. Trocou-se a unidade social pelo totalitarismo, a unidade contra a totalidade.

Esse desvio rumo aos problemas globais, a interdependência e o holismo, nada disso nos desviou da estratégia pregada por Gramsci. Era preciso, segundo ele, atacar primeiro a superestrutura ideológica da sociedade, os valores transcendentais veiculados pela Igreja, os ideais, a concepção do homem e do mundo, para chegar à elaboração de um consenso. De acordo com essa filosofia, a *perestroika* pretende, de igual forma, modificar as mentalidades e provocar uma revolução psicológica:

> A necessidade de uma mudança se faz sentir não só no campo material da vida, mas também naquele da consciência pública.[114]

> Nós preparamos as massas para mudanças radicais. Isso implica em fornecer condições econômicas e psicológicas indispensáveis.[115]

> A economia era e continua sendo, entenda-se bem, nossa principal preocupação. Mas nós decidimos empreender, ao mesmo tempo, uma transformação psicológica e moral de nossa sociedade. Desde os anos setenta, muitos são aqueles que tomaram consciência de que não poderíamos mudar nada sem uma transformação radical do pensamento e da psicologia, da organização, do estilo e dos métodos de trabalho em todos os níveis – dentro do Partido, nas engrenagens do Estado assim como nos escalões superiores.[116]

As preocupações espirituais não escapam à *perestroika*, fenômeno totalitário:

> Hoje, a *glasnost* é um exemplo convincente de atmosfera espiritual e moral normal.[117]

> Acabamos de nos lançar numa empreitada capital e difícil nos campos

> político, econômico e espiritual.[118]

> A política só será coerente se a ideologia tiver como princípios fundamentais a bondade, a justiça, o humanismo, a espiritualidade.[119]

Nós iremos mostrar, nas páginas a seguir, que não se trata aí de um uso abusivo da palavra espiritual.

As questões éticas e morais são, naturalmente, abordadas pela mudança de estratégia inspirada por Gramsci:

> [A finalidade da *perestroika*] é a manifestação mais completa da natureza humanista de nosso sistema em seus aspectos cruciais – econômico, social, político e moral.[120]

> Chegando ao final desse dramático século XX, a humanidade deveria reconhecer a necessidade vital dos valores humanos, sua prioridade.[121]

> O interesse planetário desse documento é óbvio. A Declaração de Délhi [feita em 1986 por Rajiv Gandhi, primeiro-ministro da Índia, com Gorbatchev] é algo sem precedentes. Ela revela uma maneira filosófico-religiosa de abordar as relações interestado que é inteiramente nova.[122]

> Pela primeira vez na história, fundar a política internacional sob as normas morais e éticas comuns à humanidade inteira, assim como humanizar as relações interestados, tornou-se uma exigência vital.[123]

> Enquanto as nações não adotarem valores humanitários comuns e uma norma de respeito dos direitos da pessoa único para todos, nenhum dos problemas que se colocam a elas e à comunidade em seu conjunto poderá ser resolvido, o que significa que a segurança geral não poderá ser garantida.[124]

Enfim, as questões ecológicas, apresentadas de forma abusiva como sendo problemas globais, figuram em posição privilegiada nas obras *Perestroïka* e *L'avenir s'écrit liberté*.

> Paralelamente à ameaça nuclear, o novo modo de pensamento político considera a solução dos outros problemas globais, aí compreendidos o do desenvolvimento econômico e da ecologia, enquanto condições indispensáveis para se assegurar uma paz justa.[125]
>
> Isso se aplica não apenas ao desarmamento, à desmilitarização das atitudes mentais e da sociedade mesma, mas também às preocupações gerais pela humanidade, tais como os riscos ecológicos, o futuro dos recursos energéticos, a política sanitária, a educação, a alimentação, o crescimento demográfico, a agressão midiática e assim por diante.[126]
>
> Enquanto existirem armas nucleares, a segurança nacional continuará sendo uma ficção, qualquer que seja o nível de armamento.
> Enquanto não se organizar, em escala mundial, uma cooperação ecológica eficaz, cada Estado estará sob ameaça de uma degradação das condições físicas de sua existência.[127]

A perestroika hoje em dia

A *perestroika*, tal como exposta nos escritos de Gorbatchev e de Chevardnadzé, encontra-se atualmente em vias de realização. As citações anteriores descrevem efetivamente as tendências que conduzem o mundo, desde a queda do muro de Berlim. Essa continuidade é possível, primeiramente, por conta da influência considerável que exercem os “ex”-comunistas. Assim, Gorbatchev figura em 1996 entre os candidatos cotados para o cargo de secretário geral da ONU. As estruturas sobre as quais os ex-comunistas se apóiam exercem, também elas, um papel importante. Segundo Hans Graf Huyn, são três as tais estruturas:

> Primeiro, a Fundação Gorbatchev, que de um certo modo retomou as funções – e o pessoal – da Divisão internacional do Comitê Central do

> PCUS (*que à sua época havia sucedido ao Cominform e ao Comintern*), cuja missão consistia em aplicar a estratégia de Gramsci. Em seguida, o Conselho de Segurança, que sucede ao Politburo. Enfim, o ‘KGB interno’, que tem por função conceber e aplicar a estratégia de longo prazo no campo da política externa, incluindo aí as operações estratégicas de desinformação. [128]

E, com efeito, as produções da Fundação Gorbatchev são notáveis, e se enquadram perfeitamente na linha estratégica definida por Gramsci. Nessa fundação, Gorbatchev publicou recentemente uma pequena obra, intitulada *Em busca de um novo começo*,[129] título que em inglês tem uma forte conotação bíblica,[130] ou, mais precisamente, Nova Era, tratando-se de um novo começo. Seu subtítulo é: *Desenvolver uma nova civilização*. Gorbatchev prega, ali, a criação de uma nova civilização (p. 3) devendo substituir a civilização presente (p. 69, 77, 79), e ser universal (p. 68). A civilização atual, ainda profundamente cristã, devemos lembrar, é acusada de todos os males (p. 27, 15). Em particular, uma grave crise ecológica nos ameaça (p. 22), crise global que requer uma colaboração planetária (p. 25). Devemos, portanto, tomar consciência da unidade da humanidade (p. 27). “*Nós precisamos de um novo paradigma [*sic*] que nos conduzirá à realidade, então reconheceremos que a humanidade é apenas um elemento da natureza*”[131] (p. 31). Não se deve aqui denunciar, legitimamente, uma perspectiva panteísta e anticristã? “A humanidade é

uma parte da biosfera, ela e a biosfera formam uma unidade” (p. 33).

A nova civilização se apoiará, portanto, em valores comuns a toda humanidade (p. 4), valores sobretudo ecológicos:

> A ‘ecologização’ da política é a afirmação da prioridade dos valores comuns à humanidade, enriquecendo, desde a infância, a educação e a formação com um conteúdo ecológico, e desenvolvendo uma atitude nova e moderna com relação à natureza. Ao mesmo tempo, a ‘ecologização’ da política é o retorno da humanidade à consciência de seu pertencimento à natureza. O aperfeiçoamento moral da sociedade e o amadurecimento da civilização são impossíveis sem tal. (p. 35)
>
> Nós precisamos de um “novo sistema de valores” (p. 56), pois o sistema de valores ocidental (e, ainda, cristão, acrescentaríamos) é “cada vez mais anacrônico” (p. 67). Os novos valores propostos são aqueles das “religiões mundiais e das grandes doutrinas humanistas (p. 38).
>
> A meu ver, a atitude individual com relação à natureza deve tornar-se um dos principais critérios que assegurem a moralidade. Nos dias de hoje, não basta mais dizer “Não matarás”. A educação ecológica implica, sobretudo, respeito e amor por todos os seres vivos. É aqui que a cultura ecológica e a religião se encontram. (p. 64)

Essa obra-prima anticristã dispensa qualquer comentário… Mas a conversão de Gorbatchev, materialista ateu, herdeiro de Lenin, Stalin, Kroutchrev e Brejnev, antigo chefe do KGB e dos *gulags*, em mestre espiritual pede uma reavaliação radical da *perestroika*. O discurso de Gorbatchev agora toma ares claramente espiritualistas, não hesitando em convocar as “religiões mundiais e as grandes doutrinas humanistas”, e

orientando-se em direção a uma “espiritualidade” ecológica.

> Um dos paradoxos do século XX é a contradição entre as prodigiosas realizações tecnológicas da humanidade e nosso desenvolvimento espiritual e moral, amiúde decepcionante. (p. 41)

> Os papéis da cultura, religião, ciência e educação devem ser consideravelmente aumentados. A responsabilidade dos centros intelectuais, científicos e religiosos é imensa, e deve tornar-se premente. […]
> *Antes de mais nada, devemos voltar aos valores humanos já conhecidos, que se manifestam nos ideais das religiões mundiais assim como nas idéias socialistas, herdeiras de grande parte de tais valores.
> *Em seguida, devemos buscar um novo paradigma de desenvolvimento, baseado nesses valores e capaz de nos conduzir a uma cultura de vida verdadeiramente humanista, ou, mais especificamente, humanístico-ecológica. (p. 58 *sq*.)

> Em última análise, a principal fonte de nossos problemas não está no exterior, mas em nós, em nossas atitudes com relação aos outros, à sociedade e à natureza. (p. 74)

> As interações entre os homens de Estado em exercício ou reformados, líderes espirituais, altos executivos, cientistas, artistas, jovens e intelectuais devem crescer, tanto em nível nacional quanto em nível internacional. (p. 70)

> *Devemos encontrar um paradigma que integre todas as realizações do espírito e das ações humanas, sem nos ater à ideologia ou ao movimento político no qual se originam.* Esse paradigma só pode se apoiar em valores comuns, que a humanidade desenvolveu ao longo dos séculos. A busca por um novo paradigma deveria ser a busca por uma síntese daquilo que é comum e une os povos, os países e as nações, e não daquilo que os divide. (p. 59)

Os objetivos da perestroika

Os textos precedentes, corroborados pelos acontecimentos ocorridos após a queda do muro de Berlim bastam para demonstrar que a *perestroika* era um processo revolucionário, de inspiração leninista e gramsciana. Seu objetivo principal é portanto a tomada do poder em escala planetária. Sob essa perspectiva, **a convergência entre capitalismo e socialismo**, que se realiza diante de nossos olhos, não é mais que uma etapa que deverá conduzir à instauração de um governo mundial, ou, em um primeiro momento, de um sistema de poder global.

Essa convergência se faz evidente a partir do momento em que nos permitimos abandonar um tipo de pensamento habitual, que opõe direita a esquerda. A única confrontação política real que vigora em nossos dias, e age sobre quase todo o planeta, é esta que opõe os globalistas a seus adversários – que os chamemos nacionalistas ou antiglobalistas - um pequeno grupo que se opõe ao totalitarismo em suas diversas formas, como seu avatar mais recente, o globalismo. É verdade que os globalistas, detendo as mídias e os parlamentos que definem as *regras* a serem aplicadas, conseguiram desacreditar seus adversários e premiar-se a si próprios com os troféus da virtude democrática…

O capítulo precedente mostrou como a convergência entre capitalismo e comunismo poderia se efetuar sobre uma base de ultraliberalismo, aliando comunismo ao alto

e liberalismo embaixo. Se, deixando o ponto de vista internacional, voltamos aos assuntos puramente franceses, o conluio entre capitalismo e socialismo é flagrante: Beregovoy aplicando um programa de direita moderada, Balladur incapaz de se desviar da rota traçada em dez anos de socialismo, Chirac distribuindo o certificado de ex-combatente aos membros das Brigadas Internacionais e dissolvendo a Assembléia Nacional. Para um observador externo - e sobretudo para o observador interno - a diferença entre a direita e a esquerda é cada vez mais minguante. Em novembro de 1996, Jaques Chirac declarava que[132] "A segmentação tradicional direita-esquerda é, me parece, cada dia menos pertinente". Ele acrescentava que "Isso vale tanto para a cultura quanto para todo o resto". Por que não lembrar, aliás, de Jack Lang, o eterno ministro da cultura?

A análise precedente é totalmente confirmada por dois escritos de Sakharov: *Sakharov parle*[133] e *La liberté intellectuelle en U.R.S.S. et la coexistence*,[134] levando em conta que essas duas obras devem ser consideradas pelo que elas são, ou seja, não um autêntico protesto contra o regime comunista, aliás bastante impossível, mas como uma pura manobra de desinformação soviética. As razões para que assim se as considere são muitas. Mas antes de expô-las, é preciso responder à objeção que diz que, em o fazendo, estaríamos duvidando da boa fé de Sakharov. Na verdade, a questão da sinceridade de

Sakharov não se coloca, e não é nem um pouco difícil de imaginar os numerosos canais pelos quais as autoridades teriam podido influenciá-lo: outros "dissidentes" soviéticos, membros de sua família etc… A análise que segue não busca, portanto, julgar as intenções de Sakharov, mas dos textos que ele assinou, sem necessariamente ter consciência de seus significados políticos reais. Sabe-se, ademais, que os cientistas crêem muito facilmente possuir uma infalibilidade que os permitiria julgar qualquer assunto…

Harrison Salisburry, autor da introdução, posfácio e notas de *La liberté intellectuelle en U.R.S.S. et la coexistence*, e visivelmente favorável às teses de Sakharov, oferece um julgamento mais categórico a seu respeito:

> Todo leitor de formação marxista perceberá num piscar de olhos que as críticas de Sakharov foram pensadas 'de dentro' do sistema, ou seja, a partir de uma concepção marxista da sociedade, e, não, exteriormente a ela. É o que revela o primeiro parágrafo, no qual o autor trata de sua angústia em constatar a que ponto a política 'ainda está longe de ser tratada com o auxílio do método científico'. Alusão clara à tese de Marx.

De nossa parte, não buscaremos sondar rins e coração de Sakharov. Uma coisa é certa: os soviéticos não se opuseram à difusão desses textos, que circularam na URSS.

Para Golitsyne, *expert* em desinformação, as obras de Sakharov não representam a opinião de um adversário do regime soviético.[135] A noção mesma de "dissidente",

de uso externo, deve ser vista como produto da desinformação soviética. Os verdadeiros opositores “não se chamavam a si próprios de opositores e não eram assim chamados pelo regime. Eram conhecidos, nos documentos do KGB e do partido, sob a denominação de ‘inimigos do povo’” (p. 227). E os inimigos do povo eram expedidos ao Gulag…

Golitsyne também nota que “O acadêmico Andrei Sakharov [tinha] uma capacidade notável de sobreviver às perseguições do regime e continuar em contato com o Ocidente” (p. 227). Ele observa também (p. 231) que Sakharov, pai das armas nucleares e conselheiro científico de altíssimo escalão do governo soviético, tinha conhecimento de segredos militares vitais. “Seria portanto inconcebível, caso ele estivesse verdadeiramente em conflito com o regime e apresentasse portanto um risco para a segurança do país, que se tivesse permitido o contato de Sakharov com seus colegas e amigos ocidentais”.

Mas, sob nosso ponto de vista, o teor ideológico dos escritos de Sakharov nos parece provar ainda melhor que eles se inscrevem na estratégia soviética:

> Através de seu exemplo, e por outras formas de pressão indireta, o mundo socialista deve penetrar o mundo capitalista sob a via do desenvolvimento moral, **antes de fundir-se com ele**.
>
> Não seria necessário, no entanto, que **a aproximação com o sistema capitalista** tomasse a forma de uma conspiração desregrada, e dirigida

> contra o povo, como no caso extremo [da reconciliação soviético-alemã] de 1939-40.[136]

Este processo passará por diversas fases. Será marcado antes de tudo (p. 111 *sq.*) por uma luta ideológica impiedosa conduzindo “à vitória dos realistas, partidários de uma coexistência pacífica reforçada, de uma democracia madura e de reformas econômicas intensivas (1960-1980, essas datas correspondendo à hipótese mais otimista)”.

> Na etapa seguinte (na verdade, essas etapas se dão de forma mais ou menos sobreposta), na América e nos outros Estados capitalistas, as reivindicações de progresso social e coexistência pacífica crescerão sem cessar. O exemplo dos países socialistas e a pressão das forças progressistas (a classe trabalhadora e a *intelligentsia*), no interior dos países capitalistas, conduzirão à vitória definitiva da ala esquerdista, reformista entre os burgueses. Esta realizará um programa de aproximação (‘convergência’) com o socialismo, ou seja um programa de progresso social, de coexistência pacífica e de colaboração com os países socialistas em escala mundial. Ela realizará também uma transformação das estruturas da propriedade. Durante essa fase, o papel dos intelectuais se ampliará, e as forças do racismo e do militarismo serão demolidas (1972-1985).

O parágrafo anterior deve, naturalmente, ser lido não como a evolução provável da situação política de 1968, data da publicação da obra de Sakharov, mas como a exposição pública da estratégia soviética. Sabemos como os soviéticos “estimularam” as “forças progressistas (a classe operária e a *intelligentsia*)”. Seu papel contra as “forças do racismo”, na verdade opostas ao multiculturalismo destrutor dos povos, das nações e

portanto das liberdades é bem conhecido. Sua luta contra "as forças […] do militarismo", opostas ao pacifismo de forma mais objetiva e portanto defensoras da liberdade e independência nacionais, é igualmente conhecida de todos e continua viva ainda hoje.

> Enfim, no último estágio, a convergência de sistemas, sobre a base do socialismo, reduzirá as diferenças de estrutura social, estimulará a liberdade intelectual, o desenvolvimento científico e econômico, para conduzir à criação de um **governo mundial** e à eliminação das contradições entre as nações (1980-2000). […]
>
> Os progressos da biologia (durante essa fase e aquelas seguintes) permitirão agir sobre todos os processos da vida, e dirigi-los efetivamente, no nível da célula, do organismo, da ecologia e da sociedade, e isso tanto no que diz respeito à fecundação como à senescência, tanto nos processos psíquicos quanto na hereditariedade. Para poder se realizar verdadeiramente e de forma ordenada, tal revolução científica e tecnológica exigirá, além de uma prospecção rigorosa, que os valores humanos – morais, éticos e pessoais – sejam respeitados em todos os pontos. (No capítulo intitulado 'Perigos', o perigo de ver uma burocracia fazer um uso aberrante desse tipo de revolução foi mencionado de passagem, mas seria prudente nos estendermos quanto a esse assunto). Tal revolução não será conduzida a um bom termo senão sob a direção de uma **autoridade com vocação mundial, reunindo personalidades altamente competentes.** O plano que acaba de ser elaborado carece que as seguintes condições sejam reunidas em escala internacional: a) vontade de por fim às divisões atuais; b) redução das contradições e das divergências entre países capitalistas e socialistas graças a modificações estruturais no interior dos dois sistemas econômicos mundiais.[137]

Uma outra tradução desse texto, encontrada em *Sakharov parle*,[138] traz:

> *Tal revolução só será possível e inofensiva sob a direção de uma autoridade com vocação mundial 'intelectual', no sentido amplo do termo.*

Tais temas são tratados ainda hoje, após a *perestroika*. Em sua obra intitulada *Em busca de um novo começo*, Gorbatchev escreve esse texto do qual já citamos as últimas linhas:

> O futuro da humanidade não será definido pela oposição entre capitalismo e socialismo. Foi essa dicotomia que criou a divisão da comunidade mundial e toda a série de conseqüências catastróficas. *Devemos encontrar um paradigma que integre todas as realizações do espírito e das ações humanas, sem nos ater à ideologia ou ao movimento político no qual se originam.* Esse paradigma só pode se apoiar em valores comuns que a humanidade desenvolveu ao longo dos séculos. A busca por um novo paradigma deveria ser a busca por uma síntese daquilo que é comum e une os povos, os países e as nações, e não daquilo que os divide.[139]

Ao criar seu *State of the World Forum*, seminário anual que reúne personalidades e intelectuais progressistas de todas as origens, Gorbatchev concretiza um outro projeto de Sakharov. “A autoridade com vocação mundial ‘intelectual’” encontra aí um princípio de realização. O objetivo desse fórum foi claramente definido por Gorbatchev:

> Para começar, gostaria de sugerir que busquemos a criação de um tipo de *brain trust* global que se preocuparia com o presente e o futuro de nossa civilização. […]
>
> Entenda-se bem, a idéia de tal *brain trust* só pode se concretizar se ela for apoiada e realizada por personalidades reconhecidas, como dirigentes mundiais e cidadãos globais.[140]

Enfim, os processos de desarmamento e criação de órgãos de “defesa” supranacional se inscrevem na estratégia globalista da *perestroika*: lutar contra “as forças

[…] do militarismo” para desarmar as nações e submetê-las mais facilmente às instâncias internacionais. Assim, Chevardnadzé escrevia em 1991:

> É somente unindo os esforços de todos os Estados que poderemos estabelecer a Nova Ordem Mundial. Talvez eu incomode a todos com minhas propostas visando a restituir, ao Conselho de Estado-maior Militar do Conselho de Segurança, suas funções iniciais. Se isso se realizar, o Conselho de Segurança, fechando acordos com os Estados membros da ONU, poderá assumir o papel de bastião **plenipotenciário** da paz em toda parte do mundo, como previsto, aliás, na Carta da ONU. Sim, o Conselho de Segurança, e ninguém mais. […]
>
> Talvez seja uma idéia audaciosa demais, mas eu a formularei assim mesmo: virá talvez um momento – quem sabe? – em que a ONU aplicará sanções contra os governos que se recusem a dialogar, a entrar em negociação com os outros participantes nos conflitos. O diálogo seria, assim, reconhecido como o princípio universal e obrigatório para a resolução de problemas litigiosos. Já colocamos em operação as ‘inspeções sem direito a recusa’. Talvez seja preciso adotar também o princípio de ‘negociações sem direito a recusa’?.[141], [142]

---

30. Mikhail Gorbatchev, *Perestroïka, Vues neuves sur notre pays et le monde*, Paris, J’ai lu, 1998.

31. Anatoly Sobtchak, *Russie: du totalitarisme à la démocratie*, Hachette, 1996, p. 24, 25.

32. Françoise Thom, *Les fins du communisme*, Paris, Critérion, 1994, p. 113 *sq*.

33. Ver, por exemplo: Georges Mink e Jean-Charles Szurek, Pour une analyse complexe du communisme, *Le Monde*, 27 novembre 1997, p. 15; Alexander Adler, A Moscou, l’avenir appartient... au passé, *Le Monde*, 3 de abril de 1998, p. 1 e 16.

34. “Na Rússia os esforços de ‘deskagebização’ do deputado S. Belozertsev fracassaram quando ele se deu conta de que a fração democrata do parlamento russo tinha muito a temer com essa empreitada – era raro que o KGB recrutasse entre os *apparatchiks* patenteados. Havia, portanto, sem dúvida menos espontaneidade do que parece na ascensão fulgurante dos “democratas” (membros do PCUS em sua maioria, não esqueçamos), no seu sucesso em

vencer as emboscadas dispostas contra eles pela velha guarda, sobretudo as temíveis comissões eleitorais controladas por aparelhos, encarregada de filtrar candidaturas. Ademais, cada candidato teve de receber a investidura de um “coletivo de trabalho”, ou seja de uma célula do partido. Os programas dos futuros democratas são todos eles similares: trabalham sobre o mote “anti-instituição”, fazem campanha pela ecologia, contra a corrupção das *nomenklaturas* no poder”.
Na Polônia, o governo Olszewski caiu no mesmo instante em que insinuou querer ‘deskagebizar’ a instituição policial polonesa pós-comunismo. Em Moscou, foi posta a questão quanto ao parlamento russo ainda nos embalos do *putsch* fracassado de agosto de 1991, provocando a seguinte resposta do vice-ministro de Segurança do Estado, S.V. Stepachine: “Se eu dissesse, por engano, que um terço dos deputados e dos membros do Soviete Supremo são agentes do KGB, poderíamos trabalhar juntos em seguida?… O que pensaríamos de nossos amigos? Abandonemos essa idéia…” Cf. *Rapport de la Commission d’enquête sur la tentative de coup d’Etat des 19-21 août 1991*, fevereiro de 1992”. *Les fins du communisme, op. cit.*, p. 76.
35. Brian Crozier, Hans Huyn, Constantine Menges, Edouard Sablier, *Le Phénix rouge*, Monaco, Editions du Rocher, 1995, p. 108, 123, 159, 160; A. Sobtchak, *Russie: du totalitarisme à la démocratie, op. cit.*, p. 23.
36. Hubert Bassot, *Du nouveau à l’Est? Niet*, Paris, Téqui, 1993, p. 123 *sq.*; Vladimir Boukovsky, *Jugement à Moscou*, Paris, Robert Laffont, 1995, p. 506 *sq.*; B. Crozier *et al.*, *Le Phénix rouge*, *op. cit.*, p. 84, 108; Euvgeny Novikov, Patrick Bascio, *Gorbachev and the Collapse of the Soviet Communist Party*, New York, Peter Lang, 1994, p. 211 *sq*.
37. *The New American*, vol. 12, nº 11, May 27, 1996, p. 4 *sq*.
38. “[O]s americanos [descobriram] que os russos modernizam, hoje, uma base secreta nos Montes Urais (*Le Monde* de 18 de abril). Descoberta explorada pelo jornal americano *New York Times*, confirmada logo em seguida pelo Pentágono e **negada**, em Moscou onde está sediado, pelo Comando da Força Russa de Mísseis Estratégicos.
“[…] Mais recentemente, antes mesmo do *New York Times*, o diário britânico *Sunday Times*, a revista especializada *Jane’s Intelligecene* e a carta do Centro Europeu de Informação (CEI) questionavam, desde fevereiro, o sentido dos trabalhos de planejamento conduzidos nos Urais. […]
“Hoje, computadores estão prontos para acionar automaticamente os mísseis SS-24, SS-25 e alguns SS-18 que estão situados a grande distância e que poderiam

ser disparados sem o consentimento das três autoridades de Moscou (o presidente, o ministro da defesa e o chefe de estado-maior das forças armadas), aptas a ordenar, caso preciso, o apocalipse nuclear. Pode-se supor a comoção nos estados-maiores ocidentais. Como escreve Pierre de Villemarest, o diretor do CEI, em sua carta de informação em que faz ressoar a opinião dos *experts* da OTAN, **pode-se perguntar se os russos de fato crêem na estabilidade e no interesse de uma "parceria" estratégica,** tão difícil de ser edificada, entre os Estados Unidos e a Europa" (Jacques Isnard, *Le Monde*, 28 de abril 1996, p. 4, grifo nosso).
"As grandes manobras estratégicas, compreendendo sobretudo a simulação de um ataque contra os Estados Unidos organizada pelos russos em 1993, assim como outros sinais visíveis, conduziram os altos funcionários americanos a concluírem que "o exército russo continua a se preparar para se lançar em uma "guerra nuclear contra os Estados Unidos" (B. Crozier *et al.*, *Le Phénix rouge*, *op. cit.*, p. 317. Ver também p. 316.
39. *Liberátion*, 27 de abril de 1996, p. 9.
40. B. Crozier *et al.*, *Le Phénix rouge*, *op. cit.*, p. 26.
41. Nova Ordem Econômica Internacional.
42. Uma crítica detalhada do ultraliberalismo e uma exposição sobre os prejuízos que ele aporta às sociedades desenvolvidas e em desenvolvimento escapam, naturalmente, ao quadro da presente obra.
43. Hans Graf Huyn, *Tromperie sur les étiquettes*, Lausanne, Documentation chrétienne, nº VIII, março de 1993.
44. *Op. cit.*
45. Anatoliy Golitsyn, *New Lies for Old*, Nova Iorque, Dodd, Mead & Compagny, 1984.
46. Anatoliy Golitsyn, *The Perestroika Deception*, Londres, Edward Harle, 1995.
47. Quarta conferência dos ministros de educação dos Estados membros da região européia, Paris, de 21 a 27 de setembro de 1988, *Relatório final*, Paris, UNESCO, 1989, p. 6.
48. Javier Perez de Cuéllar, *L'anarchie ou l'ordre, Rapports du Secrétaire general sur l'activité de l'Organisation*, 1982-1991. Nova Iorque, Nações Unidas, 1991, p. 198, 199.
49. Quarta conferência dos ministros de educação dos Estados membros da região européia, de 21 a 27 de setembro de 1988, *Relatório final*, Discurso do secretário executivo da Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa, *op. cit*, p. A2.6 e 7.

50. Nesse aspecto, nossa interpretação diverge radicalmente de Boukovsky. Nosso trabalho precedente mostrou suficientemente que o perigo coletivista e totalitário não desapareceu, mas que a revolução apenas mudou de estratégia. A presente obra desenvolverá essa tese e provará que a revolução pedagógica não é o único elemento da estratégia revolucionária do pós-*perestroika*, e que a revolução ecológica constitui igualmente um seu temível componente.
51. Discurso de M.S. Gorbatchev diante dos representantes da ciência e cultura no CC do PCUS do dia 06/01/1988. Texto reproduzido em *Literatournaia Gazeta*, nº2 (5224) de 11/01/1989, p. 1.
52. *Gorbatchev and the Collapse os the Soviet Communist Party*, Euvgeny Novikov e Patrick Bascio, Petel Lang Publishing, Inc. Nova Iorque, 1994.
53. Vladimir Boukovsky, *Jugement à Moscou*, *op. cit.*, p. 483 *sq.* Ver também p. 261 *sq.*
54. Novikov e Bascio, *Gorbatchev and the Collapse of the Soviet Communist Party*, *op. cit.*, p. 47.
55. *Ibid.*, p. 1.
56. *Bureau of Intelligence and Research.*
57. *Ibid.*, p. 50, 51.
58. Crozier *et al.*, *Le Phénix rouge*, *op. cit.*, p. 122.
59. *Op. cit.*
60. *Breakthrough News*, Winter/Spring 1994, Nova Iorque, p. 2.
61. A. Golitsyn, *New Lies for Old*, *op. cit.*
62. *Soviet Analyst*, vol. 23, nº 8, February-March 1995, London, p. 19; *The New American*, vol. 11, nº 19, September 18, 1995, p. 29.
63. James Angleton foi diretor dos serviços de contra-espionagem da CIA.
64. Edward Jay Epstein, *Deception: The Invisible War between the CIA and the KGB*, Londres, 1989, p. 82 *sq.* Citado por Hans Graf Hyun *in* B. Crozier, *Le Phénix rouge*, *op. cit.*, p. 148 e 149.
65. A. Golitsyn, *New Lies for Old*, op. cit., p. 38. Grifo nosso.
66. A. Golytsin, *The Perestroika Deception*, *op. cit.*, p. 32.
67. Edouard Chevardnadzé, *L'avenir s'écrit liberté*, Paris, Editions du Seuil, Editions Odile Jacob, 1991, p. 104.
68. A. Golitsyn, *New Lies for Old*, *op. cit.*, p. 38.
69. A. Golitsyn, *New Lies for Old*, *op. cit.*, p. 131, 132.
70. *Ibid.*, p. 338, 339. Grifo nosso.
71. *Ibid.*, p. 44 e 45.
72. *Ibid.*, p. 10.

73. *Ibid*., p. 67.
74. P. 28, 29, 38, 61, 67, 68, 116, 176, 208.
75. Lenin morreu em 1924, em plena NEP.
76. Ver, a esse respeito: E. Novikov, P. Bascio, *Gorbachev and the Collapse of the Soviet Communist Party*, *op. cit*., p. 4, 60, 105.
77. Mikhail Gorbatchev, *Perestroïka*, *op. cit*., p. 27 *sq.*
78. *Ibid*., p. 40. Grifo nosso.
79. *Ibid*., p. 61, 62.
80. *Ibid*., p. 68, 69.
81. É sabido que, em dezembro de 1958, Mao se demitiu de suas funções de presidente da República, mas conservou aquelas de presidente do Partido. A razão alegada oficialmente fora que ele havia decidido se dedicar ao estudo da ideologia. Em 1996, ele lançou a Revolução Cultural – muito distante, em sua realização, da estratégia de Gramsci, tendo como saldo um fracasso estrondoso.
82. Georgi Arbatov, *The System*, Random House, Inc., New York, 1992, p. 221, citado em Golitsyn, *The Perestroïka Deception*, *op. cit*., p. xxii, prefácio do editor.
83. E.Novikov, P. Bascio, *Gorbatchev and the Collapse of the Soviet Communist Party*, *op. cit*., p. 39.
84. Considerando a importância **capital** dos problemas globais na ideologia globalista e neocomunista, somos obrigados a expor ao leitor numerosos excertos sobre o tema.
85. *Solve*. Antítese.
86. *Et coagulare*. Síntese.
87. E. Chevardnadzé, *L'avenir s'écrit liberté*, *op. cit*., p. 13.
88. Essas poucas palavras de Chevardnadzé resumem perfeitamente a crítica mais radical que se possa fazer da pretensa interdependência de que querem nos convencer. Só podemos lamentar o fato de os revolucionários não se haverem contentado apenas com essa salutar concepção.
89. Edouard Chevardnadzé, *L'avenir s'écrit liberté*, *op. cit*., p. 13.
90. *Ibid*., p. 164.
91. *Ibid*., p. 119.
92. *Ibid*., p. 126. Grifo nosso.
93. Golitsyn, *The Perestroïka Deception*, *op. cit*., p. 145.
94. *Cf*. V. Lenin, *L'Etat et la révolution*, Editions en langues étrangères, Pékin, 1978, ch. V.
95. *Ibid*., p. 157.

96. M. Gorbatchev, *Perestroïka, op. cit.*, p. 329.
97. *Ibid.*, p. 205.
98. *Ibid.*, p. 194.
99. *Ibid.*, p. 196.
100. A ONU?
101. M. Gorbatchev, *Perestroïka, op. cit.*, p. 303.
102. *Ibid.*, p. 199.
103. *Ibid.*, p. 208 *sq*.
104. *Ibid.*, p. 197.
105. Santo Tomás lembra que "*omnis malus est ignorans*" e que "*errant qui operantur malum*" (*Suma teológica*, I-II, qu. 78, art. 1).
106. E. Chevardnadzé, *L'avenir s'écrit liberté, op. cit.*, p. 133.
107. M. Gorbatchev, *Perestroïka, op. cit.*, p. 277.
108. *Ibid.*, p. 12.
109. Tomada no sentido de cosmovisão.
110. E. Chevardnadzé, *L'avenir s'écrit liberté, op. cit.*, p. 102.
111. M. Gorbatchev, *Perestroïka, op. cit.*, p. 198.
112. *Ibid.*, p. 206.
113. S.S. Pie XI, *Divini Redemptoris*, 19 mars 1934. Sainte-Céneré, Aux Editions Saint-Michel. p. 10.
114. M. Gorbatchev, *Perestroïka, op. cit.*, p. 26.
115. *Ibid.*, p. 134.
116. *Ibid.*, p. 32.
117. *Ibid.*, p. 103.
118. *Ibid.*, p. 76.
119. E. Chevardnadzé, *L'avenir s'écrit liberté, op. cit.*, p. 127.
120. M. Gorbatchev, *Perestroïka, op. cit.*, p. 43.
121. *Ibid.*, p. 209.
122. *Ibid.*, p. 272.
123. *Ibid.*, p. 203.
124. E. Chevardnadzé, *L'avenir s'écrit liberté, op. cit.*, p. 133.
125. M. Gorbatchev, *Perestroïka, op. cit.*, p. 205.
126. *Ibid.*, p. 223, 224.
127. E. Chevardnadzé, *L'avenir s'écrit liberté, op. cit.*, p. 132.
128. Hans Graf Huyn, *in* B. Crozier, *Le Phénix rouge, op. cit.*, p. 147, 148.
129. Mikhail Gorbatchev, *The Search for a New Beginning: Developing a New Civilization*, San Francisco, HarperSanFrancisco, 1995.

130. As primeiras palavras do Gênesis se traduzem em inglês como: "*In the beginning*".
131. Em itálico no texto.
132. *Le Figaro*, 24 de novembro de 1996, p. 4.
133. Andrei Sakharov, *Sakharov Parle*, Paris, Editions du Seuil, 1974.
134. Andrei Sakharov, *La liberté intellectuelle en U.R.S.S.*, Paris, Gallimard, 1976.
135. Anatoliy Golitsyn, *New Lies for Old*, *op. cit.*, p. 227, 231, 234.
136. *La liberté intellectuelle en U.R.S.S.*, *op. cit.*, p. 107. Grifo nosso.
137. *Ibid.*, p. 114, *sq*. Grifo nosso.
138. *Op. cit.*, p. 101. Itálicos do texto.
139. *Ibid.*, p. 59.
140. State of the World Forum, *1995 Final Report*, San Francisco, The State of the World Forum, 1995, p. 39.
141. *L'avenir s'écrit liberté*, *op. cit.*, p. 200 *sq*. Grifo nosso.
142. O leitor poderá se reportar ao Pacto Sinarquista do Império que formulava, desde os anos 1940, proposições bastante similares às teses expostas nesse capítulo. O Pacto Sinarquista do Império é reproduzido na obra de Geoffroy de Charnay (Raoul Husson) intitulada *Synarchie, panorama de 25 années d'activité oculte* (Paris, Editions Médicis, 1946).

CAPÍTULO III

MAQUIAVEL PEDAGOGO

Maquiavel pedagogo, ou O ministério da reforma psicológica[143] expõe como o sistema educativo deverá tornar-se, em escala mundial, o veículo de uma revolução psicológica destinada a mudar **os valores, as atitudes e os comportamentos.** O referido trabalho se apóia em textos públicos, e portanto irrecusáveis, provenientes de organizações internacionais (UNESCO, OCDE, Conselho Europeu, Comissão de Bruxelas etc.). Dois documentos citados devem atrair particular atenção. Primeiramente, *Declaração mundial sobre educação para todos* e *Quadro de ação para responder às necessidades educacionais fundamentais*, adotados na Conferência Mundial sobre Educação para Todos (Jomtien, Thailandia, 5 a 9 de março de 1990),[144] na qual 155 governantes e uma vintena de organismos internacionais estavam representados. Em seguida, as atas da Quarta Conferência dos Ministérios de Educação dos Estados Membros [da UNESCO] da Região Européia, organizada pela UNESCO em cooperação com a Comissão das Nações Unidas para a Europa (Paris, 21-27 de setembro de 1988).[145] O nível dessas conferências mostra claramente que as decisões que foram ali tomadas

não seriam negligenciadas ou subestimadas. A descrição da revolução psicológica realizada nos parágrafos que seguem se apóia principalmente nesses textos, assim como em outros similares, provenientes de instituições internacionais.

As técnicas de manipulação psicológica permitem, hoje, que se modifique com bastante facilidade as atitudes, valores e comportamentos. Elas se apóiam essencialmente na **psicologia do comprometimento** e na **teoria da dissonância cognitiva**. A teoria do comprometimento demonstra que, em geral, os homens se sentem **comprometidos** por seus atos realizados anteriormente. Se, por exemplo, pede-se permissão a um grupo controle para se instalar em seu jardim um grande painel de conscientização para a prudência no trânsito, que cobriria no entanto uma grande parte de sua fachada, obtém-se somente 16,7% de respostas favoráveis. Se, no entanto, pede-se primeiramente aos membros de um segundo grupo autorização para que se cole, em sua janela, um simples adesivo de conscientização pela prudência no trânsito, e somente em seguida pede-se autorização para instalar o painel em seu jardim, a taxa de aceitação sobe, aí, para 76%:[146] os membros do segundo grupo se sentem **comprometidos** por seu ato anterior (colar um adesivo em sua janela). Podemos ver que se trata de um procedimento extremamente potente: o ato incitado (instalar um painel em seu jardim) serve

como ato comprometedor e conduz os sujeitos a aceitar intervenções cada vez mais pesadas. Chamada “pé na porta”, essa técnica é utilizada em diversos campos: gestão de pessoal e descentralização, negociações comerciais e internacionais e, sobretudo, naquilo que diz respeito a este capítulo, educação.

Uma dissonância cognitiva é uma contradição entre dois elementos do psiquismo de um indivíduo: valor, sentimento, atitude, conhecimento, lembrança de um ato anterior, etc… É muito fácil provocar dissonâncias cognitivas. As técnicas como a do pé na porta podem servir para obter de um sujeito atos em contradição com seus valores e atitudes. O exercício do poder ou da autoridade (de um professor, por exemplo) permite facilmente chegar ao mesmo resultado. O “esclarecimento de valores”, técnica psicopedagógica bastante utilizada, provoca voluntariamente dissonâncias cognitivas (exemplo: você está num barco que afunda, com seu pai e sua mãe; há apenas um colete salva-vidas. O que você faz?). A experiência prova que um indivíduo posto em situação de dissonância cognitiva terá forte tendência a reorganizar seu psiquismo de forma a tentar reduzi-la. Especialmente se um sujeito foi levado a expor publicamente ou com freqüência (em aulas que se repetem, por exemplo) um ato em contradição com seus valores anteriores, ele terá tendência a modificar esses valores para amenizar a tensão em que se encontra. Em

outras palavras, se um indivíduo foi **comprometido** em um certo tipo de comportamento, ele terá tendência a **racionalizá-lo**. Trata-se, entenda-se bem, de uma tendência estatística claramente perceptível e não de um fenômeno sistematicamente observado: as teorias citadas não pretendem resumir a totalidade da psicologia humana, mas somente fornecer técnicas de manipulação facilmente aplicáveis. Dispõe-se assim de um procedimento potente e de aplicação simples, que permite modificar os valores, atitudes e comportamentos e fazer com que se internalize os valores desejados. Ele requer a participação **ativa** do sujeito, que deve executar ações que o comprometam e o conduzam a atos contrários às suas convicções. Tal é a justificação teórica dos **métodos pedagógicos ativos** assim como aquela das técnicas de lavagem cerebral.

Ora, essas técnicas de manipulação psicológica são agora, e cada vez mais, utilizadas nos sistemas de educação de diferentes países. A *Declaração Mundial Sobre Educação para Todos*, adotada quando da conferência de Jomtien, menciona desde sua página três que "Toda pessoa – criança, adolescente ou adulto – deve poder se beneficiar de uma formação concebida para responder às suas necessidades educacionais fundamentais. […] (conhecimentos, aptidões, valores, atitudes)" e, na página cinco, que "os métodos ativos, baseados na participação, são particularmente eficazes

para assegurar tal aquisição [dos valores úteis]". Num texto notável, publicado pela UNESCO, o autor chega inclusive a expor as técnicas que permitem "a modificação das atitudes em escala internacional".[147]

Os objetivos da revolução psicológica estão à altura das "esperanças" que tais técnicas suscitaram nos revolucionários. Eles almejam nada menos que uma "mudança radical das finalidades dos sistemas educacionais".[148] Será dado às crianças um ensino "multidimensional", ou seja, espiritual, ético, estético (à moda de Jack Lang), afetivo, ideológico, político, social e cultural etc… A revolução ética, particularmente, deve eliminar todos os valores religiosos incompatíveis com a ideologia dominante. É preciso necessariamente aniquilar a influência da família e lutar contra "a transmissão 'familiar' dos preconceitos".[149]

A revolução cultural se inscreve perfeitamente na linha das idéias de Gramsci. Quer-se criar sociedades multiculturais, em seguida interculturais, para eliminar todos os particularismos religiosos e psicológicos que obstam a Nova Ordem Mundial. Aí, novamente, os textos são explícitos: visa-se abertamente à "formação de uma identidade cultural nova"[150] e se interroga sobre aquilo que "pode fazer a escola face às crenças e ao imaginário coletivos que alimentam as culturas e constituem seu centro".[151]

Em termos concretos, essa revolução psicológica é veiculada, na França, pelos Institutos Universitários de Formação de Professores (IUFM). As técnicas de descentralização, que permitem o comprometimento das pessoas, também são amplamente utilizadas. O sistema é - ou será - guiado por avaliações cada vez mais precisas dos resultados obtidos por alunos e educadores. Alguns testes de avaliação difundidos pelo Instituto Nacional da Pesquisa Pedagógica (INRP) são igualmente utilizados "para avaliar, em psicopatologia, os efeitos de uma terapia seguida pelo educador".[152]

Trata-se aqui, portanto, de uma verdadeira revolução psicológica, ética e cultural, que se desenvolve silenciosa e impunemente em todo o planeta. Ora, aí está o ponto fundamental: a conferência de Jomtien se deu em 1990, e portanto *após* a queda do muro de Berlim. Mais, segundo a tese atualmente aceita, a *perestroika*, posta em prática já há muitos anos, havia suprimido a ameaça soviética. O comunismo, que "desapareceu" pouco tempo após "num simples passe de mágica", não poderia, segundo essa tese, constituir qualquer ameaça. Como explicar, portanto, o consenso ao qual chegaram 155 países em Jomtien em 1990? E como a revolução pedagógica pode prosseguir até hoje, se seus criadores, como se diz oficialmente, desapareceram? Por outro lado, quase todos os países, mesmo os mais conservadores, aplicam as decisões que foram tomadas em Jomtien, e a França não é

uma exceção. Quais razões ditam essa escolha aparentemente inexplicável e indefensável?

A despeito de todas essas questões, dois fatos parecem bem estáveis. Antes de mais nada, o globalismo já exerce, por intermédio das instituições internacionais e por meio do consenso internacional obrigatório, um poder considerável que conduz as nações "independentes" a aplicarem as políticas revolucionárias. Em seguida, o comunismo e a revolução não desapareceram; tendo tomado as organizações internacionais, eles somente adotaram novos meios de ação.

---

143. Pascal Bernardin, *Maquiavel pedagogo, ou O ministério da reforma psicológica*, *op. cit*.

144. *Déclaration mondiale sur l'éducation pour tous et Cadre d'action pour répondre aux besoins éducatifs fondamentaux*, Conférence mondiale sur l'éducation pour tous, Jomtien, Thaïlande, 5-9 mars 1990, Paris, UNESCO, 1990.

145. Quatrième conférence des ministres de l'éducation des Etats membres de la région Europe, organisée par l'UNESCO avec la coopération de la Commission des Nations Unies pour l'Europe, Paris, 21-27 septembre 1988, *Rapport final*, ED-88/MINEDEUROPE, Paris, UNESCO, 1988.

146. Freedmanm J.L., Fraser, S.C. Compliance without pressure: the foot-in-the-door technique, *Journal of Personality and Social Psychology*, vol. 4, nº 2, p. 195-202, 1996.

147. E.E. Davis, *La modification des attitudes*, Rapport et documents de sciences sociales, nº 19, Paris, UNESCO, 1964, p. 3.

148. Colloque Réussir à l'école, Lisbonne/Estoril, Portugal, 20-24 mai 1991, *Rapport final*, UNESCO, p. 55. Esse colóquio foi aberto pelo primeiro-ministro português.

149. Quatrième conférence des minsitres de l'Education des Etats membres de la région Europe, *Perspective et tâches du développement de l'éducation en Europe*

à l’aube d’un nouveau millénaire, Paris, UNESCO, 198, p. 14 (ED-88/MINEDEUOROPE3).

150. OCDE/CERI, *L’école et les cultures*, Paris, OCDE, 1989, p. 8.

151. *Ibid*., p. 72.

152. Sous la direction d’André de Peretti, *Recueil d’instruments et de processus d’évaluation formative*, Paris, INRP, 1980, tome I, p. 527. Encontram-se aí diversos testes psicológicos.

CAPÍTULO IV

TEORIA DOS SISTEMAS E PROBLEMAS GLOBAIS

O despotismo oriental

Karl Wittfogel nasceu em 1896 e fez seus estudos na Alemanha. A partir de 1922, ele publicou diversos trabalhos de sociologia, história e sociologia chinesa de inspiração marxista. Ele foi o teórico do Extremo-Oriente da IIIª Internacional. Em 1931, os ideólogos soviéticos condenaram suas idéias. Os nazistas o internaram em 1933. Entre 1935 e 1937 ele realizou uma viagem de estudos à China. Em 1938, Stalin condenou suas teses. Em 1957, ele publicou um de seus trabalhos principais: *Oriental Depotism, A Comparative Study of Total Power.*[153]

Wittfogel é um ideólogo de primeira linha, e *O despotismo oriental*, uma obra capital. Nem tudo, é claro, deve ser admitido como válido, e veremos que o autor generalizou sua teoria, estendendo-a a sociedades nas quais ela não se aplica. Especialista em China, ele quis encaixar em seu quadro teórico sociedades e épocas as mais diversas. Suas hipóteses arqueológicas se revelaram falsas e os fatos o contradisseram. Entretanto, *O*

despotismo oriental; um estudo comparativo do poder total descreve precisamente alguns dos processos fundamentais em aplicação hoje em dia na sociedade mundial. Convém que não nos debrucemos sobre os erros de Wittfogel, mas que guardemos sua intuição fundamental, assim como os globalistas o fizeram.

Como o título de sua obra indica, Wittfogel estuda o poder total através do despotismo oriental. Ele chama de sociedade hidráulica uma sociedade cuja “economia agrícola […] necessita de trabalhos de irrigação e regulação das inundações em grande escala e dirigidos pelo Estado (agricultura hidráulica)”.[154] Wittfogel insiste na dimensão institucional de sua teoria: “essa nova terminologia, que enfatiza as instituições em detrimento da geografia, facilita a comparação com a ‘sociedade industrial’ e a ‘sociedade feudal’”. Com efeito, uma sociedade hidráulica implica uma burocracia encarregada da concepção, realização, manutenção e gestão das obras hidráulicas: canais, diques, aquedutos, barragens etc… Ela deve **planejar** a construção dessas obras, requisitar a mão-de-obra necessária à realização de trabalhos gigantescos e gerir os materiais e as substâncias necessárias. Resulta daí uma **integração** planejada do conjunto da sociedade. O aparelho hidráulico torna-se um aparelho político e a hierarquia hidráulica se funde em osmose com a hierarquia política. As sociedades hidráulicas utilizam freqüentemente essa organização

para realizar outros importantes trabalhos [keynesianos] tais como a construção de aquedutos, reservatórios de água potável, canais de navegação, gigantescas estruturas de defesa, estradas, palácios, capitais, tumbas, templos etc…

A burocracia hidráulica detém, portanto, um poder tal que se chega a ter **“um Estado mais forte que a sociedade”**, que exerce sobre os trabalhadores um poder “maior que aquele das empresas capitalistas”. Reconhece-se na gestão da água um problema comum e sistêmico, a meta suprema que permite a concentração de energias de toda uma sociedade. Instaura-se, então, uma propriedade de terras burocrática, um capitalismo burocrático e uma aristocracia rural burocrática.

A agricultura hidráulica conduz, com efeito, a uma revolução organizacional e institucional fundamental. O Estado hidráulico desenvolve uma contabilidade e arquivos que o permitem controlar a sociedade. Ele deve, igualmente, criar meios de transporte e postos de trabalho que aumentam seu controle sobre as províncias mais distantes. Os trabalhos hidráulicos requerem impostos crescentes e confiscos de terra, atingindo a estrutura da propriedade rural no seu íntimo e, portanto, atingindo a estrutura da própria sociedade. O Estado-providência prospera, enfraquecendo toda oposição. O Estado hidráulico é, portanto, onipresente e as instituições são a ferramenta dessa dominação. Chega-se a um poder

absoluto, sem controle institucional e sem contrapeso social.

O poder do Estado hidráulico limita-se apenas por suas fraquezas institucionais. Particularmente, a “lei de rentabilidade administrativa decrescente” faz com que, a partir de um certo nível, o custo administrativo seja superior ao ganho político e social. Aumentar a administração apresenta, então, mais inconvenientes que vantagens. [A descentralização é uma das técnicas que permitem superar, em certa medida, essa limitação]. O déspota pode e deve, portanto, recorrer ao terror [ou aos seus substitutos modernos] para conservar o controle absoluto da sociedade. O terror psicológico conduz à solidão ou alienação total. O déspota reina, assim, sobre uma sociedade atomizada que não lhe oferece risco algum. Mantendo-se essa sociedade sob controle, o poder pode afrouxar, em aparência, suas rédeas. Formas primitivas de controle não-aversivo podem surgir. O paralelismo com a *perestroika* merece ser enfatizado:

> É possível que a aparição simultânea de novas técnicas de produção agrícola, coerção militar e comunicação rápida (e a certeza que estes dois últimos elementos asseguravam a manutenção do controle governamental) tenha encorajado os chefes da sociedade chinesa a experimentar, ousadamente, formas extremamente livres de propriedade rural? Quaisquer que tenham sido as razões desse passo decisivo, uma vez efetuado, sua aplicação revelou-se politicamente possível e rentável do ponto de vista agronômico e fiscal.[155]

Wittfogel critica a sociologia e a análise econômica clássicas, que “não leva[m] em consideração o poder enquanto fator independente, gerador de uma classe”.[156] A sociedade hidráulica engendra duas classes: os chefes do Estado hidráulico, privilegiados, e os plebeus.[157] A mesma análise vale para a URSS e a Alemanha de Hitler. Essas linhas poderiam ser repetidas literalmente para descrever a sociedade dual que surge com a instauração das instituições internacionais. Marx conheceu os conceitos de sociedade asiática (hidráulica) e de despotismo oriental. Preferiu abandoná-los, e o Estado marxista termina por reproduzir os vícios da sociedade hidráulica.

> Em 1873, Bakunin prosseguia seu ataque em seu livro *Estatismo e Anarquia*, sublinhando o fato que o Estado socialista, tal como concebido por Marx, ‘conduz ao despotismo por um lado e à escravidão por outro’. A teoria marxista ‘é uma mentira, atrás da qual se dissimula o despotismo de uma minoria governante, uma mentira que é ainda mais perigosa na medida em que aparece como expressão ostensiva da vontade do povo’.[158]

Também Lenin tinha consciência de que o plano de nacionalização das terras deixaria “intacta a manutenção da velha ordem semi-asiática”. Ao final de sua vida ele qualifica, por diversas vezes, o regime soviético como “asiático” (hidráulico), chegando até mesmo a dizer que o aparelho soviético era, “em grande medida, a continuidade do antigo aparelho… Somente se retocou a pintura da superfície”.[159] Podemos compreender, sem dificuldades, a razão das repetidas condenações de que

Wittfogel foi objeto, sendo que o próprio conceito de sociedade asiática ou hidráulica ocupa grande espaço no pensamento de Marx e de Lenin.

À luz dos conceitos expostos anteriormente, a tese de Wittfogel pode ser formulada da seguinte maneira: um **objetivo supra-ordenado**, carecendo da colaboração de toda uma sociedade para resolver um **problema transversal** que congrega todos os setores de atividades. Uma casta dirigente, encarregada da resolução desse problema, emerge, portanto. As instituições sobre as quais ela se apóia tornam-na mais forte que a sociedade. Esse esquema descreve precisamente a utilização deliberada e totalitária da ideologia ecologista globalista.

Lembremos que Wittfogel não era um intelectual marginal qualquer. Ao contrário, ele teve sob sua responsabilidade os problemas do Extremo-Oriente para a IIIª Internacional (Komintern) e suas idéias, ainda que condenadas por razões políticas e, não, ideológicas, não foram esquecidas. A oposição que ele encontrou se explica pela natureza de suas análises. Entretanto ele comete erros que foram severamente repreendidos, e tiraram o crédito da sua obra. Não tendo claro o conceito de objetivo supra-ordenado, que ele confunde com a gestão das obras hidráulicas, Wittfogel é levado a enxergar sociedades hidráulicas onde os dados arqueológicos provam que elas nunca existiram. Podemos imaginar com que deleite os marxistas ortodoxos

expuseram seus erros, sem tentar fazer surgir objetivos supra-ordenados, que poderiam haver substituído a gestão das obras hidráulicas.

Conrad e Demarest, em *Religião e Império*,[160] obra notável por diversas razões, criticam com muita razão as abordagens e os erros de Wittfogel.[161] Eles se apóiam nos trabalhos arqueológicos recentes, e a perspectiva deles não parece refutável. No entanto suas próprias pesquisas poderiam tê-los conduzido a uma postura mais indulgente com relação a Wittfogel. Eles se interessam principalmente pelos Impérios Asteca e Inca, e buscam elementos ideológicos e religiosos que permitam a expansão deles. Ao fazê-lo, eles acabam por encontrar objetivos supra-ordenados – sem explicá-los para além daquilo que já havia feito Wittfogel. Assim, os astecas tinham uma missão sagrada: travar as guerras e realizar os "sacrifícios necessários à preservação do universo, ameaçado diariamente de aniquilação".[162] Esses precursores dos ecologistas também deviam salvar o planeta. Os incas eram igualmente movidos por uma missão divina:

> As múmias reais realizaram aquilo que Inti [o deus solar] sozinho não pôde fazer: elas deram ao povo inca não apenas uma identidade nacional, mas, também, uma missão divina. Os direitos de propriedade dos reis mortos foram os elementos determinantes, que permitiram fundir as instituições econômicas, sociais, políticas e religiosas em um sistema expansionista sustentado por um culto imperial.[163]

As motivações[164] dos incas e dos astecas se apóiam em deveres sagrados: a preservação do universo ou a propagação da “verdadeira” religião. Eles serviram como justificativa à expansão de seus impérios. Neste sentido, trata-se de dois exemplos de manipulação ideológica, deliberada e temporariamente exitosa:

> Como dissemos, as reformas ideológicas conduzidas pelos chefes militares mexicanos e incas […] foram verdadeiramente revolucionárias. As novas religiões de Estado realizaram aquilo que as modificações culturais precedentes não puderam realizar – a integração dos fatores econômicos, sociais, políticos e religiosos em cultos de expansão imperial.[165]

A obra de Conrad e Demarest trata, principalmente, de manipulações ideológicas, e nós voltaremos a essa dimensão fundamental da ecologia globalista. A despeito das qualidades raras de seu trabalho, os autores puderam escrever as linhas precedentes sem ver, ou querer ver, a impressionante semelhança entre suas análises e aquelas de Wittfogel – sem, aliás, negar que os Impérios Inca e Asteca, uma vez estabelecidos, serviram-se igualmente do controle da irrigação para reforçar sua manutenção de poder. Desse modo, tanto Wittfogel quanto seus críticos estudaram sociedades erguidas em torno de diferentes objetivos supra-ordenados, sem no entanto expor esse conceito de forma clara.

A noção de finalidade suprema, entretanto, não é nova. Kurt Mendelssohn[166] defendeu a idéia de que a construção das pirâmides permitiu ao poder egípcio criar

o primeiro Estado provocando profundas modificações políticas e sociais. Uma administração central se instalou progressivamente, congregando tribos que haviam estabelecido, até então, apenas relações muito distantes com o poder central. As necessidades impostas pelas obras levaram a administração a elevar impostos e a encarregar-se dos trabalhadores e suas famílias, que se tornaram assim totalmente dependentes do poder central. Aldeias economicamente isoladas se encontraram, então, integradas numa economia centralizada. Essas modificações sociais e políticas foram naturalmente irreversíveis. A estrutura política aí estabelecida se manteve após a construção da última pirâmide. Mendelssohn chega até a sugerir que “os egípcios empreenderam, de forma deliberada, a construção desses monumentos gigantescos, para estabelecer uma estrutura política e econômica altamente organizada”.[167] Uma vez essa estrutura estabelecida, ela pôde ser utilizada para fins econômicos mais gratificantes que a construção das pirâmides. Keynes somente retomou essas técnicas comprovadamente eficazes de centralização.

Nós dispomos de um testemunho mais direto sobre a importância de um objetivo supra-ordenado para a estabilidade de uma sociedade, e a consciência que dele tinham os homens antigos. Santo Agostinho relata[168] que Cipião, “o homem mais virtuoso aos olhos de todo o Senado”, se opunha à destruição de Cartago.

Contrariamente a Catão, ele temia que a perda desse inimigo pudesse ameaçar a segurança e provocar a ruína de Roma. Ora, uma vez Cartago destruída, uma vez o grande temor de Roma dissipado, “a concórdia pereceu e foi corrompida por cruéis e sanguinárias rebeliões” provocando guerras civis.

A teoria dos sistemas

É preciso, agora, esclarecer os conceitos utilizados. Um problema **sistêmico** influi na totalidade de uma sociedade, ou ao menos sobre diversos de seus subsistemas vitais. Sua natureza sistêmica permite transbordar os limites dos subsistemas estranhos a seu subsistema de origem. De tal forma, o efeito estufa é, em primeira análise, apenas um problema ecológico. Um estudo superficial mostra, entretanto, que ele poderia trazer graves conseqüências econômicas, e, portanto sociais, políticas etc.; seria impossível diminuir a emissão de CO_2 em 60 ou 80% sem provocar profundas mutações industriais.

Um problema **global** concerne ao planeta como um todo, e portanto todas as nações. Para que ele continue sendo global, e não possa ser trazido ao quadro local - tornando-o passível de ser resolvido por um país isolado - ele deve carecer da colaboração de todas as nações. Assim, o efeito estufa seria um problema global, envolvendo quase todas as nações e impondo uma baixa

geral da emissão de CO_2. Veremos, a seguir, que um objetivo verdadeiramente global, que requeira a colaboração de todos, é igualmente chamado objetivo supremo ou supra-ordenado. Com efeito, as diferentes finalidades que as nações se impuseram separadamente se diluem diante de tais problemas globais, que podem pôr em risco a própria sobrevivência da humanidade. A noção de problema global pode, naturalmente, ser aplicada a comunidades mais restritas que o conjunto da humanidade. Ela designa, nesse caso, problemas que não podem ser resolvidos senão por meio de uma colaboração entre grupos diferentes, e por vezes opostos até então. Note-se que um problema global não é necessariamente sistêmico, podendo envolver diversos grupos ou nações deixando de implicar segmentos consideráveis de suas sociedades. Um problema global **e** sistêmico oferece possibilidades de exploração ideológica inesgotáveis. Assim, Wittfogel, Conrad e Demarest mostraram, com o controle da irrigação e os cultos de expansão imperial, as dinâmicas sistêmicas e globais envolvendo toda a China e as sociedades inca e asteca.

A teoria dos sistemas e a análise sistêmica subentendem a noção de problema sistêmico. Essa teoria foi alvo de numerosas críticas, e alguns cientistas de altíssimo nível, de honestidade intelectual exemplar, recusam-se até mesmo a ouvir falar dela. Parece, no entanto, que tal atitude é devida a um grave mal-

entendido. A teoria dos sistemas não pretende – ou não deveria pretender – oferecer o que quer que seja de novo às ciências ditas exatas. O aparelho matemático do qual ela se vale, e que só faz retomar noções bem conhecidas, deve ser considerado como um simples elemento secundário da abordagem sistêmica. A teoria dos sistemas é, na verdade, uma metodologia de estudo e de análise dos sistemas complexos, aos quais ela permite uma decomposição em subsistemas menores, e portanto de mais fácil intelecção. Mas, sobretudo, ela pode prover, quando em certas mãos, temíveis armas ideológicas e sofísticas, cujas críticas não foram, infelizmente, divulgadas até agora. Tal nos parece ser a verdadeira causa das profundas divergências de julgamento que ela suscita. Entretanto, não nos parece nem um pouco razoável negar-se a conhecer uma arma ideológica tão importante, quer o nosso ponto de vista seja aquele de um cientista ou de um revolucionário.

O próprio Von Bertalanffy, “pai” da teoria geral dos sistemas,[169] estava totalmente convencido das aplicações potencialmente totalitárias de seus trabalhos, e não hesitava em expô-las com clareza:

> Isso nos conduz ao problema fundamental do valor da ciência em geral e das ciências sociais e do comportamento, em particular.
>
> Cita-se, comumente, o seguinte argumento referente ao valor da ciência e seu impacto sobre a sociedade, sobre o bem-estar da humanidade. […] ‘O que falta, infelizmente, é o conhecimento das leis da sociedade humana, e, conseqüentemente, uma tecnologia sociológica. […] Se nós dispuséssemos

> de uma ciência da sociedade humana suficientemente desenvolvida e uma tecnologia correspondente, seria o fim do caos, da destruição iminente de nosso mundo atual'.
>
> Isso parece bastante plausível; é na verdade uma versão moderna do conselho de Platão: somente com dirigentes filósofos é que a humanidade será salva. Há, entretanto, um 'hiato' nessa argumentação. Sabemos com bastante clareza como seria um mundo controlado cientificamente. Na melhor das hipóteses seria algo como o *Admirável Mundo Novo* de Aldous Huxley, e, na pior delas, *1984* de Orwell. Por experiência, podemos dizer que os resultados científicos são tão ou mais utilizados para a destruição do que para a construção. As ciências do comportamento humano e da sociedade não são exceção a essa regra. De fato, o maior perigo dos sistemas totalitários modernos é talvez que eles estejam terrivelmente avançados, não somente no plano da técnica física ou biológica, mas também no plano da técnica psicológica. Os métodos de sugestão de massa, liberação dos instintos da fera humana, condicionamento e controle do pensamento se desenvolveram com formidável eficácia; isso porque o totalitarismo moderno é tão terrivelmente científico que faz o absolutismo dos períodos anteriores parecer diletante e relativamente inofensivo. O controle científico da sociedade não é o grande caminho em direção à Utopia.
>
> […] Esse é, creio eu, o preceito último que uma teoria organizacional pode nos fornecer; não um manual para ditadores de toda espécie, eficaz para dominar os seres humanos aplicando leis de ferro cientificamente, mas uma advertência: o Leviatã da organização não pode engolir o indivíduo sem automaticamente perdê-lo.[170]

Podemos imaginar com facilidade os efeitos que as advertências de von Bertalanffy causaram no Leviatã. Concordamos, portanto, com a opinião dos cientistas que estimam que a teoria dos sistemas introduz poucas novidades no plano conceitual. Tal julgamento deve, entretanto, ser temperado com uma avaliação realista e severa de suas potencialidades totalitárias e dos

consideráveis progressos que ela permite no domínio do controle social, ainda que ela só se utilize de conceitos já bem dominados pelos cientistas.

Globalismo e teoria dos sistemas

Essa abordagem tão simples fascina, entretanto, os globalistas – e com razão. Com ela é possível apreender o sistema mundial. Ela fornece uma metodologia que os conduz a um esquema, ainda que grosseiro, eficaz para operar esse sistema. As referências ao pensamento sistêmico são muito freqüentes nas publicações das instituições internacionais. Lembremos, ao lê-los, das advertências de von Bertalanffy:

> Sendo o meio ambiente um sistema de relações, todas as ações devem ser consideradas a partir de uma análise de sistemas, através de métodos interdisciplinares que – eles apenas - podem ajudar a apreender a realidade em seu todo. Isso quer dizer que um diagnóstico social contínuo deve ser instaurado, e ele sustentará as ações indispensáveis. (ONU, Assembléia Geral)[171]
>
> Os elos entre pobreza, [super]população, consumo e meio ambiente, assim como o caráter sistêmico de suas interações tornaram-se mais claros. (Comissão Sobre a Governança Global)[172]
>
> Os economistas não deveriam mais dominar a macro-política; eles devem passar por reciclagens nos campos referentes ao desenvolvimento sustentável tais como a antropologia, sociologia, ecologia, análise de sistemas e a teoria do caos. (UNEP)[173]
>
> Sistemas complexos
>
> 1. Cada coisa é ligada a todas as outras. Precisamos pensar o mundo como sendo formado por sistemas com três componentes: seus elementos, suas interconexões e suas funções ou finalidades.

> 2. Os sistemas são mais que a soma de suas partes. Eles são dominados por suas relações mútuas e suas finalidades. […]
>
> 4. Os sistemas são organizados em hierarquias, o que significa que cada coisa é ligada a todas as outras, mas nem sempre de maneira igualmente próxima. (UNESCO, UNEP)[174]

> Essa reunião deveria ser uma etapa no processo que parte do estudo de formas simples de integração entre o meio ambiente e o desenvolvimento, conduzindo à compreensão de suas relações mútuas complexas, à luz da teoria geral dos sistemas. (ISSC)[175]

> De acordo com este autor, a explicação mais pertinente do modelo ecológico é resumida na seguinte proposição: 'O Universo deve ser concebido como uma hierarquia sistemática de complexidade organizada – uma miríade de todos dentro de todos, interconectados e reagindo reciprocamente. Nessa perspectiva, um sistema individual não pode ser devidamente compreendido independente de suas relações com o meio ambiente do qual ele é parte integrante'. (Universidade das Nações Unidas)[176]

A visão sistêmica não poderia ser condenada enquanto tal. Tudo o que ela faz é retomar a noção de hierarquia, insistindo nas relações entre os diversos subsistemas. Suas aplicações revolucionárias, entretanto, são várias, e Ilya Prigogine, membro do "globalíssimo" Clube de Roma, lembra que "a filosofia hegeliana da natureza faz dela um sistema".[177] Pois, com efeito, a teoria dos sistemas serve de justificação a sofismas perigosíssimos que encontraremos a todo instante ao estudar a ecologia globalista.

Primeiramente, e por sua própria essência, a teoria dos sistemas insiste nas relações entre os diversos subsistemas e suas interações, conduzindo-os ao

surgimento de novos sistemas mais complexos. As particularidades dos subsistemas acabam, então, imersas numa visão global – holística. Aplicada ao domínio social, essa perspectiva conduz à negação do indivíduo, fazendo dele – como disse von Bertalanffy – um membro de "uma comunidade de formigas ou cupins governados por um instinto hereditário e controlados pelas leis de um todo superordenado".[178] Com efeito, para os revolucionários o todo é superior à soma das partes, coisa que seríamos incapazes de negar: uma sociedade é bastante superior à soma de seus membros desorganizados. Mas essa superioridade, evidenciada aqui no domínio da organização social, deve imediatamente ser temperada pela consideração das qualidades específicas, particularmente aquelas espirituais dos indivíduos, que os tornam estritamente incomparáveis à sociedade. Dessa forma, a superioridade do todo num certo domínio não significaria sua superioridade absoluta sobre suas partes. Se o todo é superior à soma de suas partes em certos domínios, isso não significa de modo algum que elas devem se dissolver diante dele, sobretudo quando se trata de homens. Numa subversão da noção de bem comum, a globalização orienta as mídias, e portanto a atenção e o pensamento dos homens, sobre os pretensos problemas sistêmicos que os permitirão submeter o conjunto da humanidade. O indivíduo desaparece, então, automaticamente. Ele não

tem lugar numa perspectiva simplesmente sistêmica que serve de justificação ideológica a manobras totalitárias. Dois elementos se conjugam na elaboração desse discurso. Primeiramente, a teoria dos sistemas, que não precisa se preocupar com os indivíduos, abandonando seu estudo a outras ciências. E em seguida a "função editorial das mídias", que opta deliberadamente por insistir sobre os problemas sistêmicos e negligenciar a dimensão individual. O controle sistêmico (e totalitário) da sociedade parece, então, se impor.

A análise sistêmica, utilizada de forma abusiva, provoca portanto uma modificação profunda na concepção do homem, que, de ser espiritual, se vê subjugado à escala de um mero cupim. Ela permitiu, de igual forma, a definição do conceito de problema sistêmico, cujas conseqüências se estendem, por definição, a diversos domínios. Os problemas sistêmicos, reais, exagerados ou imaginários, constituem alavancas ideológicas incomparáveis, que permitem a intervenção em todos os domínios, sob pretextos os mais fúteis e descabidos. Dessa forma será possível, por exemplo, reformar as instituições internacionais sob pretexto de ameaças ecológicas. Diz-se que suas conseqüências indiretas, que tocariam todos os setores de atividade humana, não poderiam ser devidamente controladas por diversas instituições especializadas cada uma em seu domínio estrito. Propõe-se então a criação de uma nova

organização, encarregada das questões ecológicas, mas devendo, através desse único aspecto, interferir em todas as outras instituições. Assim é posto em funcionamento um esboço de governo mundial. As referências explícitas ou não aos problemas sistêmicos são portanto abundantes nas publicações internacionais:

> Ressaltando que a paz e a segurança internacionais devem ser compreendidas de maneira integral e que os esforços da Organização [das Nações Unidas] para edificar a paz, a justiça, a estabilidade e a segurança devem incluir não apenas as questões militares, mas também, por meio de seus diferentes órgãos especializados, os aspectos pertinentes nos campos político, econômico, social, humanitário, do meio ambiente e de desenvolvimento. (Boutros Boutros-Ghali)[179]

> Os processos que provocam o aquecimento global são muito complexos, e sistêmicos por natureza. (OMM, Maurice Strong)[180]

> Um outro conceito aparece após a transformação global. É o conceito de humanidade enquanto um todo. (Universidade das Nações Unidas)[181]

> Dentre os princípios espirituais fundamentais que devem guiar a aplicação sistemática da *Agenda 21* encontra-se a unidade da humanidade. (UNEP)[182]

> Consciente da estreita interdependência que existe entre a paz, a segurança, o desenvolvimento e o meio ambiente, […]. (UNESCO, ministros europeus da educação)[183]

> Está claro, com efeito, que as mudanças necessárias para melhorar nosso meio ambiente de maneira significativa e durável devem fundar-se sobre novas tecnologias, o que bastaria para demonstrar, caso necessário, que os problemas complexos do mundo moderno estão estreitamente imbricados e não podem ser resolvidos de maneira isolada. É impossível remediar a degradação do meio ambiente sem abordar os problemas do desenvolvimento econômico e industrial, as políticas energéticas e de transporte, o crescimento demográfico e os problemas sociais. Somente uma abordagem global, mobilizando uma ampla gama de disciplinas, nos

permitirá começar a abrir novos caminhos para o futuro. (UNESCO, conferência dos ministros europeus da educação)[184]

A tomada de consciência das estreitas relações existentes entre a paz, o desenvolvimento, a proteção do meio ambiente e o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais comprovam a renovação, nas relações internacionais, do espírito que animava os autores da Carta da Organização das Nações Unidas e do Ato constitutivo da UNESCO. (UNESCO)[185]

Essas pesquisas permitiram que se definissem novos modos de integração dos conteúdos educativos por meio de temas integradores [sistêmicos ou transversais] e da abordagem sistêmica, assim como métodos de ensino ativos concebidos para desenvolver a participação, o comprometimento social e o senso das responsabilidades nas populações-alvo da educação ambiental. (UNESCO)[186]

A Conferência de Tbilisi [conferência intergovernamental organizada pela UNESCO com a cooperação do PNUE] reafirmou os principais objetivos da educação relativa ao meio ambiente, a saber, uma maior consciência e uma maior preocupação por conta do público, ao redor do mundo, quanto à interação e interdependência dos fatores ecológicos, econômicos, políticos e sociais no meio ambiente e dos problemas que daí decorrem. (UNESCO, conferência dos ministros da educação)[187]

A educação relativa ao meio ambiente deveria:
Considerar o meio ambiente em seu conjunto – natural e criado pelo homem, tecnológico e social (econômico, político, tecnológico, histórico-cultural, moral, estético);.[188]

Não é exagero, portanto, enfatizar o crescimento da complexidade dos sistemas, tanto em nível nacional quanto internacional. Como formula André Danzin,[189] ‘o súbito crescimento de complexidade nos retirou de um sistema social acessível à lógica, e nos lançou num organismo social dominado por reações cibernéticas’. Num ambiente demasiado complexo, com suas instabilidades e desequilíbrios, o que caracteriza o conjunto da humanidade de hoje em dia, os sistemas de retroação são tão numerosos, e tão profundamente emaranhados, que é difícil chegar a uma representação de um modelo global. É ainda mais árduo apreender esses sistemas pelo

> bom senso e a intuição, ou mesmo de se construir uma imagem mental aproximativa. (Clube de Roma)[190]

> Assim, as questões científicas em torno do buraco da camada de ozônio tomaram, ao final dos anos 70, novas dimensões. Com efeito, a proteção da camada de ozônio tornou-se o protótipo da nova geração de questões ambientais exposta no capítulo um. Os pesquisadores tiveram de ir muito além da química atmosférica para compreender o que se passava na camada de ozônio. Eles tiveram que estudar o planeta como um sistema, no seio do qual se desdobram processos físicos, químicos e biológicos interconectados, tanto sobre a terra quanto na água e na atmosfera. Tais processos são, eles mesmos, influenciados pelas forças políticas, econômicas e sociais.[191]

Os verdadeiros problemas sistêmicos são, entretanto, muito raros. Assim, é preciso ajudar a realidade vez ou outra:

> Fazendo parte do sistema de segurança no sentido lato do termo, a segurança ecológica se une a seus outros elementos (militar, política, econômica e humanitária). Isso não apenas **cria a correlação necessária** entre a segurança ecológica e os outros problemas globais, mas também condiciona a realização de um efeito de sinergia. (Universidade das Nações Unidas)[192]

Os problemas sistêmicos servem, portanto, para justificar reformas em todos os domínios. Em sentido inverso, eles permitem igualmente que se interdite toda ação tida como inoportuna. O argumento se desdobra da seguinte maneira: passado um certo limiar, novos fenômenos surgem; o exemplo mais conhecido é aquele da gota d’água que faz transbordar o vaso, e cujo efeito é essencialmente diferente daquele das outras gotas. Numa situação sistêmica, uma modificação radical do comportamento de um subsistema poderia, pouco a

pouco, desestabilizar a totalidade do sistema mundial. Convém portanto não fazer nada. Esse raciocínio foi consagrado pelo “princípio de precaução”, que pretende que toda ação seja proibida até que suas últimas conseqüências tenham sido elucidadas. A aplicação do princípio de precaução, é claro, pode ser deixada de lado pelos globalistas, que o ignoram tão logo ele obste seus objetivos.

> O fato que a atmosfera global funcione como um sistema complexo torna difícil a previsão das conseqüências que podemos engendrar [por meio do efeito estufa]. Isso não significa que essas mudanças sejam improváveis, mas que elas poderiam se dar de forma súbita e sistêmica. Nossa civilização estando minuciosamente adaptada aos moldes de nosso ambiente global – sistema que permaneceu relativamente estável ao longo da história da civilização – toda mudança brusca nesse esquema global traria efeitos perturbadores potencialmente catastróficos à civilização humana. (Al Gore) [193]

Há, evidentemente, uma contradição flagrante entre a utilização da teoria dos sistemas para fins revolucionários, no qual qualquer problema sistêmico serve de pretexto para profundas reformas em todos os campos, e a utilização “conservadora” do princípio de precaução, baseado ele também no pensamento sistêmico, mas que proíbe qualquer ação.

Esses dois raciocínios, esses dois sofismas, que na realidade não são nem absolutamente verdadeiros e nem absolutamente falsos, se alternam de acordo com o interesse dos globalistas. A “função editorial das mídias”

permite que se selecione os aspectos da realidade que favorizem, em dado momento, a realização dos objetivos globalistas, negligenciando todos os processos antagônicos. Ora, num sistema complexo, composto, por definição, por uma multidão de subsistemas que reagem em círculos de retroação, existem sempre, para cada ação, efeitos negativos, os quais basta que sejam colocados em manchete para que se os executem midiaticamente e se os proíbam. Os efeitos positivos, que podem ser muito mais importantes, mas se opõem à utopia globalista, são então simplesmente ignorados, lançados às trevas exteriores da mídia.

Os sofismas sistêmicos permitem, de igual forma, que se dilua ao extremo a noção de causalidade, fundamento do pensamento racional e oposto ao pensamento mágico, holístico e ecológico. As influências recíprocas, no seio de um sistema, são tão numerosas que qualquer ação pode ocasionar inúmeras reações, modificando radicalmente as conseqüências da ação inicial. Se esta pretendia fazer aumentar diretamente os preços do petróleo, suas conseqüências distantes, provocadas pelas reações que ela terá suscitado, conduzirão a uma baixa do preço. A noção clássica de causalidade deve ser substituída por aquela da análise sistêmica. Por mais inacreditável que possa parecer, esse raciocínio capcioso aparece com freqüência nos escritos globalistas. Ora, a causa não pode ser posterior ás suas conseqüências.

> O princípio de causa e efeito não é mais aplicável em cibernética; é impossível distinguir entre um e outro, e, aliás, a questão nem mesmo se aplica aqui.[194]

> A ecologia e a economia são, com efeito, estreitamente ligadas – cada vez mais, aliás – em escala local, regional, nacional e mundial: é um emaranhado inextricável de causas e efeitos. (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento)[195]

Os sofismas tirados da teoria dos sistemas apresentam semelhanças impressionantes com aqueles tratados por Aristóteles nas *Refutações sofísticas*.[196] O assunto mereceria longos desenvolvimentos, que nos conduziriam a um estudo mostrando toda a influência que o pensamento, a civilização e a mitologia gregas exercem sobre a ideologia globalista. Para nos atermos ao essencial, ressaltemos o fato de que Aristóteles distingue sete espécies de paralogismos independentes do discurso, dentre os quais aqueles que consistem em apresentar “como causa aquilo que não é causa” e aqueles que “reúnem diversas questões em uma só”, tais como os problemas sistêmicos e suas “correlações necessárias”. Os sofismas que se sustentam naquilo que é verossímil, como um leve aumento da temperatura global devido ao efeito estufa, são também ali expostos.[197] Enfim, a obra inteira é atravessada pela questão dialética da composição e divisão, limitada, por Aristóteles, ao campo do discurso, mas que poderia ser estendida a toda realidade, da qual ele não é senão uma modalidade. “As proposições seguintes estão ligadas à divisão, quais

sejam, *Cinco é dois e três, e ímpar* [na medida em que compreende três] *e par* [na medida em que compreende dois], *o maior é igual ao menor, uma vez que é esta quantidade e ainda mais*”.[198] De maneira similar, um problema sistêmico será dividido em seus efeitos benéficos e nefastos, tornando-se ele mesmo ora um e ora outro, segundo os imperativos políticos do momento.

Em sentido inverso, a composição [sistêmica] permite conciliar os contrários. *“Alguém pode caminhar enquanto sentado e escrever enquanto não escrevendo”*.[199] Nós mostramos anteriormente como a composição de diversos subsistemas em um só conjunto permitia que se conciliasse democracia e dirigismo, livre iniciativa e coletivismo.

De maneira menos negativa, a abordagem sistêmica permite identificar os componentes-chave de um sistema. Uma ação relativamente moderada sobre estes trará conseqüências globais, sistêmicas, estendendo-se aos outros componentes. Naturalmente, esses componentes-chave são raros, e o papel da análise sistêmica é precisamente o de identificá-los. A sofística sistêmica faz de todo sistema, qualquer que seja, um componente-chave exercendo grande influência sobre todos os outros. Uma vez esses componentes-chave tendo sido detectados, a ação revolucionária se concentrará sobre eles, negligenciando os aspectos secundários. Parte-se então para uma “aprendizagem coletiva” dos subsistemas

almejados. Citemos três elementos – dentre tantos outros – capazes de provocar perturbações sistêmicas: os valores, o direito e a economia. A modificação das leis, regras, normas, constituições e estruturas institucionais permite profundas modificações sistêmicas. Michel Crozier, sociólogo francês, um dos três autores do relatório da Comissão Trilateral intitulado *A Crise da Democracia*,[200] expunha suas idéias desde 1970:

> Não se trata de substituir uma parte do poder público vigente, ou de acrescentar a seu lado um novo sistema, mas de contribuir para a ação que vise a mudar suas regras de jogo, de forma que o novo jogo possa dar resultados diferentes.
>
> É também esse o método que deveria nos permitir lançar e promover processos de aprendizado, em nível institucional ou mais geralmente coletivo, parecidos com aqueles que podemos empreender em nível individual. Os sistemas múltiplos que constituem as unidades de ação coletiva são formados por homens capazes de aprender individualmente, mas cujas ações em plano coletivo escapam a qualquer intervenção consciente e racional. Ora, é a transformação dessas regras de jogo que constitui o único progresso aceitável na perspectiva democrática, coisa que, apesar do que possa parecer, nunca ninguém nem sonhou colocar em questão. […]
>
> Esses conhecimentos são de difícil compreensão, e estamos longe ainda de dispor do fundo de experiência e teoria necessários, sobretudo em matéria de aprendizado coletivo. Mas podemos, ao menos, afirmar que uma boa utilização da capacidade de análise já existente deveria nos permitir, em diversos casos, determinar os pontos mais sensíveis do sistema que queremos fazer evoluir, e tentar operar a custo muito reduzido as mudanças mais adequadas para estimular os processos de aprendizado, que constituem por sua vez a única solução ao problema.[201]

Modificar os valores permite, igualmente, que se exerça uma influência sistêmica profunda:

> Para cada decisão importante tomada pelo governo, há milhares de escolhas feitas por indivíduos que se somam umas às outras, e acabam por eclipsá-la totalmente. É preciso, portanto, para fazer com que a civilização humana tome outra direção, influenciar os critérios e valores que formam e guiam esses milhares de escolhas cotidianas.[202]

No domínio econômico, a manipulação das regras de estabelecimento do PNB permite modificar sistemicamente o comportamento dos atores econômicos e governamentais. Essa manipulação das **regras** conduz os atores que a elas estão submetidos a agir em conformidade com as vontades globalistas sem subtrair-lhes a nefasta ilusão de liberdade. Assim, Al Gore dedica todo um capítulo de sua obra à modificação das regras de estabelecimento do PNB. Essas idéias foram retomadas na Conferência do Rio:

> Seria preciso também examinar os conceitos atuais de crescimento econômico, e a necessidade de se criar novos conceitos de riqueza e prosperidade que permitam que se melhorem as condições de vida, que modifiquem os modos de vida e que sejam menos onerosos aos recursos não renováveis do planeta, e estejam em maior harmonia com suas capacidades. Esses elementos deveriam estar refletidos na elaboração de novos sistemas de contabilidade nacional e outros indicadores de desenvolvimento sustentável.[203]

Proposições semelhantes a essa foram feitas em 1995, no *State of the World Forum*, seminário anual organizado por Gorbatchev.

> O grupo entrou em acordo ao reconhecer a necessidade de se corrigir esse modo de avaliação do progresso, e assim reorientar as economias em direção a um futuro mais durável. Formou-se um consenso quanto à necessidade de se encontrar um modo de avaliação mais amplo, que

medisse a qualidade de vida para além das preocupações estreitas do PIB.[204]

Sun Tzu

As noções de regulação cibernética e controle sistêmico surgem daí. Ora, Sun Tzu, o grande estrategista que influenciou profundamente Mao Tse-Tung e o pensamento militar dos países do bloco soviético, fundou suas análises sobre conceitos similares.[205] O **potencial de situação** é a idéia fundamental sobre a qual ele baseia seu pensamento estratégico.

> Levando em consideração as vantagens apresentadas por meus planos, o general deve criar situações que contribuam para a sua realização.[206]

> A ordem ou desordem dependem da organização; a coragem ou covardia das circunstâncias; a força ou fraqueza das disposições. […]
> Assim, aqueles que almejam provocar um movimento do inimigo o conseguem criando uma situação na qual ele deva se dobrar; […]
> É por isso que um chefe de exército qualificado busca a vitória na situação, e não em seus subordinados. […]
> Aquele que conta com a situação utiliza seus homens em combate como quando se faz rolar troncos ou pedras. Ora, é próprio à natureza dos troncos e pedras estar em equilíbrio num solo firme, e móveis num solo instável.[207]

Assim, um exército próximo à fronteira será tentado a desertar, e o general não deve se demorar por ali. No entanto, em terreno mortal, “sobre o qual [nosso] exército só pode sobreviver combatendo com a energia do desespero”, é aí que o general deve convocar o combate.

> Pois é da natureza dos soldados resistir quando estão cercados, combater até a morte quando não há outra solução, e, quando estão na floresta, obedecer

cegamente.[208]

O pensamento chinês insiste na noção de situação, que carece de ser criada para que em seguida se desenvolvam, de forma inevitável e mecânica, suas potencialidades. “Ele faz o exército entrar profundamente no território inimigo e, aí, aperta o gatilho”. É o **sistema** que importa, e não o homem. A coragem ou covardia dependem das circunstâncias. A **regulação** dos processos é automática, pois que ela é apenas a conseqüência espontânea de uma situação minuciosamente controlada. Esse controle se exerce desde a raiz, o mais afastado possível. “Combatam os planos [inimigos] desde o princípio”. O pensamento de Sun Tzu faz-se sistêmico: a raiz consistirá nos subsistemas chave, os elementos determinantes que controlam a situação, que fixam as leis de conjunto.

> Aqueles que são *experts* na arte da guerra praticam o ‘Tao’ e respeitam as leis; estão portanto à altura de elaborar uma política vitoriosa.
>
> Tu Mu: ‘O Tao é a via da humanidade e da justiça; «as leis» são as regras e as instituições. Aqueles que exercem a arte da guerra com excelência cultivam primeiramente sua própria justiça e protegem suas leis e instituições. De tal modo eles tornam seu governo invencível’.[209]

A ação é indireta, sistêmica:

> Assim, avance por vias indiretas e distraia o inimigo de modo a ludibriá-lo. […] Quem é capaz de agir de tal forma compreende a estratégia do direto e do indireto.[210]

A oposição entre as técnicas aversivas e não-aversivas, bolcheviques e mencheviques, ressurge. A ação se dissolve diante do não-agir, o condicionamento e a

transformação efetuada modificando o potencial da situação. A forma perfeita do despotismo chinês floresce nesse condicionamento – essa manipulação política a distância que atinge seu ápice na sociedade hidráulica.

> Concentre suas forças contra o inimigo e, a mil léguas de distância, você poderá matar seu general.[211]

A IIASA

Laxemburgo abriga a antiga residência de verão dos imperadores da Áustria. Os globalistas, sempre atentos aos símbolos destinados aos iniciados, instalaram aí a IIASA,[212] o Instituto Internacional de Análise Aplicada de Sistemas. Essa instituição discreta, desconhecida do grande público, desempenha um papel fundamental na *perestroika* e na polêmica do efeito estufa. A revolução globalista, destinada a varrer do mapa todo indício de antiga ordem, não poderia ter encontrado melhor local para instalar os intelectuais que permitiram a reaproximação Oriente-Ocidente, a *perestroika* e a instauração da Nova Ordem Mundial promulgada pelo presidente Bush. Desde há alguns anos, tendo se concretizado a convergência Oriente-Ocidente, a IIASA passou a aparecer com mais freqüência, e a extensão de sua contribuição revolucionária pode ser melhor medida. É a época de sua criação, entretanto, que nos parece mais interessante. Ela foi criada em 1972.[213] Um artigo publicado no *Le Point* em 1975 faz uma apresentação

dela em oito páginas.[214] Eis aqui algumas passagens a esse respeito:

> [A] IIASA é, muito provavelmente, um acontecimento histórico. Pela primeira vez, com efeito, intelectuais fundaram uma internacional – capitalistas, comunistas, todos unidos num mesmo combate – e se deslocaram até lá. **Com o apoio dos governos** de Moscou, Washington, Londres, Paris. Seu objetivo: intervir nos negócios mundiais para transformar esse mundo em perigo. […]
>
> – *É preciso ser claro,* diz Howard Raiffa [diretor da IIASA desde sua criação]. *Aqui* **nós não acreditamos na guerra termonuclear**. *Do contrário faríamos como todos os centros especializados no pessimismo: pesquisaríamos apenas modos dos sobreviventes poderem se virar entre os escombros.* […]
>
> – *Nós tiramos sarro da política do dia-a-dia e das ideologias! Estimamos que a comunidade científica internacional deva se dedicar aos* **grandes problemas da Terra**. *Afinal de contas,* **a sobrevivência da humanidade** *depende do compartilhamento de nossos conhecimentos e de nossa capacidade de invenção.* […]
>
> A energia, dirão os intelectuais, é algo que a Terra possui infinitamente. O que ocorre é que para controlá-la, explorá-la, temos pouco tempo. Precisamos, em menos de dez anos, repensar completamente a organização do planeta, suas **fronteiras nacionais**, **seus blocos**, seus preconceitos absurdos. Inventar novas **regras** para os campos econômico, financeiro, político.
>
> Programa ambicioso, não? Que faria rir se apresentado por um jovem desleixado, embriagado por ideologias de vanguarda. Mas ocorre que essa linguagem é a linguagem de uma dezena de homens pacatos, de cabelo bem aparado, formados com as melhores notas nas universidades de Leningrado, Heidelberg e Los Angeles – os maiores especialistas do mundo numa nova forma de pensar que chamamos "*pensamento sistêmico*".
>
> A despeito de sua aparência banal, essa é a descoberta mais fecunda, mais original do século. E a mais difícil de ser compreendida e admitida, também. Isso porque ela toca na ferida de nossos hábitos e métodos cartesianos. Durante séculos, com efeito, viemos fatiando o mundo em rodelas: física, biologia, **climatologia**, economia, sociologia política. E decretamos que cada uma dessas fatias era autônoma.

Isso é um erro. Chega um momento em que todas as disciplinas, todas as atividades humanas e físicas se encontram, agem umas sobre as outras para formar algo novo. Em suma, um momento em que um mais um não formam dois. E a vida é justamente esse jogo infinito de interações entre todos os elementos, a criação incessante de sistemas: um casal, um grupo de escoteiros, uma cidade, um partido político, uma nação, uma malha ferroviária. […]

[A]gora que estamos prestes a conquistar a Lua [em 1967], vamos perder a Terra, esse grande sistema? Penso em Aurelio Peccei, esse industrial cheio de idéias que formaria, mais tarde, o Clube de Roma [que encontraremos novamente, mais tarde]. Mas penso também em homens aqui presentes, como Philip Handler, presidente da Academia de Ciências dos Estados Unidos, ou Jermen Gvishiani, da Academia de Ciências Soviética. É um apoiador ferrenho da Distensão, e genro de Alexis Kossygiune. […]

Não faltam grandes sistemas no mundo: complexos industriais, **ecologia**, centros urbanos, medicina e biologia, recursos naturais… Todos se dão em nível planetário. Uma das comissões tem inclusive a delicada tarefa de redigir uma bíblia, como dizemos no jargão, uma metodologia, um modo de pensamento comum.

Comum a todos os sistemas estudados.

Comum a todas as ideologias presentes!

Trata-se, é claro, do âmago do problema, que os especialistas abordam com ressalvas. Roger Levien dirigiu a 'comissão de metodologia'.

– *Como diabos você consegue conciliar elementos tão díspares como uma empresa capitalista e uma empresa comunista?*

– *As diferenças entre Ocidente e Oriente não são tão grandes como se acredita no que diz respeito às grandes organizações. Nada se parece mais com uma burocracia do que uma outra burocracia, o Ministério Americano da Defesa com o Ministério Soviético da Indústria.* […]

Em 28 de agosto, produziu-se em Laxemburgo um evento que passou desapercebido: pela primeira vez, a elite internacional da fissão nuclear, simpáticos e contrários à existência das centrais se encontrou e entrou em acordo quanto a um texto. Esse texto é curto, uma página e meia, mas eloqüente: sim, dizem os signatários, prêmios Nobel de física sueco, americano, alemão, soviético, a tecnologia moderna pode fornecer toda a energia que se queira, graças à fissão nuclear. Mas isso sob a condição expressa que se pague o preço por todas as medidas de segurança

necessárias. **Sociais, ecológicas, políticas**. Isso no que diz respeito aos resíduos, e ao risco de se ver o material cindível sendo utilizado para fins não pacíficos.

Ora, dizem os intelectuais, atualmente tem-se recusado pagar esse preço. E essa situação, caso continue, causará graves prejuízos à humanidade. […]

– *Veja você* [disse-me um especialista em cibernética soviético], *na URSS o diálogo entre cientistas e políticos é mais fácil: há intelectuais no governo, no parlamento.* […]

– *Mas é claro* [disse-me um dos dirigentes da IIASA], *nós pensamos no nosso futuro! Conhecemos as dificuldades que nos aguardam. Era preciso, primeiramente, que as pessoas do Oriente e Ocidente aprendessem a trabalhar em conjunto, que se entendessem bem. Para tanto, evitamos introduzir cedo demais as ciências humanas em Laxemburgo: elas conduzem a discussões subjetivas que poderiam degenerar o debate. Mas elas entrarão logo, o que prova que tudo vai bem.*

– *E em seguida?*

– *Em seguida, será mais delicado. Os verdadeiros problemas começarão com os homens políticos, no nível dos governos.*

– *Quando?*

– *Próximo de 1982. Nós havíamos previsto.*

– *Como vocês irão resolvê-los?*

Silêncio. […]

Tudo isso por quê? Pouco a pouco, uma idéia começa a tomar forma em Laxemburgo e sobretudo em Nova Iorque, da parte das Nações Unidas: e se, por acaso, a melhor solução fosse conceder à IIASA um certo poder executivo em alguns campos específicos, criando ‘altas autoridades mundiais’ [oligarquia de intelectuais], da energia, por exemplo, ou de alimentação, sob controle da ONU?[215]

Essa sugestão foi retomada recentemente pela *Nature*,[216] uma dentre as duas principais revistas científicas mundiais, em um artigo não assinado, refletindo portanto a posição da própria redação. Pregava-se ali a criação de uma organização, calcada no modelo da UNSCEAR,[217] e destinada a conduzir os estudos científicos sobre o

efeito estufa; “ela poderia estar baseada no Instituto Internacional de Análise Aplicada dos Sistemas, em Laxemburgo, próximo de Viena”.

O ano de 1982 testemunhou, precisamente, a primeira agressão ideológica a se utilizar de um problema global e sistêmico: o inverno nuclear,[218] teoria ecológico-política, que hoje em dia é totalmente desconsiderada.[219] Desde 1985 a IIASA divulgava o tema do efeito estufa.[220] As passagens citadas nos fazem ver o papel desempenhado pelos cientistas na convergência Oriente-Ocidente, o “acontecimento histórico” que foi a constituição dessa internacional dos intelectuais, **sustentados por seus governos**. Sua influência ideológica sobre o curso dos acontecimentos mundiais é assegurada por sua proximidade com o poder soviético. A Academia de Ciências Russa continua, ainda hoje, a desempenhar um papel revolucionário considerável. Ela exerce grande influência na política científica ecológica que iremos estudar. Os problemas globais e sistêmicos, tais como “sobrevivência da humanidade”, estão no coração das preocupações da IIASA. A climatologia e a ecologia fazem igualmente parte, desde 1975, de seus pontos prioritários.

O objetivo do Instituto, criado – lembremo-nos – em 1972, é evidentemente a convergência entre Oriente e Ocidente. Ele quer “repensar completamente a organização do planeta, de suas fronteiras nacionais, de

seus blocos" e a análise sistêmica, que inclui as instituições em seu campo de estudo, parece ser a ferramenta mais adequada. A própria Trilateral reconhece a importância da IIASA na aproximação Oriente-Ocidente.

> A Comissão Econômica para a Europa das Nações Unidas (ECE), assim como o Instituto Internacional de Análise Aplicada de Sistemas (IIASA), desempenhou um papel importante na aproximação Oriente-Ocidente sob grande número de aspectos, tais como a proteção do meio ambiente e a gestão dos recursos. (Trilateral)[221]

Françoise Thom, especialista em URSS e em Rússia, menciona também a importância do pensamento sistêmico e da IIASA na convergência Oriente-Ocidente. Chataline, um dos "pais" da *perestroika*, trabalhou no Instituto de Estudo dos Sistemas dirigido por D. Gvichiani[222] e em seguida no Instituto de Economia e **Prognóstico do Progresso Científico-Técnico**. "[O] Instituto Internacional de Análise Aplicada dos Sistemas situado em Viena […] parece ter desempenhado um papel importante no nascimento da 'nova mentalidade'".[223]

Enfim, as considerações energéticas são bem desenvolvidas no artigo do Le Point. Se nos foi preciso reduzi-las, ainda assim pudemos notar a afirmação, no fim das contas perfeitamente exata – do prêmio Nobel, segundo a qual a tecnologia moderna poderia fornecer toda a energia desejada. Essa declaração deve permanecer em nossa memória quando as pressões contra a energia

nuclear e os combustíveis fósseis se fazem cada vez mais fortes e ameaçam desarticular profundamente nossas provisões energéticas.

Desde 1975, a IIASA estendeu seu campo de influência. Nós a reencontraremos ao estudarmos a questão do efeito estufa. A UNEP e a FAO lhe encomendam diversos relatórios, assim como o fazem os governos francês e holandês.

Problemas globais

Um problema sistêmico não poderia, enquanto tal, interessar aos globalistas. É preciso, para além disso, que ele envolva o conjunto do planeta, tornando-se assim um problema sistêmico global, que fornecerá um pretexto à intervenção em todos os domínios e por toda parte. A noção de problema global foi formulada por Mustapha Sherif. Seus estudos de psicologia social trataram principalmente da criação de normas sociais.[224] Em sua obra *Tensões intergrupais nos conflitos internacionais*,[225] ele busca as condições que permitam aos grupos antagônicos definir normas e valores comuns que os conduzam à superação de suas oposições. Apoiando-se sobre experiências em psicologia social de rigoroso protocolo, mas esquematizando muito grosseiramente as condições políticas e financeiras internacionais, ele mostra que a aparição de um objetivo

supremo (*superordinate goal*) permitiria que se as alcançassem.

Sherif é um psicólogo de renome mundial, cujos trabalhos têm grande poder de influência. Ele se inscreve na linha dos intelectuais progressistas que buscam – e conseguem – modificar nossas sociedades sem recorrer às técnicas aversivas utilizadas na URSS. Assim, ele não hesita em referir-se aos trabalhos publicados pela UNESCO. Seu discurso retoma, então, os grandes temas globalistas. *Tensões intergrupais nos conflitos internacionais* parte da constatação – elevada ao patamar de desígnio – da "interdependência irreversível entre os povos e os continentes". Se ela impõe uma cooperação internacional, tal situação de interdependência não seria capaz, sozinha, de diminuir a hostilidade intergrupal. "Uma série de atividades **que requeiram a cooperação de todos** a fim de atingir os **objetivos supremos**"[226] permite que se chegue lá. Resulta daí uma modificação na organização [as instituições] dos grupos e no status de seus membros. Os elementos favoráveis ao conflito são suplantados por aqueles que competem à realização dos objetivos supremos. As normas e critérios morais devem, de igual forma, evoluir para que os antagonismos anteriores desapareçam. Os critérios morais exclusivistas, centrados sobre o grupo ao qual se pertence são apenas veículos de interesses egoístas. As "normas com valores universais" devem aparecer, modificando os costumes

particulares de cada nação. “Um sistema de normas com valores universais, e uma organização encarregada de sua aplicação deveriam ser instituídas para defender os interesses daqueles que aspiram à igualdade de todos os homens”.[227] A aparição de um objetivo supra-ordenado e a modificação das normas devem se fazer de forma bem arranjada, uma reforçando a outra. Elas conduzem à criação de um “organismo supremo”[228] [governo mundial] e de “novas formas de organização” encarregadas das “questões de caráter comum” [problemas globais], “decretando regras absolutas”.[229] As nações deverão renunciar a sua soberania, que é apenas um “princípio de anarquia internacional”.[230] Dentre os objetivos supremos que Sherif propõe, a sobrevivência da humanidade e a herança global ressurgem com freqüência.[231] Ele menciona duas vezes[232] que uma “ameaça real ou **imaginária**”[233] pode também ocupar esse lugar.

Sherif está consciente dos limites das experiências realizadas. Ele insiste na possibilidade de se reproduzir em laboratório a situação internacional. Mas, mais radicalmente, sua análise está viciada por dois defeitos principais. Primeiramente, Sherif omite as verdadeiras causas dos conflitos internacionais, causas políticas, econômicas e ideológicas sem qualquer relação com conflitos intergrupais. As soluções que ele propõe permitem, portanto, influenciar na psicologia coletiva,

nos comportamentos e percepções dos povos, mas não modificar as motivações das elites políticas e financeiras que, sozinhas, podem provocar uma guerra. Essa omissão permite, em seguida, que ele chegue a seu real objetivo: a criação de uma "organização suprema" e de "normas internacionais". As análises de Sherif não propõem, portanto, a solução dos problemas reais, mas concedem aos globalistas as ferramentas que lhes permitem atingir uma integração global nos campos político e ético. A lição é seguida à risca hoje em dia. Vimos que os Soviéticos fizeram da sobrevivência humana um dos temas ideológicos principais da *perestroika*.

> Disseram: 'Vamos construir uma cidade e uma torre que chegue até o céu, para ficarmos famosos e não nos dispersarmos pela superfície da terra'.
> Então Javé desceu para ver a cidade e a torre que os homens estavam construindo.
> E Javé disse: 'Eles são um povo só e falam uma só língua. Isso é apenas o começo de seus empreendimentos. Agora, nenhum projeto será irrealizável para eles.
> 'Vamos descer e confundir a língua deles, para que um não entenda a língua do outro'.
> Javé os espalhou daí por toda a superfície da terra, e eles pararam de construir a cidade. (Gn 11 4-8)[234]

---

153. Karl Wittfogel, *Oriental Despotism, A Comparative Study of Total Power*, Yale University Press, 1957. Traduzido em francês sob o título: *Le despotisme oriental*, Paris, Editions de Minuit, 1977.
154. *Ibid*., p.13.
155. *Ibid*., p. 353.
156. *Ibid*., p. 367.
157. *Ibid*., p. 368.
158. *Ibid*., p. 468.

159. *Ibid*., p. 483.
160. Geoffrey W. Conrad, Arthur A. Demarest, *Religion and Empire; The dynamics of Aztec and Inca expansionism*, Cambridge, Cambridge University Press, 1984.
161. *Ibid*., p. 194, 212, 164 e 155.
162. *Ibid*., p. 38.
163. *Ibid*., p. 125.
164. *Ibid*., p. 199.
165. *Ibid*., p. 182 *sq*.
166. Kurt Mendelssohn, A Scientist Looks at the Pyramids, *American Scientist*, vol. 59, p. 201 *sq*., 1971.
167. Ele acrescenta ainda que: "Até então, o Egito era composto de tribos separadas, possuindo cada uma delas seu deus local, e vagamente conectadas pela imposição progressiva do culto unificador de *Horus*. Os pais do deus-falcão, *Osiris* e *Iris*, insistiram na importância da sobrevivência após a morte, o que levou à elaboração de tumbas e ritos funerários". Itálico nosso.
168. Santo Agostinho, *A Cidade de Deus*, Lisboa, Serviço de Educação Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, Livro I, IVª seção, XXX, p. 187.
169. Em 1936 von Bertalanffy recebeu uma bolsa da fundação Rockefeller.
170. Ludwig von Bertalanffy, *Théorie générale des systèmes*, Paris, Dunod, 1993, p. 49 *sq*.
171. *Aspects éducatifs, sociaux et culturels des problèmes de l'environnement et question de l'information*, Conférence sur l'environnement, Stockholm, 5-16 juin 1972, Nations Unies, Assemblée générale, A/CONF.48/9, p. 18.
172. *Our Global Neighborhood*, *op. cit*, p. 11.
173. *Ethics & Agenda 21* ; *Moral Implications of a Global Consensus*, United Nations Environment Programme, New York, United Nations Publications, 1994, p. 29.
174. *Changing minds – Earthwise*, Paris, UNESCO, UNEP, 1991, p. 33.
175. *International Social Science Council*, *1990 – 1991*, ISSC, Paris, sem data, p. 46; publicada com o apoio financeiro da UNESCO.
176. Elisabeth Brown Weiss (Ed.), *Environmental Change and International Law*, Tokyo, United Nations University Press, 1992, p. 223.
177. Ilya Prigogine, Isabelle Stengers, *La nouvelle allianca*, Paris, Gallimard, 1993, p. 150.
178. Ludwig von Bertalanffy, *Théorie générale des systèmes*, *op. cit*., p. 51.

179. Boutros Boutros-Ghali, *An Agenda for Peace,* New York, United Nations, 1995, p. 76. Citando a resolução da Assembléia Geral da ONU nº A/RES/120A de 18 de dezembro de 1992.
180. *Climate* Change, *Environment and Development*. *World leaders' viewpoints*, WMO-No. 772, Geneva, World Meteorological Organization, 1992, p. xvii. Declarações de Maurice Strong.
181. *Environmental Change and International Law*, *op*. *cit*., United Nations University Press, p. 335.
182. *Ethics & Agenda 21*, *op*. *cit*., p. 99.
183. *Rapport final*, Quatrième conférence des Ministres de l'éducation des Etats membre de la région Europe, Paris, 21-27 septembre 1988, Paris, UNESCO, 1989, ED-88/MINEDEUROPE, p. 28.
184. *Ibid*., Annexe 2, p. 11.
185. UNESCO*, Projet de plan à moyen terme (1990 – 1995),* 25 C/4, Paris, UNESCO, 1989, p. 11.
186. *International Strategy for Action in the field of Environmental Education and Training for the 1990s*, Nairobi/Paris, UNESCO, UNEP, 1988, p. 9.
187. *Education environnementale: module pour la formation initiale des professeurs et des inspecteurs de sciences sociales de l'enseignement secondaire,* Programme international d'éducation relative à l'environnement UNESCO-PNUE, ED/85/WS-48, Paris, UNESCO, 1985, p. 11.
188. *Ibid*., p. 14.
189. "Membro do Conselho do Clube de Roma".
190. Alexander King, Bertrand Schneider, *Questions de survie*, Paris, Calmann-Lévy, 1991, p. 165.
191. Richard E. Benedick, *Ozone Diplomacy, New Directions in Safeguarding the Planet*, Cambridge, Harvard University Press, 1991, p. 13. Benedick é o embaixador americano que negociou o tratado banindo o CFC, supostamente destrutivo à camada de ozônio.
192. Elisabeth Brown Weiss (ed.), *Envrionmental Change and International Law*, *op*. *cit*., p. 432. Grifo nosso.
193. Al Gore, *Earth in the Balance, Forging a new Common Purpose*, London, Earthscan Publications Ltd, 1992, p. 96 *sq*. Este parágrafo não consta da edição francesa.
194. J.E. Lovelock, *La terre est un être vivant*, Monaco, Editions du Rocher, 1986, p. 72, Lovelock é o pai da hipótese *Gaia*, que faz da Terra um ser vivo.

195. Comission mondiale sur l'environnement et le développement, *Notre avenir à tous*, Montréal, Editions du Fleuve, Les publications du Québec, 1989, p. 6.
196. Aristóteles, *Organon*, *Refutações Sofísticas*, Bauru, EDIPRO, 2010.
197. *Ibid*., 15, 174 b 15.
198. *Ibid*., 4, 166 a 30-35.
199. *Ibid*., 4, 166 a 20-25.
200. Michel J. Crozier, Samuel P. Huntington, Joji Watanuki, *The Crisis of Democracy*, New York, New York Unversity Press, 1975.
201. Michel J. Crozier, *La société bloquée*, Paris, Editions du Seuil, 1988, p. 197 *sq*.
202. Al Gore, *Earth in the Balance, Forging a new Common Purpose*, *op*. *cit*., p. 338. Essas frases não constam da versão francesa.
203. *Rapport de la Conférence des Nations Unies sur l'environnement et le développement*, Rio de Janeiro, 3-14 juin 1992, vol. I, Résolutions adoptées par la Conférence, ONU, New York, 1993, A/CONF.151/26/Rev.1 (Vol.I), p. 35.
204. State of the World Forum, *Final Report*, San Francisco, State of the World, 1995, p. 102.
205. As linhas a seguir valem-se em grande parte do *Traité de l'efficacité* de François Jullien (Grasset, 1996).
206. Sun Tsu, *A Arte da Guerra*, L&PM, 2013.
207. *Ibid*., p. 127 e 129.
208. *Ibid*., p.177.
209. *Ibid*., p. 120.
210. *Ibid*., p.138.
211. *Ibid*., 185.
212. International Institute for Applied System Analysis.
213. Yves Lenoir, em sua obra intitulada *La vérité sur l'effet de serre* (Paris, Editions La découverte, 1992, p. 143 *sq*.) afirma que a fundação da IIASA se dá sob a égide de Khrouchtchev e Kennedy, ou seja, no mais tardar até 1963. Não pudemos solucionar tal contradição. A data fornecida por Lenoir é a do período de elaboração de *La Montagne de fer* (cf. *infra*), coincidência que merece ser levada em conta. Moncomble, em *La Trilatérale et les secrets du mondialisme* (Faits et documents, 1980, p. 225 *sq*.) atribui essa criação (oficial) à viagem de Nixon a Moscou em 1972.
214. Daniel Garric, Est-Ouest: les "cerveaux" misent sur la paix, *Le Point*, nº 161, 20 octobre 1975, p. 17–193.
215. *Ibid*., grifo nosso.

216. Berlin and global warming policy, *Nature*, vol. 374, 16 march 1995, p. 199.
217. United Nations Scientific Committee on the Effects of Atomic Radiation; Comitê Científico das Nações Unidas sobre os Efeitos das Radiações Atômicas.
218. Paul Crutzen, John Birks, The Atmosphere After a Nuclear War, *Ambio*, vol. XI, nº 2-3, 1982, p. 114-125.
219. *Cf. Infra*, segunda parte, cap. 1.
220. *Cf. Infra*, segunda parte, cap. 2.
221. Jim MacNeill, Pieter Wnsemius, Taizo Yakushiji, *Beyond Interdependence*, New York, Oxford, Oxford University Press, 1991, p. 119.
222. Já havíamos encontrado um Jermen Gvishiani no artigo do Le Point.
223. Françoise Thom, *Les fins du communisme*, *op*. *cit*., p. 27.
224. Para uma apresentação rápida, ver *Maquiavel pedagogo, ou O ministério da reforma psicológica*, *op*. *cit*., p. 18.
225. Mustapha Sherif, *Des tensions intergroupes aux conflits internationaux*, Paris, Les Editions ESF, 1971. Texto inglês de 1966.
226. *Ibid*., p. 103. Grifo nosso.
227. *Ibid*., p. 179.
228. *Ibid*., p. 175, 175, 186.
229. *Ibid*., p. 186.
230. *Ibid*., citando J.W. Fulbright, *Old Myths and New Realities*, New York, Random House, 1964, p. 86-87.
231. *Ibid*., p. 146, 152, 153, 167.
232. *Ibid*., p. 27, 77.
233. Grifo nosso.
234. A partir da Bíblia da CNBB – NT.

CAPÍTULO V

TÉCNICAS DE CONTROLE NÃO-AVERSIVO E TEORIA DO CAOS

Os trabalhos de Skinner e da escola behaviorista são vistos com desprezo deste lado do Atlântico. Skinner continua, entretanto, exercendo uma profunda influência na psicologia e pedagogia americanas; os psicólogos europeus, talvez sem sabê-lo, inspiram-se um bocado em suas idéias. Sem querer defender sua tese fundamental, nos será necessário distinguir entre a pertinência psicológica de seus trabalhos e suas potencialidades totalitárias. Veremos então que a psicologia behaviorista e as técnicas de controle que dela derivam são muito perigosas, ainda que se apóiem, evidentemente, sobre teorias bastante incompletas.

O behaviorismo foi resumido com freqüência como concebendo o homem enquanto uma máquina, à qual basta fornecer os comandos corretos para dele receber as respostas desejadas. Mas essa apresentação pouco elogiosa das idéias de Skinner é demasiado incompleta para que se perceba, nela, suas conseqüências revolucionárias. Como acontece freqüentemente, a crítica

criteriosa que busca a *verdade* e a pertinência das idéias behavioristas considera apenas o aspecto intelectual das teorias criticadas. Suas *aplicações* sociais e políticas, suas conseqüências concretas são omitidas. Ora, não é preciso estar na verdade para se conseguir aquilo que se quer. Essa posição se legitimou com a inversão revolucionária, que fez do verdadeiro uma conseqüência do êxito.

Skinner parte da noção de reforço positivo ou negativo. Um reforço é, segundo sua própria definição, uma conseqüência, um efeito decorrente de um comportamento. Certos efeitos são buscados: fala-se com freqüência de reforços positivos ou não-aversivos. Outros são evitados; são os reforços negativos ou aversivos. O pombo colocado num dispositivo experimental que lhe fornece alimento quando ele aperta um botão aprenderá, rapidamente, a realizar essa operação tão logo sinta fome. A aparição do alimento reforçará, de maneira não-aversiva, o vínculo já estabelecido entre o botão e o alimento. O centro das teorias de Skinner não é essa concepção rebaixada que ele aplica ao homem – e defende com ímpeto. É, antes, sua insistência sobre as **técnicas não-aversivas**. As técnicas aversivas (repressivas) de controle do comportamento humano ferem a demanda por liberdade. Estão, portanto, fadadas ao fracasso, e os controladores devem voltar-se às técnicas não-aversivas, que não apresentam esse defeito fundamental.[235] Assim, as técnicas não-aversivas

apresentam duas séries de efeitos: os reforços positivos e imediatos, que provocam o comportamento desejado; e os efeitos colaterais favoráveis aos controladores, e geralmente desfavoráveis aos controlados. Esse processo, relativamente invisível, é difícil de ser barrado:

> É difícil de se opor de forma eficaz às conseqüências aversivas colaterais, pois elas se produzem num momento em que já não é mais possível escapar ou se opor – quando, por exemplo, o controlador já não pode mais ser identificado e alcançado. Mas o reforço imediato é positivo e não encontra oposição. O problema que os defensores da liberdade devem solucionar é como criar conseqüências aversivas imediatas.[236]

Podemos eliminar, por exemplo, os carros velhos (para entrar em conformidade com os objetivos ecológicos globais) proibindo-os de circular e aplicando multas severas aos contraventores. Pode-se, igualmente, optar por técnicas não-aversivas oferecendo recompensa por carros velhos ou uma *juppette*.[237] As conseqüências aversivas inevitáveis (alta de impostos) são demasiado longínquas para serem mesmo percebidas. Pode-se, de igual forma, fazer diminuir a produção agrícola (para transferi-la a países em desenvolvimento, conforme os objetivos ecológicos mundiais; *cf*. infra) proibindo os agricultores de produzirem ou, mais habilmente, subvencionando o pousio. É, portanto, muito difícil opor-se às medidas não-aversivas.

> Pode-se tranqüilamente mostrar todas as dificuldades em torno das contramedidas destinadas a lutar contra as técnicas não-aversivas. Nos anos 1930, pareceu necessário limitar a produção agrícola. A lei sobre o ajuste

agrícola autorizou o ministro da agricultura a subvencionar os agricultores que se comprometessem a produzir menos – na realidade, a pagá-los pelo alimento que eles se comprometiam a não produzir. Demonstrou-se inconstitucional *obrigá-los* a reduzir suas produções, entretanto o governou se contentou em convidá-los a fazê-lo. Mas a Suprema Corte julgou que poderia ser impossível resistir a medidas de incitação positivas, assim como é impossível resistir a medidas aversivas. Ela enunciou, com efeito, que 'o poder de atribuir ou não um benefício ilimitado é idêntico ao poder de coerção ou destruição'. A Corte acabou por modificar seu julgamento, considerando que 'afirmar que a incitação ou a tentação são equivalentes à coerção provoca dificuldades jurídicas sem fim'.[238]

Note-se que, mesmo tendo revertido seu julgamento, a Suprema Corte americana não desmentiu sua primeira análise, mas limitou-se a dela suprimir as conseqüências indesejáveis… O custo da política governamental é sustentado pela sociedade como um todo. Não havendo uma vítima precisa, o governo pode assim aumentar a extensão de seu poder sobre a sociedade sem suscitar reações hostis.

A contribuição decisiva de Skinner não reside, portanto, em sua concepção evidentemente primária do homem – mas, em todo caso, muito mais interessante de um ponto de vista político e social do que possa parecer. Sua contribuição fundamental encontra-se na **substituição das técnicas de controle aversivas pelas técnicas não-aversivas**, baseadas na incitação, e nas perspectivas revolucionárias abertas por essa via. Para empregar seus próprios termos, Skinner cria assim uma "tecnologia do comportamento" que poderá ser aplicada

no conjunto da sociedade para manipular os comportamentos.

Os reforços, aversivos ou não, são circunstâncias, situações similares àquelas evocadas por Sun Tzu. A tecnologia do comportamento pregada por Skinner reclama, portanto, uma planificação sistemática das circunstâncias exteriores sobre o conjunto da sociedade, utilizando-se apenas de reforços não aversivos. Ela deve ser utilizada no sistema educacional, na psicoterapia, administração, urbanismo e todos os outros setores referentes ao comportamento humano. Em suma, Skinner defende um projeto de gestão racional da totalidade do ambiente social – um projeto deliberado de modificação e elaboração da cultura: "Uma cultura é um meio ambiente social".[239] "A concepção deliberada de uma cultura e o controle do comportamento humano que isso acarreta são necessários ao desenvolvimento da espécie humana". [240] A manipulação cultural é, portanto, explicitamente concebida para provocar modificações de comportamento.

Skinner nega a liberdade humana, e concebe o homem como um ser inteiramente submisso às condições exteriores, que bastariam para explicar a totalidade de seu comportamento:

> O homem autônomo [liberdade interior] serve para explicar aquilo que não sabemos explicar de outra forma. Sua existência depende de nossa

> ignorância, e ele perde esse *status* na medida em que progredimos em nosso conhecimento do comportamento.[241]

Essa negação da liberdade humana e, portanto, da consciência moral, essa rejeição de uma evidência sensível a todos, foram severamente condenadas em sua tese. Mas, uma vez mais, tal debate escapa ao ponto fundamental. As técnicas não-aversivas expostas por Skinner e o condicionamento de comportamentos pelas circunstâncias que delas deriva provaram, de forma irrefutável, sua poderosa eficácia, sua capacidade de sorrateiramente modificar os comportamentos – e portanto os valores e atitudes. Mas permitamo-nos ir ainda mais longe: a concepção behaviorista do homem é evidentemente falsa se considerarmos os indivíduos isoladamente. Tememos entretanto ter de reconhecer que ela fornece um **modelo** capaz de descrever com bastante precisão os fenômenos **sociais**. A verdade revolucionária é a que prevalece.

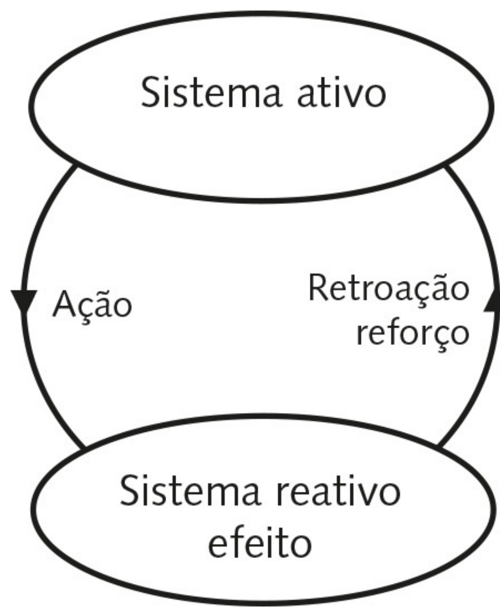
As técnicas não-aversivas de controle do comportamento são sistematicamente utilizadas nos dias de hoje, e MM. Bayrou e Balladur foram delas os mais hábeis praticantes. Tal é, aliás, uma das principais razões das aparentes fraquezas governamentais: tão logo uma oposição se organiza, tão logo o aspecto aversivo de uma medida se manifesta, podendo mobilizar um setor da sociedade, nossos governantes vão em busca de soluções ainda menos aversivas A situação não é portanto

desesperadora. É possível lutar contra as medidas não-aversivas; isso demanda organização e forte mobilização das forças antagonistas. A utilização de técnicas não-aversivas é claramente visível no campo da educação, onde as punições foram banidas, e no campo jurídico, onde a noção de culpado tende a ser substituída pela de "vítima da sociedade", leia-se das circunstâncias sociais.

As idéias de Skinner foram portanto integradas à vasta síntese ideológica globalista. A perspectiva de Skinner a conduz ao desprezo dos valores, das normas e da moral, consideradas como formas refinadas de reforço positivo ou negativo. Mas a utilização sistemática das técnicas não-aversivas não se opõe de modo algum à manipulação de valores, como o reconhece o próprio Skinner. Ao contrário, essa manipulação é um dos principais modos de controle não-aversivo: quando os valores são modificados, os homens agem "livremente", sem restrições, no sentido sugerido pelos controladores.

As técnicas não-aversivas se conjugam, de igual modo, com os problemas supra-ordenados. Na perspectiva de Sherif, um objetivo supra-ordenado deve se impor às coletividades almejadas, e sua resolução deve concentrar suas energias. O que Sherif subentende, então, não é nada mais que a utilização das técnicas não-aversivas, estendida a toda uma sociedade. A lógica manipuladora de Skinner e a sua se unem e se articulam com naturalidade.

Da mesma forma, a utilização das técnicas não-aversivas integra-se muito bem à teoria dos sistemas. Por definição, a teoria dos sistemas busca modificar a estrutura de um ambiente, por exemplo, a estrutura institucional. Em outras palavras, ela visa a modificar nosso ambiente de ação e as circunstâncias com as quais nos defrontamos, criando novas circunstâncias sociais para modificar os comportamentos. Ela se utiliza portanto de técnicas não-aversivas - sem percebê-lo, provavelmente, mas isso não diminui em nada a afinidade recíproca. Pode-se mesmo considerar que as técnicas não-aversivas e a teoria dos sistemas se encontram e se confundem em muitos aspectos, pois a ligação entre ambas é mais profunda do que poderia parecer à primeira vista. A noção de reforço (positivo ou negativo) não é senão a transcrição, em linguagem psicológica, do conceito sistêmico de círculo de retroação (*feedback*). Um reforço é a conseqüência de uma ação, mas é igualmente causa da próxima ação, conforme mostra o esquema a seguir:



O pensamento de Skinner inscreve-se, portanto, no contexto do pensamento sistêmico, e a convergência de suas aplicações não é de surpreender. Sem empregar o vocabulário sistêmico, Skinner fornece a noção de “sensibilidade às conseqüências das ações”, ou seja, retroação.

> Muitos esforços foram feitos para tentar descrever a evolução como sendo uma mudança provida de sentido. Ela foi definida como um crescimento constante da complexidade da estrutura, da sensibilidade a um estímulo ou da utilização efetiva da energia. Ainda resta uma outra possibilidade importante: *todas essas formas de evolução tornam os organismos mais sensíveis às conseqüências de seus atos*.[242], [243]

Entende-se portanto a oposição que o progressista Skinner manifestou contra a experiência soviética, e o fervor com que apoiou a *perestroika*, iniciada pouco antes de sua morte em 1990. O principal reforço, em nossas sociedades, é o dinheiro. Ora, a sociedade comunista proibia qualquer enriquecimento pessoal à maioria da

população. O círculo de retroação não podia mais se fechar, e a sensibilidade às conseqüências das ações repressivas diminuía. A completa reformulação do sistema – e não de seus objetivos – era necessária, apoiando-se, aliás, sobre a idéia leninista de "utilização inteligente das relações mercadoria-dinheiro como estimulantes materiais e morais". Em sua obra *Perestroïka*, Gorbatchev insiste freqüentemente na necessidade de engajar as populações e, portanto, implicitamente, utilizar técnicas não-aversivas. Ele chega até mesmo a condenar os "métodos autoritários de administração":

> Sabemos, hoje em dia, que poderíamos ter evitado muitas dificuldades caso o processo democrático houvesse ocorrido normalmente em nosso país. Aprendemos bem a lição com a nossa história e jamais a esqueceremos. Iremos nos ater agora, com firmeza, à linha que visa o progresso por meio da produção, ciência, tecnologia, cultura, artes e todas as esferas sociais, por via exclusiva do sólido desenvolvimento das **formas democráticas inerentes ao socialismo** [num sistema hegeliano e sistêmico] e pela **extensão da autonomia**. Essa é a única maneira que temos para **obter** uma disciplina **voluntariamente consentida**.[244] A própria *perestroika* só terá êxito num contexto democrático. Dado que nós consideramos que a nossa tarefa é aplicar e utilizar o **potencial do socialismo** por meio de uma intensificação do fator humano, não poderá haver outra via senão a democratização, entendida aí no contexto de uma reforma cujo elemento fundamental é a promoção do papel dos coletivos de trabalho. […]
>
> No Ocidente, apresenta-se freqüentemente Lenin como um defensor dos **métodos autoritários de administração**. Isso é prova de ignorância quanto as suas idéias, e das deformações que deliberadamente se aplicou sobre elas. Com efeito, para ele, **socialismo e democracia** são indivisíveis. As massas trabalhadoras conquistaram o poder ganhando liberdades democráticas. É igualmente no contexto de uma democratização em marcha

> que elas poderão **consolidar seu poder** e torná-lo real. Lenin introduz igualmente uma outra idéia, profundamente verdadeira: quão mais vasto é o campo de ação e mais profunda a reforma, mais indispensável é a exigência de aumentar o interesse por elas, e de convencer milhões e milhões de pessoas quanto a sua necessidade. Isso significa que se estamos empreendendo uma reestruturação radical e completa, devemos igualmente aplicar todo o potencial da democracia.[245]

Os países do Ocidente não descartam as técnicas behavioristas. Os "incentivos e isenções fiscais", que ocupam parte tão grande em suas preocupações governamentais, são o arquétipo mesmo das medidas não-aversivas. Para fugir do imposto, os agentes econômicos se dirigem "livremente" rumo aos setores de atividade ou investimento impostos pelo governo (perceberemos, de passagem, que o plano Juppé, tornando os médicos "mais sensíveis às conseqüências de seus atos" por meio de sanções financeiras, fez apenas fechar um círculo de retroação).

A Comissão Trilateral, visando a modificar os comportamentos, convoca igualmente à utilização de técnicas sistêmicas e não-aversivas:

> As decisões econômicas tomadas pelas pessoas refletem suas motivações e as informações de que dispõem. Elas compreendem as motivações formais, tais como preços, vencimentos, benefícios e prêmios. Compreendem, igualmente, as políticas e procedimentos burocráticos, os sistemas de avaliação profissional e um vasto conjunto de motivações sutis e informais tais como os elogios e acusações, assim como valores comuns, cuja eficácia é freqüentemente subestimada pelos economistas. Se as decisões das pessoas são socialmente destrutivas, como o são em matéria ecológica, isso se dá porque suas motivações não são adequadas. Para aperfeiçoar tais decisões, é preciso corrigir suas motivações. Uma vez isso tendo sido feito,

as decisões se aperfeiçoam progressivamente, na medida em que os indivíduos e as organizações integrarão o novo sistema de recompensas e informações em seus hábitos e processos de decisões. (Trilateral)[246]

Nos grupos alvo podem ser inclusos não apenas as agências governamentais, mas também os principais consumidores de energia, as indústrias pesadas, agricultores e proprietários agrícolas. Em geral será necessário examinar como eles poderão **alcançar seus interesses** em um outro contexto, e quais mudanças políticas, tecnológicas ou financeiras poderiam induzi-los a proceder às modificações necessárias. Trata-se não apenas de persuadir um governo a modificar sua política, mas, ainda, avaliar e maximizar as chances de que tais modificações provoquem as mudanças de comportamento desejadas nos grupos alvo. (Trilateral)[247]

Os capítulos 23 a 32 da *Agenda 21* detalham o papel de todos os principais grupos e segmentos da sociedade na edificação de um futuro sustentável. Estes capítulos convocam as mulheres e os homens, jovens e idosos, povos indígenas, industriais, ecologistas, educadores e cientistas a trabalharem juntos e entre si para realizar esse futuro. Numa comunidade global, cada vez mais interdependente, é importante absorvermos os talentos criadores de todos os povos, os quais são intimados a participarem, em diversos níveis, do processo de tomada de decisões. Uma participação tão larga requer o desenvolvimento de competências na tomada de decisões consensuais [*non-adversarial*] e dependerá de nossa capacidade de realizar a unidade, favorecendo a diversidade [numa síntese sistêmica em diversos níveis]. […]

A consulta deve substituir a confrontação; a unidade substituir a diversidade; […]

A verdade espiritual fundamental de nossa era é a unidade da humanidade. A aceitação universal desse princípio – com suas implicações em matéria de justiça social e econômica, de participação universal nas tomadas de decisão consensuais [*non-adversarial*], de paz e segurança coletivas, igualdade dos sexos e educação universal – tornará possível a reorganização e a administração do mundo como um único país, o lar da humanidade.[248]

Claude Allègre, professor de Ciências da Terra e atual ministro da Educação Nacional,[249] prega igualmente

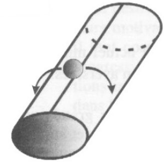
a utilização de medidas não-aversivas.

> A maioria [dos ministérios do meio ambiente dos grandes países industrializados] recebeu poucos recursos financeiros para criar e estimular, mas muitos meios legislativos ou regulamentares para impedir, proibir. A ação deles foi tida, portanto, como restritiva, como um incômodo para o desenvolvimento industrial, quando, ao contrário, elas devem integrar, devem ser consideradas como uma ajuda a todo desenvolvimento econômico corretamente concebido.[250]

A teoria do caos

A teoria do caos fascina os globalistas, e a divisa maçônica *Ordo ab chao* toma, nela, grande dimensão. Assim como a teoria dos sistemas ou a psicologia skinneriana, a teoria do caos sofre, em suas aplicações sociais, de um profundo descrédito, e em geral costuma-se lembrar apenas de seus aspectos mais contestáveis, pondo em evidência a destruição total do pensamento lógico por ela empreendida. Veremos que algumas interpretações tendenciosas dessa teoria conduzem, uma vez mais, à negação explicita da noção de causa. Mas, como acontece com freqüência, esses aspectos evidentemente criticáveis ou mesmo absurdos parecem ter sido dispostos como conteúdo único da tese, impedindo qualquer estudo sério que possa revelar aplicações suas muito mais perigosas. Não insistiremos, portanto, quanto à desarticulação do pensamento lógico que a teoria do caos empreende, de acordo com tais interpretações injustificáveis. Importa-nos aqui mostrar que essa ferramenta permite um controle social muito

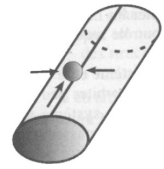
efetivo, independentemente de qualquer consideração lógica.



Pode-se definir uma evolução caótica como sendo extremamente sensível a mudanças ínfimas, especialmente em suas condições iniciais. Dito de outro modo, uma modificação sutil das condições, e mais especialmente das condições iniciais, terá repercussões consideráveis sobre as situações ulteriores. Por exemplo, algumas partículas de fumaça advindas da combustão de um cigarro têm um comportamento caótico. Elas provêm todas de pontos muito próximos, situados na extremidade do cigarro, mas terminarão por preencher todo o cômodo, dispondo-se muito distantes umas das outras. Assim, diferenças mínimas nas condições iniciais – da ordem de poucos milímetros – se amplificam gerando diferenças consideráveis. Da mesma maneira, uma bilha situada no alto de um cilindro poderá rolar ou à direita ou à esquerda, influindo em tal resultado condições ínfimas do posicionamento inicial. Ainda nesse caso, diferenças mínimas na situação inicial terão conseqüências radicalmente diferentes, até mesmo opostas.

Seria portanto totalmente falso negar a existência de situações caóticas, compreendidas no sentido da definição precedente, a saber, como apresentando uma grande sensibilidade às condições iniciais ou ulteriores. Em sentido inverso, seria também abusivo imaginar o

universo como um vasto caos – coisa que certos revolucionários fazem de bom grado. Mas reconhecer a existência de comportamentos caóticos não significa de modo algum aceitar todas as mitologias elaboradas a seu redor. É preciso dizer, particularmente, que comportamento caótico não significa de modo algum comportamento indeterminado, nem muito menos indeterminável. Se a bilha é, inicialmente, levemente desviada para a direita, ela tenderá para o lado direito. Entretanto uma indeterminação **prática**, uma **incerteza**, se apresenta aqui. É possível que nossos meios de observação não nos permitam determinar com precisão o lado em que se encontra efetivamente a bilha. Podemos, também, preferir dizer que ela está à esquerda quando a sabemos à direita, mas a diferença é tão sutil que apenas pouquíssimos indivíduos poderiam reparar. Em tal caso, evidentemente, as previsões se revelarão falsas, e a bilha partirá para o lado “errado”. Mas seu comportamento continua sendo essencialmente determinista, ainda que nossas possibilidades de observação não nos permitam prevê-lo com exatidão. A evolução de uma situação caótica não é, portanto, de forma alguma indeterminada. Ocorre apenas que sua altíssima sensibilidade às condições iniciais faz com que a resolução de nossos instrumentos de medida mostre-se insuficiente para fazer predições exatas.



Confunde-se com freqüência situação caótica com situação incontrolável, e os termos aí empregados favorizam tal associação. Uma variação muito discreta das condições iniciais, freqüentemente indetectável e portanto impossível de ser corrigida, é o bastante para fazer evoluir um sistema rumo a estados muito diferentes daqueles esperados. Qualquer possibilidade de controle parece estar, aí, excluída. Ora, a verdade é com freqüência o extremo oposto. Se retomamos o exemplo da bilha no alto do cilindro, constatamos que basta exercer forças muito discretas para fazer com que ela caia seja à direita ou à esquerda, o que significa que **bastam forças muito pequenas para controlar a situação**. Pode-se inclusive, atuando com certa agilidade, fazer com que a bilha percorra o alto do cilindro em linha reta. As duas forças antagonistas corrigem os desequilíbrios à direita ou à esquerda, enquanto que a terceira força faz avançar a bilha. Essas três forças podem ser muito discretas. Da mesma maneira, alguns deslocamentos ínfimos de partículas de fumaça próximos ao cigarro e ao longo do trajeto permitiriam fazê-las alcançar qualquer ponto do cômodo. Aqui, ainda, os deslocamentos a serem provocados e as forças a serem aplicadas seriam mínimos. Resumindo, **uma situação caótica pode ser controlada com forças muito pequenas**.

Os parágrafos seguintes são extraídos de um artigo surgido em *Physics Today*, a revista do American Institute of Physics, associação que reúne as Sociedade Americana de Física, Sociedade Americana de Astrofísica, União Americana de Geofísica e sete outras sociedades de intelectuais.[251] Os autores são dois universitários americanos.

> Em diversos campos, os cientistas constataram que os sistemas por eles estudados evoluíam freqüentemente de forma caótica. As características de uma evolução caótica são um comportamento imprevisível e estranho, amiúde impressionante e muito problemático para aqueles que com ela se defrontam. De fato, esse fenômeno determinista e muito estruturado pode com freqüência ser tomado por engano como ruído [fenômeno aleatório] e visto como algo a se evitar na maioria das aplicações.
>
> Para utilizar uma imagem, podemos conceber o controle [de uma situação caótica] como sendo pequenos impulsos que redefinem uma órbita instável e periódica desejada. Aplicamos esses impulsos tão logo sentimos que a órbita atual se distanciou um pouco daquilo que era desejado. Esse desvio pode ser devido, por exemplo, ao fato de que essa órbita é instável e porque há ruído ou outras perturbações ali interferindo. [O comportamento caótico sobre as órbitas caóticas] faz com que elas acabem por chegar próximas à órbita periódica desejada, e que seja portanto possível captá-las por meio de um impulso pequeno. Uma vez captadas, a intensidade do controle requerida continuará sendo fraca – da ordem da intensidade do ruído no sistema.
>
> **Assim, o controle do caos pode aprimorar um sistema e o próprio caos pode ser vantajoso**. Diversas órbitas podem ser estabilizadas, e podemos escolher aquela que garante ao sistema suas melhores performances. Assim podemos facilmente passar de um comportamento a outro conduzindo o sistema a uma outra órbita periódica. Em sentido inverso, se [a trajetória] não é caótica, mas periódica, em geral algumas pequenas perturbações modificarão apenas discretamente a órbita. Nesse caso estamos limitados às performances do sistema realizadas sobre as órbitas periódicas estáveis, e

não podemos melhorá-las verdadeiramente sem proceder com profundas modificações do sistema.

De maneira concreta, podemos querer introduzir o caos em um sistema pelas mesmas razões que levam os aviões de combate mais novos a serem concebidos para serem instáveis. Essa instabilidade desejada desde a concepção provê aviões mais manobráveis, que respondem mais rapidamente aos comandos do piloto. Da mesma maneira, incluir um comportamento caótico em um sistema pode torna-lo mais flexível. […]

Nos últimos anos, importantes pesquisas teóricas, digitais e experimentais provaram ser possível controlar sistemas de comportamento caótico. Falta provar que podemos passar dos estudos em laboratório às situações de grande escala relativas à engenharia, à economia e à **sociedade**; A ubiqüidade dos comportamentos caóticos faz-nos pensar que tal seja efetivamente o caso.

“Ordo ab chao”

A teoria do caos parece fornecer uma nova justificativa a essa divisa maçônica. Illya Prigogine, prêmio Nobel de química e membro do Clube de Roma, expôs suas concepções filosóficas em sua obra em co-autoria com Isabelle Stengers.[252] Ele defende, particularmente, uma concepção muito contestável de ordem por flutuação e de caos criador. Para ele:

[A] dissipação da energia e da matéria – geralmente associada às idéias de perda de rendimento e de evolução rumo à desordem – torna-se, longe do equilíbrio, fonte de ordem.[253]

Em lugar do caos indiferente do equilíbrio surge então um caos criador, tal qual evocado pelos antigos, um caos fecundo do qual podem surgir estruturas diferentes.[254]

Ele chega assim a “um novo tipo de causalidade”[255] e nos aproxima “dessa natureza a respeito da qual, de

acordo com ecos esparsos aos quais temos acesso, se questionavam os pré-socráticos”.[256]

Prigogine apresenta um “caso tipo” de ordem por flutuação que merece nossa atenção: aquele da construção de um cupinzeiro.

> Um outro exemplo impressionante é a primeira etapa da construção de um cupinzeiro tal como descrito por Grassé, e que Deneubourg estudou do ponto de vista que nos interessa aqui.[257] Trata-se de um caso exemplar, já que a construção de um ninho constitui uma dessas atividades coerentes que levou alguns a invocar uma ‘alma coletiva’ ao tratar das comunidades de insetos. Para escapar à dificuldade real que esse tipo de invocação esconde, seria necessário mostrar que os cupins carecem de uma única informação bastante específica para participar na construção de um edifício enorme e complexo como o cupinzeiro. Ora, o modelo mostra que a primeira etapa dessa atividade, a construção de pilares, *pode* ser empreendida pela multidão de comportamentos desordenados dos cupins, a respeito dos quais poderíamos suspeitar que não fazem senão transportar e abandonar bolinhas de terra de maneira aleatória, impregnando também essas bolinhas de uma substância hormonal; sabe-se, por outro lado, que essa mesma substância tem a propriedade de atrair os cupins. A flutuação inicial, nesse caso, é simplesmente o acúmulo levemente maior de bolinhas de terra em um ponto do espaço no qual os cupins se deslocam. A amplificação desse evento, ao mesmo tempo aleatório e previsível, é produzida pela maior densidade de cupins nessa região para onde o hormônio, presente em maior concentração, os atrai; na medida em que os cupins estão em maior número em determinada região, a probabilidade que eles ali depositem suas bolinhas aumenta. O cálculo permite prever a formação de ‘pilares’, separados por uma distância relativa à distância sobre a qual o hormônio se difunde a partir das bolinhas.
>
> O exemplo de cupins constitui, para nós, um caso tipo.[258]

Esse exemplo é particularmente revelador, pois o próprio Prigogine o define como um caso tipo. Ele se permite introduzir, na pagina seguinte, as noções de “caos

criador” e “caos fecundo do qual podem surgir estruturas diferentes”. Ora, olhando bem, constatamos logo que essa estrutura bastante real, o cupinzeiro, é a conseqüência de duas **leis** que o próprio Prigogine enuncia muito claramente: primeiramente aquela que faz com que os cupins transportem e abandonem aleatoriamente as bolinhas de terra, e em seguida aquela que diz que eles as impregnam de substância hormonal atraindo os outros cupins. Não há caos, portanto, no sentido de desordem completa, mas apenas no sentido enunciado anteriormente, a saber, de uma situação sensível às flutuações iniciais – a um “acúmulo levemente maior de bolinhas de terra em um ponto do espaço no qual os cupins se deslocam” – que são ulteriormente amplificados. Esse “caos” é regido por duas leis indispensáveis ao modelo, e que geram o comportamento coletivo.

Esse notável exemplo põe em evidência em que sentido a ordem pode surgir do caos aparente mesmo quando os indivíduos “não obedecem a prescrições ou informações **relacionadas com o todo**”, que “apenas se especificam interações **entre indivíduos** que favorizam ou inibem certos tipos de comportamento”, e que “se encontram portanto claramente distintos o nível de descrição **local**, onde o comportamento é considerado como estocástico [aleatório], e este **global** […] onde um comportamento



coletivo pode ser gerado".[259] Isso porque, como foi visto, essa ordem tida como advinda do caos, esse comportamento global, é simples conseqüência de duas leis impostas ao sistema. Ora, está claro que é preciso distinguir entre o sistema submisso às leis, suas próprias leis, e Aquele, ou aqueles em nível político e social, que as impõem. "Pretenderá modificar o calendário e a lei de Deus".[260] Uma abordagem sistêmica do fenômeno surge, portanto, onde um sistema superior age sobre o comportamento de um sistema dirigido por meio da lei. Ela surge aqui como uma das diversas maneiras que permitem controlar os subsistemas inferiores. O caos que ela autoriza é apenas aparente, pois que o cupinzeiro será construído a despeito dos comportamentos individuais aleatórios ou mesmo desviantes. É aqui, nessa divisa maçônica *Ordo ab chao* que se efetua a síntese entre as técnicas de controle não-aversivas, a teoria dos sistemas e a teoria do caos. As técnicas não-aversivas toleram os comportamentos individuais aleatórios e caóticos, pois eles provocam estatisticamente os resultados desejados. Uma lei que autoriza os comportamentos individuais caóticos só pode ser não-aversiva. Sua eficácia é garantida pela natureza caótica da situação, controlada graças a discretos impulsos provenientes de um sistema imediatamente superior – modificações das leis, ações midiáticas, econômicas, financeiras etc… Assim o sistema superior controla o sistema inferior graças a

forças muito discretas, sempre conservando a necessária ilusão da liberdade. E, naturalmente, esse sistema superior pode ser, ele mesmo, um mero integrante de baixa escala numa hierarquia cada vez mais rarefeita. Mas o que é que acabamos de descrever, senão a hierarquia maçônica que chega externamente até o 33º grau e cuja divisa é precisamente *Ordo ab chao; Deus Meumque Jus*?

Eis aqui o comentário que o maçom Guénon faz sobre a primeira parte dessa divisa:

> [E]ssa expressão se refere à utilização, para que se os faça concorrer à realização de um mesmo plano de conjunto, de organizações exteriores, inconscientes desse plano enquanto tais, e aparentemente opostas umas às outras, sob uma direção "invisível" única, que está ela própria para além de quaisquer oposições; já fizemos alusão a ela, anteriormente, assinalando que ela havia encontrado sua aplicação, de maneira particularmente clara, na tradição do Extremo Oriente. Em si mesmas, as oposições, pela ação desordenada que produzem, constituem um tipo de 'caos', ao menos aparente; mas trata-se aqui precisamente de fazer com que esse próprio 'caos' sirva (tomando-o de certa forma como a 'matéria' sobre a qual se exerce a ação do espírito, representado pelas organizações iniciáticas de ordem mais elevada e mais 'interior') à realização da 'ordem' geral, assim como, no conjunto do 'cosmos', todas as coisas que parecem se opor entre si não deixam de ser realmente, afinal, elementos da ordem total. Para que assim seja, é necessário que aquele que preside a 'ordem' preencha, com relação ao mundo exterior, a função do 'motor imóvel': este, atendo-se ao ponto fixo que é o centro da 'roda cósmica', é por isso mesmo como que o eixo em torno do qual gira essa roda, a **norma** sobre a qual seu movimento é regido; ele só pode sê-lo na medida em que ele mesmo não participa desse movimento, e ele o é sem ter de intervir expressamente, sem ter de se misturar portanto, de modo algum, à ação exterior, que cabe inteiramente à circunferência da roda.[261], [262]

Essa concepção, tanto quanto a teoria dos sistemas, ressuscita as idéias gnósticas. Tais idéias entram em contradição com a noção de Providência; os seres não são mais criados diretamente por Deus, mas pelos anjos. De igual forma, a teoria do caos não passa de uma apresentação modernizada do paganismo que quer que o universo não seja obra de um, mas de diversos deuses, e que sua ordem resulte não da intenção do único Criador, mas do acaso ou de misteriosas tendências auto-organizadoras.

Entende-se que o caos que se apresenta em certo nível da hierarquia não se propaga aos degraus superiores, que o utilizam, ao contrário, para melhor controlar esse sistema inferior. Um conjunto hierárquico de sistemas caóticos controlados uns pelos outros apresentará um comportamento infinitamente menos caótico que cada um de seus elementos soltos. Ervins Laszlo, membro do Clube de Roma, redator em chefe da *Enciclopédia da paz* publicada pela ONU e reitor da Academia de Viena, escrevia em uma obra intitulada *Uma estratégia para o futuro; A abordagem sistêmica da Ordem Mundial*:[263]

> O oposto da ordem é o caos, e a ausência total de determinação […]. Um sistema cujo comportamento é pouco determinado tende a sofrer uma sucessão rápida de transformações complexas. Será mais difícil de estudá-lo do que aqueles cujo comportamento é fortemente determinado e sofrem apenas algumas transformações raras ou simples, e por isso mesmo altamente previsíveis. Entretanto um sistema composto de diversos subsistemas relativamente indeterminados não se torna, por isso, muito mais indeterminado em si mesmo: os graus de indeterminação não são

> cumulativos. De fato, cada um dos sistemas que examinamos em seu conjunto na natureza tem grandes chances de ser significativamente melhor determinado que a soma de suas partes. Em outras palavras, os sistemas completos são mais ordenados que a soma de seus componentes. […] E num sistema sociocultural complexo, os indivíduos têm grande autonomia pessoal. Entretanto suas interações complexas produzem uma estrutura global que pode ser apreendida pelas ciências sociais.

Os dois textos a seguir, distantes em doze anos um do outro (1975 e 1987), mostram os progressos efetuados quanto à síntese dos conceitos vindos das teorias do caos, dos sistemas, do comprometimento e dos reforços não-aversivos. O primeiro provém de um relatório da Trilateral e o segundo de uma obra publicada pela OCDE no seu 25º aniversário.

> Esses três desenvolvimentos têm um denominador comum. A reivindicação por uma maior participação, a transferência do espaço político real do nível nacional ao internacional e a eliminação do poder político em prol de outras instituições [as grandes companhias e sindicatos] que têm maior influência sobre a vida das pessoas, esses são sinais daquilo que podemos chamar de dissolução, ou talvez diluição, do apoio popular tido outrora como a base real das instituições democráticas. […]
>
> Gostaria de defender a seguinte tese: a principal questão sobre a qual deveríamos refletir é o restabelecimento de uma base política real adaptada às condições presentes. Deveríamos nos interrogar quanto à maneira de conciliar a demanda - legítima – por uma maior participação individual e as decisões nacionais e internacionais. Deveríamos discutir aquilo que nesta comissão [Trilateral] foi chamado de renovação do sistema internacional, não apenas em termos de eficácia do novo sistema de instituições internacionais, mas também em termos de democracia. Isso faria ressurgir as questões, ao mesmo tempo conhecidas, mas também novas, das relações entre representatividade e competência, eleições democráticas e valor dos candidatos. (Trilateral)[264]

As invocações à democracia não devem nos iludir. Esse relatório defende que “alguns dos problemas atuais de governança nos Estados Unidos provêm de um excesso de democracia” e que “existem também limites desejáveis à extensão indefinida da democracia política”.

A análise precedente faz surgir uma decomposição hierárquica e sistêmica dos campos de ação, distinguindo os níveis individual, nacional e internacional. Ela visa a preservar a participação e o envolvimento individuais, e portanto a atividade caótica que eles necessariamente geram. O controle real do sistema deve permanecer nos níveis superiores, nacional e internacional, que continuarão a regular o processo. Essas idéias são expostas com mais clareza no texto publicado pela OCDE doze anos mais tarde.

> Todos esses fatores tornam a sociedade atual e a elaboração das políticas extremamente complexas. É igualmente difícil definir o futuro papel do Estado. A solução consiste talvez em repartir de forma diferente as responsabilidades entre os diversos escalões de administração, ou seja, instituir um contrato social em nível local ou regional, e um outro em nível nacional. É possível conciliar, em larga medida, os interesses dos cidadãos em escala local. Para dar a esses últimos, de forma palpável e efetiva, o sentimento [a ilusão] de que eles influem nos acontecimentos e que conduzem suas próprias vidas, será conveniente transferir a ação legislativa para o nível local em um número crescente de domínios, pois é neste nível que se desdobra a vida cotidiana com seus problemas de saúde, segurança social, cultura, educação, proteção do meio ambiente, indústria local, malha rodoviária etc… Ao mesmo tempo, as administrações locais deverão dispor de um certo grau de independência financeira no quadro global; seria bom evitar estrangulá-las. É esse o sentido que dou à expressão ‘**redução do papel do Estado**’. […]

> Ao compartilhar a tomada de decisões entre a escala local de um lado, e a escala nacional de outro, o Estado pode tornar-se aquilo que chamo de ‘governante’. A descentralização aumenta as possibilidades de influenciar diretamente nas leis que regem a vida cotidiana. Diversos grupos de interesse e organizações [associações] poderiam ser integrados no processo de tomada de decisão. Ao mesmo tempo, a função de legislação de natureza administrativa seria retirada à escala central. O Estado teria assim mais meios para governar, ou seja, para se preocupar exclusivamente com a legislação e o planejamento em nível nacional, o que o permitiria exercer seu papel com maior distanciamento que aquele de que ele dispõe atualmente. Em que medida uma estrutura desse tipo seria tida como satisfatória pelos cidadãos, concedendo ao Estado sua plena legitimidade? A resposta a essa questão dependerá em grande parte da dimensão internacional.
>
> Isso não resolve, entretanto, o problema das soluções que chamamos de questões de fundo, estas sendo, por natureza, internacionais ou sujeitas aos efeitos dos fatores externos. Tratamos aqui do conceito de Estado-nação que, considerado em uma ‘perspectiva história’, é relativamente novo, mas não constitui, pelas razões anteriormente citadas, a melhor solução aos desafios atuais. Sou, entretanto, realista, e é a meu ver inconcebível que o Estado nacional possa desaparecer durante este século ou talvez mesmo ao longo do próximo século. É preciso entretanto que nos questionemos quanto ao quadro de regras de cooperações internacionais por vir, e quanto aos órgãos que os conduzirão. (OCDE)[265]

A descentralização surge como a aplicação política das teorias do caos, do comprometimento e dos reforços não-aversivos. Ela deixa aos cidadãos o “sentimento de que eles influem nos acontecimentos” enquanto que as “questões de fundo […], por natureza internacionais” são tratadas fora do quadro dos Estados. Estes concentrarão suas ações nos domínios da **legislação** e do **planejamento** nacionais, exercendo então uma ação sistêmica – que fará apenas transferir aquelas das

instituições internacionais. Notemos, de passagem, que o planejamento sempre teve como objetivo primeiro unificar as nações, impondo a elas objetivos supra-ordenados e sistêmicos.

Podemos citar diversos exemplos de sistemas caóticos controlados por forças superiores. O que mais salta aos olhos é, talvez, aquele dos mercados de ações, nos quais a ação desordenada dos diferentes atores é, em geral, sujeita à influência dos bancos centrais. Uma democracia deixa, a seus membros igualmente, uma grande autonomia. Alguns objetivos comuns podem entretanto ser estabelecidos pelas instituições sem encontrar oposições notáveis. De maneira geral, toda sociedade política ou econômica deve tolerar de seus membros uma parte de ações controladas indiretamente. Enfim, o sistema meteorológico é notoriamente caótico, o que impede qualquer previsão de longo prazo. A cada ano, entretanto, o verão chega à mesma época: a influência da posição da Terra com relação ao Sol prevalece sobre todas as flutuações caóticas.

O processo sistêmico que controla uma situação, preservando sua natureza caótica, assemelha-se à noção chinesa de transformação, oposta àquela de ação. Uma vez as condições tendo sido modificadas, sob influência do sábio ou do soberano, a transformação se opera espontaneamente sem que nenhuma intervenção, nenhuma ação mais seja necessária. A miríade de

comportamentos individuais é preservada, mas as condições as canalizam e provocam a transformação almejada. Seria, é claro, um grande equívoco alegar que o Ocidente ignorou tal concepção. A estrutura hierárquica da Maçonaria, a divisa do 33º grau e a interpretação que a ela dá Guénon provam o contrário. A balança, que pertence à simbologia dos 7º, 16º, 17º, 31º, 32º graus, pode ser interpretada com o símbolo da dialética, precursor da teoria do caos. O equilíbrio entre duas tendências pode a qualquer instante ser rompido, em se acrescentando qualquer peso, por mais leve que seja. Prigogine não deixa de lembrar que Hegel concebia a natureza em termo de sistemas:

> [A filosofia hegeliana da natureza] opõe, à idéia de redução, à idéia que as diferenças são apenas aparentes e que a natureza é fundamentalmente homogênea e simples, a idéia de uma hierarquia no seio da qual cada nível está condicionado pelo nível precedente, que ultrapassa e nega as limitações anteriores, permitindo, por sua vez, condicionar o nível seguinte, que manifestará de maneira mais adequada, menos limitada, o espírito que age na natureza.[266]

Compreendemos, portanto, todo o interesse que a teoria do caos pode suscitar nos globalistas. Já havíamos apresentado esse texto publicado pela UNEP e prefaciado por seu secretário geral, no qual se reivindicava uma reciclagem dos economistas no campo da análise dos sistemas e da teoria do caos. A Universidade das Nações Unidas dedicou a esse tema uma obra chamada *O impacto [da teoria] do caos sobre a ciência e a*

sociedade.[267] O vice-presidente americano Al Gore considera explicitamente a teoria do caos como uma ferramenta revolucionária. A razão pela qual ele o faz merece ser destacada:

> Dois modelos científicos podem ajudar-nos a prever o que virá e em que ponto estamos:
>
> Antes de mais nada, a nova teoria matemática da mudança, ou 'Teoria do Caos', que realiza uma revolução em nossa maneira de interpretar muitas mudanças que ocorrem em nosso mundo físico. Quando a física de Newton revirou nossa compreensão das **relações de causa e efeito**, o modelo do mundo que ela sustentava se fez rapidamente repercutir na política, na economia, e na sociedade como um todo. Muitas pessoas estão convencidas, hoje, que os fundamentos da teoria do caos podem, de igual forma, ser muito em breve integrados à ciência política e à análise social.
>
> A teoria do caos explica como um grande número de sistemas naturais podem sofrer profundas mudanças na maneira como funcionam enquanto que seu próprio esquema geral permanece intacto ('equilíbrio dinâmico'). Ela postula que alguns limites críticos definem esse esquema geral e não podem ser ultrapassados sem conduzir à perda de equilíbrio. Por conseguinte, quando mudanças importantes ocorrem, o sistema como um todo se desequilibra, reorganizando-se de forma inteiramente nova.[268]

Reencontraremos com freqüência o argumento dos "limites críticos" na retórica ecologista. Deixemos que a Universidade das Nações Unidas, sob a pluma de Renate Mayntz do Instituto Max Plank de Colônia, defenda esse discurso, que poderia ser sustentado em todos os domínios para impedir qualquer modificação da situação.

> Mesmo nas situações de comportamento social coletivo pode haver um aprendizado capaz de modificar os comportamentos condicionados que, caso permanecessem descontrolados, teriam, com o tempo, provocado um macro evento, *i.e.*, uma situação caótica. Aqui, o modelo original não mais se aplica. É bem verdade que nos modelos não lineares os elementos agem

> uns sobre os outros, e são influenciados pelo estado global atingido pelo sistema no período anterior, para com o qual eles mesmos podem ter contribuído. Mas em tais modelos não se concebe a hipótese de que os elementos participantes de um processo irregular ou em crescimento reajam para modificar os parâmetros pertinentes do sistema, evitando conseqüências indesejadas. Ora, isso é precisamente o que agentes humanos costumam fazer. Eles podem prever a evolução do sistema, avaliá-lo, determinar suas causas e modificar assim os fatores que conduzem a estados indesejados. Como von Wezsäcker[269] afirmou explicitamente, é improvável, nessas circunstâncias, que descontinuidades tais como aquelas descritas pela teoria matemática do caos determinista sejam encontradas na sociedade. Quando processos do mercado de ação, manifestações ou movimentos de massa parecem fugir do controle, ou quando novas desigualdades ou estruturas de decisão são vistas como indesejáveis, grupos poderosos intervêm para controlar tais processos espontâneos. A mesma constatação é válida quanto às violentas perturbações exteriores (*i.e.*, as catástrofes naturais) e às conseqüências das interdependências complexas. Os sistemas sociais *são* sistemas complexos e não-lineares, mas são *parcialmente organizados.* Não se trata de sistemas complexos desorganizados como aqueles que dão à luz tanto a processos de auto-organização quanto a processos de caos determinista. (Universidade das Nações Unidas)[270]

Dito de outra forma, a crítica precedente significa que a teoria do caos constitui uma arma intelectual e midiática poderosa e sem fundamento na realidade. Uma intervenção humana, e em particular uma intervenção sistêmica, permite que se mantenha sob controle o caos de um certo grau da hierarquia, aplicando a eles forças provenientes de sistemas superiores. O perigo descrito por Al Gore não existe, portanto, na sociedade humana.

Mas o discurso revolucionário, que encontramos ao estudar as questões ecológicas, se manifesta também

aqui. Um processo espontâneo, tido como indesejável, será acusado de atravessar um limite crítico e de provocar um caos sistêmico. Se a ameaça parece demasiado distante, invocar-se-á o princípio de precaução. Será possível, então, ou interditar os desenvolvimentos indesejáveis ou tirar deles pretextos para se criar novas regulamentações que reforçarão o poder das instituições internacionais e nacionais sobre a sociedade, orientando-a na direção desejada. Mas essa construção ideológica e midiática assaz sedutora revela-se, entretanto, inaplicável de forma direta. Primeiramente, com exceção dos mercados de ação, deliberadamente ligados uns aos outros desde há alguns anos, as conexões entre os sistemas reais são modestas demais para que catástrofes sistêmicas possam se produzir. Os desgastes e atritos que tanto limitam a ação humana aportam como conseqüência inesperada uma oposição ao totalitarismo. É preciso então criar ou reforçar essas conexões, graças às mídias e à ideologia. Em seguida, as situações caóticas capazes de transgredir os limites críticos são, evidentemente, muito raras. Ainda assim elas serão criadas, por meio das mídias. Enfim, para retomar o argumento de von Wezsäcker, os subsistemas caóticos já são sujeitos, antes de qualquer ampliação do poder institucional, à regulação de inúmeros subsistemas: banco, polícia, governo, mas também valores, religião, cultura etc… Essas três razões fazem com que o atravessar espontâneo dos limites

críticos conduzindo a um caos sistêmico não tenha sido jamais observado, nem mesmo no campo do mercado de ações, onde as quebras provêm de razões muito diferentes. A ideologia globalista encarrega-se, portanto, da criação desses problemas globais e sistêmicos, suscetíveis de transgredirem limites críticos. Nós estudaremos dois deles em particular: o efeito estufa e o buraco da camada de ozônio. Notemos, finalmente, que a existência de limites críticos provocando um caos sistêmico não justificaria em nada a crescente investida do Estado sobre a sociedade, nem tampouco a das instituições internacionais, pois seria necessário, antes de mais nada, declarar que a sociedade é incapaz de auto-regulação. Ainda que esse fosse o caso, seria também preciso provar que a intervenção do Estado seria benéfica para a solução do problema. A experiência prova, tanto no Ocidente quanto no Oriente, que este é raramente o caso, e que o Estado abusa do poder que ele usurpa para fazer assim avançar a revolução.



A síntese entre as teorias do caos, dos sistemas, do comprometimento, os reforços não-aversivos e os objetivos supra-ordenados geram uma modificação política radicalmente nova – que alimentou, aliás, diversos discursos a respeito da impotência ou da exclusão mesma do personagem político. A ênfase que se coloca na influência sistêmica permite que se oriente uma

situação caótica sem, entretanto, ordenar ou punir. As modificações institucionais e constitucionais, a manipulação das leis, das normas sociais, dos valores e a imposição de novas restrições econômicas são os instrumentos privilegiados desse modo de ação sutil, que imita de forma simiesca aquele das hierarquias angélicas. A ideologia ecológica permite criar e fazer com que se aceite as restrições que justificam tais manipulações das regras de funcionamento da sociedade. O efeito estufa terá influência desprezível sobre o clima, e constitui, contudo, para o discurso midiático, um problema global e sistêmico: com respeito, em primeiro lugar, ao nosso consumo de petróleo, que deve ser diminuído em 60% segundo os números da Trilateral; ele terá, assim, repercussões em todos os domínios. Veremos que ele serve como justificativa tanto para uma baixa do nível de vida nos países desenvolvidos quanto para a criação de um esboço de governo mundial ou de uma ética global. Essas transformações revolucionárias serão exigidas pela própria sociedade, ou ao menos pelas associações que pretendem representá-la no espetáculo midiático, para evitar a catástrofe que será retratada. Essa utilização das técnicas não-aversivas permitirá limitar consideravelmente as oposições. A sociedade terá recebido um novo mandamento: *Não poluirás*. Naturalmente, as ações humanas continuarão sendo caóticas, já que o uso da coerção é – provisoriamente –

proibido e que “Os governos aprenderam que a gestão da economia por comandos e controles não funcionava”.[271] O Templo maçônico se edificará “sem que o ferro deva abater a pedra”. A influência desse novo mandamento transmitido desde a mais tenra idade pelas mídias e escola e as circunstâncias que ele criará permitirão o controle do caos para que dele nasça a ordem ecológica.

A terceira parte dessa obra desenvolverá a análise que acaba de ser esboçada. É preciso, antes, apresentar o relatório científico das principais “ameaças” ecológicas sistêmicas e globais.

---

235. Skinner critica explicitamente o uso da coerção feito na URSS. *Cf*. *Walden Two*, London, Macmillan, 1976, p. 259. A *perestroika* pode ser interpretada como uma tentativa de saída do círculo vicioso engendrado pela utilização sistemática das técnicas aversivas.
236. Burrhus F. Skinner, *Beyond Freedom and Dignity*, London, Penguin Books, 1988, p. 40.
237. Programa de recompensa por troca de carros proposto pelo governo de Alain Juppé – NT.
238. *Ibid*., p. 42.
239. *Ibid*., p. 141.
240. *Ibid*., p. 172.
241. *Ibid*., p. 20.
242. *Ibid*., p. 141; em itálico no texto.
243. Percebe-se que as aplicações da teoria dos sistemas e os condicionamentos não-aversivos permitem que se desenvolva, sob alguns aspectos, o aspecto interno da situações. Favoriza-se, assim, a subestimação sistemática da “pressão situacional”, quando no entanto a própria teoria dos sistemas e as técnicas não-aversivas permitem precisamente que se a aumente.

244. “O Império deve ser perfeito por via pacífica”, *Synarchie, panorama de 25 années d’activité oculte*, *op. cit.*, anexe, p. 31.
245. M. Gorbatchev, *Perestroïka*, *op. cit.*, p. 37, 38. Grifo nosso.
246. *Beyond Interdependence*, *op. cit.*, p. 33.
247. *Ibid.*, p. 84. Grifo nosso.
248. UNEP, *Ethics & Agenda 21, Moral Implications of a Global Consensus*, New York, United Nations Publications, 1994, p. 101-102.
249. O mandato de Allègre durou de 1997 a 2000 – NT.
250. Claude Allègre, *Ecologie des villes, écologie des champs*, Paris, Fayard, 1993, p. 214.
251. Edward Ott, Mark Spano, Controling Chaos, *Physics Today*, May 1995, vol. 48, nº 5, p. 34-40. Grifo nosso.
252. Illya Prigogine, Isabelle Stengers, *La nouvelle aliance*, Paris, Gallimard, 1993.
253. *Ibid.*, p. 216.
254. *Ibid.*, p. 243.
255. *Ibid.*, p. 427.
256. *Ibid.*, p. 361.
257. J.L. Deneubourg, Application de l’ordre par fluctuation à la description de certaines étapes de la construction du nid chez les térmites, in *Insectes sociaux. Journal international pour l’étude des arthropodes sociaux*, tome 24, nº2, 1977, p. 117–130.
258. *La nouvelle alliancie*, *op. cit.*, p. 241–242.
259. *Ibid.*, p. 258. Grifo nosso.
260. Dn 7, 25.
261. “É o que anteriormente chamamos de ‘atividade não agente’ da tradição taoista, e é também o que chamamos anteriormente de uma ‘ação de presença’”.
262. René Guénon, *Aperçus sur l’initiation*, Paris, Editions traditionnelles, 1983. Grifo nosso.
263. Ervin Laszlo, *A Strategy for the future*, *The Systems Approach to World Order*, New York, George Braziller, 1974, p. 211, 212.
264. *The Crisis of Democracy*, *op. cit.*, p. 191, 192.
265. *Interdépendance et coopération dans le monde de demain*, Paris, OCDE, 1987, p. 180, 181. Grifo nosso.
266. *La nouvelle aliance*, *op. cit.*, p. 150.
267. Celse Grebogi and James A. Yorke (Eds.), *The Impact of Chaos on Science and Society*, Tokyo, United Nations University Press, 1997.

268. Al Gore, *Sauver la planète Terre*, Paris, Albin Michel, 1993, p. 47. Grifo nosso.
269. Carl von Weizsäcker, Ordnung und Chaos in der Wirtschaft, in W. Gerok, ed., *Ordnung und Chaos in der unbelebten Natur*, Stuttgart, Wissenschaftliche Verlagsgesellschaft, 1990, p. 43-57.
270. *The Impact of Chaos on Science and Society*, *op*. *cit*., p. 314–315.
271. *Our Global Neighborhood*, *op*. *cit*, p. 138.

Segunda parte

A ciência louca,

ou

A herança de Lyssenko

CAPÍTULO I

O “BURACO” NA CAMADA DE OZÔNIO

> Satã é o macaco de Deus.
> Haverá grandes terremotos por várias partes, fomes e pestes, e aparecerão fenômenos espantosos no céu. (Lc 21, 11)

A tese oficial do “buraco” na camada de ozônio é conhecida de todos por ter sido repetida ao longo de muitos anos nos principais veículos da mídia: a camada de ozônio, que nos protege dos raios ultravioleta emitidos pelo Sol, é atacada por produtos químicos artificiais, os CFC (clorofluorcarbonos). Utilizados sobretudo nos circuitos de refrigeração e aerossóis, os CFC alcançariam a alta atmosfera (estratosfera) sem que nada os detenha. Eles seriam então destruídos pela ação do Sol e liberariam cloro. Este, por sua vez, desencadearia uma série de reações químicas que conduziriam à destruição de uma parte importante do ozônio estratosférico. Essa ameaça – que de fato seria preocupante caso fosse real – encontrou respaldo até nos relatórios mais oficiais das organizações internacionais. Assim, a Conferência do Rio elabora:

> estratégias visando a atenuar as incidências negativas dos raios ultravioleta que atingem a Terra por conta do empobrecimento e modificação da camada de ozônio estratosférica.[272]

Para a Comissão das Comunidades Européias, que também reflete bastante bem as tendências globalistas,

> Ao longo do tempo, tomamos consciência do fato que a poluição não respeita fronteiras e que, conseqüentemente, seria preciso intensificar a cooperação com os *outros países*. Há um consenso cada vez maior quanto ao fato que os fenômenos globais tais como a mudança climática, a redução da camada de ozônio ou a diminuição da diversidade biológica ameaçam gravemente o equilíbrio ecológico do conjunto do planeta. […]
>
> No presente momento, a situação referente ao ozônio parece mais grave que o que pensávamos. Os dados publicados pelo PNUE em dezembro de 1991 mostram, com efeito, que em diversos pontos do globo, a degradação da camada de ozônio é duas vezes mais grave que o que se indicava nas estimativas anteriores.[273]

Reencontramos o mesmo tom alarmista em *Nosso futuro comum*, o relatório apresentado anteriormente pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.

> Se essa camada de ozônio tornar-se por demais rarefeita, os efeitos sobre a saúde dos homens, animais e algumas formas de vida que são a base da cadeia alimentar marinha poderiam ser catastróficos. A descoberta, em 1986, de um buraco na camada de ozônio acima do continente antártico nos faz antever um esgotamento ainda mais rápido que o esperado.[274]

Segundo o discurso oficial, os efeitos do buraco na camada de ozônio serão verdadeiramente catastróficos. Assim, a revista *Nature*, periódico científico que goza de uma reputação incontestável, reproduzia, em mensagem assinada por um de seus editores e impressa inteira em negrito, as previsões aterrorizantes da EPA.[275] De acordo com um de seus relatórios preliminares, “40 milhões de casos de câncer de pele e 800.000 mortes”[276] seriam provocados pelos CFC entre as gerações nascidas antes de 2074. O relatório do EPA acrescentava

que os ultravioletas B também provocariam casos de catarata e herpes. Reencontramos números parecidos na *Newsweek*,[277] que aponta 15.000 mortes por ano causadas por câncer de pele (melanomas). Michel Barnier, ex-ministro francês do Meio Ambiente, apresenta os números da ONU:[278] uma baixa de 10% no ozônio acarretaria "uma alta de 26% dos casos de câncer, ou seja, 300.000 novos casos no mundo".[279]

Ora, essa versão oficial, essa *nova mitologia*, foi publicamente contestada por uma centena de personalidades científicas[280] que assinaram o pedido apresentado a seguir, a ser comentado posteriormente:

> Sete boas razões para que se reveja o protocolo de Montreal [banindo os CFC].
>
> Considerando a Conferência de Copenhague como decisiva no que diz respeito à interdição dos CFC, nós abaixo-assinados comunicamos os sete seguintes pontos aos organizadores e participantes deste evento:
>
> **1. Não se pode negligenciar o cloro de origem natural** [considerando apenas o cloro proveniente dos CFC].
>
> É verdade que a imensa maioria das 650 milhões de toneladas de cloro emitidas todo ano pela natureza (comparadas com as 0,75 milhões de toneladas devidas aos CFC) retorna rapidamente ao mar por lixiviação. Mas existem processos de troca troposfera-estratosfera [baixa atmosfera, alta atmosfera] que permitem que uma parte do cloro natural chegue à estratosfera. As erupções vulcânicas massivas (como aquelas de Pinatubo), ou situadas em regiões especiais (Monte Erebus) podem também injetar cloro diretamente [na estratosfera].
>
> **2. Não há, em perspectiva de longo prazo, constatação de diminuição na densidade da camada de ozônio.**
>
> Se algumas estações de medição atestam uma leve baixa, existem também casos documentados (como Tromso, na Noruega) em que a estabilidade da camada de ozônio é verificada desde 1935.

3. Existem bolsas de CFC na atmosfera [que, conseqüentemente, não sobem todas à estratosfera].

Pudemos mostrar que existem certas bactérias que destroem os CFC, nos arrozais ou cupinzeiros, por exemplo. Também pudemos mostrar que o volume de CFC 12 emitido pelos incêndios florestais dá cabo de metade dos fréons [CFC] contidos na atmosfera. Nem todos os CFC, moléculas demasiado pesadas, sobem até o céu!

4. 'Buracos na camada de ozônio' foram observados muito antes da utilização generalizada dos CFC.

Dois pesquisadores franceses do CNRS, P. Rigaud e B. Leroy, reanalisaram recentemente os dados de 1985 [1958][281] obtidos na estação polar francesa de Dumont-d'Urville. Eles obtêm números similares àqueles de hoje em dia [1992].

5. O risco representado pelo aumento dos raios ultravioleta foi amplamente inflacionado.

Na pior hipótese possível, a diminuição da camada de ozônio provocaria um aumento de 10 a 20% da incidência de ultravioleta nas zonas habitadas. Isso é o equivalente ao aumento sofrido por uma pessoa que se muda de Paris a Nevers, o que não é exatamente um cataclismo… Ademais, as (raras) mensurações disponíveis da quantidade de UV incidente na Terra indicam antes uma tendência à diminuição.

6. O protocolo de Montreal custa caro ao Ocidente e provocará mortes no Terceiro Mundo.

Considerando apenas os setores de refrigeração industrial e comercial, o custo desse protocolo é avaliado em 45 bilhões de francos para a França, 200 bilhões de francos para a Europa. No Terceiro Mundo, a desordem sofrida no setor de refrigeração, setor este que é vital para certas economias, empobrecerá ainda mais os países que se encontram no limiar do nível de sobrevivência, gerando mortes conseqüentemente.

7. O protocolo de Montreal foi assinado de forma precipitada, por razões essencialmente políticas.

Admitindo-se por um instante que os CFC possam atacar levemente a camada de ozônio, o problema representado por esse ataque poderia muito bem ser tratado com calma, com prazos muito mais longos, que deixassem que as atuais instalações atingissem o termo de suas vidas-úteis. Isso teria permitido que se reduzisse enormemente o custo dessa transformação industrial e a desorganização provocada por toda essa precipitação. Ao

invés disso, os homens políticos, carentes de popularidade, quiseram logo aderir aos ecologistas.[282]

Outros críticos também se fizeram ouvir - antes de serem amordaçados. Robert Watson, diretor do programa de pesquisa sobre a alta atmosfera da NASA, declarou que “existem fortes provas que estabelecem que os simples processos meteorológicos [sem levar em consideração portanto os CFC] podem fazer diminuir de maneira considerável o teor de ozônio em regiões inteiras do continente antártico”.[283] Para Melvyn Shapiro, diretor de pesquisa meteorológica na Agência Nacional (americana) do Oceano e da Atmosfera (NOAA), se “não houvesse dinheiro na jogada [do buraco na camada de ozônio], ele seria tratado racionalmente e com honestidade intelectual. Quando você declara que a ameaça do buraco na camada de ozônio é um embuste, você ataca não somente a integridade científica dessas pessoas, mas também suas carteiras. Trata-se de dinheiro, somente de dinheiro”.[284] Pouco tempo após essa declaração, Shapiro recebeu ordens de seus superiores para se calar.

Antes de expormos os fatos que mostram de maneira irrefutável que o buraco na camada de ozônio existia antes da utilização dos CFC, e que ele não apresenta nenhum risco, é preciso expor os verdadeiros problemas que se escondem por trás dessa questão. Isso porque não podemos nos contentar com um mero apoio à tese de que

“só se trata de dinheiro”. É preciso, ao contrário, afirmar com veemência que os verdadeiros problemas dessa manipulação são políticos, e se inscrevem nas análises esboçadas na primeira parte desta obra.

Vimos, e isso é incontestável, que a temida rarefação da camada de ozônio teria o mesmo efeito, caso fosse verificado, que um deslocamento de aproximadamente duzentos quilômetros de Paris ao sul da França.[285] A propaganda massiva à qual fomos submetidos há tanto tempo não quer tratar, portanto, da saúde pública, mas tem seguramente outros objetivos. Ora, não é muito difícil descobri-los. Antes de mais nada, o caso do buraco na camada de ozônio pode ser considerado como um preâmbulo para a armação do efeito estufa. Buscou-se, com sucesso, garantir o apoio ativo dos principais industriais envolvidos. Além disso, a luta contra o “buraco” custará caríssimo, e não gerará nenhum benefício, provando-se assim ser possível proceder com um “desperdício considerável” sem que a sociedade proteste ou reaja. Finalmente, a ajuda internacional destinada a lutar contra o buraco é gerada pelas instituições internacionais, e em particular pelo Banco Mundial…

Os CFC foram banidos por uma série de protocolos internacionais que foram se reforçando uns aos outros (Viena, 1985; Montreal, 1987; Londres, 1990; Copenhague, 1992). Esses tratados foram prontamente

tratados como um precedente possível de ser alegado nas negociações sobre as limitações de emissão de gases do efeito estufa. Em um editorial não assinado, expondo portanto o ponto de vista da redação, a *Nature* escrevia que:

> Do ponto de vista desse jornal, o interesse [do protocolo de Montreal] é primeiramente o precedente que ele cria para convenções muito mais restritivas que deverão ser assinadas, caso venha a ser necessário um acordo internacional quanto as emissões de dióxido de carbono para evitar o efeito estufa.[286]

Um testemunho ainda mais importante é oferecido pelo embaixador americano Richard Benedick, alto funcionário da Secretaria de Estado para o Meio Ambiente, que esteve encarregado da negociação dos tratados de Viena e Montreal. Ele manifesta abertamente seu entusiasmo pelo banimento dos CFC e as novas perspectivas diplomáticas abertas pelas negociações que conduziram ao protocolo de Montreal em sua obra intitulada *Ozone Diplomacy*. Aí são relatados particularmente os planos de M. Tolba, diretor executivo da UNEP:

> Os mecanismos que concebemos para o protocolo [de Londres] servirão, muito provavelmente, como modelo às instituições criadas para controlar [as emissões de] gás de efeito estufa e para a adaptação à mudança climática.[287]

As instituições internacionais estavam, portanto, inteiramente conscientes dos precedentes por elas criados, e do poder colossal que elas se arrogavam,

graças ao pretenso problema global do buraco na camada de ozônio. Ainda assim foi possível angariar diversos cúmplices entre os políticos nacionais:

> Em Londres, os negociadores estavam perfeitamente conscientes dos precedentes que eles criavam para as outras questões relativas ao meio ambiente global. Sob diversos aspectos, os debates referentes ao tratado quanto ao ozônio serviram de ensaio às negociações, já previstas, sobre a Convenção Climática e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Durante essa reunião, diversos ministros, dentre os quais a senhora Thatcher, então primeira-ministra, afirmaram abertamente que um resultado favorável às negociações em curso abriria caminho para um acordo internacional quanto às medidas a serem tomadas para se lutar contra o aquecimento global. Esse ponto de vista foi sustentado pelo porta-voz de uma importante associação americana de industriais. (Benedick)[288]

Faltava apenas repetir esse processo, transpondo-o para o caso do efeito estufa. Era preciso especialmente conceder a ele uma aparência de base científica com argumentações globalistas, assim como o caso do buraco na camada de ozônio encontrava sua origem em trabalhos científicos bastante contestáveis. Isso foi feito, com plena consciência, com a criação do IPCC:

> Ao ocupar-se com o efeito estufa, a comunidade internacional não esquecera a experiência adquirida nas negociações sobre o buraco na camada de ozônio. A criação, no final de 88, e o funcionamento ulterior do IPCC – com seus diversos seminários científicos, econômicos e políticos, bem como uma massiva participação dos setores público e privado – encontram um paralelo com as fases de coleta e análise dos dados para o estudo do buraco na camada de ozônio. Ainda aqui, a UNEP e a Organização Meteorológica Mundial vêem-se ativamente implicadas nesse processo. (Benedick)[289]

Mas o paralelo com o efeito estufa não termina aí. Em ambos os casos, decisões importantes foram tomadas em se partindo de bases científicas pouco consistentes, para dizer o mínimo. Em ambos os casos, as forças globalistas impuseram decisões de alto custo, a despeito das consideráveis incertezas científicas – para não dizer uma ausência completa de certeza ou, ao contrário, uma quase certeza da inexistência da ameaça em questão. Essa proeza foi primeiramente realizada em pequena escala, com o buraco na camada de ozônio, e em seguida para um caso mais importante, com o efeito estufa. Esse tipo de proeza exige primeiramente uma segurança quanto à passividade da maioria dos cientistas. Em seguida, ela necessita da colaboração – mais delicada de se obter – dos industriais ameaçados. E, enfim, ela demanda uma posição neutra da sociedade, coisa que quase sempre se consegue. Desnecessário seria citar os políticos…

A incerteza científica relativa às causas do buraco na camada de ozônio era tão grande quando ela fora adotada na convenção de Viena (1985) que as publicações globalistas nem sequer buscavam negá-la.[290] O tratado de Montreal foi assinado em circunstâncias similares. Benedick tem páginas surpreendentes a esse respeito:

> Talvez o aspecto mais extraordinário do tratado [de Montreal] tenha sido a imposição de significativos custos econômicos em curto prazo, destinados a proteger nossa saúde e o meio ambiente contra perigos futuros na realidade

ainda não provados, apoiando-se ainda sobre teorias científicas e não sobre dados sólidos. […]

Incertezas persistentes

Ainda que a compreensão teórica do ozônio tenha progredido de forma considerável desde 1974, grandes incertezas ainda pairavam quando, em 1986, os diplomatas começaram a debater a necessidade de um controle internacional dos CFC. 30 anos de medição não haviam proporcionado uma base estatisticamente significativa do ozônio total. (A baixa esporádica do ozônio sobre a Antártica, da qual trataremos na próxima seção, era considerada, à época, como uma anomalia e não podia ser explicada pela teoria do buraco na camada de ozônio). Por outro lado, os modelos não previam qualquer baixa do ozônio global antes de pelo menos duas décadas, considerando as taxas de emissão de CFC à época. Ademais, não se constatava nenhum indício de aumento dos ultravioletas B no solo, mas, ao contrário, as mensurações disponíveis pareciam mostrar uma *redução* de incidência dos raios.

O relatório da OMM/UNEP mostrava que havia diversas lacunas em nosso conhecimento [do ozônio], incoerências entre os conjuntos de dados e, 'definitivamente, poucos elementos para apoiar a hipótese de uma tendência estatisticamente significativa'[291] do ozônio global. Em 1986, um estudo da NASA afirmava que 'o estudo atento… dos modelos e medidas revela diversas discrepâncias preocupantes e complexas… [que] limitam o grau de confiança que podemos depositar nas previsões extraídas desses modelos'.[292] Algum tempo depois, ainda em 1986, o World Ressources Institute, embora continuasse apoiando o controle dos CFC, teve de admitir que 'ainda falta a prova final de variação nas taxas naturais de ozônio e do papel fundamental do CFC'. Em julho de 1987, às vésperas das negociações finais em Montreal, a NOAA concluía que 'a comunidade cientifica está atualmente dividida quanto aos dados atuais sobre a evolução do ozônio… a saber se a destruição do ozônio pelo cloro [liberado pelos CFC] já começou'.[293] Em 1989, Sherwood Rowland [que recebeu o prêmio Nobel de química por seus trabalhos sobre a destruição da camada de ozônio pelos CFC] notava que 'durante o ano de 1986, as estatísticas não ofereceram nenhum indício de uma tendência no ozônio global que se mostrasse significativamente diferente da tendência nula'.[294] (Benedick)[295]

Apesar das consideráveis “incertezas” cientificas, os tratados de Montreal e Copenhague foram adotados. Uma vontade puramente política guiava, portanto, o desenrolar desse processo. Mas o ponto que devemos ressaltar aqui é o silêncio midiático no qual foram imersas as proposições dos cientistas que criticavam esse projeto político. A despeito da oposição dos cientistas, lembrada por Benedick e que será por nós tratada posteriormente, as forças globalistas conseguiram impor uma representação unilateral da realidade. Os cientistas contestatários, por sua vez, não souberam, não quiseram ou não puderam difundir sua mensagem nas mídias. Aqui tocamos três aspectos importantes que voltaremos a encontrar, exatamente da mesma maneira, no caso do efeito estufa: a passividade dos cientistas, que freqüentemente hesitam em se engajar num terreno impuro, a política; a socialização quase que total da pesquisa científica que, em diversos domínios, depende inteiramente dos fundos públicos; e a cumplicidade das mídias, financiadas por grupos que aderem às teses globalistas. A passividade da maioria dos cientistas não poderia portanto ser criticada. As condições – o potencial de situação – dos sistemas científico e midiático tornam dificílima e extremamente custosa a oposição ao discurso dominante.

Não é fácil, tampouco, convencer os industriais a se submeterem a regulamentações que assinam sua própria sentença de morte. As negociações de Kyoto sobre as

emissões de CO_2 são o melhor exemplo disso. É possível, entretanto, dividir os industriais em duas facções violentamente opostas, que se neutralizam uma à outra. O banimento dos CFC obriga-os a encontrar um substituto. Os estudos custaram muito caro – diversos bilhões de francos – e apenas os maiores grupos puderam financiá-los. Quando somamos a isso o fato que as patentes relativas aos CFC entrariam, em breve, no domínio público,[296] conseguimos imaginar os interesses que essa restrição poderia acobertar entre os grandes produtores. É assim que podemos opor dialeticamente os grandes fabricantes, sendo estes os únicos a exercerem influência política e midiática, e aqueles pequenos. Desde setembro de 1986, a Du Pont, seguida pela Imperial Chemical Industries (ICI) e outros produtores americanos e europeus de primeiro escalão reivindicavam a restrição progressiva dos CFC:[297]

> No campo dos CFC, por exemplo, a sociedade Atochem abandona 30% de suas vendas, renunciando em grande parte aos aerossóis [que se utilizam de CFC]. Ora, ela já investiu dois bilhões de francos, desde 1980, na pesquisa de substitutos dos fluidos de refrigeração [CFC] e na implementação de novas instalações de produção, como aquela de Pierre-Bénite, que inicia suas produções este ano, e será uma das maiores unidades de fabricação de substitutos no mundo. A equação econômica não é simples à primeira vista, a não ser que levemos em consideração o comentário de M. Verhille, responsável do departamento de meio ambiente: 'éramos aproximadamente 20, no mundo, a fabricar esses produtos. Agora seremos apenas cinco ou seis'… dentre os quais a Atochem, é claro. (*La Recherche*)[298]

> O acordo global que proíbe definitivamente a maioria dos compostos químicos que destroem o ozônio provocará um celeuma industrial que poderá, em ultima análise, ser enormemente benéfico aos gigantes da química. […] O acordo provocará um desequilíbrio tal na indústria química mundial que apenas os mais fortes poderão sobreviver, segundo os responsáveis das indústrias. Em lugar do mercado atual de CFC, de dois bilhões de dólares por ano, veremos surgir um novo mercado para os produtos químicos que respeitem a camada de ozônio. Esse novo mercado será extremamente favorável aos gigantes da indústria química, que têm os laboratórios e a verba necessários para desenvolver os substitutos. Os custos de desenvolvimento deverão, com efeito, ultrapassar os quatro bilhões de dólares – soma que apenas os grandes conglomerados podem desembolsar facilmente. […]
>
> ‘Haverá uma mudança radical do mercado’, prediz Bridget Paterson, responsável de produtos da sociedade britânica Imperial Chemical Industries. Não haverá mais 32 fornecedores no mundo: esse número se restringirá a partir de agora entre seis e dez. […]
>
> Aqueles que terão maior probabilidade de sobreviver a esse terremoto serão os atuais líderes no mercado de CFC: ICI, o francês Atochem, os americanos Du Pont e Allied Signal e enfim o japonês Showa Denko… (*Wall Street Journal Europe*)[299]

Com a cumplicidade ou passividade dos cientistas, industriais e mídias aderentes, ficou fácil convencer a opinião pública quanto à grandeza do perigo que ameaçava a Terra inteira, e sobretudo convencê-la a aceitar um “desperdício considerável”. Segundo Benedick, cuja simpatia pelo banimento dos CFC é patente, “Os países signatários [do protocolo de Montreal] condenaram à morte uma parte considerável da indústria química internacional, com repercussões no investimento de muitos bilhões de dólares e centenas de milhares de empregos nos setores relacionados”.[300]

Segundo a Du Pont, 385 bilhões de dólares em equipamentos pelo mundo inteiro dependem dos CFC. Apenas nos Estados Unidos, o montante chega a 135 bilhões de dólares.[301] O custo do protocolo de Montreal foi inicialmente avaliado entre cinco e dez bilhões de dólares. As avaliações posteriores falam de números muito mais altos.[302] Esses números parecem, entretanto, grosseiramente subestimados. O *Journal of the American Society of Heating, Refrigeration and Air Conditioning Engineers*, que foi um dos mais ferrenhos defensores da proibição dos CFC antes de inverter sua posição, avalia seu custo em um trilhão de dólares apenas nos Estados Unidos.[303] De acordo com as resoluções 291 e 547 do parlamento americano, tomadas em 1993, o custo em curto prazo relativo à proibição dos CFC chegará a dois trilhões de dólares apenas para os Estados Unidos.[304]

Mas esses custos fabulosos, essa reorganização industrial considerável, são entretanto coisa pouca se comparados às conseqüências políticas e institucionais dos protocolos referentes aos CFC. Os capitalistas venderão aos bolcheviques a corda com a qual estes os enforcarão, bolcheviques que, para além dessas considerações financeiras mesquinhas, tramam planos de proporções muito maiores. Desde 1989, François Mitterand reivindicava a constituição de uma autoridade internacional encarregada de proteger a atmosfera e

assinava “em nome da França, o chamado de La Haye que convoca todos os países a se unirem em iniciativas supranacionais, a fim de contribuírem em comunidade para a proteção da atmosfera”.[305] Essa proposta apenas retomava a idéia de uma Autoridade Internacional do Meio Ambiente conduzida por Kennan. Essa instituição veio à luz efetivamente em 1990, sob o nome de Global Environment Facility (GEF), gerida pelo Banco Mundial.[306] É preciso considerá-la como a irmã da Comissão do Desenvolvimento Sustentável, criada na Conferência do Rio. Esta última deve, especialmente, “examinar as informações econômicas emitidas pelos governos”,[307] os quais ela está encarregada portanto de vigiar, bem como “examinar os progressos alcançados na execução dos acordos anunciados no programa Ação 21,[308] inclusive aqueles que se referem aos aportes financeiros e à transferência de tecnologia”.[309] Essas instituições constituem manifestamente uma ameaça fundamental à soberania nacional. E, com efeito, segundo Benedick, “As noções de soberania nacional são colocadas em questão quando decisões e atividades locais podem afetar todo o planeta”.[310] M. Tolba, diretor executivo da UNEP, acrescenta: “Se continuarem a nos transmitir dados incompletos [referentes à produção, importação e exportação de CFC], talvez venha a ser necessário pensar

em meios de reação em caso de desrespeito [aos acordos firmados]”.[311]

Aos três objetivos almejados no caso do buraco da camada de ozônio que acabamos de expor, é preciso adicionar ainda um quarto, que nos parece entretanto de menor importância. O esquema do ozônio permite que se realize a Nova Ordem Econômica Internacional, ou comunismo mundial, reivindicada durante muitos anos pelas instituições internacionais e em particular pela ONU. A retórica, retomada na Conferência de Kyoto, dedicada ao efeito estufa, aplica-se da seguinte maneira: os países desenvolvidos poluíram o planeta até o ponto de colocá-lo em perigo. Os países em desenvolvimento não podem fazer o mesmo, na medida em que ainda lhes é necessário elevar seu nível de vida para garantir a simples sobrevivência de seus habitantes. Cabe portanto aos países ricos realizar uma transferência de capitais e tecnologias não poluentes capaz de ajudá-los a se desenvolver sem causar danos ao meio ambiente. Tornando-se as tecnologias ditas “poluentes” proibidas e antiquadas, e realizando as colossais transferências de capital almejadas, instaura-se conseqüentemente uma forma de comunismo mundial, sob a alta autoridade das instituições internacionais.[312]

É possível entender, portanto, tamanho interesse por parte das instituições internacionais quanto ao ozônio estratosférico. Oficialmente, a descoberta do “buraco”

ocorreu em 1986. Ora, muito antes, desde 1975, a UNEP havia feito do ozônio uma de suas prioridades.[313] Antes dos CFC, os aviões supersônicos e os testes nucleares foram acusados, cada qual a seu turno, de destruí-lo. A cada investida, as forças revolucionárias e globalistas sustentaram veementemente essas alegações, até que elas se revelaram definitivamente falsas. Desde 1971, momento em que a guerra do Concorde gerava tensão entre a França e a Inglaterra de um lado e os Estados Unidos de outro, os aviões supersônicos foram acusados de destruir a camada de ozônio.[314] Em 1973, um estudo químico detalhado[315] provou que nada disso era verdade e que, de igual forma, os testes nucleares não haviam exercido qualquer influência sobre o ozônio total. Vieram então Stolarski e Cicerone[316] (1973), e sobretudo Molina e Rowland,[317] que elaboraram a teoria da destruição catalítica do ozônio pelos CFC. Essa teoria, que nunca foi confirmada quantitativamente, encontrou pouca aprovação nos meios científicos. Nenhum dado experimental veio sustentá-la , e os CFC só passaram a ser fabricados industrialmente após a descoberta do buraco na camada de ozônio, já conhecida havia muito anos… Entretanto, desde essa mesma época, diversas instituições internacionais se voltaram para a questão do ozônio. Um relatório do HDP (ISSC) revela que, desde 1974, a Roper Organization realizava sondagens regularmente para avaliar a relação

que se estabelecia, na cabeça do público, entre CFC e ozônio.[318] Já havíamos assinalado que em 1975 a UNEP já fazia do ozônio uma de suas prioridades, e se preocupava com a utilização dos CFC. Na Conferência de Tbilisi (1977), M. Tolba declarou que:

> Um dos problemas globais mais evidentes é o da camada de ozônio, ameaçada por conta da liberação de certas substâncias químicas na atmosfera. Isso pode acarretar conseqüências consideráveis para os organismos biológicos terrestres, incluindo o homem. (UNESCO)[319]

Somente depois da descoberta oficial do buraco na camada de ozônio, nove anos depois dessa declaração, é que se pode calcular a real dimensão do fenômeno. Logo após a declaração precedente, Tolba já emenda, imediatamente, um discurso sobre o efeito estufa, que até então não causava a menor preocupação em ninguém:

> [P]ode ser que o consumo de combustíveis fósseis, por suas repercussões sobre o clima devidas à emissão de gás carbônico, acarretem, na verdade, conseqüências mais graves sobre o meio ambiente [que aquelas provocadas pela energia nuclear]. (UNESCO)[320]

Mas, tendo sido o buraco na camada de ozônio (re)descoberto apenas em 1986, essas teorias continuavam sem crédito à época, pelo menos midiaticamente. Os testes nucleares foram então, por sua vez, acusados de destruir a camada de ozônio, teoria refutada entretanto desde 1973. A ofensiva foi realizada por meio de uma campanha sobre o “inverno nuclear”, uma enorme impostura ecológica que se iniciou em 1982

antes de ser definitivamente enterrada em 1986. O caso nasce, ao menos publicamente,[321] pela publicação no número do verão de 1983 da *Foreign Affairs*, a revista do CFR, de um artigo de Andrei Sakharov intitulado *Os perigos da guerra termonuclear*.[322] Sakharov expõe aí a teoria do inverno nuclear. Os resultados de simulações informáticas, obtidas através de modelos de circulação geral da atmosfera contendo hipóteses físicas bastante contestáveis, provariam que uma guerra nuclear escureceria a atmosfera a tal ponto que a vida no planeta se tornaria inviável. Reencontraremos os mesmos ingredientes quando abordarmos o efeito estufa: modelos matemáticos e informáticos extremamente complexos e de difícil verificação, e representando necessariamente de maneira demasiado sumária os processos físicos descritos; utilização de computadores os mais robustos quanto seja possível e portanto inacessíveis aos cientistas comuns; hipóteses físicas duvidosas. Sakharov expunha também a teoria do "verão nuclear", que para nós tem maior interesse. Uma vez a atmosfera iluminada e o inverno nuclear tendo passado, viria o verão nuclear, não menos temível: a camada de ozônio poderia ter sido destruída pelas explosões nucleares e a vida sobre a Terra poderia desaparecer, queimada pelos raios solares ultravioletas. Reencontramos aqui, ainda, os problemas globais tão caros a Sakharov. Como sempre, ele concluía seu artigo tratando da necessidade de uma "modificação

radical da atmosfera psicológica no Ocidente”, de “reestruturações” e de uma “reaproximação – de uma convergência – entre os sistemas socialista e capitalista, e de um esforço empreendido em escala mundial para resolver os problemas globais”.

Veio, em seguida, a publicação de um artigo na *Science* conhecido pelas iniciais de seus autores, TTAPS,[323] que retomava, sob forma científica, as propostas de Sakharov. Aqui também o tema do verão nuclear, pondo em risco os sobreviventes do holocausto nuclear, é exposto. Um artigo gêmeo, publicado no mesmo número da *Science*,[324] retomava e desenvolvia as previsões apocalípticas. “[A] própria extinção da espécie humana não deve ser desconsiderada”. É tratada, aqui, particularmente a questão da destruição da camada de ozônio.[325]

Paralelamente, a *Foreign Affairs*[326] publicava um artigo de Carl Sagan, um dos autores do TTAPS, que difundia essa mensagem alarmista entre as elites políticas do mundo inteiro. Retomava-se aqui, evidentemente, o tema do “fim da civilização” “ou mesmo o desaparecimento da espécie humana”.[327] A possível destruição da camada de ozônio era evocada diversas vezes, e eram enfatizadas suas conseqüências dramáticas.

Mas a *perestroika* não havia ainda desarmado psicológica e ideologicamente o Ocidente. Os cientistas reagiram e fizeram saber, através da linguagem castiça

que lhes é própria, que “os temores relativos à poeira radioativa e a degradação da camada de ozônio mostraram-se exagerados”.[328] É verdade que o modelo do TTAPS havia sido calibrado a partir de “trabalhos sobre as tempestades de areia marcianas, as conseqüências climáticas das erupções vulcânicas terrestres bem como a colisão que talvez tenha ocorrido entre a Terra e um asteróide ou um cometa no período Cretáceo/Terciário”.[329] Vimos surgir então, na *Nature* – que não poderia ser tida como uma publicação conservadora -, um comentário surpreendente, levando em consideração as precauções que os cientistas costumam tomar para evitar os ataques *ad hominem*:

> Em nenhum lugar isso é tão evidente [a saber que o envolvimento político dos cientistas prejudica sua objetividade] quanto nas publicações científicas recentes relativas às pesquisas sobre o ‘inverno nuclear’, que se tornaram célebres pela falta de integridade.[330]

A pressão foi tão forte que Thompson e Schneider, que haviam entretanto assinado um artigo[331] subscrevendo a tese do TTAPS, foram no entanto conduzidos a escrever na *Foreign Affairs*[332] que “sob um ponto de vista *científico*, as conclusões apocalípticas tiradas da hipótese inicial do inverno nuclear podem, agora, ser relegadas a um nível de probabilidade infinitamente pequena”.[333] Um artigo escrito pelos mesmos autores[334] e publicado em 1988 não mencionava senão um “outono nuclear”[335] e

lembrava que “os resultados da modelização dos efeitos de uma guerra nuclear não são verificáveis diretamente por experimentação”.[336] Uma evidência que faz do inverno nuclear, do buraco na camada de ozônio e do efeito estufa casos exemplares de discursos “científicos” não popperianos…

Acrescentaríamos ainda, antes de encerrar esse parênteses sobre o inverno nuclear, que Sagan reincidiu, alguns anos depois, no incêndio dos poços de petróleo kuaitianos. Ele declarou, para a rede de televisão ABC, que:

> Acreditamos que o efeito [do incêndio dos poços de petróleo kuaitianos] será muito parecido àquele da erupção do vulcão indonésio Tambora ocorrida em 1815. Ela originou [as perturbações meteorológicas] do ano de 1816, conhecido como “o ano sem verão”. Houve uma baixa considerável na produção agrícola da América do Norte e Europa Ocidental, bem como grandes tormentos humanos e casos de fome. Há grandes chances de que o mesmo ocorra na parte sul da Ásia assim como, talvez, em grande parte do Hemisfério Norte.[337]

Turco e Toon, os dois primeiros signatários do TTAPS, também estiveram “entre os cientistas que evocaram a possibilidade de que a fuligem proveniente dos incêndios no Golfo pudessem bloquear a luz solar e provocar um resfriamento”.[338] Naturalmente, o efeito real foi “surpreendentemente moderado”[339] e não houve senão “efeitos globais insignificantes”.[340] Sagan negou, em seguida, ter feito qualquer tipo de previsão de “cenários catastróficos”[341] e concluiu que tudo isso

“fornecia uma formidável validação dos efeitos do inverno nuclear”…[342]

A ciência louca

O buraco na camada de ozônio, um fenômeno conhecido há muito tempo

Num artigo lançado em 1944,[343] Tønsberg e Olsen apresentavam os resultados de mensurações de ozônio feitas em Tromsø (Norte da Noruega) entre 1935 e 1942. Essas mensurações mostravam variações espetaculares no teor de ozônio, que podia passar de 50 unidades de Dobson (UD) em dezembro a 410 UD em fevereiro. Os resultados dos autores são resumidos nos gráficos seguintes.[344] Eles mostram claramente o fenômeno da variação sazonal do teor de ozônio, que recebeu posteriormente o nome mais midiático de “buraco” na camada de ozônio:

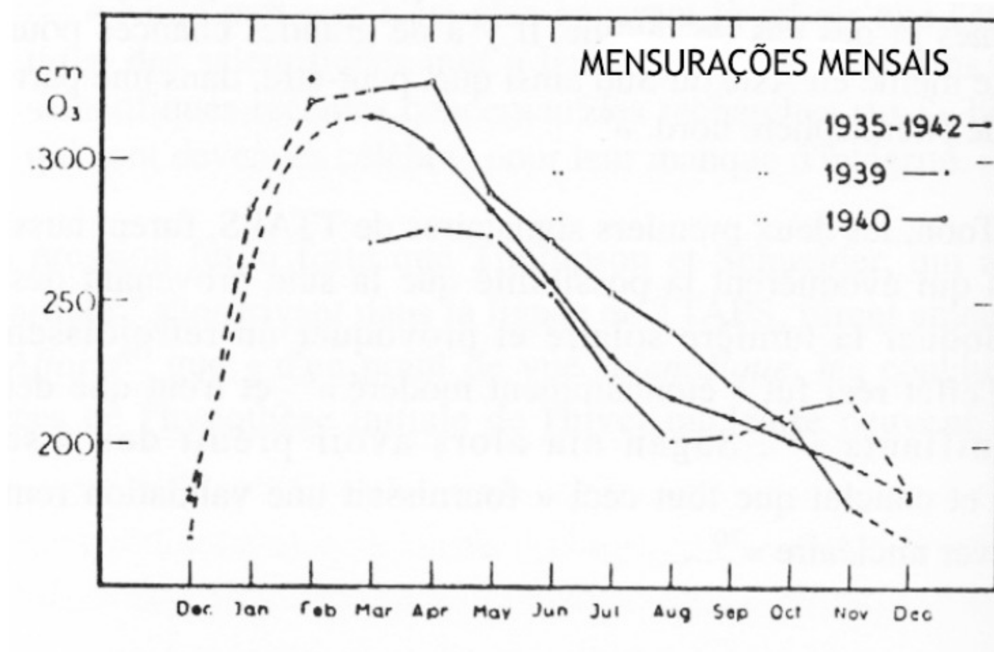


Fig. 1: Variação anual da espessura da camada de ozônio entre 1935 e 1942 em Tromsø (Noruega). Mensurações mensais.

O documento apresentado na página seguinte (fig. 2) é retirado de um artigo publicado em 1950 (ver ao alto, à esquerda) pelos *Anais de geofísica*.[345] O autor, que fez suas mensurações entre 1926 e 1942, mostra ali que os teores de ozônio podem variar entre 50 e 433 UD. A figura reproduzida mostra também as bruscas variações na taxa de ozônio, e o autor menciona a aparição de “buracos” na camada de ozônio (“*holes*”, abaixo à direita, em itálico). Desde 1950, portanto, esses buracos já eram conhecidos e classificados na literatura científica.

according to Toensberg and Olsen, the new Dobson spectrophometer gives approximately 0.005 cm 0_3 more than the old instrument.

The following calculations carried out in 1943 [2] are based on figures which I personally received due to the courtesy of Dr. Toensberg before he worked up his measurements for publication. Therefore, the number of observations used here are a bit smaller than those given in his publication [1]. However, the differences are small.

2. THE ANNUAL VARIATION.

The *annual variation* of E for pentads is presented in fig. 1. The following conclusions may be drawn :

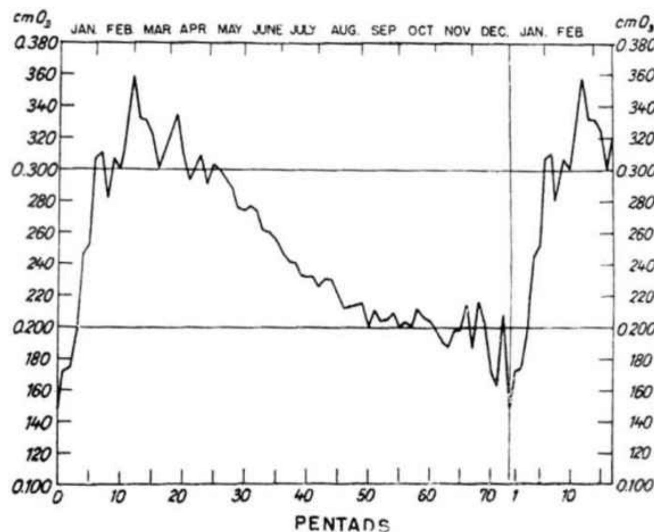


FIG. 1. — Annual variation of the amount of ozone E over Tromsoe, Norway for the period 1926-1942. The data are based on pentad means.

1) The annual variation does not follow a simple sin-curve.

2) A steady decrease occurs from March (0.34 cm 0_3) till September (0.2 cm 0_3) becoming more or less constant till the beginning of December.

3) During the polar night (from December till 19. January) " *holes* " occur i. e. the amount of ozone drops down to 0.15 cm for pentads. Some observations indicate as low values as 0.05 cm never measured in other latitudes.

4) An " *eruption like* " *increase* of 100 % occurs from the middle till the end of January.

Fig. 2: Cópia de uma das páginas dos Anais de geofísica publicado em 1950, que mostra que os “buracos” (holes) na camada de ozônio eram conhecidos já desde 1950

Resultados similares foram apresentados em 1966 por Dobson, o inventor dos espectrofotômetros, que permitem ainda hoje medir a espessura da amada de

ozônio. Ele também mostrou que essa espessura poderia passar, em poucos meses, de 400 a 250 UD na Antártica, e de mais de 600 UD a menos de 300 UD no Ártico.[346]

Em 1990, Rigaud e Leroy,[347] reexaminando as mensurações feitas na Antártica em 1958, observaram que desde essa época o buraco na camada de ozônio costumava surgir em setembro. Daí eles chegaram à conclusão de uma "explicação natural para o 'buraco na camada de ozônio' na Antártica" e propuseram que as "erupções vulcânicas" poderiam ser as responsáveis de tal fenômeno.

O buraco "redescoberto" em 1985

Apesar dos documentos produzidos anteriormente, e a despeito de que o nome "buraco" na camada de ozônio tenha sido utilizado desde 1950, o discurso midiático trata da descoberta do buraco como ocorrida em 1985 (ou 1986). As mais altas autoridades políticas, científicas e midiáticas abraçaram essa afirmação. Se a ignorância pode servir como desculpa para alguns, ao menos aos especialistas do ozônio esse argumento é incabível…

A OMM, UNEP, NASA, NOAA e o Ministério Inglês do Meio Ambiente financiaram um relatório redigido por "65 *experts* internacionais" com a colaboração de outros 144 especialistas. Lê-se no tal documento: "O buraco na

camada de ozônio Antártica foi observado desde o fim dos anos 1970” (OMM, UNEP, NASA, NOAA).[348]

Segundo o IPCC,[349] grupo de trabalho criado pela OMM e UNEP para estudar o efeito estufa, e que reunia em 1977 quatro mil cientistas do mundo inteiro,

> [o] buraco na camada de ozônio na Antártica, que se formou entre meados e fim dos anos 70, volta a cada primavera.[350]

A Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento foi criada pela Assembléia Geral das Nações Unidas. O relatório que ela apresentou, intitulado *Nosso futuro comum*, diz:

> [A] descoberta, em 1986, de um buraco na camada de ozônio sobre a Antártica nos permite prever um esgotamento [do ozônio global] ainda mais rápido que o previsto. […]
>
> Ademais, os satélites exerceram um papel fundamental após a descoberta em 1986 de um “buraco” na camada sobre a Antártica.[351]

Diversas publicações científicas difundiram essa versão, dando crédito à tese segundo a qual o buraco só teria surgido por volta do fim dos anos 70.

> Cremos que o aumento da taxa de cloro atmosférico provocado pelas emissões de CFC e outros halocarbonos seja a principal causa da aparição do ‘buraco’ na camada de ozônio na Antártica, por volta do fim da década de 70, bem como a redução, menos expressiva, da espessura da camada de ozônio observada no Hemisfério Norte. (*Nature*)[352]

> Farmer *et al*. (1985) foram os primeiros a mostrar que uma redução da espessura da camada de ozônio sem precedentes ocorrera sobre a Antártica da última década. (*GRL*)[353]

> A busca por provas da diminuição de espessura da camada de ozônio só encontra algum resultado a partir da descoberta, em 1985, do buraco na

Antártica. (*Science*)[354]

Encontraremos afirmações semelhantes sob as assinaturas de Tolbert,[355] McElroy *et al*.[356] e Rowland,[357] prêmios Nobel por seus trabalhos sobre o ozônio. Uma menção particular deve ser feita quanto a um relatório de Paul A. Newman publicado na *Science*,[358] que afirma categoricamente que "não existe prova consistente da existência de um buraco na camada de ozônio antes de 1958". Essas alegações puderam então ser difundidas pelas grandes mídias, tais como *Le Monde*, que afirma que "a descoberta [do buraco ocorreu] em 1985".[359]

Ora, essa querela quanto à data da primeira observação do buraco nos traz à reflexão quanto ao verdadeiro papel dos CFC nesse caso. Os CFC somente foram sintetizados em 1928, e sua exploração industrial começa bem depois de 1945. As observações de Penndorf apresentadas mostram que o buraco existia desde 1926… e que os CFC não poderiam, portanto, ser dele a causa.

Medição do ozônio

Os dois esquemas apresentados anteriormente (figs. 1 e 2) mostram que o buraco na camada de ozônio aparece no inverno e culmina em dezembro (para o Hemisfério Norte). Durante esse período, ele cobre territórios imersos na noite polar. O ozônio pode então desaparecer sem perigo, não mais devendo exercer seu papel de

protetor contra os ultravioletas solares. Se acrescentamos que o Ártico e a Antártica são zonas praticamente desertas, percebemos então a inocuidade desse fenômeno natural. Mas o discurso oficial desejaria que o buraco fosse apenas o aspecto mais espetacular, e mais midiático, de um fenômeno global mais preocupante: a diminuição generalizada da camada de ozônio. Ora, a existência do buraco desde 1926 coloca necessariamente em questão esse discurso, e apenas o exame das mensurações do ozônio poderia confirmá-lo.

A medição da espessura da camada de ozônio é algo muito difícil de se realizar, e sujeito a diversas interpretações, reinterpretações e contestações. Dobson, o pioneiro dessa medição, escrevia em 1962, (e veremos a seguir que nada mudou):

> A medição do ozônio total [ou seja da espessura da camada de ozônio] é muito diferente da leitura de um termômetro ou de um barômetro. É preciso valer-se de verificações muito minuciosas se quisermos obter resultados satisfatórios. […] Ademais, os próprios instrumentos requerem verificações mensais para assegurarmos a constância deles no tempo.[360]

O mesmo problema se apresenta nos dias de hoje, e as medições de ozônio são repletas de incertezas. Assim Rowland, prêmio Nobel de química por seu trabalho sobre o ozônio e os CFC, reconhecia que:

> Os dados referentes ao ozônio total colhidos por satélites trazem um formidável problema de calibração, pois a exposição direta dos instrumentos de medida à luz solar no vácuo espacial provocou consideráveis modificações de alguns de seus componentes. (1989)[361]

As mesmas cautelas são repetidas com freqüência:

> A despeito das observações da alta estratosfera realizadas por satélite desde quase uma década, a questão de uma possível baixa no teor de ozônio nessa região continua sem resposta, por conta da degradação dos instrumentos e de uma supervisão incompleta. (*Nature*, 1992)[362]

É nesse sentido que os dados obtidos por satélite devem ser "reexaminados para que se corrija o desvio dos instrumentos sucedidos a longo prazo",[363] o que deixa a porta aberta a todo tipo de contestações. A divergência entre as medidas feitas em solo e aquelas oferecidas pelos satélites pode ultrapassar 18% para certas camadas da atmosfera (*JGR*, 1995).[364] Compreende-se, então, a "prudência, ou mesmo ceticismo patente, expressos por diversos pesquisadores". [365]

É baseado então nessas mensurações duvidosas que o IPCC anuncia taxas de decaimento do ozônio de -5 a -15% em nossas latitudes, e, segundo alguns dados,[366] de -20 a -30% nos trópicos. A *Science*[367] divulga num editorial uma baixa de 2,5% entre outubro de 1978 e outubro de 1985 no ozônio presente entre 53º de latitude N e 53º de latitude S, e acrescenta que ela poderia se traduzir num aumento de 10% nos casos de câncer de pele.

Mas vale a pena contestar a história desses últimos dados trazidos pela *Science*. Desde 1981, um tal Heath, na NASA, afirmava que os dados colhidos por satélite

mostravam um decréscimo rápido e surpreendente do ozônio. Ele divulgava essa informação na imprensa, em conferências parlamentares e em colóquios científicos sem jamais poder publicar nas revistas científicas, onde os artigos devem ser submetidos à crítica de outros cientistas antes de serem aceitos. Objetava-se, contra sua tese, afirmando que as medições obtidas por satélite eram "essencialmente duvidosas", por conta da degradação dos instrumentos de medida no Espaço. Heath afirmava levar em consideração esse processo, coisa de que se duvidava. Veio então o Ozone Trends Panel (OTP), criado pela NASA, OMM, UNEP e outros órgãos de administração americanos, encarregado de estudar as variações do ozônio. Esse grupo foi ainda mais longe do que Heath – que jamais conseguira convencer seus pares em suas "correções"… A baixa do ozônio de 2,5% que a OTP anunciou em seu relatório "foi decisiva para o futuro dos CFC e outros halocarbonos",[368] uma vez que especificava que "[a]s provas disponíveis permitem que se pense seriamente que os produtos químicos artificialmente clorados são os principais responsáveis pela diminuição do ozônio observada no vórtice polar".[369]

Mas o caso não se encerra aí. Em 1990, ou seja dois anos mais tarde, Bojkov, um dos principais envolvidos na elaboração do relatório de 1988, publicava uma nova análise da evolução do ozônio.[370] A variação era de

apenas -0,84% (±0,82%) por década. É preciso ainda acrescentar que alguns dados foram recusados[371] e que todos os outros foram submetidos a “calibrações”.[372] Mas o golpe fatal veio pouco tempo depois, quando De Muer e De Backer lançaram um olhar crítico sobre o trabalho da Ozone Trend Panel e de Bojkov. Incluindo em suas correções as variações da concentração de SO_2, que influencia nas medições do ozônio, eles concluíram, especificamente para a estação de Uccle que eles estudavam e que fora utilizada por Bojkov, que:

> a baixa na concentração de $S0_2$ durante as duas últimas décadas em Uccle provocou uma diminuição fictícia do ozônio total de -1,69% por década. [a comparar com os -0,85% (00,82%) anunciados por Bojkov]. (*JGR*)[373]

Acrescentemos que, desde 1963,[374] Dobson havia notado a influência do SO_2 nas medições do ozônio… Mas a crítica de nossos autores não se limita apenas a corrigir essa estranha lacuna. Eles oferecem também a “revisão aproximativa”[375] dos dados providos por Bojkov *et al.*, submetendo-os a um rígido exame e realizando uma revisão completa desses dados. Suas correções aparecem na figura três.[376] As correções feitas pela Ozone Trends Panel e por Bojkov são expostas na figura quatro,[377] na qual se mostra uma tendência à queda inexistente na figura três. A diferença entre as correções de De Muer e De Becker e aquelas do OTP e de Bojkov é reproduzida na figura cinco.[378] De Muer e De Macker mostram “que nenhuma [das] duas

correções [feitas pela OTP e por Bojkov] se justifica", "que elas introduzem efeitos errados" visíveis na figura 5. Finalmente, a empreitada de Bojkov *et al*. é posta em questão, o que, uma vez mais, é raríssimo no mundo das publicações científicas:

> Afirma-se em BOJ [o artigo de Bojkov citado] que, para identificar as divergências [incorreções] nos dados, 'solicitamos às estações mais detalhes quanto ao estado dos instrumentos no momento da medição, bem como todos os dados de calibração'. Nenhum pedido desse tipo foi feito em momento algum para os dados de ozônio em Uccle [utilizados, entretanto, por Bojkov *et al*.].[379]

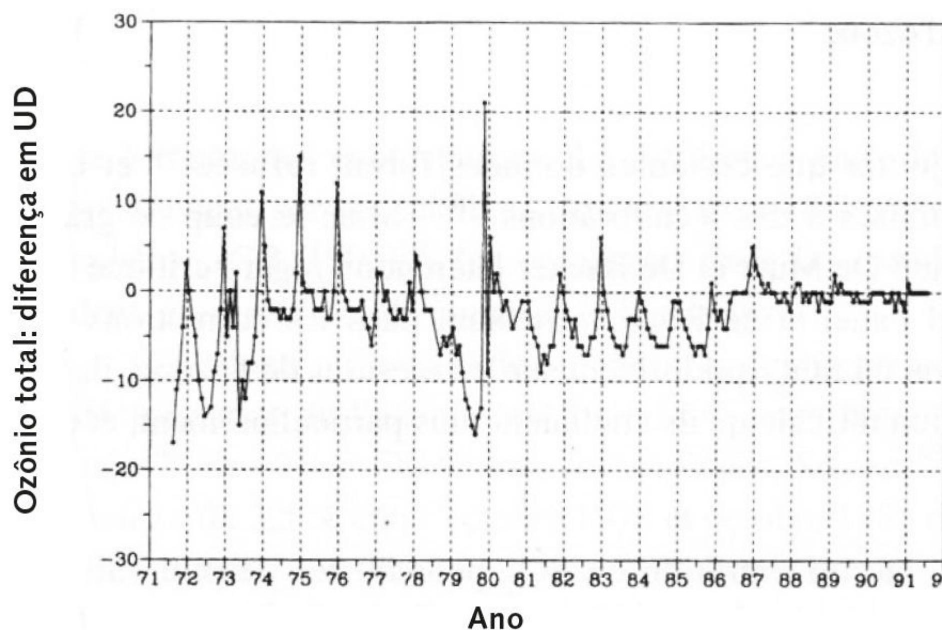


Fig. 3: Diferença entre a média mensal do ozônio total em Uccle calculada após uma reavaliação completa [De Muer e De Backer] e a média mensal publicada pela Ozone Data for the World [dados de origem].

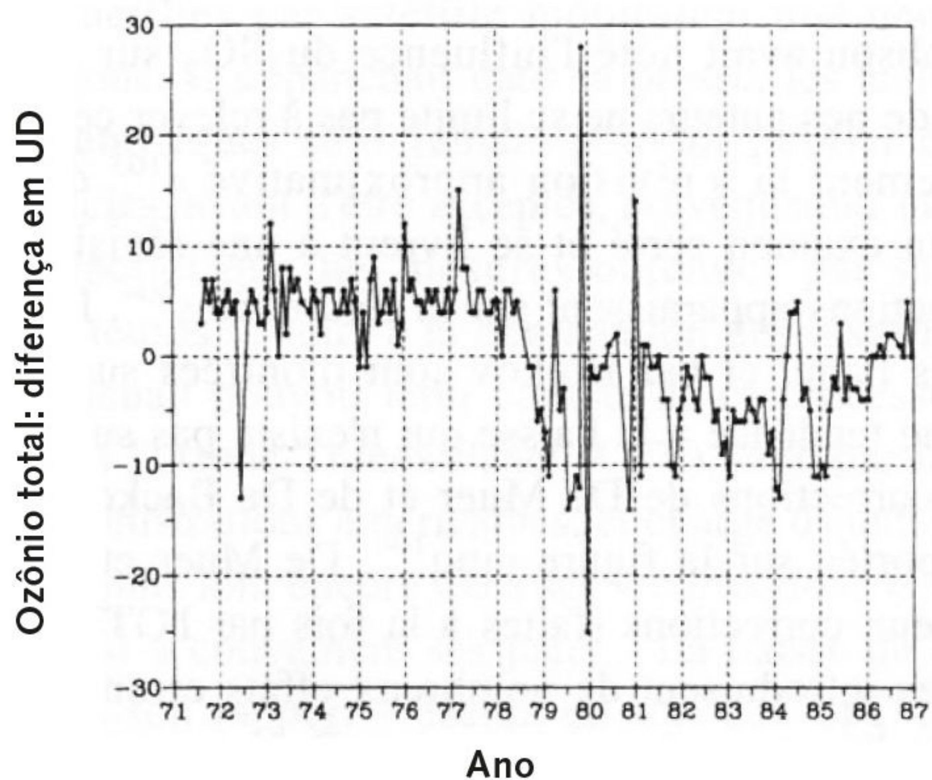


Fig. 4: Diferença entre a média mensal do ozônio total em Uccle calculada após uma reavaliação aproximativa [OTP] e a média mensal publicada pela Ozone Data for the World.

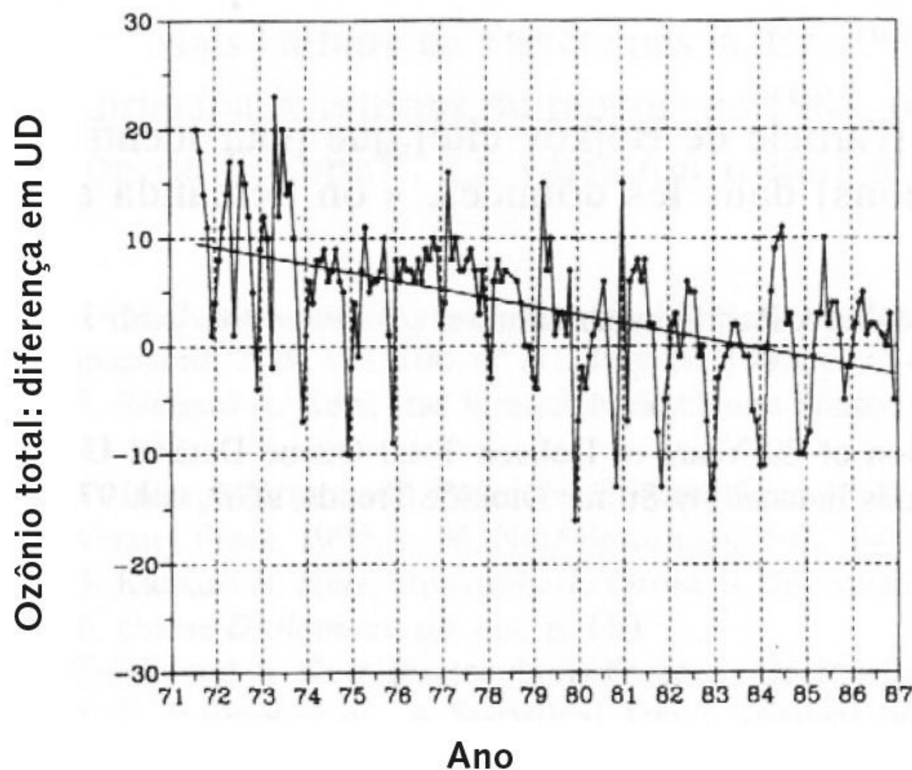


Fig. 5: Diferença entre a média mensal do ozônio total em Uccle calculada após uma reavaliação aproximativa [OTP] e após uma reavaliação completa [De Muer e De Backer].

De Backer e De Muer podem então concluir que: "Comparando os resultados expostos no relatório do International Ozone Trends Panel e em BOJ com os dados de origem, parece que um erro [*desvio*] sistemático foi introduzido".[380]

Lembremos ainda que essas afirmações fortes foram publicadas no *Journal of Geophysical Research*, uma das principais – senão *a* principal – revistas de geofísica do planeta. Eis aí um pouco da história desses trabalhos que, como confessa o próprio Benedick, fervoroso partidário

da proibição dos CFC, selaram o destino desses compostos …

Apoiando-se em dados sobre o ozônio, Henriksen, Svenøe e Larsen[381] contestaram também a tese midiática. Eles ressaltam que:

> As medições da espessura da camada de ozônio, realizadas em Tromsø desde 1935, mostram que a média anual pode variar em até 18%. Entretanto, na região ártica da Escandinávia, não é possível observar nenhuma tendência de diminuição do ozônio, bem como qualquer tipo de correlação com o aumento das taxas de cloro e de compostos halogenados. […] Assim, é cedo demais para afirmar que os gases lançados pelo homem tenham provocado uma baixa geral do ozônio.

Utilizando os mesmos dados que constam num artigo publicado em janeiro de 1990, Larsen e Henriksen já haviam observado que, em Oslo, durante a primavera de 1989, a quantidade de ozônio era 6,5% superior à média, e que em Tromsø esse aumento chegava a10,5%. Seus dados os permitiam concluir que:

> Até 1989, as medições não indicaram nenhuma tendência de baixa em longo prazo na camada de ozônio ártico. […] Esses dados mostram que a influência dos gases emitidos pelo homem, tais como os CFC, na composição da camada de ozônio ártico é, até o ano de 89, desprezível.[382]

Os modelos de ozônio

Como os dados não confirmam a tese da destruição do ozônio, resta aos globalistas uma arma da qual eles se utilizam mais sistematicamente com respeito ao efeito estufa: os modelos globais. Os modelos de ozônio

incluem os processos químicos propostos por Stolarski, Cicerone, Molina e Rowland, e prevêem uma sensível baixa na espessura da camada de ozônio. Não se pode, contudo, lhes conferir muito crédito, pelo fato de a ciência química da atmosfera ser muito pouco conhecida. As publicações científicas a esse respeito vêm sempre acompanhadas de muitas ressalvas, e, felizmente, como a quantidade de ozônio varia consideravelmente de um ano a outro, é fácil perceber as limitações de tal técnica. As previsões infundadas de aquecimento global serão, infelizmente, mais difíceis de serem refutadas: seus primeiros efeitos são anunciados para daqui 20 ou 50 anos, prazo que amiúde é postergado…

Já citamos outrora o relatório da NASA que diz que "o estudo atento… dos modelos e medições revela diversas discrepâncias tanto preocupantes quanto amplas… [que] limitam nossa confiança nas previsões extraídas a partir desses modelos".[383] Em editorial – intitulado, entretanto, *O ozônio estratosférico está diminuindo* – a revista *Science* expunha que "[a] confiança que os pesquisadores depositam em seus modelos não é mais a mesma de outrora".[384] Com efeito, esses modelos dão sistematicamente valores de ozônio inferiores às medidas realizadas por satélite.[385] As causas de tais divergências são várias: incertezas "de primeira ordem"[386] quanto à duração da vida das espécies químicas na atmosfera; subestimação da influência do ciclo solar de

onze anos[387] à ordem de duas ou três vezes;[388] "grave subestimação"[389] da influência da oscilação quase-bienal (QBO); falta de conhecimento quanto ao papel da temperatura de superfície do oceano (SST) nas variações do ozônio global;[390] pouco conhecimento dos modos de produção do ozônio na alta atmosfera,[391] podendo conduzir a um erro de 30%. Apesar disso tudo, o discurso midiático continua afirmando que o ozônio está diminuindo, conforme previam os modelos. Ora, os dados não mostram nada disso, e os modelos apresentam graves falhas.

Processos que limitam a influência dos CFC

Com efeito, diversos processos naturais influenciam a camada de ozônio. Àqueles que acabamos de citar, é preciso ainda somar a injeção de compostos clorados na estratosfera pelos vulcões; a produção de compostos halogenados por diversos processos naturais; e finalmente a destruição ou retenção naturais dos CFC. Esses três processos reduzem a influência dos CFC sobre a camada de ozônio ao destruí-los ou ao competir com eles na destruição do ozônio. Eles não constavam, entretanto, nos modelos de ozônio que serviram para justificar o banimento dos CFC.

Os vulcões

As erupções vulcânicas mais poderosas injetam diretamente alguns compostos clorados na estratosfera, aonde provocariam, de acordo com as próprias afirmações de Cicerone, “a destruição do ozônio em estado gasoso. […] Assim, uma erupção vulcânica pode provocar uma diminuição da espessura da camada de ozônio devido ao aumento de um cloro que não provém dos clorofluorcarbonos, mas de outras fontes”.[392] É preciso lembrar, com efeito, que de acordo com a teoria da destruição do ozônio pelos CFC, estes serviriam unicamente como recipiente dos átomos de cloro. Qualquer que seja a origem desses átomos (CFC ou vulcões), eles destruiriam da mesma maneira o ozônio estratosférico. Paul Crutzen, também ele detentor de um prêmio Nobel em química por seus trabalhos sobre a influência dos CFC na camada de ozônio, acrescentava que: “é preciso salientarmos que a atividade vulcânica exerce um papel fundamental”.[393] Com efeito, Johnston mostrou que a erupção do vulcão Augustin (Alaska), ocorrida em 1976, injetara na estratosfera uma massa de cloro representando entre 17 e 36% do coloro contabilizado na produção mundial de CFC. Johnston acrescenta ainda que as erupções explosivas, que atingiam a estratosfera, ocorriam em média uma vez ao ano. Os trabalhos de Symods *et al.*[394] mostram também que as erupções vulcânicas mais poderosas injetam “quantidades significativas de HCl” na

estratosfera. A erupção do Tambora (1815) injetou 216 Mt[395] de HCl na estratosfera, enquanto que a massa do cloro contida nos CFC produzidos anualmente era, em 1988, de 2,28 Mt. A erupção do vulcão Toba, ocorrida há 75.000 anos, injetou entre 400 e 4.000 Mt de HCl na estratosfera. Deve-se daí deduzir que todo o ozônio da Terra desaparecera, e com ele a vida sobre a Terra?

Os aerossóis e compostos sulfurados expelidos pelos vulcões destroem, de igual maneira, o ozônio estratosférico,[396] chegando a reduzir seu teor em 18-20% aos 24-25 quilômetros de altitude.[397] Mas por meio de uma inversão dialética que lhe é comum, e a despeito de toda lógica, o *Le Monde* lança uma matéria intitulada: *O vulcanismo, inimigo secreto da camada de ozônio*,[398] enquanto que Michel Barnier se preocupa com “Certas erupções vulcânicas [que] já provocaram uma diminuição do ozônio”.[399] E foi preciso esperar até 1997 para sermos advertidos que “os modelos deverão integrar esse novo elemento”,[400] a influência dos aerossóis vulcânicos sobre a camada de ozônio.

Outros compostos halogenados

A destruição do ozônio pode ser provocada por diversos compostos halogenados, que catalisam as reações químicas similares àquelas provocadas pelo cloro. Dessa forma, o bromo e o iodo (sob a forma de Br, BrO, I e IO) também “ameaçam” a camada de ozônio.[

401] Ora, as reações químicas catalisadas pelo iodo não foram inclusas nos modelos de ozônio anteriores, e particularmente naqueles que sustentaram o movimento de banimento dos CFC.

Considera-se que o bromo tem uma capacidade de destruição do ozônio 40[402] ou mesmo 100[403] vezes superior àquela do cloro. E aqui também os fluxos naturais, comparados aos fluxos de origem humana, são bastante consideráveis. O bromometano é a principal fonte de bromo estratosférico.[404] Ele, por sua vez, provém de fontes oceânicas,[405] incêndios florestais e de sua utilização como pesticida agrícola. A contribuição dessas três fontes é mais ou menos igual.[406] Ora, os modelos utilizados para banir os CFC levavam em consideração apenas a fonte agrícola.

Os compostos iodados devem também ser levados em consideração. De acordo com Susan Solomon, que ficou conhecida por seus trabalhos alarmistas sobre a influência dos CFC sobre a camada de ozônio, "Com exceção das regiões polares, teríamos muita dificuldade em explicar a destruição do ozônio na baixa estratosfera atendo-nos apenas à química do bromo e do cloro".[407] Com efeito, o iodo tem uma capacidade de destruição do ozônio mil vezes superior àquela do cloro.[408] Os fluxos naturais de iodo provêm principalmente do oceano,[409] e Solomon nota que "A influência que as fontes naturais de iodocarbonos exercem é tão superior

que as atividades humanas dificilmente poderiam causar efeito similar. O mesmo não pode ser dito dos cloro- e bromocarbonos”.[410] Ora, Solomon mostra que esses compostos químicos, bem como, aliás, os compostos de bromo, podem atingir rapidamente a estratosfera graças a processos convectivos que ocorrem nos trópicos. O papel dos CFC encontra-se portanto minimizado.[411]

Dentre as fontes naturais de cloro e bromo, é preciso enfim mencionar os sais marinhos (NaCl e NaBr). Finlaysons-Pitts *et al*. mostraram que eles reagem à temperatura normal, para liberar as espécies quimicamente ativas que catalisam a destruição do ozônio.[412]

É dessa forma que “cada vez mais produtos químicos se demonstram nocivos à camada de ozônio”.[413] Ora, vimos anteriormente que diversos processos naturais (vulcões, incêndios florestais, produções oceânicas) sintetizam essas espécies químicas, levadas por força de fenômenos meteorológicos à estratosfera, onde eles destroem o ozônio. Ao invés de assumirmos a inexatidão dos modelos e relativizar o papel dos CFC, ao invés de admitirmos que os processos naturais produzem mais ozônio que o que se pensava, prega-se ao contrário “um tratamento mais cuidadoso [com relação aos produtos químicos] para que se tenha deles um controle mais rigoroso e equilibrado”.[414] Dentre os principais

produtos na mira dessa investida se encontra o bromometano, pesticida muito utilizado na agricultura.

Retenção e destruição naturais dos CFC

A teoria comumente aceita quer que o único depósito de CFC, o único lugar em que eles podem ser destruídos seja a atmosfera.[415] Ora, essa alegação é desmentida pela experiência. Hegg *et al*.[416] mostraram que entre 15 e 50% das emissões globais de CF_2Cl_2, um dos principais CFC, provinha dos incêndios florestais. Esse composto não poderia ser produzido pelos vegetais; ele foi portanto depositado ali, para ser em seguida liberado no momento do incêndio. Uma proporção considerável do CF_2Cl_2 ficaria assim aprisionada, o que não espanta de modo algum, já que os CFC, compostos de moléculas muito pesadas, têm uma maior tendência à queda do que à elevação até a estratosfera.

Khalil e Rasmussen mostraram que os solos também retêm os CFC (CCl_4, CH_3CCl_3, F11 e F12).[417] Seus trabalhos não permitem que se determine a causa de tal fenômeno, seja retenção passiva ou destruição química. Os autores observam, entretanto, que após mais de uma década de exposição aos CFC, os solos continuam a retê-los. Assim, “o potencial dos solos em eliminar os clorofluorcarbonos e clorocarbonos artificiais não deve ser ignorado”.[418] Os mesmos autores também

mostraram que os cupins podem intervir na destruição dos CFC.[419]

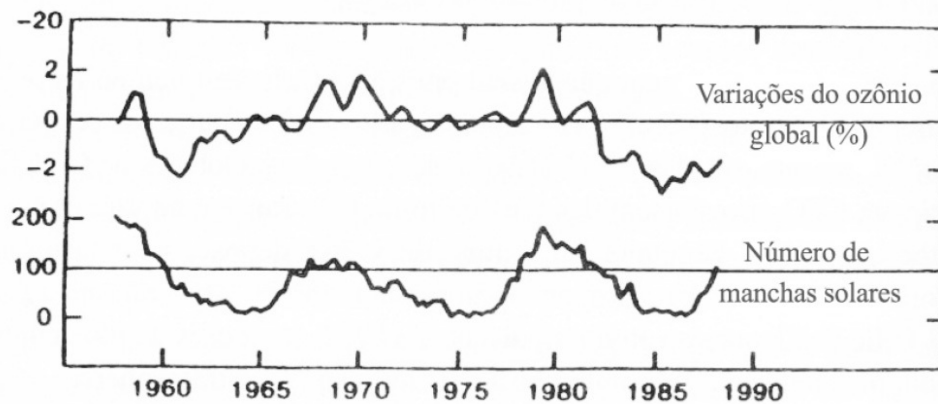


Fig. 6: Ozônio global e número de manchas solares.

Processos que influenciam o ozônio

Deixando de lado os vulcões, os compostos halogenados naturais e a destruição ou retenção naturais dos CFC, os modelos hipertrofiaram a influência dos CFC sobre o ozônio estratosférico. Em sentido inverso, fenômenos de importância capital para o real controle do ozônio foram negligenciados ou minimizados. O mesmo também aconteceu quanto à influência do ciclo solar de onze anos, a oscilação quase-bienal (QBO) e os processos atmosféricos dinâmicos.

Influência do ciclo solar de onze anos

A influência das variações solares, ligadas sobretudo ao ciclo solar de onze anos, sobre o ozônio global e estratosférico é um fato incontestável.[420] A figura seis revela o impressionante paralelo existente entre a

quantidade de manchas solares, indicador da atividade solar, e o ozônio global.[421] (Veremos a sensível baixa de ozônio no início dos anos 60, que não poderia ter sido provocada pelos CFC, presentes ainda em concentração muito modesta à época).

Desde 1962, Willet[422] observava “uma significativa correlação negativa entre o número de manchas solares e a média mundial do ozônio total”. Esses resultados foram confirmados por Paetzol *et al*.[423] bem como para Callis e Nealy.[424] Esses últimos acrescentam ainda que as variações do fluxo de ultravioletas solares estavam, provavelmente, na origem das variações do ozônio total, e que não havia aí “um processo físico capaz de conectar o ciclo solar [de onze anos] à circulação [atmosférica] geral”.

Os modelos de ozônio subestimam, entretanto, a influência do ciclo solar sobre o ozônio. Labitzke e van Loon[425] “sugerem que semelhante subestimação é encontrada no relatório da OMM [1990] sobre o ozônio estratosférico”. Ao constatar que “é sabido que os modelos fotoquímicos [de ozônio] subestimam tanto os valores absolutos do ozônio quanto a amplitude de sua variação anual na alta estratosfera”, Chandra e McPeters[426] mostram que tais modelos – e que no entanto são modelos clássicos – subestimam a influência do ciclo solar em duas ou três vezes seu verdadeiro potencial. Hood *et al*.[427]chegaram a resultados semelhantes.

Oscilação quase-bienal – QBO

Os ventos e as temperaturas equatoriais apresentam uma oscilação irregular, cujo período é de aproximadamente 28 meses, e que recebeu, por essa razão, o nome de oscilação quase-bienal (QBO). Ela provoca uma inversão da direção dos ventos estratosféricos (entre 60 e 10mb) que vêm alternadamente de leste e oeste. A influência da QBO é também perceptível na zona estratosférica extratropical.[428] Tung e Yang[429] "sugerem que os métodos precedentes, destinados a extrair [dos dados de ozônio] o sinal extratropical proveniente da QBO, subestimam severamente sua contribuição na variabilidade interanual do ozônio".

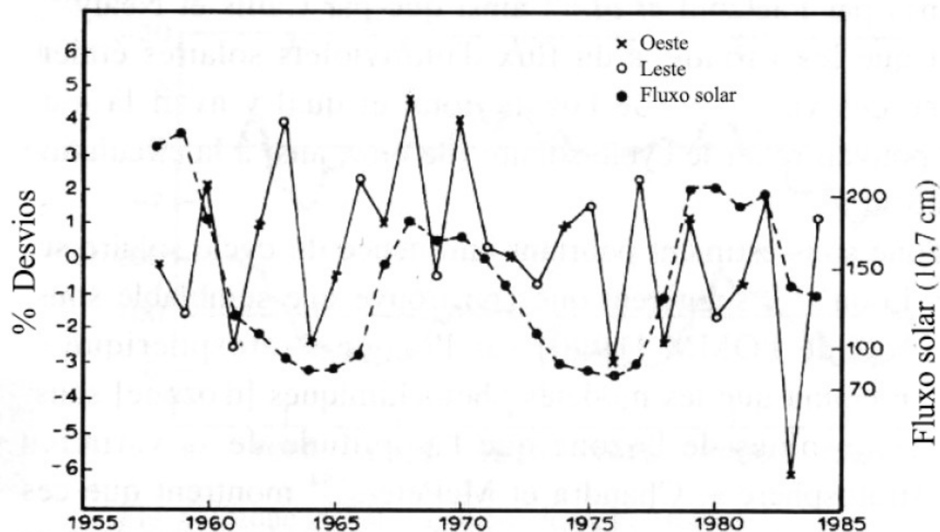


Fig. 7: Fluxo solar no comprimento de onda de 10,7 cm (unidade: 10^{-22} $W.m^2.Hz^{-1}$) para a média de janeiro e fevereiro. Desvio em % do ozônio total

global, para uma média ponderada e corrigida das variações sazonais das 36 estações Dobson entre 1958 e 1984 (média dos meses de janeiro e fevereiro).

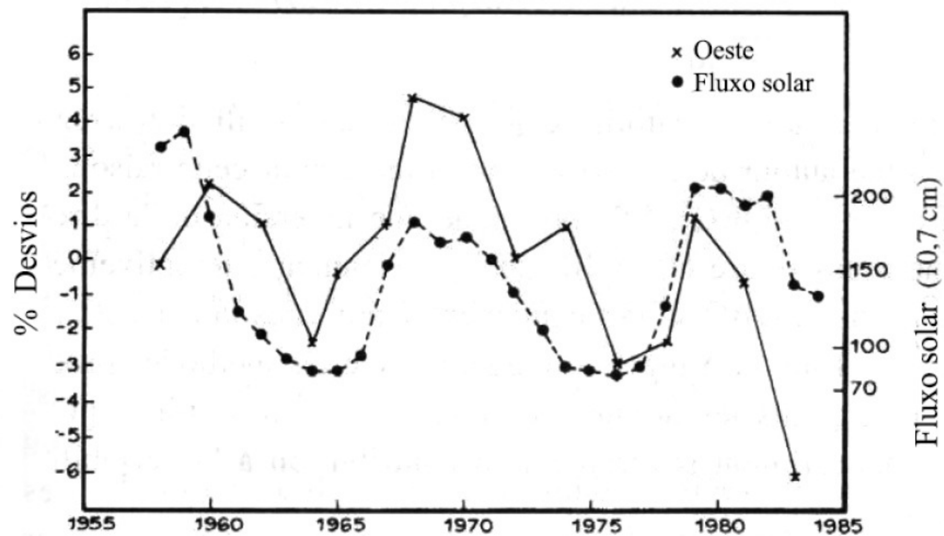


Fig. 8: Fluxo solar como aquele referente à figura 7. Somente é descrito o ozônio global da fase oeste da QBO.

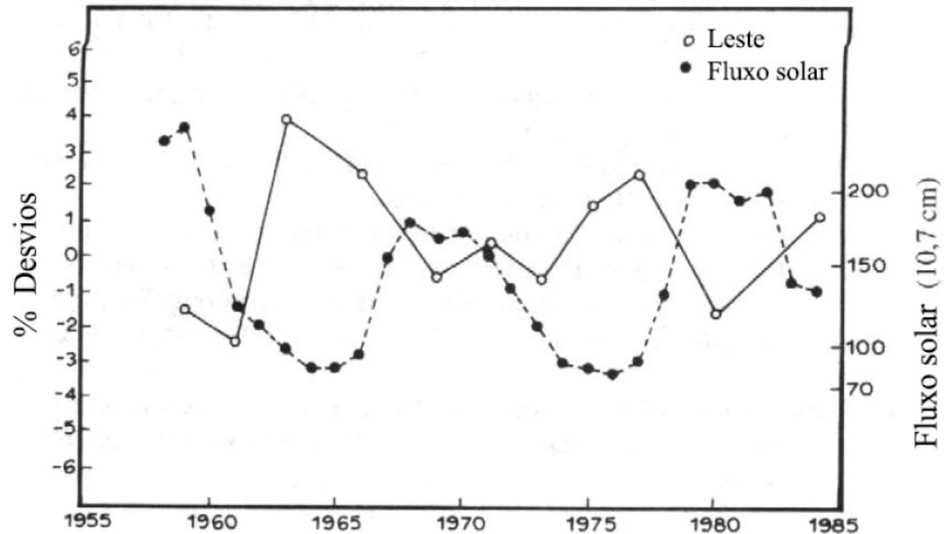


Fig. 9: Fluxo solar como aquele referente à figura 7. Somente é descrito o ozônio global da fase leste da QBO.

Komhyr *et al*.[430] indicam que as variações da temperatura de superfície do oceano Pacífico equatorial,

em interação com a QBO e com as ondas planetárias, provocariam modificações na circulação atmosférica e modificariam a distribuição e a quantidade do ozônio global.

Após haver notado uma influência considerável do ciclo solar, da QBO e da oscilação austral (ENSO),[431] Randel e Cobb[432] mostram que as variações residuais do ozônio e da temperatura estão fortemente relacionadas.[433] As anomalias da temperatura e do ozônio se fundam, ademais, sobre a onda planetária nº 1. A intensificação desta provoca o aumento do ozônio global. Os autores levantam também a questão da modulação das ondas estratosféricas planetárias por conta da QBO, tema sobre o qual retornaremos no estudo sobre o efeito estufa.

A influência da QBO e das variações solares sobre o ozônio total global foi posta em evidência de forma espetacular por Varotsos.[434] Apoiando-se nas idéias de Labitzke e van Loon, ele mostrou que a influência das variações solares sobre o ozônio global tornava-se evidente caso se separasse os dados do ozônio em dois conjuntos; um deles correspondente à fase leste da QBO e a outro à fase oeste. Desse modo, a figura 7 sobrepõe os dados referentes ao fluxo solar (linha pontilhada com pontos negros) e os dados referentes ao ozônio total global (linha contínua com círculos brancos e cruzes). Sob esse aspecto, a correlação entre o fluxo solar e o

ozônio total global não se revela. Entretanto se separamos os dados de ozônio em dois conjuntos, correspondentes respectivamente às fases oeste e leste da QBO, obtemos as figuras 8 e 9, que evidenciam então correlações positiva e negativa com o fluxo solar.

Influência da dinâmica atmosférica

Os modelos fotoquímicos de ozônio negligenciam os processos meteorológicos, que no entanto exercem sobre eles uma forte influência. Desde 1936, Dobson notava que:

> Um dos resultados mais interessantes de nosso estudo sobre a quantidade de ozônio atmosférico é a relação constatada entre ela e as condições meteorológicas. Hoje sabemos que algumas variações significativas no ozônio atmosférico – da ordem de ±25% – podem ocorrer em poucos dias, e elas estão intimamente relacionadas com as modificações das condições meteorológicas.
>
> A correlação entre a temperatura da troposfera e a quantidade de ozônio atmosférico é de aproximadamente – 0,7% [ou seja, uma correlação bastante significativa em valores absolutos].[435]

A influência dos processos dinâmicos já havia sido percebida nas medições de ozônio realizadas por satélite durante a missão Crista.[436] Essas aferições demonstram variações da concentração de ozônio bastante fortes e bem localizadas, que encontram suas origens muito provavelmente nos processos convectivos tropicais. É demonstrado, assim, que os meios de aferição espaciais – utilizados para os modelos – não fazem "muito sentido" e que as concentrações de ozônio

simuladas por esses modelos não são capazes de reproduzir flutuações importantes observadas, em nível real, em menor escala.

Ao notar que as concentrações de ozônio variam ao mesmo tempo em altitudes correspondentes a 500 e 100 hPa, Henriksen e Roldugin[437] deduzem que essa correlação é devida a “processos dinâmicos”. “[A] advecção horizontal relaciona-se às correntes de ar ascendentes e descendentes; elas são as principais causas de aumento e diminuição no ozônio total percebidos diariamente”.

Os autores concluem seu trabalho assim:

> A questão da assim chamada ‘baixa no ozônio’ deve ser estudada sob a perspectiva das variações de longo prazo da circulação atmosférica geral. Os modelos dessa ‘baixa’, resumidos no *WMO Report*[438] [1991], devem levar em consideração a influência exercida pelas condições meteorológicas sobre a camada de ozônio, que é bastante significativa. São, com efeito, a principal causa das variações da temperatura e densidade [do ozônio] que se observam em escala anual ou de outras que, manifestas de forma ainda mais fugaz, parecem mesmo ser aleatórias.

Os raios ultravioleta

Já mencionamos o relatório preliminar da EPA, citado pela *Nature*, que supunha “40 milhões de casos de câncer de pele e 800.000 mortes” provocadas pelo aumento da incidência de raios ultravioleta B (UV-B). Outras estimativas, também provenientes da EPA e reportadas por Benedick,[439] previam:

> 150 milhões de novos casos de câncer de pele somente nos Estados Unidos entre os cidadãos em vida e aqueles por nascer até 2075, provocando mais de três milhões de mortes (a margem de erro variando entre 15, e 4,5 milhões). Sobre essas mesmas bases, a EPA prevê ainda mais 18 milhões de casos de catarata nos Estados Unidos, provocando diversos casos de cegueira.

Criticando esses números aterrorizantes – que, diga-se de passagem, podem variar entre 800.000 e três milhões –, Hervé Le Bras[440] mostra sem dificuldades que eles devem ser corrigidos, para os Estados Unidos, para chegar a um número próximo de 720, para não dizer a metade ou até um quinto deste número. E ele também acrescenta que "se o caso é realmente de se salvar vidas humanas, ou então reduzir o número de casos de melanomas [câncer de pele], há seguramente coisas mais eficazes a se fazer do que se preocupar com a camada de ozônio". Isso porque as somas astronômicas investidas para se substituir os CFC (dois *trilhões* de dólares a curto prazo apenas para os Estados Unidos, segundo o Congresso), poderiam ter servido para aliviar os sofrimentos humanos e evitar diversas mortes.

Mas o "buraco" na camada de ozônio não provocará, provavelmente, nenhuma morte, pois, longe de estar aumentando, a incidência dos ultravioletas tem diminuído! Richard Benedick – que, diga-se uma vez mais, é incontestavelmente favorável à tese oficial – o confirma:

> Ademais, a incidência dos raios ultravioleta que atingem a superfície terrestre não apresentava nenhum aumento, mas, ao contrário, quando medido, foi constatada uma *diminuição* das radiações.[441]

As medições efetuadas por Scotto *et al*. mostram que, entre 1974 e 1985 não houve nenhum aumento, mas, ao contrário, diminuição dos raios ultravioleta B numa proporção entre 2 e 7% dependendo do lugar, o que representa uma baixa de 0,7% por ano.[442] (Desde a publicação desses resultados, Scotto teve de interromper suas medições; os fundos necessários lhe haviam sido cortados). Brühl e Crutzen[443] também mostraram que o fluxo de raios ultravioleta B atingindo a superfície estava diminuindo.

Acrescentaríamos ainda que o papel dos raios ultravioleta B na geração dos melanomas é contestável.[444] Somente os raios ultravioleta A, que não são filtrados pelo ozônio, seriam responsáveis por esse mal…

O relatório da OMM de dezembro de 1991

Já mencionamos anteriormente o relatório financiado pela OMM, UNEP, NASA, NOAA e ministério inglês de Meio Ambiente, e redigido por “65 *experts* internacionais” com colaboração de 144 especialistas.[445] Citaremos aqui uma versão provisória, datada de 17 de dezembro de 1991, quando os protocolos de Montreal (1987) e Londres (1990) haviam sido adotados e o tratado de Copenhague (novembro de 1992) encontrava-se em

vias de negociação. Ele representa então, com fidelidade, a base “científica” sobre a qual esses tratados foram assinados.

O relatório menciona a influência do ciclo solar,[446] dos vulcões,[447] da ENSO[448] e da QBO[449] sobre o ozônio global. Uma conclusão bastante surpreendente, no entanto, é daí tirada:

> Não nos é possível explicar com precisão a tendência à diminuição do ozônio global. Dentre as explicações plausíveis encontra-se a química heterogênea dos aerossóis sulfatados e o transporte de massas de ar polar quimicamente perturbadas até as latitudes médias. Ainda que nenhum outro mecanismo deva ser descartado na busca de uma possível explicação, parece que a destruição catalítica do ozônio pelo cloro e o bromo é a grande responsável da baixa de ozônio, *eles são os únicos contra os quais se tem prova direta*. [Itálico nosso. Em outras palavras, condenemos os CFC já que não temos outro suspeito]. […]
>
> Até agora, a única causa de que se dispõe para explicar a tendência a baixa do ozônio total nas latitudes medianas, assim como a maioria dos fenômenos observados, imputa ao cloro e ao bromo um papel catalítico de grande importância. […]
>
> As situações criadas nos modelos incluem uma única forçante atmosférica: as modificações da composição atmosférica, elemento que foi dominado durante a última década pelo aumento do cloro proveniente dos halocarbonos. […]
>
> Esses cenários não incluem a variabilidade interanual de fenômenos conhecidos por afetar o ozônio (o ciclo solar, a QBO, os vulcões etc.).[450]

O relatório da OMM afirma, ademais, que os CFC “só são destruídos na estratosfera”.[451] O papel dos vulcões é igualmente minimizado: eles teriam provocados uma baixa de apenas 0,5% no ozônio total ao longo da

última década.[452] A emissão de cloro na estratosfera não é ali mencionada. O papel do iodo na destruição do ozônio é omitida. “A principal fonte de bromometano”[453] é de origem agrícola, enquanto que as contribuições dos incêndios florestais e do oceano são omitidas. Os modelos utilizados são bidimensionais,[454] utilizando concentrações médias[455] e incapazes de abarcar os processos dinâmicos, como os próprios autores reconhecem sem hesitar.[456] As diferenças entre os diversos modelos são, aliás, “consideráveis”.[457] O relatório mostra, ainda, com manifesto desgosto, que “há uma aparente disparidade entre a evolução dos raios UV tal como observado e aquela *calculada* a partir dos dados de ozônio”.[458] Uma vez mais a realidade se recusa a curvar-se às previsões dos modelos!



Compreende-se melhor, agora, a “prudência, até mesmo ceticismo patente exprimido por muitos pesquisadores”. O caso do buraco na camada de ozônio é uma montagem puramente política, que visa a alcançar objetivos globais e globalistas – e encontraremos aqui um processo similar referente ao efeito estufa. Benedick escrevia com razão que “um acordo internacional como esse [protocolo de Montreal, assinado em setembro de 1987], jamais poderia ter sido assinado, em tempos passados”.[459] Com efeito, a *perestroika* acelerou o processo revolucionário

globalista, global e sistêmico. Para Benedick, a questão do ozônio só pode ser abordada

> [em se] considerando o planeta como um sistema de processos físicos, químicos e biológicos desdobrando-se na terra em relação mútua, nos mares e na atmosfera, processos esses influenciados pelas forças econômicas, políticas e sociais.[460]

O “buraco” não foi descoberto em 1985, mas já era visível desde 1926. As mensurações de ozônio foram “remodeladas”, tendo sido introduzido um “erro sistemático”. Os modelos de ozônio estão patentemente equivocados e negligenciam ou minimizam todos os processos que relativizam a influência dos CFC: vulcões, introduções de outros compostos halogenados na estratosfera, retenção e destruição naturais dos CFC, ciclos solares de onze anos e mais, QBO e processos dinâmicos. E, por fim, os raios ultravioletas cuja incidência vem diminuindo na superfície!

No estudo sobre o ozônio global, assim como no estudo de qualquer outro problema sistêmico, é possível negligenciar certos aspectos da realidade em prol da ênfase a alguns outros. Os modelos matemáticos prestam-se maravilhosamente bem a essa estratégia. O tempo necessário para se desenvolver argumentos científicos contrários a eles é necessariamente longo, e a difusão deles é freada pela falta de meios financeiros e midiáticos. Encontramo-nos aqui face à problemática do Instituto [soviético] de Economia e Prognóstico do

Progresso Científico[461] e a questão da difusão, estudada pela IIASA.[462]

Alguns poderiam pensar que estamos pintando o quadro “mais escuro do que ele verdadeiramente é”. Concederemos, então, para arrematar, a palavra a Paul Crutzen, prêmio Nobel de química por seus trabalhos em ozônio. No dia 27 de janeiro de 1977, ele fez uma declaração que deveria ter sido manchete em todas as mídias do planeta. Reproduzimos aqui, em escala real, o minúsculo artigo que a divulgava, na página 24 do *Le Monde*:[463]

■ **ENVIRONNEMENT.** La couche d'ozone stratosphérique pourrait être reconstituée d'ici cinquante ans, estime le Néerlandais Paul Crutzen, Prix Nobel de chimie 1995 pour ses travaux sur l'ozone. Lors d'une conférence de presse tenue lundi 27 janvier au Costa Rica, il a affirmé : *« Lorsque des prévisions apocalyptiques furent avancées, on ne connaissait pas exactement l'ampleur de la détérioration de la couche d'ozone. Maintenant, on sait que les dégâts sont très faibles. La démonstration a été faite que la couche d'ozone se détériore à un rythme fort ralenti. »* – (AFP.)

■ MEIO AMBIENTE. A camada de ozônio estratosférico poderia se reconstituir daqui a 50 anos, estima o holandês Paul Crutzen, Prêmio Nobel de Química em 1995 por seus trabalhos sobre o ozônio. Em conferência de imprensa ocorrida segunda-feira, 27 de janeiro, na Costa Rica, ele afirmou: “Quando foram feitas previsões apocalípticas, não conhecíamos exatamente a amplitude da deterioração da camada de ozônio. Agora, sabemos que os desgastes são bastante pequenos. Foi demonstrado que a camada de ozônio se deteriora num ritmo muito lento” - (*AFP*).

Por que tamanha discrição diante dessa excelente notícia, enquanto que o “buraco” fora divulgado em altos brados na quase totalidade das mídias? Por que o mesmo *Le Monde* escrevia ainda em 26 de novembro de 1997,[464] ou seja, quase um ano após a declaração de Crutzen, que “A humanidade se livrou do enorme risco

oferecido por essas moléculas invisíveis e inodoras (clorofluorcarbonos e óxidos nitrosos) presentes nos aerossóis e todos os aparelhos de refrigeração”? E por que a uma matéria de 25 de novembro 1997 ele concedia o seguinte título: *A redução da camada de ozônio acima do Ártico torna-se preocupante*? É verdade que agora “Paul Crutzen está preocupado. Sua preocupação tem um nome: aquecimento global”.[465] Quem sabe se um segundo prêmio Nobel já não estaria a caminho?

Perseguição aos carros

O carro popular, símbolo e garantia de liberdade, sofre constantes ataques por parte dos ecologistas. A Conferência do Rio recomendava que os países adotassem “programas de transporte urbano que privilegiem os veículos com grande densidade de ocupação”,[466] favorizando os transportes públicos e encorajando “o uso de meios de transporte não motorizados”: caminhada e bicicleta. A França, assim como diversos países desenvolvidos, aplica tais diretivas.

Entretanto os estudos científicos não justificam em nada as preocupações alegadas e as restrições de circulação. A vegetação produz quantidades consideráveis de hidrocarbonetos naturais, que são transportados pelo vento até as aglomerações nas quais eles se transformam em ozônio. Ora, o acréscimo de hidrocarbonetos advindos da emissão dos automóveis

exerce apenas “uma influência muito fraca sobre o ozônio”.[467] No mais, a vegetação produz entre três e cinco vezes mais hidrocarbonetos que o que se pensou durante muito tempo.[468] É nesse sentido então que “[o] ozônio não conhece fronteiras e também chega ao campo” e que “o ozônio do campo invade as cidades”.[469]

Soma-se a isso que as conseqüências sanitárias dos episódios de poluição pelo ozônio, causados principalmente *pela vegetação*, são mínimas. “No hospital Bichat, o professor Michel Augier, chefe do serviço de pneumologia, estima que o impacto seja ‘nulo’. No hospital Trousseau, a doutora Brigitte Fauroux, especialista em asma, fala de uma ‘correlação quase inexistente’”.[470] O professor Pariente, chefe do serviço de pneumologia do hospital Beaujon, afirma que “o ozônio é toxico em doses 400 vezes superiores àquelas que observamos em Paris. […] Estou certo de que há provavelmente mais mortos, em Paris, por acidente de bicicleta que por conta do ozônio”.[471] Para o professor Derenne, chefe do serviço de pneumologia do Hospital da Salpêtrière [Pitié-Salpêtrière], “o ozônio é um problema minúsculo”.[472]

Como sempre, provocam-se medos irracionais, que servirão à imposição de decisões infundadas. Seus custos econômicos, assaz consideráveis, não são nunca comparados aos benefícios mínimos que eles acarretam.

Ora, é preciso lembrar que a expectativa de vida cresce com o nível de vida. Empobrecer as pessoas é apressar sua morte.

---

272. *Rapport de la Conférence des Nations Unies sur l'environnement et le développement*, Rio de Janeiro, *op. cit.*, p. 124. Ver também p. 125.
273. *Vers un développement soutenable*, Comissions des Communautés européennes, Bruxelles, 30 mars 1992, COM(92) 23 final – vol. II, p. 4 e 86.
274. *Notre avenir à tous*, *op. cit.*, p. 39.
275. EPA: Environment Protection Agency. Agência (Governamental Americana) de Proteção do Meio Ambiente.
276. Tim Beardsley, Death foretold, *Nature*, vol. 324, 13 november 1986, p. 102. Citando *An Assessment of the Risks of Stratospheric Modification (final draft)*, submission to EPA Science Advisory Board, October 1986.
277. Sharon Begley, Bob Cohn, The Silent Summer, *Newsweek*, June 23, 1986.
278. Michel Barnier, *Atlas des risques majeurs*, *op. cit.*, p. 14.
279. Para outros números ou referências, ver: Hervé Le Bras, *Les limites de la planète*, Paris, Flammarion, 1994, p. 64 *sq*. e Sherwood B. Idso, *Carbon Dioxide and Global Change: Earth in Transition*, Tempe, IBR Press, 1989, p. 14.
280. Dentre os quais destacamos Hugh Ellsaesser (Livermore National Library, USA), Raymond Ferrando (antigo presidente da Académie des sciences, France) Charles Hosler (US EPA), Henri Laborit, Georges Mathé e Haroun Tazieff.
281. O trabalho de Rigaud e Leroy, que citaremos posteriormente, trata do ano de 1958 e não de 1985, este último apresentando muito pouco interesse.
282. Sept bonnes raisons de revenir sur le protocole de Montréal, *Le Figaro*, 23 novembre 1992, p. 13.
283. Dixy Lee Ray, Lou Guzzo, *Trashing the Planet*, New York, HarperPerennial, 1990, p. 46.
284. Ronald Bailey, *Ecoscam*, New York, St. Martin's Press, 1993, p. 120.
285. Sept bonnes raisons de revenir sur le protocole de Montréal, *Le Figaro*, 23 novembre 1992, p. 13; Patrick. J. Michaels, *Sound and Fury*, Washington, D.C., Cato Institute, 1992, p. 164, que fala de um deslocamento de 30 milhas em direção ao sul; Sallie Baliunas, *The Ozone Crisis*, Washington, D.C., George C. Marshall Institute, 1994, p. 3, que fala de um deslocamento de Nova Iorque a Washington.
286. Convictions on ozone, *Nature*, vol. 338, 9 March 1989, p. 100.

287. *Ozone Diplomacy*, *op*. *cit*., p. 7. Ver também p. 159 e 153.
288. *Ibid*., p. 198.
289. *Ibid*., p. 208.
290. *Environmental Change and International Law*, *op*. *cit*., p. 113.
291. *Atmospheric Ozone 1985: Assessment of Our Understanding of the Processes Controlling Its Present Distribution and Change*, Genève, OMM, 1986, p. 8, 14, 819.
292. Robert T. Watson, M.A. Geller, Richard S. Stolarski and R.F. Hampson, *Present State of Knowledge of the Upper Atmosphere*, Washington D.C., NASA, 1986, chap. 12.
293. Daniel L. Albritton et al., *Stratospheric Ozone: The State of the Science and NOAA's Current and Future Research*, Wahsington, D.C., National Oceanic and Atmospheric Adminsitration, 1987, p. 1.
294. F. Sherwood Rowland, Chlorofluorocarbons and the Depletion of Stratospheric Ozone, *American Scientist* 77 (January-February 1989): 37-39, 41-43.
295. *Ozone Diplomacy*, *op*. *cit*., p. 2, 15, 18. Ver também p. xi, xii, xiii, 3, 9, 11, 12, 23, 59, 104, 109, 166, 170, 202.
296. Jean-Paul Croizé, Couche d'ozone: les vérités d'Haroun Tazieff, *Le Figaro*, 23 novembre 1992, p. 13.
297. *Ozone Diplomacy*, *op*. *cit*., p. 32 e 119.
298. Dominique Chouchan, Les industriels verts à l'assaut de la planète bleue, *La Recherche*, nº 243, mai 1992, p. 636, col. 2.
299. Richard L. Hudson, Giant chemicals companies should prosper from expected ozone friendly accord, *Wall Street Journal Europe*, 29-30 de junho de 1990, p. 7. Citado por Rogelio Maduro, Ralf Schauerhammer, *Ozone, un trou pour rien*, Paris, Editions Alcuin, 1992, p. 226, 227.
300. *Ozone Diplomacy*, *op*. *cit*., p. 2.
301. *Ibid*., p. 134, 270.
302. *Ibid*., p. 103.
303. Theodore Atwood, Refrigerants of the future: facts and fallacies, *ASHRAE Journal*, vol. 33, nº 2, 1991, p. 30-35. Citado por Rogelio Maduro, Ralf Schauerhammer, *Ozone*, *un trou pour rien*, Paris, Editions Alcuin, 1992, *op*. *cit*., p. 209, 210.
304. Citado em: Sallie Baliunas, *Ozone & Global Warming: Are the Problems Real?*, Washington, D.C., George C. Marshall Institute, 1995, p. 0 e 1.

305. *Actes du coloque Planète Terre*, Paris, 12 et 13 juin 1989, Ministère de la recherche et de la technologie, 1989, p. 313.
306. John Tessitore and Susan Woolfson (Editors), *A Global Agenda*, *Issues Before the 48th Genereal Assembly of the United Nations*, New York University Press of America, 1993, p. 177.
307. *Rapport de la Conférence des Nations Unies sur l'environnement et le deeveloppement*, *op. cit.*, p. 475.
308. A Ação 21 é uma ONG com sede na Inglaterra, fundada em 1996 em resposta à Agenda 21, compromisso assinado na Eco 92 no Rio de Janeiro. Seu objetivo é aplicar e propagar projetos de redução de impacto ambiental – NT.
309. *Ibid*.
310. *Ozone Diplomacy*, *op. cit.*, p. 4. Ver também p. ix.
311. *Ibid.*, p. 181. Ver também p. 183.
312. *Ozone Diplomacy*, *op. cit.*, p. 124, 125, 149, 154, 155, 207; Protocolo de Montreal, setembro de 1987, art. 5.3; Protocolo de Londres, junho de 1990, anexo II, art. 1.P.8, 1.T.1, 1.U, *in Ozone Diplomacy*, *op. cit.*, p. 236, 252, 253, 255; Anil Agarwal, Pour un juste calcul des responsabilités, *La Recherche*, nº 243, mai 1992, p. 610 *sq*.
313. *Ozone Diplomacy*, *op. cit.*, p. 40.
314. P. Goldsmith, A.F. Tuck, J.S. Foot, E.L. Simmons & R.L. Newson, Nitrogen Oxides, Nuclear Weapon Testing, Concorde and Stratospheric Ozone, *Nature*, vol. 244, August 31, 1973, p. 545 *sq*. Ref. 3-5.
315. *Ibid*.
316. Richard S. Stolarski, Ralph J. Cicerone, Stratospheric Chlorine: A Possible Sink for Ozone, *Canadian Journal of Chemistry*, vol. 52, 1974, p. 1610-1615.
317. Mario J. Molina, F. Sherwood Rowland, Stratospheric Sink for Chlorofluoromethanes: Chlorine Atomic Catalysed Destruction of Ozone, *Nature*, vol. 249, 1974, p. 810-812.
318. Kurt Pawlik, *Perception and assessment of global environmental conditions and change (Pagec): Report 1*, Occasional Paper nº 4, HDP, Barcelone, 1991, ch. 6, p. 23, 24.
319. *Rapport final*, Conférence intergouvernementale sur l'éducation relative à l'environnement, organisée par l'UNESCO avec la coopération du PNUE, Tbilissi, URSS, 14-26 octobre 1977, Paris, UNESCO, 1978, EM/MD, 49, p. 65.
320. *Ibid*.
321. Ver: Richard P. Turco *et al.*, "Nuclear winter" to be taken seriously, *Nature*, vol. 311, 27 september 1984, p. 307, col. 1, para alguns detalhes quanto a

preparação desse caso.
322. Andres Sakharov, The danger of Thermonuclear War, *Foreign Affairs*, Summer 1983, p. 1001-1016.
323. R.P. Turco, O.B. Toon, T.P. Ackerman, J.B. Pollack, Carl Sagan, Nuclear Winter: Global Consequences of Multiple Nuclear Explosions, *Science*, vol. 222, nº 4630, 23 December 1983, p. 1283-1292. Esse artigo é apenas um elo de uma longa cadeia, que remonta ao menos até 1974 (ver TTAPS, ref. 1). Seu interesse reside em sua repercussão midiática. Ver também: Curt Covey, Stephen H. Schneider & Starley L. Thompson, Global atmospheric effects of massive smoke injections from a nuclear war: results from general circulations model simulations, *Nature*, vol. 308, 1 march 1984, p. 21-25.
324. Paul R. Ehrlich *et al*., Long-Term Biological COnsequences of Nuclear War, *Science*, vol. 222, 23 december 1983, p. 1293-1300.
325. *Ibid*., p. 1294, 1295, 1296, 1297, 1299.
326. Carls Sagan, Nuclear War and Climatic Catastrophe: Some Policy Implications, *Foreign Affaires*, Winter 1983-1984, p. 257-292.
327. *Ibid*., p. 258.
328. Edward Teller, Widespread after-effects of nuclear war, *Nature*, vol. 310, 23 august 1984, p. 621-624.
329. Richard P. Turco *et al*., "Nuclear winter" to be taken seriously, *Nature*, *op. cit*., p. 307.
330. K.A. Emanuel, Towards a scientific exercise, *Nature*, vol. 319, 23 january 1986, p. 259. Quanto à crítica do inverno nuclear, ver também: S.B. Idso, Nuclear Winter and the greenhouse effect, *Nature*, vol. 321, 8 may 198, p. 122; B.W. Golding *et al*., Importance of local mesoscale factors in any assessment of nuclear winter, *Nature*, vol. 319, 23 january 1986, p. 301-303; S. Fred Singer, Is the "nuclear winter" real?, *Nature*, vol. 310, 23 august 1984, p. 625 e S. Fred Singer (Ed.), *Global Climate Change*, New York, Paragon House, 1989, ch. 19, 327-336.
331. Curt Covey, Stephen H. Schneider & Starley L. Thompson, Global atmospheric effects of massive smoke injections from a nuclear war: results from general circulation model simulations, *Nature*, *op. cit*.
332. Startley L. Thompson, Stephen H. Schneider, Nuclear Winter Reappraised, *Foreign Affairs*, Summer 1986, p. 981-1005.
333. *Ibid*., p. 983. Itálico nosso.
334. Stephen H. Schneider & Starley L. Thompson, Simulating the climatic effects of nuclear war, *Nature*, vol. 333, 19 may 1988, p. 221-227.

335. *Ibid*., p. 221, col. 1.
336. *Ibid*., p. 222, col. 1.
337. ABC, *Nightline.*
338. Eliot Marshall, “Nuclear Winter” From Gulf War Discounted, *Science*, vol. 251, 25 January 1991, p. 372.
339. Michelle Hoffman, Taking Stocks of Saddam’s Fiery Legacy in Kuwait, *Science*, 30 August 1991, p. 971.
340. Peter V. Hobbs, Lawrence F. Radke, Airorne Studies of the Smoke from the Kwait Oil Fires, *Science*, vol. 256, 15 May 1992, p. 987.
341. Carl Sagan, Kuwaiti Fires and Nuclear Winter, *Science*, vol. 254, 6 December 1991, p. 1434.
342. *Ibid*.
343. Einar Tønsberg, Kaare Langlo Olsen, Investigations on atmospheric ozone at Nordlys-observatoriet, Tromsø, *Geofysiske Publikasioner*, vol. 13, nº 12, 1944, p. 3-29.
344. *Ibid*., p. 23.
345. R. Penndorf, The annual variation of the amount of ozone over northern Norway, *Annales de géophysique*, tome 6, fasc. 1, 1950, p. 4-9.
346. G.M.B. Dobson, Annual variation of ozone in Antarctica, *Quart. Journ. Of the Royal Met. Soc*., vol. 92, 1966, p. 549-552.
347. P. Rigaud, B. Leroy, Presumptive evidence for a low value of the total ozone content above Antarctica in September, 1958, *Annales Geophysicae*, 1990, 8, (11), p. 791-794.
348. Robert T. Watson, Daniel L. Albritton (Eds.), *Scentific Assessment of Ozone Depletion: 1991*, WMO, UNEP, NASA, NOAA, U.K. Department of Environment, Preprint: December 17, 1991. P. 2-5. Ver também p. ES iii.
349. IPCC: Intergovernmental Panel in Climate Change (ou GIEC, Groupement intergouvernemental sur l’évolution du climat).
350. Intergovernmental Panel in Climate Change, *Climate Change, The IPCC Scientific Assessment*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990, p. 27. Chamado doravante *IPCC 90*.
351. *Nosso futuro comum*, *op. cit*., p. 39 e 330.
352. Michael J. Prather & Robert T. Watson, Stratospheric ozone depletion and future levels of atmospheric chlorine and bromine, *Nature*, vol. 344, 19 april 1990, p. 729-734.
353. Susan Solomon, Overview of the polar ozone issue, *GRL*, vol. 15, nº 8, August 1988, p. 845-846.

354. Richard Stolarski, Rumen Bojkov *et al*., Measured Trends in Stratospheric Ozone, *Science*, vol. 256, 17 april 1992, p. 342-349.
355. Margaret A. Tolbert, Sulfate Aerosols and Polar Stratospheric Cloud Formation, *Science*, vol. 264, 22 april 1994, p. 527-528.
356. Michael B. McElroy and Ross J. Salawitch, Changing Composition of the Global Atmosphere, *Science*, vol. 243, 10 february 1989, p. 763-770.
357. F. Sherwood Rowland, Chlorofluorocarbons, stratospheric ozone and the 'Antarctic ozone hole', *in* S. Fred Singer (Ed.), *Global Climate Change*, New York, Paragon House, 1989, p. 113-155. Ver p. 132.
358. Paul. A. Newman, Antarctic Total Ozone in 1958, *Science*, vol. 264, 22 april 1994, p. 543-546.
359. Sylvia Zappi, La réduction de la couche d'ozone au-dessus de l'Arctique devient préoccupante, *Le Monde*, 25.11.1997, p. 28.
360. G.M.B. Dobson and C.W.B. Normand, Comments on Paper by H.C.Willet, 'The Relationship of Total Atmsopheric Ozone to the Sunspot Cycle', *JGR*, vol. 67, nº 10, september 1962, p. 4095.
361. F. Sherwood Rowland, Chlorofluorocarbons, stratospheric ozone and the 'Antarctic ozone hole', *in* S. Fred Singer (Ed.), *Global Climate Change*, *op. cit*., p. 138. Ver também p. 139.
362. Ernest Hilsenrath *et al*., Ozone depletion in the upper stratosphere estimated from satellite and Space Shuttle data, *Nature*, vol. 358, 9 july 1992, p. 131-133. Ver também:
Richard A. Kerr, Stratospheric Ozone is Decreasing, *Science*, vol. 239, 25 march 1988, p. 1489-1491.
363. S. Chandra e R.D. McPeter, The solar cycle variation of ozone in the stratosphere inferred from Nimbus 7 and NOAA 11 satellites, *JGR*, vol. 99, nº D10, October 20, 1994, p. 20, 665-20, 671.
364. M.J. Newchurch *et al*., Stratospheric Aerolsol and Gas Experiment II-Umkehr ozone profile comparisons, *JGR*, vol. 100, nº D7, July 20, 1995, p. 14,029-14,042.
365. Richard A. Kerr, Has Stratospheric Ozone Started to Disappear?, *Science*, vol. 237, 10 july 1987, p. 131-132.
366. Intergovernmental Panel on Climate Change, *Climate Change 1994*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995, p. 96. Doravante chamado *IPCC 94*.
367. Richard A. Kerr, Stratospheric Ozone is Decreasing, *Science*, *op*. *cit*.,
368. *Ozone Diplomacy*, *op*. *cit*., p. 110.

369. Richard A. Kerr, Stratospheric Ozone is Decreasing, *Scienec*, *op*. *cit*.
370. R. Bojkov *et al.*, A Statistical Trend Analysis of Revised Dobson Total Ozone Data Over the Northern Hemisphere, *JGR*, vol. 95, nº D7, June 20, 1990, p. 9785-9807.
371. *Ibid*., p. 9786. A esse respeito ver Rogelio Maduro, Ralf Schauerhammer, *Ozone, un trou pour rien*, *op*. *cit*., ch. 3.
372. R. Bojkov *et al*., *ibid*., 9785.
373. D. De Muer and H. De Backer, Revision of 20 years of Dobson Total Ozone Data at Uccle (Belgium): Fictitious Dobson Total Ozone Trends Induced by Sulfur Dioxide Trends, *JGR*, vol. 97, nº D7, April 20, 1992, p. 5921-5937.
374. *Ibid*., p. 5922.
375. *Ibid*., p. 5926.
376. *Ibid*.
377. *Ibid*., p. 5927.
378. *Ibid*., p. 5928.
379. *Ibid*., p. 5927.
380. *Ibid*., p. 5929.
381. K. Henriksen, T. Svenøe and S.H.H. Larsen, On the stability of the ozone layer at Tromsø, *Journal of Atmsopheric and Terrestrial Physics*, vol. 54, nº 9, 1992, p. 1113-1117.
382. Søren H.H. Larsen, Thormod Henriksen, Persistent Arctic ozone layer, *Nature*, vol. 343, 11 january 1990, p. 124.
383. Ver nota 21.
384. Richard A. Kerr, Stratospheric Ozone is Decreasing, *Science*, *op*. *cit*.
385. Janusz Eluszkeiwicz, Mark Allen, A Global Analysis of the Ozone Deficit in the Upper Stratosphere and Lower Mesosphere, *JGR*, vol. 98, nº D1, january 20, 1993, p. 1069-1082; S. Chandra and R.D. McPeter, The Solar cycle variation of ozone in the stratosphere inferred from Nimbus 7 and NOAA 11 satellites, *JGR*, *op*. *cit.;* Sushil Chandra *et al*., Chlorine catalyzed destruction of ozone: implications for ozone variability in the upper stratosphere, *GRL*, vol. 20, nº 5, march 5, 1993, p. 351-354; ver também: Sherwood B. Idso, *Carbon Dioxide and Global Change: Earth in Transition*, *op*. *cit*., p. 61.
386. Michael J. Prather & Robert T. Watson, Stratospheric ozone depletion and future levels of atmospheric chlorine and bromine, *Nature*, *op*. *cit*.; Janusz Eluszkiewicz, Mark Allen, A Global Analysis of the Ozone Deficit in the Upper Stratosphere and Lower Mesosphere, *JGR*, *op*. *cit*.

387. L.L. Hood *et al*., Quasi-Decadal Variabilty of the Stratosphere: Influence of Long-Term Solar Ultraviolet Variations, *Journal of the Atmospheric Sciences*, vol. 50, nº 24, 15 december 1993, p. 3941-3958.
388. S. Chandra and R.D. McPeter, The solar cycle variation of ozone in the stratosphere inferred from Nimbus 7 and NOAA 11 satellites, *JGR*, *op*. *cit*.
389. K.K. Tung and H. Yang, Global QBO in Circulation and Ozone. Part I: Reexamination of Observational Evidence, *Journal of the Atmospheric Sciences*, vol. 51, nº 19, 1 october 1994, p. 2699-2721.
390. W.D. Komhyr *et al*., Possible influence of long-term sea surface temperature anomalies in the tropical Pacific on global ozone, *Can. J. Phys.*, vol. 69, 1991, p. 1093-1102.
391. Janusz Eluszkiewicz, Mark Allen, A Global Analysis of the Ozone Deficit in the Upper Stratosphere and Lower Mesosphere, *JGR*, *op*. *cit*.
392. *Actes du coloque Planète Terre*, Paris, 12 et 13 juin 1989, Ministère de la recherche et de la technologie, p. 36.
393. *Ibid*., p. 38.
394. Robert B. Synods *et al*., Contribution of Cl- and F-bearing gases to the atmosphere by volcanoes, *Nature*, vol. 334, 4 august 1988, p. 415-418.
395. Mt: milhões de toneladas.
396. *L'effet de serre*, Rapport nº 31, Académie des sciences, Paris, Lavoisier, 1994, p. 37.
397. S. Bekki, R. Toumi, J.A. Pyle, Role of sulphur photochemistry in tropical ozone changes after the eruption of Mount Pinatubo, *Nature*, vol. 362, 25 march 1993, p. 331-333.
398. Jean-Paul Dufour, Le volcanisme, ennemi masqué de la couche d'ozone, *Le Monde*, 18 janvier 1997, p. 25.
399. Michel Barnier, *Atlas des risques majeurs; écologie, environnement, nature*, Paris, Plon, 1992, p. 86.
400. Jean-Paul Dufour, Le volcanisme, ennemi masqué de la couche d'ozone, *Le Monde*, 18 janvier 1997, p. 25.
401. *Actes du colloque Planète Terre, op*. *cit*., p. 36; Susan Solomon, Rolando R. Garcia, A.R. Ravishankara, On the role of iodine in ozone depletion, *JGR*, vol. 99, nº D10, October 20, 1994, p. 20, 491-20, 499.
402. Stein Manö and Meinrat O. Andreae, Emission of Methl Bromide from Biomass Burning, *Science*, vol. 263, 4 March 1994, p. 1255-1257.
Ralph J. Cicerone, Fires, Atmospheric Chemistry and the Ozone Layer, *Ibid*., p. 1243-1244.

Malcom K.W. Ko, Nien-Dak Sze & Michael J. Prather, Better protection of the ozone layer, *Nature*, vol. 367, 10 february 1994, p. 505-508.

403. M.A.K. Khalil, R.A. Rasmussen, and R. Gunawardena, Atmospheric Methyl Bromide: Trends and Global Mass Balance, *JGR*, vol. 98, nº D2, February 20, 1993, p. 2887-2896.

404. Stein Manö and Meinrat O. Andreae, Emission of Methl Bromide from Biomass Burning, *Science*, vol. 263, 4 March 1994, p. 1255-1257.

405. M.A.K. Khalil, R.A. Rasmussen, and R. Gunawardena, Atmospheric Methyl Bromide: Trends and Global Mass Balance, *JGR*, vol. 98, nº D2, February 20, 1993, p. 2887-2896; Hanwant B. Singh, Louis J. Salas and Robin E. Stiles, Methyl Halides in and over the Eastern Pacific (40ºN-32ºS), *JGR*, vol. 88, nº C6, April 20, 1983, p. 3684-3690; Steven L. Manley, Minoo N. Dastoor, Methyl halide (CH_3X) production from the giant felp, *Macrocystis*, and estimates of global CH_3X production by kelp, *Limnol. Oceanogr.*, 32(3), 1987, p. 709-715.

406. Stein Manö and Meinrat O. Andreae, Emission of Methyl Bromide from Biomass Burning, *Science*, vol. 263, 4 March 1994, p. 1255-1257.

407. Susan Solomon, Rolando R. Garcia, A.R. Ravishankara, On the role of iodine in ozone depletion, *JGR*, vol. 99, nº D10, October 20, 1994, p. 20, 491-20, 499.

408. *Ibid*.

409. Hanwant B. Singh, Louis J. Salas and Robin E. Stiles, Methyl Halides in and Over the Eastern Pacific (40ºN-32ºS), *JGR*, vol. 88, nº C6, April 20, 1983, p. 3684-3690.

410. Susan Solomon, Rolando R. Garcia, A.R. Ravishankara, On the role of iodine in ozone depletion, *JGR*, vol. 99, nº D10, October 20, 1994, p. 20, 491-20, 499.

411. Não é possível concordar com Solomon quanto às conclusões que ela tira no artigo anteriormente citado. Ela própria menciona que “a cinética das possíveis [*sic*] reações ClO + IO e BrO + IO é repleta de incertezas” (p. 20.497, col. 2) e “que nenhum estudo em laboratório quanto a sua cinética havia sido anunciado” (p. 20.495, col. 1). Essas reações estão, entretanto, na base de seu trabalho. Ademais, a segunda reação não faz surgir atómos de cloro, e liberaria portanto todos os CFC caso fosse muito mais rápida que a primeira.

412. B.J. Finlayson-Pitts, M.J. Ezell & J.N. Pitts Jr, Formation of chemically active chlorine compounds by reactions of atmospheric NaCl particles with gaseous N_2O_2 e $ClONO_2$, *Nature*, vol. 337, 19 january 1989, p. 241-244.

413. Malcom K.W.Ko, Nien-Dak Sze & Michael J. Prather, Better protection of the ozone layer, *Nature*, vol. 367, 10 february 1994, p. 505-508.
414. *Ibid*.
415. D.M. Cunnol *et al*., Atmospheric Lifetime and Annual Release Estimates for $CFCl_3$, and CF_2Cl_2 From 5 Years of ALE Data, *JGR*, vol. 91, nº D10, September 20, 1986, p. 10, 797-10,817.
416. Dean A. Hegg, Lawrence F. Radke *et al*., Emissions of some trace gases from biomass fires, *JGR*, vol. 95, nº D5, April 20, 1990, p. 5669-5675.
417. M.A.K. Khalil and R.A. Rasmussen, The potential of soils as a sink of chlorofluorocarbons and other man-made chlorocarbons, *GRL*, vol. 16, nº 7, July 1989, p. 679-682.
418. *Ibid*.
419. M.A.K. Khalil *et al*., The Influence of Termites on Atmospheric Trace Gases: CH_4, CO_2, $CHCl_3$, N_2O, CO, H_2 and light Hydrocarbons, *JGR*, vol. 95, nº D4, March 20, 1990, p. 3619-3634.
420. IPCC 1994, p. 191.
John A. Eddy (Ed.), The PAGES Project: Proposed Implementation Plans for Research Activities, IGBP Report nº 19, Stockholm, IGBP, 1992, p. 17.
421. J.K. Angell, On the Relation between Atmospheric Ozone and Sunspot Number, *Journal of Climate*, vol. 2, November 1989, p. 1404-1416.
422. Hurd C. Willett, The Relationship of Total Atmospheric Ozone to the Sunspot Cycle, *JGR*, vol. 67, nº 2, February 1962, p. 661-670.
423. H.K. Paetzold *et al*., Secular Variation of the Stratospheric Ozone Layer over Middle Europe during the Solar Cycle from 1951 to 1972, *Nature*, vol. 240, December 4, 1972, p. 106-107; ver também: J.W. King, Sun-Weather Relationships, *Astronautics & Aeronautics*, 13 (4), 1975, p. 10-19.
424. L.B. Callis and J.E. Nealy, Solar UV Variability and its Effect on Stratospheric Thermal Structure and Trace Constituents, *GRL*, vol. 5, nº 4, April 1978, p. 249-252.
425. K. Labitzke, H. Van Loon, The spatial distribution of the association between total ozone and the 11-year solar cycle, *GRL*, vol. 19, nº 4, February 21, 1992, p. 401-403.
426. S. Chandra e R. D. McPeters, The solar cycle variation of ozone in the stratosphere inferred from Nimbus 7 and NOAA 11 satellites, *JGR*, vol. 99, nº D10, October 20, 1994, p. 20,665-20,671.
427. L.L. Hood *et al*., Quasi-Decadal Variabilty of the Stratosphere: Influence of Long-Term Solar Ultraviolet Variations, *Journal of the Atmospheric Sciences*,

vol. 50, nº 24, 15 December 1993, p. 3941-3958.
428. K.K. Tung and H. Yang, Global QBO in Circulation and Ozone. Part I: Reexamination of Observational Evidence, *Journal of the Atmospheric Sciences*, vol. 51, nº 24, 15 December 1993, p. 3941-3958.
429. *Ibid*.
430. W.D. Komhyr *et al*., Possible influence of long-term sea surface temperature anomalies in the tropical Pacific on global ozone, *Can. J. Phys*., vol. 69, 1991, p. 1093-1102.
431. Correlação entre o El Niño e o fenômeno da oscilação austral (NT).
432. William J. Randel and Janel B. Cobb, Coherent variations of monthly mean total ozone and lower stratospheric temperature, *JGR*, vol. 99, nº D3, March 20, 1994, p. 5433-5447.
433. Ver a esse respeito: J.K. Angell, Relation of Antarctic 100mb temperature and total ozone to equatorial QBO, equtorial SST, and sunspot number, 1958-87, *GRL*, vol. 15, nº 8, August 1988, p. 915-918.
434. C. Varotsos, Comment on connections between the 11-year solar cycle, the Q.B.O. and total ozone, *Journal of Atmospheric and Terrestrial Physics*, vol. 51, nº 5, 1989, p. 367-370.
435. Dobson, 1936, citado por: J.W. King, Sun-Weather Relationships, *Astronautics & Aeronautics*, 13 ($), 1975, p. 10-19.
436. B. Bittner *et al*., Crista ozone measurements/validation, *Adv. Spaces Res*., vol. 19, 1997.
D. Offermann and K.U. Grossmann, *Crista Interim Report*, Appendix 1, Bergische Universität – Gesamhochschule Wppertal, February 1996.
437. Kjell Henriksen, Valetin Roldugin, Total ozone variations in Middle Asia and dynamics meteorological processes in the atmosphere, *GRL*, vol. 22, nº 23, December 1, 1995, p. 3219-3222.
438. World Meteorological Organization, Scientifics Assessment of Ozone Depletion: 1991, *WMO Global Ozone Research and Monitoring Project Report No 25*, Geneve, 1992.
439. EPA, “Protection of Stratospheric Ozone”, p. 47494; EPA, “Assessments of Risks”, chap. 7. Citados por Benedick, *Ozone Diplomacy*, *op. cit*., p. 21.
440. Hervé Le Bras, *Les limites de la planète*, *op*. *cit*., p. 63 *sq*.
441. Richard E. Benedick, *Ozone Diplomacy*, *op. cit*., p. 18. Ver também p. 131.
442. Joseph Scotto *et al*., Biologically Effective Ultraviolet Radiation: Surface Measurements in the United States, 1974 to 1985, *Science*, vol. 239, 12 February 1988, p. 762-764.

443. C. Brühl and P.J. Crutzen, On the disproportionate role of tropospheric ozone as a filter against solar UV-B radiation, *GRL*, vol. 16, nº 7, July 1989, p. 703-706; ver também: Stuart A. Penkett, Ultraviolet levels down not up, *Nature*, vol. 341, 28 september 1989, p. 283-284.
444. P. Wolf *et al*., Effect on Sunscreens on UV Radiation-Induced Enhancement of Melanoma Growth in Mice, *J. Nat*. *Canc*. *Inst*. 86, 99, 1994; R.B. Setlow *et al*., Wavelengths Effective in Induction of Malignant Melanoma, *Proc*. *Nat*. *Acad*. *Sci*. *USA*, 90, 6,666 (1993).
445. Robert T. Watson, Daniel L. Albritton (Eds.), *Scentific Assessment of Ozone Depletion: 1991*, WMO, UNEP, NASA, NOAA, U.K. Department of Environment, *op*. *cit*.
446. *Ibid*., p. 2-3 e 8-11.
447. *Ibid*., p. 2-4; 2-5; 3-1; 4-1; 4-11; 8-1; 8-8; 8-9.
448. *Ibid*., p. 2-4.
449. *Ibid*., p. 2-4; 4-4 e 5.
450. *Ibid*., p. 4-1; 4-8; 8-1; 8-9. Ver também p. ES iii; 4-10; 6-1.
451. *Ibid*., p. 8-5.
452. *Ibid*., p. 8-1.
453. *Ibid*., p. 8-7. Ver também p. 8-4.
454. *Ibid*., p. 6-1; 8-1; 8-8.
455. *Ibid*., p. 4-3; 8-5.
456. *Ibid*., p. 8-4.
457. *Ibid*., p. 8-10.
458. *Ibid*., p. 11-1 e 2; itálico nosso.
459. Benedick, *Ozone Diplomacy*, *op*. *cit*., p. 9.
460. *Ibid*., p. 13.
461. Ver: Françoise Thom, *Les fins du communisme*, *op*. *cit*., p. 27.
462. Nebojπa Nakicenovic, Arnul Grübler (Eds.), *Diffusion of Technologies and Social Behavior*, Berlin, Springer-Verlag, IIASA, 1991.
463. Dépêches, *Le Monde*, 30 janvier 1997, p. 24.
464. Jean-Paul Besset, La Terre se réchauffe, *Le Monde*, 26 novembre 1997, p. 14-15.
465. *Ibid*.
466. *Rapport de la Conférence des Nations Unies sur l'environnement et le développement*, Rio de Janeiro, vol I, *op*. *cit*., p. 87, 121, 88.
467. Chameides, W.L. *et al*., The Role of Biogenic Hydrocarbons in Urban Photochemical Smog: Atlanta as a Case Study, *Science*, 16 september 1988, vol.

241, p. 1473-1475.
468. Geron, C. *et al.*, An improved model for estimating emissions of volatile organic compounds from forest in the eastern United States, *JGR*, vol. 99, Nº D6, p. 12,773-12,791, June 20, 1994.
469. *Le Monde*, 21 août 1997, p. 13; 9 septembre 1998, p. 21.
470. *Le Nouvel Observateur*, 28 août 1997, p. 65.
471. *Le Figaro*, Une débilité écoologique, 13 août 1998.
472. *Ibid*.

CAPÍTULO II

O EFEITO ESTUFA, OU A CIÊNCIA SOCIALIZADA

O mito do efeito estufa, amplamente difundido pelas mídias, pretende que o gás carbônico (CO_2), produzido principalmente pela combustão do carvão, petróleo, gás natural e madeira, seja causa do aquecimento do planeta. Outros culpados também são enumerados, entre eles o gado, cujas flatulências constituem uma importante fonte de metano, outro gás responsável pelo efeito estufa, e os campos de arroz, também produtores de metanos. Em uma só palavra, o *homem* constituiria um perigo para a Terra. Ao se aquecer, ao se alimentar ou ao trabalhar, ele polui o planeta e põe em risco a biosfera e as outras espécies animais e vegetais. A energia nuclear, que poderia ter substituído os combustíveis fósseis, é igualmente condenada pelos ecologistas. Resta apenas uma solução: restringir as atividades poluentes e diminuir consideravelmente a população mundial trazendo-a a quinhentos milhões de indivíduos. Para piorar, as calotas polares e as geleiras irão derreter, o nível dos mares subirá, as terras baixas e diversas ilhas serão submersas,

os tornados aumentarão em quantidade e intensidade, as doenças tropicais subirão dos trópicos até o Norte, o ritmo das chuvas se alterará, as secas se multiplicarão e esterilizarão países inteiros, os desertos se estenderão, conduzindo ao desaparecimento de espécies, a água tornar-se-á ainda mais rara, etc…

Antes de submetermos o discurso oficial à prova dos fatos, é preciso mostrar as questões referentes à discussão do efeito estufa e dela esboçar um histórico.

O buraco na camada de ozônio constitui um bom exemplo de problema global e sistêmico. Uma redução significativa dos CFC não pode ser alcançada sem uma ampla cooperação internacional. Além disso, a indústria de refrigeração envolve ao redor dela o setor alimentício, a indústria automobilística e a de climatização. A agricultura também é diretamente afetada: um dos adubos mais utilizados já foi acusado de destruir a camada de ozônio. Enfim, a farsa do buraco na camada de ozônio permitiu uma cooperação entre cientistas, industriais e diplomatas de todo o espectro político. Entretanto o caso do buraco na camada de ozônio parece até ingênuo quando comparado ao do efeito estufa. Desenvolveremos, na terceira parte desta obra, as conseqüências da ideologia ecológica, da qual o efeito estufa constitui um dos principais pilares. Mencionemos, por ora, os seguintes desdobramentos: mudanças industriais, econômicas, financeiras e sociais graves (o *Le Monde*,

politicamente correto ao extremo, evoca uma baixa de 30% no consumo de energia nos Estados Unidos[473] e em seguida de 70% para o planeta como um todo),[474] estabelecimento de uma autoridade mundial encarregada de repartir os “direitos” de poluir[475] e destinada a elaborar um esboço de governo mundial, criação de uma cultura ecológica global veiculando os valores necessários à sobrevida do Homem, emergência de uma nova civilização, de uma espiritualidade global. O efeito estufa é de fato o perfeito exemplo de problema global e sistêmico, cuja solução só pode ser encontrada em se modificando todos os componentes do sistema mundial. Já dissemos anteriormente que toda utilização de energia – e portanto toda atividade – libera CO_2. (A energia nuclear, única exceção economicamente realista, sofre de igual maneira os ataques incessantes dos ecologistas). Reduzir as emissões de CO_2 demanda uma reformulação e sobretudo um controle completos de todas as atividades humanas. Trata-se efetivamente de um problema transversal e sistêmico. Conseguir fazer com que a sociedade admita a realidade do problema do efeito estufa seria modificar radicalmente o potencial da situação: as únicas soluções almejáveis demandariam uma socialização completa de todas as atividades. Tendo sido as premissas definidas, o silogismo revolucionário segue seu próprio funcionamento sozinho, de forma inexorável. E aqui, ainda, tratar-se-ia de uma revolução não-aversiva,

pois que cada indivíduo, consciente da ameaça que pesa sobre a Terra, tendo recebido desde a mais tenra idade os valores ecológicos que constituirão cidadãos “globalitários”, trará em seu coração o ímpeto de lutar contra o inimigo comum, o aquecimento global.

As conseqüências revolucionárias e totalitárias do efeito estufa fazem com que nos questionemos quanto às forças que o criaram, permitindo que ele encabeçasse o que mais tarde veremos ser uma manipulação planetária.[476] Encontraremos aí, sem grande surpresa, as organizações internacionais e toda a claque globalista.

O efeito estufa, fenômeno natural, é conhecido desde o século XIX. Em 1967, Manabe e Wetherald,[477] utilizando um modelo simplificado, estudaram as conseqüências de uma duplicação na concentração de CO_2 e concluíram que isso levaria a um aumento de temperatura entre 1,33 e 2,92ºC. A caixa de Pandora fora assim aberta, e todos males sairiam dali mesmo. As ameaças climáticas foram mencionadas diversas vezes na Conferência de Estocolmo (ONU, 1972).[478] O gás carbônico, suspeito de “elevar a temperatura da terra”,[479] fora acusado. Em 1975, a IIASA se debruçara sobre os problemas climáticos.[480] Na Conferência de Tbilissi (URSS), organizada pela UNESCO em 1977, Mostafa Tolba, então diretor executivo da UNEP, se preocupava com as “conseqüências graves sobre o

clima"[481] trazidas pela utilização de certos recursos energéticos.

> [É] possível que o consumo de combustíveis fósseis provoque de fato conseqüências mais graves sobre o meio ambiente [que aquelas provocadas pela energia nuclear] por conta da emissão de gás carbônico que lhe é próprio.[482]

O processo pôde, então, entrar em uma fase mais ativa, a elaboração de amplos programas científicos internacionais:

> Desde sua criação em 1950, a OMM herdara as responsabilidades da OMI [Organização Meteorológica Internacional] e continuara a intensificar a coordenação internacional das medições da composição atmosférica, em particular aquelas do ozônio, gás carbônico e outros gases do efeito estufa. Em 1979, a OMM organizou em Genebra a primeira Conferência Mundial sobre o Clima, em colaboração com outras organizações do sistema das Nações Unidas e com a ICSU. Nesse mesmo ano, o Programa Climatológico Mundial foi criado pela assembléia plenária da OMM, reconhecendo, entre outras coisas, que "As nações precisam urgentemente utilizar os conhecimentos atuais quanto ao clima e as variações climáticas para planejar o desenvolvimento econômico e social.[483]

Os anos 1985-1987, durante os quais a *perestroika* era instaurada, viram crescer a recorrência ao tema do aquecimento global. Em 1985, a ICSU, a UNEP e a OMM organizaram uma conferência em Villach (Áustria) dedicada ao efeito estufa. Diversos membros da IIASA estiveram presentes. Os principais temas da propaganda foram ali estabelecidos: o aquecimento se situará entre 1,5 e 4,5ºC, as previsões regionais são impossíveis ou pouco confiáveis, a calota antártica do Oeste poderia

derreter, provocando um aumento considerável do nível do mar. O relatório acrescenta prudentemente que “ainda restam grandes incertezas”[484] e que “[o]s modelos climáticos e outras projeções deverão ser amplamente aperfeiçoados para poderem fornecer uma base confiável à ação política”.[485] Os autores se situam a eles próprios, e de forma explícita, na perspectiva do “planejamento estratégico, desenvolvido no final dos anos 50 e início dos 60”[486] e cuja *Montanha de Ferro*, que apresentaremos mais à frente, constitui o melhor exemplo. Enfim, um dos participantes afirma que, já havia uma década, o comitê executivo da OMM “havia dedicado um tempo considerável à questão do CO_2” e “havia recomendado que a OMM organizasse um programa tratando desse problema intrinsecamente global”.[487]

Pouco tempo depois, em 1986, a ICSU publicou, com o apoio da UNEP e da OMM, um grande volume dedicado ao efeito estufa e às mudanças climáticas.[488] É ali mencionado, desde a página cinco, que “o relatório do CDAC [Comitê (Americano) para Avaliação dos Efeitos do Gás Carbônico] sugere que o problema do CO_2 poderia estimular uma cooperação eficaz no campo dos problemas mundiais”.[489] A ICSU havia publicado anteriormente dois volumes dedicados ao inverno nuclear.[490] A *Nature* relata que dois membros do comitê permanente da ICSU teriam pertencido ao KGB e

que “A ICSU jamais foi composta unicamente de cientistas em exercício” [Be 84].[491]

Dois seminários dedicados a fazer com que os políticos conduzissem ações de resposta às mudanças climáticas ocorreram em 1987, em Villach e Bellagio. Eles foram organizados por um grupo de *experts* constituído pela ICSU, UNEP e OMM e financiados, entre outros, pelos Fundos dos Irmãos Rockefeller e Fundação Rockefeller. (Veremos que Bellagio abriga um centro de estudos da Fundação Rockefeller). Os principais assuntos abordados foram “as opções financeiras [!] e institucionais”[492] disponíveis para que se limitasse os efeitos do aquecimento global. Posteriormente, a Comissão das Comunidades Européias viria a referir-se às conferências de Villach e Bellagio num documento oficial.[493]

Este breve histórico evidencia que, desde os anos 50 e 70, as organizações internacionais já se haviam aproveitado da “ameaça” do efeito estufa, e que elas já preparavam, através de medições da composição atmosférica, as fases posteriores dessa ofensiva. Assim, cai por terra o mito dos valentes cientistas, denunciando corajosamente a loucura suicida da sociedade industrial. Os homens de ciência foram, em sua maioria, meros peões, movidos pelo dinheiro e pela glória, numa partida de xadrez planetário da qual pouco se davam conta. Os grandes vencedores são, naturalmente, as organizações internacionais, mas também os (ex-)comunistas que

encontramos por toda a parte nessa história: tanto na IIASA quanto nas organizações internacionais do sistema da ONU, patentemente submissa, na época, à URSS.

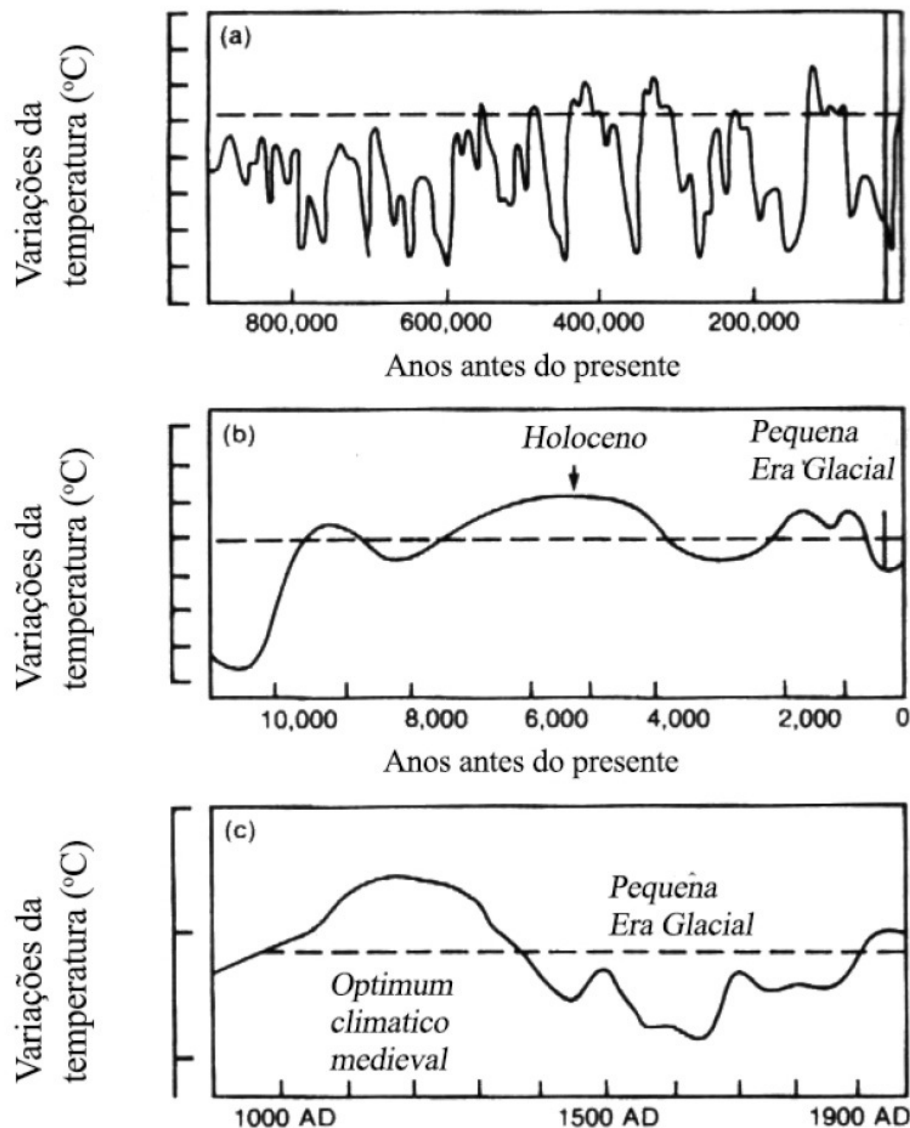


Fig. 1: Variações da temperatura global desde o Pleistoceno, a partir de três escalas cronológicas: (a) o ultimo milhão de anos, (b) os últimos dez mil anos, e (c) os últimos mil anos. A linha pontilhada indica a temperatura ao início do século XX. (IPCC)

O efeito estufa e a ciência

Processos que influenciam o clima

Contrariamente à percepção comum, o clima, definido como média das variáveis meteorológicas ao longo de trinta anos, varia permanentemente. A figura 1.(*a*) (IPCC) ilustra as variações de temperatura ao longo do último milhão de anos, mostrando glaciações e degelos.[494]

Numa escala de tempo mais curta, as variações são também bastante consideráveis (fig. 1.*b* e *c*). O Optimum climático medieval (950-1250 d.C.) foi marcado por temperaturas superiores às dos dias de hoje em mais ou menos 1,5ºC. A Pequena Era Glacial (1430-1850) viu entretanto um significativo resfriamento. Stephen Schneider, que já conhecemos ao tratarmos do “caso” do inverno nuclear, e que agora denuncia os perigos que o efeito estufa poderia debelar ao redor do planeta, alarmou-se outrora com um outro problema global: a Nova Era *Glacial*, de cuja qual a Pequena Era Glacial seria um prelúdio…[495] A emissão de aerossóis em escala industrial poderia “deflagrar uma glaciação” [RaS 71]. O aquecimento atual parece ser sobretudo um retorno à “normalidade” após esse período excepcionalmente frio.

Segundo a teoria de Milankovitch, aceita atualmente, as glaciações e degelos são provocados pelas lentas variações dos parâmetros orbitais da Terra em torno do

Sol.[496] A quantidade de energia recebida durante o verão à zona próxima de 65º da latitude N exerceria um papel fundamental.[497] Demasiado fraca, ela não é capaz de fazer com que a neve acumulada durante o inverno desapareça. Seu albedo (suas propriedades refletoras) faz então com que a energia solar seja reenviada ao espaço, acelerando então o resfriamento e o acúmulo de neve.

Outros processos exercem uma influência fundamental na evolução do clima. As erupções vulcânicas massivas podem perturbá-lo de maneira definitiva.[498] As erupções massivas provavelmente provocaram ou aceleraram as glaciações, tornando a atmosfera opaca e bloqueando os raios solares.[499] Em sentido inverso, as glaciações e degelos, implicando na aparição e desaparição de calotas glaciais de três ou quatro quilômetros de altura, e causando portanto variações de pressão consideráveis sobre a crosta terrestre, podem ter provocado erupções.[500]

Os transportes de energia entre os pólos e o equador também determinam o clima [Li 94a]. Eles se efetuam por intermédio da atmosfera e do oceano. Toda modificação na circulação atmosférica ou oceânica exerce portanto conseqüências climáticas significativas. O *El Niño*, cujos efeitos afetam uma grande parte do planeta, parece ser uma oscilação envolvendo simultaneamente o oceano e a atmosfera.

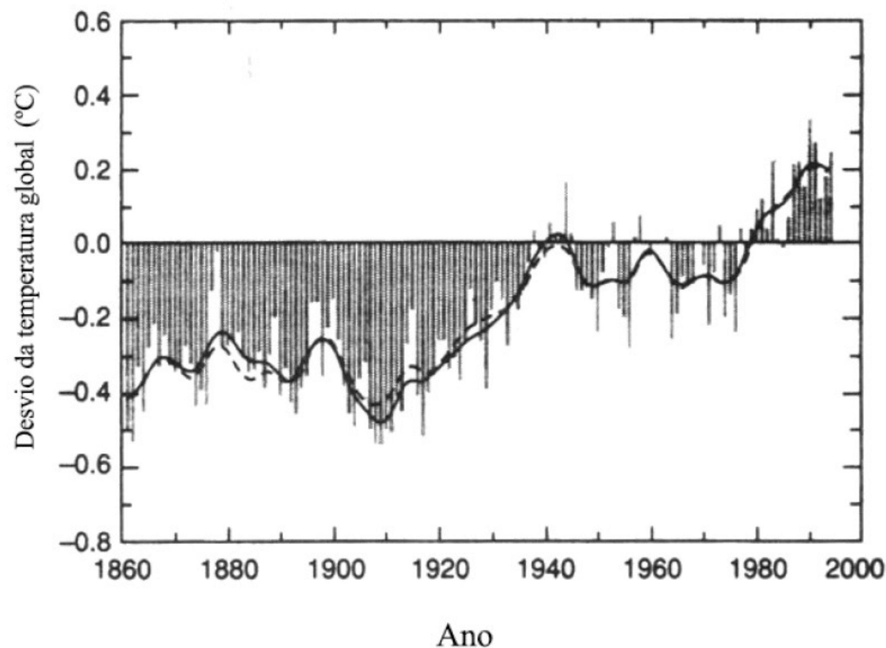


Fig. 2: Desvio da média de temperaturas das superfícies terrestre e marítima (ºC) com relação à média dos anos 1961-1990. A curva contínua representa a média de cada década extraída dos valores anuais (barras) e suprime as variações em escala menor que uma década. A curva pontilhada fornece os resultados do relatório do IPCC de 1992. (IPCC)

O clima é portanto um processo global,[501] controlado principalmente pelo Sol, pelas correntes oceânicas e atmosféricas e pela atividade vulcânica. As variações de temperatura presentes nas figuras 1 (*a*), (*b*), e (*c*) encontram aí, provavelmente, suas causas. Mas seria impossível que essas variações fossem provocadas pelas emissões de CO_2 em escala industrial, iniciadas principalmente a partir de 1945.

Medições da temperatura global

Considerando-se a escala dos séculos, o aquecimento atual do planeta parece absolutamente irrelevante, um simples retorno à média após um período excepcionalmente frio. Mas a tese oficial, definida nos relatórios do IPCC, limita-se à observação dos últimos 140 anos. Nesse período isolado observa-se um claro aumento da temperatura global, ilustrado pela figura 2 (IPCC).[502]

Em 1995, o IPCC precisara suas afirmações. Seu relatório[503] é, como sempre, composto de duas partes: um *Sumário destinado aos políticos*, de cinco páginas, e uma parte científica, de mais de 500 páginas. O sumário é, naturalmente, a única parte que eventualmente vem a ser lida pelos homens da política, altos funcionários e jornalistas. Ele representa a "posição oficial do IPCC"[504] e menciona, em negrito como título de um parágrafo, que a "a conjuntura de elementos sugere que o homem exerce uma perceptível influência no clima global".[505] Essa conjuntura é detalhada, então, no corpo do relatório:

> O conjunto de dados estatísticos apresentados no capítulo oito, examinado à luz de nossa compreensão da física do sistema climático, indica [*points towards*] que o homem exerce uma perceptível influência no clima global.[506]

Essas afirmações são reproduzidas pelas principais mídias. O *Le Monde* cita um relatório da NOAA segundo o qual "[d]e maneira geral, 1997 foi o ano mais quente já

registrado… [As temperaturas atuais] são as mais quentes desde pelo menos 600 anos”.[507] A Comissão Trilateral publicou um relatório importantíssimo intitulado *Beyond interdependece*,[508] o qual examinaremos em maior profundidade adiante. Ele se apóia nos números do IPCC, ou seja, uma alta das temperaturas de “2,6 a 5,8ºC no próximo século e uma alta no nível dos mares entre 30 e 100 centímetros”.[509]

Entretanto as afirmações do IPCC não deixaram de causar fortes polêmicas entre os cientistas, polêmicas essas que foram se amplificando pouco a pouco. A revista *Science* publicou artigos de diversos cientistas contestando formalmente as afirmações do IPCC, resumindo-as da seguinte forma [Ke 97]:

> Na verdade, a maioria dos modeladores concorda quanto ao fato que os modelos climáticos não estarão aptos a atribuir, isentos de quaisquer ambigüidades, o aquecimento causado pelo efeito estufa às atividades humanas antes de pelo menos uma década.

Diante de tais reações, os membros do IPCC deram um passo atrás: “Os cientistas do IPCC afirmam que nem o público e nem os diversos cientistas levaram em consideração os diversos ‘se’, ‘e’ e ‘mas’ que permeavam todo o relatório”. [Ke 97] Seria de uma infinita ingenuidade quanto ao funcionamento das mídias e da exploração política de tal declaração aceitar essa

proposição. O relatório do IPCC matiza, com efeito, as afirmações anteriores:

> O conjunto de dados estatísticos apresentados no capítulo oito, examinado à luz de nossa compreensão da física do sistema climático, indica que o homem exerce uma perceptível influência no clima global. Nossa capacidade de quantificar o peso dessa influência é atualmente limitada por incertezas quanto a fatores determinantes, tais como a amplitude e o modo da variação natural em longo prazo, e também a evolução das ações dos gases do efeito estufa e dos aerossóis, bem como a resposta a essas ações.[510]

Essa segunda frase reduz a pó, não em termos teóricos, mas práticos, as afirmações daquela primeira. Isso porque uma "perceptível influência" de 0,05ºC, não pode absolutamente ser comparada a uma outra "perceptível influência" de 0,5 ou 5ºC… "Não somos capazes, no presento momento, de estimar com segurança a fração desse aumento de temperatura devido à ação do homem" (IPCC).[511]

No entanto, é preciso dizer, as restrições que impõem essa segunda frase simplesmente desapareceram dos títulos do documento: *Não há mais dúvidas quanto ao efeito estufa; Os* experts *afirmam: o homem prejudica o clima; Os* experts *afirmam que o homem exerce uma influência "perceptível" no clima; O grupo de estudos sobre o clima atribui, com segurança, o aquecimento à ação do homem* [Ke 97]*; O grupo de estudos sobre o clima confirma o papel do homem no aquecimento* [Ma 95]; *O "júri" do efeito estufa dá seu veredito: culpado;*[

512] *Os* experts *confirmam o papel do homem no aquecimento global*.[513]

A redação do parágrafo contestado foi alvo de fortes controvérsias. As revistas científicas exigem que os artigos a elas submetidos passem primeiramente pela crítica de especialistas anônimos, encarregados de avaliá-los, propor melhorias, corrigi-los ou recusá-los. Ora, o capítulo que inclui o parágrafo controverso foi modificado *após* ter passado por essa avaliação [Ma 95; Ma 96].

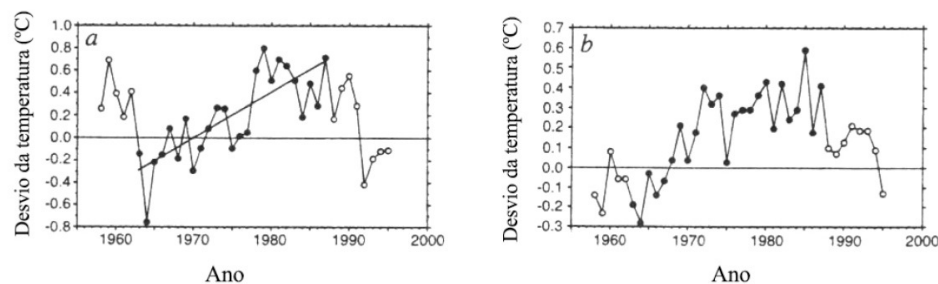


Fig. 3: (a) Desvio da temperatura (ºC) entre 1958-1995 para a camada atmosférica situada entre 850 e 300 hPa [medida representativa da temperatura em superfície e não poluída pelo calor urbano]. Os dados aferidos por Santer et al. aparecem em negrito. O período 1963-1987 vê surgir um aumento da temperatura estatisticamente significativo (P < 0,0001), porém nenhuma tendência verdadeiramente significativa é perceptível na totalidade dos dados. (b) Diferença de temperatura anual (ºC) entre os hemisférios norte e sul na camada atmosférica situada entre 850 e 300 hPa. Desde 1972, esses dados revelam uma baixa de temperatura estatisticamente significativa (P < 0,05). Os dados aferidos por Santer et al. estão em negrito.

O capítulo litigioso do tal relatório do IPCC (capítulo oito) apóia-se sobretudo em trabalhos de seu primeiro autor, B. Santer, citado ao menos 27 vezes ao longo de 27

páginas. Um relatório técnico desse autor, em particular, publicado posteriormente sob a forma de artigo na *Nature*, é ali utilizado com freqüência e tem suas figuras reproduzidas [SaT 96]. Ora, esse artigo suscitou "reservas amistosas", resumidas pela figura 3 [MiK 96]: os trabalhos de Santer apóiam-se em medições efetuadas por radiossondas durante o período de 1963-1987 e que apresentam um significativo aumento da temperatura. Mas as medições por radiossonda disponíveis[514] cobriam o período de 1958-1995 (fig. 3) e esboçavam um quadro bastante diferente… Um outro artigo de Santer é utilizado nesse mesmo capítulo [SaT 95]. Se ele demonstra efetivamente "uma perceptível influência humana sobre o clima", ela provém principalmente dos aerossóis; o gás carbônico não exerce senão uma influência marginal.

Dificuldades referentes à medição da temperatura global

As curvas da figura 2 foram estabelecidas a partir de medições efetuadas em superfície. Ora, contrariamente ao que possa parecer, a realização dessas medições apresenta dificuldades inextricáveis. Para avaliar corretamente a temperatura média do planeta são necessárias diversas aferições, efetuadas diariamente sobre toda a superfície. As principais dificuldades encontradas nessa atividade

aparentemente simples são, segundo o próprio IPCC, as seguintes:

1) Uma cobertura de espaço incompleta, que varia consideravelmente;
2) As modificações advindas dos diferentes horários e modos de aferição;
3) As alterações nos termômetros advindas de suas exposições;
4) Os deslocamentos das estações meteorológicas;
5) As modificações nos meios ambientes das estações, em especial o desenvolvimento urbano;[515]

As modificações no modo de aferição têm origem nas alterações de horário. Algumas estações definem o dia como o período de 24 horas anterior à medição, esta se realizando no horário que melhor convenha ao observador [ElM 86]. Os termômetros de máxima e mínima também podem introduzir erros: se o instrumento é lido e em seguida zerado em horário próximo a um pico de temperatura, corre o risco de ser medido por dois dias consecutivos [ElM 86]. As diferenças de termômetro, ou de tipo de termômetro, assim como as modificações nos modos de cálculo das médias mensais também introduzem erros [JoR 86a]. Durante certo tempo os termômetros foram colocados na parte norte dos prédios que os abrigavam. A introdução de abrigos meteorológicos introduziu, provavelmente, uma alta artificial nas temperaturas, da ordem de alguns décimos de grau.[516]

Da mesma forma, a medição de temperatura da superfície do oceano também apresenta grandes dificuldades. Os oceanos do Hemisfério Sul só são

acessados em suas rotas marítimas. Suas temperaturas, que até há pouco só eram aferidas por navios comerciais, são pouco conhecidas.[517] Inicialmente, as medições eram realizadas com a ajuda de baldes destinados a extrair a água do mar. Diversos materiais foram utilizados em sua fabricação: madeira, metal, tecido e borracha. Suas distintas propriedades térmicas exerceram influências variadas na aferição. Posteriormente, a medição foi realizada nos tubos condutores de água do mar dos navios, o que introduzia um erro considerável.[518] As variações de velocidade e altura dos navios (e conseqüentemente do vento aparente) são outra fonte de erros. Estima-se que mesmo as mudanças ocorridas no modo de aferição da temperatura da água já tenham sido suficientes para provocar um erro da ordem de 0,3 a 0,7ºC [Wo 88]. A medição da temperatura do ar marítimo também é sensível às diferenças de massa e altura dos navios [Kaj 89]. Algumas correções são aplicadas para tentar corrigir esses fatores, e elas se dão freqüentemente, como veremos nas páginas seguintes, por meio de decisões subjetivas que dão margem a todo tipo de contestação e manipulação. Um dos principais *experts* em matéria de medição de temperatura resume assim a situação:

> O problema [da medição da temperatura global] tornou-se quase insolúvel, isso por conta das mudanças de instrumentação, método de observação, exposição e altura dos instrumentos, horários de aferição, tamanho dos

> barcos, bem como pelos erros de medição da posição dos barcos, deslocamento das estações terrestres e efeitos de urbanização.[519]

Chegou a acontecer, aliás, que algumas medições marítimas estivessem indicando uma posição geográfica em terra firme [TrC 92]…

O principal problema referente à medição da temperatura global é a influência da urbanização, que introduz um erro sistemático **na alta**. A contaminação dos dados pelas ilhas de calor urbanas é incontestável. Um dos relatórios do IPCC[520] ressalta que:

> Dentre todos os problemas evocados anteriormente, o crescimento da urbanização em torno das estações [meteorológicas] fixas é a principal fonte de erros sistemáticos identificada até agora nos dados referentes às temperaturas terrestres.

Um sem número de publicações trata desse assunto, e os resultados concordam quanto a um erro sistemático, da ordem de muitos décimos de grau, referente à alta. Ao comparar, no caso das planícies do Norte da China, os dados das grandes cidades com aqueles colhidos nas estações rurais, Portman chega a um nível de aquecimento urbano de 0,63ºC [Po 93]. Wang *et al.*, comparando estações urbanas (em cidades com média de 1,7 milhões de habitantes) com outras situadas perto de cidades médias (150.000 habitantes em média), chega à conclusão de um aquecimento urbano da ordem de 0,23ºC para toda a China. Esse número apresentado por Wang, tão modesto se comparado ao de Portman, se

explica pelo fato que uma cidade de 150.000 habitantes já apresenta um considerável aquecimento urbano, como explicaremos mais tarde. Lansberg[521] relata que a diferença de temperatura entre o centro de Paris e de Orly é de 1,4ºC. Goodridge demonstrou que nos Estados Unidos, entre 1917 e 1983, a diferença de temperatura entre as estações urbanas e aquelas rurais aumentou em 1,5ºF (0,8ºC) [Go 85]. Karl e Jones estimaram o aquecimento urbano nos Estados Unidos, no período de 1901-1984, entre 0,1 e 0,4ºC , e mostraram que as estações rurais, menos sujeitas a esse erro sistemático, demonstram uma *baixa* da temperatura a partir de 1935 [KaJ 89]. (Os dados provenientes dos Estados Unidos estão entre os melhores de mundo, tanto pela densidade de estações como pela constância e duração das aferições). Balling e Idso mostraram também que, em grande parte dos Estados Unidos, as aferições realizadas nas estações rurais revelam uma queda nas temperaturas entre 1920 e 1984 [BaI 89]. Wood compila diversos trabalhos que levam à mesma conclusão [Wo 88]. Cayan e Douglas mostram que, em algumas estações americanas particularmente confiáveis, o aquecimento urbano se situa entre 1 e 2ºC [CaD 84]. Assim, a influência das ilhas urbanas de calor sobre os dados é considerável, e poderia falsear enormemente a medição do aumento de temperatura do planeta. O “aquecimento global” detectado pelo IPCC estaria entre 0,3 e 0,6ºC. Os

números precedentes, comparáveis e por vezes até mesmo superiores, dão a entender que isso seria em grande parte ou totalmente devido ao aquecimento urbano.

As ilhas urbanas de calor são causadas principalmente pelas modificações causadas no revestimento das cidades.[522] As superfícies asfaltadas ou pavimentadas, bem como os muros e outras construções, absorvem o calor durante o dia e o restituem ao longo da noite; a evaporação da água se vê obstruída. A energia solar da manhã não mais é utilizada para fazer desaparecer o orvalho mas aquece diretamente os muros. A água não pode mais se acumular no solo para em seguida evaporar, mas é rapidamente evacuada. A considerável redução da cobertura vegetal provoca uma diminuição na evaporação. A emissão de calor nas tais ilhas é, em geral, de proporções modestas,[523] mas pode subir no inverno [FeP 88].

As ilhas urbanas de calor introduzem, portanto, um erro sistemático no cálculo da alta de temperatura, detectável quando comparamos os dados provenientes de uma estação urbana com aqueles extraídos numa estação rural próxima. Entretanto, se a área dessa ilha não varia, esse erro permanecerá constante e a temperatura global, na ausência de qualquer fator capaz de aquecer ou resfriar o clima, permanecerá estável. Em contrapartida se a ilha urbana de calor *aumenta*, a temperatura medida também

aumentará, fazendo surgir uma tendência fictícia à alta na temperatura. Assim, uma estação rural situada próxima a uma cidade em crescimento, que termina por englobá-la, apresenta um aquecimento artificial. Não é a ilha de calor urbana, portanto, a responsável pela contaminação nas medições de temperatura, mas seu *crescimento*.[524]

Os números citados anteriormente tratam do impacto da ilha de calor urbana, mas de forma alguma nos informam quanto ao aumento de sua área por período. Os estudos realizados a esse respeito dão conta de um crescimento considerável: aumento da temperatura entre 0,2 e 0,19ºC por década no aeroporto de Washington e em Silver Spring [FeP 88], de 0,12ºC por década na América do Norte [FuG 86], entre 1 e 2º C entre as últimas três a cinco décadas (1984) na costa americana do Pacífico [CaD 84], 0,2ºC por década em Tóquio.[525] Huges e Balling voltaram seus interesses às medições realizadas na África do Sul, que estão entre as mais confiáveis do Hemisfério Sul. Eles destacam, para o período de 1960-1990, um aquecimento das estações rurais da ordem de 0,09ºC por década (estatisticamente insignificante) e, para as cinco maiores cidades, um aquecimento de 0,024ºC por década [Hub 96]. Os valores médios para o conjunto do planeta são avaliados entre 0,1 e 0,3ºC por década [Wo 88]. Goodridge mostra (fig. 4) que na Califórnia o "aquecimento global" aparente dependia da densidade populacional: os municípios

pouco povoados se aquecem muito lentamente (0,0405ºF/década, ou seja, 0,025ºC/década) enquanto que os municípios com grande densidade populacional aquecem muito mais rapidamente (0,312ºF/década, ou seja, 0,174ºC/década)[Go 96].

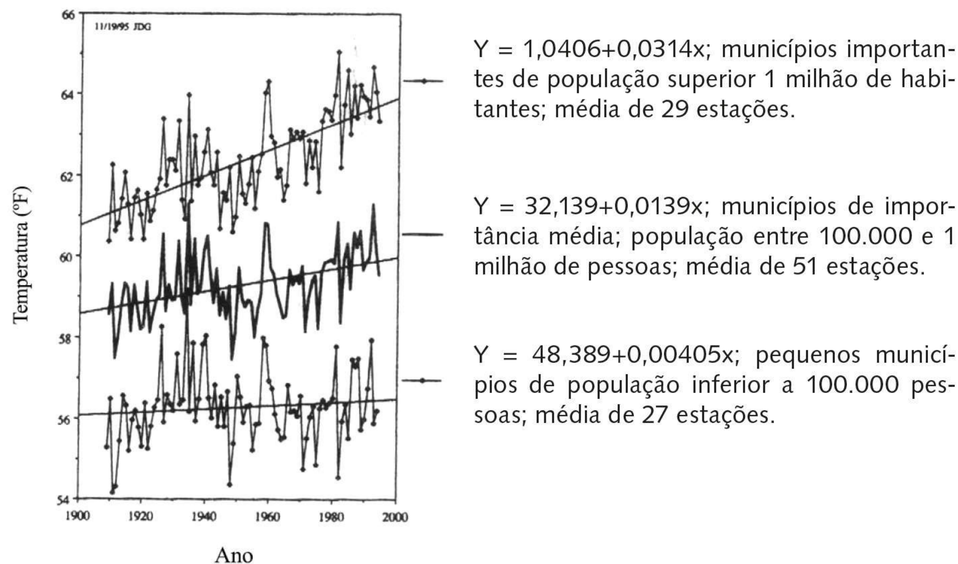


Fig. 4: Temperaturas anuais aferidas entre 1909 e 1994 em 107 estações californianas e estratificadas de acordo com a população do município em 1990.

As correções a serem feitas para abarcar o crescimento das ilhas urbanas de calor deve refletir, sobretudo, o aumento da perturbação das superfícies devido ao desenvolvimento urbano. Considera-se, em geral, que a densidade populacional permite a medição aproximada da grandeza dessa perturbação, e portanto da ilha de calor urbana,[526] enquanto que o aumento da população durante um determinado período permite estimar o aumento da modificação das superfícies, e portanto do aquecimento urbano durante esse mesmo período [BaI

89]. Assim, aglomerações de apenas 1.000 habitantes podem apresentar-se como ilhas de calor de 3ºC com taxas de aquecimento entre 0,1 e 0,3ºC por década caso suas populações estejam passando por um aumento considerável de densidade [BaI 89]. Uma estação rural pode também, portanto, ser gravemente afetada por uma alta artificial nas temperaturas. É por isso que a comparação de duas estações próximas, uma delas urbana e a outra rural, não chega a eliminar todo erro. É inclusive possível que a ilha de calor cresça mais rapidamente numa aglomeração rural do que numa grande cidade.[527] Enfim, Feng *et al*. mostraram que o crescimento da população (ou simplesmente a população) podem por vezes não ser uma boa referência para medição do aumento na perturbação das superfícies [FeP 88]. A partir de 1950, a população de Washington decresceu, enquanto que a ilha de calor urbano continuava a crescer.

Toda reconstituição da temperatura média global deve, portanto, imperativamente ser corrigida para abarcar esse fator de aumento da ilha de calor urbana. O relatório do IPCC publicado em 1990 apóia-se principalmente nos trabalhos de três equipes[528] (Jones *et al*.; Hansen e Lebedeff; Vinnikov *et al*.) para demonstrar uma alta de 0,45ºC nas temperaturas entre 1870 e 1990 (cf. fig. 2; é preciso lembrar que o cálculo do valor do clima se faz pela média das variáveis meteorológicas ao longo de

trinta anos, e que portanto não se poderiam extrair os valores inicial e final). Ora, as correções trazidas nesses trabalhos para dar conta do aumento nas ilhas urbanas de calor deixam muito a desejar. O próprio IPCC sugere essa falha, de maneira tímida, ao escrever: “À luz de tais fatos, a margem de erro oferecida por Jones *et al*. para a alta de temperatura devido à urbanização, qual seja de 0,1ºC/século, é plausível mas não certa”.[529]

O *Sumário para aqueles que tomam as decisões*[530], parte integrante do capítulo que contém os valores citados acima, menciona, entretanto, que “desde o fim do século XIX, o aumento da temperatura chega a 0,45ºC ± 0,15ºC, afetado por um pequeno erro na alta (inferior a 0,05ºC) devido à urbanização”. Ora, diversas vozes se ergueram para contestar as afirmações amenizantes do IPCC, de Jones *et al*. e de Hansen e Lebedeff. É bem verdade que o modo de correção adotado por esses dois últimos autores é ao menos surpreendente: ao lidar com um trabalho de alta precisão, eles detectam um aumento módico na temperatura (0,45ºC) extraídos de um conjunto de dados extremamente heterogêneos, e terminam por resignar-se com uma “avaliação subjetiva” da influência da ilha urbana de calor, tudo isso em meio a um contexto político e econômico de proporções colossais!

> Estimamos subjetivamente que a correção total a ser feita, para abarcar os efeitos das ilhas urbanas de calor não deverá reduzir o aquecimento global ocorrido no século passado – leia-se a diferença de temperatura entre os

anos 1980-1985 e os anos 1880-1885 – para um número inferior a 0,5ºC. [HaL 87]

Balling e Idso tentaram avaliar menos "subjetivamente" a correção a ser realizada nos dados de Hansen e Lebedeff [BaI 89]. Para obter uma estimativa da proporção de aquecimento devida ao aumento da ilha de calor urbana, esses dois últimos autores consideraram apenas as estações situadas em aglomerações com mais de 100.000 habitantes. Após terem lembrado que estações de apenas 1.000 habitantes apresentam uma taxa de aquecimento bastante considerável, entre 0,1 e 0,3ºC por década – e, diga-se de passagem, superior àquela observada por Hansen e Lebedeff –, Balling e Idso insistem no fato que "é o aumento da população, e não a população em si que provoca o aquecimento fictício". Seguindo em sua análise, eles mostram que, para a parte leste dos Estados Unidos, um tratamento rigoroso da ilha de calor urbana faz surgir um *resfriamento* de 0,39ºC entre 1920 e 1984, enquanto que nesse mesmo período os dados de Hansen e Lebedeff dão provas de um resfriamento de apenas 0,02ºC. A diferença, ou seja, 0,37ºC, é devida ao crescimento da ilha de calor urbana.

Num estudo similar, Karl e Jones mostraram que os trabalhos de duas das três equipes de referência citadas pelo IPCC (Jones *et al.*; Hansen e Lebedeff) apresentam, para os Estados Unidos, um erro relativo à ilha de calor urbana da ordem de 0,1 a 0,4ºC no período de 1901-1984.

Esse erro é “igual ou superior ao aumento de temperatura nos Estados Unidos para essa período [aferido pelas duas equipes]”.[KaJ 89] E longe de darem sinal de alta, após 1935 as temperaturas diminuíram nos Estados Unidos.

Finalmente, Christy e Goodridge desferiram o golpe fatal. Esses autores começam por lembrar que [ChG 95]:

> O valor científico da ‘tendência’ [à alta de temperatura global] como indicador da mudança climática continua em aberto, considerando-se a variabilidade decenal e secular do clima, por nós ignorada.

Eles estudam em seguida as seis estações californianas observadas por Hansen e Lebedeff, que não corrigiram os dados provenientes dessas estações com vistas a abarcar o crescimento da ilha de calor urbana. Ora, Christy e Goodridge mostram que essas estações apresentam taxas de aquecimento claramente superiores à média das estações californianas (fig. 5). Não tendo podido encontrar todos os dados provenientes de uma das seis estações, eles se concentraram sobre as cinco restantes. Eles mostram então que a probabilidade de escolher, dentre as 112 estações californianas, cinco estações que apresentam médias tão altas é de apenas 2%, e que portanto “elas não são verdadeiramente representativas da Califórnia como um todo”. Que maneira mais elegante de se dizer…

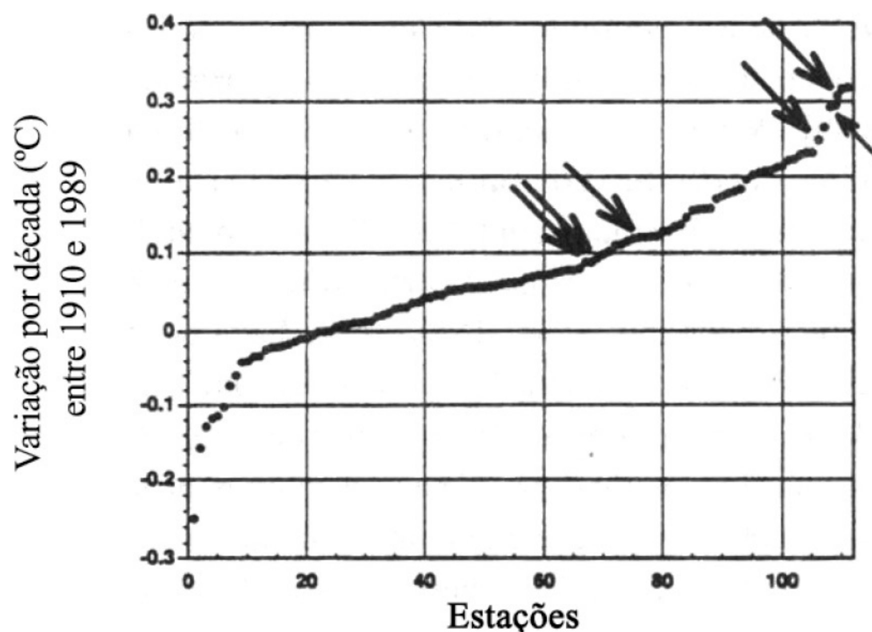


Fig. 5: Variações de temperatura por década (ºC/década) sobre o período 1910-1989 para 112 estações californianas. As seis flechas correspondem às estações utilizadas por Hansen e Lebedeff. A flecha dirigida para o alto indica a estação que Christy e Goodridge não puderam utilizar.

Jones *et al*. também realizaram trabalhos de referência utilizados pelo IPCC [JoR 86a]. Nesse estudo referente mais especificamente às temperaturas de superfície terrestre do Hemisfério Norte, eles "não crêem que os efeitos da urbanização tenham provocado uma distorção considerável das variações da temperatura média [contanto que a zona estudada seja suficientemente grande]". Voltando à questão num outro estudo, Jones *et al*. estimam que os resultados por eles apresentados e aqueles de Hansen e Lebedeff são marcados por um erro devido ao aumento da ilha de calor urbana de uma ordem

de grandeza inferior ao aquecimento observado durante o último século [JoG 90]. Mas esses autores utilizam estações “rurais” de menos de 10.000 habitantes (Leste da China), esquecendo o fato que mesmo uma estação rural pode apresentar um aquecimento urbano considerável. Como já mencionamos anteriormente, Karl e o próprio Jones mostram que esses trabalhos apresentam, para os Estados Unidos, erros consideráveis relativos ao aquecimento urbano [KaJ 89]. Wang *et al*. mostram que, na China, o aquecimento urbano cresce em termos de 0,1ºC por década, contrariamente àquilo que afirmam Jones *et al*. Ao estudar as planícies do Norte da China, Portman destaca um aquecimento urbano de 0,30ºC para o período de 1954-1983. Hughes e Balling, em seu trabalho já citado sobre a evolução das temperaturas na África do Sul, lembra que o aquecimento aferido por Jones é de 0,31ºC por década, enquanto que seu estudo demonstra um aquecimento de 0,24ºC por década para as cinco maiores cidades e de apenas 0,09ºC por década (estatisticamente insignificante) para as cidades pequenas [HuB 96]. Assim, o aumento da ilha de calor urbana é responsável por um aumento da temperatura em 0,22ºC por década (0,31-0,09ºC).

A crítica mais aprofundada aos trabalhos de Jones *et al*. foi realizada por Wood [Wo 88]. Ele revela diversas fragilidades na metodologia utilizada por Jones *et al*. para abarcar o aquecimento urbano: a ausência de estações

rurais próximas para efetuar as comparações em grande parte do mundo; a possibilidade que diversas estações rurais utilizadas como ponto de referência tenham elas próprias sofrido aquecimento urbano; a inconstância nos horários de medição; e um piso demasiado baixo para detecção do aquecimento urbano.

Wood mostra que, na China, nas ilhas do Pacífico bem como em grande parte do Sudeste Asiático, não existem estações rurais próximas às estações utilizadas por Jones *et al*. Nos Estados Unidos algumas das estações rurais “próximas” utilizadas na comparação situavam-se a muitas centenas de milhas da estação urbana estudada.

Diversas estações “rurais” utilizadas como ponto de referência puderam sofrer elas próprias um considerável aquecimento urbano. Assim, Los Angeles foi comparada com as três estações rurais de São Bernardino, Long Beach e Yorba Linda; San José foi comparado com Fresno; Salt Lake City com Morgan e com Tooele; Seattle com Kent e com Buckley. Ora, entre 1930 e 1980, a população de Los Angeles cresceu em 140%, enquanto que a de San Bernardino aumentou em 214% e a de Long Beach em 154% (a população de Yorba Linda aumentou em 296% entre 1970 e 1980, único período do qual se dispõe de estatísticas). San José cresceu 992% e Fresno 316%. Salt Lake City 265%; Morgan e Tooele 99 e 179%. Seattle 231%; Kent e Buckley 898 e 199%.

O piso de detecção do aquecimento urbano utilizado por Jones *et al*. também suscita dúvidas. Não é possível determiná-lo com base na publicação. Entretanto, eles consideram como sendo afetados pelo aquecimento urbano apenas 2% de suas estações. Elas apresentam um aquecimento médio de 1,2ºC para o período de 1881-1990 contra 0,33ºC para as estações rurais próximas. Isso dá a entender que as estações sujeitas a um aquecimento urbano inferior a 1,2ºC, mas de valor significativo, foram preservadas nos dados de Jones *et al*.

Ademais, os autores eliminam apenas 0,5% de suas estações situadas no Hemisfério Sul, o que parece insuficiente, pois que cidades pequenas podem apresentar considerável aquecimento urbano. O mesmo tipo de ressalva vale para os Estados Unidos.

Por fim, Wood observa

> que é possível que um erro grande, devido ao aquecimento urbano, subsista nos dados de Jones *et al*. (e, por extensão, nas outras bases de dados, tais como aquelas utilizadas por Vinnikov *et al*. e por Hansen e Lebedeff) […].
>
> [O] valor absoluto da ilha de calor urbana (chegando a atingir muitos graus Celsius em certas zonas urbanas) e a rapidez do aquecimento urbano (entre 0,1 e 0,3ºC por década) são significativos se comparados aos 0,5ºC por século atribuídos ao aquecimento em longo prazo das terras.

A medição da temperatura de superfície dos oceanos e do ar marinho também apresenta problemas de difícil solução: escassez de amostragem nos oceanos do Hemisfério Sul; diversos fatores de correção a serem incluídos para abarcar as evoluções e os distintos modos

de aferição; e, finalmente, utilização contestável das medições terrestres para corrigir as medições marítimas.

Os oceanos cobrem 61% do Hemisfério Norte e 81% do Hemisfério Sul. Todo estudo de evolução da temperatura global deve necessariamente apoiar-se em dados oceânicos confiáveis. Ora, de acordo com o próprio IPCC, as temperaturas dos “oceanos do Hemisfério Sul sempre foram mal mensuradas”.[531] “Os oceanos do Hemisfério Sul, que constituem grandes regiões do globo, nunca foram corretamente estudados” [ChG 95]. Analisando as conseqüências dessa repartição defeituosa, Karl *et al*. mostram que ela poderia falsear as tendências de curto prazo (10-30 anos) e introduzir “erros positivos muito significativos para os dados dos anos 80” (o artigo oficial foi publicado em 1994) [Kaká 94].

Outros fatores são também fonte de erros potencialmente importantes. Após haver medido unicamente com baldes mal isolados termicamente, as temperaturas de superfície do oceano são agora mensuradas a partir da água coletada em baldes termicamente isolados ou por circuitos de resfriamento dos navios. Essas últimas medições apresentam, entretanto, variações consideráveis da ordem de 0,9ºC e um erro positivo de 0,7ºC [TrC 92]. As profundidades de captação da água variam entre três e sete metros abaixo do nível do mar. Em média, a diferença entre as medições efetuadas a partir do circuito de resfriamento e aquelas

efetuadas em baldes é de 0,3ºC (alguns autores apontam valores entre 0,3 e 0,7ºC [JoG 86]). A diferença entre as medições efetuadas a partir de bóias e as coletas em barco é de aproximadamente 1,5ºC. Dois navios efetuando a mesma medição, num intervalo de menos de seis horas, e separados por uma distância inferior a 100 quilômetros encontram resultados que divergem em aproximadamente 1,5ºC. A margem de erro sobre uma aferição parece ser, portanto, da ordem de 1ºC.

As medições da temperatura do ar marinho estão submetidas a outras fontes de erro: variações do tamanho, inércia térmica, altura do convés e velocidade dos navios (particularmente quando da passagem da vela ao vapor [JoW 86]).

Jones *et al*. buscaram corrigir as temperaturas da superfície oceânica e do ar marinho para abarcar os fenômenos precedentes [JoW 86]. As correções realizadas são bastante controversas: Jones *et al*., constatando a correlação entre a temperatura de superfície do oceano e a temperatura do ar marinho, corrigiram as primeiras com a ajuda dessas segundas. Mas essas últimas, também contaminadas como visto agora há pouco, tiveram que ser corrigidas, por sua vez, com a ajuda das temperaturas de superfície *terrestres*: os dados vindos de estações costeiras foram comparados com aqueles dos oceanos. Esse método é objeto de duas críticas graves. Primeiramente, procedendo dessa forma,

introduz-se o aquecimento urbano no quadro dos dados oceânicos [WuN 90; Wo 88; TrC 92].[532] As costas marinhas são com efeito as partes mais populosas do mundo, nas quais a população cresce com maior rapidez. Poder-se-ia também ter feito uma correção dos dados terrestres costeiros com aqueles do oceano, já que aqueles corriam o risco de ter sido contaminados pelo aquecimento urbano. O “aquecimento global” encontrar-se-ia, nesse caso, fortemente diminuído. Em seguida, as correções trazidas por Jones *et al*. às medidas oceânicas são consideráveis: -0,40ºC entre 1861 e 1873; -0,48ºC entre 1874 e 1879; 0,17ºC entre 1903 e 1941; -0,54ºC entre 1942 e 1945. Assim, as correções feitas são da mesma ordem de grandeza que os dados captados…

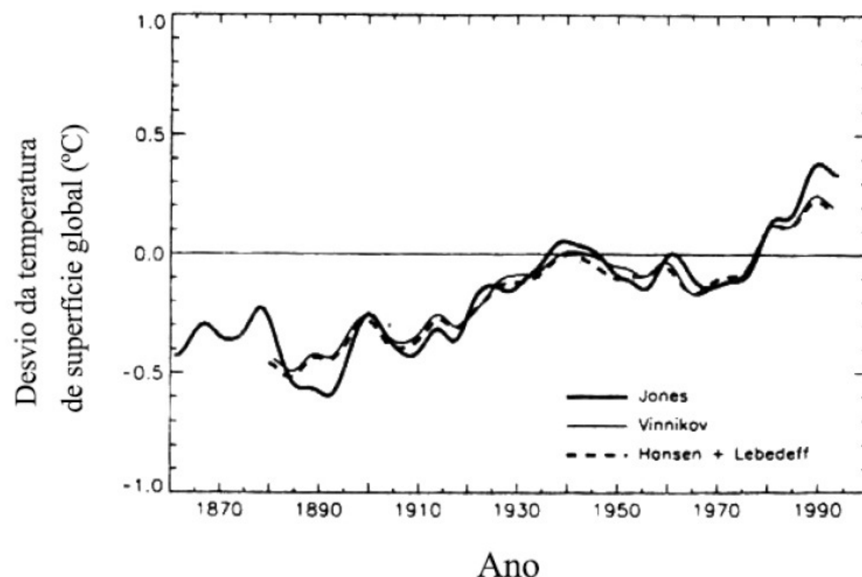


Fig. 6: Desvio da média da temperatura de superfície terrestre (ºC) com relação à média dos anos 1961-1990. (IPCC)

Os resultados

Os erros anteriormente enumerados, bem como as "correções" induzidas, fazem com que as reconstituições da temperatura global estejam repletas de incertezas. Além disso, os resultados também variam enormemente dependendo do autor e das regiões estudadas.

No que diz respeito às temperaturas de superfície terrestres, o IPCC[533] se apóia nos trabalhos de três equipes citadas (Jones *et al*.; Hansen et Lebedeff; Vinnikov *et al*.) que, utilizando metodologias similares, chegam a resultados muito diferentes (fig. 6, IPCC).[534] Além disso, o IPCC concluiu[535] que há um aumento da temperatura global da ordem de 0,3 a 0,6ºC desde o fim do século XIX. Outros autores empreenderam estudos semelhantes mas abrangendo zonas mais restritas. Karl e Jones se limitaram aos Estados Unidos [KaJ 89]. Após uma minuciosa correção do aquecimento urbano, eles anunciaram uma *baixa* das temperaturas, vigente desde 1935 (fig. 7.a). O que é ainda mais grave é que eles mostraram que os dados de Jones *et al*. (fig. 7.b) [JoR 86a] apresentam, quando comparados aos deles próprios, uma significativa tendência a alta, provavelmente devida ao aquecimento urbano. Ora, os dados provenientes dos Estados Unidos estão entre os mais confiáveis de todos. Ao interpolar esses resultados ao conjunto do mundo, chega-se a um aquecimento

global não mais entre 0,3 e 0,6ºC, mas entre 0,15 e 0,45ºC. Hansons *et al*. mostraram que, entre 1900 e 1984, para os Estados Unidos, a tendência das temperaturas houvera sido quase nula (0,0ºC de aquecimento para um conjunto de dados e -0,06ºC para outro). Enfim, alguns dados recentes dão prova, para os Estados Unidos, de um aquecimento irrisório (0,08ºC por século).[536]

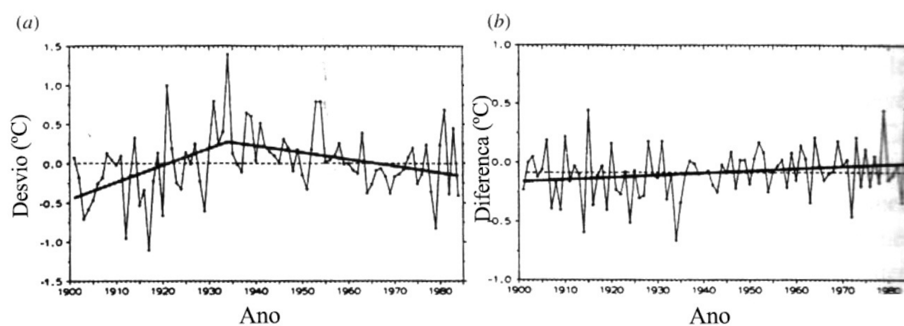


Fig. 7: (a). Desvio da temperatura média nos Estados Unidos; (b). Diferença entre os dados utilizados por Jones et al. e aqueles utilizados por Karl et al.

As temperaturas oceânicas (temperaturas de superfície do oceano e temperatura noturna do ar marinho) apresentam variações semelhantes àquelas da temperatura na superfície terrestre (fig. 6).[537] Outros autores, remontando os dados até 1856, mostraram contudo que, entre 1888 e 1988, a alta das temperaturas de superfícies d’água fora de apenas 0,25ºC [NeN 89; WuN 90]. É verdade que as correções utilizadas habitualmente devem, como vimos, ser tratadas com toda precaução. O próprio Jones escrevia que “reina um certo ceticismo quanto às hipóteses” alegadas em prol das correções.

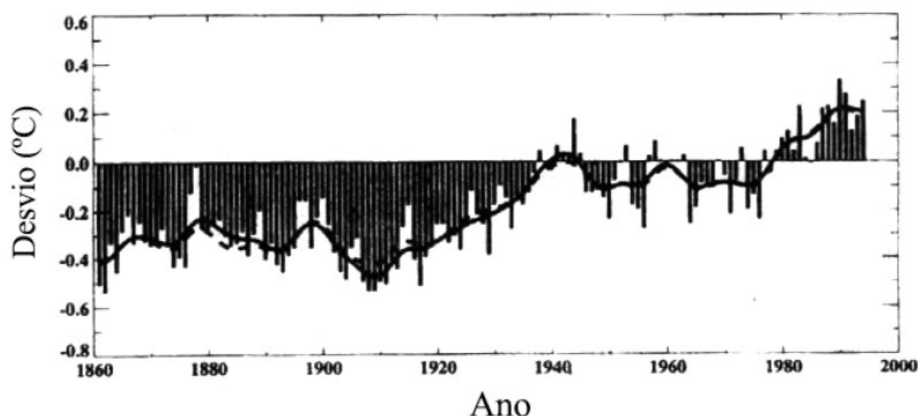


Fig. 8: Desvio (ºC) da temperatura global (combinação das temperaturas de superfícies terrestres e marítimas) entre 1861 e 1994. A curva pontilhada dá os resultados do IPCC 92. (IPCC)

As temperaturas globais obtidas pela combinação das temperaturas de superfícies terrestres e marítimas apresentam, também, uma evolução similar (fig. 8, IPCC).[538] Outros autores chegaram, entretanto, a resultados diferentes. Ellsaesser *et al*. realizaram uma revisão dos principais estudos sobre a temperatura global [ElM 86]. Eles chegaram a conclusão de que há um *resfriamento* perceptível antes de 1883, seguido de um retorno ao normal, ou seja o aquecimento dos anos 1880-1940 (fig. 9). Essas tendências são visíveis tanto nas medições terrestres quanto nos dados marítimos. A variação das temperaturas globais é insignificante. Em oposição, o IPCC, apoiando-se em resultados resumidos pela figura 8, conclui que há aquecimento global desde o fim do século passado, na faixa de 0,3 a 0,6 ºC. Tais números e curvas parecem mostrar a realidade do

aquecimento global. Eles merecem, no entanto, alguns comentários.

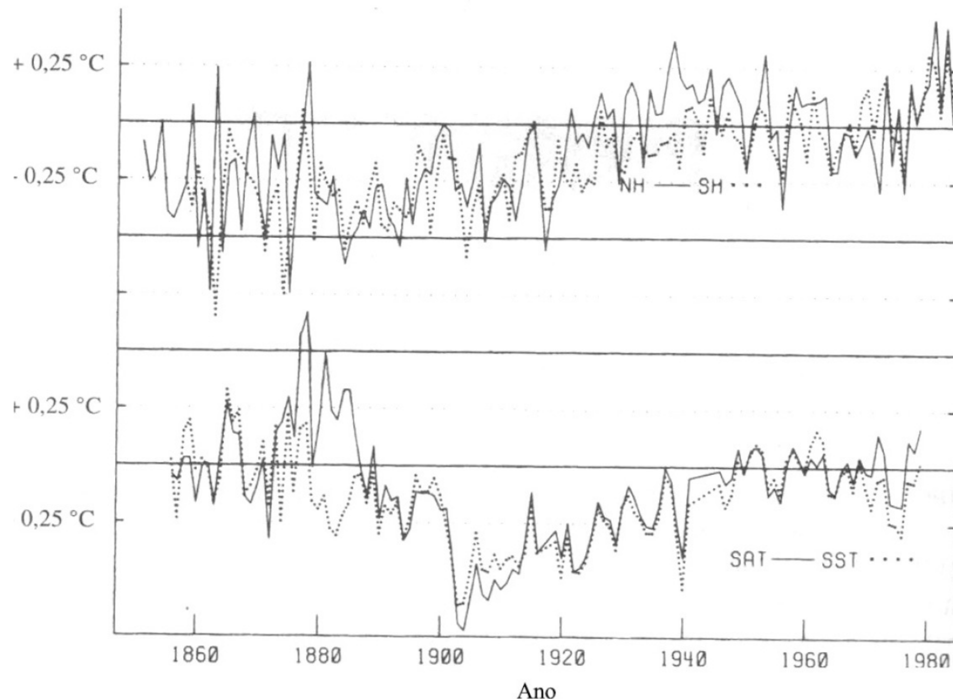


Fig. 9: Desvio (]C) da temperatura entre 1850 e 1980, referente à média dos anos 1951- 1970. Temperatura média do ar à superfície nos hemisférios Norte (NH) e Sul (SH) [JoR 86a; JoR 86b]. Temperatura global do oceano à superfície (SST) e do ar oceânico à superfície (SAT) [COADS; Fo 84].

A questão do efeito estufa foi elevada ao status de prioridade a partir 1985, logo após a Conferência de Villach. Ora, a figura 10 mostra claramente que, na data em questão, a temperatura global mal acabara de retornar ao seu patamar de 1940. Aliás, William Nierenberg, membro da Academia Americana de Ciências, escrevia em 1990 que o aquecimento não fora provado e que continua sendo uma simples hipótese [LiN 90]. Veremos em breve que *a ausência* de aquecimento está em vias de

ser provada através de medições por satélite, muito mais precisas que as medições terrestres. Sem desferir, por enquanto, uma crítica radical aos resultados do IPCC, é preciso contudo observar desde já que seus indicadores e números são repletos de diversos tipos de erros, dentre os quais uma sistemática tendência à alta por conta do aquecimento urbano. Ao nos basearmos nos dados americanos, os melhores do mundo, o "aquecimento global" seria devido, em 0,15ºC, ao aquecimento urbano. Ademais, "os dados históricos disponíveis referentes às temperaturas apresentam grandes lacunas, tanto em quantidade quanto em qualidade" (IPCC).[539] Os resultados aos quais somos conduzidos não confirmam, entretanto, a tese do efeito estufa. O aquecimento global produziu-se sobretudo entre 1920 e 1940 (fig. 8), período durante o qual a concentração de CO_2 não havia ainda aumentado sensivelmente. Assim, a maior parte do aquecimento produziu-se **antes** que o nível de CO_2 aumentasse de fato (fig. 10, segundo o IPCC),[540] enquanto que durante os anos de 1945-1980 o fenômeno inverso se apresentava. Enquanto a concentração de CO_2 aumentava consideravelmente, a temperatura estagnava, ou até mesmo chegava a diminuir, permitindo a alguns especular quanto à ameaça global de uma nova glaciação. Ademais, a figura 10, que aplaina a curva das temperaturas, não mostra o aumento extremamente brusco das temperaturas do Hemisfério Norte ocorrido no

início dos anos 20 [EM 86].[541] Em dois anos, a temperatura aumentou em 0,4ºC. Esse choque climático não se explica pela teoria do efeito estufa, que prevê um aquecimento progressivo, consecutivo ao aumento gradual do teor de CO_2.

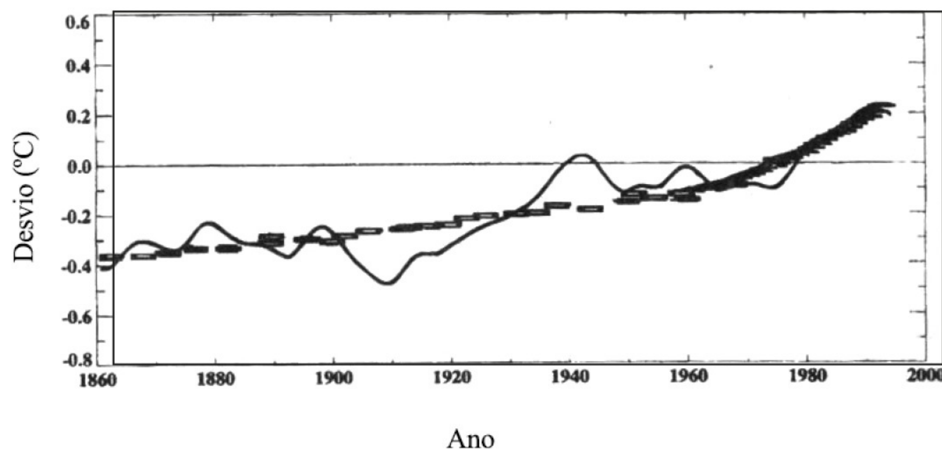


Fig. 10: Evolução da concentração de CO_2 (retângulos e triângulos) e da temperatura de superfície global (terra e mar: curva contínua) entre 1860 e 1994 (segundo o IPCC). A concentração de CO_2 varia entre 290 e 353 ppm.

A divergência de evolução entre a temperatura global e a concentração de gás carbônico, visível nos dados oferecidos pelo próprio IPCC, é uma das principais razões que conduzira um grande número de cientistas a contestar a realidade da ameaça do efeito estufa.

Um outro forte argumento surge ao estudarmos a figura 1.c, também extraída do relatório do IPCC. Ela mostra claramente a queda das temperaturas ocorrida entre os séculos XIII e XVII, que conduziu à Pequena Era Glacial, período anormalmente frio (cf. fig. 1.b). Assim, o aquecimento contínuo observado desde 1650 seria um

retorno às condições “normais” que prevaleciam antes da Pequena Era Glacial.

> A Pequena Era Glacial comportou mudanças climáticas globais comparáveis àquela do aquecimento deste último século. É possível que uma parte do aquecimento que ocorre desde o século XIX reflita a saída da Pequena Era Glacial. O rápido aquecimento ocorrido entre 1920 e 1940 tem, muito provavelmente [!], origem majoritariamente natural. Concluímos, assim, que é necessário dispormos uma melhor compreensão das variações climáticas do passado. (IPCC)[542]

Com efeito, por que se preocupar com um aquecimento de proporções tão desprezíveis quando observado na escala dos séculos (cf. fig. 1) quando a variabilidade natural do clima continua sendo ignorada? A Academia das Ciências notava que “[é] importante que essa variabilidade seja levada em consideração para que se avalie a evolução recente (dessa forma o aquecimento global detectado desde 1850 pode ser, ao menos em parte [antes de 1945], devido ao fim da ‘Pequena Era Glacial’)”.[543] A figura 1.c, extraída de um relatório do IPCC, mostra que, pelo menos até 1945, o aquecimento global foi provavelmente provocado pela saída da Pequena Era Glacial. Esse fenômeno proveu o segundo principal argumento contra a tese do efeito estufa.

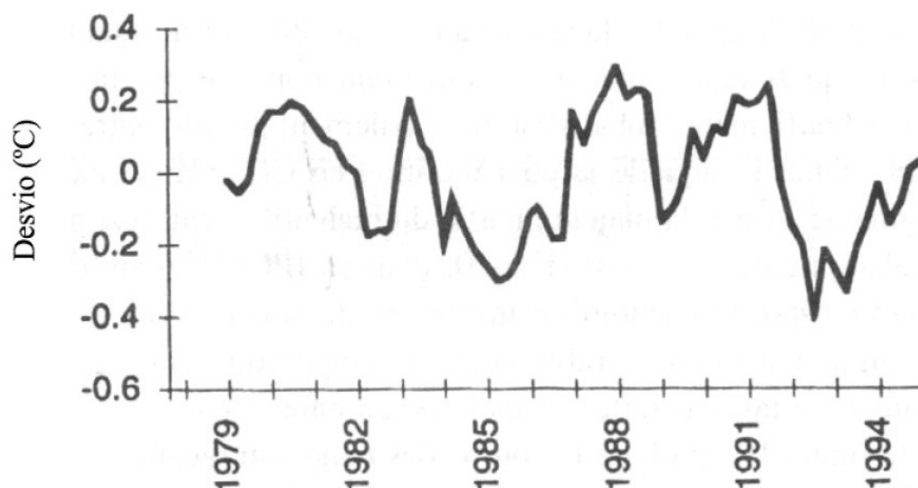


Fig. 11: Desvio sazonal da temperatura global troposférica (850-300 hPa) em ºC, captado por satélite. A tendência a baixa é de 0,07ºC por década. Segundo [Ch 95a].

Essas observações nos fazem pensar que o aquecimento ocorrido entre 1920 e 1940 seria devido à saída da Pequena Era Glacial, enquanto que uma grande parte – para não dizer a totalidade – do aquecimento global “observado” desde 1940 proviria das ilhas de calor. Ora, esse hipótese pode ser posta à prova. As medições da temperatura global, sustentadas durante muito tempo por medições de superfícies terrestres e marítimas, são agora efetuadas também por satélite e balão, vencendo assim o fator de poluição urbana. A temperatura medida é aquela das baixas camadas atmosféricas, que segue a temperatura de superfície e deveria, segundo a teoria do efeito estufa, também elevar-se. As primeiras medições por satélite datam de 1979. Para o período que vai de janeiro de 1979 a maio de

1995, as temperaturas troposféricas (das baixas camadas atmosféricas), medidas por satélite, mostram uma tendência à **baixa** de 0,06ºC por década. As medições efetuadas a partir de balões dão sinal de uma baixa de 0,07ºC por década (IPCC).[544] Para as medições via satélite, Christy também chegava à soma de -0,07 ºC (fig. 11) [Ch 95a; ChG 95].[545] Esses resultados contradizem inteiramente a teoria do efeito estufa bem como as medições de temperaturas efetuadas em superfície. E o que fez o IPCC diante disso? Novas correções. Os dados de ozônio global foram "corrigidos", fazendo surgir uma baixa tendencial em diversos anos. As medições da temperatura efetuadas em superfície também foram "corrigidas", mostrando então um aquecimento igual (ou inferior) às correções. Agora, as medições efetuadas por satélite também são "corrigidas". Demoremo-nos um pouco sobre essas "correções" convenientes.

Num parágrafo digno de figurar nas primeiras páginas da *História política das ciências*, o IPCC, constatando a diferença considerável entre os dados colhidos por satélite (baixa de 0,06ºC por década) e os dados de superfície (alta de 0,17ºC por década), invoca as "correções" necessárias. (Note-se que o *Sumário para aqueles que tomam as decisões* não menciona a existência dos dados colhidos por satélite e nem, é claro, sua discrepância com relação às medições terrestres). Ao

corrigir os dados colhidos por satélite em função da influência da ENSO e dos vulcões, que respectivamente aquecem e resfriam a Terra, Christy e McNider fazem surgir um aquecimento de 0,09ºC/década nos dados que, antes da correção, mostravam um resfriamento [ChM 94]. Jones chega ao mesmo resultado.[546] Mas essas correções são legítimas? As erupções vulcânicas e a ENSO afetam tanto as temperaturas de superfície quanto aquelas da troposfera. A lógica pede, portanto, que as correções constem de igual forma nas temperaturas de superfície, o que não foi feito. A *diferença* entre os dois conjuntos de dados será então sensivelmente a mesma (0,17 + 0,06ºC por década), o que admitiria uma única explicação plausível: as ilhas urbanas de calor. Nota-se, aliás, que essas correções em geral não são aplicadas às aferições de superfície. Com efeito, as erupções vulcânicas e a ENSO são fenômenos freqüentes. Os próprios corretores não chegam nunca a pretender que o período estudado seja, naquilo que lhes diz respeito, excepcional. Por que, seguindo essa mesma lógica, não corrigir os dados para fazer com que desapareça a esmagadora influência solar? Os dados ganhariam em pureza, livres dessa perturbação considerável. É de se apostar que chegaríamos, não mais a um aquecimento, mas a um espetacular resfriamento do planeta. Angell, efetuando correções similares apenas com relação à ENSO, oscilação das temperaturas globais, também

sugeria por sua vez que esse fenômeno não poderia ser estudado independentemente destes últimos [An 90]. Ora, as correções trazidas se baseiam exatamente nessa hipótese. Em duas de suas publicações ulteriores, Christy não realizou mais essas modificações [Ch 95a; ChG 95]. Ele atribuiu implicitamente o "aquecimento global" à ilha de calor urbana, fornecendo para tanto a figura 5 e acrescentando, num *post-scriptum* matador que, para o período 1979-1992, os dados de Hansen e Lebedeff dão prova de um aquecimento de 0,08ºC, o IPCC de um aquecimento de 0,13ºC, enquanto que os dados recolhidos por satélite mostram uma variação de 0,00ºC. Para o período que vai de janeiro de 1979 a março de 1994, os dados colhidos por satélite dão prova de uma variação de -0,06ºC [ChG 95]. Quanto à eliminação das erupções vulcânicas, nós a deixaremos a cargo que a ONU, que encontrará aí um problema global sob medida, se encarregue dessa delicada tarefa.

O estudo atento dos dados nos faz ver, para os dados terrestres extraídos desde 1860, um aquecimento de aproximadamente 0,45ºC (± 0,15ºC).[547] Uma grande parte desse aumento da temperatura ocorreu entre 1920 e 1940, ou seja, *antes* do aumento de concentração do CO_2. Não seria possível culpá-lo, portanto. Desde 1940, as temperaturas aferidas à superfície aumentaram em aproximadamente 0,2 ºC. Mas esse aumento, ocorrido desde 1980, é invalidado pelas medições mais precisas,

efetuadas via satélite. As medições de superfície parecem ser acometidas de um grave erro sistemático devido ao aumento da ilha de calor urbana. O seguinte esquema parece se formar, então: as temperaturas aumentaram bruscamente entre 1920 e 1940 como conseqüência da saída da Pequena Era Glacial; esse aquecimento não pode ser atribuído ao efeito estufa; desde 1940, as temperaturas baixam, como o mostra, pelas medições de superfície, a figura 10 (1940-1980) e, pelas medições por satélite, a figura 11 (1980-1995). Em meio a todas essas variações climáticas, não há um só sinal de efeito estufa.

As previsões do IPCC foram, portanto, pegas em flagrante. Em seu relatório de 1990,[548] ele anunciava, entre os anos de 1850 e 2000, um aquecimento de 1,2ºC. O aquecimento observado será de aproximadamente 0,45ºC, se nos referirmos aos dados terrestres – os dados de satélite trazendo-os para a casa de 0,25ºC. Para as escalas de menor proporção, as previsões do IPCC se revelam igualmente defeituosas. Ele prevê atualmente[549] um aquecimento entre 0,2 e 0,3ºC por década, enquanto que as medições realizadas por satélite mostram, ao incluir o efeito da ENSO e dos vulcões, um aquecimento restrito a 0,09ºC por década, ou seja, duas a três vezes menos. Ora, lembremos que essas correções são, na melhor das hipóteses, fortemente contestáveis. A figura 12 mostra a evolução das temperaturas captadas por satélite (e não corrigidas) em paralelo com as

predições do IPCC para o valor médio de 0,25ºC/década. O aquecimento previsto pelo IPCC é exposto, então, acrescido de um fator dois ou até mesmo quatro ou cinco [ChM 94; Id 86 N].[550] Ainda é preciso, para se chegar a tais resultados, admitir que o aquecimento ocorrido entre 1920 e 1940 é de origem humana, o que por ninguém foi feito até agora, e em seguida efetuar as correções anteriormente mencionadas. O aumento da temperatura em 2ºC, previsto pelo IPCC,[551] se limitaria sem dúvida a 1ºC, e mais provavelmente ainda a 0,5ºC.

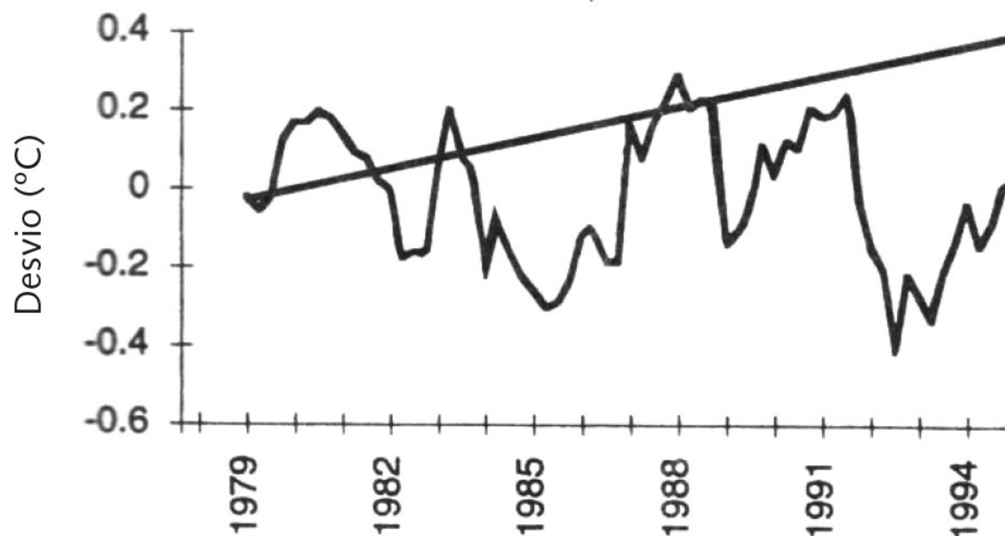


Fig. 12: Temperatura global: média entre as previsões do IPCC 95 (linha reta) e medições feitas por satélite (cf. fig. 10).

O exagero do aquecimento provocado pelo efeito estufa também se revela ao compararmos as previsões para os pólos com os dados disponíveis. De acordo com o IPCC, os pólos são a região onde o aquecimento deveria

ser mais perceptível: “Todos os modelos indicam um maior aquecimento no final do outono e no inverno nas altas latitudes”.[552] As figuras produzidas[553] mostram aquecimentos que chegam até a 20ºC. O aquecimento médio ao longo do ano situa-se em torno de 7ºC[554] ou, para as simulações recentes, de 4ºC.[555] Esse considerável aquecimento seria devido a um círculo de retroação (*feedback*) positivo funcionando da seguinte forma:[556] após o aquecimento global, a geleira se formaria num momento mais tardio do ano, e teria por conta disso uma superfície reduzida. Sendo o gelo muito refletor, seu desaparecimento provocaria um aumento considerável da quantidade de incidência solar que seria absorvida e, portanto, um novo aquecimento, que reduziria por sua vez a superfície do gelo etc… Ora, segundo o IPCC, “Os dados troposféricos árticos não mostram nenhuma tendência significativa, entre 1958 e 1986, ou entre 1950 e 1990, referente ao oceano antártico”.[557] Lindzen relata, ao contrário, uma *baixa* regular das temperaturas árticas entre 1930 e 1987, baixa particularmente sensível no inverno (-2,5ºC) enquanto que, segundo o IPCC, essa estação deveria comportar o aquecimento máximo [Li 90]. Sansom mostrou que, na Antártica, as temperaturas não apresentam nenhuma tendência à alta [Sa 89]. Quanto à superfície do gelo ártico e antártico, não há, segundo o IPCC, “nenhuma tendência significativa desde 1973, data das primeiras

medições via satélite”.[558] Assim, no local onde justamente deveria ser mais fácil e rapidamente detectado, o efeito estufa não foi constatado. Esses resultados confirmam que o aquecimento observado será consideravelmente inferior àquele previsto pelo IPCC.

O confrontamento das previsões do IPCC para cada hemisfério com os dados cria novas dificuldades àqueles que sustentam a tese do efeito estufa. Vimos que os dados colhidos por satélite dão conta de um resfriamento de 0,09ºC/década. Após algumas “correções”, esse resfriamento transformou-se num aquecimento de mesma amplitude. Ora, os modelos previam um aquecimento entre 0,3 e 0,4ºC/década.[559] Para reduzir um tal desvio, introduziu-se nos modelos dióxido de enxofre (SO_2), emitido pela indústria e que *resfria* consideravelmente a atmosfera. A taxa de aquecimento baixou então para 0,2ºC/década ou compreendeu-se entre 0,06 e 0,22ºC/década.[560] O aquecimento “observado” seria compatível, após correção, com os resultados dos modelos, ou ao menos deles se aproximariam. Entretanto o IPCC observa as simulações incluindo o dióxido de enxofre com grande prudência: ele continua a prover, igualmente, os resultados sem esse composto,[561] nota que as concentrações de dióxido de enxofre talvez tenham sido exageradas e que seus efeitos diretos são desconhecidos.[562] Observando que a temperatura global obtida com o dióxido de enxofre melhor se

aproxima dos dados que aquela obtida apenas com o gás carbônico, o IPCC argumenta entretanto que o resultado poderia ser devido a “erros que se compensam”.[563] Com efeito, um exame atento dos resultados obtidos com o enxofre mostra que, se a temperatura *global* simulada se aproximou da temperatura global observada, outros novos problemas surgiram, que por suas vezes invalidam a introdução do dióxido de enxofre. Os dados obtidos por satélite mostram, com efeito, que entre 1979 e 1990 (portanto sem alcançar 1994), o Hemisfério Norte se aqueceu (0,094ºC/década) enquanto o Hemisfério Sul se resfriava (0,06ºC/década) [SoC 92]. Os modelos que não incluem dióxido de enxofre simulam corretamente esse fenômeno:[564] o Hemisfério Sul, composto principalmente de água e gelo, se aquece lentamente enquanto que o Hemisfério Norte, composto principalmente de terra, se aquece mais rapidamente. A introdução do dióxido de enxofre inverte as tendências: emitido principalmente nas zonas industriais – e situadas portanto ao Norte -, ele resfria sobretudo o Hemisfério Norte e pouco afeta o Hemisfério Sul. É por isso que, de acordo com essas simulações, o Hemisfério Sul se aquece enquanto que o Norte se resfria ou se aquece muito mais lentamente.[565] Podemos compreender melhor, então, as prudentes reservas do IPCC, afirmando que esse melhor ajuste na temperatura *global* simulada poderia ser devido a “erros que se compensam”.

As simulações incluindo dióxido de enxofre são portanto inaceitáveis, não somente por razões quantitativas (efeito estufa previsto demasiado forte), mas também por razões qualitativas (repartição dos aquecimentos, entre cada hemisfério, incompatível com os dados) [Ke 97]. Voltando aos modelos que só incluem o gás carbônico, chegamos a uma marca de aquecimento global de 0,3ºC/década.[566] A figura 13 mostra a discrepância existente entre os dados colhidos por satélite e esse número.

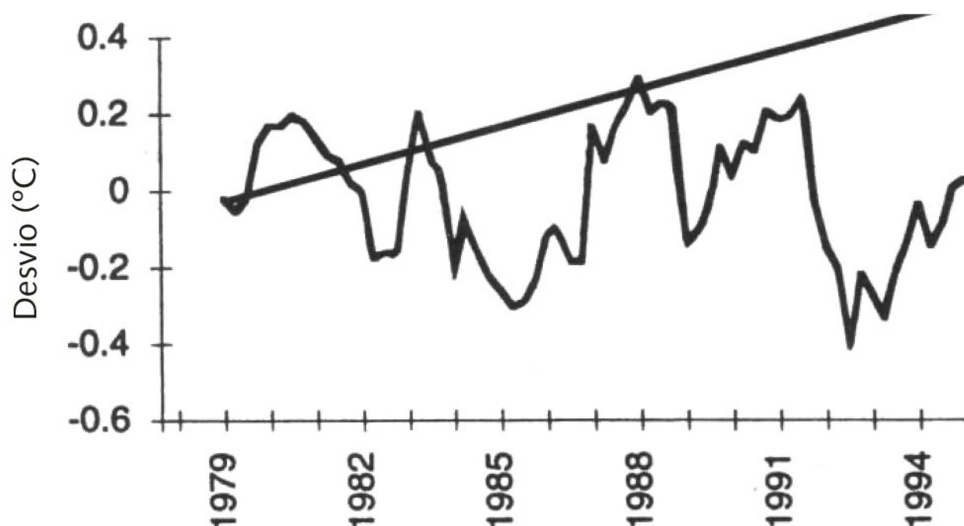


Fig. 13: Temperatura global: previsões do IPCC 95 sem dióxido de enxofre (linha reta) e medições feitas por satélite (cf. fig. 10).

É bom lembrar que as temperaturas terrestres, que mostraram um aquecimento de 0,45ºC (± 0,15ºC) desde 1860, devem também ser examinadas estação por estação, bem como em se separando as máximas das mínimas diárias. O IPCC reconhece ter constatado que a amplitude do ciclo diário diminuiu, pois “as temperaturas

mínimas [noturnas] aumentaram, em média, duas vezes mais rápido que as temperaturas máximas [diurnas] ao longo dos quarenta últimos anos”.[567] Esse fenômeno foi provavelmente provocado pelo aumento da cobertura de nuvens (devido ao SO_2) observada nos locais em que a amplitude do ciclo diário se reduzia. A presença de nuvens impede, com efeito, que a temperatura aumente de dia e diminua de noite, pois a Terra não pode irradiar infravermelhos ao espaço e desse modo se resfriar. O aquecimento global se manifesta, portanto, principalmente durante as horas mais frias do dia, o que constitui naturalmente o caso mais favorável: as temperaturas de dia no verão continuam suportáveis, enquanto que as temperaturas noturnas do inverno aumentam, prolongando assim a temporada agrícola. Karl e Kuala *et al*. mostraram que, nos Estados Unidos, na URSS e na China, “a maior parte do aquecimento das quatro últimas décadas pode ser atribuída a um aumento das temperaturas mínimas (principalmente à noite). As máximas (principalmente de dia) subiram pouco ou nada” [KaK 91].[568] Karl e Jones *et al*. mostraram que, entre 1951 e 1990, para as zonas estudadas, cobrindo 37% das terras, as mínimas diárias (alcançadas sobretudo à noite) cresceram três vezes mais rápido que as máximas (0,84ºC contra 0,28ºC) [KaJ 93]. Balling e Christy, estudando as temperaturas colhidas por satélite, chegaram a resultados similares para as terras compreendidas entre 30ºN e 60ºN

[BaC 96]. Bücher e Dessens trabalharam sobre os dados colhidos entre 1882 e 1970 no observatório do Pic du Midi. Esse observatório, que claramente não sofreu o efeito do aquecimento urbano, está ademais situado acima da camada limítrofe da atmosfera. Se esses dados dão conta de um aquecimento de 0,83ºC, ele se decompõe, entretanto, num aumento da mínima diária de 2,11 ºC e uma *baixa* da máxima de 0,45 ºC! [BüD 91] Assim, um aquecimento médio surge ao mesmo tempo em que a temperatura máxima diária baixa. Karl e Kukla *et al.* obtiveram resultados similares quanto às médias, para cada estação, de temperaturas mínimas e máximas diárias [KaK 91]. Desde há algumas décadas, a temperatura máxima tende a diminuir no verão[569] e a mínima média tende a aumentar no inverno. Também nesse caso o aquecimento se manifesta principalmente durante os períodos em que sua influência é benigna ou mesmo positiva. É interessante notar que a ilha urbana de calor provoca, também, um aquecimento noturno, elevando sobretudo as temperaturas mínimas e muito pouco as máximas [CaD 84]. "A urbanização faz diminuir as máximas diárias em todas as estações, exceto no inverno, e diminui a amplitude das temperaturas durante todo o ano. Ela aumenta as mínimas e as médias diárias em todas as estações" [KaD 88]. Essa redução das amplitudes diárias e de cada estação, favorável ao homem, parece então ter sido provocada, em parte, pela

emissão dos aerossóis industriais (sobretudo sob a forma do SO_2) que aumentaram a cobertura nubígena e, além disso, pelas ilhas urbanas de calor.[570] O aumento da temperatura urbana, visível nos dados terrestres e principalmente devido ao aumento da ilha de calor urbana, é assim atenuado por outros fenômenos de origem humana: a urbanização e a emissão de dióxido de enxofre.

Observamos, portanto, uma divergência quantitativa e qualitativa (espacial) entre os dados e as previsões dos modelos. Diversos autores ressaltam que certos processos aleatórios podem ser utilizados para simular as temperaturas e apresentam comportamentos similares à evolução térmica. A tendência à alta das temperaturas, iniciada muito antes do aumento de concentração de CO_2, e que portanto não pode ser a ele imputado, faz com que o último valor das temperaturas registrado tenha, a cada ano, uma forte probabilidade de ser a mais alta já aferida [SoB 89]. Kärner mostra que um processo aleatório apresenta tendências de curto prazo [Kä 96]. Gordon mostra por sua vez que as máximas e mínimas de um processo aleatório têm grande probabilidade de se situar no início e no fim da série de dados [Go 91].

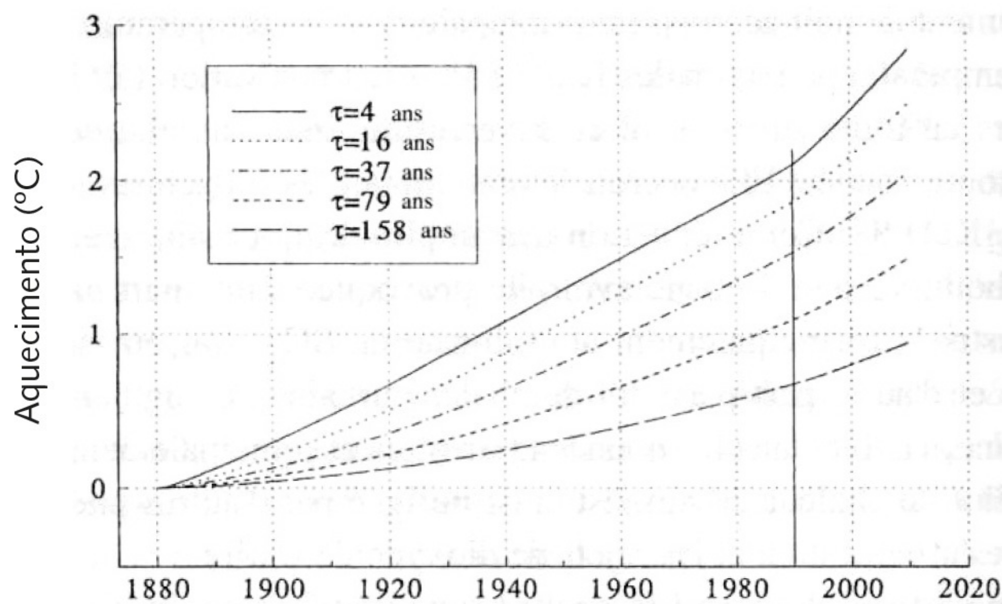


Fig. 14: Evolução do clima (ºC) posterior à duplicação da concentração de CO_2, para um aquecimento final de 4ºC, segundo diferentes valores do atraso τ.

Richard Lindzen utilizou as medições da temperatura global do último século para estimar a sensibilidade do clima a um hipotético aumento da concentração de gás carbônico da ordem de 100% e avaliar o aquecimento provável que daí decorreria. A inclusão dos aerossóis nos modelos, que dá margem a divergências qualitativas com os dados, não pode ser considerada. A influência refrigerante do dióxido de enxofre não pode ser invocada para explicar o atraso do aquecimento global, que deveria ter se manifestado já nos anos 80 [MaR 80; Sc 86]. Foi considerado então o papel estabilizador exercido pelo oceano no clima global e o atraso (notado τ) por ele acarretado em todo o processo de aquecimento.[571] O valor de τ, incerto, pode modificar profundamente os

resultados oferecidos pelos modelos: caso seja grande (100 anos), explicaria o fato de o aquecimento global ainda não ser perceptível; sendo pequeno, invalidaria as previsões dos modelos.

Richard Lindzen, professor do MIT, membro da Academia de Ciências Americana, antigo conselheiro do presidente Reagan, foi um dos poucos cientistas a denunciar o discurso alarmista numa época em que a maioria dos cientistas preferia não afrontar as colossais forças adversarias. Se, como veremos em breve, a situação mudou muito no mundo científico, isso se deve a umas poucas personalidade que, conscientes da ameaça que o esquema globalista fazia pesar sobre a humanidade, aceitaram engajar-se, solitariamente, nesse combate desigual. Alguns morreram nessa batalha, arrasados ao verem o trabalho de uma vida destruído numa simples canetada, desferida pelo último dos subalternos num ministério qualquer, obediente às ordens superiores. Outros foram gravemente feridos, tornando-se alvo de escárnio e perseguição de seus pares.[572] O professor Lindzen é um cientista eminente, cuja incontestável influência intelectual foi, para muitos, elemento importante na tomada de consciência quanto as manipulações de que a comunidade científica vinha sendo alvo. Seus argumentos luminosos, amiúde muito simples, por vezes muito mais técnicos, transcendem freqüentemente aqueles dos debates em voga. Ele fez

baixar em 34% os aquecimentos previstos para os modelos [LiH 82]. O professor Lindzen interessou-se sobretudo pela questão fundamental do atraso (τ) devido ao oceano. Sua pesquisa pode se resumir da seguinte maneira: o aquecimento, previsto pelos modelos, no caso de uma duplicação da concentração de $C0_2$ não confere com os dados. Convém portanto proceder de maneira inversa, e buscar qual aquecimento (chamado sensibilidade, e notado como ΔT_{2xCO2}) e qual atraso são compatíveis com os dados experimentais [Li 94a; Li 94b]. Não é nem um pouco difícil, então, mostrar que uma grande sensibilidade (4ºC) acarreta um atraso muito grande, superior a 100 anos (fig. 14). Se o atraso fosse curto, o aquecimento já se haveria produzido e deveria ser perceptível: a figura 14, para τ=4, 16, 37 e 79 anos, mostra que em 1990 o aquecimento já deveria ter superado a marca de 1ºC. Reciprocamente, o pequeno aquecimento “observado” desde 1880 só é compatível, para um aquecimento total de 4ºC, com um atraso muito longo (τ superior a 100 ou mesmo a 158 anos). Um aquecimento grande só é compatível com os dados, portanto, se o atraso é grande (esse resultado também pode ser estabelecido teoricamente [Li 94a]). Ora, é possível mostrar que o atraso de resposta é pequeno: basta estudar uma perturbação climática global e observar o tempo que ela leva para se dissipar. Se ela desaparece rapidamente, então τ é pequeno, e vice-versa. Ora, existe

uma perturbação climática facilmente observável: as erupções vulcânicas. Dependendo do valor de τ, sua influência sobre o cima será breve (τ=4 anos) ou longa (τ=158 anos) e, sobretudo, será máxima um (τ=4 anos) ou dois anos (τ>4 anos) após a erupção (fig. 15). O último século viu diversas erupções vulcânicas de grande proporção, dentre as quais a do Krakatoa (1883) e a do Katmai (1912). A conjunção dessas erupções permite obter um sinal mais preciso que aquele emitido por um só vulcão. A resposta do sistema climático aparece na figura 16 (lembremos que ΔT_{2xCO2} corresponde ao aquecimento global posterior à duplicação da concentração de CO_2 e que um índice τ fraco acarreta um ΔT_{2xCO2} – uma sensibilidade fraca). Sensibilidades fortes teriam causado uma considerável tendência à baixa das temperaturas entre 1883 e 1915. As únicas sensibilidades compatíveis com os dados da figura 2 corresponderiam a aquecimentos muito modestos (0,12 e 0,24ºC). O próprio Hansen reconhece que a erupção do Pinatubo provocou um resfriamento que atingira seu ápice no ano seguinte ao acontecimento [HaR 96]. Parece então razoável pensar que o aquecimento global provocado pela duplicação da concentração de CO_2 será inferior a 0,5ºC.

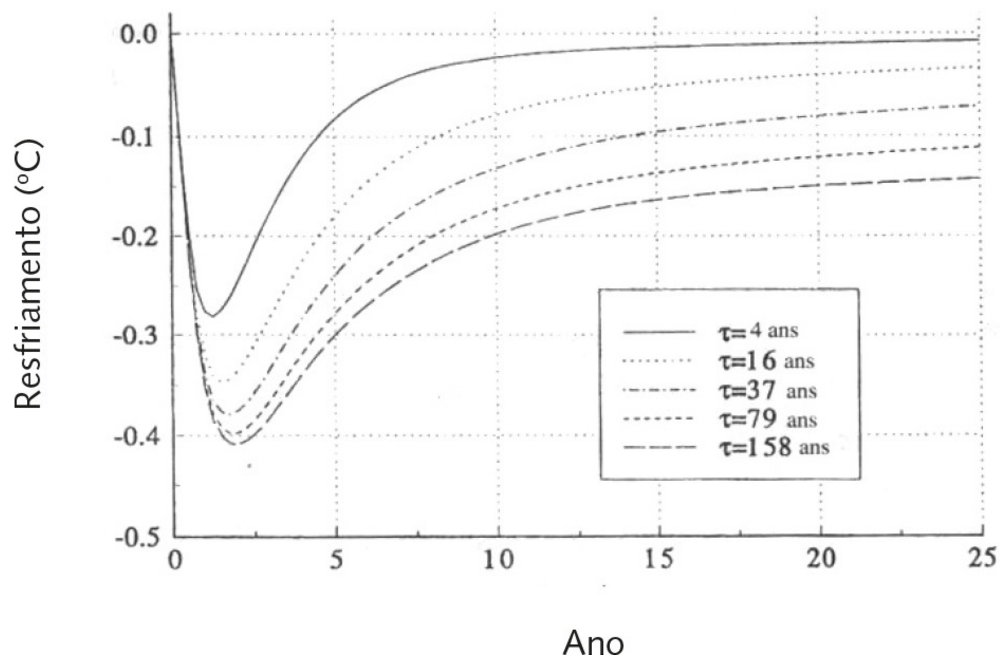


Fig. 15: Resfriamento (ºC) da temperatura global após uma erupção vulcânica isolada (no instante t=o), segundo diferentes valores de τ.

Resumamos os elementos que somente o estudo das temperaturas permitiu-nos revelar. O IPCC pretende haver detectado uma ou algumas “influência[s] humana[s] perceptível[is] sobre o clima”. Essa afirmação ambígua é contestada por diversos cientistas, que negam que o efeito estufa tenha sido detectado (muitas são as possíveis “influências humanas sobre o clima”). A figura 3, em particular, mostra que os dados dos últimos anos não nos permitem chegar a uma tal conclusão. A diferença de evolução entre as temperaturas dos hemisférios Norte e Sul aprofunda ainda mais as divergências entre aquilo que é previsto nos modelos e o que é colhido pelos dados. Ademais, a medição da

temperatura global apresenta grandes dificuldades: necessidade de um grande número de estações físicas; problemas ligados à medição de temperatura em alto mar; e, sobretudo, poluição dos dados por conta das ilhas urbanas de calor. O aumento da temperatura levantado pelo IPCC está substancialmente ligado ao tamanho das aglomerações urbanas. Os pequenos municípios (fig. 4) apresentam um aumento de temperatura muito pequena (0,025ºC/década), provavelmente devido às suas ilhas urbanas de calor. É bem verdade que os dados utilizados pelo IPCC passaram por correções na tentativa de anular esse erro sistemático, mas diversos autores contestaram a validade dessa ação. As “correções subjetivas” realizadas por Hansen *et al*. reforçam a tese por eles defendida, e constata-se que as estações por eles selecionadas apresentam um forte erro sistemático tendendo à alta (fig. 5), provavelmente devido à ilha de calor urbana. Apoiando-se sobre esses resultados já contestados, o IPCC afirma que as temperaturas subiram (fig. 6 e 8). Outros resultados, muitos deles anteriores à polêmica sobre o efeito estufa, apontam na direção inversa. Os melhores dados, provenientes dos Estados Unidos, mostram um resfriamento. Os dados de Ellsaesser dão conta de um resfriamento entre 1850 e 1883 e um fraco aquecimento desde 1940. A temperatura não variou senão muito pouco desde 1850, eis o que devemos concluir. Os dados contestados do IPCC não provam a realidade do

aquecimento devido ao efeito estufa. A maior parte desse aquecimento ocorreu entre 1920 e 1940 e, mais especificamente, em certos anos próximos a 1920. Ora a concentração de gás carbônico só aumentou a partir de 1945. O aquecimento dos anos 20 não pode portanto ser a ele imputado, mas antes à saída da Pequena Era Glacial (fig. 1). O aquecimento posterior a 1945 advém, essencialmente, do aumento da ilha de calor urbana. Os dados colhidos por satélite confirmam esse ponto de vista: eles mostram uma pequena baixa das temperaturas globais. Para fazer com que esses dados se aproximassem das previsões dos modelos e das medições terrestres, foi corrigida a influência de dois fenômenos naturais: a ENSO e as erupções vulcânicas. Essas correções são eminentemente contestáveis: a ENSO e as erupções vulcânicas são fenômenos freqüentes, dos quais não se pode fazer abstração. Qualquer que seja o caso, se os dados colhidos via satélite sofrem essa correção, os dados colhidos em terra também devem passar por tal procedimento. A grande divergência entre esses dois conjuntos de dados mostra, assim, o peso da poluição térmica causado pelas ilhas urbanas de calor. Os dados colhidos por satélite invalidam, portanto, tanto os valores fixados pelo IPCC quanto as previsões dos modelos. A introdução do dióxido de enxofre neste último permite que se aproxime a temperatura global simulada da temperatura global observada, mas essa melhora

quantitativa tem como custo uma significativa degradação qualitativa: a real diferença de evolução entre os dois hemisférios não coaduna com as previsões dos modelos. As previsões do IPCC são portanto muito exageradas, e não correspondem à evolução da temperatura global observada. Os pólos, que deveriam viver um aumento de temperatura mais claramente perceptível, permaneceram estáveis. Parece portanto que a alta de temperatura constatada nos dados seja devida principalmente à ilha de calor urbana. A estrutura desse aumento, concentrado nas noites e durante os invernos, reforça ainda mais essa tese. Finalmente, a sensibilidade do sistema climático prevista pelos modelos é muito pouco compatível com os dados colhidos logo após as erupções vulcânicas. O aquecimento global parece não poder ultrapassar 0,5ºC (fig. 16).

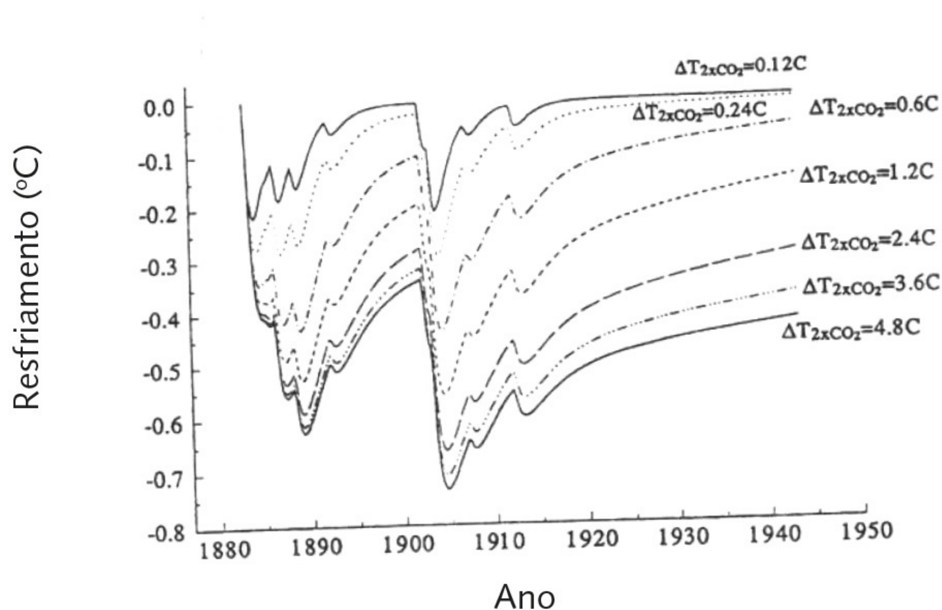


Fig. 16: Resfriamento da temperatura global (ºC) posterior a uma série de erupções vulcânicas ocorridas entre 1883 (Krakatoa) e 1912 (Katmai), segundo diferentes valores de ΔT_{2xCO2}.

Patrick Michaels afirmou, em um seminário realizado entre climatologistas, que as medições contradiziam as previsões. Podemos, agora, melhor compreender a surpreendente resposta dada por Chris Folland, que Michaels pediu que fosse repetida: "os dados [observados] não têm importância"…[573] Ora, Folland foi o principal autor do capítulo dedicado à variabilidade e às modificações climáticas observadas nos relatórios dos anos 1990 e 1992 do IPCC.

A teoria submetida aos fatos

O aumento e o reforço dos ciclones tropicais

As almas simples que se interessam pelos fatos desejariam verificar se as previsões alarmistas dos modelos se realizam. Dentre as conseqüências catastróficas anunciadas pelos ativistas figura o aumento da intensidade e freqüência dos ciclones tropicais – trazendo consigo um cortejo de mals inevitáveis: mortes, destruições de larga escala que obstarão o desenvolvimento etc… Assim, o relatório da Conferência do Rio afirma que:

> A maioria das ilhas tropicais também sofre, a partir de agora, os efeitos mais imediatos dos ciclones, cuja freqüência crescente está ligada à mudança climática, e que provocam recuos consideráveis em seu desenvolvimento socioeconômico. (ONU, Conferência do Rio)[574]

O IPCC entretanto sempre fora mais prudente. Em 1990 ele observava[575] que, no Norte do oceano Índico, o número de ciclones tropicais havia diminuído desde 1970. Não se observava nenhuma tendência no Atlântico, e os aumentos observados em outras regiões eram provavelmente “artificias e resultavam da introdução de melhores procedimentos de observação”.[576] Os resultados dos modelos reportados em 1992[577] mostram por vezes um aumento, por vezes uma diminuição no número de ciclones tropicais. O relatório de 1995 constatava que os modelos simulavam muito mal os ciclones[578] e afirmava que “[n]o presente momento, nosso conhecimento não nos permite determinar se a freqüência ou a repartição geográfica dos ciclones tropicais serão modificadas”.[579] Os trabalhos aos quais esse relatório se refere mostram, entretanto, que a intensidade dos ciclones tropicais diminui (fig. 17); o mesmo vale para a freqüência dos mais intensos ciclones [LaN 96]. Os trabalhos de Lighthill *et al*. [LiH 94], realizados sob a autoridade da OMM e do ICSU e reconhecidos pelo IPCC[580] mostram que:

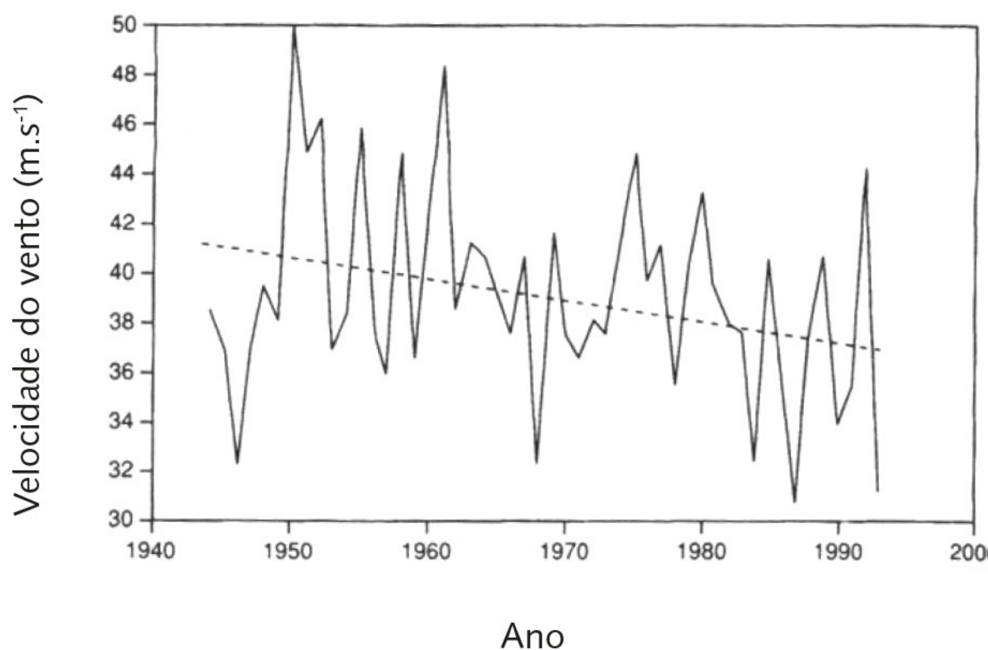


Fig. 17: Média anual da velocidade máxima atingida de maneira durável pelos furacões no Atlântico. A linha reta pontilhada nos dá a tendência geral. Citado por IPCC 95, p. 170; a partir de [LaN 96].

> ainda que não possamos excluir a possibilidade de que o efeito estufa provoque efeitos indiretos – mínimos – sobre a freqüência e intensidade dos ciclones tropicais, esses efeitos se diluem na grande variabilidade natural.

Com efeito, a temperatura da água, que o efeito estufa faz aumentar, é somente uma das seis condições necessárias à formação de ciclones. Notemos enfim que a influência das variações solares sobre os ciclones tropicais é ainda pouco conhecida [Ha 96a; Co 75].

As tempestades que castigam nossas latitudes tampouco apresentam qualquer variação. “Os dados não nos permitem chegar a uma conclusão”; “há muito pouca concordância entre os modelos” (IPCC 95).[581] O *Le Monde* afirmava, entretanto, que:

> Diversos indícios revelam a perturbação climática em curso. Ela se traduz por um aumento dos fenômenos extremos – tempestades, secas, inundações. [582]

Num estilo mais imagético, o *Nouvel Observateur* trazia precisões inéditas:

> No Atlântico Norte, a violência das tempestades provoca ondas 50% mais altas que aquelas de há trinta anos. Na Samoa Ocidental, onde só havia sido constatado um único ciclone violento, os habitantes viveram a passagem de três deles em quatro anos desde o fim dos anos 1980…[583]

A elevação do nível dos mares

Nova Iorque submersa, Veneza inundada por seus rios, as costas recuando inexoravelmente. Essas imagens, veiculadas pelas "mídias em busca de manchetes", são impostas a todos nós. A CMED mencionava um possível "aumento no nível do mar da ordem de 25 a 140 cm".[584] O subgrupo do IPCC encarregado de definir as estratégias de luta contra o efeito estufa baseava-se numa média alta de 65 centímetros, podendo chegar a um metro.[585] A Comissão de Bruxelas, citando como referência as conferências de Villach e Bellagio, bem como o relatório da CMED, conta com uma alta entre 30 centímetros e um metro e meio.[586] "O nível do mar poderia subir até um metro, inundando litorais, deltas muito povoados e pequenas ilhas, algumas delas ameaçadas de desaparecer" (Le Monde).[587] Para Jean Jouzel, especialista em amostragens de gelos e "bastante envolvido na preparação do Protocolo de Kyoto, o nível

das águas ‘poderá variar entre 1,50 e 4,50 metros no meio do próximo milênio’” (Le Nouvel Observateur).[588] Outros cientistas propuseram altas podendo chegar a dois ou três metros e meio [JoH 90]. A Conferência do Rio, mais prudente, é ainda assim preocupante:

> Existem diversas incertezas quanto às mudanças climáticas, e particularmente quanto à elevação do nível dos mares. Esta, mesmo que se dê em proporções modestas, pode provocar grandes danos aos pequenos países insulares e nas costas de baixa altitude. (ONU, Conferência do Rio)[589]

Uma vez mais, essas “diversas incertezas” merecem ser estudadas com calma. As glaciações e degelos provocam baixas e altas consideráveis no nível dos mares. Estima-se que ele tenha ultrapassado o nível atual em seis metros no último degelo, e abaixou 100 metros na última glaciação. Ademais, os territórios cobertos pelas calotas polares afundam e reemergem quando as geleiras derretem. Até os dias de hoje, 10.000 anos após o degelo, elas continuam a subir, provocando uma baixa aparente do nível dos mares. Esses movimentos se propagam no conjunto da crosta terrestre, de modo que as zonas cobertas pelas calotas polares não são as únicas a sofrerem os efeitos das glaciações e degelos [Do 95]. Em sentido inverso, a dilatação térmica dos oceanos posterior aos degelos faz com que seu nível suba. As variações no nível dos oceanos são, portanto, fenômenos naturais, aos

quais a humanidade sempre teve de se adaptar e sempre soube fazê-lo.

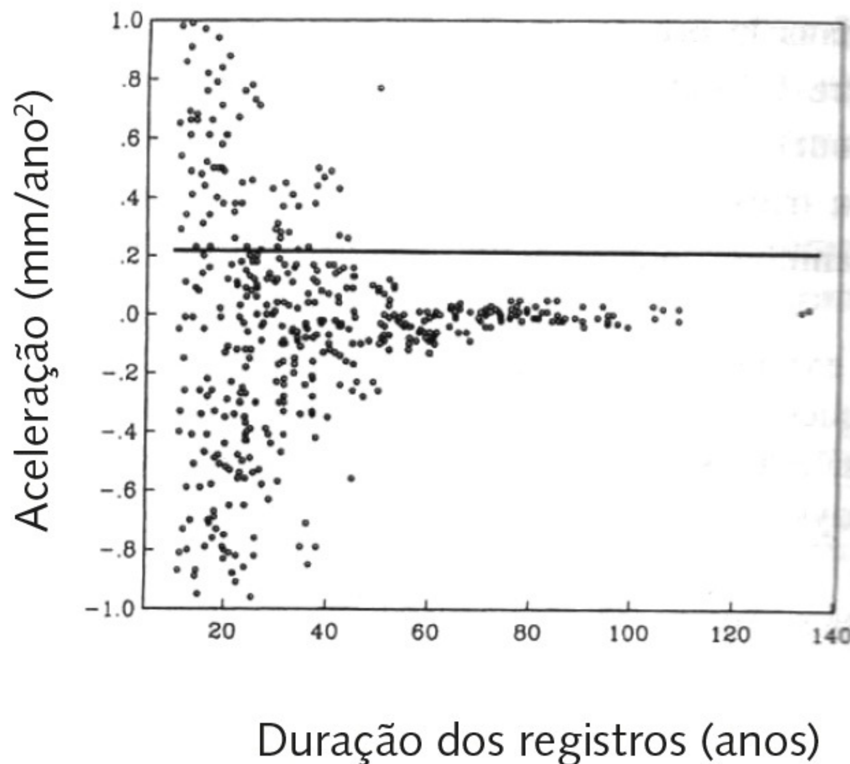


Fig. 18: Aceleração aparente do nível do mar referente aos registros de mais de 10 anos. As variações de baixa freqüência contaminam os registros efetuados durante menos de 50 anos [Do 92]. A linha horizontal mostra a aceleração necessária para se chegar a uma alta do nível dos oceanos de 18 cm em 2030, conforme as previsões do IPCC.

Segundo o IPCC, o nível médio global dos oceanos subiu entre 10 e 25 centímetros durante os últimos 100 anos.[590] Esses valores são contestados por alguns autores [PeT 89][591] que estimam que eles se devem sobretudo ao afundamento das costas em algumas regiões e a uma distribuição geográfica insuficiente dos instrumentos de aferição. De qualquer modo, esses

números mostram que a elevação do nível dos mares manifestou-se bem antes do aumento da concentração de gás carbônico, e que não seria possível culpá-lo, portanto, por esse fenômeno. A elevação do nível dos mares parece ser devida à saída da Pequena Era Glacial [Do 95].

Assim, desde já há um século, o nível do mar está subindo. Não é portanto a velocidade, mas a aceleração constatada nesse fenômeno que poderia evidenciar a existência do efeito estufa. Se a aceleração for nula, e a velocidade permanecer constante, então este fenômeno, que já se desdobra desde há um século, permanece inalterado – e não pode ser atribuído ao efeito estufa. Se uma aceleração é constatada e a velocidade do aumento de nível das águas cresce, poderíamos eventualmente atribuí-las ao efeito estufa. Ora, segundo o próprio IPCC, "não há nenhuma aceleração detectável na elevação do nível do mar ao longo deste século".[592] Isso quer dizer, portanto, que as medições do nível dos mares invalidam a teoria do efeito estufa e as previsões apocalípticas. Os dados de Douglas [Do 92] (fig. 18) expõem a divergência existente entre as medições efetuadas *in loco* e as previsões dadas pelos modelos. Note-se ainda que as medições da altura dos oceanos realizadas por satélites mostram, antes de serem realizadas correções, uma baixa de 0,2mm/ano entre o início de 93 e o fim de 96 - período para o qual se dispõe de dados.

As previsões alarmistas, uma vez mais, apóiam-se em modelos, mas são invalidadas pelos dados. O IPCC 90 previa uma elevação das águas à ordem de 18 cm (8-29 cm) em 2030 e de 44 cm (21-71 cm) em 2070. O relatório de 1995[593] descarta esse primeiro prazo de expiração e contenta-se em anunciar uma alta de aproximadamente 50 cm (20-86 cm) para 2100. Vimos que o aumento da temperatura previsto, sobre o qual se apóiam tais previsões, não coaduna com os dados advindos da observação. A elevação no nível dos oceanos é portanto enormemente exagerada pois que advém de dados já inexatos a respeito do aquecimento. Mas os modelos utilizados pelo IPCC para calcular a alta dos oceanos são também contestáveis. As variações de volume das calotas polares previstas divergem dos fatos.

Eliminemos, primeiramente, a "ameaça" de uma ruptura na calota antártica Oeste, comentada especialmente na Conferência de Villach (1985).[594] Segundo o IPCC, "a probabilidade de uma grande elevação no nível dos mares decorrente da ruptura da calota antártica Oeste antes de 2100 é considerada pequena".[595] O aquecimento poderia, ao contrário, aumentar a estabilidade da mesma [Ni 97].

De acordo com o IPCC, o aumento da temperatura nos pólos provocaria uma intensificação no derretimento do gelo na Groenlândia, mas não na Antártica, onde as temperaturas são demasiado baixas para que esse

fenômeno provoque um efeito realmente notável. Em contrapartida, “na Antártica, uma elevação da temperatura provocaria um aumento da taxa de acúmulo [da neve] e uma baixa no nível dos mares”.[596]

O IPCC[597] prevê, portanto, uma alta no nível do mar da ordem de 49 centímetros (20-86 cm) até 2100, da qual seis centímetros seriam devidos ao derretimento das geleiras da Groenlândia. O aumento da calota antártica provocaria uma baixa de um centímetro. Essas avaliações são muito contestáveis. O modelo de Oelemans [Oe 82] mostra que o efeito estufa provocará uma baixa no nível dos mares da ordem de “algumas dezenas de centímetros ao longo do próximo século”. Quase 90% do gelo encontra-se na Antártica, e a quase totalidade do restante na Groenlândia. Um aumento da temperatura provocaria mais evaporação e portanto maior quantidade de precipitações. “Como conseqüência, um aquecimento do clima provocaria uma maior quantidade de precipitações nas regiões polares” [Oe 82] e portanto da taxa de acúmulo da neve. A pequena intensificação do derretimento à periferia da calota antártica seria insuficiente para anular essa baixa do nível dos oceanos daí resultante. As simulações desse modelo se confirmam nas medições realizadas *in loco*. Meier [Me 90] mostra resultados de medições que atestam que a calota glacial antártica está aumentando numa velocidade correspondente a uma baixa no nível do mar de 0,75 ±

0,25 mm/ano. Morgan *et al* [MoG 91] mostraram que a taxa de acúmulo aumentou desde 1960 e que seu valor atual supera, em aproximadamente 20%, a média em longo prazo (a variação no caso dos *icebergs* se dá em escalas de tempo muito mais longas). Esse aumento corresponde a uma baixa no nível do mar entre 1,0 e 1,2 mm/ano. Finalmente, as medições realizadas com satélite por Zwally *et al*. mostraram que ao sul da latitude 72º N a espessura da calota da Groenlândia crescia à ordem de 0,28 ± 0,02 mm/ano. (A espessura da parte norte da calota não havia sido estudada). Esse acúmulo corresponde a uma baixa do nível dos oceanos entre 0,2 e 0,4 mm/ano (e entre 0,35 e 0,7 mm/ano se o norte das calotas cresce em espessura de maneira similar).

Esses números, provenientes da observação, contradizem os modelos do IPCC. As medições na Antártica mostram que o aumento do volume da calota, se mantida no presente ritmo – hipótese pouco provável, pois que o fenômeno tenderia a se amplificar com o aquecimento global – seria responsável por uma baixa no nível do mar da ordem de 11 centímetros entre 1990 e 2100 e não de um centímetro, como previsto pelo IPCC. Na Groenlândia, a alta dos oceanos prevista (seis cm) transforma-se em baixa de pelos menos três centímetros. A alta total do nível do mar é portanto trazida de 49 a 30 centímetros… se tomamos por confiáveis as estimativas de aumento do volume dos oceanos devido à expansão

térmica (dilatação devida ao calor). Pois outros modelos utilizados pelo IPCC[598] dão conta de uma expansão térmica de 15 e, não, 29 centímetros – para um derretimento das geleiras de 12 e, não, 16 centímetros. Isso traz a alta no nível dos mares, em se considerando as observações realizadas nos pólos, dos 27 a 13 centímetros… Lembremos ainda que esse número é obtido com base nas previsões de aquecimento do IPCC, que devem, na melhor das hipóteses, ser tomadas com precaução.

Desse modo, então, tem-se que o nível dos mares vem subindo desde há um século, sem que esse fenômeno, iniciado muito antes da alta na taxa de gás carbônico, pudesse ser imputado a este último. Apenas uma aceleração dessa alta poderia dar prova do aquecimento global. Ora, segundo o IPCC, "não houve nenhuma aceleração perceptível na elevação do nível do mar ao longo deste século". As previsões baseiam-se unicamente em modelos. Se os submetemos à prova dos fatos, as previsões voltam a uma elevação do nível dos mares de 13 centímetros daqui até o ano de 2100. (contra 10-25 centímetros durante o último século), isso em se admitindo os cálculos de expansão térmica efetuados pelo próprio IPCC, bem como suas previsões de aquecimento global. Ora, as medições efetuadas via satélite dão prova, sem correções, de uma baixa no nível dos mares de 0,2 mm/ano. Acrescente-se ainda o fato que os corais podem

crescer verticalmente à ordem de diversos milímetros por ano, ou seja muito mais rapidamente que a elevação das águas prevista pelo IPCC (0,5 mm/ano). As barreiras de coral não encontram-se portanto ameaçadas. Soma-se a isso o fato de Wigley *et al*. [WiR 96] terem mostrado que esperar 25 anos antes de diminuir a emissão de CO_2 se traduziria por uma alta do nível dos mares da ordem de apenas quatro centímetros até o fim do próximo século (tendo como base uma alta total de aproximadamente 40 centímetros).

Desastres naturais e variabilidade do clima

Os modelos:

> É previsto que o aquecimento global [calculado pelos modelos] provoque um aumento no número de dias muito quentes e faça diminuir o número de dias muito frios.
> O aumento das temperaturas reforçará o ciclo hidrológico. […] Diversos modelos dão prova de um aumento na intensidade das precipitações, sugerindo assim que as chuvas violentas poderiam tornar-se mais freqüentes. (IPCC 95)[599]

Le Monde:

> Diversos sinais revelam uma perturbação climática em curso. Ela é percebida por um agravamento dos casos de desastres naturais – tempestades, secas, inundações – e a mudança nas freqüências e distribuição das chuvas. (*Le Monde*)[600]

A realidade:

> Durante os últimos anos, a variabilidade interanual da temperatura não mostrou nenhuma tendência definível. Em certas zonas, e durante períodos mais curtos, a variabilidade diminuiu. Poucas foram as regiões estudadas

para compreensão da variabilidade interanual das precipitações. As zonas examinadas não demonstraram nenhum esquema definido. De maneira global, as tendências das fortes chuvas não são homogêneas, ainda que se tenha, em certas regiões (Japão, Estados Unidos, Austrália tropical), alguns elementos estabelecendo um aumento de intensidade e freqüência dos desastres naturais [chuvas]. Durante essas últimas décadas, diversas regiões muito distantes entre si exibiram uma tendência à baixa no número de ocorrências de baixas temperaturas e geadas. Mesmo nas zonas em que as temperaturas médias aumentaram, não se observou modificações significativas nas temperaturas mais altas. […]

Em última análise, não há nada que indique que os desastres naturais ou que a variabilidade climática tenham globalmente aumentado ao longo do século XX. Os dados disponíveis são, entretanto, raros, e foram muito pouco estudados. Em escala regional, é consenso que existem modificações da variabilidade climática e dos desastres naturais. Algumas dessas modificações tendem a uma maior variabilidade, enquanto outras vão em sentido inverso. (IPCC 95)[601]

Os modelos, ou a materialização do idealismo

As instituições e os programas internacionais elaboram modelos globais que visam a representar com fidelidade os principais fenômenos climáticos, biológicos e físicos, bem como os processos políticos e sociais. Um modelo é uma representação matemática e, em geral, informática da realidade. Num modelo chamado “ponto cruz”, a atmosfera é freqüentemente cortada em paralelepípedos cujos tamanhos dão o grau de resolução do modelo. Este por sua vez calcula então os fluxos de matéria, energia e quantidade de movimento entre as diferentes células em instantes precisos e deduz, daí, a evolução do clima.

Os modelos globais não visam a representar apenas os fenômenos climáticos. O IGBP, um dos principais programas científicos internacionais, dedica-se aos processos biológicos, químicos e físicos que controlam o sistema terrestre, bem como às modificações aportadas pelo homem ao sistema. Por essa razão, o IGBP utiliza “modelos preditivos”[602] da geosfera e da biosfera.[603] “A modelização exerce um papel fundamental para o IGBP”.[604] Esses modelos biogeoquímicos serão (ou já são) acoplados aos modelos climáticos.[605]

Esse frenesi idealista dos modelos não se limita apenas aos fenômenos naturais [Tr 97]. Os campos político e social também são seus alvos. O HDP dedica-se à “utilização de modelos na elaboração de políticas

ambientais em todos os níveis, do local ao global”.[606] A utilização da terra e a produção de energia são explicitamente visadas.[607] Essas duas questões, assim como a maioria dos perigos econômicos anunciados pelas organizações internacionais, são problemas sistêmicos – ou pretendem sê-los. Somente um estudo minucioso de todo o ambiente político, social, institucional etc. que as circundam pode permitir suas soluções. Os laços entre as “atividades humanas, o sistema social e o sistema natural”[608] devem ser explicitados. Os modelos deverão “integrar os comportamentos sociais e a mudança global do meio ambiente”.[609] Os modelos deverão avaliar a influência exercida sobre a energia pelas “[…] estruturas institucionais, a cultura, os planos nacionais de desenvolvimento” e pelos “modos de vida radicalmente modificados”.[610]

Os modelos, sejam eles climáticos ou de outra ordem, apresentam entretanto graves defeitos. Os modelos políticos e sociais parecem dificilmente realizáveis. Um relatório publicado pelo programa HDP do ISSC, em colaboração com a UNESCO, reconhece explicitamente que:

> Na verdade, a complexidade do conjunto das dimensões humanas dos processos globais, a falta de dados confiáveis e as interpretações divergentes dos diferentes parâmetros acabam por tornar possível a elaboração de modelos para se provar praticamente qualquer previsão desejada, bem como obras inteiras repletas de dados empíricos que a apóie. Isso se aplica não somente às questões referentes às dificuldades técnicas

> que encontramos ao fazer previsões específicas sobre a mudança global, mas também aos questionamentos éticos e morais quanto ao papel de conselheiro exercido pelos cientistas, sobre sua posição nesse contexto. Na verdade, as pretensas "previsões" oferecidas por um modelo talvez não passem de uma eliminação das possibilidades que o modelador não desejaria examinar. Ao fazê-lo, ele obscurece ainda mais os dados do problema. […]
>
> Assim, os modelos não são elaborados independentemente de quaisquer valores. São, na verdade, a projeção futura das hipóteses do modelador. Os fatos são construções sociais que refletem o juízo de valor predominante quanto à natureza e a realidade. [!] **Os participantes do colóquio sentiram que o modo como esses valores escondidos influenciavam os modelos científicos pretensamente objetivos constituía um tema de pesquisa importante**. Por exemplo, no campo das ciências da Terra, muitos esforços são feitos para se criar modelos puramente físicos. Ora, deve-se levar em conta a dimensão humana, que é ao mesmo tempo causa e conseqüência da mudança global. (HDP/ISSC)[611]

O leitor notará que essas observações referem-se tanto aos modelos políticos e sociais quanto aos "modelos puramente físicos". Philippe Roqueplo, que participa dos trabalhos da HDP, ilustra o caso com particular clareza em seu *Clima sob vigilância*.[612] As conseqüências do efeito estufa serão (ou, melhor, seriam) bastante variáveis entre um país e outro. Conseqüentemente alguns ganharão e outros perderão no meio dessa história. Além disso, segundo Roqueplo:

> seria trágico que os eventuais beneficiados não fossem solidários aos outros. Um conhecimento preciso dos efeitos regionais da mudança global poderia, pois, revelar-se contraproducente, mesmo que sua importância, do ponto de vista de uma política de adaptação, seja considerável.
>
> As entrevistas que eu realizei mostraram, aliás, a que ponto alguns homens políticos envolvidos nas negociações internacionais sobre o clima têm consciência desse risco. De acordo com aquilo que me disseram alguns

> interlocutores, existiria – ao menos na Europa –, nos meios políticos internacionais encarregados desses problemas, uma vontade deliberada de impedir que se exprima tudo aquilo que conduziria a comunidade política internacional a se desviar de uma atitude verdadeiramente globalizante. Ora, tal é precisamente o caso das previsões climáticas regionais.[613]

Daí se conclui, claramente, que são os cientistas e suas "previsões" que estão sujeitos aos políticos, e não o contrário.

Algumas dificuldades científicas graves se somam aos obstáculos políticos. Segundo a Academia de Ciências:

> [o]s processos que os modelos de grande escala são capazes a parametrizar de maneira simples [são os seguintes]: microfísica das nuvens, transporte de vapor d'água e condensação ao nível da convecção ou da turbulência atmosférica, transferências radiativas nos meios não-homogêneos, modificações complexas do albedo da neve ligadas ao envelhecimento e à vegetação, hidrologia de superfície sobre os continentes, para ficarmos em alguns poucos exemplos.[614]

Os modelos progrediram no decorrer da última década, mas ainda não podem ser considerados indicadores confiáveis. (Paralelamente, o aquecimento anunciado diminuiu, passando de 0,3ºC/década em 1990 a 0,2ºC/década em 1996. É provável que a divergência persistente com os dados esteja relacionada a essa baixa confiabilidade). Em 1986, a SCOPE, ancestral do IPCC, permitia-se dizer que "a confiança nos resultados dos modelos é, sobretudo, uma questão de fé".[615] Em 1990 os modelos anunciavam que as temperaturas já haveriam ultrapassado em um ou dois graus os valores do século XIX (IPCC 90).[616] Segundo o relatório de

1994 da Academia de Ciências, “o nível de precisão quanto à mudança climática global proposta pelos modelos digitais evoluiu pouco ao longo dos últimos anos”.[617] Quando os primeiros relatórios do IPCC foram lançados (1990 e 1992), os modelos sofreram diversas críticas, e não deveriam nunca ter servido como base de decisões políticas. Desde então, a situação mudou um pouco, e os modelos se aperfeiçoaram, e nós nos apoiaremos sobretudo no relatório IPCC 95, surgido em 1996, e nos trabalhos publicados após essa data. (Lembre-se que todas as decisões internacionais são tomadas, atualmente, tomando como base o IPCC 95). Segundo Treberth [Tr 97], principal redator do primeiro capítulo do IPCC 95, ainda que os modelos sejam muito úteis, eles são entretanto “inexatos, por conta de sua concepção mesma, que não dá senão uma visão simplificada do sistema modelizado”. Dentre os principais obstáculos encontrados figuram “uma compreensão ainda muito incompleta do funcionamento do clima” e particularmente do papel das nuvens, bem como uma resolução muito grosseira [Ke 97].

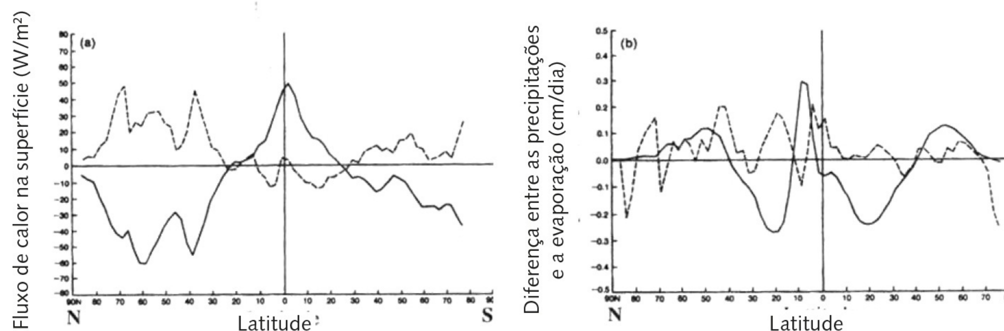


Fig. 19: Fluxos de superfície médios; (a) calor, (b) precipitações menos evaporação. A linha contínua dá as simulações do modelo UKMO e a linha pontilhada, os fluxos de correção aplicados (IPCC 92).

Fluxos de correção

Os modelos citados no IPCC 95 apresentam com freqüência um desvio considerável: conforme progridem os cálculos e as simulações se efetuam, os resultados obtidos vão se distanciando cada vez mais da realidade, enquanto que a própria concentração de gás carbônico, de sua parte, permanece constante. Para sanar este problema, introduzem-se correções de fluxo, destinadas a trazer os resultados de volta à normal:[618] fluxo de calor e de água entre a atmosfera e o oceano.[619] A introdução de tais fluxos é uma prova inequívoca da inexatidão dos modelos. O IPCC 95 não teme reconhecê-lo: “A necessidade de introduzir fluxos de correção é uma amostra explícita das insuficiências dos componentes dos modelos climáticos pareados [oceano-atmosfera]”.[620] O mesmo relatório reconhece ainda que esses fluxos são “relativamente grandes”.[621] Uma ilustração (fig. 19)

extraída do relatório de 1992[622] permite constatar que eles são da mesma ordem de grandeza que os valores simulados, por vezes quase que exatamente opostos (fig. 19.a).

Ora, os fluxos de correção só podem ser considerados legítimos se forem “relativamente discretos”.[623] O relatório de 1995 faz notar que “em comparação [com os fluxos naturais] eles são grandes” e que “em alguns lugares específicos, eles são freqüentemente maiores que os fluxos climáticos médios”.[624] Podem atingir ± 100 W/m^2 ou mesmo, localmente, 200 W/m^2,[625] enquanto que a perturbação devida à duplicação na concentração de gás carbônico limita-se a 4 W/m^2. Ademais, o IPCC observa que os fluxos de correção são “complementares e não garantem a ausência de posteriores desvios”.[626]

Alguns modelos observados pelo IPCC 95 não utilizam fluxos de correção e conservam o desvio climático resultante.[627] Entretanto, “sua ausência afeta o realismo” das simulações.[628] “Os modelos com fluxo de correção fornecem melhores simulações da temperatura do ar à superfície dos oceanos [70% da superfície do globo]”.[629] Os modelos sem fluxo de ajuste simulam muito precariamente a circulação oceânica [termosalina], pela qual realiza-se metade das trocas de calor entre os trópicos e os pólos.[630] Ora, tais trocas consistem num dos principais processos climáticos. Sem as retroações, os modelos preveriam um

aquecimento entre 0,5 e 1,2ºC [Li 94a]. A ausência de fluxo de correção faz com que eles sofram "severa alteração".[631] Por exemplo, se um modelo está demasiado frio, em 4ºC, valor comum alguns anos atrás, a atmosfera simulada perde 20% de sua água que, sob a forma de vapor, constitui o principal gás de efeito estufa. Algumas zonas recebem, não mais chuvas, mas neve, que reflete o calor solar, resfriando ainda mais a atmosfera, e assim sucessivamente [Tr 97].

Parametrização

Os modelos enfrentam duas dificuldades capitais: sua resolução limitada (e amiúde grosseira) e as grandes lacunas de nossa compreensão quanto aos fenômenos climáticos. A resolução dos modelos é da ordem de 250 km à horizontal e 1 km na vertical [Tr 97]. As nuvens são o foco de fenômenos físicos, cujas dimensões se dividem entre a escala atômica e diversos milhares de quilômetros. A inclusão das tempestades nos modelos exige uma resolução de 50 km e computadores mil vezes mais rápidos que as máquinas atuais [Ke 97]. Para incluir tais fenômenos, os modeladores devem parametrizá-los, ou seja, inserir uma formulação empírica e aproximativa dos tais fenômenos que descreva seus efeitos – e não suas leis. Infelizmente, inclui-se nessas formulações um grande coeficiente de arbitrariedade, e o aperfeiçoamento das parametrizações é um constante problema.[632]

Outros fenômenos são mal conhecidos ou compreendidos. Por exemplo, a influência radiativa dos aerossóis apresenta ainda diversas incertezas.[633] “Os processos microfísicos de base que ocorrem nas nuvens são mal compreendidos”.[634] Além disso, utiliza-se uma parametrização para se incluir tais processos. Em última análise, diversos fenômenos são parametrizados dessa mesma maneira: evaporação e convecção nos trópicos,[635] “difusão, camada limite turbulenta, ondas de gravidade, trocas em superfície, determinação da cobertura nubígena”,[636] hidrologia de superfície, microfísica das nuvens, impacto da não homogeneidade da cobertura nubígena na transferência de radiação.[637] Uma grande parte de arbitrariedade introduz-se, assim, nos modelos, e a evolução constante das parametrizações dá testemunho disso. Além disso, os parâmetros assim introduzidos são ajustados para que as simulações correspondam às observações, sem que se possa afirmar que o aperfeiçoamento assim obtido advenha realmente de uma descrição adequada dos processos ou de uma simples coincidência. Em última análise, a parametrização introduz um grande coeficiente de arbitrariedade nos modelos: algumas parametrizações das nuvens produzem uma retroação positiva (amplificação do sinal inicial) enquanto outras apresentam retroação negativa (IPCC 90).[638] O aquecimento previsto varia, então, em até 100%. O relatório de 1995 faz notar ainda

que as nuvens “apresentam uma notável sensibilidade quanto à parametrização”[639] e que “não se chegou ainda a um consenso quanto ao melhor tipo de parametrização”.

Ademais, as parametrizações deveriam ser validadas em se as confrontando com os dados. Ora, estes são com freqüência escassos. Ellingson e Fouquart [ElF 91] compararam as simulações de diversos modelos de processos radiativos. Por falta de dados, foi-lhes necessário tomar como referência os resultados de um modelo mais preciso. A distribuição do vapor d’água na troposfera é pouco conhecida [SpB 97]. Ora, ele é entretanto o principal gás do efeito estufa e exerce um papel fundamental na resposta do sistema climático quanto ao aumento da concentração de gás carbônico.[640] “Como regra geral, o oceano é tão pouco observado e as séries de dados são tão incompletas que existem regiões para as quais não dispomos de nenhuma medição”.[641] Os dados referentes às geleiras são insuficientes.[642] De maneira geral, precisa-se de “novos dados para avaliar as parametrizações”.[643] Ora, onde os dados nos faltam hoje em dia, ali estão as parametrizações para substituí-los…

Note-se, dentre as parametrizações grosseiras que se realizam, a constante solar utilizada por Manabe *et al.* [MaS 91]. Enquanto que o valor comumente admitido[644] é de 1367 ± 4 W/m^2 e que o IPCC[645] o fixa,

para as comparações entre modelos, em 1365 W/m^2, esses autores tomam como valor 1353 W/m^2. Lembremos que a influência de uma duplicação na concentração de CO_2 é de 4 W/m^2. Ainda mais forte, o modelo GFDL utilizava o valor de 1467 W/m^2 [Sc 87].

Os valores de albedo utilizados pelos modelos também guardam algumas surpresas. Ramanathan [Ra 88] nota que um aumento do albedo do planeta em 0,5% anularia a metade de uma duplicação da concentração de gás carbônico. Ora, o modelo CCM2 utiliza um valor (0,28) que difere em mais de 6% dos valores aferidos via satélite (0,30) [KiH 94]. Em algumas regiões, o albedo mensurado fora superior em 15 a 20% aos valores utilizados pelo modelo CCM [KiR 90]. Diversos modelos fixam o albedo do oceano em 6%, enquanto que seu valor compreender-se-ia entre 15 e 20% [SeM 93]. Acrescente-se ainda que Twomey *et al*. mostraram que o albedo aumentava com a poluição, o que anularia, desse modo, o efeito estufa [TwP 84].

Processos mal modelizados

Vapor d'água

O vapor d'água é o principal gás relacionado ao efeito estufa (100 W/m^2), muito à frente do gás carbônico (50 W/m^2). Sua modelização é de um interesse capital, sobretudo porque se suspeita que ele se encontre na origem de um forte efeito de retroação: a temperatura

aumentando, a evaporação também aumentaria, bem como a concentração de vapor d'água, poderoso gás do efeito estufa. Ele aqueceria ainda mais o clima, aumentando a evaporação e assim por diante. Uma correta modelização do vapor d'água e das precipitações é, portanto, necessária. Uma duplicação na concentração de gás carbônico, sem qualquer retroação, provocaria um aquecimento entre 0,5 e 1,2ºC [Li 94a]. As previsões do IPCC para o ano de 2100, com as retroações inclusas, variam entre 1 e 4,5ºC.[646] Ao suprimir-se apenas a retroação devida ao vapor d'água, as previsões de todos os modelos continuaram inferiores a 1,7ºC, mesmo quando a alta inicial, devida apenas ao CO_2 e sem retroações, alcança seu valor superior, 1,2ºC.

Uma molécula d'água na alta troposfera é "muito mais importante do que 5.000 moléculas na superfície" [Li 94a].

> [Ora] a origem e a resposta a um aumento de temperatura [do vapor d'água na alta troposfera] não são inteiramente conhecidas. […]
>
> [O]s argumentos intuitivos para que se estenda a retroação do vapor d'água à alta atmosfera são fracos; é preciso realizar análises de dados e estudos de processos para **estabelecer sua existência** e determinar sua intensidade em tais altitudes. (*IPCC 95*)[647]

Essas linhas bastante surpreendentes conferem uma importante vitória ao professor Lindzen, que clama, há anos, por argumentos científicos, já que as previsões dos modelos não são confiáveis.[648] A modelização das nuvens e do vapor d'água, especialmente sob os trópicos,

é demasiado grosseira para dar conta da realidade. A existência da principal retroação deve, portanto - e isso segundo o próprio IPCC - ser melhor conhecida. Isso não os impediu, entretanto, de incluir tais valores nos modelos para chegar em previsões alarmistas…

Esses modelos não incluem os processos nos quais se origina o vapor d'água da alta troposfera: "a evaporação [nos trópicos] de cristais de gelo em precipitação próximos à tropopausa".[649] O IPCC[650] cita dois trabalhos que sustentam as idéias de Lindzen [SuH 96; Ch 95b]. Sun e Held mostram que nos modelos e próximo aos trópicos, a quantidade de vapor d'água acompanha a mudança de temperatura, enquanto que "a correlação correspondente nos dados é muito mais confiável". A própria baixa da retroação devida ao vapor d'água se minimiza. (Lembre-se que a zona tropical cobre metade da superfície do globo).

"Nas zonas extratropicais, faltam também observações quanto aos detalhes da retroação devida ao vapor d'água na alta troposfera" (IPCC 95).[651] Em outras palavras, ele só existe verdadeiramente… nos modelos.

> Uma grande incerteza paira nos modelos de retroação provenientes da redistribuição do vapor d'água. A retroação oriunda da baixa troposfera é motivo de controvérsias. A maior parte do debate atual se concentra sobre a alta troposfera tropical, onde a retroação parece provavelmente ser positiva. Entretanto, isso ainda não foi definido de maneira convincente; é preciso ainda proceder com diversas comparações entre os resultados dos modelos e os processos observados. (*IPCC 95*)[652]

Diversos trabalhos mostram, com efeito, que a influência do vapor d’água é pouco conhecida – menos ainda que o que admite o IPCC. Wiscombe lembra-nos que o espectro de absorção do vapor d’água “foi revisto diversas vezes ao longo dos últimos 20 anos”! [Wi 95; Ha 96b] Estudando a diferença entre os resultados provenientes de um modelo e as medições de energia solar absorvida pela atmosfera, Arking mostra que essa divergência, que atinge entre 25 e 20 W/m^2 em média, deve-se principalmente ao vapor d’água total: quando sua quantidade aumenta, cresce também o desvio [Ar 96]. Stephens *et al.*, estudando o vapor d’água da alta troposfera, notam que “apesar do papel determinante desempenhado pelo vapor d’água no clima, relativamente poucos esforços foram feitos com vistas a uma análise das observações globais disponíveis” [StJ 96]. Seus resultados sugerem que a umidade da alta troposfera não segue a lei utilizada nos modelos para simulá-la. Chour chega a resultados semelhantes [Ch 94]. Spencer e Braswell lembram antes de mais nada que a retroação positiva devida ao vapor d’água “é a principal fonte de aquecimento global nos modelos de circulação geral”, pois [SpB 97]:

> Como a perda de energia para o espaço por radiação infravermelha cresce de maneira não-linear quando a umidade relativa decresce, o estudo das vastas zonas tropicais áridas é de grande interesse. Essas zonas não possuem quase nenhuma estação de radiossondagem e, até há pouco, a maioria dessas estações não levava em consideração as medições

provenientes das sondas que mostravam uma baixa umidade. Resulta daí uma grande incerteza quanto à precisão dos modelos e à validação de suas simulações por comparação com os dados. […]

As medições infravermelhas de umidade efetuadas por satélite mostraram que os modelos de circulação geral e os modelos meteorológicos apresentavam uma umidade muito alta [na alta troposfera tropical].

Nuvens

As nuvens são, segundo o IPCC, "uma fonte importante de erros potenciais nas simulações climáticas" ou mesmo "a principal fonte de incertezas".[653] Os modelos que não levam a evolução das nuvens e das geleiras em conta prevêem aumentos de temperatura entre 2 e 3ºC. A introdução das variações das nuvens pode dobrar o aquecimento previsto ou trazê-lo de volta a 1ºC dependendo da parametrização adotada.[654] Ignora-se, portanto, se a retroação devida às nuvens é positiva ou negativa [Ke 97]. Em 1990, os modelos previam, em geral, uma significativa retroação positiva (o que amplificava o aumento inicial de temperatura). Em 1996, eles apenas previam uma discreta retroação positiva ou, com muita freqüência, uma pequena retroação *negativa* (diminuindo portanto o aumento inicial). "Em 1990, os modelos apresentavam fortes retroações positivas devidas às nuvens. Sua origem era em grande parte artificial" [CeZ 96].[655] Contudo, desde 1984, pesquisadores demonstraram que a inclusão da microfísica das nuvens introduzia retroações negativas [SoR 84, RoS 87, Pl 89, ElM 86].

As diversas representações das nuvens foram freqüentemente comparadas umas com as outras. Os resultados de tais estudos são catastróficos. Eles mostram que as diferenças na modelização das nuvens já são responsáveis por uma variação de fator *três* na sensibilidade dos modelos a um aumento na concentração de CO_2 [CeP 90, Cep 89]. As comparações entre os algoritmos simulando os processos de radiação, especialmente numa atmosfera nublada, faz surgir “erros não identificados, mas muito significativos”. Os resultados podem variar entre 30 e 40% [ElF 91, ElE 91, Fob 91].

A retroação devida às geleiras parecia dever ser, necessariamente, positiva. Ao subir a temperatura, a geleira teria sua superfície diminuída, a energia solar não mais seria refletida para o espaço e aqueceria ainda mais o planeta etc… Entretanto, esse explicação é “demasiado simplista” [CeP 91]. Alguns modelos dão prova de uma retroação negativa. Com efeito, o derretimento das geleiras vem acompanhado de um aumento na cobertura núbea, que reflete mais pronunciadamente a energia solar do que o gelo o faz [RaC 94, CeP 91, NeC 94].

As medições também demonstram as fraquezas dos modelos. Elas mostram que os modelos subestimam a absorção das radiações solares por parte das nuvens em aproximadamente 25 W/m^2 [CeZ 95, RaS 95, PiV 95]. “Comparados às simulações dos modelos, nossos

resultados e aqueles do artigo [RaS 95] que acompanham este estudo revelam uma grande absorção de energia solar ainda não explicada”. [CeZ 95] “[N]ossos resultados revelam uma lacuna fundamental em nossa compreensão [da absorção solar pelas nuvens]”. [RaS 95] “Até mesmo os processos microfísicos de base são compreendidos de maneira imperfeita” (IPCC).[656]

As diferenças consideráveis entre a realidade e as simulações das nuvens (fig. 20)[657] resultam de todas essas inconsistências, e devem ser comparadas com os 4 W/m^2 atribuídos ao efeito estufa. (Notaremos que o valor médio do efeito irradiador das nuvens sobre todo o planeta é de pouco interesse. Com efeito, os erros cometidos em uma região provocam aquecimentos ou resfriamentos fictícios que modificam a circulação geral).

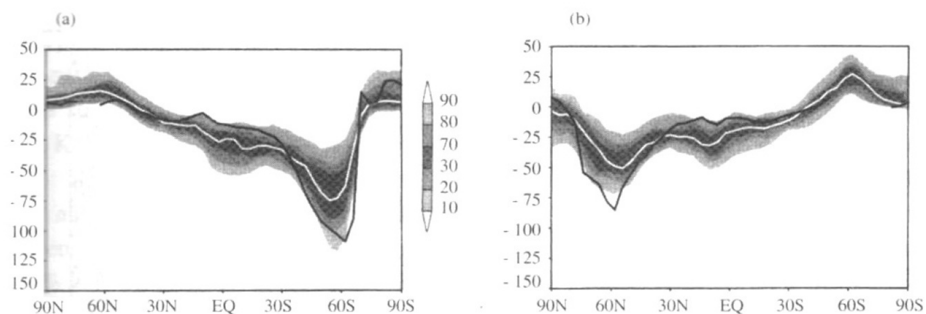


Fig. 20: Efeito radiador das nuvens (W/m^2) dependendo da latitude. A linha preta mostra os dados experimentais colhidos via satélite (ERBE 1985-88) e a linha branca representa a média dos resultados dos modelos. (a) Mês de dezembro, janeiro e fevereiro; (b) mês de junho, julho e agosto. IPCC 95, segundo [HaM 90].

A modelização do vapor d’água e das nuvens apresenta graves lacunas, e introduz erros muito superiores às

conseqüências do efeito estufa. Diversos outros processos já enumerados, dentre os quais destaca-se a circulação oceânica e os diferentes efeitos dos aerossóis, são também mal modelizados. As simulações não são, portanto, confiáveis, e a comparação dos resultados obtidos pelos diversos modelos (fig. 21)[658] basta para mostrar suas limitações.

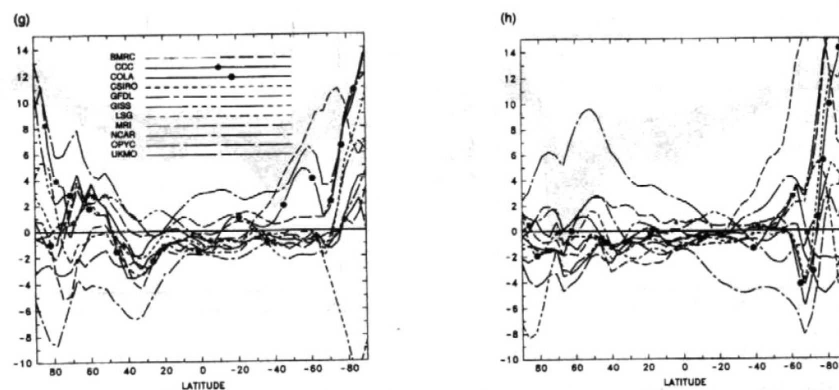


Fig. 21: Diferenças entre as temperaturas fornecidas pelos 11 modelos pareados de oceano- atmosfera e os resultados das medições in situ (ºC). (g) Mês de dezembro, janeiro e fevereiro. (h) Mês de junho, julho e agosto. (IPCC 95)

A influência das variações solares sobre o clima

Já se suspeitava de relações entre as variações da atividade solar e a evolução do clima desde há pelo menos 400 anos antes de nossa era.[659] Desde então, diversas observações foram feitas e um grande número de artigos científicos a esse respeito foi publicado. Hoyt e Schatten[660] contam aproximadamente 2.000 deles desde 1850. Em particular, as variações do número de manchas solares, observadas e registradas pelos chineses

desde pelo menos o início do quarto século [Sh 55], parecem sempre ter modificado o clima terrestre. Veremos que a influência dos ciclos solares sobre o clima é bastante significativa, até mesmo determinante. Ora, em geral os modelos a ignoram por completo.

As medições efetuadas por satélite expuseram variações da ordem de 0,1% da radiação solar total entre o mínimo e o máximo do ciclo solar de onze anos [RaL 90; ScO 90]. O estudo de estrelas do tipo solar mostra que essas variações podem atingir, em algumas fases da atividade, 0,4% [BaJ 90; LoS 92]. Sozinhas, tais variações não seriam capazes de provocar efeitos notáveis. “[U]ma mudança de 1% equivale a uma força radiativa de 2,4 W/m^2 no alto da troposfera”.[661] As poucas experiências realizadas que incluíam as variações solares nos modelos chegaram, portanto, à conclusão de que sua influência é muito pequena [KeW 92; DeW 90; FoL 90; WiR 90].

Contudo, um exame mais atento das variações do fluxo solar conduz a resultados totalmente diferentes. Para determinados comprimentos de onda, o fluxo emitido pode variar à ordem de um fator 100 (10.000%) [Le 91]. Os ultravioletas variam em aproximadamente 80% a 100 nm, 10% a 200 nm, 5% a 250 nm e 1% a 300 nm [Le 89; Le 91, LeV 92]. Variações importantes observadas também em um único ciclo solar levantam, evidentemente, a questão da influência solar sobre o

clima terrestre [Le 91]. Com efeito, o ozônio estratosférico é sintetizado pelos ultravioletas a partir do oxigênio. As flutuações solares provocam, desse modo, modificações das propriedades radiativas da estratosfera, e portanto da distribuição de temperatura e de sua circulação (ventos). Ora, veremos posteriormente que tais perturbações repercutem na baixa troposfera.

A Pequena Era Glacial (1430-1850) coincidiu com o mínimo de Maunder, período de baixa atividade magnética solar [Ed 76; RiN 93; HoS 95]. Quão maior é o número de manchas solares, maior é a atividade magnética solar [FoL 88; BaJ 90; WiH 91]. Ora, entre os anos 1645 e 1715, as manchas solares foram raras, quase que totalmente ausentes durante longos períodos, enquanto que hoje em dia existem entre 100 ou 150 delas [RiN 93; HoS 95; NeS 95]. Eddy insistiu também quanto a ausência de auroras boreais e austrais durante o mínimo de Maunder, e também quanto à forte concentração de carbono 14, dois fenômenos ligados à fraca atividade solar [Ed 76]. Em sentido inverso, estamos hoje em dia num período de forte atividade solar que, como veremos, é o que provavelmente acarreta a alta de temperatura observada desde o início do século [LeS 92; HoS 95]. De igual modo, o Optimum climático medieval (séc. XI-XIII; fig. 1) coincidiu com um outro período de forte atividade solar, como atesta o grande número de manchas solares e uma grande produção de carbono 14 [Ed 76].

Estima-se que, durante o mínimo de Maunder, o fluxo solar era 8% inferior aos valores atuais a 200 nm e 3,5% entre 210 e 250 nm [LeW 95].

As variações do carbono 14 e do berílio 10 estão ligadas às variações solares. Esses dois elementos radioativos são produzidos na atmosfera pelos raios cósmicos, modulados pela atividade solar e pelas variações do campo magnético terrestre. Quando a atividade e o campo magnético solares são intensos, os raios cósmicos atingem com maior dificuldade a Terra, e a produção de carbono 14 e berílio 10 é arrefecida. Ora, há concentrações desses elementos gravadas nas geleiras polares e em vegetais [SuL 90; StB 89]. É possível, estudando esses elementos, reconstituir a atividade solar passada [RaY 90]. Mostrou-se assim que as principais variações climáticas do último milênio são claramente perceptíveis nos dados do carbono 14 e berílio 10 [McHD 91]. O estudo das variações das geleiras fez surgir uma correlação significativa entre o clima e as variações do carbono 14 [WiK 90]. O estudo dos anéis de crescimento das arvores é utilizado para evidenciar as flutuações climáticas. Com isso mostrou-se que, ao longo dos cinco últimos milênios, esses anéis sofreram variações na concentração de carbono 14 [SoS 84]. Esses resultados estendem-se aos nove últimos milênios [SoF 90].

A detecção da influência das variações solares sobre o clima terrestre foi tema de um grande número de estudos

– e um proporcional número de controvérsias. Até pouco tempo atrás, faltavam provas irrefutáveis dessa realidade. Diversos argumentos de peso que estabeleciam essa relação foram mostrados, sem entretanto convencerem a opinião científica. Antes de apresentar os resultados recentes, que reformularam por completo tal questão, resumiremos os principais estudos - além destes já citados - que expõem tais relações.[662]

King publicara em 1975 um artigo tão notável quanto criticado [Ki 75],[663] Ele mostrava, ali, correlações incontestáveis (que tinham menos de uma chance em mil de serem devidas ao acaso) entre as variações solares – mais especificamente aquelas devidas às diversas manchas solares – e diversos fenômenos climáticos: chuvas, temperaturas, quantidade de raios, tempestades etc… Os dados por ele propostos são realmente notáveis, e não devem ser ignorados. Entretanto, diversas dificuldades persistem: quais poderiam ser os processos físicos responsáveis por essas correlações? E, sobretudo, como explicar que fenômenos, a princípio em fase, se defasem subitamente (ou, inversamente, como na fig. 22 [Ki 75])? Tentaremos, em breve, responder à primeira questão. A teoria do caos e a análise espectral permitiram explicar as defasagens entre a atividade solar e os processos climáticos, freqüentemente observados. Num sistema caótico, um fenômeno cíclico não tem um período fixo. A simples comparação de duas séries de

dados similares àqueles da figura 22 é, portanto, insuficiente. Entretanto a busca, via análise espectral, das freqüências dominantes, traz as explicações que buscamos, e mostra as correlações existentes [HaI 76; WiC 92; WiS 88; Br 92; Ke 92; Gh 94; LeP 88; YiG 91; YiG 94]. A descoberta dos sistemas caóticos, dentre os quais figura o sistema climático, permite portanto que se elimine uma das principais críticas feitas à proposta de correlação entre Sol e clima.

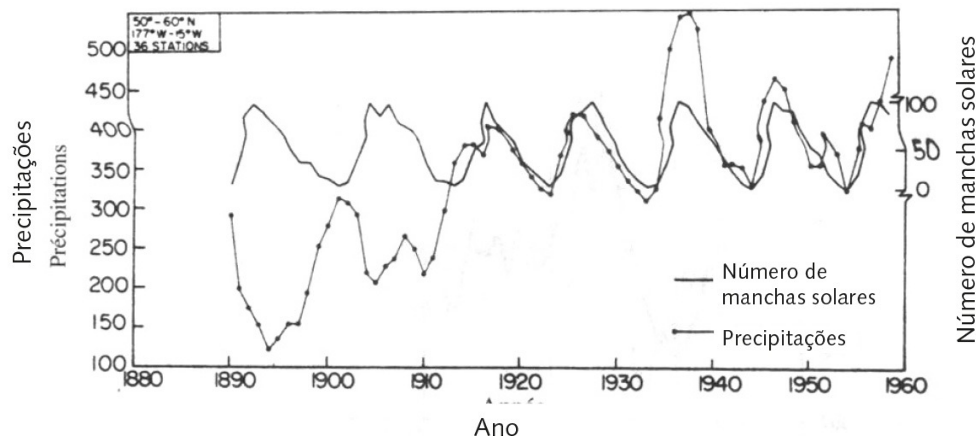


Fig. 22: “Excesso” anual de precipitações (mm, escala da esquerda) para a zona inscrita entre 50 e 60ºN e 177 e 15ºO (segundo Xanthakis 1973). Número normalizado de manchas solares (escala da direita).

Diversos estudos provaram a influência das variações solares sobre a temperatura global. A figura 23, extraída dos trabalhos de Hoyt, é especialmente esclarecedora [Ho 79]. A correlação entre as duas curvas tem apenas uma chance em 10.000 de ser devida ao acaso, e a curva das temperaturas não sofreu correção da influência vulcânica. Apoiando-se sobre essas observações do Sol, Hoyt e

Schatten modelizaram as variações do fluxo solar e as compararam com as temperaturas do Hemisfério Norte, conhecidas com muito mais precisão que aquelas do Hemisfério Sul [HoS 93]. Seus resultados estão expostos na figura 24. (Lembremos que os dados mais antigos são os piores). Os resultados são “compatíveis com um aquecimento global de 0,19ºC para uma duplicação da concentração de CO_2”. [HoS 93] Currie, estudando os dados americanos, destacou as influências solar e lunar sobre as temperaturas terrestres [Cu 79; Cu 93]. Ele também explicou as mudanças de fase em 180º como sendo provocadas pela influência lunar sobre as ondas atmosféricas quase estacionárias. As temperaturas marítimas estariam sujeitas às variações solares. A figura 25 faz um paralelo entre a temperatura de superfície dos oceanos e o número de manchas solares [Re 87]. O autor mostra que as variações solares permitem que se modelize as variações de temperatura (ver também [WuN 90; Ba 89; Re 91; Ro 89; NeN 89]).

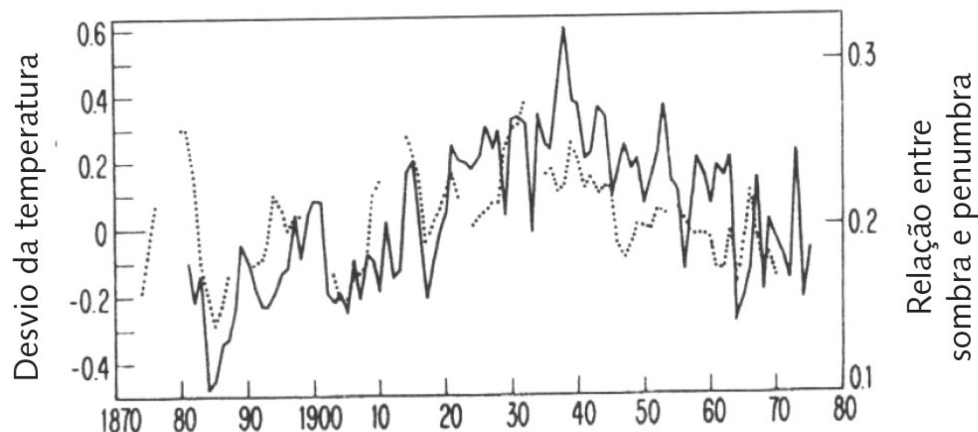


Fig. 23: Curva contínua: desvios da temperatura (ºC) no Hemisfério Norte [Bu 69; AnK 77]. Curva pontilhada: relação entre a sombra e a penumbra de manchas solares (indicador da atividade solar semelhante ao número de manchas solares).

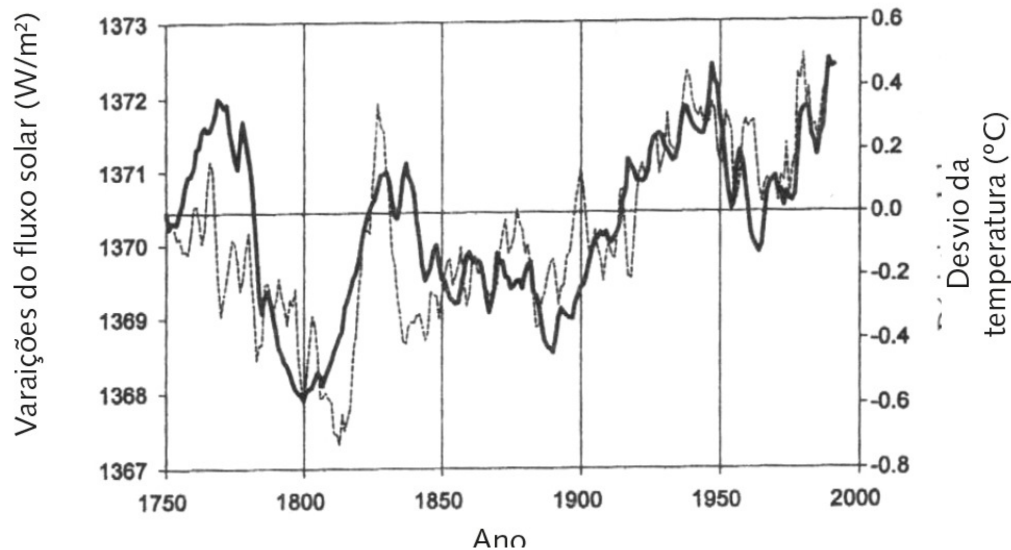


Fig. 24: Variações modelizadas do fluxo solar e desvios da temperatura no Hemisfério Norte (curva fina, tracejada; média móvel sobre 11 anos) [GrL 79; HaL 88].

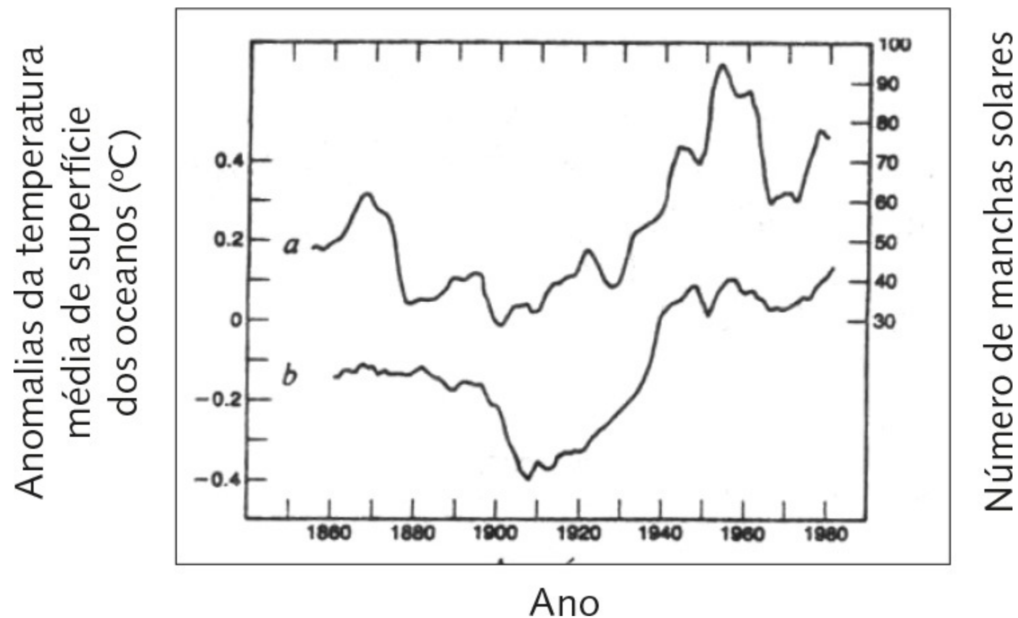


Fig. 25: Média móvel sobre onze anos (a) do número de manchas solares; (b) anomalias na temperatura de superfície dos oceanos.

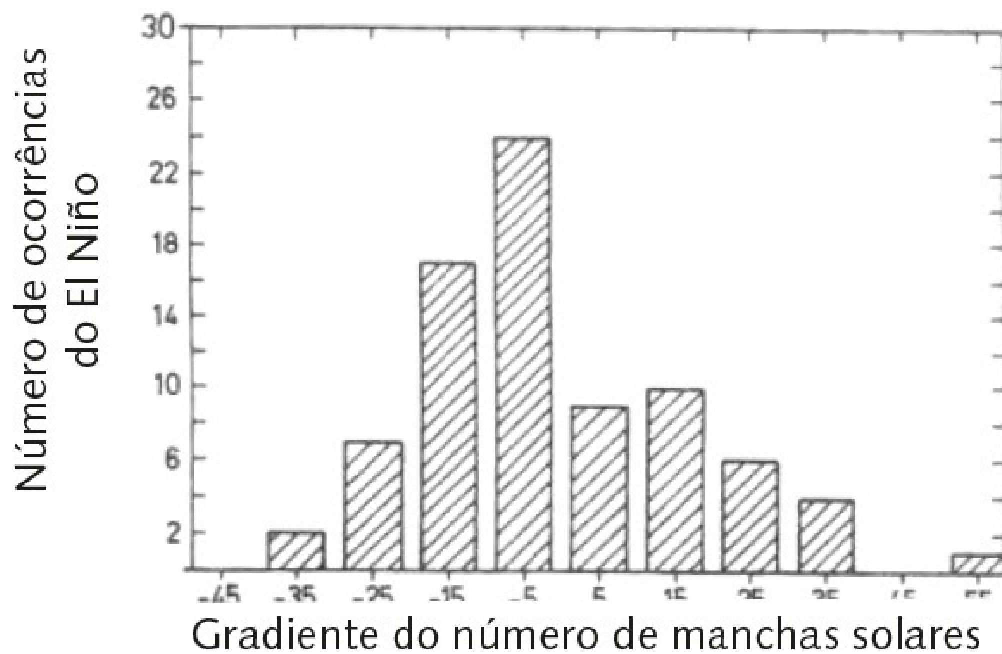


Fig. 26: Número de ocorrências do El Niño em função do gradiente do número de manchas durante 26 ciclos solares (1700-1985).

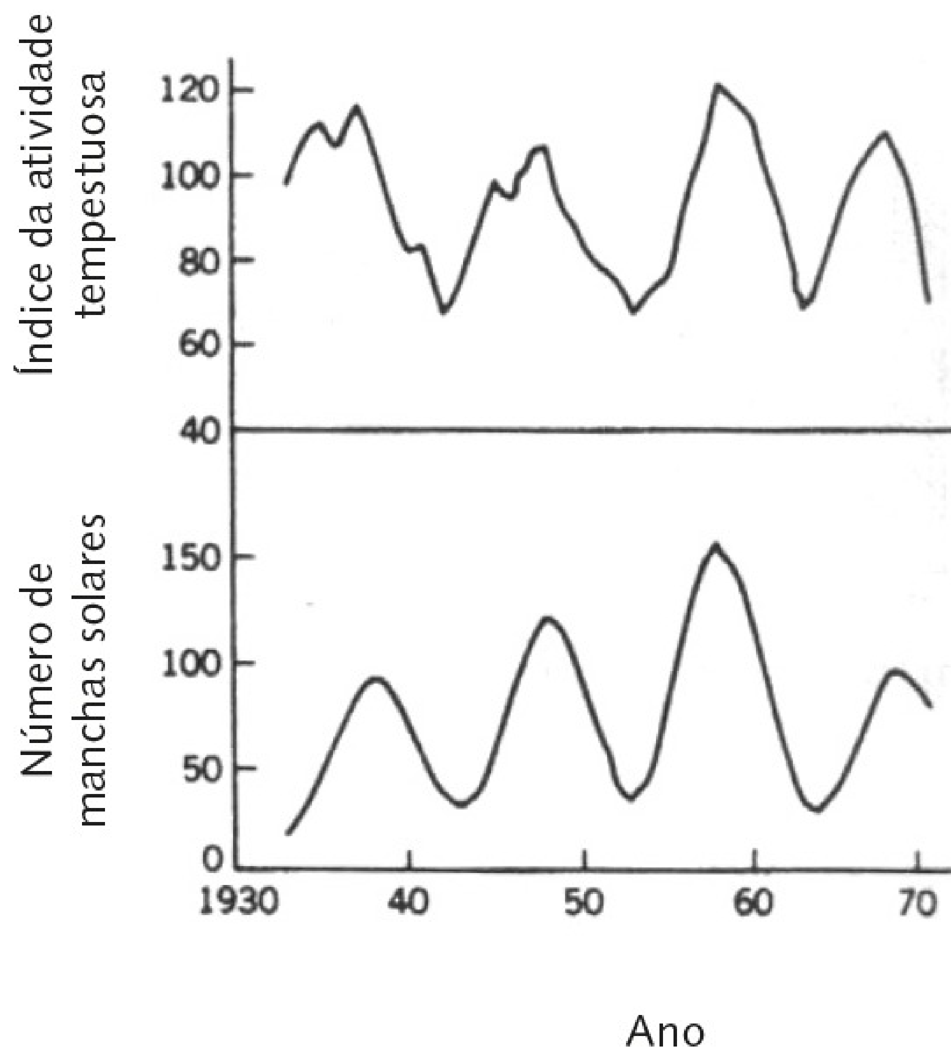


Fig. 27: Média móvel sobre cinco anos das tempestades na Grã-Bretanha e quantidade das manchas solares [St 74]

O estudo espectral das precipitações e secas também evidencia as influências solar (ciclos de 11 e 22 anos) e lunar (ciclos de 18,6 anos).[664]

As freqüências de diversos ciclos solares são visíveis nos dados referentes aos ciclones [CoS 75], tempestades [Ti 88] e pressões [Ke 77] no oceano Atlântico, a ENSO [MeP 91; EnC 91], ao nível dos mares durante os últimos 8.300 anos [FaH 77] e às camadas de sedimentos [AnK

63] – algumas delas remontando ao período pré-cambriano (~ 680 milhões de anos) [Wi 81]. Os dados de Mendoza *et al*. (fig. 26) mostram que os fenômenos do *El Niño* tendem a se manifestar quando o gradiente do número de manchas solares é ligeiramente negativo; 63% dos casos ocorrem durante a fase descendente do ciclo solar, e apenas 37% durante sua fase ascendente [MeP 91]. A figura 27, extraída de uma publicação lançada em 1978, destaca a influência solar sobre as tempestades [HeG 78].

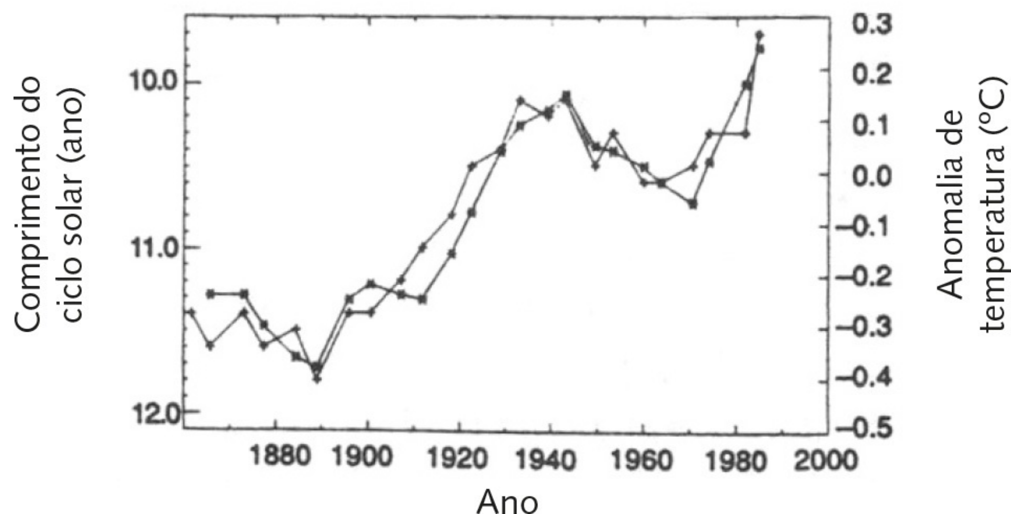


Fig. 28: Variações de duração do ciclo solar (+; escala da esquerda, invertida) e anomalias de temperatura no Hemisfério Norte (*; escala da direita). Temos a escala à esquerda em posição invertida.

Também é possível notar que as diversas publicações mostram semelhanças entre os ciclos dos diversos planetas e o ciclo das manchas solares ou de diversos fenômenos climáticos.[665]

As correlações mais significativas foram expostas por Friis-Christensen e Lassen, e por Labtizke e van Loon. A figura 28 mostra que as temperaturas do Hemisfério Norte seguem de perto o ritmo do ciclo solar (com uma correlação negativa) [FrL 90]. Ora, esse resultado espetacular, *o qual os modelos são incapazes de abarcar e que minimiza o efeito estufa*, já era conhecido desde pelo menos 1943! Desde essa data, Clough afirmava veementemente que [Cl 43]:

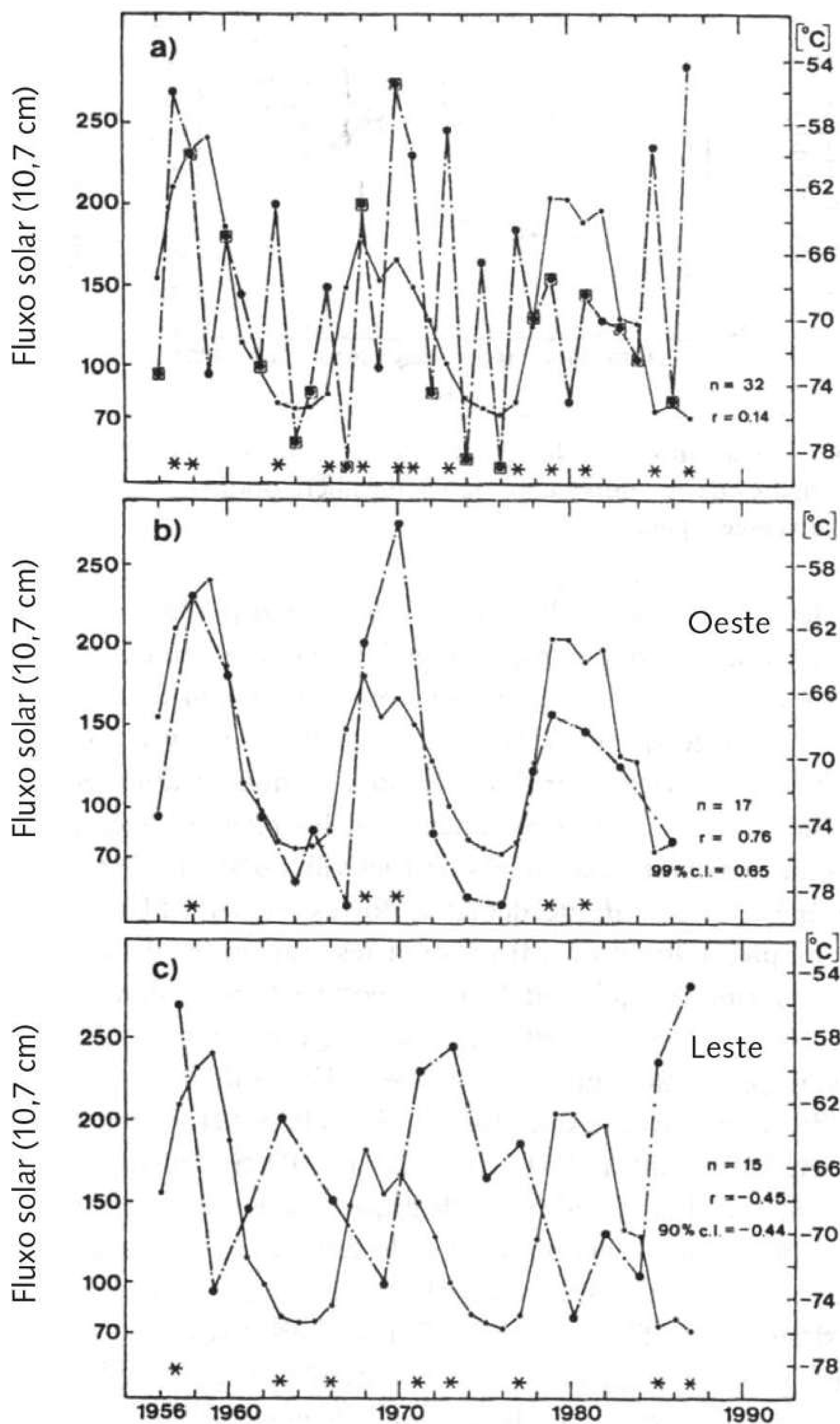
> **A causa eficiente das variações do clima parece encontrar-se numa certa forma de energia solar que se manifesta particularmente pelas variações no ciclo das manchas solares. A atividade solar varia inversamente à duração do ciclo de onze anos.**

Desde o início do século, Halm [Ha 01] e Clough [Cl 05] mencionavam que a atividade solar é inversamente proporcional à duração do ciclo solar, cujo valor médio total é de onze anos. Baliunas e Soon estenderam os resultados de Friis-Shristensen e Lassen até 1750. Eles mostraram, também, que as estrelas do tipo solar têm uma atividade inversamente proporcional à duração de seu ciclo [BaS 95]. O modelo de Hoyt e Schatten, cujos resultados encontram-se resumidos pela figura 24, se apóia em diversos indicadores da atividade solar, dentre os quais a duração de seus ciclos. Confrontado com essa crítica decisiva sobre seus trabalhos, o IPCC não podia se contentar com simples correções. A instituição desprezou os trabalhos de Friis-Christensen e Lassem em umas

poucas linhas, que valem a pena de ser aqui transcritas e comentadas:[666] tais trabalhos “que levantam a hipótese desarrazoada de que a atividade solar e a resposta da temperatura são proporcionais e em fase”. Ou seja, “descartemos todos esses dados que têm muito pouco que ver com a questão… Os modelos contêm a verdade revelada, e pouco importam os desmentidos trazidos pela experiência”. A iniciativa “científica”, ou simplesmente lógica, conduz-nos, ao contrário, quando confrontados com esse fenômeno incompreensível, mas verificado, que se coloque em dúvida as teorias atuais. Veremos, aliás, que diversos são os fenômenos que podem explicar a simultaneidade entre as variações solares e terrestres.

De igual modo os trabalhos de Labitzke e de van Loon desferem um golpe fatal sobre a teoria do efeito estufa. A oscilação quase-bienal (QBO) é uma oscilação de ventos estratosféricos (entre 60 e 10 mb) ao longo de um período de aproximadamente 28 meses. Ela provoca uma inversão na direção dos ventos estratosféricos que vêm, alternadamente, do Leste e do Oeste. A idéia fundamental de Labitzke e de van Loon é separar os dados meteorológicos de acordo com essas duas fases, e de reagrupar em dois conjuntos distintos os dados correspondentes à fase Leste e aqueles correspondentes à fase Oeste. O estudo separado desses dois conjuntos revela claramente a influência solar, que amiúde

permanece invisível na totalidade dos dados. A figura 29 (a) nos dá em paralelo o fluxo solar (para o comprimento de onda de 10,7 cm, cujas variações seguem aquelas dos ultravioletas) e a temperatura média em janeiro e fevereiro no Pólo Norte à altitude de 30 mb [LavL 88]. Nenhuma correlação entre essas duas séries de dados é perceptível com clareza. A figura 29 (b) conserva o fluxo solar (linha contínua), mas trata apenas dos dados de temperatura aferidos quando a QBO estava em sua fase Oeste (linha pontilhada). A correlação surge então claramente, bem como a correlação negativa da figura 29 (c) que conserva apenas as temperaturas aferidas na feste Leste da QBO (linha pontilhada). Labitzke e van Loon estendem seus resultados à pressão do nível do mar, à temperatura de superfície e a 700 mb, bem como em atitudes geopotenciais a 30, 50, 100, 500 e 850 mp [LavL 88; vLL 88; vLL 90; LavL 92]. Outros autores chegaram a resultados similares referentes ao ozônio global [Va 89], às trajetórias das tempestades no Atlântico Norte [Ti 88], às temperaturas de superfície do mar e às precipitações na África do Sul [MaT 92].



a)
b)
c)
Fluxo solar (10,7 cm)
[°C]
Oeste
Leste
n = 32
r = 0.14
n = 17
r = 0.76
99% c.l. = 0.65
n = 15
r = −0.45
90% c.l. = −0.44
250
200
150
100
70
-54
-58
-62
-66
-70
-74
-78
1956
1960
1970
1980
1990

Fig. 29: a) Fluxo solar do comprimento de onda de 10,7 cm (10^{-22} W m^{-2} Hz^{-1}). Média dos meses de janeiro e fevereiro. Médias das temperaturas no Pólo Norte em janeiro e fevereiro a 30 mb (ºC). Os quadrados sobre a curva de temperaturas indicam as fases Oeste da QBO. (b) Idem, apenas para a fase Oeste. (c) Idem, apenas para a fase Leste. Os asteriscos indicam os aquecimentos estratosféricos durante o inverno.

Os resultados de Labitzke *et al*. e aqueles de Friis-Christensen *et al*., como aliás todos os trabalhos que estabelecem as relações entre a atividade solar e o clima, são confrontados com a seguinte objeção: as variações da energia solar irradiada são demasiado modestas para exercerem uma influência sobre as baixas camadas atmosféricas. Os diversos resultados que estabelecem o contrário são simplesmente devidos ao acaso. O argumento é um pouco estreito, e pode, com umas poucas mudanças, ser reproduzido para negar a existência de qualquer fenômeno cuja explicação se ignora: já que esse fenômeno não é explicável, ele não existe. A propaganda globalista exige que seus adversários forneçam as provas tanto teóricas quanto experimentais de suas afirmações, enquanto que ela mesma não revela nem uma e nem outra. Tal é o “poder mágico” dos modelos: inverter o fardo da prova e fazê-lo pesar não mais sobre teorias notoriamente incompletas e invalidadas pelos fatos, mas sobre os próprios fatos, que se vêem obrigados a se “justificar” teoricamente!

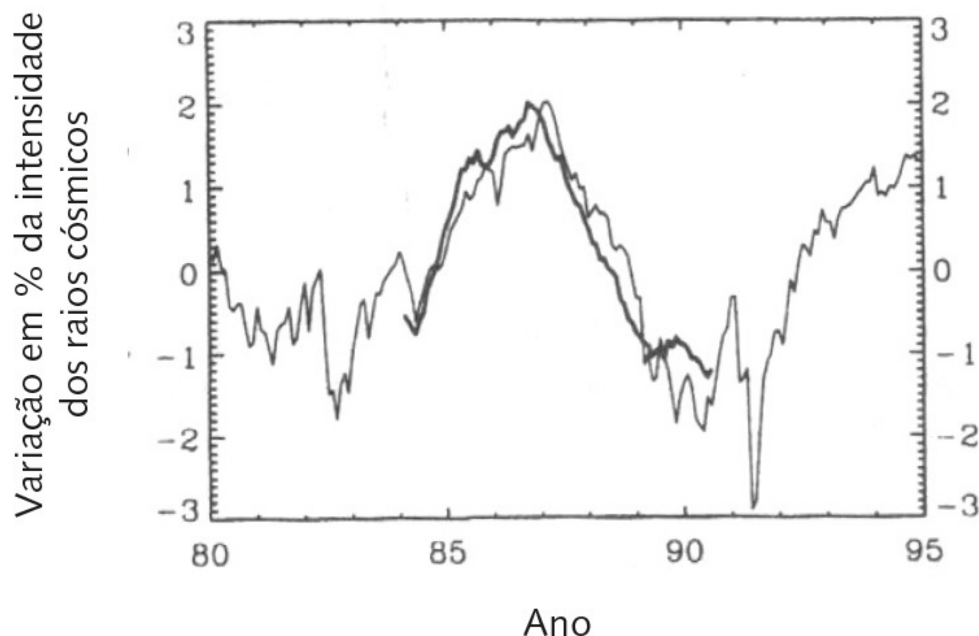


Fig. 30: Média móvel da cobertura núbea total num período de 12 meses; variações em porcentagem (curva espessa). Média mensal normalizada de intensidade dos raios cósmicos aferidos em Climax, Colorado (curva fina).

Não obstante, nem mesmo esse argumento proposto se sustenta, pois diversos processos são capazes de explicar a amplificação dos efeitos das variações solares. Svensmark e Friss-Christensen propuseram um entre tantos outros processos [SvF 97]. Os raios cósmicos ionizam os aerossóis sulfatados e produzem, assim, núcleos de condensação. Ora, as gotas que compõem as nuvens só podem se formar ao redor desses núcleos. Os raios cósmicos são modulados pelas variações da atividade solar, que poderiam, assim, provocar uma variação do albedo ou da superfície das nuvens. Ora, Svensmark e Friis-Christensen mostraram precisamente que, para o período do qual dispomos de medições via satélite, a superfície das nuvens acompanha a intensidade

dos raios cósmicos (fig. 30). Utilizando-se de dados provenientes de diversos satélites, eles chegam a resultados similares para o período 1980-1995.

As ondas planetárias

As ondas planetárias (também chamadas de ondas de relevo ou de Rossby) são criadas por grandes acidentes orográficos (Montanhas Rochosas e Planalto do Tibete) que elevam as massas de ar tanto pela diferença de capacidade térmica quanto pelo aquecimento entre as terras e os oceanos [Bo 84]. Trata-se portanto de ondas (quase) estacionárias, de escala planetária, que se desenvolvem sobretudo no Hemisfério Norte. Elas se propagam horizontal e *verticalmente*, e atingem a alta estratosfera [Sh 78; Ba 81]. Sua propagação vertical varia de maneira *não-linear* em função da direção e da intensidade dos ventos estratosféricos, particularmente da QBO [ScG 80; Ma 70]. Ora, as variações do fluxo de ultravioletas solares modificam a distribuição das temperaturas e dos ventos estratosféricos, bem como a concentração de ozônio, que também age, por sua vez, sobre esses dois parâmetros [HoJ 93; HoZ 95]. A propagação vertical das ondas planetárias é dessa forma afetada. Elas são então modificadas em todos os níveis de altitude, bem como o fluxo de calor entre os trópicos e o Pólo Norte o são.[667] Esses resultados teóricos são confirmados pelos dados. King *et al*. mostraram as

formidáveis correlações existentes entre variações solares e a incidência sobre o clima, correlações estas que seguem precisamente a distribuição geográfica das ondas planetárias [KiS 77; Qu 83]. Os modelos de circulação geral *que incluem a estratosfera* explicam esse fenômeno. Os modelos habituais, que de forma geral não abarcam uma altitude tão elevada, acabam conseqüentemente por não incluir esse fenômeno. (Não seria necessário ampliar seu limite de altitude?[668] *SCOPE 29* notava, desde 1986, que os modelos "talvez não cheguem suficientemente alto na estratosfera para simular uma estrutura realista das ondas planetárias").[669] Geller e Alpert [GeA 80], Rind e Balachandran [RiB 95; BaR 95] e Haigh [Ha 96a] chegaram a *modelizar* a interação entre as variações solares e a propagação das ondas planetárias, expondo assim importantes efeitos dos mesmos à superfície. Os resultados mais espetaculares são os de Kodera *et al*..[670] Utilizando *modelos* adequados, eles confirmaram explicitamente as idéias de Labitzke e de van Loon, mostrando que as perturbações provocadas, por exemplo, pelas variações da atividade solar, pela QBO ou pelas erupções vulcânicas se propagam na troposfera por meio de ondas planetárias.[671]

Enfim, antes de deixarmos o assunto da relação entre o Sol e o clima, é preciso mencionar, muito rapidamente, os trabalhos que expõem a influência (das variações) do campo magnético do vento solar sobre a dinâmica da

troposfera [TiH 94]. Algumas correlações muito significativas entre esses dois fenômenos foram observadas por diversos pesquisadores durante os anos 1964-1970, tendo desaparecido, no início dos anos 1970, e ressurgido logo em seguida. Tinsley *et al*. propuseram uma explicação muito interessante para essa alternância. As erupções vulcânicas (Agung, 1963; El Chicon, 1982) injetam aerossóis na estratosfera e modificam sua condutividade elétrica, permitindo que o campo magnético do vento solar module o circuito elétrico global formado pela Terra e a atmosfera. Ora, isso influi diretamente na carga elétrica dos núcleos de congelamento das nuvens, e portanto nas precipitações. Os *dados* mostram que o cruzamento dos setores do campo magnético do vento solar são seguidos de uma clara intensificação da atividade dos ciclones, e de um aumento das baixas pressões [TiH 94].[672]

Conclusão

A polêmica do efeito estufa foi lançada pelos globalistas, que encontraram nesse tema um interesse político e ideológico direto. O custo das ações por eles almejadas é totalmente desmedido se comparado com os benefícios esperados. Como acontece com freqüência no mundo da ecologia, provoca-se uma reação emocional no público, de caráter fortemente simbólico. Essa reação impede qualquer estudo sereno das questões debatidas, e permite

a instauração de medidas cujo custo econômico, político e social é totalmente alheio ao problema real. Para um bem duvidoso, mas amplamente midiatizado, provoca-se um mal considerável, mas distante aos olhos.

Os dados científicos sobre os quais se apóia a teoria do efeito estufa são muito fracos. Eles provêm de medições da temperatura global contestáveis, negadas pelas medições realizadas via satélite, e de modelos cujas lacunas ninguém sequer ousaria negar. Assim, não temos nenhuma garantia quanto à existência de um temível aumento do efeito estufa, muito pelo contrário. O estudo da evolução das temperaturas ao longo do século XX mostra que elas começaram a subir *antes* da concentração de gás carbônico, e diminuíram enquanto o nível de CO_2 continuava aumentando. As medições efetuadas por satélite mostram que a temperatura global *diminui* ligeiramente. Finalmente, o estudo das relações entre o Sol e o clima, omitido nos modelos, oferece uma explicação razoável das variações climáticas, sem necessidade de se invocar o aumento na concentração de gás carbônico.

Além disso, os resultados dos modelos climáticos foram adotados como “dados” por outros modelos utilizados nos campos político, social, agrícola, florestal etc… A *SCOPE 29* notava que esse tipo de procedimento deve ser praticado com “extrema prudência”,[673] já que os possíveis erros do modelo climático se propagarão

nos modelos que se utilizam de seus resultados – ainda mais incertos que os modelos de circulação geral.

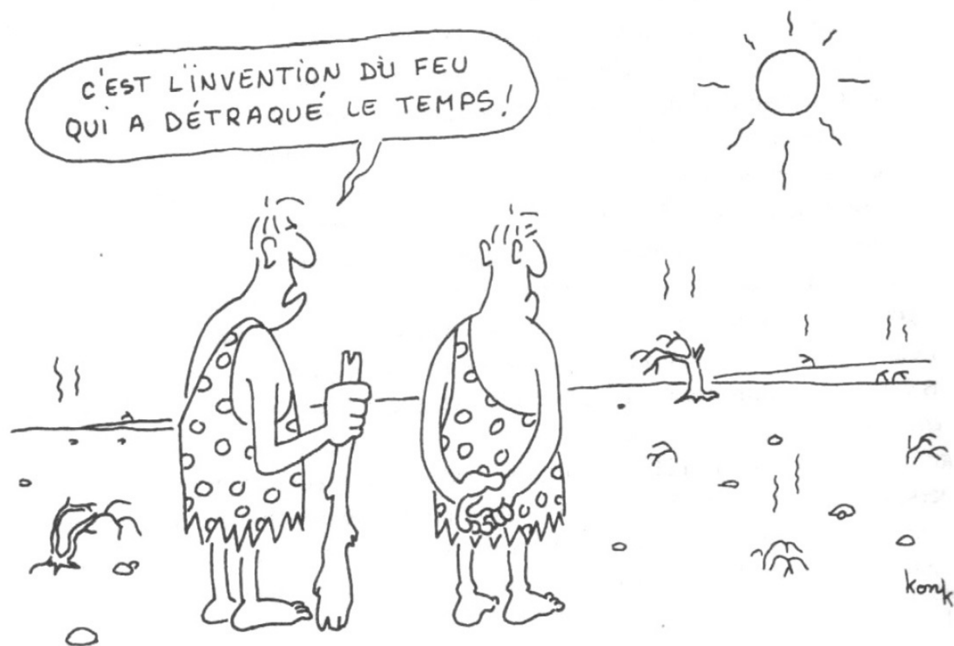
A todas essas lacunas soma-se uma omissão sistemática dos efeitos *benéficos* e *certos* do aumento na concentração de gás carbônico. O CO_2 favoriza, *seguramente*, o crescimento das plantas, e portanto a agricultura e o desenvolvimento das florestas, enquanto que o temido aquecimento segue sendo uma mera hipótese. Os resultados mais recentes confirmam que um mundo mais rico em gás carbônico é um mundo mais *verde*![674] É por isso que Budyko, um dos pioneiros da pesquisa sobre o efeito estufa, pensa que o aumento na concentração de gás carbônico seria algo benéfico. Ele propõe, então, que se aumente a emissão de gás carbônico [El 90]!

O discurso dominante padece de um outro defeito grave: ele faz pensar que o efeito estufa provocará um aumento de temperatura entre 2 e 3ºC, e que as medidas a serem adotadas poderiam evitar o tal aumento. Ora, a tomar por base as previsões do IPCC, nada disso ocorrerá. Se as emissões de gás carbônico se mantêm no nível atingido em 1994 (o que representa um arrefecimento considerável no crescimento econômico tanto dos países ricos quanto dos pobres, bem como da expansão demográfica) a concentração de gás carbônico se estabilizará num valor que representa o dobro daquele atingido no período pré-industrial (500 ppmv contra 280

ppmv). A alta das temperaturas prevista para uma duplicação da concentração de gás carbônico parece inevitável – se tomamos os modelos como verdadeiros. Caberia unicamente avaliar a *diferença* no aumento da temperatura que as medidas propostas poderiam provocar. Essa diferença parece ser muito pequena, o que faz com que esse aspecto da questão nunca seja evocado… Note-se, a esse respeito, que a única solução vislumbrada pelas mídias consiste em limitar as emissões de gás carbônico. A *recuperação* e armazenamento de gás carbônico, especialmente em forma de sedimentos marinhos, não recebem nenhuma atenção, mesmo tendo sido tais propostas colocadas pelo próprio IPCC.[675]

A polêmica sobre o efeito estufa deu margem à criação ou fortalecimento de diversas instituições (grupos de especialistas, programas internacionais) que reúnem os cientistas do mundo inteiro ou os formam desde a juventude. Como a socialização completa da ciência já está sendo alcançada, seus opositores têm cada vez mais dificuldade em se fazer ouvir. É portanto com o maior respeito que saudamos a iniciativa de Arthur Robinson, Sallie Laiunas, Willie Soon e Zachary Robinson, apoiados por Frederick Seitz, antigo presidente da Academia Americana de Ciências. Resumindo os principais pontos abordados nesse capítulo, eles lançaram uma petição,[676] endereçada aos cientistas dos Estados Unidos e do mundo inteiro, denunciando a retórica do

efeito estufa, as insuficiências dos modelos, suas divergências com relação às medições realizadas por satélite, e expondo os efeitos benéficos do aumento da concentração de CO_2. No início do ano de 1998, ou seja, poucos meses após ter começado a circular, essa petição já havia colhido mais de 15.000 assinaturas…



Tradução do balão da charge: "Foi a invenção do fogo que estragou o clima!"

BIBLIOGRAFIA

Scientific perspectives on the greenhouse problem, Washington, D.C., The George C. Marshall Institute, 1989.

Abysov, S.S., Angelis, M., *et al*. International effort helps decipher mysteries of paleoclimate from antarctic ice cores, *EOS*, vol. 76, nº 17, 1995, p. 169-179.

Anderson, Roger Y., Possible connection between surfasse winds, solar activity and the Earth's magnetic field, *Nature*, vol. 358, 1992, p. 51-53.

Anderson, Roger Y. and Koopmans, L.H., Harmonic analysis of varve time series, *JGR*, vol. 68, nº 3, 1963, p. 877.

Angell, J.K., Variation in global tropospheric temperature after adjustement for El Nino influence, 1958-89, *GRL*, vol. 17, nº 8, 1990, p. 1093-1096.

Angell, J.K. and Korshover, J., Estimate of the global change in temperature, surfasse to 100 mb, between 1958 and 1975, *Monthly Weather Review*, vol. 105, 1977, p. 375-385.

Arking, Albert., Absorption of Solar Energy in the Atmosphere: Discrepancy Between Model and Observations, *Science*, vol. 273, 1996, p. 779-781.

Balachandran, Nambath K. and Rind, David., Modeling the effects of UV variabilty and the QBO on the troposphere-stratosphere system. Part I: The middle atmosphere, *Journal of Climate*, vol. 8, 8-1995, p. 2058-2079.

Baliunas, Sallie. and Jastrow, Robert., Evidence for long-term brightness changes of solar-type stars, *Nature*, vol. 348, 1990, p. 520-522.

Baliunas, Sallie. and Soon, Willie., Are variations in the length of the activity cycle related to changes in

brightness in solar-type stars?, *The Astrophysical Journal*, vol. 450, 9-10, 1995, p. 896-901.
Balling, R.C. Jr. and Idso, S.B., Historical temperature trends in the United States and the effect of urban population growth, *JGR*, vol. 94, nº D3, 1989, p. 3359-3363.
Balling, Robert C. Jr. and Christy, John R., Analysis of satélite-based estimates of tropospheric diurnal temperature range, *JGR*, vol. 101, nº D8, 5-27-1996, p. 12, 827-12, 832.
Barnett, Tim P., A solar-ocean relation: facto r fiction?, *GRL*, vol. 16, nº 8, 1989, p. 803-806.
Barnola, J.M., Raynaud, D. *et al.*, Vostok ice provides 160,000-year recird of atmospheric CO2, *Nature*, vol. 329, 10-1-1987, p. 408-414.
Bates, J.R., A dynamical mechanism through wich variations in solar ultravioleta radiation can influence tropospheric climate, *Solar Physics*, vol. 74, 1981, p. 399-415.
Beardsley, Tim., Visas denied, *Nature*, vol. 311, 1984, p. 402.
Bentley, Charles R., Rapid Sea-Level Rise Soon from West Antactic Ice Sheet Collapse?, *Science*, vol. 275, 2-21-1997, p. 1077-1078.
Blasing, T.J. And Duvick, Daniel., Reconstruction of precipitation history in North American corn belt using tree rings, *Nature*, vol. 307, 1984, p. 143-145.

Boville, Byron A., The influence of the polar night jet on the tropospheric circulation in a GCM, *Journal of the Atmospheric Sciences*, vol. 41, nº 7, 4-1-1984, p. 1132-1142.
Bray, J.R., Pleistocene volcanism and glacial initiation, *Science*, vol. 197, 1977, p. 251-254.
Brezowsky, H., Flohn, H., and Hess, P., Some remarks on the climatology of blockin action, *Tellus*, vol. 3, 1951, p. 191-194.
Broecker, Wallace S., Upset for Milankovitch theory, *Nature*, vol. 359, 1992, p. 779-780.
Bryson, Reid A. and Goodman, Brian M., Volcanic activity and climatic changes, *Science*, vol. 207, 1980, p. 1041-1044.
Budyko, M.I., The effect of solar radiation variations on the climate of the Earth's, *Tellus*, vol. 21, 1969, p. 611-619.
Bücher, A. and Dessens, J., Secular trend of surfasse temperature ata n elevated observatory in the Pyrenees, *Journal of Climate*, vol. 4, 1991, p. 859-868.
Cayan, Daniel R. and Douglas, Arthur V., Urban influences on surfasse temperatures in the southwestern United States during recente decades, *JCAM*, vol. 23, nº 11, 1984, p. 1520-1530.
Cess, R.D. and Potter, G.L., Interpretation of cloud-climate feedback as produced by 14 atmospheric general circulation models, *Science*, vol. 245, 1989, p.513-516.

Cess, R.D. and Potter, G.L., Intercomparison and interpretation of climate feedback processes in 19 atmospheric general circulation models, *JGR*, vol. 95, nº D10, 1990, p. 16,601-16,615.
Cess, R.D. and Potter, G.L., Interpretation of snow-climate feedback as produced by 17 general circulation models, *Science*, vol. 253, 1991, p. 888-892.
Cess, R.D. and Zhang, M.H., Absorption of solar radiation by clouds: observation versus models, *Science*, vol. 267, 1995, p. 496-499.
Cess, R.D. and Zhang, M.H., Cloud feedback in atmospheric general circulation models: An update, *JGR*, vol. 101, nº D8, 5-27-1996, p. 12,791-12,794.
Chou, Ming-Dah., Radiation budget in the western tropical Pacific, *Journal of Climate*, vol.7, 1994, p. 1958-1971.
Chou, Ming-Dah., Coolness in the tropical Pacific during an El Niño episode, *J.Clim.*, vol. 7, 1995b, p. 1684-1692.
Christy, John R., Temperature above the surface layer, *Climatic Change*, vol. 31, 1995a p. 455-474.
Christy, John R. and Goodridge, J.D., Precision global temperatures from satellites and urban warming effects of non-satellite data, *Atmospheric Environment*, vol. 29, nº 16, 1995, p. 1957-1961.
Christy, John R. and McNider, Richard T., Satellite greenhouse signal, *Nature*, vol. 367, 1-27-1994, p. 325-

325.
Clough, H.W., Synchronous variations in solar and terrestrial phenomena, *The Astrophysical Journal*, vol. XXII, nº July-December, 1905, p. 42-75.
Clough, H.W.,The Long-Period Variations in the Length of the 11-Year Solar Period, and Concurrent Variations in Terrestrial Phenomena, *BAMS*, vol. 24, April 1943, p. 154-163.
Cohen Theodore J. and Sweetser, Erton I., The ‘spectra’ of the solar cycle and of data for Atlantic tropical cyclones, *Nature*, vol. 256, 1975, p. 295-296.
Currie, Robert G., Distribution of solar cycle signal in surface air temperature over North America, *JGR*, vol. 84, nº C2, 1979, p. 753-761.
Currie, Robert G., Evidence for 18.6 year Mn signal in temperature and drought conditions in North America since AD 1800, *JGR*, vol. 86, nº C11, 1981, p. 11,055-11,064.
Currie, Robert G., Luni-solar 18.6 and solar cycle 10-11-year signals in USA air temperature records, *International Journal of Climatology*, vol. 13, 1993, p. 31-50.
Douglas, Bruce C., Global Sea Level Acceleration, *JGR*, vol. 97, nº C8, 8-15-1992, p. 12.699-12.706.
Douglas, Bruce C., Global Sea Level change: Determination and interpretation, *Reviews of Geophysics*, vol. 7-1995, p. 1425-1432.

Ebel, A., Schwister, B., and Labitzke, K., Planetary waves and solar activity in the stratosphere between 50 and 100 mbar, *JGR*, vol. 86, nº C10, 10-20-1981, p. 9729-9738.
Eddy, John A., The Maunder minimum, *Science*, vol. 192, nº 4245, 1976, p. 1189-1202.
Ellingson, Robert G., Ellis, James. and Fels, Stephen., The intercomparison of radiation codes used in climate models: long wave results, *JGR*, vol. 96, nº D5, 1991, p. 8929-8953.
Ellingson, Robert G. and Foucart, Yves., The intercomparaison of radiation codes in climate models: an overview, *JGR*, vol. 96, nº D5, 1991, p. 8925-8927.
Ellsaesser, H.W., A different view of the climatic effect of CO_2 – Updated, *Atmosfera*, vol. 3, nº 1, 1990, p. 3-29.
Ellsaesser, Hugh W., MacCraken, Michael C., Walton, John J. and Grotch, Stanley L., Global climatic trends as revealed by the recorder data, *Review of Geophysics*, vol. 24, nº 4, 1986, p. 745-792.
Enfield, David B. and Cid S., Luis., Low-frequency changes in El Niño-Southern Oscillation, *Journal of Climate*, vol. 4, 1991, p. 1137-1146.
Fairbridge, Rhodes W. and Hillaire-Marcel, Claude., An 8,000-yr palaeoclimatic record of the ‘Double-Hale’ 45-yr solar cycle, *Nature*, vol. 268, 1977, p. 413-416.
Feng, J.Z. and Petzold, D.E., Temperature trends through urbanization in metropolitan Washington, D.C., 1945-

1979, *Meteorology and Atmospheric Physics*, vol. 38, nº 4, 1988, p. 195-201.
Folland, C.K., Parker, D.E., and Kates, F.E., Worldwide marine temperature fluctuations 1856-1981, *Nature*, vol. 310, 1984, p. 670-673.
Foucart, Y., Bonnel, B. and Ramaswamy, V., Intercomparing shortwave radiation codes for climate studies, *JGR*, vol. 96, nº D5, 1991, p. 8955-8968.
Foukal, P. and Lean, J., Magnetic modulation of solar luminosity by photospheric activity, *The Astrophysical Journal*, vol. 328, 1988, p. 347-357.
Foukal, P. and Lean, J., An empirical model of total solar irradiance variation between 1874 and 1988, *Science*, vol. 247, 1990, p. 556-558.
Geller, Marvin A., Solar cycles and the atmosphere, *Nature*, vol. 332, 4-14-1988, p. 584-585.
Geller, Marvin A. and Alpert, Jordan C., Planetary wave coupling between the troposphere and the middle atmosphere as a possible sun-weather mechanism, *Journal of the Atmospheric Sciences*, vol. 37, 6-1980, p. 1197-1215.
Genthon, C., Barnola, J.M. *et al.*, Vostok ice core: climatic response to CO_2 and orbital forcing changes over the last climatic cycle, *Nature*, vol. 329, 1987, p. 414-418.
Ghil, Michael., Cryothermodynamics: the chaotic dynamics of paleoclimate, *Physica D*, Special Vol. on

"Modeling the Forces of Nature", J.M. Hyman, W.I. Newman and R. Camassa, eds., 1994.
Goodridge, J.D., Urban and rural differences in long range temperature trends in California; in *Third Conference on Climate Variations and Symposium on Contemporary Climate: 1850-2100*; January 8-11, 1985, Los Angeles, California, American Meteorological Society, 1985, p. 158-159.
Goodridge, J.D., Comments on "Regional Simulations of Greenhouse Warming Including Natural VariabilityCO_2, *BAMS*, vol. 77, nº 7, 7-1996, p.1588-1589.
Gordon, A.H., Global waring as a manifestation of a random walk, *Journal of Climate*, vol.4, nº 6, 1991, p. 589-597.
Gough, Douglas., Climate and variability in the solar constant, *Nature*, vol. 388, 1980, p. 639-640.
Grovman, Brian S. and Landsberg, Helmut E., Simulated northern hemisphere temperature departures 1579-1880, *GRL*, vol. 6, nº 10, 1979, p. 767-769.
Haigh Joanna D., The impact of Solar variability on climate, *Science*, vol. 272, 5-17-1996a, p. 981-984.
Halm, J., Uber eine Theorie zur Erklärung der Periodicität des solaren Erscheinungen, *Astronomische Nachrichten*, vol. 156, nº 33, 1901, p. 33-50.
Hammer, C.U., Clausen, H.B. and Dansgaard, W., Greenland *ice* sheet evidence of post-glacial volcanism

and its climatic impact, *Nature*, vol. 288, 1980, p. 230-235.
Hansen, James. and Lebedeff, Sergej., Global surface air temperatures: Update through 1987, *GRL*, vol. 15, 1988, p. 323.
Hansen, James. and Lebedeff, Sergej., Global trends of measured surface air temperature, *JGR*, vol. 92, nº D11, 1987, p. 13,345-13,372.
Hanson, Kirby., Maul, George A. and Karl, Thomas R., Are atmospheric "greenhouse" effects apparent in the climatic record of the contiguous U.S. (1895-1987)?, *GRL*, vol. 16, nº 1, 1989, p. 49-52.
Harries, J.E., The greenhouse Earth: A view from space, *Quarterly Journal of the Royal Meteorological Society*, vol. 122, Part B, nº 532, 1996b, p. 799-818.
Harrison, C.G.A. and Funnell, B.M., Relationship of palaeomagnetic reversals and micropalaeontology in two late Caenozoic cores from the Pacific Ocean, *Nature*, vol. 204, 1964, p. 566.
Hays, J.D., Imbrie, John. and Shackleton, N.J., Variations in the Earth's orbit: pacemaker of the ice ages, *Science*, vol. 194, nº 4270, 1976, p. 1121-1132.
Herman, John R. and Goldberg, Richard A., Initiation of non-tropical thunderstorms by solar activity, *Journal of Atmospheric and Terrestrial Physics*, vol. 40, 1978, p. 121-134.

Hines, C.O., A possible mechanism for the production of Sun-weather correlations, *Journal of the Atmospheric Sciences*, vol. 31, 1974, p. 589-591.

Holton, James R. and Tan, Hsiu-Chi., The influence of the equatorial quasi-biennial oscillation on the global circulation at 50 mb, *Journal of the Atmospheric Sciences*, vol. 37, 1980, p. 2200-2208.

Holton, James R. and Tan, Hsiu-Chi., The quasi-biennial oscillation in the northern hemisphere lower stratosphere, *Journal of the Meteorological Society of Japan*, vol. 60, nº 1, 1982, p. 140-148.

Hood, L.L., Jirikowic, J.L. and McCormack, J.P., Quasi-decadal variability of the stratosphere: influence of long-term solar ultraviolet variations, *Journal of the Atmosphere Sciences*, vol. 50, nº 24, 1993, p. 3941-3958.

Hood, L.L. and Zaff, D.A., Lower stratospheric stationary waves and the longitude dependence of ozone trends in winter, *JGR*, vol. 100, nº D12, 1995, p. 25,791-25,800.

Hoyt, D.V., Schatten, Kenneth H. and Nesme-Ribes, Elisabeth., A new reconstruction of solar activity, 1610-1993; In E. Nesmes-Ribes (ed.), *The Solar Engine and Its Influence on Terrestrial Atmosphere and Climate*, Springer-Verlag, Berlin, p. 561, 1995.

Hoyt, D.V., Variations in sunspot structure and climate, *Climatic Change*, vol. 2, 1979, p. 79-92.

Hoyt, D.V. and Schatten, Kenneth H., A discussion of plausible solar irradiance variations, 1700-1992, *JGR*, vol. 98, nº A11, 1993, p. 18,895-18,906.
Hughes, Warwick S. and Balling, Robert C. Jr., Urban influences on South African temperature trends, *International Journal of Climatology*, vol. 16, 1996, p. 935-940.
Idso, S.B., Nuclear winter and the greenhouse effect, *Nature*, vol. 321, 1986, p. 122.
Jones, M.D.H. and Henderson-Sellers, A., History of the greenhouse effect, *Progress in Physical Geography*, vol. 14, 1990, p. 1-18.
Jones, P.D., Hemispheric Surface Air Temperature Variations: A Reanalysis and Update to 1993, *Journal of Climate*, vol. 7, 11-1994, p. 1794-1802.
Jones, P.D., Groisman, P. Ya., Coughlan, M., Plummer, N., Wang, W-C. and Karl, T.R., Assessment of urbanization effects in time series of surface temperature over land, *Nature*, vol. 347, 1990, p. 169-172.
Jones, P.D., Raper, S.C.B., Bradley, R.S., Diaz, H.F., Kelly, P.M. and Wigley, T.M.L., Northern Hemisphere surface air temperature variations: 1851-1984, *JCAM*, vol. 25, nº 2, 1986a, p. 161-179.
Jones, P.D., Raper, S.C.B. and Wigley, T.M.L., Southern Hemisphere surface air temperature variations: 1851-1984, *JCAM*, vol. 25, nº 9, 1986b, p. 1213-1230.

Jones, P.D., Wigley, T.M.L. and Wright, P.B., Global temperature variations between 1861 and 1984, *Nature*, vol. 322, 1986, p. 430-434.
Jouzel, J., Barkov, N.I. *et al.*, Extending the Vostok ice-core record of palaeoclimate to the penultimate glacial period, *Nature*, vol. 364, 1993, p. 407-412.
Jouzel, J., Lorius, C. *et al.*, Vostok ice-core: a continuous isotope temperature record over the last climatic cycle (160,000 years), *Nature*, vol. 329, 1987, p. 403-414.
Karl, Thomas R., Diaz Henry F. and Kukla, George., Urbanization: its detection and effect in the United States climate record, *Journal of Climate*, vol. 1, nº 11, 1988, p. 1099-1122.
Karl, Thomas R. and Jones, Philip D., Urban bias in area-averaged surface air temperature trends, *BAMS*, vol. 70, nº 1, 1989, p.265-270.
Karl, Thomas R., Jones, Philip D. *et al*., Asymetric trends of daily maximum and minimum temperature, *BAMS*, vol. 74, nº 6, 1993, p. 1007-1023.
Karl, Thomas R. and Knight, Richard W., Global and hemispheric temperature trends: uncertainties related to inadequate spatial sampling, *Journal of Climate*, vol. 7, 1994, p. 1144-1163.
Karl, Thomas R., Kukla, George. *et al*. Global warming: evidence of asymmetric diurnal temperature change, *GRL*, vol. 18, nº 12, 1991, p. 2253-2256.

Kärner, Olavi., Global Temperature Deviations as a Random Walk, *Journal of Climate*, vol. 9, 3-1996, p. 656-658.
Keany, John. and Kennett, James P., Pliocene-early Pleistocene paleoclimatic history recorded in Antarctic-Subantarctic deep-sea cores, *Deep-sea Research*, vol.19, nº 8, 1972, p. 529-548.
Kelly, P.M., Solar influence on North Atlantic mean sea level pressure, *Nature*, vol. 269, 1977, p. 320-322.
Kelly, P.M. and Wigley, T.M.L., The influence of solar forcing trends on global mean temperature since 1861, *Nature*, vol. 347, 1990, p. 460-462.
Kelly, P.M. and Wigley, T.M.L., Solar cycle length, greenhouse forcing and global climate, *Nature*, vol. 360, 1992, p. 328-330.
Kerr, Richard A., A revisionist timetable for the ice ages, *Science*, vol. 258, 1992, p. 220-221.
Kerr, Richard A., Greenhouse Forecasting Still Cloudy, *Science*, vol. 276, 1997, p. 1040-1042.
Kiehl, J.T., Hack, J.J. and Briegleb, B.P., The simulated Earth radiation budget of the National Center for Atmospheric Research community climate model CCM2 and comparisons with the Earth Radiation Budget Experiment (ERBE), *JGR*, vol. 99, nº D10, 1994, p. 20,815-20,827.
Kiehl, J.T. and Ramanathan, V., Comparison of cloud forcing derived from the Earth Radiation Budget

Experiment with that simulated by the NCAR Community Climate Model, *JGR*, vol. 95, nº D8, 1990, p. 11,679-11,698.
Kim Seong-Joong, Crowley, Thomas J. *et al.*, Local Orbital Forcing of Antartic Climate Change During the Last Interglacial, *Science*, vol. 280, 5-1-1998, p. 728-730.
King, J.W., Sun-weather relationships, *Astronautics & Aeronautics*, vol. 13, nº 4, 1975, p. 10-19.
King, J.W., Slater, A.J., Stevens, A.D., Smith, P.A. and Wiils, D.M., Large-amplitude standing planetary waves induced in the troposphere by the sun, *Journal of Atmospheric and Terrestrial Physics*, vol. 39, 1977, p. 1357-1367.
Kodera, Kunihiko., On the origin and nature of the interannual variability of the winter stratospheric circulation in the northern hemisphere, *JGR*, vol. 100, nº D7, 1995, p. 14.077-14.087.
Kukla, G., Gavin, G. and Karl, T.R., Urban warming, *JCAM*, vol. 25, 1986, p. 1265-1270.
Labitzke, K. and van Loon, H., Association between the 11-year solar cycle and the atmosphere. Part V: Summer, Journal of Climate, vol. 5, 1992, p. 240-251.
Labitzke, Karin., On the mutual relation between stratosphere and troposphere during periods of stratospheric warmings in winter, *Journal of Applied Meteorology*, vol. 4, 1965, p. 91-99.

Labitzke, K. and van Loon, H., Association between the 11-year solar cycle, the QBO and the atmosphere. Part I: the troposphere and stratosphere in the northern hemisphere in winter, *Journal of Atmospheric and Terrestrial physics*, vol. 50, 1992, p. 197-206.

LaMarche, Valmore C. Jr. and Hirschboeck, Katherine K., Frost rings in tree as records of major volcanic eruptions, *Nature*, vol. 307, 1984, p. 121-126.

Landsberg, Helmut E., *The Urban Climate*, New York, Academic Press, 1981.

Landsea, Christopher W., Nicholls, Neville, Gray, William M., and Avila, Lixion A., Downward trends in the frequency of intense Atlantic hurricanes during the past five decades, *GRL*, vol. 23, nº 13, 5-15-1996, p. 1697-1700.

Larsen, Miguel Folkmar. and Kelly, M.C., A study of an observed and forecasted meteorological index and its relation to the interplanetary magnetic field, *GRL*, vol. 4, nº 8, 1977, p.337-340.

Le Treut, Hervé., Portes, Jacques., Jouzel, Jean. and Ghil, Michael., Isotopic modeling of climatic oscillations: implications for a comparative study of marine and ice core records, *JGR*, vol. 93, nº D8, 1988, p. 9365-9383.

Lean, J., Contribution of ultraviolet irradiance variations to changes in the Sun’s total irradiance, *Science*, vol. 244, 1989, p. 197-200.

Lean, J., White, O.R. and Skumanich, A., On the solar ultraviolet spectral irradiance during the Maunder Minimum, *Global Biogeochemical Cycles*, vol. 9, nº 2, 1995, p. 171-182.
Lean, Judith., Variations in the Sun's radiative output, *Reviews of Geophysics*, vol. 29, nº 4, 1991, p. 505-535.
Lean, Judith., Skumanich, Adrew. and White, Oran., Estimating the Sun's radiative output during the Maunder Minimum, *GRL*, vol. 19, nº 15, 1992, p. 1591-1594.
Lean, Judith., VanHoosier Michael *et al*., SUSIM/UARS observations of the 120 to 300 nm flux variations…, *GRL*, vol. 19, nº 22, 1992, p. 2203-2206.
Lethbridge, M.D., Cosmic rays and thunderstorm frequency, *Global Biogeochemical Cycles*, vol. 8, nº 5, 1981, p. 521-522.
Lighthill, James., Holland, Greg., *et al*., Global Climate Change and Tropical Cyclones, *BAMS*, vol. 75, nº 11, 11-1994, p. 2147-2157.
Lindzen, R.S., Climate dynamics and global change, *Annu.Rev.Fluid Mech.*, vol. 26, 1994a, p. 353-378.
Lindzen, Richard S., Hou, A.Y. and Farrel, B.F., The role of convective model choice in calculating the climate impact of doubling CO_2, *Journal of the Atmospheric Sciences*, vol. 39, nº 6, 1982, p. 1189-1205.
Lindzen, Richard S., Some coolness concerning global warming, *BAMS*, vol. 17, nº 3, 1990, p. 288-299.

Lindzen, Richard S., A detailed analysis of the alleged scientific global warming debate; Preprint, July 15, 1993; to appear in *Balancing the Earth's Economy and Ecology*; John A. Baden Ed., 1993, p. 1-17.
Lindzen, Richard S., Contraining possibilities versus signal detection; Preprint, 1994, to appear in *Review of Climate Variability on the Decade to Century Time Scale.*, 1994b, p. 1-6.
Lindzen, Richard S., The effect of concentrated PV gradients on stationary waves; Preprint, April 13, 1994; to appear in *J. Atmos. Sci.*, 1994c.
Lindzen, Richard S., Nierenberg, William A., Jastrow, Robert., Baliunas, Sallie. and Stuiver, Minze., Global warming report, *Science*, vol. 247, 1990, p. 14-16.
Liu, Han-Shou., Frequency variations of the Earth's obliquity and the 100-kyr ice-age cycles, *Nature*, vol. 358, 1992, p. 397-399.
Lockwood, G.W., Skiff, Brian A., Baliunas, Sallie L. and Radick, Richard R., Long-term solar brightness changes estimated from a survey of Sun-like stars, *Nature*, vol. 360, 1992, p. 653-655.
MacDonald, Norman J. and Roberts, Walter Orr., Further evidence of a solar corpuscular influence on large-scale circulation at 300 mb, *JGR*, vol. 65, nº 2, 1960, p. 529-534.
MacDonald, Norman J. and Woodbridge, David D., Relation of geomagnetic disturbances to circulation

changes at 30,000-foot level, *Science*, vol. 129, 1959, p. 638-639.
Madden, Roland A. and Ramanathan, V., Detecting climate change due to increasing carbon dioxide, *Science*, vol. 209, 1980, p. 763-768.
Manabe, S., Stouffer, R.J., Spelman, M.J. and Bryan, K., Transient responses of a coupled ocean-atmosphere model to gradual changes of atmospheric CO_2. Part I: Annual mean response, *Journal of Climate*, vol. 4, 1991, p. 785-818.
Markson, Ralph. and Muir, Michael., Solar wind control of the Earth's electric field, *Science*, vol. 208, nº 4447, 1980, p. 979-990.
Mason, S.J. and Tyson, P.D., The modulation of sea surface temperature and rainfall associations over southern Africa with solar activity and the Quasi-Biennial Oscillation, *JGR*, vol. 97, nº D5, 1992, p. 5847-5856.
Masood, Ehsan., Climate panel confirms human role in warming, fights off oil states, *Nature*, vol. 378, 1995, p. 524-524.
Masood, Ehsan., Climate report 'subject to scientific cleansing', *Nature*, vol. 381, 1996, p. 546-546.
Matsuno, Taroh., Vertical propagation of stationary planetary waves in the winter northern hemisphere, *Journal of the Atmospheric Sciences*, vol. 27, 1970, p. 871-883.

Märcz, F., Atmospheric electricity and the 11-year solar cycle associated with QBO, *Annales Geophysicae*, vol. 8, nº 7-8, 1900, p. 523-530.
McHargue, L.R. and Damon, P.E., The global beryllium 10 cycle, *Reviews of Geophysics*, vol. 29, nº 2, 1991, p. 141-158.
Meier, M.F., Reduced rise in sea level, *Nature*, vol. 343, 1990, p. 115-116.
Mendoza, B., Pérez-Enríquez, R. and Alvarez-Madrigal, M., Analysis of solar activity conditions during periods of El Niño events, *Annales Geophysicae*, vol. 9, 1991, p. 50-54.
Michaels, Patrick J., Knappenberger, Paul C. and Weber, Gerd R., Human effect on global climate?, *Nature*, vol. 384, 12-12-1996, p. 522-523.
Miller, Gifford H. and de Vernal, Anne., Will greenhouse warming lead to Northern Hemisphere ice-sheet growth?, *Nature*, vol. 355, 1992, p. 244-246.
Morgan, V.I., Goodwin, I.D., Etheridge, D.M. and Wookey, C.W., Evidence from Antarctic ice cores from recent increases in snow accumulation, *Nature*, vol. 354, 1991, p. 58-61.
Muller, R.A. and Morris, D.E., Magnetic reversal rate and sea level, *Nature*, vol. 332, 1988, p. 211.
Murphy, J.M., Prediction of the transient response of climate to gradual increase of CO_2, using a coupled ocean/atmosphere model with flux correction. In:

Research Activities in Atmospheric and Oceanic Modelling. CAS/JSC Working Group on Numerical Experimentation, Report nº 14, WMO/TD nº 396, 1990, p. 9.7-9.8.
Nemesure, Seth., Cess, Robert D., Dutton, Ellsworth G., DeLuisi, John J., Li, Zhanqing. and Leighton, Henry G., Impact of clouds on the shortwave radiation budget of the surface-atmosphere system for snow-covered surfaces, *Journal of Climate*, vol. 7, nº 4, 1994, p. 579-585.
Nerem, R.S., Haines, B.J., *et al*., Improved determination of global mean sea level variations using TOPEX/POSEIDON altimeter data, *GRL*, vol. 24, nº 11, 6-1-1997, p. 1331-1334.
Nesme-Ribes, E., Solokoff, D., Ribes, J.C. and Kremliovsky, M., The Maunder Minimum and the solar dynamo, In E. Nesme-Ribes (ed.), *The Solar Engine and Its Influence on Terrestrial Atmosphere and Climate*, Springer-Verlag, Berlin, p. 561, 1995.
Newell, Nicholas E., Newell, Reginald E., Hsiung Jane. and Zhongxiang, Wu., Global marine temperature variation and the solar magnetic cycle, *GRL*, vol. 16, nº 4, 1989, p. 311-314.
Nicholls, K.W., Predicted reduction in basal melt rates of an Antarctic ice shelf in warmer climate, *Nature*, vol. 388, 7-31-1997, p. 460-462.

O'Brien, Brian J., IPCC's climate change mindset, *Nature*, vol. 348, 1990, p. 9.
Oerlemans, J., Response to the Antarctic ice sheet to climatic warming: a model study, *Journal of Cimatology*, vol. 2, nº 1, 1982, p. 1-11.
Paillard, D., The timing of Pleistocene glaciations from a simple multiple-state climate model, *Nature*, vol. 391, 1-22-1998, p. 378-381.
Peltier, W.R. and Tushingham, A.M., Global sea level rise and the greenhouse effect: might they be connected?, *Science*, vol. 244, 1989, p. 806-810.
Pilewskie, Peter. and Valero, Franscisco P.J., Direct observations of excess solar absorption by clouds, *Science*, vol. 267, 1995, p. 1626-1629.
Platt, C.M.R., The role of cloud microphysics in high-cloud feedback effects on climate change, *Nature*, vol. 341, 1989, p. 428-429.
Pollack, James B., Rind, David., Lacis, Andrew., Hansen, James E., Sato, Makiko. and Ruedy, Reto., GCM simulations of volcanic aerosol forcing. Part I: Climate changes induced by steady-state perturbations, *Journal of Climate*, vol. 6, 1993, p. 1719-1742.
Pollack, James B., Toon, Owen B., Sagan, Carl., Audrey., Baldwin, Betty. and Van Camp, Warren., Volcanic explosions and climatic change: a theoretical assessment, *JGR*, vol, 81, nº 6, 1976, p. 1071-1083.

Portman, David A., Identifying and correcting urban bias in regional time series: surface temperatures in China's northern plains, *Journal of Climate*, vol. 6, 1993, p. 2298-2308.

Quiroz, Roderick S., Relationships among the stratospheric and tropospheric zonal flows and the Southern Oscillation, *Monthly Weather Review*, vol. 111, 1983, p. 143-154.

Radick, Richard R., Lockwood, G.W. and Baliunas, Sallie L., Stellar activity and brightness variations: a glimpse at the Sun's history, *Science*, vol. 247, 1990, p. 39-44.

Raisbeck, G.M., Yiou F., Jouzel, J. and Petit, J. R., ^{10}Be and δ^{2}H in polar ice cores as a probe of the solar variability's influence on climate, *Phil. Trans.R.Soc.Lond.*, vol. A 330, 1990, p. 463-470.

Ramanathan, V., The greenhouse theory of climate change: a test by an inadvertent global experiment, *Science*, vol. 240, 1988, p. 293-299.

Ramanathan, V., Subasilar, B., Zhang, G.J., Conant, W., Cess, R.D., Kiehl, J.T., Grassl, H. and Shi, L., Warm pool heat budget and shortwave cloud forcing: a missing physics?, *Science*, vol. 267, 1995, p. 499-503.

Rampino, Michael R., Self, Stephen. and Fairbridge, Rhodes W., Can rapid climatic change cause volcanic eruptions?, *Science*, vol. 206, 1979, p. 826-829.

Rampino, Michael R. and Stothers, Richard B., Climatic effects of volcanic eruptions, *Nature*, vol. 313, 1985, p. 272-272.
Randall, D.A. and Cess, R.D., Analysis of snow feedbacks in 14 general circulation models, *JGR*, vol. 99, nº D10, 1994, p. 20,757-20,771.
Rasool, S.I. and Schneider, S.H., Atmospheric carbon dioxide and aerosols: effects of large increases on global climate, *Science*, vol. 173, 1971, p. 138-141.
Reid, George C., Influence of solar variability on global sea surface temperatures, *Nature*, vol. 329, 1987, p. 142-143.
Reid, George C., Solar total irradiance variations and the global sea surface temperature record, *JGR*, vol. 96, nº D2, 1991, p. 2835-2844.
Ribes, J.C. and Nesme-Ribes, E., The solar sunspot cycle in the Maunder minimum AD 1645 to AD 1715, *Astronomy and Astrophysics*, vol. 276, 1993, p. 549-563.
Rind, David. and Balachandran, Nambath K., Modeling the effects of UV variability and the QBO on the troposphere-stratosphere system. Part II: The troposphere, *Journal of Climate*, vol. 8, 1995, p. 2080-2095.
Roberts, Walter Orr. and Olson, Roger H., Geomagnetic storms and wintertime 300-mb through development in the North Pacific-North America area, *Journal of the Atmospheric Sciences*, vol. 30, 1973a, p. 135-140.

Roberts, Walter Orr. and Olson, Roger H., New evidence for effects of variable solar corpuscular emission on the weather, *Reviews of Geophysics and Space Physics*, vol. 11, nº 3, 1973b, p. 731-740.

Robinson, Arthur B., Baliunas, Sallie L., Soon, Willie. and Robinson, Zachary W., *Environmental effects of Increased Atmospheric Carbon Dioxide*, 01-1998, [http://www.oism.org/project].

Roeckner, E., Schlese, U., Biercamp, J. and Loewe, P., Cloud optical depth feedback and climate modeling, *Nature*, vol. 329, 1987, p. 138-140.

Royer, Thomas C., Upper ocean temperature variability in the Northeast Pacific Ocean: is it an indicator of global warming?, *JGR*, vol. 94, nº C12, 1989, p. 18,175-18,183.

Sansom, John., Antarctic surface temperature time series, *Journal of Climate*, vol. 2, 1989, p. 1164-1172.

Santer, B.D. and Taylor, K.E., A search for influence on the thermal structure of the atmosphere, *Nature*, vol. 382, 7-4-1996, p. 39-46.

Schatten, Kenneth H. and Orosz, Jerome A., Solar constant secular changes, *Solar Physics*, vol. 125, 1990, p. 179-184.

Schlesinger, M.E., Equilibrium and transient climatic warming induced by increased atmospheric CO_2, *Climate Dynamics*, vol. 1, nº 1, 1986, p. 35-51.

Schlesinger, Michael E. and Mitchell, John F.B., Climate model simulations of the equilibrium climatic response to increased carbon dioxide, *Reviews of Geophysics*, vol. 25, nº 4, 1987, p. 760-798.
Schmitz, G. and Grieger, N., Model calculations on the structure of planetary waves in the upper troposphere and lower stratosphere as a function of the wind field in the upper stratosphere, *Tellus*, vol. 32, 1980, p. 207-214.
Schove, D. Justin., The sunspot cycle, 649 B.C. to A.D. 2000, *JGR*, vol. 60, nº 2, 1955, p. 127-146.
Senior, C.A. and Mitchell, J.F.B., Carbon dioxide and climate: the impact of cloud parameterization, *Journal of Climate*, vol. 6, nº 3, 1993, p. 393-418.
Shutts, G.J., Quasi-geostrophic planetary wave forcing, *Quart.J.R.Met.Soc.*, vol. 104, 1978, p.331-350.
Smith, Ronald B., Deuterium in North Atlantic storm tops, *Journal of the Atmospheric Sciences*, vol. 49, nº 22, 1992, p. 2041-2057.
Solow, Andrew R. and Broadus, James M., On the detection of the greenhouse warming, *Climatic Change*, vol. 15, 1989, p. 449-453.
Somerville, Richard C. and Remer, Lorraine A., Cloud optical thickness feedbacks in the CO_2 climate problem, *JGR*, vol. 89, nº D6, 1984, p. 9668-9672.
Sonett, C.P. and Finney, S.A., The spectrum of radiocarbon, *Phil.Trans.R.Soc.Lond.*, vol. A 330, 1990, p. 413-426.

Sonett, C.P. and Suess, H.E., Correlation of bristlecone pine ring widths with atmospheric ^{14}C variations: a climate-Sun relation, *Nature*, vol. 307, 1984, p. 141-143.
Spencer, Roy W. and Braswell, William D., How Dry is the Tropical Free Troposphere? Implications for Global Warming Theory, *BAMS*, vol. 78, nº 6, 6-1997, p. 1097-1106.
Spencer, Roy W. and Christy, John R., Precise monitoring of global temperature trends from satellites, *Science*, vol. 247, 1990, p. 1558-1562.
Spencer, Roy W. and Christy, John R., Precision and radiosonde validation of satellite gridpoint temperature anomalies. Part II: A tropospheric retrieval and trends during 1979-90, *Journal of Climate*, vol. 5, 1992, p. 858-866.
Stephens, Graeme L., Jackson, Darren L. and Wittmeyer, Ian., Global Observations of Upper-Tropospheric Water Vapor Derived from TOVS Radiance Data, *Journal of Climate*, vol. 9, 1996, p. 305-325.
Sternberg, Robert S. and Damon, Paul E., Re-evaluation of possible historical relationship between magnetic intensity and climate, *Nature*, vol. 278, 1979, p. 36-38.
Stockton, Charles W. and Meko, David M., Drought recurrence in the Great Plains as reconstructed from long-term tree-ring records, *JCAM*, vol. 22, 1983, p. 17-29.

Stolov, Harold L. and Shapiro, Ralph., Investigation of the responses of the general circulation at 700mbar to solar geomagnetic disturbance, *JGR*, vol. 79, nº 15, 1974, p. 2161-2170.
Stone, Peter H. and Risbey, James S., On the limitations of general circulation models, *GRL*, vol. 17, nº 12, 1990, p. 2173-2176.
Stringfellow, M.F., *Nature*, vol. 249, 1974, p. 332.
Stuiver, Minze. and Braziunas, Thomas F., Atmospheric ^{14}C and century-scale solar oscillations, *Nature*, vol. 338, 1989, p. 405-408.
Suess, H.E. and Linick, T.W., The ^{14}C record in bristlecone pine wood of the past 8000 years based on the dendrochronology of the late C.W. Ferguson, *Phil.Trans.R.Soc.Lond.*, vol. A 330, 1990, p. 403-412.
Sun, De-Zheng. and Held, Isaac M., A comparison of Modeled and Observed Relationships between Interannual Variations of Water Vapor and Temperature, *Journal of Climate*, vol. 9, 1996, p. 665-675.
Sun, De-Zheng. and Lindzen, Richard S., Distribution of tropical tropospheric water vapor, *Journal of the Atmospheric Sciences*, vol. 50, nº 12, 1993a, p. 1643-1660.
Sun, De-Zheng. and Lindzen, Richard S., Water vapor feedback and the ice age snowline record, *Annales Geophysicae*, vol. 11, 1993b, p. 204-215.

Svensmark, Henrik. and Friis-Christensen, Eigil., Variation of cosmic ray flux and global cloud coverage – a missing link in solar-climate relationships, *Journal of Atmospheric and Solar-Terrestrial Physics*, vol. 59, nº 11, 1997, p. 1225-1232.

Tinsley, Brian A., The solar cycle and the QBO influences of the latitude of storm tracks in the North Atlantic, *GRL*, vol. 15, nº 5, 1988, p. 409-412.

Tinsley, Brian A., Correlations of atmospheric dynamics with solar wind-indeced changes of air-earth current density into cloud tops, *JGR*, vol. 101, nº D23, 12-27-1996, p. 29,701-29,714.

Tinsley, Brian A., Brown, Geoffrey M. and Scherrer, Philip H., Solar variability influences on weather and climate: possible connections through cosmic ray fluxes and storm intensification, *JGR*, vol. 94, nº D12, 1989, p. 14,783-14,792.

Tinsley, Brian A. and Deen, Glen W., Apparent troposphere response to MeV-GeV particle flux variations: a connection via electrofreezing of supercooled water in high-level clouds?, *JGR*, vol. 96, nº D12, 1991, p. 22,283-22,296.

Tinsley, Brian A. and Heelis, Roderick A., Correlations of atmospheric dynamics with solar activity; evidence for a connection via the solar wind, atmospheric electricity, and clouds microphysics, *JGR*, vol. 98, nº D6, 1993, p. 10,375-10,384.

Tinsley, Brian A., Hoeksema, J. Todd. and Baker, Daniel N., Stratospheric volcanic aerosols and changes in air-earth current density at solar wind magnetic sector boundaries as conditions for the Wilcox tropospheric vorticity effect, *JGR*, vol. 99, nº D8, 1994, p. 16,805-16,813.

Trenberth, Kevin E., The use and abuse of climate models, *Nature*, vol. 386, 1997, p. 131-133.

Trenberth, Kevin E., Christy, John R. and Hurrell, James W., Monitoring global monthly mean surface temperatures, *Journal of Climate*, vol. 5, nº 12, 1992, p. 1405-1423.

Twomey, S.A., Piepgrass, M. and Wolfe, T.L., An assessment of the impact of pollution on global cloud albedo, *Tellus*, vol. 36B, nº 5, 1984, p. 356-366.

Van Loon, Harry. and Labitzke, K., Association between the 11-year solar cycle and the atmosphere. Part IV: The stratosphere, not grouped by phase of the QBO, *Journal of Climate*, vol. 3, nº 8, 1990, p. 827-837.

Van Loon, Harry. and Labitzke, K., Association between the 11-year solar cycle, the QBO, and the atmosphere. Part II: Surface and 700mb in the Northern Hemisphere in winter, *Journal of Climate*, vol. 1, nº 9, 1988, p. 905-920.

Varotsos, C., Comment on connections between the 11-year solar cycle, the Q.B.O and total ozone, *Journal of*

Atmospheric and Terrestrial Physics, vol. 51, nº 5, 1989, p. 367-370.
Vines, R.G., Rainfall patterns in the Western United States, *JGR*, vol. 87, nº C9, 1982, p. 7303-7311.
Vinnikov, K. Ya., Groisman, P. Ya. and Lugina, K.M., Empirical data on contemporary global climate changes (temperatures and precipitations), *Journal of Climate*, vol. 3, 1990, p. 662-677.
Wang, Wei-Chyung., Zeng, Zhaomei. and Karl, Thomas R., Urban heat islands in China, *GRL*, vol. 17, nº 12, 1990, p. 2377-2380.
Wigley, T.M.L. and Kelly, P.M., Holocene climatic change, ^{14}C wiggles and variations in solar irradiance, *Phil.Trans.R.Soc.Lond.*, vol. A 330, 1990, p. 547-560.
Wigley, T.M.L. and Raper, S.C.B., Climatic change due to solar irradiance changes, *GRL*, vol. 17, nº 12, 1990, p. 2169-2172.
Wigley, T.M.L., Richels, R. and Edmonds, J.A., Economic and environmental choices in the stabilization of atmospheric CO_2 concentrations, *Nature*, vol. 379, 1-18-1996, p. 240-243.
Wilcox, John M., Scherrer, Philip H., Svalgaard, Leif., Roberts, Walter Orr. and Olson, Roger H., Solar magnetic sector structure: relation to circulation of the Earth’s atmosphere, *Science*, vol. 180, 1973, p. 185-186.
Williams, G.E., Sunspot periods in the late Precambrian glacial climate and solar-planetary relations, *Nature*, vol.

291, 1981, p. 624-628.
Willson, Richard C. and Hudson, Hugh S., The Sun's luminosity over a complete solar cycle, *Nature*, vol. 351, 1991, p. 42-44.
Wilson, Douglas S., Confirmation of the astronomical calibration of the magnetic polarity timescale from the sea-floor spreading rates, *Nature*, vol. 364, 1993, p. 788-790.
Winograd, Isaac J. *et al*., Continuous 500,000-year climate record from vein calcite in Devils Hole, Nevada, *Science*, vol. 258, 1992, p. 255-257.
Winograd, Isaac J., Szabo, Barney J., Coplen, Tyler B. and Riggs, Alan C., A 250,000-year climatic record from Great Bassin vein calcite: implications for Milankovitch theory, *Science*, vol. 242, 1988, p. 1275-1280.
Wiscombe, Warren J., An absorbing mystery, *Nature*, vol. 376, 1995, p. 466-467.
Wollin, Goesta., Ericson, David B. and Ryan, William B.F., Variations in magnetic intensity and climatic changes, *Nature*, vol. 232, 1971, p. 549-551.
Wollin, Goesta., Kukla, George J., Ericson, David B., Ryan, William B.F. and Wollin, Janet., Magnetic intensity and climatic changes 1925-1970, *Nature*, vol. 242, 1973, p. 34-37.
Wollin, Goesta., Ryan, William B.F., Ericson, David B., Climatic changes, magnetic intensity variations and

fluctuations of the eccentricity of the Earth's orbit during the past 2,000,000 years and a mechanism which may be responsible for the relationship, *Earth and Planetary Science Letters*, vol. 41, 1978, p. 395-397.
Wood, Fred B., Comment: on the need for validation of the Jones *et al*. temperature trends with respect to urban warming, *Climatic Change*, vol. 12, 1988, p. 297-312.
Wu, Zhongxiang., Newell, Reginald E. and Hsiung, Jane., Possible factors controlling global marine temperature variations over the past century, *JGR*, vol. 95, nº D8, 1990, p. 11,799-11,810.
Yiou, P., Genthon, C., Ghil, M., Jouzel, J., Le Treut, H., Barnola, J.M., Lorius, C. and Korotkevitch, Y. N., High-frequency paleovariability in climate and CO_2 levels from Vostok ice core records, *JGR*, vol. 96, nº B12, 1991, p. 20,365-20,378.
Yiou, P., Ghil, M., Jouzel, J., Paillard, D. and Vautard, R., Nonlinear variability of the climatic system from singular and power spectra of Late Quaternary records, *Climate Dynamics*, vol. 9, 1994, p. 371-389.
Zielinski, G.A., Mayewski, P.A., Meeker, L.D., Whitlow, S., Twickler, M.S., Morrison, M., Meese, D.A., Gow, A.J. and Alley, R.B., Record of volcanism since 7000 B.C. from the GISP 2 Greenland ice core and implications for the volcano-climate system, *Science*, vol. 264, 1994, p. 948-952.

473. Laurent Zecchini, Difficile ratification par le Sénat américain du compromis de Kyoto, *Le Monde*, 13 décembre 1997, p. 5.
474. Jean-Paul Besset, Un simple ralentissement des émissions de gás nocifs, *Le Monde*, 12 décembre 1997, p. 2.
475. *Ibid*.
476. Yves Lenoir, *La vérité sur l'effet de serre, le dossier d'une manipulation planétaire*, Paris, Editions La Découverte, 1992.
477. S. Manabe and R.T. Wetherald, Thermal equilibrium of the atmosphere with a given distribution of relative humidity, *J. Atmos. Sci*., vol. 24, 1967, p. 241-259. Cité dans [ScM 87].
478. Conférence sur l'environnement, Stockholm, 5-16 juin 1972, ONU: A/CONF.48/9, p. 14; A/CONF.48/5, p. 17.
479. *Ibid*., A/CONF.48/8, p. 22.
480. Daniel Garric, Est-Ouest: les "cerveaux" misent sur la paix, *Le Point*, nº 161, 20 octobre 1975, p. 179-193.
481. *Rapport final*, Conférence intergouvernementale sur l'éducation relative à l'environnement organisée par l'UNESCO avec la coopération du PNUE, Tbilissi (URSS), 14-26 octobre 1977, UNESCO, ED/MD/49, Paris, 1978, p. 65.
482. *Ibid*.
483. *Climate change, environmnet and development; World leaders' viewpoint*, Geneva, WMO, 1992, WMO-nº 772, p. vi-vii.
484. *Reporto f the international conference on the assessment of the role of carbono dioxide and of other greenhouse gases in climate variations and associated impacts*, Villach, Austria, 9-15 October 1985, WMO-nº 661, ICSU, UNEP, WMO, 1986, p. 3.
485. *Ibid*., p. 12.
486. *Ibid*., p. 28.
487. *Ibid*., p. 30.
488. Bert Bolin *et al*., *The Greenhouse Effect, Climatic Change and Ecosystems, SCOPE 29*, Chichester, John Wiley & Sons, 1986.
489. *Ibid*., p. 5.
490. *SCOPE 28, Environmental Consequences of Nuclear War*, vol. 1 & 2, 1986 & 1985.
491. As referências entre colchetes estão detalhadas na lista fornecida ao final deste capítulo. Elas indicam as duas primeiras iniciais do primeiro autor, aquela do segundo autor quando necessário, bem como os últimos algarismos referentes ao ano de publicação do trabalho citado.

492. Jill Jaeger *et al*., *Developing policies for responding to climatic change*, WCIP-1, WMO/TD-nº225, April 1988, WMO, UNEP, p. i.
493. Commission of the European Communities, *The Greenhouse Effect and the Community*, Brussel, 16 November 1988, COM(88), 656 final, p. 6.
494. *IPCC 90*, p. 202. Ver também: Ab 95. Lembremos que o IPCC é um grupo de trabalhos criado pela OMM e UNEP para estudar o efeito estufa. Ele reunia em 1997 quatro mil cientistas do mundo inteiro.
495. Ver como referência: Robert C. Balling, Jr, *The Heated Debate*, San Francisco, Pacific Research Institute for Public Policy, 1992, p. 7; Dixy Lee Ray, *Environmental Overkill*, Washington, D.C., Regnery Gateway, 1993, p. 15; Li 93.
496. Hal 76; Pa 98; JoC 87; BaR 87; GeB 87; JoB 93; AbA 95; Li 92; Br 89. Quanto à resposta caótica do sistema climático ante as forças astronômicas, ver: WiC 92; WiS 88; Br 92; Ke 92; Gh 94; LeP 88; YiG 91; YiG 94.
497. Quanto ao papel da Antártica, ver: KiC 98.
498. Br 89, Br 80; LaH 84; HaC 80; ZiM 94; RaS 85; PoR 93; PoT 76.
499. Br 77; RaS 79.
500. RaS 79.
501. É, aliás, um dos únicos processos verdadeiramente globais, razão da atenção dedicada a essa causa pelos globalistas.
502. Intergovernmental Panel on Climate Change, *Climate Change 1995*, *The Science of Climate Change*, Cambridge University Press, 1996, p. 26. Chamado doravante *IPCC 95*.
503. *Ibid*.
504. *Ibid*., p. 1.
505. *Ibid*., p. 4 e 5.
506. *Ibid*., p. 439.
507. Jean-Paul Dufour, 1997 a été l’année la plus chaude jamais enregistrée, *Le Monde*, 10 juin 1998, p. 32.
508. Jim MacNeill, Pieter Winsemius, Taizo Yakushiji, *Beyond Interdependece*, *op. cit*., p. 119.
509. *Ibid*., p. 13, 77.
510. *IPCC 1995*, p. 439.
511. *IPCC 95*, p. 434.
512. *New Scientist*, 12 september 1995; citado em *Are Human activities causing Global Waming?*

513. *New York Times*, 9/10/95. Citado em *Are Human activities causing Global Warming?*
514. J.K. Angell, in *Trends '93: A Compnedium of Data on Global Change*, T.A. Boden *et al*. eds., ORNL/CDIAC, Oak Ridge, TN, 1994, p. 636-672.
515. *IPCC 90*, p. 207.
516. Patrick J. Michaels, *Sound and Fury*, *op. cit*., p. 43.
517. *IPCC 90*, p. 210.
518. *IPCC 90*, p. 210-211.
519. A.H. Oort *et al*, Historical trends in the surface temperature over the oceans based on the COADS, *Climate Dynamics*, 2 (29), 1987, p. 29-38. Citado em [HaM 89].
520. *IPCC 90*, p. 209.
521. Helmut E. Landsberg, *The Urban Climate*, New York, Academic Press, 1981, p. 90.
522. *Ibid*., p. 84 *sq*.
523. *Ibid*., p. 91, 106.
524. *IPCC 90*, p. 209. Ver também [Wo 88].
525. Helmut E. Landsberg, *The Urban Climate*, *op. cit*., p. 87 *sq*.
526. Helmut E. Landsberg, *The Urban Climate*, *op. cit*., p. 70, 94 *sq*.
527. *IPCC 90*, p. 209.
528. *IPCC 90*, p. 206.
529. *Ibid*., p. 209.
530. *IPCC 90*, p. 199.
531. *IPCC 90*, p. 210.
532. Ver também: Patrick J. Michaels, *Sound and Fury*, *op. cit*., p. 48.
533. *IPCC 95*, p. 141 ; *IPCC 92*, p. 142; *IPCC 90*, p. 206.
534. *IPCC 95*, p. 141. A partir de [Jo 94], [HaL 87] atualizado e [ViG90].
535. *IPCC 95*, p. 137.
536. O.W. Brown, R.R. Heim, *National Climate Data Center*, *Climate Variation Bulletin*, vol. 8, Historical Climatology Series 4-7, Dec. 1996; [http://www.ncdc.noaa.gov/o1/documentlibrary/cbv.html].
537. *IPCC 95*, p. 142.
538. *IPCC 95*, p. 143.
539. *IPCC 90*, p. 199.
540. Segundo *IPCC 90*, p. 9; *IPCC 95*, p. 143.
541. Ver também: *IPCC 90*, p. 207.
542. *IPCC 90*, p. 233; ver também p. 203.

543. *L'effet de serre*, Rapport nº 31, Académie des sciences, *op cit*., p. 55.
544. *IPCC 95*, p. 147.
545. Ver também: [SpC 90; SpC 92; An 88 V], [http://wwwghrc.msfc.nasa.gov/ims-cgi-bin/mkdata?msu2rml190+/pub/data/msu/limb90/chan2r/].
546. Citado em *IPCC 95*, p. 147.
547. *IPCC 90*, p. 206.
548. *Ibid*.
549. *IPCC 95*, p. 300, 301, 315.
550. Ver também: *Atos do colóquio Planeta Terra*, *op. cit*., p. 62 *sq*.
551. *IPCC 95*, p. 6.
552. *IPCC 90*, p. 140.
553. *IPCC 90*, p. 141, 165 *sq*.; *IPCC 95*, p. 106, 112.
554. *IPCC 90*, p. 186.
555. *IPCC 95*, p. 302, 307, 432, 436.
556. *IPCC 90*, p. 140 e 78.
557. *IPCC 95*, p. 144-145.
558. *Ibid*., p. 150.
559. *Ibid*., p. 438.
560. *Ibid*., p. 301 e 438.
561. *Ibid*., p. 300.
562. *Ibid*., p. 437.
563. *Ibid*., p. 437.
564. *Ibid*., p. 302, 436.
565. *Ibid*., p. 432, 307, 436.
566. *Ibid*., p. 300.
567. *Ibid*., p. 27, 144. *IPCC 92*, p. 17.
568. Ver também: *Ibid*., p. 151.
569. Ver também: *Ibid*., p. 151.
570. *Ibid*., p. 17, 151.
571. Supondo-se que a resposta do sistema climático a uma perturbação se dê de forma exponencial, τ representa o intervalo necessário para que ela atinja seu valor final multiplicado por 1-1/e.
572. Seria injusto mencionar apenas o aspecto negativo das coisas. Esses mesmos funcionários produziram, de igual forma, belas carreiras universitárias e acadêmicas. Indivíduos obscuros, cientistas incolores saídos de parte alguma e

de laboratórios desconhecidos ocuparam, da noite ao dia, o primeiro plano da cena científica.
573. Patrick J. Michaels, *Sound and Fury*, *op. cit.*, p. 82 "*The [observed] data don't matter*".
574. *Rapport de la Conférence des Nations Unies sur l'environnement et le développement*, Rio de Janeiro, vol I, *op. cit.*, p. 124. Ver também p. 279.
575. *IPCC 90*, p. 232.
576. *Ibid*.
577. *IPCC 92*, p. 119.
578. *IPCC 95*, p. 334.
579. *Ibid.*, p. 7.
580. *Ibid.*, p. 334.
581. P. 171 e 334.
582. Jean-Paul Besset, Le réchauffement climatique et ses conséquences, *Le Monde*, 12 décembre 1997, p. 2.
583. Gérard Petitlean, Terre: alerte aux gás!, *Le Nouvel Observateur*, 27 novembre 1997, p. 12-14.
584. Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento: *Nosso Futuro Comum*, *op. cit.*, p. 210.
585. IPCC, *Climate Change*, *The IPCC Response Strategies*, Washington, D.C., Island Press, 1991, p. xliv. Ver também [O'B 90].
586. Comission of the European Communities, Communication to the Council, *The Greenhouse effect and the Community*, COM (88) 656 final, 16 November 1988, Brussels, p. 5.
587. Jean-Paul Besset, Le réchauffement climatique et ses conséquences, *Le Monde*, *op. cit*.
588. Jean Jouzel, Gérard Petitjean, Quand la mer montera, *Le Nouvel Observateur*, 27 novembre 1997, p .26-28.
589. *Rapport de la Conférence des Nations Unies sur l'environnement et le développement*, Rio de Janeiro, vol I, *op. cit.*, p. 271.
590. *IPCC 95*, p. 363.
591. Ver também [Do 95].
592. *IPCC 95*, p. 363. Ver também *IPCC 90*, p. 261.
593. *IPCC 95*, p. 364.
594. *Report of the international conference on the assessment of the role of carbon dioxide and of other greenhouse gases in climate variations and associated impacts*, Villach, Austria, 9-15 October 1985, *op. cit.*, p. 11.

595. *IPCC 95*, p. 364. Ver também [Be 97].
596. *Ibid*., p. 363. Ver também [MiV 92].
597. *Ibid*., p. 384.
598. *Ibid*., p. 385.
599. *IPCC 95*, p. 7.
600. Jean-Paul Besset, Le réchauffement climatique et ses conséquences, *Le Monde*, *op. cit*.
601. P. 173.
602. IGBP, *The Initial Core Projects*, Report nº 12, Stockholm, IGBP, 1990, p. 1-4 e 1-5; IGBP, *Terrestrial Biosphere Exchange with Global Atmospheric Chemistry*, Report nº 13, Stockholm, IGBP, 1990, p. v.
603. IGBP, *The Initial Core Projects, op. cit*., p. 8.1-0.
604. IGBP, *IBGP in Action: Work Plan 1994-1998*, Report nº 28, Stockholm, IGBP, 1994, p. 97.
605. *Ibid*.
606. *Reports on: A Workshop on concepts, Models and Data for the Human Dimensions of Global Environmental Change, Moscow 2-4 March 190; A Workshop on Methodological Issues in Global Modelling: Micro-Global Links, Mexico 5-8 November 1990*, Occasional Paper 3, SHS/91/WS/7, Barcelona, HDP/ISSC, UNESCO, 1991, p. 10. O primeiro colóquio foi patrocinado, entre outros, pelo Instituto de Pesquisa de Sistemas da Academia de Ciências Russa.
607. *Ibid*., p. 9.
608. HDP, *Work Plan 1994-1995*, Occasional Paper nº6, HDP, 1994, p. 21.
609. *Ibid*.
610. *Ibid*., p. 17.
611. *Reports on: A Workshop on concepts, Models and Data for the Human Dimensions of Global Environmental Change, op. cit*., HDP/ISSC, UNESCO, p. 18. Ver também p. 10 e 20. Negrito nosso.
612. Philippe Roqueplo, *Climat sous surveillance, Limites et conditions de l'expertise scientifique*, Paris, Economica, 1993.
613. *Ibid*., p. 140.
614. *L'effet de serre*, Rapport nº 31, Académie des sciences, *op. cit*., p. 45.
615. Bert Bolin *et al*., *The Greenhouse Effect, Climatic Change and Ecossystems, SCOPE 29, op. cit*., p. 455.
616. *IPCC 90*, p. 321.
617. *L'effet de serre*, Rapport nº 31, Académie des sciences, *op. cit*., p. 45.

618. É ao menos paradoxal ter de introduzir correções de fluxo nos modelos de circulação geral cujo principal trunfo, comparado aos modelos mais simples de dimensão um ou dois, deveria ser justamente aferir os fluxos com alta fidelidade. É verdade que esses modelos simples podem ser manejados por pequenas equipes, até mesmo por um só indivíduo, e que eles demandam muito menos recursos informáticos. Em outras palavras, eles escapam completamente ao controle dos Estados e das instituições internacionais. Ver [StR 90].
619. *IPCC 95*, 237. *IPCC 90*, p. 87, 123.
620. *IPCC 95*, p. 267.
621. *Ibid*., p. 249.
622. *IPCC 92*, p. 110. Extraído de [Mu 90].
623. *Ibid*., p. 238 e 310.
624. *Ibid*., p. 347.
625. *Ibid*., p. 310 e 245.
626. *IPCC 90*, p. 87, 123.
627. *IPCC 95*, p. 237.
628. *Ibid*., p. 239.
629. *Ibid*., p. 240.
630. *Ibid*., p. 244.
631. *Ibid*., p. 238, 249.
632. *Ibid*., p. 275.
633. *Ibid*., p. 274.
634. *Ibid*., p. 345.
635. *IPCC 92*, p. 126.
636. *L'effet de serre*, Rapport nº 31, Académie des sciences, *op*. *cit*., p. 47.
637. *Ibid*.
638. P. 161.
639. *IPCC 95*, p. 273, 202 e 345 *sq*.
640. *Ibid*., p. 200.
641. *Ibid*., p. 267.
642. *Ibid*., p. 269.
643. *Ibid*., p. 275.
644. Douglas V. Hoyt, Kenneth H. Schatten , *The Role of the Sun in Climate Change*, Oxford, Oxford University Press, 1997, p. 48.
645. *IPCC 95*, p. 249.
646. *Ibid*., p. 289.
647. *Ibid*., p. 34 e 200. Negrito nosso.

648. SuL 93a; Li 94a; SuH 96; SuL 93b; LiH 82; Ch 94; StJ 96; SpB 97; As 96; Sm 92.
649. Li 94a e b; SuL 93. Para a evaporação nas zonas extra-tropicais, ver Sm 92.
650. *IPCC 95*, p. 200 *sq*.
651. P. 201.
652. *Ibid*. Ver também [Ha 96b].
653. *Ibid*., p. 34 e 345.
654. *Ibid*., p. 35.
655. Ver também *IPCC 95*, p. 206.
656. *Ibid*., p. 345.
657. *Ibid*., p. 251.
658. *Ibid*., p. 239. Ver também *IPCC 90*, p. 101 *sq*., 114.
659. Douglas V. Hoyt, Kenneth H. Schatten, *The Role of the Sun in Climate Change*, *op*. *cit*., p. 3.
660. *Ibid*., p. 5.
661. *L'effet de serre*, Rapport nº 31, Académie des sciences, *op*. *cit*., p. 40.
662. Encontraremos uma explicação muito bem elaborada dessa questão na obra de Hoyt e Schatten já citada, *The Role of the Sun in Climate Change*. Três outras obras científicas, escritas antes da controvérsia sobre o efeito estufa, devem ser mencionadas em especial: B.M. McCormac (ed.), *Weather and Climate Responses to Solar Variations*, Boulder, Colorado Associated University Press, 1983; Billy M. McCormac, Thomas A. Seliga (eds.), *Solar-Terrestrial Influences on Weather and Climate*, Dordrecht, D. Reidel Publishing COmpagny, 1979; e John R. Herman, Richard A. Goldberg, *Sun, Weather and Climate*, Washington, D.C., NASA, 1978.
663. Para conhecer as críticas pertinentes, ver B.M. McCormac (ed.), *Weather and Climate Responses to Solar Variations*, *op*. *cit*., p. 185.
664. Cu 81; Vi 82; StM 83; BlD 84; Ki 75. Ver também: J.M. Mitchell, Jr., C.W. Stockton, and D.M. Meko, Evidence of a 22-year Rhythm of Drought in the Western United States Related to the Hale Solar Cycle since the 17th Century, *in* Billy M. McCormac, Thomas A. Seliga (eds.), *Solar-Terrestrial Influences on Weather and Climate*, *op*. *cit*., p. 125-144 e C.W. Stockton, J.M. Mitchell, Jr., and D.M. Meko, A Reappraisal fo the 22-Year Drought Cycle, *in* B. M. McCormac (ed.), *Weather and Climate Respondes to Solar Variations*, *op*. *cit*., p. 507-516. Também p. 534, 539.
665. [Jo 65; WoW 65; Wo 72; Wo 75; BuC 70; Ba 75; FeH 77; La 81; Fas 87]. Ver também H.T. Mörth, L. Schlamminger, Planetary motion, Sunspots and

Climate, *in* Billy M. McCormac, Thomas A. Seliga (eds.), *Solar-Terrestrial Influences on Weather and Climate*, *op*. *cit*., p. 193-207.
666. *IPCC 95*, p. 423. Ver também *IPCC 94*, p. 191. *sq*.
667. [La 65; Hi 74; Sc 78; Sc 80; HoT 80; Ba 81; HoT 82; Ge 88]. Ver também: Billy M. McCormac, Thomas A. Selica (eds.), *Solar-Terrestrial Influences on Weather and Climate*, *op*. *cit*., p. 16 *sq*., 149, 263.
668. Ver, a esse respeito, [Li 94c].
669. Bert Bolin *et al*., *The Greenhouse Effect*, *Climatic Change and Ecosystems*, *SCOPE 29*, *op*. *cit*., p. 232.
670. [Ko 95] e bibliografia do mesmo autor.
671. Ver, a esse respeito, *IPCC 94*, p. 191.
672. No que tange as relações entre o campo magnético do vento solar, campo magnético terrestre, raios cósmicos, circuito elétrico global e o clima, ver: [Ti 96; TiH 93; TiD 91; TiB 89; Mä 90; McDR 60; McDW 59; RoO 73a; WiS 73; RoO 73b; StS 74; LaK 77; MaM 80; Le 81].
673. Bert Bolin *et al.*, *The Greenhouse Effect*, *Climatic Change and Ecosystems*, *SCOPE 29*, *op*. *cit*., p. 502.
674. A bibliografia a esse respeito é imensa. O leitor poderá consultar, sobretudo: *IPCC 95*, ch. 9 e Sherwood B. Idso, *Carbon Dioxide and Global Change: Earth in Transition*, Tempe, IBR Press, 1989.
675. IPCC, *Climate Change*, *The IPCC Response Strategies*, *op*. *cit*., p. xxxviii.
676. Arthur B. Robinson, Sallie L. Baliunas *et al*., *Environmental Effects of Increased Atmsopheric Carbon Dioxide*, 198, [http://www.oism/org/pproject].

CAPÍTULO III

BIODIVERSIDADE AMEAÇADA?

A biodiversidade está gravemente ameaçada por todo o planeta, especialmente nas florestas tropicais úmidas. Os números são assustadores:

> Ao longo dos próximos 20 anos, mais de um quarto das espécies terrestres poderá ter desaparecido. (Maurice Strong, ONU)[677]

> [J]á quase um milhão de espécies de plantas e animais foi exterminado! Isso representa 8% das espécies conhecidas. Muitas desapareceram antes mesmo que se soubesse de que modo elas poderiam ter sido úteis ao homem! A situação piora diante da inevitável explosão demográfica. (J.Y. Cousteau)[678]

> [S]egundo as estimativas, as taxas de extinção atuais ultrapassam em dez mil vezes as taxas “normais”, calculadas a partir da história da biosfera. (UNESCO)[679]

> Segundo as estimativas mais exatas de que dispomos, aproximadamente 900.000 espécies desapareceram a cada milhão de anos decorridos ao longo dos últimos 200 milhões de anos; a taxa média de extinção era, portanto, duma espécie a cada 21 meses. A taxa atual é, devido à ação do homem, muitas centenas de vezes superior. Talvez milhares de vezes superior. […]
> Se o desmatamento da Amazônia seguisse em seu ritmo atual até o ano 2000, e em seguida cessasse totalmente (o que, convenhamos, é muito pouco provável), aproximadamente 15% das espécies vegetais seriam perdidas para sempre. (Comissão Brundtland)[680]

> De acordo com certas estimativas, uma centena de espécies desaparece a cada dia. (Comissão das Comunidades Européias)[681]

> [O] desflorestamento na zona tropical deve causar pelo menos 4.000 extinções por ano. […] A taxa de extinção real pode muito provavelmente

superar esse valor em 100 ou 1.000 vezes. (*Science*)[682]

A UNEP esteve na origem do projeto de *Avaliação da biodiversidade global*, “aprovou-a formalmente”,[683] colocou seu nome nesse relatório e possui os *copyrights* sobre ele. Assim como os trabalhos do IPCC, esse relatório destina-se aos homens políticos, buscando guiá-los em matéria de biodiversidade. Trata-se portanto de um documento de grande autoridade, refletindo um amplo consenso no âmbito das esferas globalistas. Teremos, a propósito, a ocasião de citar esse documento de maneira pormenorizada no capítulo dedicado à religião ecológica. De acordo com esse relatório, “11% das espécies de pássaros, 18% dos mamíferos, 5% dos peixes e 8% das plantas encontram-se ameaçadas”.[684]

Michel Barnier, que foi ministro do Meio Ambiente, afirma que o desflorestamento “seria responsável pela perda de 17.500 espécies naturais a cada ano”.[685] Norman Myers, naturalista de Oxford (e de Nairobi, onde esteve sediada durante algum tempo a UNEP) escreveu em 1979 *The Sinking Art*, uma das primeiras obras alertando a opinião pública quanto às extinções massivas em curso. Um quarto das espécies poderiam desaparecer daqui até o fim do século, dentre as quais um milhão apenas nas florestas tropicais (*Science*).[686]

O vice-presidente americano, Al Gore, reproduz em sua obra *Salvar a Terra*[687] o esquema da figura 1 e fala em “destruição de dezenas de milhares de espécies

vivas a cada ano”.[688] (Note-se a escala logarítmica à direita).

> Os geólogos chamam de ‘cenozóica’ a era em que vivemos. O cenozóico teve início há 65 milhões de anos, com o desaparecimento dos dinossauros, e foi marcado pela aparição de espécies de vida mais diversas que durante que todos os outros períodos, ao longo de todos os 4,6 bilhões de anos de existência de nosso planeta. Mas, como observa o teólogo [!] Thomas Berry, a civilização humana, ao destruir numa só geração mais da metade das espécies viventes, conduz a era cenozóica a seu fim.[689]

Parece então que recebemos um novo mandamento: “Preservarás a biodiversidade”.[690]

A transição entre o Cretáceo e o Terciário, que também viu surgir o Cenozóico, foi marcada, como todas as transições, por extinções de espécies em massa. Os geólogos lhe concederam um nome por detrás do qual é impossível ver uma mera coincidência: o Maastrichtiano…[691], [692]

Divergências grosseiras entre os números publicados levantam uma certa suspeita contra a retórica ecologista. A *Connect*, revista publicada pela UNESCO e UNEP, observa, num mesmo número[693] “que uma centena de espécies morre *diariamente*” nas florestas tropicais úmidas (p. 23) e “que uma espécie é diariamente extinta” sobre a face de Terra (p. 32). Se lembramos que a extinção massiva das espécies era uma das principais ameaças anunciadas por Sagan na revista do CFR[694] em caso de guerra nuclear, então um legítimo desejo de melhor entender a questão é suscitado.

Número de espécies desaparecidas a cada ano

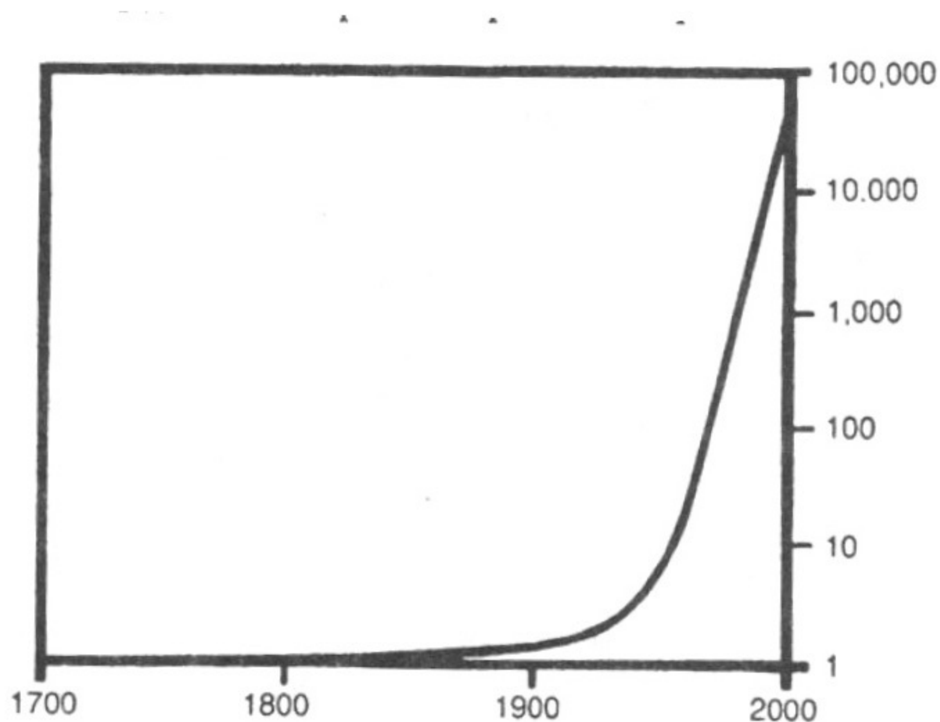


Fig. 1: Taxa estimada de desaparecimento das espécies vivas entre 1700 e 1992 [sic].

Ora, essas mesmas instituições deveriam reconhecer duas coisas: em primeiro lugar, a taxa de extinção provada é baixa; depois, a taxa real é desconhecida e os números oferecidos anteriormente provêm de estimativas sem grande fundamento. É assim que a Convenção das Nações Unidas sobre a Biodiversidade reconhece, em seu próprio prefácio, “a falta generalizada de dados e conhecimento referentes à biodiversidade”.[695]

> A comunidade científica concorda quanto a um ponto: as espécies estão desaparecendo em ritmo jamais alcançado antes. Em contrapartida, há controvérsia quanto a esse ritmo e ao perigo que ele representa. As espécies que desaparecem são precisamente aquelas que conhecemos mal; esses

> desaparecimentos intervêm nos *habitats* mais afastados. (Comissão Brundtland)[696]

> Os fósseis nos mostram que a maioria das espécies são bastante efêmeras, e que mais de 95% das espécies estão, hoje em dia, extintas. […]
> [A]té hoje não conhecemos com precisão o número de espécies que povoam o nosso planeta. Tomaremos por base de trabalho o número de 13 milhões de espécies, ainda que apenas um oitavo disso já tenha sido descrito até agora. […]
> Recentemente, muito foi dito sobre a hipótese de uma extinção massiva por vir, e em proporções tais que os anais geológicos jamais viram. Na realidade, a taxa provável de extinção de espécies no futuro próximo é muito incerta. O número de espécies conhecidas, extintas desde 1600, mal alcança a casa dos milhares. Ele contrasta com diversas previsões de extinções massivas iminentes (ou em curso) que foram feitas entre 1980 e 1995 com base nos *modelos* espécie-superfície.[…]
> Desde 1600, os desaparecimentos documentados alcançam 484 para as espécies animais e 654 para as espécies vegetais. (*Global Biodiversity Assessment*)[697]

A União Internacional pela Conservação da Natureza (UICN) é uma organização não-governamental (ONG) que trabalha com instituições internacionais. Alguns governos a integram,[698] e ela é citada nos atos das conferências do Rio[699] e Estocolmo.[700] Ela trabalha “em estreita colaboração com o Programa da UNESCO sobre o homem e a biosfera [MAB] […]. Inversamente, a UNESCO participou das atividades da UICN sobre as florestas tropicais”.[701] A conferência intergovenamental sobre educação para o Meio Ambiente, ocorrida em Tbilissi em 1977, alude a essa ONG ao menos cinco vezes.[702] Ela goza portanto de uma alta autoridade nos meios ecologistas mundiais. A

UICN publicara, em 1991, uma obra[703] escrita por cientistas sobre a extinção das espécies por todo o planeta, e especificamente nas florestas tropicais úmidas. Ela destrói minuciosamente o mito do desaparecimento massivo das espécies:

> Recentemente, muito se chamou a atenção do público para as reduções quase que inevitáveis da biodiversidade nas florestas tropicais úmidas, posterior a sua ocupação, utilização e destruição pelas populações humanas que crescem rapidamente. Alguns *modelos* e previsões fortemente midiatizadas provocaram a aparição de um considerável *corpus* mitológico, composto por exageros e informações erradas, difundido em todo o mundo pelas mídias ávidas de manchetes. Por detrás de tudo isso, as observações confiáveis e as experimentações bem controladas são raras; na verdade, as raras medições de desaparecimento real de espécies em florestas tropicais fragmentadas divergem profundamente dessa sedutora mitologia popular […].
>
> Diversas pessoas pediram à UICN que comentasse as várias estimativas divergentes de taxa de extinção de espécies; alguns pediram inclusive que se tentasse determinar o número preciso de espécies desaparecidas durante um dado período. Os dados disponíveis não nos permitem fazê-lo com razoável grau de credibilidade científica, e não tentaremos fazê-lo, então, nessa obra. […]
>
> Não sabemos ainda, mesmo em escala aproximativa, quantas espécies existem hoje em dia. […]
>
> A maioria dos números que utilizamos são nossas melhores estimativas, obtidas explicitamente por extrapolação, mas amiúde citadas sem as margens de erro que deveriam acompanhá-las. […]
>
> As estimativas de extinção de plantas e invertebrados são inevitável e majoritariamente especulações. As conseqüências que a degradação, o corte parcial ou a fragmentação das grandes florestas trariam para a sobrevida das espécies é simplesmente desconhecida, ainda que os biólogos estejam começando a se debruçar sobre essa questão. […]
>
> É impossível estimar, ainda que aproximativamente, o número de espécies desconhecidas que desapareceram […].

> A maioria das extinções documentadas são atribuídas a pressões diretas aplicadas sobre a espécie em questão, e mais particularmente à caça e introdução de predadores em ilhas. Pouco se tem notícia de extinções provocadas por destruições de *habitats*, e menos ainda pela destruição de *habitats* na floresta tropical. […]
>
> Nós não sabemos qual é a validade das extrapolações taxonômicas. A maioria das estimativas baseia-se, num certo grau, em dados referentes aos mamíferos e pássaros, mas nós ignoramos se é possível extrapolá-los às plantas e invertebrados. […]
>
> Essa discussão bastaria para provar que é quase impossível predizer as taxas de extinção. A maioria das tentativas anteriores de se obter uma taxa global de extinção incluíram "estimativas aleatórias" do número total de espécies, a hipótese tácita de que os pássaros e mamíferos são, em geral, representativos também das outras espécies (o que é intrinsecamente improvável), a hipótese de que as comunidades de espécies nas florestas tropicais são semelhantes àquelas do mundo inteiro, a incapacidade de determinar a faculdade de adaptação das espécies em *habitats* secundários, a omissão dos efeitos das medidas pela proteção das espécies ameaçadas e a utilização das curvas espécie-superfície com fins jamais previstos para elas. Essas razões, bem como outras mencionadas anteriormente, nos fazem crer que não se pode confiar em nenhuma das previsões da taxa de extinção. (UICN)[704]

As previsões apóiam-se, com efeito, em relações que conectam o número de espécies de um ecossistema com sua superfície. Diversas relações foram propostas,[705] tais como $S=kA^z$, $S=\log KA^z$, $S^{1/2}=a+b \log A$. A grande variedade dessas funções, que dificilmente chegam a dar conta das observações, basta para mostrar que esses modelos não seriam suficientes para sustentar quaisquer previsões.

Diversas críticas foram formuladas contra essa utilização das curvas espécie-superfície. Tais curvas

prevêem uma diminuição do número de espécies quando a superfície decresce. Em sentido inverso, um aumento infinito da superfície provocaria um aumento infinito do número de espécies. Ora, é claro que, para um dado ecossistema, uma vez que se alcance o número máximo de espécies, nenhum aumento de superfície fará crescer seu número de espécies. O aumento do número de espécies realmente constatado quando a superfície aumenta não se deve, portanto, a esse aumento de superfície, mas ao fato de que o número de ecossistemas diferentes também aumenta. Cada ecossistema possui suas próprias espécies em número finito; não é a superfície que importa, mas o número de ecossistemas preservados. A superfície pode muito bem diminuir sensivelmente sem que o número de espécies seja com isso afetado: basta que o número de ecossistemas seja preservado.[706] A superfície de cada um deles pode ser consideravelmente reduzida sem que a biodiversidade sofra conseqüências.

As curvas espécie-superfície foram obtidas ao se estudar o número de espécies presentes em ilhas de tamanhos diversos. Ora, os ecossistemas terrestres comuns não são cercados por um meio hostil como o oceano, mas por outros ecossistemas que podem servir de *habitat* secundário. O corte de 50% das árvores não parece acarretar efeitos sobre os vertebrados.[707] Nas florestas cortadas em 73%, a maioria das espécies

animais permaneceram ou na própria zona explorada, ou nos arredores inexplorados (planaltos, colinas, etc.).[708] Ademais, o corte da madeira favorecia a biodiversidade: quando as florestas chegam a idade avançada, as espécies pioneiras, que precisam de muita luminosidade, desaparecem.[709] De mesmo modo, os incêndios florestais os regeneram.[710]

Enfim, as curvas espécie-superfície utilizam uma estimativa quanto às zonas desarborizadas. Também aqui as observações desmentem a retórica ecológica:

> Os melhores dados sobre o desflorestamento tropical comportam ainda enormes incertezas. […] As estimativas das taxas de desflorestamento nos trópicos variam enormemente […]. O crescimento dos números referentes ao desmatamento deve-se a uma subestimação das taxas inicialmente reportadas por alguns países asiáticos e não, como freqüentemente se afirmou, a um aumento na taxa de desmatamento global desde 1980. […] Essa análise nos faz concluir que as diferentes avaliações da superfície das florestas tropicais devem ser interpretadas com o maior cuidado.[711]

> A floresta amazônica brasileira é ainda muito pouco afetada; somente cerca de 10% de sua superfície original é utilizada pelo homem, a despeito de rumores e previsões fortemente exagerados sobre a iminência de seu desaparecimento expostos na imprensa e mesmo em obras e revistas científicas de renome. Um quarto de sua superfície já é protegida. É previsto que 70% seja mantida em estado natural para proteger o clima e os recursos hídricos.[712]

Também podemos constatar, sem grande surpresa, que as observações desmentem as previsões catastróficas dos modelos.[713] Um deles prevê “45 extinções de espécies de pássaros por ano, número contestado pela observação. […] A taxa de extinção das espécies de

pássaros é provavelmente inferior a uma por ano”.[714] Desde há dois séculos, as florestas do Leste dos Estados Unidos foram fragmentadas em parcelas que representam um ou dois por cento de suas superfícies originais. Durante esse período, três espécies de pássaros desapareceram, e o desflorestamento apenas exerceu um papel determinante na extinção de uma delas. “Por que então são previstas extinções massivas para destruições similares na floresta tropical?”.[715] Mostramos que a preservação de apenas 5% da superfície original de uma floresta bastou para preservar quase todas as espécies de pássaros.[716]

> Se admitirmos que as florestas tropicais atuais ocupam apenas 80% de sua superfície tal como observada em 1830, é preciso concluir daí que essa redução provocou a perda de um grande número de espécies. Ora, de modo surpreendente, não há prova convincente de tal.[717]

Tampouco os taxonomistas chegaram a uma tal conclusão. “Ao contrário, ao menos em certos casos, notou-se um aumento da população de algumas espécies”. Ao final do século XIX e início do XX, as plantações dizimaram grandes partes das florestas tropicais nas planícies da África, Ásia e Caribe. Ainda que a fauna e flora de algumas zonas sejam bem conhecidas, poucos casos documentados de desaparecimento foram relatados.[718]

> A floresta tropical amazônica está intacta em 90% e não foi, em sua maior parte, nunca estudada por biólogos, o que exclui qualquer estimativa confiável da erosão genética irreversível ou das extinções das espécies que

> poderiam acompanhar o desflorestamento atual (10.000-20.000 km^2/ano ou 0,25-0,5% da superfície total).[719]

O autor precisa, ademais, que as zonas apuradas são em sua maior parte “florestas marginais ou secas, pobres em espécies endêmicas e cuja superfície apurada baixa a cada ano desde 1987”.[720]

As florestas brasileiras *atlânticas* constituem um caso particular. Elas apresentam grande biodiversidade e sua superfície atual consiste de apenas 12% do seu valor inicial.

> [A]s florestas à beira do Atlântico deveriam permitir um estudo do efeito do desflorestamento sobre a biodiversidade em condições ideais. A teoria das ilhas biogeográficas prevê que aproximadamente 50% das espécies deveriam ter desaparecido. [… Ora] nem uma só espécie animal conhecida foi dada por extinta […], nem uma só espécie de planta se perdeu. […] Em verdade, um número formidável de espécies consideradas como extintas há 20 anos, dentre as quais diversos pássaros e seis borboletas, foram redescobertos recentemente, com freqüência, distantes de seu nicho habitual, mas ainda assim em ecossistemas similares.[721]

A *Convenção das Nações Unidas sobre a Biodiversidade*[722] foi assinada com base nesses princípios incertos. Ela define a biodiversidade como:

> a variabilidade entre os organismos vivos de toda origem, em particular dos ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos assim como dos conjuntos ecológicos aos quais pertencem; isso inclui a diversidade no interior mesmo das espécies, entre as espécies e a diversidade dos ecossistemas.[723]

Essa convenção não protege somente as *espécies* mas também a *diversidade* entre os ecossistemas e no seio de cada espécie. É possível então aplicá-la num âmbito

muito extenso, que ultrapassa consideravelmente a simples proteção das espécies ameaçadas. Como cada ecossistema e cada população animal apresenta características únicas, seu desaparecimento perturbaria a diversidade biológica. A lei americana que protege as espécies[724] estipula que:

> Por *espécie*, entenda-se toda subespécie de peixe, animal selvagem ou planta, toda população distinta de qualquer espécie de vertebrado, peixes ou animais que se reproduzem entre ela.[725]

Assim, a lei americana, bem como a Convenção das Nações Unidas sobre a Biodiversidade, pode ser invocada para preservar as populações enfraquecidas, englobadas de maneira abusiva no conceito de "espécies".

A diretiva apelidada *Natura 2000*[726] é o equivalente europeu da lei americana. A lista dos *habitats* e espécies que ela protege estende-se por 33 páginas em formato A4. Ela compreende especialmente

> um procedimento que permita a designação, em casos excepcionais, de uma zona não proposta por um Estado-membro, mas que a comunidade considere essencial quer para a manutenção, quer para a sobrevivência, quer de um tipo de *habitat* natural prioritário ou de uma espécie prioritária.[727]

1.300 locais, representando 15% do território francês foram escolhidos para pertencer à rede Natura 2000.[728] A oposição dos caçadores, agricultores e políticos locais refreou o processo. "Um relatório parlamentar solicit[ou] o adiamento da *Natura 2000*".[729] Em outubro de

1997, os locais designados representavam apenas 2,5% da superfície do território.[730] A Comissão Européia ameaçara iniciar um processo contra a França junto à Corte de Justiça Européia, e cogitava inclusive designar ela mesma alguns locais,[731] como a diretiva *Natura 2000* autorizava a fazer. A despeito da oposição dos atores locais, "uma rede de conservação da biodiversidade começa a implantar-se sobre o território".[732] Em diversos departamentos, a "abundância de javalis e cervos traduz-se por danos nas plantações e culturas"[733] enquanto que o lobo e o urso ressurgem em nossas montanhas. "Os rios Loire e Allier voltam a correr em liberdade".[734] Para a Comissão das Comunidades Européias,

> Uma rede *interconectada* de *habitats*, inspirada nas concepções propostas pela *Natura 2000*, deve ser instaurada graças à restauração e conservação dos próprios *habitats* e dos corredores que garantem a comunicação entre os mesmos.[735]

O projeto americano equivalente deverá conduzir à "proteção" de 50% do território dos Estados Unidos.[736] O direito à propriedade está portanto gravemente ameaçado e a coletivização das terras ameaça se impor sob pretexto de proteção da biodiversidade. Mas, mais grave em tudo isso, parece ser o desenvolvimento – e conseqüentemente o homem - o principal alvo desse tipo de ecologia.

As inundações da primavera de 1997 fizeram nove mortos nos Estados Unidos e custaram 1,6 bilhões de dólares. 100 mil pessoas ficaram desabrigadas.[737] Essas inundações, verdadeiras exceções, foram agravadas pela política de proteção das espécies selvagens “ameaçadas”. Para não perturbar as zonas protegidas, os rios não puderam ser drenados, e quase três metros de sedimentos se acumularam. Os diques não foram reparados e não foram retiradas as árvores e materiais que obstruíam os corredores de inundação.

Nos Estados Unidos, a proteção da coruja pintada, espécie que *não* está ameaçada, já custou 96 milhões de dólares por casal de corujas. Entre 23.000 e 103.000 empregos estão ameaçados na indústria da madeira.[738]

Na França, a proteção da genciana dos pântanos foi causa da interdição da construção de um *shopping center* de cinco hectares,[739] sendo que a superfície da zona de litígio se encerrava entre 1000 e 7000 m^2.

Paul Ehrlich, autor de *The Population Bomb*[740] e de *The Population Explosion*,[741] pregador dos perigos da superpopulação gozando de renome mundial, clamava por um crescimento zero, com vistas a salvar a biodiversidade:

> O primeiro passo [para preservar a biodiversidade], que seria provavelmente muito mal recebido pelos americanos, seria talvez impedir o ‘desenvolvimento’ nas terras ainda virgens. Cada novo *shopping center*

> construído nos maquis californianos, cada hectare de floresta tropical cortado e queimado, cada pântano transformado em arrozal ou em fazenda aquática, conduz a uma diminuição da biodiversidade. […]
>
> Os obstáculos sociais, políticos, econômicos e científicos encontrados para conseguir [proteger a biodiversidade nos países pobres] são tais que somente um esforço como aquele realizado durante a guerra fria poderia eventualmente superá-los. […]
>
> Está provado, portanto, que para salvarmos nossos companheiros que são as outras criaturas vivas, bem como nós mesmos, é preciso, em longo prazo, reduzir a escala das atividades humanas.[742]

O *Global Biodiversity Assessment*, redigido a pedido da UNEP e explicitamente destinado a formar os políticos internacionais sobre a proteção da biodiversidade, indicava que:

> uma estimativa razoável [da população mundial] para um grau de desenvolvimento correspondente àquele de uma vida na América do Norte, seria de um bilhão de indivíduos; para um modo de vida mais simples (*frugal*) como o dos europeus, esse número poderia chegar aos dois ou três bilhões de pessoas.[743]

A alternativa é portanto clara: ou retorna-se a uma vida no campo e a um modo de vida *frugal* ou… E sabemos que os ecologistas mais "apaixonados" estenderam seu amor pelos animais aos seres mais nocivos ao homem: "o vírus da varíola, o bacilo da febre tifóide, o parasita da malária, os gafanhotos, os ratos etc.".[744]

---

677. Discurso de abertura de Maurice Strong, secretário geral da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, *Rapport de la Conférence des Nations Unies sur l'environnement et le développement*, Rio de Janeiro, 3-14 juin 1992, A/CONF.151/26 (vol. IV), New York, Nations Unies, 1992, p. 56.

678. *Actes du colloque Stratégies énergétiques entre les risques du nucléaire et de l'effet de serre*, 8-10 avril 1994, au Sénat, Paris, p. 10.
679. Conseil international de coordination du Programme sur l'homme et la biosphère (MAB), dixième session, Paris, 14-18 novembre 1988, *Rapport final*, Paris, UNESCO, 1989, p. 11.
680. Comission mondiale sur l'environnement et le développement, *Notre avenir à tous*, *op*. *cit*., p. 179 *sq*.
681. Comission des communautés européennes, *Vers un développement durable*, Programme communautaire de politique et d'action pour l'environnement et le développement durable et respectueux de l'environnement, vol. II, COM(92)23 final, 30 mars 1992, Luxembourg, Office des publications officielles des Communautés européennes, 1992, p. 86.
682. Paul R. Ehrlich, Edward O. Wilson, Biodiversity Studies: Science and Policy, *Science*, vol. 2533, 16 August 1991, p. 758-762.
683. *Global Biodiversity Assessment, Published for the United Nations Environment Program*, Cambridge University Press, 1995, p. ix. L'avant-propos de cet ouvrage est signé du directeur exécutif de l'UNEP.
684. *Ibid*., p. 234.
685. Michel Barnier, *Atlas des risques majeurs*, Paris, Plon, 1992, p. 112.
686. Charles C. Mann, Extinction: Are Ecologists Crying Wolf? *Science*, vol. 53, 16 August 1991, p. 736-738.
687. Al Gore, *Sauver la planète Terre*, Paris, Albin Michel, 1993, p. 30.
688. Al Gore, *Earth in the Balance*, *Forging a new Common Purpose*, London, Earthscan Publications Ltd, 1992, p. 30.
689. Al Gore, *Sauver la planète Terre*, *op*. *cit*., p. 75.
690. Al Gore, *Earth in the Balance, Forging a new Common Purpose*, *op*. *cit*., p. 245.
691. David M. Raup, Biological Extinction in Earth History, *Science*, vol. 231, 28 Marc 1986, p. 1528-1533.
692. Maastricht é a cidade em que nascem a União Européia e o Euro (NT).
693. Changing Minds – Earthwise, *Connect*, Paris, UNESCO, 1991.
694. Carl Sagan, Nuclear War and Climatic Catastrophe: Some Policy Implications, *Foreign Affairs*, Wintes 1983-1984, p. 257-292.
695. *Convention on biological diveristy*, United Nations Conference on Environnement and Development, DPI/1307, New York, United Nations, 1993, p. 3.

696. Comission mondiale sur l’environnement et le développement, *Notre avenir à tous*, *op*. *cit*., p. 178.
697. *Global Biodiversity Assessment*, *op*. *cit*., p. 197, 5, 12, 198. Cf. p. 233. Itálico nosso.
698. T.C. Whitmore, J.A. Sayer (Eds.), *Tropical Deforestation and Species Extinction*, The IUCN Forest Conservation Programme, London, Chapman & Hall, 1992, p. ii.
699. *Rapport de la Conférence des Nations Unies sur l’environnement et le développement*, *op*. *cit*., vol. I, p. 136.
700. *International organizationl implications of action proposals*, United Nations Conferece on the human environment, Stochhol, 5 – 16 June 1972, ONU, A/CONF.48/11, p. 23.
701. Conseil international de coordination du Programme sur l’homme et la biosphère (MAB), dixième session, Paris, 14-18 novembre, 1988, *Rapport*, *op*. *cit*., p. 32.
702. *Rapport final*, Conférence intergouvernementale sur l’éducation relative à l’environnement, organisée par l’UNESCO avec la coopération du PNUE, Tbilissi (URSS), 14-26 octobre 1977, ED/MD/49, UNESCO, Paris, 1978, p. 9, 17, 46, 65, 73.
703. T.C. Whitmore, J.A. Sayer (Eds.)., *Tropical Deforestation and Species Extinction*, *op*. *cit*.
704. P. 119, ix, 56, xvi, 9, 95, 99, 106, 108. Itálicos nossos.
705. Onde S é o número de espécies, A é superfície, k e z são constantes. Os valores de k situam-se entre 0,15 e 0,35; um valor freqüentemente utilizado é 0,27.
706. Charles C. Mann, Extinction: Are Ecologists Crying Wolf? *Science*, *op*. *cit*.
707. T.C. Whitmore, J.A. Sayer (Eds.), *Tropical Deforestation and Species Extinction*, *op*. *cit*., p. 37, 38.
708. *Ibid*., p. 41.
709. *Ibid*., p. 25 *sq*.
710. Fabrice Nodé-Langlois, Des incendies rédempteurs de forêt; *Le Figaro*, 24 décembre 1994, p. 23.
711. T.C Whitmore, J.A. Sayer (Eds.), *Tropical Deforestation and Species Extinction*, *op*. *cit*., p. 56, xi, 5 *sq*.
712. *Ibid*., p. 122.
713. *Ibid*., p. 93, 99, 105.
714. *Ibid*., p. 98.

715. *Ibid*., p. 85.
716. *Ibid*., p 19, 48.
717. *Ibid*., p. 96.
718. *Ibid*., p. 95.
719. *Ibid*., p. 139. Cleber Alho, diretor da sucursal brasileira do WWF, chega ao número de 0,5% ao ano, ou seja, duas vezes menos que o número comumente citado; *in* Charles C. Mann, Extinction: Are Ecologists Cryng Wolf? *Science*, *op*. *cit*.
720. *Ibid*., p. 123.
721. *Ibid*., p. 128.
722. *Convention on biological diversity*, United Nations Conference on Environnement and Development, *op*. *cit*.
723. *Convention on biological diversity*, *op*. *cit*.
724. *Indangered Species Act*, December 1973.
725. Citado por Dixy Lee Ray, *Environmental Overkill*, *op*. *cit*., p. 83.
726. Directiva 92/43/CEE do Conselho, de 21 de Maio de 1992, relativa à preservação dos *habitats* naturais e da fauna e flora selvagens, *Jornal oficial das Comunidades Européias*, 22.9.92, nº L.206, p. 7-50.
727. *Ibid*., p. 8.
728. Clarisse Fabrie, Bruxelles presse la France de designer les sites du réseau Natura 2000, *Le Mone*, 23 octobre 1997, p. 13.
729. Sylvia Zappi, Un rapport parlementaire demande le report de Natura 2000, *Le Monde*, 17 avril, 1997, p. 10.
730. *Ibid*.
731. Sylvia Zappi, Paris s'expose à des représailles européennes, *Le Monde*, 7 mars 1997, p. 11.
732. Christophe Vincent, De nombreux espaces naturels échapent à toute protection, *Le Monde*, 18 juillet 1998, p. 9.
733. Nicole Cabret, La prolifération des espèces sauvages pose un problème d'équilibre naturel, *Le Monde*, 26 août 1997, p. 10.
734. Vincent Tardieu, La Loire et l'Allier retrouvent leur liberté de divaguer, *Le Monde*, 19 juillet 1997, p. 9.
735. Comission des communautés européennes, *Vers un développement durable*, *op*. *cit*., p. 50. Itálico nosso.
736. Michael S. Coffman, Globalized Grizzlies, *The New American*, vol. 13, nº 17, August 18, 1997.

737. Roger B. Canfield, Saving People or Species?, *The New American*, vol. 13, nº 12, June 9, 1997, p. 13-15.
738. Dixy Lee Ray, *Environmental Overkill*, *op*. *cit*., p. 86 *sq*.
739. Françoise Lemoine, La victoire amère de la gentiane des marais, *Le Figaro*, 22 février 1996, p. 30.
740. New York, Ballantine, 1968.
741. Paul R. Ehrlich, Anne H. Ehrlich, *The Population Explosion*, New York, Touchstone, Simon & Schuster, 1990.
742. Paul R. Ehrlich, Edward O. Wilson, Biodiversity Studies: Science and Policy, *Science*, *op*. *cit*.
743. *Global Biodiversity Assessment*, *op*. *cit*. p. 773.
744. Bernard Dizon, Smallpox-Imminent Extinction, and an Unresolved Dilemma, *New Scientist*, 69, 1976, p. 430-432. “Pequeno artigo” citado elogiosamente por David Ehrenfled, *The Arrogance of Humanism*, Oxford, Oxford University Press, 1978, p. 209.

CAPÍTULO IV

ESGOTAMENTO DOS RECURSOS NATURAIS

Interromper o crescimento? foi publicado em 1972 com o patrocínio do Clube de Roma.[745] Traduzido em diversas línguas, quatro milhões de exemplares dessa obra foram vendidos pelo mundo todo. Ali é anunciado o esgotamento iminente dos recursos naturais. Com base nas reservas conhecidas, os autores previam o esgotamento do petróleo, gás natural, ouro, cobre, chumbo, mercúrio, prata, estanho e zinco antes de 1994. Se suas previsões não se realizaram, a ameaça imaginária por eles invocada permaneceu no "inconsciente coletivo" de nossa sociedade. Como os recursos naturais são finitos, mais cedo ou mais tarde eles se esgotarão. A explosão demográfica nos aproxima cada vez mais desse muro incontornável que insistimos em não enxergar, e contra o qual nossas sociedades não tardarão a colidir. A reaproximação Oriente-Ocidente deveria, segundo Gorbatchev, "preservar a integridade da natureza, assegurar um uso racional e o renovamento de seus recursos".[746] Em seu célebre *Discurso de Leichtenstein*, Soljenitsyne pontifica: "um progresso

ilimitado não se conjuga com os recursos limitados do planeta […]. Há uma devastação do meio ambiente em curso, e uma explosão demográfica em escala planetária”. [747] Jimmy Glodsmith também está preocupado com “o esgotamento dos recursos naturais”.[748]

Uma verdadeira Espada de Dâmocles encontra-se, portanto, suspensa sobre a humanidade. Estamos dilapidando um capital inestimável, *não-renovável*, a despeito de qualquer bom senso ou do mais elementar senso de justiça para com as gerações futuras. Essa loucura suicida, exploração capitalista, durará pouco tempo, e logo seremos obrigados a encarar, coletivamente, a dura realidade. Essa *nova mitologia* estaria apoiada no segundo princípio da termodinâmica, o que confere à historia aquela indispensável unção científica.

Nada justifica, entretanto, essas preocupações. Muito pelo contrário. As instituições internacionais inclusive evitam proferir esse discurso, já muito desacreditado. Nem mesmo um capítulo sequer do volumoso *Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento*, que contém mais de quinhentas páginas, dedica-se ao desgaste dos recursos naturais (a água, recurso *renovável*, é aí uma exceção). *Nosso futuro comum*, o contestável relatório da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento,

constituída pela Assembléia Geral das Nações Unidas, observa que:

> Os recursos minerais que não os combustíveis apresentam menos problemas de extração. De acordo com estudos realizados antes de 1980, na hipótese de um crescimento exponencial da demanda, nenhuma escassez se daria antes da segunda metade do próximo século. Ora, desde esta época, o consumo mundial da maioria dos metais permaneceu estável; o eventual esgotamento é, portanto, uma realidade muito distante. Ademais, a história das técnicas nos mostra que a indústria é perfeitamente capaz de adaptar-se às situações de escassez por meio de melhores rendimentos, através da reciclagem e encontrando produtos substitutos. […]
>
> Anda que os recursos não-renováveis sejam por definição algo que se esgota, as avaliações recentes nos convidam a pensar que talvez seja muito improvável que muitos dos minerais se esgotem num futuro próximo…[749]

Uma importante obra publicada pela UNESCO retoma argumentos semelhantes:

> *A evolução dos recursos no globo: escassez agravada ou abundância crescente?*
>
> Os escritos sobre meio ambiente já publicados insistem exaustivamente no caráter finito de nossos recursos – sobre nosso modo de viver em uma época de escassez crescente. Contra essas informações é possível opor dados que demonstram uma lenta progressão do produto nacional bruto por pessoa no mundo como um todo. Não se quer dizer com isso que é bom que cada habitante utilize cada vez mais recursos (essa decisão cabe aos consumidores, instituições e nações), mas o que se sugere é deduzir daí que, caso se queira, seria possível aumentar enormemente o bem estar material de grande parte dos cidadãos do mundo. Ao disseminar uma imagem deformada da natureza e da realidade dos recursos disponíveis, os defensores do meio ambiente contribuem para reforçar os mitos vigentes e induzir seus semelhantes ao erro e, ainda mais grave, eles dirigem a atenção do mundo a um problema que na verdade não existe (como reduzir o crescimento demográfico e frear a utilização dos recursos, por conta da pretensa ‘rarefação’ desses recursos?) em detrimento de uma questão que é

> infinitamente mais importante (se os recursos se multiplicam e se o potencial de interação entre o ser humano e seu meio ambiente pode melhorar sensivelmente a qualidade da vida em alguns pontos do globo, como proceder para estender o benefício das vantagens correspondentes – crescimento da expectativa de vida, dos períodos de ócio, da qualidade da alimentação, do bem estar material, etc. – a outras regiões do mundo que possam vir a manifestar um tal desejo?). (UNESCO)[750]

Uma das contribuições apresentadas na Cúpula Mundial pelo Desenvolvimento Social, organizada pela Secretaria das Nações Unidas, revela a mudança de estratégia adotada no mais alto escalão. O crescimento não mais seria limitado pelo esgotamento dos recursos naturais, tese insustentável, mas pelo acúmulo de subprodutos poluentes da produção industrial.

> Parece que agora (assim como o afirmou Bill McKibben) os fatores limitantes [ao desenvolvimento] estão relacionados não mais com a escassez de energia, mas com o excesso de emissões de poluentes – especialmente o gás carbônico que lançamos na atmosfera. (ONU)[751]

Mas, obviamente, as mídias destinadas às massas continuam veiculando o mito do esgotamento dos recursos naturais. Em colóquio organizado no Senado, Jacques-Yves Cousteau afirmava que “após trinta anos, percebemos a exatidão das previsões”[752] [do primeiro relatório do Clube de Roma, *Interromper o crescimento?*].

Os globalistas pareciam ter encontrado um problema global e sistêmico de valor único, que demandaria medidas excepcionais e poderia justificar medidas de regulação totalitárias. Por que abandonar, então, um tema

tão fecundo, por que perder esse tempo precioso adicionando-o ao “acervo de falsas más notícias”?[753]

A retórica do esgotamento dos recursos naturais sofreu críticas capitais das quais ela nunca foi capaz de se defender. Julian Simon, economista mundialmente conhecido, estudou a questão em sua excepcional obra que infelizmente não foi traduzida para o francês.[754] [755] A tese de Simon pode ser resumida da seguinte maneira: em tempos de paz, a única medida objetiva para se aferir a raridade de um bem é seu preço. Ora, o preço das matérias-primas comparado ao valor de hora trabalhada não cessou de baixar. As matérias-primas são, hoje em dia, mais abundantes e acessíveis do que nunca (figs. 1 e 2).[756] Qual seria portanto a origem desse descompasso entre a realidade econômica e o senso comum que sustenta o discurso ecológico? Retomando a formulação de Hervé Le Bras – cujas opiniões em geral não subscrevemos - o discurso alarmista “confunde natureza e sociedade”.[757] Simon mostra que o processo do progresso é o seguinte: a população e o nível de vida estão crescendo. Resulta daí uma escassez temporária e limitada de matérias-primas e de produtos. Quando os preços sobem, encontra-se substitutos. Definitivamente, a crise é benéfica: a humanidade encontra-se numa melhor situação que aquela anterior ao surgimento das primeiras dificuldades. “Isso nos deveria fazer reconhecer que o progresso tecnológico é

provocado pela demanda de recursos e serviços que isso exige”.[758] Simon fornece como exemplo a passagem da madeira ao carvão e do petróleo à energia nuclear. “Um único satélite de comunicação é capaz de suportar uma quantidade de ligações telefônicas que teria exigido milhares de toneladas de cobre no passado”.[759]

A disponibilidade dos recursos minerais também depende da indústria humana. Assim, um ínfimo aumento no preço de um minério conduz, em geral, a uma considerável multiplicação nas reservas economicamente exploráveis. O aperfeiçoamento das técnicas de extração permite também que se explore um maior número de minas. Assim, o teor do minério de cobre explorado passou de 4,00% em 1900 a 0, 53% em 1973. A figura 1 mostra, contudo, que durante esse período o preço relativo do cobre não cessou de baixar. As reservas provadas de petróleo foram sempre superiores às necessidades das décadas seguintes: antes de serem catalogadas, essas reservas provadas foram buscadas pelo homem, que só inicia uma tal empreitada ao constatar a necessidade de fazê-lo. A busca do petróleo segue, invariavelmente, a necessidade de consumo mundial. “As reservas de petróleo conhecidas num dado momento nos falam mais sobre os lucros que se espera obter das jazidas do que das quantidades de petróleo presentes sob a terra”.[760] Em seguida vem a energia nuclear, e logo após a fusão, que nos assegura uma energia virtualmente

inesgotável. Definitivamente, podemos afirmar que a noção de recurso *natural* é uma idéia enganosa. Recursos só existem enquanto tais para uma determinada sociedade, com certo nível de conhecimento científico e técnicas, e portanto de necessidades econômicas. Os recursos ditos naturais são socializados. O silício, do qual são feitos os interiores dos computadores, não tinha, até pouco tempo atrás, a mais mínima utilidade. De igual forma, a noção de *capacidade do planeta* só tem sentido para uma sociedade determinada: os progressos da agricultura permitiram que a multiplicassem em poucas décadas. A engenhosidade e o saber humanos são portanto o *recurso último* do qual dependem todos os outros. A confusão entre natureza e sociedade elimina o homem das previsões, esquecendo-se que "o elemento mais importante é o tempo de trabalho humano",[761] que "a única limitação é a imaginação humana e as competências técnicas transmitidas pela instrução".[762] Crescei e multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a…

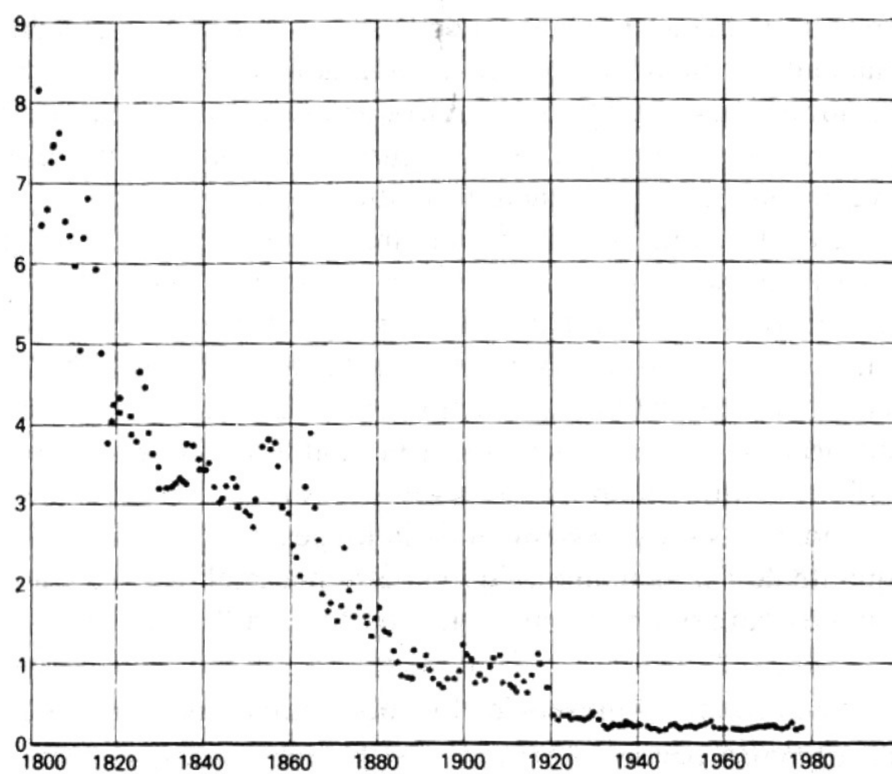


Fig. 1: Preço do cobre comparado aos salários.

Fig. 2: Preço do petróleo comparado aos salários.

O senso comum vê a Terra como um sistema fechado,[763] fadado ao esgotamento de seus recursos naturais e portanto à morte, ao súbito desaparecimento do homem e ao caos.[764] A experiência mostra, ao contrário, que a ordem tende a aumentar (ou pelo menos aumentava) e que a sociedade humana é cada vez mais organizada. Os "conservacionistas" sustentam que isso seria apenas uma ordem local e provisória, e que a morte e o caos são inelutáveis - e estão próximos. Ora, a visão materialista, que faz da Terra um sistema fechado, é obviamente falsa: física e teologicamente falsa, o primeiro erro simbolizando o segundo. Nosso planeta recebe

diariamente uma quantidade de energia considerável proveniente do Sol, “fonte de toda vida” segundo a concepção popular. Também o senso comum reconhece imediatamente que a vida não poderia ser mantida sem uma influência exterior à Terra – que não constitui, portanto um sistema fechado. Inclusive é possível notar que a energia solar permite que os planetas absorvam o gás carbônico e o transforme em matéria orgânica, base de toda vida e de uma grande parte da energia utilizada pelo homem (sob a forma de madeira, carvão ou petróleo). Atacar o ciclo do petróleo é, portanto, atacar a vida.

O erro cometido pelos ecologistas no campo físico reflete um erro teológico ainda mais grave, a omissão da Providência, pela qual “Deus governa tudo”.[765] Em particular, “as escolhas e volições do homem estão subordinadas à divina Providência”[766] bem como, *a fortiori*, a imaginação e o engenho humanos. A Terra portanto não poderia ser considerada como um sistema fechado, seja do ponto de vista material seja espiritual.[767]

Ainda que as instituições internacionais evitem difundir a retórica do esgotamento dos recursos naturais, elas não deixam de se aproveitar dessa nova mitologia:

> É conveniente que pensemos na demanda de recursos naturais que a superexploração pode causar e numa utilização eficaz de recursos, com vistas a diminuir ao máximo o desgaste e reduzir a poluição. Se vemos que

> o consumo é grande em certas regiões do mundo, as necessidades essenciais de grande parte da humanidade, em contrapartida, não estão sendo supridas. Isso causa demandas excessivas e encoraja, entre os grupos mais ricos, modos de vida inviáveis, que impõem restrições consideráveis ao meio ambiente. Os grupos mais desfavorecidos não conseguem suprir suas necessidades em matéria de alimentação, saúde, habitação e educação. A modificação dos modos de consumo exigirá que se instaure uma estratégia articulada em diversos objetivos, centrada na demanda das necessidades essenciais dos grupos mais desfavorecidos e na redução do desperdício e da utilização dos recursos limitados nos processos de produção. […]
>
> Também seria necessário examinar os conceitos atuais de crescimento econômico e a necessidade de se criar novos conceitos de riqueza e prosperidade, permitindo a melhora das condições de vida e modificando os modos de vida, de forma que eles exijam menos dos recursos não-renováveis do planeta e estejam em maior harmonia com sua capacidade total. Esses elementos deveriam fazer-se refletir na elaboração de novos sistemas de contabilidade nacional e outros indicadores de um desenvolvimento sustentável. (ONU, Conferência do Rio)[768]

Vemos surgir assim uma das motivações escondidas por detrás do mito do esgotamento dos recursos naturais. Se eles são *não-renováveis*, se os ricos os dilapidam enquanto que os pobres não conseguem ter suas necessidades elementares supridas, o senso de igualdade mais elementar clama que esse desperdício cesse – e que nossos líderes se encarreguem dessa justa repartição, controlando assim os fluxos de matérias-primas. Eis que o igualitarismo e o coletivismo ressurgem, então.

> Também é preciso assegurar a distribuição e utilização justas dos recursos pela totalidade dos países e regiões do mundo. A esse respeito, o relatório Brundtland lembra que os países desenvolvidos, que representam apenas 26% da população mundial, consomem 80% dos recursos mundiais em energia, metais e papel, bem como 40% da produção alimentar.

> Dentre as condições mínimas para que se assegure um desenvolvimento ‘sustentável’ pode-se citar:
>
> - a necessidade – tido o caráter não-renovável dos recursos –, de se gerar um fluxo de matérias-primas, em todos os estados (indústria, consumo, utilização) que facilitem ou encorajem a reutilização e a reciclagem ideal, com vistas a evitar o desperdício e o esgotamento dos recursos naturais;
> - a necessidade de racionalizar a produção e o consumo de energia;
> - a necessidade de modificar os modos de consumo e os comportamentos. (Comissão das Comunidades Européias)[769]

A planificação, tão cara aos soviéticos, também volta à cena. Todos os aspectos da vida humana são abarcados:

> É importante aplicar, considerando as particularidades de cada país, reformas econômicas gerais que favorizem a planificação e a utilização eficazes dos recursos, com vistas ao desenvolvimento sustentável […].
>
> [T]odos os países deveriam almejar a elaboração de planos nacionais para a gestão de seus recursos terrestres […].
>
> [Todos os países] deveriam reforçar a infra-estrutura dos estabelecimentos humanos bem como os programas ecológicos visando a promover uma integração entre planificação, aplicação, manutenção e gestão da infra-estrutura ambiental (água, saneamento, drenagem e gestão de resíduos sólidos). […]
>
> Os países desenvolvidos, que são os principais consumidores de energia, devem planificar e gerir a energia […].
>
> Os governos, colaborando com as organizações nacionais e internacionais, deveriam examinar o estado de seus sistemas de planificação e gestão, e eventualmente modificar e reforçar os métodos utilizados de maneira a poderem considerar todos os problemas sociais, econômicos e ambientais.[770]

A planificação da utilização de recursos naturais serve como pretexto à ação social e institucional. O modelo global em vias de elaboração fornecerá o álibi científico necessário:

> O Grupo de Trabalho sobre as dimensões sociais da utilização dos recursos, sob a presidência de Urs Luterbacher, tem como missão estudar o contexto social e institucional da atribuição, repartição e consumo dos recursos humanos [!] e materiais. (HDP/CISS)[771]

> O problema da dimensão social da utilização dos recursos naturais pode ser descrito esquematicamente da seguinte maneira: a Natureza impõe limites aos recursos que o homem pode dela extrair, recursos esses que nem sempre conhecemos muito bem; com o tempo, os homens têm a tendência de gastar esses recursos; ora, essa tendência pode ser refreada por algumas instituições e organizações sociais.
>
> Se, em longo prazo, nossas sociedades não forem capazes de bem controlar a utilização de seus próprios recursos, algumas formas de desperdício poderiam crescer com o aumento da população. […]
>
> Os modelos integrados do clima e da utilização dos recursos (WCRP), bem como das atividades humanas nas zonas costeiras (LOICZ) e das bacias hidrográficas (PAGES), permitiram-nos descobrir o vínculo com o IGBP e o WCRP durante seminários que contaram com a participação de especialistas das ciências sociais e naturais. (HPD/CISS)[772]

O progresso material, utilizado pelos revolucionários para destruir o Antigo Regime, também permitiu o desenvolvimento dos diversos totalitarismos em proporções inéditas. A Igreja e a Fé foram com isso profundamente afetadas, e é aí que sua crise atual encontra uma de suas principais causas. Um retorno ao campo, o refreamento do progresso poderiam, então, lhe parecer desejável, de modo que o discurso sobre o esgotamento dos recursos poderia ser recebido com um preconceito favorável. Ora, o discurso “conservacionista” foi transformado em arma revolucionária a serviço do totalitarismo globalista. Veremos que o “retorno ao campo” permitirá a criação de um feudalismo às avessas,

baseado numa falsa religião, o paganismo. As páginas anteriores não são, portanto, uma ode ao progresso material – que também poderia ser muito bem aproveitado pelos revolucionários. A única intenção nelas expressa é estabelecer que o esgotamento dos recursos naturais não ameaça o tal progresso em nada. A necessidade momentânea dialética é a única razão que conduziu os revolucionários a adotar a retórica inversa. Após haverem desestabilizado o Antigo Regime e minado a Igreja por meio do discurso do progresso – entre outros –, agora querem estabelecer a nova sociedade feudal, que vem sendo formada graças a uma ideologia "conservacionista", sobre a qual se espera erguer posteriormente a religião universal. Houve um tempo em que o progresso servira como principal arma nas mãos dos revolucionários, e o crescimento zero, o retorno ao campo e a ecologia poderiam parecer se opor, o momento dialético atual os permite de impor uma ideologia e uma religião subversivas, inversão da ordem feudal e católica.

> A coleta de lixo dá margem a questões metafísicas nas cozinhas: a embalagem de leite, papelão ou plástico? No contêiner amarelo está escrito que os potes de iogurte devem estar limpos para facilitar a reciclagem. Bem disciplinados, os alemães os lavam, então, com água quente e produtos detergentes, o que tornava o saldo ecológico totalmente negativo. […] Resultado: os deputados especificaram, em uma lei adotada em junho, que não mais era necessário lavar os potes de iogurte, mas apenas raspar o fundo.[773]

---

745. Donella H. Meadows *et al*., Janine Delaunay, *Halte à la croissance?*, Paris, Fayard, 1972.
746. Mikhaïl Gorbatchev, *Perestroïka*, *Vues neuves sur notre pays et le monde*, *op*. *cit*.
747. Alexandre Soljenitsyne, Le discours du Liechtenstein, *L'Express*, 23 septembre 1993.
748. Jimmy Goldsmith, *Le piège*, Paris, Fixot, 1993, p. 114.
749. Comission mondiale sur l'environnement et le développement, *Notre avenir à tous*, *op*. *cit*., p. 69, 250.
750. *Tendances d l'éducation relative à l'environnement*, [B.36]ED.76/D.90/F, Paris, UNESCO, 1977, *op*. *cit*., p. 36.
751. *Dimensions éthiques et spirituelles du progrès social*, Sommet mondial pour le développement social, 6-12 mars 1995, Copenhague, ST/ESA/242, E.95.IV.2, New York, United Nations, 1995, p. 73.
752. *Actes du colloque Stratégies énergétiques entre les risques du nucléaire et de l'effet de serre*, 8-10 avril 1994 ao Sénat, *op*. *cit*., p. 9.
753. Julian L. Simon, Ressources, Population, Environment: An Oversupply of False Bad News, *Science*, vol. 208, 27 June 1980, p. 1431-1437.
754. Julian Simon, *Population Matters*, *People*, *Resources*, *Environment*, *and Immigration*, New Brunswick, Transaction Publishers, 1993.
755. Tampouco há tradução desta obra para o português – NT.
756. *Ibid*., p. 68 e 83.
757. Hervé Le Bras, *Les limites de la planète*, *op*. *cit*., p. 111.
758. Julian Simon, *Population Matters*, *op*. *cit*., p. 76.
759. *Ibid*., p. 51.
760. *Ibid*., p. 87.
761. *Ibid*., p. 51. Ver também p. 67.
762. *Ibid*., p. 53.
763. Ao qual se aplicaria o segundo princípio da termodinâmica que diz que, num sistema isolado, toda energia degrada-se sob a forma de calor, que as temperaturas tendem a se equilibrar e que a desordem tende a crescer. Ao atingir essa situação de equilíbrio, ao se estabelecer a desordem máxima, o sistema não pode mais fornecer nenhum trabalho e encontra-se num estado análogo à morte.
764. Garret Hardin, The Tragedy of the Commons, *Science*, vol. 162, 13 December 1968, p. 1243-1248.
765. Santo Tomás de Aquino, *Suma Contra os Gentios*, livro III, cap. LXIV.
766. *Ibid*., livro III, cap. XC.

767. Somente sob essa perspectiva podem os trabalhos científicos de Prigogine ser interpretados de maneira realista. Sua filosofia Nova Era só merece nossa atenção se for para anunciarmos os erros nela contidos.
768. *Rapport de la Conférence des Nations Unies sur l'environnement et le développement*, Rio de Janeiro, *op*. *cit*., p. 33, 35.
769. *Vers un développement soutenable*, Commission des Communautés européennes, *op*. *cit*., p. 4.
770. *Rapport de la Conférence des Nations Unies sur l'environnement et le développement*, Riode Janeiro, vol. I, *op*. *cit*., p. 23, 81, 84, 86, 101.
771. Leszek A. Kosinski, Deuxième symposium scientifique international sur les dimensions humaines du changement global de l'environnement, *Actes du symposium*, Document 5, Paris, HDP, Programme sur les dimensions humaines du changement global de l'environnement du Conseil international des sciences sociales, 1993, p. 38.
772. *HPD Work Plan 1994-1995*, HDP, Genève, 1994, Occasional Paper nº 6, p. 19, 5.
773. Arnaud Leparmentier, Entre casse-tête et civisme, *Le Monde*, 27 août 1998, p. 9.

Terceira parte

Ecologia globalista

ou

O Império do mal

CAPÍTULO I

“A MONTANHA DE FERRO”

Em 1967, apareceu nos Estados Unidos uma pequena obra intitulada *Report from the Iron Mountain on the Possibility and Desirability of Peace.*[774] Esse texto é o fruto de um relatório produzido por um grupo de especialistas em demanda do governo americano, e estava destinado a manter-se secreto.

A dissuasão nuclear havia tornado impossível qualquer guerra de grande porte, e os governos deveriam fazer face a uma situação desconhecida: a paz perpétua. Portanto, um grupo de especialistas foi encarregado para examinar as conseqüências políticas, econômicas, sociais, culturais e ecológicas dessa situação imprevista.

Para resumir em poucas palavras suas conclusões, que depois iremos expor com mais detalhes, o *Relatório* assegura que a guerra desempenhou funções fundamentais na nossa sociedade. Através dela permitiu-se, principalmente, manter uma coesão social e conferiu-se ao governo uma forte influência sobre a economia. Após ter detalhado essas diversas funções, o *Relatório* chega à sua conclusão fundamental: a guerra se tornou impossível e não poderá assumir por muito mais tempo as suas funções sociais de maneira crível ou eficaz. **É**

necessário, portanto, encontrar algo que a substitua, e disso depende a estabilidade da sociedade.

As análises e as propostas do *Relatório* são freqüentemente ofensivas e por vezes podem parecer delirantes. Elas não deixam de suscitar inúmeras questões às quais tentaremos responder posteriormente. Agora, no entanto, é preciso mencionar que nunca se soube a origem exata desse documento, que se tornou objeto de uma viva polêmica na época da sua publicação nos Estados Unidos. O próprio governo americano teve de intervir para negar qualquer responsabilidade na sua elaboração.

Os parágrafos a seguir o resumem sem tentar manter qualquer distância crítica. Apresentam, pois, o *Relatório* tal como ele mesmo se apresenta.

O projeto do relatório, publicado em 1967, remonta a 1961. E em 1963 foi criado um grupo de trabalho por iniciativa do governo americano, “1º visando examinar os problemas que implicavam a eventual passagem para uma paz geral; 2º visava recomendar medidas a serem tomadas para fazer face a essa eventualidade” (p. 47). Tal grupo compreendia um historiador e um cientista político, um jurista internacional, um economista e sociólogo, um antropólogo, um psicólogo, um pedagogo e especialista em testes, um psiquiatra, um crítico literário, um químico, um bioquímico, um matemático, um especialista em comunicações, um especialista na teoria de sistemas e um

industrial que freqüentemente trabalhava para o governo. O relatório composto por este grupo deveria ser mantido em segredo, mas um dos seus membros, “John Doe”, o transmitiu ao conhecido intelectual americano Leonard C. Lewin, encarregando-o de publicá-lo. A divulgação do explosivo documento não incomodava “John Doe”: “Ele despreza o medo de uma reação do público que, para ele, não poderia ter qualquer efeito duradouro sobre as medidas de longo prazo que poderiam ser tomadas na aplicação das propostas do Grupo” (p. 20).

Contrariando a opinião dominante, diziam que a instituição militar não estava subordinada à sociedade. “Esse erro fundamental consiste *em afirmar de maneira inexata que a guerra, como uma instituição, está subordinada ao sistema social que ela supostamente defende”*.[775] Longe disso, a guerra é o princípio organizador da sociedade, pois ela assegura a coesão política, econômica e social. O *Relatório* adota uma atitude “objetiva” e “científica” para julgar as funções reais da guerra.

> Os estudos anteriores tinham considerado a oportunidade da paz, a importância da vida humana, a superioridade das instituições democráticas, o ‘bem’ maior para o maior número, a ‘dignidade’ da pessoa, o fato de que o máximo deve ser alcançado em matéria de saúde pública e longevidade, e outras premissas correspondentes aos desejos fundamentais de todos, como valores incontestáveis necessários para justificar um estudo sobre os problemas da paz. (p. 61)

Na direção contrária, o Grupo de trabalho decidiu não utilizar nem um “julgamento de valor” nem um “julgamento estético ou moral” (p. 61). O único critério normativo era “simplesmente a sobrevivência da sociedade humana em geral e da sociedade americana em particular, sendo este o corolário da sobrevivência e da estabilidade da sociedade” (*Ibid.*).

Adotando uma certa perspectiva sociológica, o Grupo destaca essencialmente cinco funções exercidas pela guerra: a econômica, a política, a sociológica, a ecológica, a cultural e científica.

Função econômica

> A guerra fornece, tanto às sociedades antigas quanto às sociedades modernas, um meio certo de realizar a estabilidade e o controle das economias nacionais. Nenhum outro método de controle já utilizado, por uma economia moderna e complexa, tem se mostrado de uma maneira tão eficaz e abrangente. (p. 167)

Mais precisamente, sob a óptica keynesiana do *Relatório*,

> no caso dos ‘desperdícios’ militares, é evidente que a utilidade social é manifesta. Isso provém do fato de que os ‘desperdícios’ da produção de guerra se realizam completamente fora dos quadros da economia de oferta e procura. Como tal, esse ‘desperdício’ constitui o único setor importante da economia global que está sujeito a um controle completo e arbitrário por parte da autoridade central. Se as sociedades industriais modernas podem ser definidas como aquelas que tenham adquirido a capacidade de produzir mais do que é necessário para a sua sobrevivência econômica (sem levar em conta a equidade na distribuição de bens no interior dessas sociedades), as despesas militares podem ser consideradas como a única margem de segurança proporcionada de uma inércia suficiente para estabilizar os

> progressos de suas economias. O fato de que a guerra seja um ‘desperdício’ é precisamente o que a torna suscetível de cumprir suas funções. E quanto mais rápido a economia progride, mais pesadas devem ser as medidas de socorro. (p. 93)

Função política

> As funções políticas da guerra são, até agora, ainda mais importantes no âmbito da estabilidade social. […] Essas funções concernem essencialmente aos problemas de organização (p. 98).

Em matéria de política externa, uma nação não pode existir em face às outras nações se não for capaz de uma “organização política máxima” (p. 99).

> Nessas condições, a guerra – se aceitarmos a definição que concebemos e que compreende todas as atividades nacionais admitindo a possibilidade de um conflito armado – é um elemento que define a existência de uma nação em relação a uma outra. Uma vez que é provado pela história que a existência de qualquer armamento torna certa a sua utilização, iremos usar a palavra ‘paz’ como sinônimo virtual de desarmamento. Nessas condições, ‘guerra’ é sinônimo virtual de ‘nação’, no sentido da existência mesma desta entidade. A eliminação da guerra implica na eliminação inevitável da soberania nacional e do Estado, na sua concepção tradicional. (p. 99)

Além disso, a guerra é indispensável para a “estabilidade interior” de uma nação. Ela “cria um senso de necessidade externa, sem o qual nenhum governo pode se conservar por muito tempo no poder” (p. 100).

Enfim, a guerra é a “última salvaguarda contra a eliminação de classes sociais necessárias [à revolução, acrescentamos]” (p. 102). A produtividade aumentando, “torna-se cada vez mais difícil para a sociedade manter as formas de distribuição, permitindo-a conservar ‘os pobres

dependentes’”.[776] Ora, uma sociedade deve “conservar, em qualidade e quantidade, os pobres dos quais [ela] tem necessidade, a título de estímulo, bem como manter a estabilidade da organização interna que assegura o poder” (p. 103).

Função sociológica

Com esta denominação, o Grupo examina as “funções que concernem ao comportamento humano na sociedade” (p. 103). Podemos dividí-las em dois. Em primeiro lugar, aquelas que concernem à socialização dos “elementos antissociais”, os “fatores de desintegração e de instabilidade” descritos como “fascistas” (*Ibid.*). O exército permite empregar “os que hoje chamamos ‘desqualificados’. Há cinquenta anos, o típico exército permanente na Europa era formado por (…) homens inaptos a realizar qualquer trabalho no comércio, indústria ou agricultura, liderados por oficiais também inaptos a praticar qualquer profissão normal ou a conduzir alguma empresa”.[777]

Em segundo lugar, “a guerra forneceu as motivações de base para uma sociedade organizada” (p. 108). Ela gera um “sentimento de fidelidade psicológica para com a sociedade e seus valores” (*Ibid.*). E para que isso se dê, é preciso um inimigo:

> O inimigo que define a causa deve parecer verdadeiramente assustador. Em geral, o suposto poder do ‘inimigo’, suficiente para assegurar um

> sentimento de lealdade para com uma sociedade, deve ser de uma dimensão e complexidade proporcionais à dimensão e complexidade dessa sociedade. Hoje, é claro, essa potência deve ser de uma força assustadora e sem precedentes (p. 109).
>
> **A existência de uma ameaça externa que possa ser crível é, por conseqüência, essencial para a coesão social, assim como para a aceitação de uma autoridade política.** (p. 113; grifos nossos)

Por ser de fato tangível, faz-se necessário que essa ameaça "comporte um risco concreto de destruição pessoal, e isto em uma escala compatível com as dimensões e as complexidades dos sistemas sociais modernos. A credibilidade é a chave" (p. 113). O *Relatório* anota que as sociedades mais brilhantes da Antigüidade fizeram "uso extensivo do sacrifício humano" (p. 111), que desfrutava de uma formidável importância social" (p.112).

Função ecológica

De acordo com o *Relatório*, a guerra permitiu controlar a superpopulação: "A guerra foi o principal fator de evolução que permitiu manter um equilíbrio ecológico entre imensas populações humanas e os recursos que se encontravam à disposição para assegurar a sua existência" (p. 168).

Função cultural e científica

Segundo o *Relatório,* o progresso científico foi principalmente o resultado das necessidades militares. A guerra, podendo tomar a forma de "uma luta religiosa,

social ou moral" (p. 121), foi também a principal fonte de inspiração artística.

> A tendência à guerra determinou os critérios fundamentais de valor nas artes de criação e forneceu sua principal fonte motivacional que conduziu ao progresso técnico e científico. (p. 169)

Os substitutos da guerra

As funções descritas anteriormente são necessárias para a estabilidade do atual sistema social. O substituto deverá preencher tais funções, não obstante o desaparecimento da guerra (p. 169). As instituições destinadas a substituí-la deverão cumprir as seguintes condições:

> 1º *Economia:* Para desempenhar seu papel, um substituto à guerra exigirá um consumo de riquezas com fins totalmente não-produtivos, com um nível comparado ao das despesas militares, de uma maneira que exija a amplitude e complexidade de cada sociedade. Um tal sistema de evidente 'desperdício' deve ser de uma natureza que o permita manter-se independente da economia normal de oferta e procura; deve estar sujeito a uma direção política discricionária.
>
> 2º *Política*: Um substituto político sustentável à guerra deve postular, em princípio, a existência de uma ameaça externa de ordem geral pesando sobre cada sociedade; ameaça de natureza e intensidade suficientes para exigir, de uma parte, a organização, e, de outra, a aceitação de uma autoridade política.
>
> 3º *Sociologia:* Primeiro, na falta permanente da guerra, as novas instituições deverão ser criadas, de forma que elas possam manter o controle efetivo dos grupos passíveis de destruir a sociedade. Em segundo lugar, em via de adaptar a dinâmica física e psicológica do comportamento humano às necessidades da organização social, um substituto à guerra, no qual seja possível acreditar, deverá gerar uma crença de destruição pessoal, com uma onipresença perceptível a todos. Esta crença deve ser de uma natureza e de uma amplitude que possam assegurar a adesão aos valores

> sociais de uma maneira suficiente para que seja reconhecido que tal crença transcende o valor da vida humana individual.
>
> **4º Ecologia: Um substituto à guerra na função que ela preenche como meio de controle da espécie humana deverá assegurar a sobrevivência – se não a melhoria – da espécie no que diz respeito às suas relações com os recursos oferecidos pelo meio ambiente.**
>
> 5º *Cultura e ciências:* Um substituto à guerra para a função que tenha como elemento dominante dos valores culturais deverá criar as bases de um conflito social e moral de uma força vinculadora, de igual intensidade e entendimento. Da mesma forma, um substituto capaz de fornecer as bases das motivações que conduzem à pesquisa científica também deverá ser animado por um comparável sentimento de necessidade interna. (p. 170; grifos nossos)

O *Relatório* insiste fortemente no papel eugênico que todo substituto à guerra deverá desempenhar. Toda procriação se fará por inseminação artificial. Poder-se-á, assim, controlar o tamanho da população e proceder a uma "administração eugênica" (p. 155). O uso da "pílula" será generalizado através da água potável (*Ibid*.).

As instituições possíveis que preenchem as condições necessárias (econômicas, políticas, etc.) são as seguintes:

> 1º *Economia:* a) um programa de bem-estar social, entendido num sentido amplo, tendo como princípio a melhora máxima das condições gerais da vida humana; b) um ilimitado programa de investigações espaciais dirigido a alvos que sejam impossíveis de se atingir; c) um sistema de inspeção do desarmamento que seja permanente, ultra-sutil, ritualizado e todas as variantes que tal sistema possa suportar.
>
> 2º *Política:* a) uma força internacional de polícia onipresente, ou virtualmente onipresente; b) uma ameaça extraterrestre conhecida e admitida; c) a poluição massiva do meio ambiente; **d) inimigos fictícios de substituição.**
>
> 3º *Sociologia: funções de controle.* a) empresas copiadas, de uma maneira geral, do Corpo da Paz;[778] b) uma forma moderna e evoluída de

> escravidão. *Função criadora de mobilidade*. a) poluição intensificada do meio ambiente; b) novas religiões ou outras mitologias; c) jogos sangrentos de utilização social; d) formas combinadas de modelos precedentes.
> 4º *Ecologia:* Programas conhecidos de formas de eugenia.
> 5º *Cultura:* Nenhuma instituição proposta. *Ciência:* Necessidades secundárias apresentadas para a pesquisa espacial, os programas de bem-estar social, e/ou os programas de formas de eugenia. (p. 172, grifos nossos)

Essas diversas propostas apresentam, no entanto, inconvenientes essenciais. O programa social retornaria rapidamente ao circuito econômico normal, perdendo assim sua função de regulação e de desperdício (p. 135). Um gigantesco programa de pesquisa espacial ficaria independente do ciclo econômico normal e permitiria um desperdício considerável (p. 136). Teria, no entanto, muito pouca credibilidade. "O programa espacial mais ambicioso e menos realizável não pode, por ele mesmo, dar nascimento a uma ameaça exterior na qual se possa acreditar" (p. 143). A criação de uma força internacional de polícia iria ao encontro de um objetivo de paz e de desarmamento generalizado.

A eventualidade ecológica é fonte de dificuldades, mas deve ser estudada:

> O modelo que consiste em poluir o meio ambiente não parece responder suficientemente às exigências de um controle social imediato, salvo se constituir-se em uma aceleração arbitrária das tendências atuais para a poluição, que, por outro lado, colocaria a questão de saber se tais práticas poderiam ser politicamente aceitáveis. A questão que coloca uma nova atitude semelhante a da **criação de 'inimigos' fictícios demandaria ser também seriamente estudada**. (p. 175, grifos nossos)

> A poluição total do meio ambiente poderia substituir a possibilidade de destruição em massa por dispositivos nucleares, tanto quanto a principal ameaça aparente que se imponha contra a sobrevivência da espécie. O envenenamento do ar já progride – assim como das fontes principais de alimentos e de água – e, à primeira vista, neste aspecto poderia aparecer como promissor; este envenenamento constitui uma ameaça contra a qual não podemos nos defender sem a plena utilização de organizações sociais e o poder político. Mas de acordo com o que se sabe atualmente, será preciso esperar uma geração ou uma geração e meia [em 1967] antes que a poluição do meio ambiente, por mais grave que ela já seja, torne-se suficientemente ameaçadora, em escala mundial, para poder oferecer uma base possível a uma solução desse gênero.
>
> É verdade que a taxa de poluição poderá ser aumentada de maneira seletiva para este fim; de fato, a simples modificação dos programas atualmente aplicados para se evitar a poluição poderá acelerar o processo de uma maneira suficiente para torná-lo, de forma mais rápida, uma ameaça crível. Mas o problema da poluição foi, nos últimos anos, amplamente exposto ao público, e parece, a partir deste momento, bastante improvável que um programa de poluição do meio ambiente, deliberadamente empreendido, pudesse ser utilizado de uma maneira aceitável para fins políticos.
>
> Por mais improváveis que possam parecer os inimigos de substituição dos quais falamos, precisamos insistir no fato de que é preciso encontrar um, de amplitude e credibilidade suficientes, se queremos que a transição para a paz conduza a dias sem desintegração social. A nós, é mais do que provável que **tal ameaça deva ser imaginada**, ao invés de criada a partir de situações desconhecidas. (p. 144; grifos nossos).



Terminado esse resumo do *Relatório*, podemos, antes de empreender uma breve crítica, mencionar as reações provocadas por ele. *A Montanha de Ferro* foi acolhida com uma mistura de horror e fascinação. Sua publicação fez tanto barulho que a Casa Branca teve de desmentir, pelos canais oficiais, toda a responsabilidade pela sua

redação.[779] Uma fonte bem informada confirmou, entretanto, que a criação do grupo de especialistas resultara de uma iniciativa governamental tomada por um alto escalão do governo do presidente Kennedy.[780]

Poucas publicações[781] tomaram o *Relatório* ao pé da letra. É verdade que estas assim fizeram por indução de John Galbraith, célebre economista, ex-embaixador dos Estados Unidos na Índia e ex-professor do presidente Kennedy. Sob o transparente pseudônimo de Herschel McLandress, a quem havia consagrado um trabalho anterior, Galbraith publicou um parecer sobre o *Relatório*, no qual escreveu:[782]

> O autor dessas linhas pode garantir a autenticidade deste documento, na medida em que pode ser feita confiança na sua palavra e na sua boa fé [*sic*].
>
> […] Meu amigo [famoso cientista, astrônomo, físico e especialista em teoria de comunicações] convidou-me, com antecedência de 15 dias, para participar de a uma reunião a ser realizada em Iron Mountain, no estado de Nova Iorque, onde deveria ser discutido um projeto de excepcional importância nacional. Conhecia bem o local, Iron Mountain era o quartel-general do comitê de seleção criado pelo *Chase Manhattan Bank*.[783] […] [Não podendo participar da reunião], logo depois, por duas vezes fui consultado pelo psiquiatra e especialista no relacionamento entre comportamentos individuais e em grupo, que eu havia indicado para me substituir. […] Para mim, [tudo isso] não deixa pairar qualquer dúvida sobre a autenticidade do documento. Não poderia lhe ser dado mais confiança, se eu mesmo o tivesse escrito. […]
>
> A terceira questão concerne à conclusão do *Relatório*. Sobre o assunto, não é necessário se estender por muito tempo, pois é indiscutível que essas conclusões são perfeitamente razoáveis. […]
>
> Da mesma forma que eu me responsabilizo pessoalmente pela autenticidade desse documento, posso testemunhar em favor da precisão das suas conclusões. Minhas reservas concernem apenas em relação à

> imprudência com a qual ele foi colocado à disposição de um público que não está, evidentemente, preparado para compreendê-lo. (p. xxii)

Esse parecer, assinado por Galbraith e não mais por McLandree, compõe o prefácio da tradução francesa do *Relatório*. A apresentação dessa edição, igualmente favorável à tese de autenticidade do *Relatório*, é assinada por Christian Schmidt, que colabora nos estudos sobre o desarmamento das Nações Unidas (p. ix). Ele considera que "a idéia de promover 'jogos de paz', lançada por esse relatório, constitui uma pista interessante" (p. x), que "formula igualmente uma tese sobre as verdadeiras engrenagens do sistema de guerra" (p. x), e que "esse esquema geral que poderia parecer revolucionário nos ambientes intelectuais dos anos 60, nos Estados Unidos não era inteiramente novo no momento em que o trabalho apareceu, sobretudo para um espírito de cultura européia" (p. xi).

Da mesma maneira, o matemático e biólogo Anatole Rapoport defendeu a tese da autenticidade do *Relatório*.[784] Os leitores mais próximos do poder foram os que lhe deram mais credibilidade.[785]

No entanto, a maior parte dos jornalistas americanos recusa esta tese[786] "*A Montanha de Ferro* é o mais negro dos humores negros, a mais doentia das piadas doentias".[787] "É certo que se trata de um embuste, mais do que um embuste – uma paródia muito engenhosa, original, perspicaz, interessante e aterrorizante que

receberá uma grande atenção, seja qual for sua origem”.[788]

Rapidamente milhares de intelectuais passaram a ponderar que o *Relatório* não poderia ser autêntico. O sociólogo Irving Horowitz, considerando as referências científicas nas quais o *Relatório* se apóia, concluiu que elas provavam “de maneira decisiva, que o (ou os) redator(es) são autores de ficção que têm apenas conhecimentos superficiais das ciências sociais”.[789] Henry Rowen, presidente da Rand Corporation, estima que se trata de um escrito “superficial” e “ridículo.”[790] Para o economista Kenneth Boulding, “[O] autor ou os autores desse trabalho não compreendem os alcances dos modelos econômicos e subestimam totalmente a flexibilidade da economia americana”.[791] Murray Weidenbaum, professor de economia da Universidade de Saint Louis, em Washington, assinala os graves erros factuais sob os quais o *Relatório* apóia sua demonstração.[792] *Fortune*.[793] por fim, observou que era muito pouco provável que 15 dos principais intelectuais americanos pudessem, de forma discreta, reunir-se uma vez por mês durante dois anos e meio e consultar diversos especialistas.

Contudo, a virulência e o nível das reações provocadas provam que o *Relatório* não pode ser um simples embuste. A Casa Branca foi obrigada a negar toda a responsabilidade na sua elaboração. Vimos os intelectuais

de primeiro escalão sem medo de fazer um exame crítico – todos contestando com muita cautela a autenticidade do documento. Então, Leonard Lewin, que o divulgou, pôde escrever: “Gostaria de perguntar uma coisa: se este trabalho fosse uma sátira apresentada por um autor conhecido, teria provocado discussões tão sérias? Pensemos nisso de forma cuidadosa antes de responder”.[794]

Depois disso, diversos intelectuais americanos passaram a fazer uma leitura mais crítica – na qual a edição francesa com esforço se empenhou – para não mais se preocupar com a autenticidade do *Relatório*, e atentar para sua pertinência e sua provável influência.

Mark Pilisuk, professor de psicologia em Berkeley, nota que o *Relatório* levanta diversos problemas pertinentes e que, dentre eles, a questão da autenticidade, à qual ele não dá crédito, “parece ser a menos importante”.[795] Já para Leonard Duhl, membro do governo americano, “A questão da autenticidade deste trabalho não é relevante”.[796] Irving Horowitz considera que as referências científicas do *Relatório* invalidam a tese de autenticidade, e estima que:

> Seu conteúdo e o contexto no qual ele foi escrito conferem-lhe alta credibilidade. É tão convincente que podemos considerá-lo como uma opinião legítima de um grupo legítimo que está a observar a situação americana atual. […]
>
> [Trata-se] de um documento de primeira ordem na vida intelectual americana, provavelmente escrito por um intelectual marginal. Embora as

> fontes governamentais manifestem, com alguma razão, um certo desprezo pelas suas conclusões, elas tiveram claramente mais influência sobre a elaboração de nossa política do que qualquer outra ideologia ou alguma agência governamental. A importância do *Relatório* não vem, portanto, de sua autenticidade, mas, sim, do grau de realização das suas propostas no presente e no futuro.[797]

Outros intelectuais corroboram desta opinião. Mark Pilisuk, já citado, e para quem a questão da autenticidade do *Relatório* não é importante, assim conclui o seu exame crítico: “Minha maior crença é que esse tipo de pensamento estratégico não seja muito difundido, embora corresponda muito bem aos interesses econômicos de nossa sociedade desenvolvida. O *Relatório* descreve um processo de controle de um futuro muito longínquo para que os avisos sejam entendidos”.[798] Da mesma forma, Leonard Duhl, membro do governo americano, se interroga sobre a maneira de evitar que um “modelo ecológico” não sirva a esses “fins fascistas”.[799]

A profundidade e a precisão dessas últimas observações não tardaram em aparecer…

Desde a sua publicação, o *Relatório* foi objeto de numerosas críticas. Reprovaram-no por não produzir simulações e modelos informatizados sobre os quais ele pretendeu se apoiar. Suas referências científicas foram julgadas muito pouco consideráveis. Reprovaram-no também pela utilização de termos não-definidos, por suas generalizações apressadas,[800] por subestimar a flexibilidade da economia americana e pelas suas

hipóteses em contradição com os fatos. Por exemplo, depois da Guerra do Vietnã, a taxa de desemprego estava em baixa, e não em alta.[801] Mas todas essas críticas parecem derivar da mesma lógica que dirigiu a elaboração do *Relatório.* Passamos pela afirmação que diz estar "provado pela história que a existência de qualquer armamento torna certa a sua utilização" (p. 99). Porém, a história nos tem demonstrado precisamente o contrário, e após a existência da arma atômica, nenhum conflito de grande porte eclodiu.

No entanto, as principais críticas que devem ser feitas ao *Relatório* dizem respeito a sua concepção de homem, de sociedade e de nação, assim como do bem comum. Nele, uma nação seria totalmente orientada pela guerra, o que lhe permitiria chegar à "organização política máxima". Reconhece-se aqui uma concepção materialista e revolucionária da nação, uma concepção marxista. Uma nação deve por vezes recorrer à "organização política máxima", exclusivamente a partir Revolução Francesa. Mas é tão-somente para preservar aquilo que constitui a sua essência: sua cultura, sua língua, seus valores, sua espiritualidade, sua própria psicologia, enfim, seu patrimônio expresso em características singulares que a diferenciam de qualquer outra nação. Assim, o *Relatório* se insere claramente numa óptica mundialista, considerando que as nações, sem características particulares próprias, seriam apenas simples estruturas

opressoras dirigidas pela guerra. E a paz universal fará com que elas inevitavelmente desapareçam: “A eliminação da guerra implica na eliminação inevitável da soberania nacional e do Estado, na sua concepção tradicional” (p. 99). Ademais, sem grande prejuízo já que elas não têm nada de próprio a defender.

O *Relatório* confunde, então, causa e efeito, em um lugar comum do pensamento sistemático. A defesa da nação (a causa) leva à criação do Ministério da Defesa (o efeito) que influi na estrutura da nação. O efeito (o Ministério da Defesa) provoca, então, as modificações na causa (a nação) que, sob um certo aspecto, torna-se também efeito. A estrutura da nação pode ser parcialmente considerada como o efeito das tensões relacionadas à defesa. Esse fenômeno de retroação é representado pelo esquema abaixo:



Não podemos contestar a realidade dessas restrições, mas sua principal origem é a necessidade de defender a nação, e não de impôr um controle máximo sobre a sociedade. Admitir que a nação se organiza totalmente ao redor do sistema militar é negar que ele existe apenas para proteger os valores superiores que são o verdadeiro pilar da sociedade. É, finalmente, considerar no esquema acima apenas a flecha ascendente, a retroação, negligenciando a causa principal e verdadeira do processo. É considerar apenas um aspecto menos importante da realidade, e ignorar completamente a dimensão espiritual das nações.

A alegada necessidade de uma ameaça externa substitui um pressuposto ideológico similar. Seria fácil enumerar as nações que subsistiram durante várias décadas sem conhecer qualquer ameaça externa: EUA até 1945, URSS, Suíça, a França atual, etc. "A existência de uma ameaça externa que possa ser crível é, por conseqüência, essencial para a coesão social, assim como para a aceitação de uma autoridade política" totalitária (p. 113). A um governo legítimo não há necessidade disso, pois sabe reunir seu povo através de valores partilhados. Mas uma ameaça externa, real ou suposta, permite a um poder totalitário aumentar consideravelmente seu controle sobre a nação.

O *Relatório* veicula uma visão estreita do mundo que se manifesta igualmente na sua concepção de homem.

Afirma que uma sociedade deve “conservar, em qualidade e quantidade, os pobres dos quais [ela] tem necessidade, a título de estímulo, bem como manter a estabilidade da organização interna que assegura o poder” (p. 103). Naturalmente, para um marxista adorador da luta de classes, o desaparecimento do proletariado soa como a morte do deus História. Mas prosseguindo neste raciocínio impiedoso sobre a necessidade da pobreza, não seria tolher, para toda a eternidade, a possibilidade dos pobres e dos escravos melhorarem seus destinos? Pois uma sociedade muito rica, na qual a burguesia se reconstitui, escapa ao poder do Estado. Já a sociedade totalitária do *Relatório* tem precedência sobre o homem, e a busca do bem comum torna-se o pretexto para a desgraça generalizada.

Enfim, para o *Relatório*, o bem comum está reduzido à submissão completa do indivíduo à sociedade. A forma superior do Bem seria, então, um totalitarismo anticristão, no qual todas as atividades humanas se ordenariam em função da estabilidade da sociedade, princípio “transcendente” desta utopia. Como já assinalado, o único critério normativo contido na elaboração do *Relatório* era “simplesmente a sobrevivência da sociedade humana em geral e da sociedade americana em particular, sendo este o corolário da sobrevivência e da estabilidade da sociedade” (p. 61).

As análises do *Relatório* e suas recomendações são perfeitamente atuais. Inscrevem-se numa perspectiva totalitária, anticristã e desumana. Pois se preocupando exclusivamente com um **problema geral** – a sobrevivência da humanidade através do desarmamento –, chega a negar qualquer lugar às pessoas dessa sociedade que ele elabora. Sua estrutura política é aquela da convergência Leste-Oeste e do desarmamento, uma estrutura mundialista por excelência que parecia ainda totalmente utópica há alguns anos, mas que hoje é adotada na geopolítica atual. A única solução que ele propõe é a de um fascismo ecológico que, veremos mais à frente, se realiza atualmente.

O *Relatório* não podia, portanto, ser considerado como um documento autêntico para a administração americana. Era muito mais provavelmente destinado à abertura de novas perspectivas para os revolucionários. Deveria delinear as grandes áreas de convergência Leste-Oeste, as grandes linhas da política mundialista após a *perestroika*. A maior problemática do *Relatório* não era a transição para a paz, mas a manutenção do controle revolucionário sobre a sociedade num mundo desarmado. (Ao escrever isso, não concordamos com toda a análise do *Relatório*. É incontestável que o sistema militar permitiu aos governos que se aumentasse seu controle sobre as sociedades. A guerra, no entanto, não é o princípio organizador das nossas sociedades para que se sugira um substituto para

garantir a estabilidade). O *Relatório* não se preocupa com a economia, com a política, sociologia, ecologia ou com a cultura de um mundo em paz, mas com a maneira pela qual elas possam continuar a ser controladas para a utilização revolucionária e totalitária. Neste sentido, o *Relatório* é totalmente verdadeiro. Grande parte dos nossos políticos compartilham dos pressupostos do *Relatório* sobre a paz, a convergência Leste-Oeste, a "estabilidade" da sociedade. A Guerra Fria estando terminada, a ameaça soviética deve ser substituída por um problema global, a alegada crise ecológica mundial, que permite o controle da sociedade. As recomendações que o *Relatório* formula são absolutamente pertinentes e, como veremos, foram realizadas ou estão em curso de realização.

A mistura de horror e fascinação que acompanha a sua publicação explica-se da seguinte maneira: se é evidente que suas hipóteses são absurdas, desumanas e totalitárias, não o é menos que a nossa sociedade – nos seus discursos oficiais – e nossos dirigentes já as tenham aceitado, e que os horrores do *Relatório* são apenas conseqüências inevitáveis. *A Montanha de Ferro* criou um "forte discurso" revolucionário, que permite justificar o totalitarismo tanto às vistas do povo quanto das elites. Seu discurso é certamente datado, em particular na sua utilização de técnicas aversivas. Hoje, essas mesmas

idéias políticas devem ser retomadas levando em conta o fracasso da URSS e as idéias de Skinner.

Publicado em 1967, em um universo intelectual claramente mais cristão do que o nosso, constitui um episódio maior da **guerra ideológica e psicológica** que conduz os revolucionários. Uma verdadeira manipulação psicológica em escala planetária, uma brutal ruptura no psiquismo coletivo que merece um estudo atento.

---

774. Leonard C. Lewin, *Report from the Iron Mountain on the Possibility and Desirability of Peace*, New York, The Dial Press, Inc., 1967. Traduzido para o francês sob o título: *La paix indésirable? Rapport sur l'utilité des guerres*, Calmann-Lévy, Paris, 1984. [No Brasil foi publicado pela Editora Laudes, RJ, 1969, sob o título: *A paz indesejável: O relatório da Montanha de Ferro* – tradução de Luiz Orlando Carneiro – NT].
775. *Ibid.*, p. 84. Em itálico no texto original.
776. No original: "*des coupeurs de bois et des porteurs d'eau*". Reporta à Bíblia, livro de Josué, 9, 23, dirigindo-se aos maltrapidos gabaonitas que o enganaram: "…sois malditos e jamais cessareis de ser servos como *rachadores de lenha e carregadores de água* na casa do meu Deus". A expressão (em inglês, *hewers of wood and drawers of water*) foi usada pela primeira vez como sinônimo de pessoas pobres e dependentes em 1862, pelo escritor inglês Anthony Trollope no livro Noth America (p. 77), referindo-se aos habitantes da província canadense do Québec, tratando-os como inferiores, social e economicamente, aos canadenses anglófonos, em função de serem católicos – NT.
777. Leonard C. Lewin, op. cit., p. 106. Citando *A décima vítima* [filme de 1965, cujo enredo se desenvolve num futuro hipotético no qual as guerras eram evitadas e, como válvula de escape para as pessoas violentas, criou-se uma espécie de jogo mortal onde seres humanos eram caçados – NT].
778. *Peace Corps:* agência federal do governo dos Estados Unidos, criada em 1961 pelo presidente John F. Kennedy, que reúne voluntários para promover a paz mundial e ajudar os países em desenvolvimento – NT.
779. *Senior Schcolastic*, 4 de abril de 1968, p. 11. *U.S. News & World Report*, 20 de nov. de 1967, p. 48.

780. *Ibid.*
781. *Library Journal*, 15 de outubro de 1967, p. 3648. *The Nation*, 11 de dezembro de 1967, p. 633.
782. *Book World*, 26 de novembro de 1967, p. 5.
783. O banco da família Rockefeller.
784. *Trans-Action*, janeiro/fevereiro de 1968, p. 10.
785. *Ibid.*, p. 8. *Senior Scholastic, op. cit.*, p. 12.
786. *Ibid.*, p. 6. *sq., science news*, 9 de dezembro de 1967, vol. 92, p. 557., *Comentary*, fevereiro de 1968, p. 83 sq., *Bulletin of Atomic Scientists*, março de 1968, p. 22 sq., *Fotune*, janeiro de 1968, p. 185 sq., *Time*, 17 de novembro de 1967, p. 44.
787. The Christian Century, 13 de dezembro de 1967, p. 1.588.
788. *New York Times*, 20 de novembro de 1967.
789. *Bulletin of the Atomic Scientists*, março de 1968, p. 23.
790. *Trans-Action*, janeiro/fevereiro de 1968, p. 8.
791. *Ibid.*, p. 16.
792. *Ibid.*, p. 17.
793. *Op. cit.*
794. *Trans-Action*, abril de 1968, p. 2.
795. *Trans-Action*, janeiro/fevereiro de 1968, p. 12.
796. *Ibid.*, p. 18.
797. *Bulletin of the Atomic Scientists*, op. cit., p. 23 sq.
798. *Trans-Action*, janeiro/fevereiro de 1968, p. 16.
799. *Ibid.*, p. 18.
800. *Commentary*, op. cit., p. 83.
801. *Trans-Action*, janeiro/fevereiro de 1968, p. 16.

CAPÍTULO II

OS HERDEIROS DA “MONTANHA DE FERRO”

As brilhantes idéias da *Montanha de Ferro*, esta notável manipulação, não ficaram sem prosseguimento. Desde abril de 1970, ou seja, menos de dois anos e meio após a publicação do *Relatório*, George Kennan escrevia na *Foreign Affairs*[802] – revista do bastante influente Council on Foreign Relations (CFR) –, um artigo em que retomava as principais teses da *Montanha de Ferro*. E Kennan está longe de ser o primeiro a fazer isso, em matéria de política internacional.

Ex-embaixador dos Estados Unidos na URSS e amigo do milionário vermelho, Averell Harriman, Kennan estava na origem da política americana de *contenção* da URSS.[803] Como era de se esperar, e como estava evidente desde a sua formulação, esta política passiva, de forma alguma reprimia as ambições soviéticas; pelo contrário, permitia aos comunistas, corromper todo o planeta.

Com o seu sucesso indiscutível, que lhe valeu o reconhecimento dos comunistas e a estima das elites americanas, Kennan gozava de uma autoridade

inigualável. Seu artigo de abril de 1970 fez eco a outro de julho de 1947, onde ele se preocupava explicitamente com a Guerra Fria. Portanto, é razoável considerar esse texto como o programa político das elites mundialistas para o pós-*perestroika*. É importante lembrar, ao ler as linhas que vêm a seguir, que em 1970, data da publicação do artigo, os dois principais problemas ecológicos globais, o efeito estufa e o buraco na camada de ozônio, não estavam entre as manchetes da mídia.

> Mesmo o leitor mais distraído da imprensa nos últimos meses e nos últimos anos, não pôde deixar de notar o aviso sobre o número crescente de degradação ambiental. Cientistas competentes se preocupam com a influência da superpopulação, com a devastação dos recursos naturais e da mecanização sobre a integridade do meio ambiente natural, do qual depende a nossa sobrevivência. 'Pela primeira vez na história da humanidade', escreveu U Thant, secretário da ONU, 'nos encontramos presos em uma crise mundial crescente que engloba tanto os países desenvolvidos quanto os países em via de desenvolvimento. […] Torna-se evidente que se as tendências atuais se prolongarem, a vida na Terra poderá estar ameaçada'. […]
>
> Esta conclusão se impõe a todos, cientistas ou não: se quisermos atingir este objetivo, deveremos empreender urgentemente um esforço internacional muito mais ambicioso e entendido na sua concepção e muito mais enérgico na sua execução do que qualquer outro já feito ou planejado até o momento. […]
>
> De acordo com [uma] opinião, não deve existir uma instituição separada se ocupando especificamente da conservação dos recursos naturais. As considerações ambientais deverão preferencialmente ser integradas, desde a concepção, nas atividades exploradoras dos recursos naturais, de tal sorte que as restrições ambientais serão automaticamente respeitadas.
>
> Este autor deve respeitosamente manifestar seu desacordo. As considerações de lucro e de proteção da natureza não saberiam interferir. Precisamos de um órgão de monitoramento. A vigilância e o senso de dever

deste órgão não devem ser confundidos pelas necessidades antagônicas. Deve-se afirmar corajosamente que desses dois objetivos, a proteção dos recursos naturais vem em primeiro lugar. […]

O que nos falta é precisamente esta instituição – responsável pela vigilância e alerta. Ela não estará no centro dos interesses de uma nação ou de um grupo de nações; ela não se preocuparia nem das forças armadas nem dos partidos políticos ou das questões econômicas, mas somente dos interesses da humanidade em geral – e este é um ponto importante –, aqueles dos nossos companheiros, os animais e os vegetais.

Esta entidade, que será criada e mantida pelos governos, **teria de tomar decisões importantes**. E deve fazê-lo não com base no compromisso entre representantes governamentais, mas por meio de uma colaboração entre **intelectuais, cientistas, especialistas** e, talvez, também entre homens de Estado e diplomatas dedicados à causa ambientalista, isentos de qualquer mandato nacional ou político. […]

Não se deve subestimar as somas necessárias [ao funcionamento desta agência].

[Esta agência] teria inicialmente um papel de estudo e de conselho. Jamais terá limite, pois, com a situação alterando-se constantemente, novas necessidades surgirão quando as antigas forem satisfeitas. Seus objetivos sempre serão utópicos e nunca serão alcançados. Mas podemos esperar que, eventualmente, a autoridade delegada à Agência, através de tratados multilaterais e seus poderes aumentados, poderá gradualmente se encarregar de uma grande medida de aplicação desses tratados. Assim sendo, seu papel e sua designação não serão simplesmente de uma agência de conselho. Tornar-se-á a única autoridade ambientalista internacional, dispondo do poder que sua missão requer, e do qual a comunidade internacional necessita. […]

Não podemos fechar esta discussão sem mencionar o que tal iniciativa exige em relação ao plano político e psicológico. A energia e os recursos que os homens podem consagrar às atividades internacionais não são ilimitados. Se suas esperanças e seu entusiasmo podem sustentar os esforços construtivos e promissores, isso deve ser feito, ao menos numa certa medida, em detrimento das preocupações estéreis, mórbidas e infinitamente perigosas que prosseguiremos sob o nome de defesa nacional.

A comunidade científica e a opinião pública mundial têm a maior necessidade, nessas horas sombrias, de novas e promissoras perspectivas.

> As potências comunistas, e ocidentais em particular, devem substituir as obsessões da Guerra Fria por uma preocupação comum que beneficiará a todos. Para os jovens do mundo inteiro, as novas perspectivas de esperança e de criatividade são de uma urgente necessidade **espiritual**.[804]

Não parece ser preciso fazer uma correspondência entre as proposições de Kennan e àquelas do *Relatório*. Nos dois casos, preocupam-se da convergência Leste-Oeste, do desarmamento e do fim da Guerra Fria, sem jamais mencionar a necessidade do desaparecimento do comunismo. Nos dois casos, procura-se um problema global que poderia servir como denominador comum para toda a humanidade. Nos dois casos, opta-se pela ameaça ecológica – real para o *Relatório*, fictícia à época de Kennan. Esta ameaça global deve produzir despesas que "não se deveria subestimar". Ela levará à instauração de um regime totalitário, de uma oligarquia de cientistas, de intelectuais e de especialistas, à criação de um Conselho de Sábios – ou talvez simples marionetes; nós o veremos.

Enfim, o aspecto cultural é explicitamente tratado por Kennan, que não hesita em considerar as implicações *espirituais* de seu projeto. Ademais, encontraremos freqüentemente esta pseudo-espiritualidade ecológica e o biocentrismo, culto de animais e vegetais, que a acompanha. Em 1970, o *Relatório* ainda não havia sido esquecido.

As páginas a seguir nos trazem uma visão sintetizada dos principais textos ecológicos das duas últimas décadas

e serão refutadas ponto por ponto nos capítulos seguintes.

“Nosso futuro comum”

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento foi criada pela Assembléia Geral das Nações Unidas. Em dezembro de 1983, o secretário geral da ONU solicitou que a presidência ficasse a cargo da senhora Gros Harlem Brundtland, então primeira-ministra trabalhista da Noruega. A publicação de seu relatório em 1988, intitulado *Nosso futuro comum*,[805] marca uma etapa importante na progressão das idéias revolucionárias ecologistas.

A “missão urgente confiada pela Assembleia Geral da ONU à Comissão” era, nem mais nem menos, a elaboração de “um programa global de mudança”.[806] A Comissão foi à altura das esperanças e ambições que ela havia suscitado. Seu relatório, cujas idéias voltaram à cena na Conferência Rio 92, e estão em curso de aplicação, é propriamente revolucionário. Trata-se, em verdade, de “um programa global de mudança”. A idéia fundamental deste trabalho é tão-somente uma **reforma institucional** radical e necessária. Ela deverá integrar as instituições nacionais no seio das instituições internacionais para permitir lutar contra as inumeráveis e terrificantes ameaças ecológicas.

Pode-se esperar outra coisa de uma comissão composta essencialmente por mundialistas e revolucionários? Entre

seus 23 membros, além da senhora Brundtland, trabalhista e ecologista convicta, encontra-se também Maurice Strong, antigo secretário geral da Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, realizada pelas Nações Unidas em Estocolmo (1972), que viria a presidir também a Conferência do Rio, igualmente antigo subsecretário geral da ONU, etc. Depois, Jim McNeill, co-autor de um relatório à Comissão Trilateral – a qual apresentaremos posteriormente –, diretor de Meio Ambiente da OCDE[807] (1978-1984) e ministro de Estado canadense (1974-1976). Tem ainda um soviético (do Comitê Executivo da Academia de Ciências da URSS), um iugoslavo (membro do Comitê Executivo da República Socialista Eslovênia, secretário executivo da Comissão Econômica para a Europa da ONU), um chinês (presidente da Sociedade Ecológica da China), um argelino (a cargo da ONU), um húngaro (secretário geral da Academia de Ciências Húngara), um antigo presidente do Conselho de Segurança da ONU, um sociólogo, um membro do Banco Mundial, do FMI, do CNUCED[808] e do Comitê da Planificação do Desenvolvimento da ONU, um social-democrata alemão, um consultor da UNEP,[809] um ex-presidente da Corte Internacional de Justiça, um membro do Comitê Executivo do Clube de Roma e o secretário geral do Commonwealth.[810]

Enfim, são 16 dos seus 23 membros, que apenas pelos títulos de seus cargos ou funções, é possível discernir

suas orientações ideológicas.[811]

Figura de linguagem, *Nosso futuro comum* descreve um porvir bastante sombrio: superpopulação, fome, desertificação, efeito estufa, buraco na camada de ozônio, chuvas ácidas, poluição atmosférica, resíduos tóxicos, extinção massiva de espécies animais e vegetais, etc. Trata-se de problemas sistemáticos. As diferentes crises estão ligadas entre elas, e não saberíamos separar as crises de meio ambiente do desenvolvimento e da energia.[812] Esses problemas globais ultrapassam as fronteiras,[813] com uma interdependência crescente.[814] Os custos das medidas necessárias são bastante altos, mas o desarmamento permitirá liberar os recursos financeiros.

As soluções propostas não poderão ser executadas pelas presentes instituições internacionais. A estrutura da tomada de decisão não permite enfrentar os problemas globais da atualidade.[815] A soberania nacional deverá ser "superada".[816]

Será então possível de proceder às transferências de capitais e de tecnologia necessárias à preservação do meio ambiente nos países subdesenvolvidos.[817] A produção agrícola será "reorientada para os países com *déficit de alimentos*". A abertura das fronteiras é igualmente necessária.

Os valores deverão ser modificados. Iremos definir uma nova ética.[818] O sistema educacional e a

participação (o engajamento) do público permitirão que a nova ética seja alcançada.[819]

“Para além da interdependência”

A Conferência Internacional de Estocolmo (1972) foi realizada pouco tempo depois da publicação do artigo de Kennan (1970). Os grandes eixos da política ecologista internacional foram definidos e, sobretudo, um *consenso* começa a emergir. Esta conferência era apenas uma precursora daquela realizada no Rio, da qual falaremos mais tarde. Notemos os seguintes pontos que nela foram abordados: “redefinição dos projetos civilizacionais”,[820] “ética ambiental”, “o ensino e a educação”, “ação política e institucional”, “a participação (engajamento) do público”,[821] “os aspectos sociais e culturais de ecologia”,[822] “a superpopulação”,[823] etc..

Em 1992, realizou-se a Conferência do Rio, uma gigantesca reunião de chefes de Estado e de governos. Só foi permitido a cada um dentre eles fazer um curto pronunciamento, rigorosamente cronometrado e incorporado entre as outras 103 alocuções. Mas o verdadeiro trabalho já havia sido feito. Da mesma forma que a Conferência de Estocolmo tinha sido precedida da publicação do artigo de Kennan, a Conferência do Rio realizou-se após a publicação de um relatório muito importante para a Comissão Trilateral: *Beyond Interdependence*.[824]

Este trabalho foi precedido de uma proposta assinada por David Rockfeller, presidente da seção norte-americana da Comissão Trilateral.[825] A introdução é feita por Maurice Strong, secretário geral das conferências de Estocolmo e do Rio. Aqui, mais uma vez, estamos lidando com um documento que expõe a posição oficial do "*establishment*" americano e mundial.

Para seus autores, vamos exceder a interdependência econômica para atender à interdependência ecológica. Em particular o efeito estufa, uma ameaça global que poderia ter conseqüências catastróficas, imporá um programa de redução de 60% nas emissões de CO_2. Caso contrário, a mudança climática poderia provocar guerras civis e internacionais. O destino da humanidade está em jogo.

Os custos dessas reduções serão fantásticos e se fixam em milhares de dólares. **"Isto irá exigir uma enorme revolução no nosso modo de vida".**[826] Mas somente os países desenvolvidos serão atingidos. Os países subdesenvolvidos deverão, ao contrário, aumentar seus consumos de energia e os países desenvolvidos transferir-lhes os capitais e tecnologias. Para estimular os industriais à adesão, utilizar-se-á técnicas não-aversivas, característica do socialismo de mercado. Os países subdesenvolvidos, por sua vez, deverão pôr fim à sua superpopulação.

Essas reformas não poderão ser bem executadas no atual quadro institucional. Algumas recomendações prevêem que a soberania nacional deverá ser “posta em comum”.[827]

“Salvar o planeta Terra”

O início dos anos 90 foi marcado por uma grande ofensiva ecológica. É verdade que a queda do muro de Berlin favoreceu a realização dos projetos elaborados já a partir das duas ou três últimas décadas. Além da Conferência do Rio e da publicação do *Beyond Interdependence*, também é preciso ressaltar a aparição de um trabalho intitulado *Salvar o planeta Terra*,[828] assinado pelo senador Al Gore, que não tardou a ser eleito vice-presidente dos Estados Unidos. Como tal, seu trabalho é revelador das motivações reais da política ecológica americana. Trataremos dele aqui muito rapidamente porque teremos de revê-lo em seus pormenores.

Como sempre, o livro começa por expor de forma alarmante a situação ecológica mundial. O efeito estufa, o buraco na camada de ozônio, a extinção massiva de espécies animais e vegetais, a destruição da floresta tropical, a seca e a desertificação, a poluição química, a superpopulação, etc. ameaçam a sobrevivência da humanidade e do planeta.

A raiz do mal reside na nossa concepção de homem, do mundo e da natureza e também dos nossos valores. Trata-se de um problema espiritual e ético. Somente uma modificação de nossa concepção de homem e do mundo, uma mudança de paradigma, um retorno a uma concepção holística poderão nos tirar desse empasse e evitar a destruição da humanidade. Embora Al Gore seja bastante cuidadoso para não se assemelhar aos extremistas da ecologia profunda (*deep ecology*), seu discurso apresenta similitudes com essas teorias e também com aquelas da Nova Era. Precisamos de uma nova cultura, de novos valores. Deveremos apelar a novos sentimentos e elaborar novos mitos. Trata-se de um itinerário espiritual, que deverá se apoiar sobre todos os "recursos" religiosos, sobre todas as religiões numa perspectiva sincretista e panteísta. A emergência de uma nova religião é desejada.

A resolução da crise ecológica servirá, portanto, de um objetivo supra-ordenado, de um denominador comum a toda humanidade. A crise só poderá ser resolvida através de colossais transferências financeiras e tecnológicas. Um verdadeiro Plano Marshall deve ser implantado em todo o planeta. Sua realização se tornará nosso novo objetivo comum. E o subtítulo em inglês do livro de Al Gore diz: *forjando um novo objetivo comum*. Esta forjaria está de acordo com a *Montanha de Ferro*. Da mesma forma que o Plano Marshall provocou a integração econômica e

depois institucional da Europa, o Plano Marshal global deverá provocar a integração institucional internacional. As Nações Unidas terão de criar um Conselho de Meio Ambiente:

> Mais precisamente, para guiar a evolução de um acordo global [sobre o meio ambiente], as Nações Unidas poderão considerar a criação de um Conselho de Meio Ambiente, que tratará das questões ambientais – assim como o Conselho de Segurança trata atualmente das questões militares.[829]

Esse novo princípio comum a toda humanidade trará consequências em todos os âmbitos, assim, transformações radicais e estruturais serão necessárias. Particularmente, um totalitarismo ideológico e ético se instaurará. A ênfase não está mais sobre os direitos do homem, mas sobre os seus deveres ecológicos no que diz respeito à coletividade e ao planeta. Enfim, Al Gore parece traçar a linhagem de suas idéias desde a *Montanha de Ferro*:

> Por uma ironia da história, o colapso do mundo comunista privou a Aliança [atlântica] de seu adversário comum, mas o potencial de recursos que poderão, de certa maneira, ser liberados pode dar a seu membros uma ocasião ideal de **escolher** uma nova grande causa pela qual se poderá trabalhar em conjunto.[830]

“Limite ao crescimento?”

Em abril de 1968, ou cinco meses após a publicação de *A Montanha de Ferro*, Aurélio Peccei fundou o Clube de Roma. As orientações ideológicas deste Clube, e a personalidade de seus membros merecem atenção.

Alexander King, presidente do Clube em 1984, e hoje presidente de honra, afirma não ter “mais nacionalidade”[831] e se define como um “protótipo do tecnocrata internacional”.[832] Foi co-diretor da “agência parisiense da *European Productivity Agency*, encarregada do estudo e aplicação do Plano Marshall”[833] que veio a se tornar a OCDE.

Alexander King é então um tecnocrata mundialista que tem colaborado diretamente para a realização de um dos principais objetivos comuns e unificadores modernos: o Plano Marshall. As orientações coletivistas que nele discernimos encontram-se em Adam Schaff, outro membro do Clube, que também fora membro do Comitê Central do Partido dos Trabalhadores Poloneses Unificados, presidente da Academia de Ciências da Polônia e diretor de um centro de pesquisas da Unesco. Este é apresentado como irmão “daqueles que procuram ou procuraram manter vivo o pensamento marxista”.[834]

Isto resulta em todo o Clube uma simpatia pelo comunismo, que nada desmente, “uma grande admiração pelos chineses, sua civilização brilhante, profunda e humana”,[835] pois “a China tem por trás dela esta trajetória maravilhosa de civilização, de descobertas, de pensamento, de equilíbrio, de harmonia”.[836] Além disso, numa perspectiva de convergência Leste-Oeste, “comunistas ou capitalistas, neo-comunistas, neo-

capitalistas: as motivações são as mesmas, não há diferenças fundamentais”.[837] Estas três últimas citações provêm de propostas feitas por Aurélio Pecci, fundador do Clube. Podemos apostar que elas refletem a mentalidade que os domina.

Fundado em 1968, o Clube fez aparecer, a partir de 1972, um relatório intitulado *Limite ao crescimento?*.[838] É preciso anotar, para deixar claro, que este trabalho não foi publicado pelo Clube de Roma, mas que se trata de um relatório por ele ordenado – e apoiado. Este tipo de procedimento é normalmente usado pelos mundialistas e revolucionários. Mas, para o grande público, a paternidade desse relatório é definitivamente atribuída ao Clube de Roma.

Foi redigido “por uma brilhante equipe de pesquisadores internacionais”[839] do M.I.T. Como *A Montanha de Ferro*, beneficiou-se de uma considerável publicidade, vendendo 12 milhões de cópias e traduzido para 30 línguas. Mais uma vez temos o caso de uma manipulação psicológica e ideológica planetária: *Limite ao crescimento?* teve uma repercussão mundial e uma influência política considerável.

Esse livro se apóia sobre um modelo matemático da sociedade mundial e também sobre simulações informatizadas. Em conformidade com um procedimento agora clássico, e utilizado sistematicamente no âmbito ecológico, esse modelo só foi divulgado após a aparição

do livro. Toda crítica científica, todo debate era naturalmente impossível antes desta publicação.

Limite ao crescimento? está hoje totalmente desacreditado – descrédito que reflete no Clube de Roma, que diplomaticamente tenta dele se afastar. Assim, nas suas páginas conclusivas, redigidas não mais por uma equipe do M.I.T., mas pelo Comitê Executivo do Clube, podemos ler: “cada vez mais os homens tomarão consciência da **monstruosidade do crescimento**”.[840] Porém, no relatório do Clube, intitulado *Questões de sobrevivência*, assinado por Alexander King (presidente de honra) e Bertrand Schneider (secretário geral), publicado em 1991, figura o desmentido a seguir:

> [Tendo publicado *Limite ao crescimento?*] o Clube foi duramente criticado por ter advogado em favor do ‘crescimento zero’. No entanto, essa não era a nossa convicção. Reconhecemos plenamente o desejo de crescimento material nos países pobres; mas nos colocamos em guarda contra as conseqüências de uma corrida irrefletida ao crescimento em curso nos países industrializados – a saber, o esgotamento das matérias-primas, a deteriorização do meio ambiente e a dominação dos valores materiais na sociedade.[841]

Trata-se, convenhamos, de uma apresentação irreconhecível da realidade. Mas isso era o mínimo que o Clube poderia fazer. Pois, fato raro, *Limite ao crescimento?* deu previsões datadas. O esgotamento dos recursos naturais, sua pilhagem insensata pelo homem, e a ausência de uma instância internacional de regulação permitiam – valendo-se de modelos matemáticos e

simulações informatizadas – dar as datas do esgotamento de certos recursos. Baseando-se nas reservas conhecidas, o ouro deveria se esgotar em 1984, o cobre e o chumbo em 1985, o estanho em 1987 e o zinco em 1990.[842] Já o urânio poderia faltar antes do fim do século.[843] E outras previsões foram feitas, embora nem todos os seus prazos tenham vencido, já é certo que elas não se realizarão.

Após ter sido copiosamente ridicularizado, e também recusado pelo próprio Clube de Roma, após ter predito o apocalipse que não veio a realizar-se, poderíamos esperar que este livro fosse definitivamente enterrado. Mas ainda que seja nulo e muitas personalidades evitem a ele referir-se, ele continua a assombrar o imaginário coletivo. Pois os desmentidos são sempre inúteis por nunca receberem a mesma publicidade que a alegação inicial, além de jamais poderem atingir as imaginações. Assim, Jacques-Yves Cousteau não temeu em fazer referência a este livro em um colóquio realizado no Senado em 1994, mencionando a “exatidão de suas previsões”.[844]

A síntese a seguir baseia-se no *Limite ao crescimento?*, as propostas de membros do Clube publicadas nas páginas que o precedem e nos comentários do Comitê Executivo do Clube de Roma que formam o posfácio do livro. A tese fundamental de *Limite ao crescimento?* é que estamos correndo para a catástrofe, mesmo se

> em todos os setores do modelo fossem tomadas medidas para reduzir os limites da expansão. Isso leva, no entanto, a uma pausa na expansão e ao colapso total do sistema antes do ano 2100. A crise tem, desta vez, três determinantes principais: erosão quase total do solo arável e fome, séria redução nas reservas dos recursos naturais, apesar da recuperação e reciclagem, e brutal aumento da poluição, após passagens sucessivas por um máximo e um mínimo. A poluição, última determinante, reduz quase a nada a produção agrícola e, por efeitos diretos e indiretos, provoca um aumento rápido da taxa de mortalidade.[845]

Poderia resultar em um colapso de magnitude "difícil de imaginar"[846] e nossa sociedade poderia desaparecer. A humanidade deve, então, chegar a um "estado de equilíbrio global" que será renomeado alguns anos mais tarde de "desenvolvimento sustentável". Só poderemos chegar a este estado resolvendo os problemas globais e interdependentes que a humanidade deve enfrentar, "este entrelaçamento de problemas" que o Clube chama de "problemática".[847] Toda medida nacional é fadada ao fracasso. Esses problemas deverão ser abordados simultaneamente, em escala mundial. Um dentre eles, a superpopulação, requer uma atenção particular. "A humanidade não pode continuar a proliferar".[848]

Os países ricos deverão diminuir ou parar seus crescimentos econômicos e os países pobres acelerá-los.[849] Para tanto, é preciso descentralizar as indústrias.[850]

O objetivo é abertamente um igualitarismo socialista.[851]

A solução da “problemática” necessitará de uma reforma institucional, uma nova “estrutura do mundo de amanhã”[852] – em suma, um “governo mundial”.[853]

Será preciso definir uma nova ética[854] e “celebrar a preeminência do não-material”.[855]

Enfim, assinalamos que em duas ocasiões o *Limite ao crescimento?* sugere a exploração ideológica do efeito estufa:

> Ignoramos qual a quantidade de CO_2 ou de calor que se pode liberar no meio ambiente sem provocar modificações irreversíveis nas condições climáticas globais.[856]

> Se as necessidades de energia estiverem um dia cobertas pela energia nuclear ao invés dos combustíveis fósseis, o aumento da concentração de CO_2 cessaria consideravelmente e isto – espera-se – depois que não se manifestarem os efeitos climatológicos ou ecológicos mensuráveis em escala mundial.[857]

“Questões de sobrevivência”

Em 1991, um ano antes da Conferência no Rio, o Clube de Roma fez aparecer um trabalho intitulado *A primeira revolução global; Um relatório do Conselho do Clube de Roma*. O título em francês é: *Questões de sobrevivência; A revolução mundial começou*,[858] tradução que infelizmente não deixa claro o aspecto mundialista deste trabalho. Iremos notar que, de forma contrária ao *Limite ao crescimento?*, “o presente relatório foi discutido,

corrigido e adotado pelo Conselho do Clube de Roma”.[859]

Assim como *A Montanha de Ferro*, o relatório *Questões de sobrevivência* está “**a buscar um novo inimigo comum que possa nos unir**”.[860] A poluição, particularmente o efeito estufa, parece ser o mais crível. A luta contra esta ameaça global terá conseqüências econômicas “desmedidas” e provocará uma “drástica redução na atividade industrial”.[861] Mais uma vez, algo que diz respeito apenas aos países desenvolvidos. Será necessário estimular o crescimento do Sul subdesenvolvido.[862] Mas a superpopulação, que trava o desenvolvimento dos países pobres, deverá ser controlada.

Esse programa de reformas mundiais reclama as “estruturas de governo mundiais”,[863] em particular no âmbito do controle dos armamentos, que deverá ser confiado à ONU. Essas instituições serão democráticas? Pode-se duvidar, pois para o Clube, “a democracia não é a panaceia”.[864] Particularmente o modo de designação do secretário geral da ONU deverá ser revisto, pois atualmente ele favorece a “cozinha interna”.

Será preciso, igualmente, “refundar os valores éticos e espirituais”[865] para evitar a destruição da nossa sociedade. Serão necessários “valores coletivos”[866] e uma “ética comum”. O sistema de educação, no qual é preciso incluir os meios de comunicação, permitirá que

os objetivos sejam alcançados. Utilizar-se-á também o engajamento e a descentralização.

A Conferência de Estocolmo

Nosso futuro comum, *Além da interdependência*, *Salvar o planeta Terra*, o artigo de Kennan e os relatórios do Clube de Roma certamente não eram documentos negligenciáveis. Faltavam-lhes, contudo, uma consagração oficial, mundial, que veio com a Conferência do Rio (1992), reunindo os dirigentes de mais de 170 países. Portanto, antes mesmo desta conferência, a maquinaria pesada das instituições internacionais já estava preocupada com a proteção da natureza. Desde 1949, a UNESCO organiza com a União Internacional para a Conservação da Natureza uma *Conferência internacional técnica para a proteção da natureza*.[867] Naturalmente, ela se preocupa com a proteção da natureza e, mais precisamente, com a superpopulação, erosão do solo gestão racional dos recursos renováveis, proteção de espécies em via de extinção, com a limitação do uso dos pesticidas, cooperação internacional, educação e propaganda. De fato, nossos ecologistas nada inventaram; e poder-se-ía remontar a origem dessas coisas ainda muito mais longe.

Em 1972, Estocolmo acolheu a Conferência sobre o Meio Ambiente. 112 países lá estavam representados. A palavra de ordem era *Uma só Terra*, *Limite ao*

crescimento! Nela podemos encontrar todos os temas subversivos que já evocamos e que foram expostos antes de sua reunião onde seriam desenvolvidos em seguida. Como sempre, a Conferência parte dos problemas globais e sistemáticos, gerados pela interdependência mundial, para conduzir às suas inelutáveis reformas econômicas, institucionais e culturais.

Um dos principais objetivos da Conferência é a instauração de uma Nova Ordem Econômica Internacional, com transferências de tecnologia, descentralização das indústrias e abertura das fronteiras de países desenvolvidos. Em outras palavras: o programa realizado pela GATT.[868]

> As medidas tomadas para resolver esses problemas [ambientais, políticos e econômicos], não apenas disputam os recursos dos países industrializados, mas também influenciam cada vez mais o comércio internacional, a repartição internacional das indústrias, a competitividade de diversos grupos de países [os países com normas ecológicas elevadas são desfavorecidos], seus custos comparativos de produção e as transferências de tecnologia.[869]

Mas essas são as conseqüências culturais da revolução que são mais inquietantes. Não é surpreendente de ver a conferência sobre meio ambiente organizada pelas Nações Unidas em Estocolmo, em 1972, considerar que "os fundamentos da civilização industrial e urbana se encontram em causa" e apelar a "uma redefinição de projetos de civilização próprios para cada país".[870]

A Conferência do Rio

A Conferência do Rio, também chamada Cúpula da Terra, foi aberta em junho de 1992 em meio a um clamor midiático sem precedentes. Nunca antes tantos presidentes, chefes de governos ou ministros tinham sido reunidos sob qualquer pretexto. Os delegados de 185 países se apressaram ao Rio para demonstrar a importância extraordinária do evento e demonstrar fidelidade à Terra.

No entanto, por detrás desta unanimidade aparente, dissimulava-se profundas oposições científicas. O apelo aos chefes de Estado e de governos presentes à Conferência do Rio, dito Apelo de Heidelberg, foi assinado por 264 cientistas e intelectuais, dentre os quais, 52 prêmios Nobel. Suas assinaturas se preocupam da ascensão de uma "ideologia irracional":

> Nós, abaixo-assinados, membros da comunidade científica e intelectual internacional, compartilhamos os objetivos da Cúpula da Terra, a ser realizada no Rio sob os auspícios das Nações Unidas, e aderimos aos princípios da presente declaração.
>
> Exprimimos a vontade de contribuir plenamente com a preservação de nosso legado comum, a Terra.
>
> No entanto, preocupamo-nos em assistir, na alvorada do século XXI, à emergência de uma ideologia irracional que se opõe ao progresso científico e industrial e impede o desenvolvimento econômico e social.
>
> Nós afirmamos que o estado de natureza, às vezes idealizado pelos movimentos que têm a tendência de se referir ao passado, não existe e provavelmente jamais existiu desde o aparecimento do homem na biosfera, na medida onde a humanidade tem sempre progredido, colocando a natureza a seu serviço e não o inverso.

> Aderimos totalmente aos objetivos de uma ecologia científica, com base na razão, no controle e na preservação dos recursos naturais.
>
> No entanto, pedimos pelo presente apelo que esta razão, este controle e esta preservação sejam fundados sob os critérios científicos e não sob pré-julgamentos irracionais. […]
>
> Advertimos as autoridades responsáveis pelo destino do nosso planeta contra toda decisão que se apoiaria em argumentos pseudocientíficos ou sobre dados falsos e inapropriados.[871]

Entre os signatários, encontra-se um grande número de homens de esquerda, tais como: Etienne Baulieu, Alain Bombard, Pierre Bourdieu, Henri Caillavet, Umberto Eco, Eugène Ionesco, Hervé Le Bras, Ilya Prigogine, Lionel Stoléru, Haroun Tazieff, Elie Wiesel. Como se poderia esperar, o Apelo não foi entendido e a Conferência do Rio prosseguiu no seu erro. O hábil compromisso político e econômico discutido nas reuniões preparatórias e esboçado pela *Montanha de Ferro*, foi enfim aceito por todos os governantes – sobre bases totalmente frágeis que os grandes nomes da ciência não haviam hesitado em protestar. Suas preocupações estavam mais do que justificadas.

Sob o pretexto das inumeráveis ameaças globais e sistêmicas, cuja Terra seria objeto, a conferência adota diversos textos, em particular a *Agenda 21*, imperecível monumento tecnocrata, testemunha da nossa boa consciência e de nossos arrependimentos ecológicos, que orgulhosamente passaremos às gerações futuras. Mas, antes da *Agenda 21*, a Conferência adota a Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, acordo

com 27 princípios, que merece uma leitura crítica muito cuidadosa, tendo sido adotado no mais alto nível mundial:

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento,

Reunida no Rio de Janeiro de 3 a 14 de junho de 1992,

Reafirmando a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio
Ambiente Humano, adotada em Estocolmo em 16 de junho de 1972,[872] e buscando avançar a partir dela,

Com o objetivo de estabelecer uma nova e justa parceria global mediante a criação de novos níveis de cooperação entre os Estados, os setores-chaves da sociedade e os indivíduos,

Trabalhando com vistas à conclusão de acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e protejam a integridade do sistema global de meio ambiente e desenvolvimento, reconhecendo a natureza integral e interdependente da Terra, nosso lar,

Proclama que:

Princípio 1

Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza. [Os direitos de uns são os deveres de outros].

Princípio 2

Os Estados, de acordo com a Carta das Nações Unidas e com os princípios do direito internacional, têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos segundo suas próprias políticas de meio ambiente e de desenvolvimento, e a responsabilidade de assegurar que atividades sob sua jurisdição ou seu controle não causem danos ao meio ambiente de outros Estados ou de áreas além dos limites da jurisdição nacional.

Princípio 3

O direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades de desenvolvimento e de meio ambiente das gerações presentes e futuras.

Princípio 4

Para alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental constituirá parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente deste.

Princípio 5

Todos os Estados e todos os indivíduos irão cooperar na tarefa essencial de erradicar a pobreza, que constitui uma condição indispensável para o desenvolvimento sustentável, a fim de reduzir as disparidades de padrões de vida e melhor atender às necessidades da maioria da população do mundo.

Princípio 6

A situação e as necessidades especiais dos países em desenvolvimento, especialmente dos países menos desenvolvidos e daqueles ecologicamente mais vulneráveis, aos quais deve ser dada uma prioridade especial. As ações internacionais na área do meio ambiente e do desenvolvimento devem também atender aos interesses e às necessidades de todos os países.

Princípio 7

Os Estados devem cooperar, em espírito de parceria global, para a conservação, proteção e restauração da saúde e da integridade do ecossistema terrestre. Considerando as diversas contribuições para a degradação do meio ambiente global, os Estados têm responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Os países desenvolvidos reconhecem a responsabilidade que lhes cabe na busca internacional do desenvolvimento sustentável, tendo em vista as pressões exercidas por suas sociedades sobre o meio ambiente global e as tecnologias e recursos financeiros que controlam.

Princípio 8

Para alcançar o desenvolvimento sustentável e uma qualidade de vida mais elevada para todos, os Estados devem reduzir e eliminar os padrões insustentáveis de produção e consumo, e promover políticas demográficas adequadas.

Princípio 9

Os Estados devem cooperar no fortalecimento da capacitação endógena para o desenvolvimento sustentável, mediante o aprimoramento da compreensão científica por meio do intercâmbio de conhecimentos

científicos e tecnológicos, e mediante a intensificação do desenvolvimento, da adaptação, da difusão e da transferência de tecnologias, incluindo as tecnologias novas e inovadoras.

Princípio 10

A melhor maneira de tratar as questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo terá acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações acerca de materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar dos processos decisórios. Os Estados irão facilitar e estimular a conscientização e a participação popular, colocando as informações à disposição de todos. Será proporcionado o acesso efetivo aos mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que se refere à compensação e reparação de danos.

Princípio 11

Os Estados adotarão legislação ambiental eficaz. As normas ambientais, e os objetivos e as prioridades de gerenciamento deverão refletir o contexto ambiental ao qual se aplicam. As normas aplicadas por alguns países poderão ser inadequadas para outros, em particular para os países em desenvolvimento, acarretando custos econômicos e sociais injustificados.

Princípio 12

Os Estados devem cooperar na promoção de um sistema econômico internacional aberto e favorável, propício ao crescimento econômico e ao desenvolvimento sustentável em todos os países, de forma a possibilitar o tratamento mais adequado dos problemas da degradação ambiental. As medidas de política comercial para fins ambientais não devem constituir um meio de discriminação arbitrária ou injustificável, ou uma restrição disfarçada ao comércio internacional. Devem ser evitadas ações unilaterais para o tratamento dos desafios internacionais fora da jurisdição do país importador. As medidas internacionais relativas a problemas ambientais transfronteiriços ou globais deve, na medida do possível, basear-se no consenso internacional.

Princípio 13

Os Estados irão desenvolver legislação nacional relativa à responsabilidade e à indenização das vítimas de poluição e de outros danos

ambientais. Os Estados irão também cooperar, de maneira expedita e mais determinada, no desenvolvimento do direito internacional no que se refere à responsabilidade e à indenização por efeitos adversos dos danos ambientais causados, em áreas fora de sua jurisdição, por atividades dentro de sua jurisdição ou sob seu controle. […]

Princípio 15

Com o fim de proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deverá ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental. […]

Princípio 21

A criatividade, os ideais e a coragem dos jovens do mundo devem ser mobilizados para criar uma parceria global com vistas a alcançar o desenvolvimento sustentável e assegurar um futuro melhor para todos.

Princípio 22

Os povos indígenas e suas comunidades, bem como outras comunidades locais, têm um papel vital no gerenciamento ambiental e no desenvolvimento, em virtude de seus conhecimentos e de suas práticas tradicionais. Os Estados devem reconhecer e apoiar adequadamente sua identidade, cultura e interesses, e oferecer condições para sua efetiva participação no atingimento do desenvolvimento sustentável. […]

Princípio 25

A paz, o desenvolvimento e a proteção ambiental são interdependentes e indivisíveis […].[873]

O objetivo desta declaração de princípios está claramente exposto: trata-se de “estabelecer uma parceria mundial […] criando novos níveis de cooperação entre os Estados, os setores-chaves da sociedade e as pessoas”. Desta forma a Conferência pretende construir uma sociedade mundial que ainda não existe e muni-la de

instituições. O meio ambiente e o desenvolvimento aparecem como pretextos, como fortes justificativas de mídia que permitirão que tal objetivo seja alcançado.

O primeiro princípio impõe o direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza. As conseqüências revolucionárias desse novo direito do homem são desconcertantes. Começamos a medir a amplitude com a lei sobre o ar, destinada a limitar a circulação de automóveis em nome do direito do homem a um ar puro. Sem qualquer justificativa científica, a indústria americana foi duramente submetida às restrições do Clean Air Act,[874] equivalente a nossa lei sobre o ar.

O segundo princípio faz com que os Estados tenham um **dever** de lutar contra danos transfronteiriços ao meio ambiente, provados cientificamente ou pelos meios de comunicação: buraco na camada de ozônio, liberação de CO_2, má gestão de água. Já o terceiro princípio impõe o **direito** ao desenvolvimento e àquele referente às gerações futuras, uma maravilhosa ferramenta dialética suscetível de bloquear qualquer iniciativa e de servir como pretexto a qualquer inquisição. Quem saberá prever as conseqüências de qualquer decisão sobre as gerações futuras? Os Estados Unidos, então governados pelo presidente Bush, protestaram contra este novo “direito” ao desenvolvimento e lembraram – em termos muito polidos – que, ao contrário, eram deveres:

> Ao aderir ao consenso expresso no que concerne à Declaração do Rio, os Estados Unidos não alteram sua oposição de longa data ao chamado 'direito ao desenvolvimento'. O desenvolvimento não é um direito, pelo contrário, representa um objetivo que todos nós perseguimos.[875]

Mas as declarações feitas na Conferência do Rio foram mantidas. As ressalvas desapareceram devido às mudanças de governo.

O quarto princípio lembra que o meio ambiente deve se tornar "o princípio organizador da organização da sociedade humana".[876] O quinto princípio põe o igualitarismo em escala mundial. Não se trata apenas de eliminar a pobreza, objetivo em si mesmo louvável, embora sua realização tenha sido sempre pretexto a uma intromissão do Estado nas prerrogativas das pessoas e da sociedade. Com efeito, esse princípio põe a necessidade de uma **redução de diferentes níveis de vida** e não uma melhora do modo de vida daqueles que merecem. Enquanto subsista a menor diferença entre os indivíduos e as nações, enquanto o igualitarismo mais absoluto não reinar, as instituições internacionais não irão realizar sua tarefa. Como não ver que elas não terão sucesso nesta empresa sem tomar o controle total da sociedade mundial diretamente ou, sobretudo, indiretamente, pelos métodos não-aversivos, para não reeditar os erros soviéticos?

O sexto princípio acentua esta petição. Os países desenvolvidos têm uma responsabilidade particular: responsabilidade moral, dados os seus recursos

financeiros e técnicos; responsabilidade ecológica, dada a pressão que suas sociedades exercem sobre o meio ambiente.

O oitavo princípio consagra a modificação dos modos de vida e retorna à obsessão revolucionária de controle da população. Já o nono, adere à velha reivindicação de transferências tecnológicas e científicas. O décimo defende a utilização massiva da psicologia e do engajamento (participação) e, portanto, das técnicas não-aversivas, no caso onde certos dirigentes culpados, delas não tiverem tomado o poder. Sobre este ponto, a França não tem nenhuma lição a receber.

O décimo-primeiro princípio mostra claramente que as preocupações ecológicas vão muito além dos imperativos econômicos e que não saberiam se impor aos países em via de desenvolvimento. Todos esses problemas globais e interdependentes esbarram nas fronteiras dos países subdesenvolvidos. O único objetivo é frear o crescimento dos países desenvolvidos para “reduzir as diferenças de nível de vida”. O décimo-segundo princípio perfila a Nova Ordem Econômica Internacional. Após ter aceitado à demanda de transferência de tecnologia, a outra reivindicação dos revolucionários preconizando a Nova Ordem Econômica Internacional está satisfeita. O desaparecimento das fronteiras abrirá os mercados dos países desenvolvidos e favorecerá as decentralizações.

O décimo-terceiro princípio é uma espada de Dâmocles[877] sobre as indústrias. Os litígios ambientais se multiplicam nos Estados Unidos para além do razoável.

O décimo-quinto eleva o princípio de precaução ao posto de princípio metafísico constitutivo do mundialismo. Mas qual certeza temos nós de que o céu – ou a Lua – possa cair sobre nossas cabeças? Então preocupam-se já, nos cenáculos mundialistas, em nos proteger contra os asteróides gigantes que poderiam destruir a Terra.[878] O "desperdício" será "considerável" e a integração institucional e militar consideravelmente reforçadas.

O vigésimo-primeiro princípio faz intrusão no âmbito dos ideais. Nós o veremos com o culto à Terra. O vigésimo-segundo se inscreve na perspectiva de retorno à natureza – pelas massas; as elites permanecem, naturalmente, ao comando da sociedade industrial e controlando o povo pelo seu intermediário. O vigésimo-quinto consagra a interdependência, nova verdade revelada que faz do totalitarismo uma necessidade objetiva. O coletivismo está realmente morto?

A *Agenda 21* é a aplicação direta desses princípios. Ela reconhece as "numerosas incertezas no que se refere às mudanças climáticas e, em particular, à elevação do nível do mar".[879] No entanto, o princípio de precaução exige que se promova "a pesquisa sobre as reações

humanas, econômicas e sociais às modificações climáticas do planeta".[880]. Os revolucionários têm escolhido intencionalmente o efeito estufa, problema transversal e sistêmico, é natural que eles desenvolvam todas as potencialidades. Suas ramificações se estendem para todos os lados e, oficialmente intitulada de Cúpula da Terra, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente *e o Desenvolvimento* diz, então, que elas não se limitarão à obscuras conjecturas rousseaunianas.

A problemática da *Montanha de Ferro* reaparece. Novos meios financeiros deverão ser liberados, principalmente graças à "realocação de recursos atualmente consagrados para fins militares".[881] Trata-se apenas, estejamos certos, da primeira etapa. Os princípios postos na *Declaração* são muito mais ambiciosos.

As soluções propostas são sempre as mesmas, agora adotadas pelas mais altas autoridades mundiais. As instituições nacionais[882] e internacionais[883] deverão incorporar as preocupações ecológicas. Para fazer isso, a Assembléia Geral da ONU deverá desempenhar um papel mais importante e o sistema das Nações Unidas sofrerá uma "reestruturação e [uma] revitalização".[884] O direito internacional será reforçado, prendendo as nações numa camisa-de-força cada vez mais apertada, submetendo-as às cortes internacionais. Um capítulo inteiro é consagrado às

transferências de tecnologias. Os países em via de desenvolvimento deverão controlar suas populações. A *Agenda 21* introduz dois temas fundamentais e perfeitamente originais: o controle da água doce[885] e uma "aproximação da planificação e da gestão integrada das terras",[886] em outras palavras, uma revolução agrária.

A *Agenda 21* se preocupa igualmente em "reforçar os valores […] compatíveis com um desenvolvimento sustentável"[887] e reflete sobre o "**desenvolvimento espiritual**".[888] "Os países desenvolvidos deverão modificar seus modos de vida".[889] Os meios de comunicação permitirão "modelar o comportamento público".[890] As associações, ONG, o engajamento, a descentralização e o sistema educativo concluirão esta verdadeira revolução cultural.

A ideologia eco-mundialista efetua, então, uma síntese entre a economia de mercado e as reivindicações coletivistas. Resulta em um poder mundial fornecido de instituições fortes que lhe dão autoridade em todos os âmbitos e sobre todo o planeta. Encaminhamo-nos para a tirania ideal e o socialismo de mercado será a nova etapa da revolução. Os capítulos seguintes se empregarão em detalhar este panorama.

---

802. George F. Kennan, To Prevent a World Wasteland, *Foreign Affairs*, abril de 1970, Vol. 48, nº3, p. 401-413.

803. George F. Kennan, The Sources of Soviet Conduct, *Foreign Affairs*, julho de 1947.
804. Grifos nossos.
805. Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, *Notre avenir à tous [Nosso futuro comum],* Montreal, Editions du fleuve, Les publications du Québec, 1989.
806. Ibid., p. xix.
807. Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento, fundada em 1961, tem como objetivo promover políticas ambientalistas globais de desenvolvimento sustentável – NT.
808. Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento – NT.
809. UNEP: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.
810. Comunidade de países que mantém laços históricos com o Reino Unido, e tem como objetivo a cooperação internacional nos campos político e econômico – NT.
811. A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, *Notre avenir à tous [Nosso futuro comum], op. cit.* P. 422 sq.
812. *Ibid.*, p. 4 e 5.
813. *Ibid.*, p. 44.
814. *Ibid.*, p. 96.
815. *Ibid.*, p. 207.
816. *Ibid.*, p. 317.
817. *Ibid.*, p. 48.
818. *Ibid.*, p. xxvi.
819. *Ibid.*, p. 133.
820. *Conferência sobre ecologia*, Estocolmo, 5-16 de junho de 1972, Nações Unidas, Nova Iorque, A/CONF.48/9, p.i.
821. *Ibid.*, p. ii.
822. *Ibid.*, p. 1.
823. *Ibid.*, p. 4.
824. Jim MacNeill, Pieter Winsemius, Taizo Yakushiji, *Beyond Interdependence [Para além da interdependência],* Nova Iorque, Oxford, Oxford university Press, 1991.
825. Fundada por David Rockfeller em 1973, desempenha um papel fundamental na implantação do esquema da Nova Ordem Mundial. Propõe-se a dirigir a interdependência global entre três grandes regiões: América do Norte, Japão e Europa Ocidental – NT.

826. Jim MacNeill, Pieter Winsemius, Taizo Yakushiji, op. cit., p. 98. Grifos nossos.
827. *Ibid.*, p. 123.
828. Al Gore, *Sauver la planète Terre. L'écologie et l'esprit humain*, Paris, Albin Michel, 1993. Tradução francesa de: *Earth in the Balance. Forging a new Common Purpose*, London, Earthscan, 1992. [No Brasil lançado com o título: A Terra em balanço. Ecologia e o espírito humano, Global Editora, 2008 – NT].
829. *Ibid.*, p. 302. Esta passagem não se encontra na tradução francesa.
830. *Sauver la planète Terre [Salvar o planeta Terra], op. cit.*, p. 270. Grifos nossos.
831. Donella H. Meadows *et al.*, Janine Delaunay, *Halte à la croissance? [Limite ao crescimento?]*, Paris, Fayard, 1972, p. 60.
832. *Ibid.*, p. 62.
833. *Ibid.*, p. 62.
834. *Ibid.*, p. 112.
835. *Ibid.*, p. 57.
836. *Ibid.*, p. 58.
837. *Ibid.*, p. 58.
838. *Ibid.*
839. *Ibid.*, contracapa.
840. *Ibid.*, p. 293. Grifos nossos.
841. Alexander King, Bertrand Schneider, *Questions de survie*, Paris, Calmann-Lévy, 1991, p. 11.
842. *Ibid.*, 174.
843. *Ibid.*, 173.
844. Actes du colloque *Stratégies énergétiques; entre les risques du nucléaire et de l'effet de serre*, 8-10 avril 1994, Sénat, Paris, p. 9.
845. *Halte à la croissance? [Limite ao crescimento?]*, op. cit., p. 248.
846. *Ibid.*, p. 274.
847. *Ibid.*, p. 139.
848. *Ibid.*, p. 135.
849. *Ibid.*, p. 102, 114.
850. *Ibid.*, p. 90.
851. *Ibid.*, p. 116, declaração de Adam Schaff, membro do Clube.
852. *Ibid.*, p. 290.
853. *Ibid.*, p. 79, declaração de Hugo Thiemann, membro do Clube.
854. *Ibid.*, p. 296.

855. *Ibid.*, p. 86, declaração de Edouard Pestel, membro do Clube.
856. *Ibid.*, p. 193.
857. *Ibid.*, p. 185.
858. Alexander King, Bertrand Schneider, *Questions de survie; La révolution mondiale a commencé [Questões de sobrevivência; a revolução mundial começou]*, Paris, Calmann-Lévy, 1991.
859. *Ibid.*, p. 227.
860. *Ibid.*, p. 109.
861. *Ibid.*, p. 139.
862. *Ibid.*, p. 59.
863. *Ibid.*, p. 107.
864. *Ibid.*, p. 105.
865. *Ibid.*, p. 207.
866. *Ibid.*, p. 127.
867. Conferência internacional técnica para a proteção da natureza, Lake Success, USA, 22 de agosto a 1 de setembro de 1949. UNESCO/IUPN/Conf.2 e 502.7 A 06(73) “49” 18.
868. *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT), Acordo Geral de Tarifas e Comércio, estabelecido em 1947, e que deu origem à criação da Organização Mundial de Comércio – NT.
869. *Development and Environment*, United Nations Conference on the human environment, Stockholm, 5-16 June 1972, ONU, A/CONF.48/10, p. 5 e 6.
870. *Ibid.*, A/CONF.48/9, p. 8 e 12, versão francesa.
871. *Le Figaro*, 1º de junho de 1992, p. 8.
872. Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, Estocolmo, 5-16 de junho de 1972 (publicação das Nações Unidas, número de venda: F.73.11.A.14), cap. I.
873. *Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, *op. cit.*, vol. 1, p. 2 sq.
874. Lei Federal dos Estados Unidos, aprovada em 1963 – com emendas em 1970 e 1990 –, que dispõe uma série de regulações governamentais para o controle de emissão de gases na atmosfera – NT.
875. *Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, *op. cit.*, vol. II, p. 16.
876. Al Gore, *Earth in the Balance*, *op. cit.*, p. 294. Grifos nossos.
877. Segundo conta Horácio – e também Cícero –, Dâmocles era um cortesão que invejava o poder e felicidade de Dionísio I (séc. IV A.C.), o tirano de

Siracusa. Num banquete, o rei mandou que, sobre a cabeça do invejoso, colocassem uma espada sustentada por um fio de crina de cavalo. Desta maneira, Dâmocles pôde compreender quão efêmera e instável era a vida do monarca. A expressão passou a ser usada para expressar a presença de uma ameaça ou perigo iminente – NT.

878. Cf. o programa intitulado *La première fin du monde*, (Canal France 2, 24 de maio de 1997, 0h35), consagrado à massiva extinção de espécies que ocorreu há 65 milhões de anos e foi provocada por um asteróide gigante.

879. *Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, *op. cit.*, p. 271.

880. *Ibid.*, p. 447. Grifos nossos.

881. *Ibid.*, p. 432.

882. *Ibid.*, p. 466.

883. *Ibid.*, p. 467.

884. *Ibid.*, p. 472.

885. *Ibid.*, p. 297.

886. *Ibid.*, p. 129.

887. *Ibid.*, p. 460.

888. *Ibid.*, p. 454, grifos nossos.

889. *Ibid.*, p. 443.

890. *Ibid.*, p. 460.

CAPÍTULO III

PROBLEMAS ECOLÓGICOS GLOBAIS E SISTÊMICOS

“Reunir o que está disperso”

Problemas globais

O ICSU[891] representa um papel importante na elaboração das justificativas científicas da ideologia ecologista. O editor-chefe das publicações do Comitê Científico para Problemas Ambientais (SCOPE), um dos seus principais comitês, foi membro do IIASA.[892] Podemos considerar o ICSU como o precursor direto dos grandes programas mundiais tais como IGBP e IPCC, cuja missão principal é dar uma caução científica à ecologia política mundialista. O ICSU também colocou em prática as primeiras estruturas que posteriormente permitiram controlar os cientistas e marginalizar os opositores. Em 1986, com o apoio da UNEP e da Organização Meteorologista Mundial, o ICSU publica um relatório intitulado *SCOPE 29* que serviu de modelo aos relatórios do IGBP e do IPCC. O objetivo da polêmica do efeito estufa é exposto sem rodeios:

> Determinar se o aumento de CO_2 e as mudanças climáticas aumentaram ou diminuíram os problemas que se acumulam no horizonte é uma questão

importante que diz respeito a toda humanidade. (ICSU/SCOPE)[893]

Além disso o relatório do CDAC[894] sugere que **o problema do CO_2 poderia servir de estímulo a uma cooperação cada vez mais eficaz na gestão dos problemas mundiais**. (ICSU/SCOPE)[895]

Para o Clube de Roma, quando a "natureza se vinga" através "de catástrofes sucessivas", a sobrevivência da humanidade está ameaçada:

É difícil imaginar o real significado de tal colapso [da população], para a humanidade. A recessão pode tomar diferentes formas. Ela pode ser esporádica ou global, brusca ou progressiva.

[…] esta recessão poderia não atingir o limite de tolerância para a manutenção da vida animal e vegetal ou, ao contrário, poderia atingir proporções tais que o ultrapassasse de uma maneira irreversível. Neste caso, qualquer que seja a fração da população que sobreviva, restará muito poucas coisas sobre a terra que permitam um novo começo e a criação de novas sociedades sob qualquer forma que seja possível atualmente.[896]

Devemos, portanto, tornar real um estado de equilíbrio que reclame um ataque aos problemas globais e sistêmicos:

Neste contexto, sobretudo, os homens são confrontados às teorias dos problemas estranhamente irredutíveis e também incompreensíveis: deteriorização do meio ambiente, crises institucionais, burocracia, expansão incontrolável das cidades, inseguridade de emprego, alienação da juventude, recusa cada vez mais freqüente dos sistemas de valores reconhecidos na nossa sociedade, inflação e outros desregramentos monetários e econômicos, etc. Esses problemas aparentemente diferentes têm em comum três características. Em primeiro lugar, estendem-se por todo o planeta, aparecendo a partir de um determinado limite de desenvolvimento qualquer que sejam os sistemas sociais e políticos dominantes. […] Finalmente, agem uns sobre os outros e de uma forma que não mais compreendemos.

> É este entrelaçamento de problemas que projetamos sobre o termo de ‘problemática’. Essas interrelações se tornaram tão determinantes, tão críticas que não é mais possível isolar um só dos elementos essenciais desse magma que é a problemática, e tratá-lo separadamente. Tentar uma intervenção deste gênero apenas aumenta as dificuldades nos outros setores do conjunto, e de uma maneira freqüentemente imprevisível.[897]

Problemas sistêmicos

Os problemas sistêmicos globais estendem suas ramificações não somente sobre todo o planeta, mas também em todos os âmbitos. Assim, os problemas ecológicos têm conseqüências econômicas, políticas, institucionais e reclamam medidas culturais, educativas, étnicas, religiosas, etc. O totalitarismo então se apresenta como uma necessidade lógica adornada com uma justificativa científica.

> [A *Agenda 21*] cria, pela primeira vez, o quadro de uma ação cooperativa e sistêmica que é requerida para assegurar a transição para um desenvolvimento sustentável. (Conferência do Rio)[898]

> Sendo o meio ambiente um sistema de relações, todas as ações devem ser encaradas a partir de uma análise de sistemas, por métodos interdisciplinares que, apenas eles, podem ajudar a compreender a realidade de forma total. (Conferência de Estocolmo)[899]

> Ainda há pouco tempo, o planeta era um vasto mundo no qual a atividade humana e seus efeitos estavam reagrupados em nações, em setores (energia, agricultura, comércio), e em âmbitos de preocupação (meio ambiente, econômico, social). Atualmente, esses compartimentos diminuíram. Isto é particularmente verdade para as diversas ‘crises’ mundiais que se tornaram a preocupação pública, sobretudo depois de décadas. Não se trata de crises isoladas: uma crise de meio ambiente, uma outra de desenvolvimento, uma outra energética. Não, há apenas uma crise. (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento)[900]

> Introduzimos, naturalmente, um número considerável de fatores conexos – algumas centenas – de caracteres biológicos, políticos, psicosociológicos, sociais, econômicos, técnicos. E podemos constatar bem, devido às interações, que, considerado na sua totalidade, o sistema não pode mais ser interpretado como a soma das partes, como a soma de subsistemas; que não podemos analisar separadamente uns dos outros; que, particularmente, a mudança de apenas um fator leva a mudanças, ampliadas ou divergentes, nos outros.[901]

> As atividades humanas que interagem com os sistemas naturais estão submissas a três fatores fundamentais: o número de homens e sua distribuição sobre o globo; suas necessidades e seus desejos, condicionados por fatores psicológicos, culturais, econômicos e históricos, que motivam seus atos; e, nos âmbitos cultural, social, econômico e político, as estruturas, instituições, normas e leis que moldam e canalizam os comportamentos. Desta forma, a pesquisa sobre as dimensões humanas da mudança global do meio ambiente deve estudar o comportamento humano em relação com esses três grandes temas: as dimensões sociais da utilização dos recursos; a percepção e a avaliação da situação e das modificações do meio ambiente global; e os impactos sobre o meio ambiente global das estruturas e instituições locais, nacionais e internacionais nos âmbitos social, econômico e político. Esta pesquisa deve se inclinar sobre todas as escalas geográficas e deverá se interessar tanto do passado quanto do presente e do futuro. (ISSC/UNESCO)[902]

Interdependência das nações

Resulta deste "entrelaço de problemas" globais e sistêmicos, uma interdependência total entre as nações. Qualquer ação realizada por um Estado isolado não poderá ter um efeito positivo notório e a necessidade de um consenso mundial se impõe. A soberania nacional deverá ser partilhada, conforme a doutrina comunista. As reformas radicais em todos os âmbitos serão necessárias para encarar os terríveis problemas que nos ameaçam.

A natureza sistêmica dos problemas ocorrem não apenas no interior de um país, mas também entre países. As fronteiras nacionais tornaram-se tão porosas que as distinções clássicas entre as questões de importância local, nacional e internacional desapareceram.[903]

Se cada componente dessa mudança suscita em si mesmo um problema temível, o desafio mais fundamental repousa no fato de que todos os componentes formam um conjunto orgânico. Eles ligam estreitamente o meio ambiente e o desenvolvimento, âmbitos que outrora consideramos distintos; eles reúnem "setores" tais como a indústria e a agricultura, e vinculam os países no fato de que as políticas e as ações tomadas em escala mundial ultrapassam as fronteiras de diferentes países. As políticas e as instituições separadas não estão mais em condições de resolver de forma eficaz esses problemas que se relacionam. Portanto, as nações não podem mais agir de maneira unilateral. (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento)[904]

Estamos nos habituando, pouco a pouco, à progressão brutal da interdependência econômica entre as nações. Agora devemos fazer o mesmo com a interdependência ecológica. A ecologia e a economia estão intimamente ligadas – e cada vez mais – em escala local, regional, nacional e mundial: é um emaranhado inextricável de causas e efeitos. (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento)[905]

Aproximamo-nos do segundo [*sic*] milênio, num mundo onde a interdependência geral é a realidade central. (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento)[906]

A interdependência de diferentes variáveis do sistema planetário faria de tais medidas [nacionais] inoperantes a termo. A guerra, a poluição em todas as suas formas, a escassez de matérias-primas nas nações industrializadas, ou um declínio econômico generalizado tornaria contagiosa a desintegração dos sistemas sociais.[907]

[é] necessidade incessantemente reconhecida: uma abordagem global dos problemas; daí a emergência de uma noção de sistema mundial.[908]

A natureza sistêmica dos problemas que enfrentamos e a interdependência que deles resultam impõem-nos uma

perspectiva **holística** que nos permitirá somente adotar uma atitude exata:

> A partir do espaço, podemos nos inclinar sobre a Terra e estudá-la como um organismo cuja saúde depende de todos os seus elementos. Nós temos o poder de conciliar a atividade humana e as leis da natureza e ter uma existência mais feliz graças a esta reconciliação. (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento)[909]

A [Comissão] Trilateral fez aparecer em 1991 o *Para além da interdependência*, trabalho que já apresentamos. A tese principal desse relatório, que, aliás, deu o seu título, é que: "o mundo atualmente passou da interdependência econômica para a interdependência ecológica – e, para além disso, à integração dos dois". (Trilateral)[910]

Entre todos os problemas globais que o mundo é responsável, o efeito estufa tem um lugar preeminente. Na ausência de toda medida, "as temperaturas aumentarão entre 2,6 e 5,8 graus Celsius no próximo século e o nível dos mares aumentará entre 30 e 100 centímetros".[911] Mas essas incertezas não nos permitirão escapar das medidas draconianas. O princípio de precaução, verdade "metafísica" da "revelação" mundialista, é-nos imposto como obrigação: "A incerteza em matéria científica não será justificativa à inação".[912] Ademais, estaríamos tentados pelo simples exame dos perigos globais, que incorreria em nos dissuadir:

> Além de tudo, as modificações climáticas poderiam provocar perturbações econômicas e sociais potencialmente importantes… que agravariam as

> tensões internacionais e aumentariam os riscos de guerras civis e de conflitos internacionais. Essas modificações poderiam perfeitamente constituir as principais ameaças não-militares pesando sobre a securidade internacional e sobre a economia global. (Trilateral)[913]

Mas na realidade, é a sobrevivência mesma da humanidade que está em jogo:

> Em nenhum momento de sua história, a humanidade jamais foi confrontada com tantas decisões importantes como hoje. Sejam elas tomadas voluntariamente, ou por engano, poderão decidir a sorte da humanidade. (Trilateral)[914]

Objetivo supra-ordenado

A resolução dos problemas globais e sistêmicos servirá para nos levar para além da interdependência. Esse novo objetivo comum permitirá unificar a humanidade, definir um ideal comum, e servirá como princípio fundador para a nova civilização mundial. Substituirá a ameaça de guerra nuclear que afirmou os dois blocos durante a guerra fria. As lições da *Montanha de Ferro* não foram esquecidas.

> As ONG desempenharam um papel vital para modelar e aplicar a **democracia participativa**. A credibilidade delas reside no papel judiciário e constitutivo que desempenham na sociedade. As organizações **oficiosas** e oficiais, assim como os movimentos no seio das comunidades, devem ser reconhecidas como parceiras na execução da *Agenda 21*. A natureza do papel independente desempenhado pelas ONG na sociedade, exige uma **participação** real; isso porque a independência é uma qualidade principal dessas organizações e uma das condições de participação efetiva.
>
> A necessidade de promover um ideal comum a todos os setores da sociedade constitui um dos principais desafios que a comunidade internacional deve considerar nos seus esforços, visando substituir os

> modos de desenvolvimento não-viáveis por um processo de desenvolvimento ecologicamente racional e sustentável. **A edificação deste ideal comum** repousará sobre a vontade de todos os setores para instaurar uma verdadeira colaboração e um diálogo no seio da sociedade, reconhecendo plenamente os papéis, as responsabilidades e as capacidades relativas a cada um. (Conferência do Rio)[915]

Esses dois parágrafos expõem uma aplicação clássica da teoria dos sistemas.[916] No alto escalão, a ONU definirá um ideal comum. Os subsistemas intermediários – meios de comunicação, sistemas educacionais, ONG, etc. – deverão impor este ideal aos povos, utilizando-se de técnicas não-aversivas de participação. A independência, real sobre o plano inferior, onde se encontra o povo, é necessária ao engajamento. O caos que criará não terá conseqüência notória, pois as forças aplicadas pelo nível intermediário são suficientes para conservar, a todo o momento, o controle do sistema. O ideal comum definido pela ONU será aceito "democraticamente" pelos povos.

> Não quero dramatizar, mas a única conclusão que podemos tirar das informações de que possuo é que as nações-membros da ONU têm dez anos para esquecer suas velhas querelas e se associarem para deter a corrida armamentista; para salvar o meio ambiente, frear a expansão demográfica e dar o impulso necessário ao desenvolvimento dos países menos favorecidos.
>
> Se não chegarmos a tal acordo no decurso da próxima década, temo que os problemas que sublinhei tomarão uma amplitude tamanha que se tornará totalmente impossível superá-los. (U Thant, secretário geral da ONU)[917]

Richard Benedick, diplomata americano que desempenhou um papel muito importante na elaboração

dos acordos internacionais que baniram os CFC, traz esses propósitos de Mostafa Tolba, diretor da UNEP:[918] “[Os acordos de Montreal sobre os CFC mostraram] que o meio ambiente pode ser uma ponte entre o Este e o Oeste e entre o Norte e o Sul”.[919] Os problemas ambientais podem, então, ter lugar no problema global buscado com tanta avidez pelo *Relatório.*

Na aplicação direta das proposições da *Montanha de Ferro*, *Para além da interdependência* propõe que as ameaças ecológicas substitua a crença de um conflito nuclear na psicologia coletiva:

> A crença de um conflito nuclear, que já exerceu uma pressão psicológica considerável, e se traduz por um apoio político ao esforço de defesa, está em via de desaparecer. **Mas certas ameaças ambientais poderiam acabar por exercer a mesma pressão nos espíritos das pessoas.** Assim como a arma nuclear, certas formas de degradação ambiental constituem ameaças mortais, às vezes comparáveis a um ataque cardíaco, em outras a um câncer. As negociações ambientais poderiam assemelhar-se às negociações em matéria de desarmamento. Mas diferem pelo menos em um ponto fundamental: uma nação só pode utilizar a arma nuclear como meio de pressão política caso não seja forte nos âmbitos militares, tecnológicos e econômicos. Um país não necessitado possui riqueza ou poder para se servir de questões ambientais como meio de pressão [recusando-se em cooperar]. (Trilateral)[920]

> Nos anos 90, não faltará desafios que requeiram uma cooperação trilateral, mas ausente uma **ameaça suprema**, como durante a Guerra Fria, será ainda mais importante do que no passado explicar a nossos concidadãos os novos desafios para obter uma resposta apropriada. (Trilateral)[921]

> Em resumo, os anos 90 serão menos favoráveis à cooperação entre os países da Trilateral do que foram os anos 70 e 80. Na ausência de uma ameaça

exterior suprema, facilmente dramatizada, os cidadãos dos países democráticos terão naturalmente a tendência de se preocuparem com os assuntos interiores e a abordar os problemas em uma perspectiva provinciana. Mas a Comissão Trilateral **pode ajudar a dramatizar** os custos de uma falta de cooperação trilateral e de uma divisão da economia mundial em blocos separados. (Trilateral)[922]

Portanto, se queremos evitar uma degradação dramática do meio ambiente mundial, nos será necessário aceitar as enormes transferências de recursos e de qualificações que isso supõe. Como conseqüência necessária, também é preciso aceitar o princípio de um objetivo comum para a humanidade. Ora, este objetivo não poderá ser definido na ausência de uma solidariedade autêntica entre as sociedades que se traduziriam em uma atenuação das desigualdades atuais. (ISSC)[923]

Para o Pacto Sinárquico, precursor do mundialismo atual, a edificação do Império deveria ser o objetivo comum da humanidade:

O indivíduo capaz descobre por si mesmo seus motivos de vida heróica, ou de santidade ou de gênio:
- A massa deve procurar seus motivos nas suas elites, pela representação do Estado coordenador das energias.
No estado atual da civilização mundial,
- sobre um planeta retraído pelo sistema de substituição dos homens pelas máquinas e sem nenhuma terra politicamente livre,
- não há tarefa mais coletiva para propor ao povo, e por ele aperfeiçoar, do que o Império sinárquico,
- concebido e desejado sob o signo do humanismo universal.[924]

Ameaças extraterrestres globais

Em suas buscas por um objetivo supremo, por uma ameaça global e, portanto, por um “inimigo” a combater, os mundialistas não puderam desenhar tão abertamente um grupo para abater, sem entrar em contradição com os

seus objetivos totalitários e as técnicas não-aversivas das quais se utilizam. Há, é claro, o espírito de campanário – compreende o nacionalismo, o amor à pátria – a ser extirpado para construir uma aliança global. Mas não se saberia fazer, a partir de hoje, um objetivo declarado sobre a união do planeta. Então, por que não procurar por um inimigo extraterrestre? Esta pareceu ser a intenção do presidente Reagan quando, na sua intervenção diante da Assembléia Geral das Nações Unidas, declarou:

> Os antagonismos do momento nos tornam obcecados e nos fazem esquecer tudo o que une os homens. Talvez seja necessária uma ameaça exterior, universal, para que reconheçamos este vínculo comum. Por vezes penso na rapidez que as oposições do mundo inteiro desapareceriam se fosse preciso enfrentar uma ameaça estrangeira que viesse do exterior deste mundo. E, portanto, pergunto, já não há uma força estrangeira (*alienígena*) entre nós? O que pode ser mais estrangeiro às aspirações universais de nossos povos que a guerra e a ameaça de guerra?[925]

O presidente Clinton recentemente voltou a esse tema no comentário ao filme *Independence Day*, que descreve a humanidade unida para repelir um ataque extraterrestre:

> O ponto positivo a respeito do *Independence Day* é que ele é portador de uma moral que concerne aos problemas atuais do planeta. Temos que superar este obstáculo [a invasão retratada no filme] trabalhando junto com todos os países. E, subitamente, nossas diferenças… aparecerão ínfimas quando tivermos tomado consciência da existência de ameaças que ultrapassam as nossas fronteiras. Eu gostaria que nós pudéssemos pensar desta forma quando tratamos do terrorismo, da proliferação dos armamentos [apresentados pelos mundialistas como problemas globais], etc. Eu gostaria que esta fosse a lição tirada do *Independence Day*.[926]

A Montanha de Ferro tinha aberto o caminho:

> Afirmamos com ênfase[927] que uma ameaça deste tipo daria ‘a última e a melhor esperança de paz’, utilizando a humanidade inteira contra o perigo de ser destruída por ‘criaturas’ vindas de outros planetas ou do espaço. Propusemos que experiências sejam feitas para medir a credibilidade de uma ameaça de invasão vinda de outro mundo; não é impossível que algumas aparições, as mais inexplicáveis, de ‘discos voadores’ no curso desses últimos anos, tenham sido, de fato, as primeiras experiências desse gênero. Se fosse o caso, seria difícil julgá-las encorajadoras.[928]

> A criação de uma ameaça admissível, vinda do ‘espaço exterior’, que seria ligada ao substituto [da guerra], constituída por um programa de pesquisa espacial empreendido, da mesma forma que o substituto, para o controle da economia, parece muito pouco promissor no que concerne às possibilidades dela ser crível.[929]

Proposições certamente delirantes, mas o que pensar das declarações dos presidentes Reagan e Clinton? Os milhares de espectadores não viram *Independence Day* sem identificar a manipulação ideológica?

Porém, esses projetos são, segundo os autores da *Montanha de Ferro*, muito pouco críveis. Seria possível transformá-los para fazer parecerem ameaças globais verossímeis? Os riscos de ver um meteorito gigante atingir a Terra poderia, enfim, fornecer o substituto procurado. A NASA, naturalmente, tem se ocupado do problema que lhe permitiria reencontrar seu esplendor perdido. Ela constituiu dois grupos de especialistas: o primeiro estava encarregado de estudar a detecção de meteoritos; o segundo, de interceptá-los. Uma armada de mísseis nucleares poderia servir para mudar suas trajetórias.[930]

O filme intitulado *Deep Impact*, que teve um grande sucesso nos Estados Unidos, replica esta hipótese. Jacques Attali construiu seu último romance ao redor de um tema similar, enquanto o *Le Monde* fez eco da teoria que atribui ao “impacto de um enorme asteróide” o “Primeiro Fim do mundo”, ocorrido há 65 milhões de anos, “o fim do paraíso terrestre” e “a extinção massiva de espécies” no fim do Cretáceo.[931] Ainda antes disso, há 214 milhões de anos, “cinco crateras gigantes teriam sido abertas pelos pedaços de um único ‘bólide’ que atingiu nosso planeta” e “certamente abalou o ecossistema terrestre”. Teria também provocado “ao menos uma – senão diversas – extinção de espécies”.[932] A atribuição dessas massivas extinções a asteróides é, segundo o próprio *Global Biodiversity Assessment*,[933] muito controversa. Desde a Origem mesma, a Lua teria nascido “da colisão titanesca de um planeta errante três vezes maior que Marte com a nossa Terra”.[934] Contudo, o modelo produz uma velocidade de rotação da Terra demasiado rápida…

O vice-presidente americano, Al Gore, também procura um objetivo comum e se questiona qual “escolher”. O desaparecimento da URSS privou a OTAN de seu adversário, da ameaça global que a fundamentava.

> Por uma ironia da História, o colapso do mundo comunista privou a Aliança de seu adversário comum, mas o potencial de recursos que poderão ser ainda liberados pode dar a seus membros uma ocasião ideal para **escolher**

> [*to choose*] uma nova grande causa pela qual todos possam trabalhar juntos.[935]

Devemos, então, definir um objetivo comum que servirá de princípio organizador para a civilização *mundial*. Não é inútil mencionar aqui que a esposa de Al Gore possui um mestrado em psicologia e não pode ignorar os trabalhos de Mustapha Sherif:

> Mais e mais pessoas se juntam ao movimento de resistência [à destruição ecológica], mas é chegado o tempo de fazer desta luta o princípio organizador central da civilização mundial.[936]

> Um novo objetivo comum…
> […] Tenho a convicção de que devemos escolher uma linha de ação sem equívoco: é-nos preciso fazer da salvaguarda do meio ambiente a espinha dorsal de nossa civilização. […]
> Embora jamais tenha sido realizado em escala planetária, as nações livres chegaram, em muitas ocasiões na história moderna, à adoção de um único objetivo comum como princípio de organização das instituições.[937]

Este princípio deverá verdadeiramente informar toda a nova civilização mundial.

> Adotar um objetivo central significa se engajar em um esforço para que cada decisão e cada programa, cada lei e cada instituição, cada tratado e cada aliança, cada tática e cada estratégia, em poucas palavras, todos os meios sejam empregados para pôr fim à destruição do meio ambiente e para salvaguardar e preservar nosso sistema ecológico.[938]

O amor do Cristo, que há pouco era o princípio central da nossa civilização, será então substituído pelo culto à Terra, e estaremos de volta ao panteísmo. Para realizar concretamente esta revolução cultural, Al Gore propõe

um Plano Marshall global. Michel Barnier retomou esta idéia publicamente, quase sem a modificar:

> [A amplitude do desastre ecológico revelado pela falência do império soviético] justificaria um verdadeiro '**Plano Marshall**' de ecologia, financiado essencialmente pela Europa Ocidental, Estados Unidos e Japão.[939]

A UNEP publicou em 1994 um trabalho intitulado *Ethics & Agenda 21*, com prefácio de seu diretor, Noel Brown. Nele encontra-se as mesmas idéias com uma referência explícita ao trabalho de Gore:

> Para que as reformas necessárias sejam plenamente realizadas em todo o planeta, creio que temos a necessidade de encontrar um princípio central que nos guie ou um novo conjunto de valores de base sobre os quais toda a humanidade possa estar de acordo. Milbrath distingue os valores fundamentais como a compaixão, a justiça e a segurança, os valores instrumentais como a liberdade [!], a igualdade, a paz, etc., cuja utilidade provém principalmente do fato de que elas permitem realizar os valores fundamentais.
>
> Ele sustenta que o princípio de base, ou 'o valor operante central' que deverá guiar as ações humanas sobre a Terra, é o funcionamento são de seu ecossistema e de sua biocomunidade. Gore (1992) tomou para si esta idéia e descreveu o que significa adotar um princípio de organização. (UNEP)[940]

Na busca de um objetivo comum, o Clube de Roma tem se inclinado demoradamente sobre os problemas globais e sistêmicos. Para ele, esses problemas não podem ser resolvidos por instituições nacionais que apenas "aumentariam as dificuldades". A humanidade deve se fixar em novos objetivos comuns:

> Suas conclusões provam que a humanidade não pode continuar a proliferar e a aspirar principalmente o desenvolvimento material, sem encontrar sérios obstáculos neste caminho. Elas no colocaram em face de uma alternativa: encontrar novos objetivos e tomar as rédeas do nosso destino ou então nos resignar e aceitar as conseqüências inevitáveis e difíceis de um crescimento descontrolado.[941]

Mas por que *encontrar* os novos objetivos que, ao contrário, seguindo a abordagem do Clube de Roma, a nós se *imporiam*? A enquete sobre o Clube, que precede o relatório da equipe do M.I.T. na edição francesa, lança alguma luz:

> O aspecto fundamental do método adotado pela NASA foi o de **chamar a atenção** sobre uma **verdadeira mobilização de talentos e competências** e de consagrar mais esforços à **análise, à organização e ao controle** do que aos problemas técnicos de execução no sentido estrito do termo… Assim, no final das contas, o mérito histórico do programa Apolo talvez não tenha chamado mais a atenção do que a extraordinária proeza técnica que tanto impressionou as imaginações. Com efeito, parece que sua mais original contribuição seja, ao mesmo tempo, de **ordem conceitual e decisional**, conduzindo à concepção de missões socio-econômicas na óptica dos **sistemas**.[942]

A herança da *Montanha de Ferro* foi piedosamente transmitida.

> Parecia que os homens e as mulheres tinham necessidade de uma força motriz comum, mais precisamente, de um adversário comum para organizar e agir em conjunto; na falta, diríamos que essas motivações cessaram de existir – então, de qualquer maneira, os inimigos precisam ser encontrados.
>
> Pode-se viver sem inimigos? Os Estados estão tão acostumados em classificar seus vizinhos em amigos e inimigos que o desaparecimento súbito dos adversários tradicionais deixa os governos e a opinião pública em um grande vazio. Então, é preciso **identificar** um novo adversário, imaginar uma nova estratégia, inventar novas armas. Os novos inimigos

> talvez mudem de natureza e residência, mas eles são muito mais reais e ameaçam toda a espécie humana. Esses inimigos se chamam “poluição, seca, fome, má nutrição, analfabetismo, desemprego”. Apenas parece que o mundo até o momento não tomou consciência da existência desses problemas, pelo menos suficientemente para combatê-los com coesão e de forma solidária. Além disso, o colapso das ideologias apagou algumas das referências necessárias.[943]
>
> **À procura de um novo inimigo contra o qual seria preciso nos unir**, viemos a pensar que a poluição, a ameaça de aquecimento da Terra, a escassez de água, a fome e etc., aparecem como bons candidatos. Juntos, interagindo uns com os outros, esses fenômenos constituem efetivamente a ameaça comum que clama pela solidariedade de todos os povos.[944]

O caráter artificial da busca de um inimigo comum é evidente: o Clube está “à procura de um novo inimigo contra o qual seria preciso nos unir”. É de fato indispensável encontrá-lo, pois “o colapso das ideologias apagou algumas das referências necessárias”. Em outras palavras, a problemática da *Montanha de Ferro* é fielmente retomada. Lembremo-nos de que o *Relatório* se preocupava com um mundo no qual a guerra havia definitivamente desaparecido, e onde as ideologias não mais se enfrentariam. A questão do desarmamento e da reconversão da indústria militar é logicamente abordada. Lembrando que um trilhão de dólares são gastos anualmente em armamentos, o Clube propõe a sua transferência para o desenvolvimento.[945]

A poluição, o efeito estufa, a escassez de água e a fome são os inimigos globais credíveis. No entanto, o efeito estufa tem preferência. Ainda que – ou porque – nossos

conhecimentos sobre o aquecimento global são incompletos,[946] "o mais urgente, de longe, é combater o aquecimento da Terra, que ameaça todo o sistema econômico-social do mundo".[947]

A procura de um objetivo supremo se encontra muito freqüentemente nos escritos mundialistas, trabalhos para o grande público ou relatórios internacionais. Já mencionamos *Au-delà de nulle part* [*Para além de lugar nenhum*], o recente trabalho de Jacques Attali. Eis alguns excertos sobre o mesmo tema, assinado por personalidades conhecidas:

> Os povos e os Estados não encontraram até o momento **nenhuma razão efetiva ou concreta para se associar**, para instaurar entre eles uma longa trégua, salvo a idéia formal de uma paz perpétua, abstrata e ridícula, porque as nações poderiam se considerar, tomadas juntas, como sozinhas no mundo. Nada e nenhuma pessoa ou grupo se encontra acima delas, e, por conseguinte, também nenhuma razão.
>
> Depois que Deus morreu, só nos resta a guerra.
>
> Mas dado que o mundo mesmo entra com sua assembléia, mesmo conflituosa, num contrato natural, dá razão à paz ao mesmo tempo que à transcendência procurada.
>
> Devemos decidir pela paz entre nós para salvar o mundo, e a paz no mundo a fim de nos salvar.[948]

Antoine Waechter também procura um objetivo comum:

> As modificações de lógicas sociais e econômicas que impôs o novo contrato natural, tomando uma fórmula de Michel Serres, não serão possíveis caso a sociedade se mostre capaz de estabelecer uma coesão ao redor de um projeto comum.[949]

Ele também propõe a criação de um “novo setor de atividades”:

> As empresas desse campo econômico não-competitivo, remunerariam normalmente os seus funcionários e procurariam os complementos de recursos através da cobrança de seus serviços. Suas atividades não entrariam em competição com o setor privado: manutenção da habitação social, dos espaços verdes, das florestas mediterrâneas e dos rios, associações de bairros, ajuda familiar…[950]

Para a *Montanha de Ferro*, o interesse das despesas militares vinha “do fato de que os ‘desperdícios’ da produção de guerra se realizarem completamente fora dos quadros da economia de oferta e procura”.

Enfim, é preciso notar que uma *restrição* adicional (análoga a uma lei) imposta ao sistema mundial, longe de bloquear a ação dos mundialistas que a criaram, permite-lhes paradoxalmente efetuá-la onde bem entendem (limitando o conjunto de atratores, dos estados atingíveis). Esta contradição aparente se explica facilmente quando nos lembramos da “função editorial dos meios de comunicação”. No entanto, entre eles é preciso incluir as sociedades científicas.

A questão do efeito estufa é o arquétipo do problema sistêmico, pois a energia concerne todas nossas atividades econômicas e, portanto, políticas, diplomáticas, militares, etc. A multiplicidade das ações, interações e retroações no sistema mundial garante que poderemos sempre isolar artificialmente uma série de causas levando às decisões desejadas – e a negligenciar as séries antagonistas. Para

isso é suficiente utilizar plenamente a “função editorial dos meios de comunicação”, direcioná-la a uma série causal favorável para fabricar um consenso tanto entre as elites intelectuais e científicas quanto entre as pessoas comuns. “O princípio da causa e efeito não é mais aplicável em cibernética; é impossível diferenciar entre uma e outro e, além disso, a questão mesma não mais se põe”.[951] Tudo é permitido – midiaticamente. E a verdadeira causa, a qual continua a existir, permanece impenetrável.

Esse processo pode ser descrito nos termos da teoria do caos, considerando que um sistema superior – as organizações internacionais – tem *reunido o que está disperso*,[952] ordenando o caos das interações entre séries causais antagônicas de um sistema inferior – o sistema mundial – fazendo inclinar a *balança* de um lado. *Post tenebra lux.*[60] Para isso é suficiente utilizar “a função editorial dos meios de comunicação” e as simples técnicas não-aversivas. *Sem que o ferro seja carregado sobre a pedra. Ordo ab chao.*[60]

---

891. International Council os Scientific Unions – Conselho Internacional da União Científica.

892. International Institute for Applied Systems Analysis – Instituto Internacional de Análise de Sistemas Aplicados

893. Bert Bolin *et al.*, *The Greenhouse Effect, Climatic Change and Ecosystems, SCOPE 29*, Chichester, John Wiley & Sons, 1986, p. 475.

894. Carbon Dioxide Assessment Commitee of the U.S. National Research Council. Comitê de avaliação dos efeitos do CO_2, órgão estabelecido sob a

autoridade do Conselho Nacional de Pesquisas dos Estados Unidos, em 1983.
895. *Ibid.*, p. 5, grifos nossos.
896. *Halte à la croissance? [Limite ao crescimento?]*, op. cit., p. 274.
897. *Ibid.*, p. 138 *sq.*
898. Intervenção de Maurice Strong, secretário geral da Conferência do Rio, *Relatório da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, 3-14 de julho de 1992, vol. IV, ONU, Nova Iorque, 1993, A/CONF.151/26 (Vol. IV), p. 54.
899. *Aspectos educativos, sociais e culturais dos problemas de meio ambiente e questão de informação*, Conferência sobre meio ambiente, Estocolmo, *op. cit.*, p. 18.
900. *Notre avenir à tous [Nosso futuro comum]*, *op. cit.*, p. 5; ver também a p. 4.
901. *Halte à la croissance? [Limite ao crescimento?]*, *op. cit.*, p. 10.
902. Harold K. Jacobson, Martin F. Price, *A Framework for Research on the Human Dimensions of Global Environmental Change*, Paris, ISSC/UNESCO series: 3, 1991, p. 18. O ISSC, ou Conselho Internacional de Ciências Sociais, é uma organização internacional científica muito próxima à UNESCO.
903. *Notre avenir à tous [Nosso futuro comum]*, *op. cit.*, p. 44.
904. *Ibid.*, p. 372.
905. *Ibid.*, p. 6.
906. *Ibid.*, quadro da página 360. Citando Ralph Torrie.
907. *Halte à la croissance? (Limite ao crescimento?), op. cit.*, p. 292.
908. *Ibid.*, p. 9.
909. *Notre avenir à tous [Nosso futuro comum]*, *op. cit.*, p. 2.
910. *Beyond Interdependence [Para além da interdependência], op. cit.*, p. 4.
911. *Ibid.*, p. 13.
912. *Ibid.*, p. 17.
913. *Ibid.*, p. 16; citando Environment Canada, *The Changing Atmosphere: Implications for Global Security, Canadá, 27-30 de junho de 1988.* Conference statement, Environment Canada, 1988.
914. *Ibid.*, p. 76; citando Second World Climate Conference, "Formulation of Response Strategies". Report Prepared for IPCC by Working Group III, junho de 1990. Geneva: World Metereological Organization and United Nations Environment Program, 1990.
915. *Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, op. cit.*, p. 402. Grifos nossos.

916. A Teoria de Sistemas é um ramo específico da Teoria Geral de Sistemas. Surgiu dos trabalhos do biólogo alemão Ludwig von Bertalanffy (1901-1972), e se desenvolve sob princípios unificadores que perpassam os universos particulares das ciências, visando unificá-las. Propõe-se a estudar os problemas globalmente, como se fossem um corpo físico composto por diversas partes que, embora independentes (subsistemas), fazem parte de algo maior (um supra-sistema). E devido a esta inter-relação, qualquer mudança identificada numa unidade do sistema afetará todas as suas outras unidades, fazendo com que haja sempre uma reação global a qualquer estímulo ou mudança produzida em qualquer uma das partes – NT.
917. *Halte à la croissance? [Limite ao crescimento?], op. cit.*, p. 143. Citando U Thant, 1969.
918. *United Nations Environment Programme* – NT.
919. Richard Elliot Benedick, *Ozone Diplomacy*, Cambridge, Harvard University Press, 1991.
920. *Beyond Interdependence [Para além da interdependência], op. cit.*, p. 69.
921. Joseph S. Nye, Jr., Kurt Biedenkopf, Motoo Shina, *Global Cooperation After the Cold War: A Reassessment of Trilateralism*, New York, The Trilateral Commission, 1991, p. 40, grifos nossos.
922. *Ibid.*, p. 56, grifos nossos.
923. Leszek A. Kosinski, Deuxième symposium scientifique internacional sur les dimensions humaines du changement global de l'environnement, *Actes du symposium*, HDP, *op. cit.*, p. 27.
924. Geoffroy de Charnay (Raoul Husson), *Synarchie, panorama de 25 années d'activité occulte*, Paris, Editions Médicis, 1946, annexe, p. 38.
925. *Provisional Verbatin Record of the Fourth Meeting*, General Assembly, Forty-second session, 21, September 1987, A/42/PV.4, New York, United Nations, p. 41-45.
926. Entrevista a 16 de julho de 1996, MSNBC, Internight. Citada no *The New American*, vol. 12, nº 20, p. 13.
927. Robert R. Harris, *The Real Ennemy*, tese de doutorado.
928. *La paix indésirable? [A paz indesejável?], op. cit.*, p. 143.
929. *Ibid.*, p. 175.
930. C.J.F. Böttcher, *Science and Fiction of the Greenhouse Effect and Carbone Dioxide*, The Hague, The Global Institute for the Study of Natural Ressources, 1992, p. 49; Pierre Georges, Loto cosmique, *Le Monde*, 14 de março de 1998, p. 34; Hervé Morin, L'astéroïde 1997 XF 11 ne heurtera pas la Terre, *Ibid.; e* Henry

Gee, La grande peur de l’astéroïde fait pleuvoir les dollars, *Le Monde,* 17 de abril de 1998, p. 20.
931. Jacques Attali, *Au-delà de nulle part*, Fayard, 1997. [Cretáceo é o último período da Era Mesozóica – NT].
932. Christiane Gallus, Quand les fragments d’un astéroïde ravageaient le Terre, *Le Monde*, 4 de abril de 1998, p. 25.
933. *Global Biodiversity Assessment, Published for the United Nations Environment Program, op. cit.*, p. 209. Ver também: Richard A. Kerr, Comet Shower Hit, but Life Didn’t Blink, *Science*, vol. 279, 30 de janeiro de 1998, p. 652.
934. Christiane Gallus, La douloureuse naissance d’une Lune encore énigmatique, *Le Monde*, 29 de julho de 1998, p. 1.
935. *Sauver la planète Terre [Salvar o planeta Terra], op. cit.* p. 270. Grifos nossos.
936. *Earth in the Balance, op. cit.*, p. 294. Esta frase não figura na tradução francesa.
937. *Sauver la planète Terre [Salvar o planeta Terra], op. cit.* p. 237, 238.
938. *Ibid.*, p. 241.
939. Michel Barnier, *Atlas des risques majeurs ; écologie, environnement, nature,* Paris, Plon, 1992, p. 86.
940. Noel J. Brown, Pierre Quiblier, (Eds.), *Ethics & Agenda 21, Moral Implications of a Global Consensus*, New York, United Nations Environment Programme, 1994, p. 21.
941. *Halte à la croissance? [Limite ao crescimento?], op. cit.*, p. 135.
942. *Ibid.*, p. 45; grifos nossos. Citando François Hetmen, *Maîtrise le Futur*, Editions du Seuil.
943. *Questions de survie [Questões de sobrevivência], op. cit.*, p. 103, 104. Grifos nossos.
944. *Ibid.*, p. 109. Grifos nossos.
945. *Ibid.*, p. 90.
946. *Ibid.*, p. 143, 195.
947. *Ibid.*, p. 138. Ver também p. 59 e 130.
948. Michel Serres, *Le contrat naturel [O Contrato Natural]*, Paris, Flammarion, 1990, p. 47. Grifos nossos.
949. Antoine Waechter, *Dessine-moi une planète [Desenhe-me um planeta]*, Paris, Albin Michel, 1990, p. 234.
950. *Ibid.*, p. 232.

951. J.E. Lovelock, *La terre est un être vivant*, Monaco, Editions du Rocher, 1986, p. 72.
952. Divisa maçônica.

CAPÍTULO IV

A INSTAURAÇÃO DO GOVERNO MUNDIAL

Por muito tempo os mundialistas procuravam os problemas globais e sistêmicos que permitissem convencer sobre a interdependência das nações, e servissem de objetivo supremo à humanidade, justificando a **reforma institucional** desejada e o desaparecimento das nações. A luta contra a superpopulação foi proposta há alguns anos em um relatório do Council on Foreign Relations (CFR).

> Por fim, o crescimento da população provocará esforços cada vez maiores e profundos para resolver o que será percebido como um problema comum. […]
>
> [Esses problemas comuns ligados à superpopulação] representarão um enorme peso sobre as instituições internacionais que para a sua solução será requerida não apenas uma reforma dessas instituições, mas talvez uma reestruturação e inovações institucionais. […]
>
> Os efeitos do crescimento populacional são onipresentes. Suas conseqüências sobre a organização da comunidade internacional são consideráveis. (CFR)[953]

A "construção da paz" também foi proposta e o papel geopolítico e militar das instituições internacionais vai crescendo. Mas as questões ecológicas permitirão uma integração institucional muito mais profunda, no que diz

respeito ao conjunto da sociedade civil, todas as nações e todas as áreas de conhecimento. Desde que o efeito estufa, o esgotamento de recursos naturais, a gestão da água, etc., sejam problemas globais e sistêmicos, não haverá soluções pelas instituições fragmentadas entre diversos países e um grande número de ministérios. Portanto, impõe-se a criação de um organismo supranacional responsável pela concepção e aplicação de uma política ecológica global. E ela conduzirá uma profunda reforma das instituições nacionais e internacionais, todas sistematicamente relacionadas pelas ameaças ecológicas. Desde 1972, a Conferência de Estocolmo considerou as reformas institucionais que a gestão ambiental necessitaria:

> O meio ambiente não é compartimentável: é um sistema de interrelações que se estende a todos os setores de atividade. Toda ação sobre essas relações 'verticais' supõe um conjunto de relações 'horizontais' que nossas estruturas institucionais muitas vezes não são capazes de determinar. (ONU)[954]

> Para progredir para um mundo de paz e prosperidade, é preciso necessariamente que as instituições internacionais evoluam e possam melhor gerar e planificar o impacto do homem sobre a Terra. (ONU)[955]

> Enfim, a natureza dos problemas de meio ambiente, a considerar sua complexa interdependência, impõe as escolhas políticas. Não seria possível haver uma escolha clara nem ação eficaz, sem uma concessão no que diz respeito às estruturas de decisão em todos os níveis – local, nacional, internacional –, a fim de assegurar que as políticas a serem implantadas sejam sempre o reflexo, não a vontade de um grupo – por mais poderoso que seja –, mas o interesse geral [e com o intuito de engajar toda a população]. (ONU)[956]

20 anos mais tarde, essas idéias eram repetidas durante a Conferência do Rio:

> O processo intergovernamental de acompanhamento da Conferência [do Rio] inscreve-se no quadro do papel desempenhado pelos organismos das Nações Unidas, a Assembléia Geral, sendo o órgão máximo encarregado de fornecer as orientações gerais aos governos, aos organismos das Nações Unidas e aos órgãos criados em virtude de seus tratados. […]
>
> De acordo com o mandato da Conferência, seria preciso um mecanismo institucional intergovernamental no quadro das Nações Unidas que se integre e contribua no processo de reestruturação e revitalização em curso na Organização das Nações Unidas nos âmbitos econômico e social e nos âmbitos conexos, e na reforma geral da Organização, isto compreende as mudanças em curso no secretariado. […]
>
> O objetivo é assegurar a integração das questões de meio ambiente e desenvolvimento em escala mundial, sub-regional, regional e internacional, isto compreende o quadro de arranjos institucionais do sistema das Nações Unidas. (Conferência do Rio)[957]

A Comissão européia tinha, como tantas vezes, antecipado as decisões da ONU. Desde 1989, ela investia explicitamente em uma missão mundial.

> Resolução do Conselho
> de 21 de junho de 1989
> sobre o efeito estufa e a Comunidade
>
> O Conselho das Comunidades européias […]
>
> Considerando que é importante que a Comunidade e seus Estados-membros contribuam eficazmente na definição de uma política nos fóruns internacionais.
>
> 1. Destaca a dimensão global do efeito estufa e a necessidade para a Comunidade e seus Estados-membros de preencher seu papel na definição e execução de uma resposta global a este problema. Tal resposta deve ser feita sem demora e sem levar em conta as incertezas subsistentes no que concerne à certos aspectos científicos do efeito estufa; […]
>
> 8. Acolhe com satisfação a iniciativa da Comissão de lançar um programa de estudos importante; considera que os principais campos de estudo

deveriam ser: […]
- A Análise das implicações ambientais, políticas, econômicas, industriais, energéticas, sociais, agrícolas e institucionais de medidas e soluções tecnológicas propostas. (Conselho das Comunidades Européias)[958]

A Conferência de Bellagio de 1987 também havia identificado a necessidade de uma reestruturação institucional.

Os participantes estudaram as respostas às mudanças climáticas nos três âmbitos: […]; as modificações ‘institucionais’, que compreendem as medidas necessárias para permitir ao mundo se preparar e agir. (Organização Meteorológica Mundial e UNEP)[959]

Este tema se encontra nos inumeráveis textos internacionais.

A Comissão toma nota de um grande número de medidas que devem ser tomadas para diminuir os riscos que ameaçam a sobrevivência e para situar o desenvolvimento vindouro sobre as bases sustentáveis. Ela não é menos consciente do fato de que tal reorientação não está simplesmente ao alcance das estruturas de tomada de decisão e dos arranjos institucionais sob as formas atuais, tanto no nível nacional quanto internacional. (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento)[960]

O caráter de integração e de interdependência dos desafios e dos novos problemas estão em contraste impressionante com a natureza das instituições que existem atualmente. As instituições envolvidas tendem a ser independentes e fragmentadas, exercendo suas atribuições de acordo com mandatos muito restritos e de processos de decisão fechados. Os responsáveis pela gestão de recursos naturais e pela proteção do meio ambiente são organicamente separados dos gestores da economia. Não é o mundo real dos sistemas econômicos e ecológicos interligados que irá mudar, portanto, são os políticos e as instituições das quais pertencem que devem se reformar. (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento)[961]

> No entanto, a amplitude das modificações conceituais, educativas e institucionais necessárias para a universalização de uma nova ‘cultura ambiental’, e os problemas recentemente criados no meio ambiente pela atividade humana, exigem a continuação e amplificação dessas medidas [educativas] para melhorar sua eficácia e sua relevância. (UNESCO, UNEP)[962]

> As modificações nos valores culturais, os modos de vida, as estruturas políticas e os engajamentos institucionais poderiam, em longo prazo, ter uma influência substancial sobre o consumo de energia (e as emissões de CO_2). (SCOPE/ICSU)[963]

> As medidas de adaptação [à mudança climática] terão um custo significativo e necessitarão de ajustamentos jurídicos, institucionais e culturais. (IPCC, OMM, UNEP)[964]

> Creio, de fato, que é necessário criar um organismo supranacional que será o único capaz de assegurar a eficácia no que diz respeito às regulamentações internacionais que deverão ser editadas neste objetivo [a proteção global da atmosfera]. (F. Mitterrand, OMM)[965]

As propostas institucionais específicas têm avançado. A Comissão sobre a governança global consagrou um dos sete capítulos de seu relatório à reforma da ONU. Fixa-se como objetivo a segurança global, cuja segurança ecológica aparece como um dos elementos orgânicos.

> Se, como propomos, a segurança [ecológica] do planeta e das pessoas deve ser o meio de avaliação da política de segurança, os mecanismos devem ser criados e implementados para remediar as degradações ecológicas e evitar as guerras civis. (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento)[966]

> Mas as circunstâncias mudam. Atualmente há nada mais do que desacordos ideológicos. A maior parte dos antigos países comunistas está tão envolvida na liberalização dos mercados, no investimento privado e na abertura internacional quanto os países industrializados. Os grupos de países são mais variados e menos opostos. Os interesses comuns aparecem em novos

> âmbitos (particularmente em matéria de ambientalismo global) e reforçam a necessidade de negociações.
>
> O momento é propício – e há muito tempo: atualmente podemos criar um fórum global que tomará a direção nos campos econômico, social e de meio ambiente.
>
> Sua base seria ainda maior do que aquela do G7 ou das instituições de Bretton Woods e seria mais eficaz que o sistema atual das Nações Unidas. Embora não tendo [inicialmente] a capacidade de tomar decisões juridicamente vinculantes, aumentaria a sua influência graças a sua competência e adquiriria no âmbito da economia internacional uma autoridade comparável àquela do Conselho de Segurança em matéria de manutenção da paz.
>
> Propomos a criação de um Conselho Econômico e Social […].
>
> As missões estimadas do Conselho Econômico e Social seriam as seguintes:
>
> - avaliar constantemente o estado da economia mundial e as interações entre as principais políticas;
>
> - definir em longo prazo um quadro político favorecendo um desenvolvimento estável, equilibrado e sustentável; (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento)[967]

O autor dessas linhas não poderia ignorar a existência do Conselho Econômico e Social da ONU, no qual cada membro “dispõe de uma voz”, e cujas decisões “são tomadas pela maioria dos membros presentes e votantes”.[968] A extensão de seus poderes reforçaria uma das poucas instituições internacionais cujas decisões não podem ser bloqueadas pelos minoritários, destruindo, de fato, a soberania nacional.

Um trabalho publicado pela universidade das Nações Unidas expõe em detalhe uma outra abordagem de integração institucional:

Poderíamos, no entanto, propor a associação da Assembléia [Geral da ONU], em conjunto com um órgão ambiental (ou tendo uma missão mais ampla), tal como descrita abaixo. A adoção de uma nova legislação necessitaria ser adotada por dois órgãos: a Assembléia, onde se manifestaria a igualdade clássica entre Estados soberanos e um organismo composto diferentemente e cujas decisões refletiriam de maneira realista as relações reais de poder e de interesse. Assim, teríamos um parlamento mundial bicameral (ou talvez multicameral), tal como já existe em matéria de direito internacional como a própria ONU onde a aprovação conjunta do Conselho de Segurança e da Assembléia Geral é necessária para a validade de decisões tais como a admissão de novos membros, a eleição do secretário geral e, de maneira diferente, aquelas dos juízes da Corte Internacional de Justiça. […]

Poderia se revelar que a negociação de um tratado conferindo um real poder legislativo à ONU ou a uma nova organização internacional (que também exigiria a colaboração de todos os Estados importantes) provoque inúmeras controvérsias e seja, portanto, bastante difícil. Semelhantes dificuldades poderiam surgir se se quisesse alterar a Carta da ONU nesse sentido, o que requereria o acordo de somente dois terços de seus membros, mas exigiria, dentre eles, os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança. Poder-se-ia, então, sustentar que o Conselho já possui, de maneira implícita, os poderes legislativos necessários graças ao artigo 25 do capítulo VII da Carta. [O autor desenvolve em nota o seu raciocínio:] O argumento é o seguinte: o artigo 39 da Carta permite ao Conselho de Segurança lidar com qualquer ameaça contra a paz e tomar toda decisão necessária para reestabelecê-la, assim como a segurança. Essas disposições prevêem claramente que o Conselho, confrontado com um incidente particular ou com uma situação dada, por exemplo a invasão do Kuwait, poderia tomar as decisões necessárias. No entanto, isso não exclui completamente que o Conselho possa considerar que certas práticas como os testes com armas nucleares ou sua simples posse constituam uma ameaça contra a paz e que proíba os Estados de possuí-las. O Conselho então promulgaria uma lei geral e não apenas uma simples injunção. Se, portanto, o Conselho também pode decidir que certas práticas antiambientais, como a emissão de gases que destroem a camada de ozônio ou as florestas de um Estado vizinho, constituam ameaças contra a paz porque elas arriscam provocar uma intervenção militar ou ameaçam a ‘segurança’ [entendida] de

outros Estados, poderia, então, 'legislar' contra tais práticas. (Universidade das Nações Unidas)[969]

Beyond Interdependence [*Para além da interdependência*], o já citado relatório da Trilateral, retorna freqüentemente à necessidade de profundas reformas sociais, políticas e institucionais.

O horizonte pode parecer repleto de possibilidades tecnológicas, mas os obstáculos ao desenvolvimento sustentável não são principalmente tecnológicos; eles são sociais, institucionais e políticos. (Trilateral)[970]

Será preciso coragem e uma visão política para remover esses obstáculos e realizar as modificações políticas e institucionais em uma escala desconhecida depois do fim da Segunda Guerra Mundial. (Trilateral)[971]

Em quarto lugar, a Cúpula [do Rio] deve iniciar as reformas importantes das instituições internacionais para permitir que as nações possam gerir a interdependência global e concretizar a *Agenda 21* e as convenções. (Trilateral)[972]

Os dirigentes [que se reuniram no Rio] devem começar a remodelar as instituições internacionais em via de uma época de completa interdependência. (Trilateral)[973]

Halte à la croissance? [*Limite ao crescimento?*], o primeiro relatório do Clube de Roma, também veiculou os mesmos temas:

Estamos convencidos que nossa organização sociopolítica atual, os planos de curto prazo, a abordagem fragmentária e, acima de tudo, nosso sistema de valores atuais são impróprios para resolver a problemática moderna. (Clube de Roma)[974]

De fato, esses limites [físicos ao crescimento] arriscam ser alcançados ainda mais rapidamente pelo fato das restrições políticas, econômicas e institucionais, da *injusta distribuição de recursos e de renda, tanto entre os grupos humanos quanto no interior mesmo desses grupos*, e por nossa

> incapacidade de gerir os vastos e complexos sistemas. “Mas este relatório enxerga ainda mais longe: ele inclui propostas relativas às condições e à estrutura do mundo de amanhã. (Clube de Roma)[975]
>
> Uma reforma radical das instituições e dos costumes políticos em todos os níveis e em uma escala mais elevada, assim como a necessidade de uma administração de competência mundial, tornaram-se evidentes. […] *“A nós é evidente que se a humanidade mudar de rumo, será necessário tomar, em escala humanitária, decisões refletidas de forma madura e estabelecer uma planificação de longo prazo, cobrindo os âmbitos cuja amplitude é sem precedentes. (Clube de Roma)*[976]
>
> *Nós temos a convicção de que a tomada de consciência dos limites materiais do meio ambiente mundial, e as conseqüências trágicas de uma exploração irracional dos recursos, são indispensáveis à emergência de novos modos de pensamento que conduzirão a uma fundamental revisão, ao mesmo tempo e conseqüentemente, do comportamento humano e da estrutura da sociedade mundial no seu conjunto. (Clube de Roma)*[977]

Questões de sobrevivência, relatório publicado em 1991 pelo Clube de Roma, retorna às reformas institucionais. A primeira lei de Forrester assegura que:

> *Em todo o sistema complexo, atacando-se um elemento ou um sintoma isolado, qualquer inteligência que nele se ponha, conduz geralmente a uma deterioração do sistema em seu conjunto.*[978]

É preciso, então, ter um conhecimento global do sistema para poder melhorá-lo.[979] Assim, somente as instituições internacionais poderão ter esta perspectiva global.[980] Modificações institucionais serão necessárias; o Clube exige

> as ‘estruturas de governos’ mundiais [… que] não implicam num ‘governo mundial’, mas, sobretudo, instituições assegurando cooperação, coordenação e ação comum entre Estados soberanos e destinados a permanecer (como na Europa, por exemplo).[981]

Defende igualmente a criação de um *Conselho de Segurança do Meio Ambiente*,[982] tendo em mente que “a União Soviética […] seria favorável”.[983] Compreenderia os “especialistas independentes”,[984] entendamos os cientistas manipulados ou cúmplices e os tecnocratas internacionais. Enfim, as mentalidades deverão ser modificadas para melhor responder às restrições ecológicas.

A modificação institucional mais importante, e que, além disso, realiza-se atualmente com a expansão da OTAN e o tratado de interdição dos testes nucleares, refere-se ao desarmamento. *Questions de survie* [*Questões de sobrevivência*] retorna em três ocasiões a este clichê da propaganda revolucionária: os armamentos devem ser controlados.[985]

Christian Brodhag, conselheiro ecologista regional, foi presidente da Comissão Francesa de Desenvolvimento Sustentável enquanto Corinne Lepage era ministro de Meio Ambiente, depois presidiu a Comissão para o Desenvolvimento durante a segunda Cúpula da Terra, realizada em Nova Iorque em junho de 1997. Trouxe propostas idênticas àquelas da Comissão sobre a Governança Global.

> Em nível global, as nações deverão, portanto, pôr em jogo as reformas institucionais:
>
> - ir às fontes políticas, ou seja, reformar os políticos e as instituições, pôr em jogo os mecanismos de cooperação em nível mundial;.[986]

O desenvolvimento sustentável, ou seja, compatível com as capacidades ecológicas do planeta e socialmente aceitável, não pode se resumir a uma taxa ou a uma tecnologia, ele supõe o interagir de novas práticas políticas, de novas instituições em nível mundial.[987]

Para que a ONU leve em consideração sobre o meio ambiente
Entender o papel do Conselho de Segurança. Dar jurisdição ao Conselho de Segurança sobre as questões ambientais que concernem à segurança.
Criar um Conselho de Segurança Ambiental. Criar uma nova organização para os acordos específicos sobre meio ambiente e suas conseqüências em longo prazo. […]
Reforçar o Conselho Econômico e Social. Transformar o ECOSOC em uma organização central das Nações Unidas para aprofundar as discussões políticas sobre o meio ambiente e promover um desenvolvimento durável. […]
Criar um mecanismo de coordenação de alto nível. Ele deverá rever os programas de todas as agências da ONU [em seguida dos Estados 'soberanos'] e fazer as recomendações para melhor contribuírem aos objetivos de uma economia durável.[988]

O miasma da antiga ordem

A soberania nacional se opõe à integração institucional e à instauração de um governo mundial ou, pelo menos inicialmente, de um sistema de governança global. O esforço será, portanto, por retratá-la como um vestígio do passado que impede as decisões racionais e eficazes, deixando o planeta Terra sem defesa frente às agressões ecológicas do homem.

Ao considerar uma boa parte dos fatos e conclusões que são apresentadas nos capítulos anteriores deste relatório, pode-se perguntar não apenas se é desejável, mas também se é realista manter um sistema internacional que se revela incapaz de evitar que um ou vários Estados coloquem em perigo a base ecológica do desenvolvimento, e também as perspectivas de

sobrevivência de um ou de muitos, ou mesmo a totalidade de outros países. (CMED)[989]

Ademais, a idéia de soberania nacional está radicalmente modificada devido à interdependência nos planos econômico, ecológico e da segurança. O patrimônio comum da humanidade não poderá ser gerado a partir de um centro nacional, qualquer que seja; apenas um Estado não saberá controlar as ameaças contra os ecossistemas que se estendem a vários países. Não podemos enfrentar as ameaças contra a segurança do Meio Ambiente senão através de uma gestão comum e por procedimentos e mecanismos multilaterais. (CMED)[990]

Os problemas do mundo, no âmbito do meio ambiente, são mais importantes que a soma dos problemas de cada país. É certo que não podemos mais enfrentá-los unicamente em nível nacional. A Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento deve se voltar a esse problema, recomendando meios precisos a fim de que se estabeleça uma cooperação entre as nações, a elas permitindo **sobrepor à soberania**. (CMED)[991]

O respeito à soberania e à integridade essenciais [dos Estados] é necessário a todo progresso internacional comum. No entanto, passou a época da soberania absoluta e exclusiva. (Boutros Boutros-Ghali)[992]

Em face aos desafios [ambientais] e à baixa constante dos recursos naturais, considero a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento [do Rio] como um passo a caminho de uma conseqüência inevitável, a saber, uma comunidade mundial melhor organizada, na qual os recursos e a soberania formal serão agrupados para terem mais da verdadeira soberania e escolhas mais amplas para o futuro, sem privar as próximas gerações da liberdade de escolha.

Entretanto, não temos hoje instituições globais suficientemente poderosas para definir as novas orientações ou implementar políticas globais realistas. Ainda não vemos como o procedimento de tomada de decisão nas instituições internacionais poderia se tornar eficaz sem introduzir novos elementos de supranacionalidade ou sem fazer uso mais freqüente do voto majoritário. Esta deve ser a próxima etapa no desenvolvimento de um sistema de governança global que servirá aos nossos verdadeiros interesses em ultrapassar as fronteiras e as gerações. (SIPRI)[993]

A Trilateral retoma essas idéias no *Beyond Interdependence*. Suas intenções mundialistas e antinacionais aparecem com evidência na citação a seguir:

> A Cúpula da Terra [do Rio] deve ser a força motriz que conduzirá a uma grande reforma de nossas principais instituições: Conselho de Segurança, agências especializadas da ONU, FMI, bancos multilaterais e GATT, sem se esquecer dos ministérios das relações exteriores, de finanças e da planificação econômica **de diversas nações**. [...] Outras recomendações prevêem mudanças fundamentais, incluindo uma certa **partilha da soberania nacional.**
>
> A declaração de Haia de março de 1989, por exemplo, propõe a criação de uma nova autoridade internacional encarregada de evitar que o efeito estufa aumente. Ela reconhece que este objetivo pode ser alcançado, seja criando uma nova instituição, seja estendendo a missão de uma instituição já existente. Mas – e este é o ponto mais significativo desta declaração – ela admite que esta instituição deverá poder tomar certas decisões mesmo na falta de um consenso. Ela prevê, de fato, as **medidas para impor** a execução de suas decisões. As contestações estarão submissas à Corte Internacional de Justiça. Mais de 30 países assinaram a declaração de Haia. Ainda que ela não seja obrigatória, deverá permitir ir além da mentalidade tradicional quando se examinar as propostas de reforma institucional na Cúpula do Rio. Houve pouca evidência de que as grandes nações estariam prontas para abdicar de alguma parte – e por uma razão mais forte, uma parte importante – de sua soberania nacional em favor de instituições internacionais. No entanto, essas mesmas nações **aceitaram** as intervenções regulares sobre suas soberanias provocadas pela interdependência econômica. A interdependência ecológica e sua interação com a interdependência econômica acelerarão novamente esta erosão. Em longo prazo o conflito entre a soberania nacional e a autoridade das instituições internacionais necessárias à gestão das questões sensíveis será menos acentuada. (Trilateral)[994]

O objetivo desse sistema totalitário, que deve levar a uma “direção mundial”,[995] é, naturalmente, a

destruição das nações.

> Os dirigentes que se reunirão em 2012 para o 40º aniversário da Conferência de Estocolmo […] encontrarão mais ou menos pobreza e fome? Mais ou menos poluição e degradação do meio ambiente? Mais ou menos justiça social no seio das nações e entre elas? Herdarão países agarrados agressivamente à **noção obsoleta de soberania nacional** ou países que se preocupam com seu bem comum e que cooperam para dar um sentido renovado às palavras 'Nós, povos das Nações Unidas'?[996] (Trilateral)[997]

Releiamos bem essas poucas linhas, revestidas da autoridade e do prestígio da Trilateral. Os objetivos revolucionários, que também são os meios de integração internacional, são veiculados pelos chamados imperativos ecológicos. Mas, sobretudo, o objetivo de destruição das nações está exposto sem maquiagens. Pois entre os verdadeiros objetivos da revolução ecológica figura a destruição das nações, a última trincheira contra o totalitarismo mundialista.

A Conferência do Rio cuida, portanto, da "integração de questões ambientais e de desenvolvimento em escala nacional, sub-regional, regional [continental] e internacional, incluindo-as no quadro dos arranjos institucionais do sistema das Nações Unidas".[998] A instituição encarregada do acompanhamento da Conferência, que nasceu com o nome de CSD,[999] foi encarregada de garantir a docilidade dos governos que deveriam lhe prestar contas:

> A Comissão de desenvolvimento sustentável deverá […]

> Examinar as informações comunicadas pelos governos, incluindo, por exemplo, as informações apresentadas sob a forma de comunicações periódicas ou de relatórios nacionais, relativas às atividades que eles empreendem para aplicar as disposições da *Agenda 21*, os problemas ao quais eles se chocam, em particular aqueles relativos aos recursos financeiros e à transferência de tecnologia, e às outras questões ambientais e de desenvolvimento que julgam pertinentes; (Conferência do Rio)[1000]

Estejamos certos de que os coletivistas de todos os países terão firme intenção de reportar à Comissão “os problemas aos quais se chocam, em particular, aqueles relativos aos recursos financeiros e à transferência de tecnologia”. O PNUE desenvolverá um mecanismo de ingerência nas relações interiores de um Estado Soberano de Direito.

> O PNUE deverá […]
>
> Supervisionar e avaliar o meio ambiente, melhorando a participação dos organismos das Nações Unidas no Plano de Vigilância, desenvolvendo as relações com os institutos científicos privados e os organismos de pesquisas não-governamentais, e expandindo a sua função de alerta rápido, tornando-o operacional; (Conferência do Rio)[1001]

A instauração do governo mundial

Toda a dinâmica mundialista converge para a instauração de um sistema de governança global, prelúdio de um governo mundial. Para Sherif, o aparecimento de objetivos supra-ordenados leva “a confiar a liderança dos grupos a um organismo supremo, na medida em que os casos de caráter comum tornam-se predominantes”.[1002] Com o tempo, este organismo decretará “as regras [morais] absolutas destinadas a controlar as relações

mútuas, e, ao mesmo tempo, decidindo as medidas a serem tomadas para resolver o problema [comum]”.[1003] A Comissão mundial sobre a governança global lamenta que “certos governos sejam poucos dispostos a aceitar a partilha da soberania nacional necessária ao bom funcionamento das regras e das instituições multilaterais”.[1004] Portanto, “um sistema de governança global instala-se suavemente, pouco a pouco, sem fazer barulho”.[1005] Seria necessário amplificar esse processo para “evitar os conflitos e as guerras e preservar a integridade dos sistemas do planeta necessários à vida, eliminando as condições econômicas, sociais, ambientais, políticas e militares que ameaçam a segurança das pessoas e do planeta”.[1006] Desta forma, um sistema de governança global, “tendo como pedra angular os valores globais”,[1007] deve ser concluído. Poderia-se criar uma assembléia de parlamentares eleitos por diferentes parlamentos nacionais.[1008] Em seguida, se estabeleceria um “parlamento mundial eleito por voto direto”.[1009] A Comissão propõe introduzir na Assembléia Geral da ONU as questões de governança global.

> Recomendamos que a Assembléia Geral concorde em realizar uma conferência mundial sobre a governança em 1998. Suas decisões deverão ser ratificadas e entrar em vigor antes do ano 2000.[1010]

A Trilateral quer estabelecer uma liderança mundial:

> As propostas de reforma do sistema de instituições da ONU vão muito além da UNEP, das agências especializadas e dos bancos de desenvolvimento. As principais opções consideradas dizem respeito à capacidade do sistema para definir uma **liderança mundial**, uma orientação política geral e a cooperação indispensável sobre as questões globais, tais como o meio ambiente, o desenvolvimento, a paz e a segurança. Propõe-se que o Conselho de Segurança consagre regularmente uma sessão especial às ameaças que os problemas ambientais representam para a paz e à segurança. A União Soviética dá a entender que seria favorável à criação do Conselho de Segurança Ambiental, mas talvez sem direito de veto. (Trilateral)[1011]

Sakharov preconizava a instauração de uma "*autoridade com vocação mundial 'intelectual', no sentido pleno do termo*".[1012]

> A convergência socialista dos sistemas atenuará as diferenças de estrutura social, estimulará o desenvolvimento das ciências, das forças produtivas e da liberdade intelectual, e conduzirá à criação de um governo mundial e à atenuação das contradições entre as nações (1980-2000).[1013]

Michel Rocard, membro do grupo Bilderberg, faz declarações surpreendentes no momento da Conferência do Rio. Não tendo podido reencontrar as referências exatas, foi-nos preciso retraduzí-las do inglês.

> Não nos iludamos. A comunidade das nações deve fazer pressão ou mesmo utilizar da ameaça contra os países cujas instalações ameacem o meio ambiente. Os instrumentos internacionais devem ser transformados em instrumentos de coerção, de sanção, de boicote e, talvez daqui a 15 anos, de confisco puro e simples de todas as instalações perigosas. Para falar francamente, o que nós queremos é legitimar o controle de aplicação das decisões internacionais.
>
> É-nos preciso uma verdadeira autoridade mundial que será responsável pelo acompanhamento das decisões internacionais, tais como os tratados assinados [no Rio]. […] Esta autoridade deve ter a capacidade de fazer executar suas decisões. Ela deve ter os meios de controle e de sanção.

> Conheço a apreensão de certos países quando consideram que suas soberanias estão ameaçadas. Mas nós não tratamos de problemas nacionais. Trata-se de problemas internacionais. A poluição não conhece fronteiras; e o nível do mar não pode variar em um lugar sem variar também em outros. […] Evidentemente, esta autoridade supranacional deverá ser uma autoridade mundial. É precisamente essa característica internacional que favorecerá os países mais pobres e com que eles se beneficiem dos recursos suplementares.[1014]

Lembremo-nos desse texto adotado no Rio:

> O processo intergovernamental de acompanhamento da Conferência [do Rio], inscreve-se no quadro do papel desempenhado pelos organismos das Nações Unidas, a Assembléia Geral, sendo o órgão máximo encarregado de fornecer as orientações gerais aos governos, aos organismos das Nações Unidas e aos órgãos criados em virtude de seus tratados. […]
>
> O PNUE deverá […]
>
> Desenvolver o direito internacional de meio ambiente e, em particular, elaborar as convenções e os princípios diretores, promover o respeito aos textos adotados e coordenar as tarefas que serão determinadas pelos instrumentos jurídicos internacionais cada vez mais numerosos, especialmente o funcionamento dos secretariados das convenções, levando em conta a necessidade de utilizar melhor os recursos, especialmente reagrupando, eventualmente, os secretariados que vierem a ser criados;[1015]

Hugo Thiemann, membro do Clube de Roma, prossegue essas reflexões até o seu termo lógico: a instauração de um governo mundial. “Mas nenhuma ação é possível porque não existe um governo mundial que possa dizer: aí está o que se deve fazer”.[1016]

Enfim, Antoine Waechter também se preocupa com nosso planeta:

> E o poder político, habituado a administrar a duração ao ritmo dos prazos eleitorais, sete anos ou mais, está qualificado para conduzir o futuro de

centenas de gerações?[1017]

O quadro dos Estados é muitíssimo limitado para enfrentar todos esses desafios: a gestão de nossa pequena nave espacial exige uma autoridade mundial, capaz de confederar todas as nações ao redor dos objetivos vitais, comuns a todos os habitantes da Terra.[1018]

Emilio Gerelli, sub-secretário de Estado italiano para o meio ambiente, fez o balanço da Conferência de Berlin:

O resultado [da Conferência de Berlin de 1995, que veio em seguida àquela do Rio] foi medíocre, mas um processo importante ocorreu: foi criado um embrião de governo mundial que, nos próximos anos, poderá crescer e produzir leis cada vez mais rigorosas para todos os países.[1019]

A ecologia globalitária

A instauração de um sistema de governança global ou de um governo mundial, a criação de uma autoridade que tenha a “capacidade de executar suas decisões” e dispondo de “meios de controle e de sanção”, segundo as palavras de Michel Rocard, necessita de “instrumentos de coerção”.

Finalmente, se considerarmos que chegou o momento – e chegará necessariamente – de criar um orgão detentor de poder legislativo e/ou executivo que não dependa de acordos de Estados tomados separadamente, poderá, então, ser necessário emendar a Carta da ONU para conferir a um de seus principais órgãos, ou a um órgão concebido para este fim, os poderes de coerção que a comunidade mundial está disposta a dar a uma instituição internacional nessa esfera. (Universidade das Nações Unidas)[1020]

Na realidade, a principal razão defendida para a criação de um novo órgão central no seio da ONU é a necessidade de superar essa desvantagem, conferindo a um órgão convenientemente criado a autoridade que a ele permita a imposição de regras ambientais a todos os membros da ONU e

talvez, por analogia ao artigo 2(6) da Carta, até mesmo a quaisquer outros Estados que dela não pertençam. […]
Está claro que qualquer que seja o órgão ao qual se confiará esses poderes formidáveis, ele deverá ser concebido com muita cautela, como o foi o Conselho de Segurança. (Universidade das Nações Unidas)[1021]

Inúmeras noções bem estabelecidas e princípios diretores que concernem às relações entre Estados deveriam ser reexaminadas e reinterpretadas [no quadro da Nova Ordem Mundial, onde um dos principais objetivos é garantir o desenvolvimento sustentável]. Isto se refere, em particular, ao direito das nações à autodeterminação, identificado habitualmente com o direito de secessão. (SIPRI)[1022]

A ditadura mundialista não será exercida apenas sobre as nações. Cada um dentre nós, individualmente, também será uma vítima.

Nos últimos anos, ocorreram mudanças confusas na concepção dos domínios público e privado, modificando suas relações. As atividades que pertenciam tradicionalmente à esfera privada foram integradas no domínio público. Um exemplo notável é o da reprodução e das relações familiares e pessoais associadas. Uma série de profundas modificações socio-econômicas ocorridas ao mesmo tempo tem projetado essas questões no domínio público. Os comportamentos econômicos e sociais sofreram desenvolvimentos semelhantes, que provocaram efeitos ambientais consideráveis. O desejo crescente de legislação ambiental prova que certas atividades, anteriormente pertencentes à esfera privada, gerada por particulares e empresas, não podem mais ser abandonadas à iniciativa privada sem controle público. (Universidade das Nações Unidas)[1023]

Quando temos um modo de vida que claramente leva a afetar aos outros ou a biosfera, da qual todos dependemos, uma certa perda de liberdade é necessária, imposta, seja pela lei, seja por ‘regras’ da natureza. Quando a densidade da população aumenta, as perdas de liberdade são inevitáveis. (UNEP)[1024]

Nos países que já se consideram nações livres, uma outra condição deverá igualmente ser preenchida. A ênfase colocada sobre os direitos individuais

> deverá ser acompanhada de uma melhor tomada de consciência das responsabilidades que cada um deverá exercer em face da comunidade, caso ela se organize em torno de um princípio central. […]
>
> Esta separação em face da comunidade tem uma clara ligação com o postulado que quer que sejamos separados da terra. Ela não tem apenas um fundamento filosófico - a fé absoluta no poder da inteligência individual –, ela necessita também da mesma solução: faz-nos pensar de uma maneira mais equilibrada a nossa relação com o mundo, isto também quer dizer, com as comunidades às quais pertencemos. Mas esta reafirmação de nossa ligação com os outros implica uma obrigação de trabalhar *com* eles para defender e proteger esses nossos direitos individuais – como o de respirar um ar puro e de beber água limpa –, cuja proteção deve ser assegurada em todos os lugares e, igualmente, por toda comunidade. (Al Gore)[1025]

É conveniente ler as proposições de Al Gore à luz dos esclarecimentos fornecidos por um texto publicado pelo UNEP.

> Se quisermos que a saúde se torne um elemento integrante da política ambiental, é-nos preciso redefini-la e compreendê-la como dependente de suas relações com o meio ambiente. Ninguém deveria ser considerado em boa saúde se não se sentir ligado e dependente de seu meio ambiente. A saúde individual nada significa se obtida alienando-se do meio ambiente ou dos outros seres que nos circundam – as pessoas, os animais e as plantas. […]
>
> [A] *saúde* deverá ser definida como bem-estar do indivíduo integrado em uma comunidade, uma cultura e um ambiente natural que o sustentem. Os políticos não deveriam tentar dissociar a saúde individual das forças ambientais que lhe dão o seu sentido. (UNEP)[1026]

"Uma sessão do ISSC/WFMH [WFMH: Federação Mundial para a Saúde Mental] deu lugar ao tema: *A poluição, problema de comportamento*, sessão realizada no programa do ISSC, intitulada: *Programa sobre as dimensões humanas da mudança ambiental global.*

Aconteceu em 1991, no congresso mundial da Federação Mundial da Saúde Mental realizado no México entre os dias 18 e 23 de agosto de 1991”. (ISSC)[1027]

Os democratas: uma espécie em via de extinção

O mundialismo apenas será instaurado com o desaparecimento da democracia *real*. Cada vez mais criticada, suas falhas mais evidentes são atualmente colocadas em destaque, sem que se digne a examinar os patentes defeitos de uma insidiosa ditadura mundial que a substituirá.

> A todas essas dificuldades a ela acrescenta-se uma, essencial, na prática: o homem político normal, e mesmo o homem de Estado, trata, em geral, apenas em função de horizontes estritamente eleitorais; esses horizontes são naturalmente períodos muito curtos em que, confrontado com certos desenvolvimentos, devem centrar o nosso pensamento e nossas ações. Há uma contradição fundamental, da qual se convém estar consciente, e que só será superada ao preço de mudanças profundas nos comportamentos e na natureza e no exercício de certos poderes. (Clube de Roma)[1028]

Alexander King, “protótipo do tecnocrata internacional”, que “não tem mais nacionalidade”, atualmente presidente de honra do Clube de Roma, propõe uma solução:

> [Os tecnocratas internacionais] são as eminências pardas de ‘diversos países. Suas existências permitem resolver o problema constitucional clássico: como conciliar o poder de uma indispensável, mas esotérica, elite de especialistas com os direitos dos homens e dos parlamentares no centro de um governo democrático’.[1029] Além disso, escapando das pressões políticas nacionais [quer dizer, não ter satisfação a dar aos eleitores], ele [o

tecnocrata internacional] pode ser influente, [e] facilitar uma coordenação de diferentes políticos nacionais. (Clube de Roma)[1030]

Mesmo que se consiga convencer os políticos de que algo em estado embrionário em uma certa evolução, é preciso se preocupar agora em informar os eleitores e propor medidas para evitar conseqüências desastrosas que só se dariam daqui a 20, 30, 40 anos?. (Clube de Roma)[1031]

Os limites da democracia

A democracia não é a panacéia. Ela não pode organizar tudo, e também não conhece os seus próprios limites. É preciso encarar os fatos, por mais sacrílega que esta injunção possa parecer. Tal como se pratica atualmente, a democracia não é mais adequada para as tarefas que nos aguardam. A complexidade e a natureza técnica de muitos problemas de hoje nem sempre permitem aos representantes eleitos tomarem decisões apropriadas no momento certo. Entre os políticos no poder, poucos são suficientemente informados do caráter mundial dos problemas a resolver, e muito poucos, talvez nenhum, estão conscientes das interações desses problemas. (Clube de Roma)[1032]

Além disso, eles devem:

Resolver os problemas de um sistema complexo é, portanto, ainda mais difícil já que, na maioria dos casos, a opinião pública não está no estado de aceitar as soluções propostas. (Clube de Roma)[1033]

Assim se põe a questão da “governabilidade” de nossas sociedades. Esta “problemática” tinha sido formulada em um relatório da Trilateral, intitulado *A crise da democracia. Relatório para a comissão Trilateral sobre a governabilidade das democracias*.[1034]

Al Smith certa vez disse que ‘o único remédio aos males da democracia é ainda mais democracia’. Nossa análise sugere que atualmente esse remédio serviria apenas como combustível jogado ao fogo. Ao contrário, certos problemas de governança dos Estados Unidos de hoje provêem de um excesso de democracia – ‘excesso de democracia’ tomado no mesmo

> sentido utilizado por David Donald para falar da revolução jacksoniana, a qual levou à Guerra da Secessão. O que precisamos é de um grau mais elevado de moderação da democracia.
> Na prática, esta moderação se manifesta em dois âmbitos. Em primeiro lugar, a democracia não é senão um dos métodos que permitem estabelecer uma autoridade, e não é necessariamente aplicável universalmente. Nos inúmeros âmbitos, o saber, a experiência e o talento podem prevalecer sobre a democracia na designação de uma autoridade [levando assim a uma ditadura tecnocrata]. […]
> Os filósofos gregos sustentaram que a melhor constituição combinava diferentes formas de governo. […] A democracia é mais perigosa por si mesma aos Estados Unidos do que na Europa e no Japão, onde ainda se existe uma herança residual de valores tradicionais e aristocráticos. […]
> Temos constatado que há limites desejáveis ao crescimento econômico. Há também os limites desejados à expansão ilimitada da democracia política. (Trilateral)[1035]

Portanto, veremos em breve a instauração da teocracia coletivista estimada por Platão e pela maçonaria? Temos notado que, na perspectiva mundialista, todas as instituições tradicionais devem ser subvertidas para servir à revolução. Para Lênin, era um erro imperdoável destruir ao invés de subverter uma organização já existente.

Essas reflexões sobre a governabilidade de nossas democracias são retomadas pelo Clube de Roma:

> Em outros termos, esse mundo novo, onde nos reencontramos, é governável? A resposta é: provavelmente não com as estruturas e mentalidades atuais. […] A contradição é cada vez mais evidente entre certas urgências e os procedimentos democráticos com base no diálogo. (Clube de Roma)[1036]

Será preciso adaptar o pessoal político aos novos imperativos; “os funcionários e os homens políticos irão

precisar de uma reciclagem aprofundada e de longa duração”.[1037] Por que não aproveitar a experiência dos (ex-)soviéticos em matéria de campos de reeducação? Quem reciclará os recicladores? OS IUFM?[1038] E quem selecionará os selecionadores? Pois será necessário por fim às práticas primitivas de designação das elites políticas para enfatizar a “aptidão para governar”.[1039] Leiamos este admirável programa de designação do Rei do Mundo, um verdadeiro semideus:

> Para as Nações Unidas de amanhã, reformadas e ativas, a imagem do secretário geral será de uma vital importância. Para milhões de pessoas no mundo, ele incarna o que, sem ele, seria percebida apenas mais uma ‘grande máquina’ burocrática. As qualidades dele exigidas são alguma coisa de quase sobre-humano; ele ou ela (até o presente, nunca houve um candidato) deve ser ao mesmo tempo corajoso [a força] e prudente [a prudência], compreender perfeitamente a situação no mundo e os problemas por ela imposto, além de, sobretudo, ser objetivo. Deve também exibir uma imagem de imparcialidade [a justiça], mostrar-se muito inteligente e muito diplomático, criativo, em suma, ser um grande líder de nível mundial. As exigências da função requerem, portanto, uma enorme resistência física. (Clube de Roma)[1040]

No entanto, atualmente a nomeação do secretário geral é uma “questão interna”.

> O resultado é que os candidatos às eleições se encontram, principalmente, entre pessoas de uma vaidade superior à média, e que aspiram dominar aos outros. Esses não são os critérios mais sensatos para selecionar aqueles que deverão guiar o mundo através das dificuldades da revolução. Atualmente, muitos homens de grande qualidade, líderes potenciais de seus países ou do mundo, evitam se lançar na arena política devido à vulgaridade e à desconfiança em torno desta, além da política não ter muita coisa a oferecer a quem não coloca o poder como prioridade de suas preocupações.

Portanto, será necessária muita atenção quando se trata de selecionar nossos dirigentes. (Clube de Roma)[1041]

Sugerimos que no futuro, um método de seleção mais aberto e mais sistemático seja posto em prática para encontrar *'the best man for the job'*. (Clube de Roma)[1042]

O Rei do Mundo será designado por seus pares reunidos em meio ao conselho dos sábios? Se podemos apenas subscrever, em uma larga medida, a esta descrição complacente dos costumes políticos, o que pensar da solução que se apresenta, obviamente, pior do que o mal? Antes de finalizar com as surpreendentes proposições políticas do Clube de Roma, devemos ainda apresentar seu comovente elogio ao pensamento único e sua notável descrição da cena política francesa:

Levando em conta a gravidade das decisões que precisarão ser tomadas em um futuro próximo, **as rivalidades entre partidos, artificialmente estimuladas**, visando apenas ganhar vozes para a próxima eleição, e por vezes, **sequer baseando-se em verdadeiras divergências ideológicas**, poderiam conduzir a um desastre. Se queremos enfrentar com sucesso todas as tempestades que nos aguardam, há a necessidade absoluta de instaurar uma **unidade máxima de pensamento** entre os partidos políticos que se afirmam defensores do interesse nacional. (Clube de Roma)[1043]

A constituição secreta

Para terminar esta breve exposição sobre os projetos totalitários da Nova Ordem Mundial – e o papel desempenhado pela ecologia –, gostaríamos de apresentar, de forma muito breve, um trabalho que infelizmente é desconhecido na França. Intitula-se *A*

constituição secreta e a necessidade de modificações constitucionais.[1044] Seu autor, Arthur Miller, é professor emérito de direito constitucional na universidade George Washington. O trabalho foi escrito entre muros da Fundação Rockefeller em Bellagio,[1045] a mesma cidade que em 1987 realizou um dos seminários que lançariam, com o apoio financeiro dessa mesma fundação, a polêmica do efeito estufa.

Infelizmente, teremos de apresentar brevemente esta obra porque não provém nem de instituições internacionais nem de suas retransmissoras, e seu tema se afasta do campo ecológico. Trata-se, no entanto, de uma obra capital, cujo autor conhece, de fato, todos os mistérios da alta política americana e também, muito provavelmente, os círculos de poder discretos, onde se tomam as verdadeiras decisões. É preciso notar mais uma vez, que o autor não esconde suas opiniões progressistas:

> Começarei por uma hipótese que não necessita ser provada, pois sequer está sujeita à discussão. Segundo esta hipótese, todos os grupos, dos menores até o próprio Estado Nação, são dirigidos por oligarquias. Ainda que, naturalmente, nisso a retórica possa diferir, esta hipótese abrange os Estados Unidos da América. O povo não governa, seja diretamente ou através dos seus ‘representantes eleitos’. Não há razão alguma em considerar que os Estados Unidos sejam uma ‘democracia’. Eles não são, não foram e, provavelmente, não virão a ser uma verdadeira democracia, qualquer que seja o senso que damos a essa palavra, a qual permite mais de 200 definições. Batizar um governo de ‘democracia’, é fazer um trabalho de propaganda e confundir os espíritos.[1046]

> Não existe necessariamente uma distinção clara entre o poder formal e o controle real [e, escrevendo essas linhas, o autor certamente pensava nos

> Rockefeller, que deram um vice-presidente aos Estados Unidos]. Por vezes, essas duas classes de dirigentes se aproximam e se fundem, embora seja verdade que, aqueles que exercem o controle real, prefiram agir pelo intermédio de representantes.[1047]
>
> Se o elitismo, como sustentamos, caracteriza todos os grupos e todas as nações, podemos escapar disso? Penso que não, sobretudo em um grande país como os Estados Unidos, cujos interesses se estendem não apenas sobre todo o planeta, mas também no espaço sideral. Trata-se, talvez, de uma convicção desagradável, mas confirmada por uma grande parte da história americana e por toda análise perspicaz da América contemporânea. Se os americanos desejam uma constituição que favoreça a dignidade humana, no seu sentido mais largo, será preciso nos voltar para algo diferente da democracia. Ninguém deve ficar chocado se isso signifique a manutenção de um governo elitista. Nossa mitologia constitucional não é outra coisa senão uma mitologia.[1048]

O autor se apega particularmente à Suprema Corte dos Estados Unidos. Mas o governo mundial também retém sua atenção:

> E aqueles que crêem que a ciência e a tecnologia nos permitirão escapar da armadilha ecológica que lenta, mas seguramente, fecha-se sobre nós põem sua fé nos ídolos que se apóiam sobre areia movediça. […]
> William Irwin Thompson sugere que precisamos de uma convenção constitucional planetária.[1049] Ele tem razão: haverá, talvez em um futuro próximo, uma espécie de governo mundial. Pouco importa que ele se instaure após um cataclisma, uma derivação [institucional] ou um projeto deliberado; ou que seja totalitário, autoritário, elitista ou democrático.[1050]
>
> Os juízes da Suprema Corte tornaram-se a versão moderna dos reis filósofos de Platão.[1051]
>
> A Corte sempre teve o poder e a autoridade requerida para *dizer* a lei e, ao menos depois do caso *Brown* em 1954, para dizer o que a lei *deveria ser*.[1052]

Este é, precisamente, o caminho que as instituições européias e mundiais já estão tomando. Uma interpretação ainda mais ampla desses preâmbulos das constituições, os tratados e a Carta da ONU, permite às cortes internacionais aumentar ilimitadamente suas prerrogativas, e tomar as decisões politicamente difíceis, diante das quais os governos recuam. Vimos como uma legislação ecológica poderá ser decretada pelo Conselho de Segurança, eventualmente sob a "coação" benevolente da Corte Internacional de Justiça.

A Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, lembra-nos a declaração de Estocolmo:

> Nos termos do princípio I da Declaração de Estocolmo de 1972, o homem tem um direito fundamental à liberdade, à igualdade e de condições de vida satisfatórias, em um ambiente cuja qualidade lhe permita viver com dignidade e bem-estar.[1053]

Essas declarações vêm sendo freqüentemente traduzidas em direito comunitário e nacional. Quando não o são, a tendência mais notável das cortes internacionais, é de a elas referir-se, seguindo, assim, a via traçada pelos reis filósofos da Suprema Corte Americana. Nosso Conselho constitucional tem assim atribuído um "valor constitucional" ao direito de habitação.[1054]

---

953. George Tapinos, Phyllis T. Piotrow, *Six Billions People, Demographic Dilemas an World Politics,* New York, McGraw-Hill, 1978, p. 3.

954. *Aspects éducatifs, sociaux et culturels des problèmes de l'environnement et questions de l'information,* Conférence sur l'environnement, Stockholm, *op. cit.*, A/CONF.48/5, p. 20.
955. *Ibid.*, A/CONF.48/11, p. 6.
956. *International organizational implications of actions proposals,* United Nations Conference on the human environment, Stockholm, *op. cit.,* A/CONF.48/9, p. 12, versão francesa.
957. *Rapport de la Conférence des Nations Unies sur l'environnement et le développement, op. cit.,* A/CONF.151/26/Rev.1 (Vol. I), p. 472-473.
958. *Official Journal of the European Communities,* nº C 183/4, 20.7.1989, resolução 89/C 183/03.
959. *Developing Policies for Responding to Climatic Change*, Bellagio (9-13 de novembro de 1987), *op. cit.*, WMO and INEP, p. 36.
960. *Notre avenir à tous [Nosso futuro comum], op. cit.*, p. 27, 28.
961. *Ibid.*, p. 207.
962. *International Strategy for Action in the field of Environmental Education an Training for the 1990s,* Nairobi/Paris, UNESCO, UNEP, 1988, p. 4.
963. *The Greenhouse Effect Climatic Change and Ecosystems, op. cit.*, p. 53.
964. IPCC, *Climate Change, The IPCC Response Strategies, op. cit.*, p. xlvi.
965. Declaração de François Mitterrand, *in Changements climatiques. Ce qu'en pensent les hommes d'Etat,* Genebra, OMM, 1991, p. 11.
966. *Our Global Neighborhood, op. cit.,* p. 94.
967. *Ibid.*, p. 155, 156. Propostas reapresentadas na página 342.
968. *Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça,* Nova Iorque, Nações Unidas, 1995, p. 39.
969. *Environmental Change and International Law, op. cit.,* p. 358 *sq.*
970. *Beyond Interdependence [Para além da interdependência], op. cit.*, p. 19.
971. *Ibid.*, p. 20.
972. *Ibid.*, p. 110.
973. *Ibid.*, p. 109.
974. *Halte à la croissance? [Limite ao crescimento?]*, op. cit., p. 139; apresentação do relatório pelo Clube.
975. *Ibid.*, p. 290; em itálico no texto original. Comentários do Comitê Executivo do Clube.
976. P. 296, 297; id..
977. P. 293, 294; id..

978. *Questions de survie: La révolution mondiale a commencé [Questões de sobrevivência: A revolução mundial começou], op. cit.*, p. 130; tirado de um editorial do New York Times. Sem data. Jay Forrester é o autor do modelo global utilizado em *Halte à la croissance? [Limite ao crescimento?]*.
979. Pouco importa aos mundialistas que o argumento possa facilmente ser replicado: um conhecimento detalhado do sistema mundial, necessário a uma intervenção, é impossível, levando em conta a sua complexidade. Toda ação é, portanto, fadada ao fracasso. Naturalmente, os revolucionários não se preocupam com este "pequeno detalhe", pois têm como objetivo elaborar um "forte discurso" que paralisará seus adversários. O interesse da decomposição hierárquica operada pela teoria dos sistemas é, precisamente, de isolar os sistemas, em uma certa medida, para poder estudá-los separadamente. Desta forma, faz-se a *abstração* dos detalhes irrelevantes dos subsistemas inferiores, assim como das causas das restrições impostas pelos supra-sistema.
980. *Ibid.*, p. 120, 163.
981. *Ibid.*, p. 107.
982. *Ibid.*, p. 177.
983. *Beyond Interdependence [Para além da interdependência], op. cit.*, p. 124.
984. *Questions de survie [Questões de sobrevivência], op. cit.*, p. 144.
985. *Ibid.*, p. 15, 27, 137.
986. Christian Brodhag, *Les quatre vérités de la planète [As quatro verdades do planeta]*, Paris, Editions du Félin, 1994, p. 237. O autor faz referência a *Notre avenir à tous [Nosso futuro comum]*, trabalho publicado pela CMED.
987. *Ibid.*, p. 196. Em itálico no texto original.
988. *Ibid.*, p. 240. De acordo com Patricia A. Bliss-Guest, US Council on Environmental Quality; citado em *L'état de la planète [O estado do planeta] 1992*, Lester Brown, Worldwatch Institute, Economica, 1992.
989. *Notre avenir à tous [Nosso futuro comum], op. cit.*, quadro da página 377. Citando Tom McMillan, ministro canadense de meio ambiente. Grifos nossos.
990. *Ibid.*, p. 360.
991. *Notre avenir à tous [Nosso futuro comum], op. cit.*, p. 375.
992. Boutros Boutros-Ghali, *An Agenda for Peace 1995*, Second Edition, New York, United Nations, 1995, p. 44.
993. SIPRI, *SIPRI Yearbook 1993, World Armaments and Disarmament*, Oxford, Oxford University Press, 1993, p. 24.
994. *Beyond Interdependence [Para além da interdependência], op. cit.*, p. 122. Grifos nossos. Ver também p. 124 e 125.

995. *Ibid.*, p. 123.
996. Primeiras palavras da Carta das Nações Unidas.
997. *Beyond Interdependence [Para além da interdependência], op. cit.*, p. 127. Grifos nossos.
998. *Rapport de la Conférence des Nations Unies sur l'environnement et le développement, op. cit.*, A/CONF.151/26/Rev.1(Vol.I), p. 473.
999. CSD: *Commission on Sustainable Development (Comissão de desenvolvimento sustentável).*
1000. *Ibid.*, p. 475.
1001. *Ibid.*, p. 478.
1002. *Des tensions intergroupes aux conflits internationaux, op. cit.*, p. 175.
1003. *Ibid.*, p. 186.
1004. *Our Global Neighborhood, op. cit.*, p. 151.
1005. *Ibid.*, p. 152.
1006. *Ibid.*, p. 84, 85.
1007. *Ibid.*, p. 47.
1008. *Ibid.*, p. 257.
1009. *Ibid.*
1010. *Ibid.*, p. 351.
1011. *Beyond Interdependence [Para além da interdependência], op. cit.*, p. 123, 124. Grifos nossos.
1012. *Sakharov parle, op. cit.*, p. 102. Em itálico no texto original.
1013. *Ibid.*, p. 100, 101.
1014. Michel Rocard, *Comunicado de imprensa*, Rio, UNCED, junho de 1992. Citado por Dixy Lee Ray e Lou Guzzo, *Environmental Overkill*, Washington, D.C., Regnery Gateway, 1993, p. 10.
1015. *Ibid.*, p. 478.
1016. *Halte à la croissance? [Limite ao crescimento?], op. cit.*, p. 79.
1017. Antoine Waechter, *Dessine-moi une planète [Desenhe-me um planeta], op. cit.*, p. 63.
1018. *Ibid.*, p. 197.
1019. Citado por Marc Dem em *666, l'Antéchrist*, Monaco, Editions du rocher, 1996, p. 113.
1020. *Environmental Changes and international Law, op, cit.*, p. 354.
1021. *Ibid.*, p. 364, 365.
1022. *SIPRI Yearbook 1993, World Armaments and Disarmament, op. cit.*, p. 9.
1023. *Environmental Changes and international Law, op. cit.*, p. 472.

1024. *Ethics & Agenda 21, op. cit.*, p. 23.
1025. *Sauver la planète Terre [Salvar o planeta Terra], op. cit.*, p. 243, 244.
1026. *Ethics & Agenda 21, op. cit.*, p. 39, 40.
1027. *International Sociel Science Council, 1990-1991, op. cit.*, p. 61.
1028. *Halte à la croissance? [Limite ao crescimento?], op. cit.*, p. 8; prefácio.
1029. Citando Niger Calder, *Technopolis*, Mac Gibbon, 1969.
1030. *Ibid.*, p. 63; declaração de Alexander King, membro do Clube.
1031. *Ibid.*, p. 120; declaração de Robert Lattès, membro do Clube.
1032. *Questions de survie: La révolution mondiale a commencé [Questões de sobrevivência: A revolução mundial começou], op. cit.*, p. 105.
1033. *Ibid.*, p. 165. Hubert Reeves fez eco a essas idéias: "É preciso encarar todos os problema em longo prazo e de uma perspectiva planetária. Pois a democracia não permite a possibilidade de antecipar os problemas". *Santé Magazine*, n. 254, fevereiro de 1997, p. 107, col. 4. Documento devido à bondade do senhor Lagrange, da equipe do DPF (diretor de publicação).
1034. Michel J. Crozier, Samuel P. Huntington, Joji Watanuki, *The Crises of Democracy. Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Commission*, *op. cit.*
1035. *Ibid.*, p. 113 sq.
1036. *Questions de survie [Questões de sobrevivência], op. cit.*, p. 107.
1037. *Ibid.*, p. 175.
1038. Os Institutos Universitários de Formação dos Mestres (IUFM) foram criados na França, em 1990, como instituições de ensino superior responsável pela formação dos professores de primeiro e segundo graus. Seus membros compõem o quadro de conselheiros principais do Ministério da Educação francês – NT.
1039. *Ibid.*, p. 119.
1040. *Ibid.*, p. 180.
1041. *Ibid.*, p. 182.
1042. *Ibid.*, p. 180, 181.
1043. P. 175; grifos nossos.
1044. Arthur S. Miller, *The Secret Constitution and the Need for Constitutional Change*, New York, Greenwood Press, 1987.
1045. O *Bellagio Center* é um centro de conferências e encontros de estudantes e artistas mantido pela Fundação Rockefeller no Norte da Itália - NT.
1046. *Ibid.*, p. 2.
1047. *Ibid.*, p. 7.

1048. *Ibid.*, p. 43.
1049. W. Thompson, *Evil and World Order,* ch. 8 (1976). Ver também R. Falk, *The End of World Order*, ch. 11 (1983).
1050. *Ibid.*, p. 73.
1051. *Ibid.*, p. 132.
1052. *Ibid.*, 130.
1053. *Notre avenir à tous [Nosso futuro comum], op. cit.*, p. 396.
1054. Christine Garin, La “valeur constitutionnelle” du droit au logement [O “valor constitucional” do direito à habitação], *Le Monde,* 2 de março de 1997, p. 6.

CAPÍTULO V

UMA CIVILIZAÇÃO GLOBAL

"Ataque a estratégia [do inimigo] na sua raiz". (Sun Tzu)

Após ter devastado o século, as ideologias parecem ter-se extinto por si mesmas. No entanto, os historiadores e os arqueólogos chamam incansavelmente a nossa atenção para o fato de que nenhum império saberia subsistir sem uma ideologia fundando suas pretensões totalitárias. Devemos acreditar nos meios de comunicação ou escutar as lições da história? Conrad e Demarest, no notável *Religião e Império*, mostraram o papel desempenhado pelas "manipulações dos conceitos religiosos tradicionais e dos rituais"[1055] e as "reformas ideológicas" na ascensão e queda dos impérios Asteca e Inca. Assim, abraçando as teses de Gramsci, esses marxistas insistiram no "papel da ideologia na evolução cultural"[1056] e econômica. A ideologia religiosa, pertencendo classicamente à superestrutura, dominando a infra-estrutura econômica para determinar a evolução histórica.[1057] As classes dirigentes asteca e inca entregaram-se às "manipulações religiosas, em parte conscientes, com objetivos políticos".[1058] Suas "adaptações ideológicas"[1059] foram, principalmente, de dois tipos: manipulações dos panteões superiores e reformas de instituições fundamentais. Um grande número dentre elas visava favorecer os objetivos dos dirigentes, conduzindo-

os a uma “integração econômica, social, política e religiosa”.[1060] Elas foram difundidas pela arquitetura, pelos escritos e pelos sacerdotes.[1061] Em particular, foram a origem da extensão territorial dos dois impérios:[1062] o dever sagrado dos astecas era o de continuar suas guerras de conquista para poder sacrificar aos deuses e preservar o universo da aniquilação.[1063] Apenas o propósito da guerra ideológica permitiu aos incas tomar posse de mais da metade do seu império sem recorrer às armas.

Essas “descobertas” podem ser ridículas, a repetir o que os adversários do materialismo histórico não cessaram de proclamar. Mas, como sempre, as modificações da ideologia e da sociologia revolucionárias respondem à evolução da situação política e histórica, cujas potencialidades específicas elas pretendem explorar. A “ideologia religiosa” cristã foi destruída, e agora é possível substituí-la, algo que dificilmente poderia ser considerado há dois séculos. Porque se, de forma oficial, a queda do Muro de Berlin fechou a era das ideologias, na realidade podemos ver que é bem diferente. Aqui é preciso lembrar que a característica principal da ideologia é de se negar ao ponto de tentar desaparecer sob a máscara daquilo que é imposto pela propaganda. O mundialismo e a mundialização, a globalização sob todas as formas, a integração européia, a luta contra os problemas globais e as ameaças ecológicas nos são

apresentadas pelos meios de comunicação como necessidades inelutáveis ou cientificamente estabelecidas, sem que haja a menor dúvida. “É da lógica mesma de todo poder negar a natureza ideológica de seu discurso e de sua ação”. (ONU)[1064]

Portanto, a dimensão ideológica dos conflitos não escapa a ninguém. Em dezembro de 1958, depois do Grande Salto Adiante, Mao abandona suas funções de presidente da república para se dedicar ao estudo da ideologia. Mesmo os militares americanos aprofundaram-se neste domínio. A Universidade Nacional de Defesa dos EUA, instituição muito próxima ao Ministério da Defesa americano, publicou um trabalho intitulado *Guerra psicológica e operações psicológicas,*[1065] que tratava não apenas das dimensões políticas e psicológicas dos conflitos, mas também de seus aspectos ideológicos.

> De fato, torna-se cada vez mais possível separar as dimensões psicológicas da estratégia e da própria guerra, pois a ideologia e o domínio político rivalizam seriamente com o poder estatal. Isto os leva a concentrar-se na elaboração e na propagação de uma contra-ideologia, que não procura a resolução dos problemas específicos, mas que contesta na base a legitimidade do poder e seu direito de governar. A ideologia guia e justifica a guerra revolucionária; é o veículo utilizado para mobilizar a população e assegurar o seu apoio. A ideologia deve defender uma causa convincente, atraente e que pareça realizável.[1066]

Ainda em 1994, idéias similares voltaram à tona em um trabalho publicado pelo Instituto de Estudos

Estratégicos, instituição também muito próxima do Ministério da Defesa dos EUA.

> O futuro verá principalmente as operações de manutenção da paz nos Estados em decomposição, as novas formas de insurreição 'espiritual', visando modificar radicalmente a estrutura ideológica dos regimes; e as insurreições 'comerciais' provenientes de 'zonas ocultas' quase políticas, como aquelas ligadas ao narco-terrorismo[1067].[1068]

O vice-presidente americano também insiste na necessidade de um consenso ideológico:

> Mais uma visão estratégica será inútil se ela não for objeto de um consenso. Os historiadores aí estão para nos lembrar de que o Plano Marshall teria falhado se as nações, às quais ele trazia ajuda, não tivessem compartilhado uma proximidade ideológica ou, ao menos, não se tivessem pronunciado com valores e ideais análogos. Na Europa do pós-guerra, a opção preferencial pela democracia e pelo capitalismo tornou possível a integração das economias. Da mesma maneira, o mundo está hoje muito mais próximo de um consenso sobre os princípios políticos e econômicos de base do que há alguns anos atrás. À medida que, no plano filosófico, se apareça melhor a vitória das idéias ocidentais, aumenta-se a possibilidade de realizar um Plano Marshall planetário.[1069]

Não é de se estranhar, portanto, a importância que atribuem os soviéticos ou pós-soviéticos à luta ideológica. Gorbatchev, constatando "a erosão progressiva dos valores ideológicos e morais"[1070] dos soviéticos, levou a cabo as principais reformas ideológicas.

> Fomos lançados em um empreendimento político, econômico, social e ideológico *sem precedentes*. Se queremos concretizar tudo aquilo que prevemos fazer, deveremos, então, realizar um trabalho político, econômico, social e ideológico igualmente *sem precedentes*.[1071]

O “novo pensamento” que caracteriza a *perestroika* foi elaborado aos mais altos níveis políticos e acadêmicos.

> O desenvolvimento do ‘novo pensamento’ foi uma tarefa coletiva realizada pelo Politburo, o Comitê Central e seu departamento ideológico, e todos os universitários que trabalhavam para eles, **todos** sob a direção política do Departamento Internacional [sucessor do Comintern e do Cominform].[1072]

Chevardnadzé, em páginas obscuras, justifica a evolução ideológica soviética, deixando entrever seus objetivos escondidos. Em um capítulo intitulado *Jamais soltamos o balão*, ele escreveu:

> As ideologias fornecem uma interpretação [da abertura política] segundo a qual, durante o período de abertura, a luta ideológica, longe de diminuir, deveria, ao contrário, prosseguir com mais obstinação.
>
> Francamente, não cheguei a compreender como se podia procurar se aproximar de alguém ao mesmo tempo em que se conduz uma luta implacável contra ele. Bem antes do começo da *perestroika*, nossa propaganda e nossa política (às vezes era praticamente impossível distinguir uma da outra) provavam as dificuldades cada vez mais importantes, quando se esforçavam para conciliar as teses ideológicas em flagrante contradição. Não se chegava a edificar uma estrutura sobre sólidos fundamentos, tanto do ponto de vista intelectual quanto do ponto de vista político. **Foi necessário, então, buscar uma saída teórica e prática para essa contradição. Já contei como a ela chegamos**. […]
>
> Mais tarde, após a chegada de James Baker ao posto de secretário de Estado, este propôs incluir na ordem do dia de nossos encontros, um quinto grupo de problemas – os transnacionais: cataclismos, luta contra as drogas e as epidemias, terrorismo internacional, etc.[1073]

A solução encontrada por Chevardnadzé já fora apresentada neste livro, no capítulo consagrado à *perestroika*. Ela se apóia nos problemas globais que

permitirão “derrubar os muros da confrontação ideológica”, de aproximar-se do inimigo, ao mesmo tempo em que se prossegue uma luta impiedosa contra ele, conservando “nossas próprias convicções ideológicas”.

> Quando procuramos – e temos êxito! – ensinar-lhes que as relações interestatais e internacionais são subordinadas aos interesses e às leis da luta de classes, é impossível assimilar com uma idéia súbita, **ainda que ela remonte à Lênin**, a primazia dos valores universais sobre todos os outros…
> Como admitir, em um clima de divisão do mundo em sistemas e blocos sócio-políticos, a formação de um mundo independente e coerente [e, portanto, autoritário], no qual a necessidade imperiosa da sobrevivência da humanidade derrube os muros da confrontação ideológica?[1074]

> A primazia dos interesses universais subentende que todas as pessoas normais, quaisquer que sejam as diferenças, estão interessadas em uma mesma medida para a paz, para a prosperidade e para o progresso; para a saúde da sociedade e do homem, para a salvaguarda da civilização face às ameaças nucleares e ecológicas, para a solução dos problemas de desenvolvimento. […]
> Nossa nova mentalidade nos conduziu, logicamente, a renunciar à confrontação como regra e fundamento da política estrangeira, a superar os clichês ideológicos, a desideologizar os acordos internacionais, a buscar pontos de contato e não mais subordinar a política exterior aos objetivos ideológicos, freqüentemente polarizados por seus conteúdos, de qualquer parte, grande ou pequena, da humanidade. Esta abordagem do problema não anula nossas próprias convicções ideológicas, nem a dos outros, obviamente.
> De forma efetiva, a política de todo Estado é fundada na ideologia; ela é impregnada de ideologia. Todo o problema consiste em saber de qual. A política só será consistente se a ideologia tiver como base os princípios da bondade, da justiça, do humanismo, da espiritualidade. […]
> Em outros termos, se refletirmos de maneira crítica, a desideologização é, no fundo, uma parcela maior de objetividade e de independência de opinião dentro da nossa visão de mundo. […]

> Esse problema é contíguo àquele do relatório entre a moral e a política. […] No final do século XX, descobriu-se que muitas coisas já não poderiam ser justificadas, porque as diferenças do passado desapareceram cada vez mais, face à formação de objetivos comuns.[1075]

Nessas linhas de Chevardnadzé, quais sejam suas obscuridades, nos parecem essenciais. O autor nelas expõe a vontade dos soviéticos em não anular suas “próprias convicções ideológicas”, necessárias uma vez que “a política de todo Estado é fundada na ideologia”, tudo integrando a “formação de um mundo independente” que “derruba os muros da confrontação ideológica”. Esta síntese hegeliana é realizada graças a um retorno aos “valores universais” e à utilização ideológica dos problemas globais. Eles permitem desideologizar, exteriormente, os acordos entre os Estados, de renunciar à confrontação sem abandonar suas convicções ideológicas. A integração internacional, objetivo maior do comunismo, será realizada graças aos problemas globais. Os “princípios de bondade, de justiça, de humanismo, de espiritualidade”, a “primazia dos valores universais” justificarão um coletivismo estendido a toda humanidade. Concilia-se, assim, a *perestroika* e a ação revolucionária, o aproximar-se do inimigo e o incremento da luta, desideologização aparente e reforço da guerra ideológica, de acordo com a interpretação dos ideólogos, “segundo os quais, durante os períodos de abrandamento, a luta ideológica, longe de diminuir,

[deve] ao contrário, prosseguir com mais obstinação". Assim, reaproxima-se "das teses ideológicas em contradição flagrante" e encontra-se "uma saída teórica e prática para [sua] contradição". A obscuridade do texto de Chevardnadzé provém da sua vontade de conciliar essas duas abordagens aparentemente antagonistas, parecendo, ao mesmo tempo, repudiar uma para adotar a outra, e da necessidade de expor esta nova estratégia aos revolucionários de todo mundo.

Compreende-se, então, todas as advertências feitas pelos sovietólogos que não apoiaram a propaganda russa. Françoise Thom cita a *Literatournaia Gazeta*, segundo a qual, "O desarmamento militar não significa desarmamento ideológico".[1076] Golitsyn, que, antes de passar ao Ocidente, reformou o KGB com Chelepine para fazê-lo o veículo de desinformação soviético, enfatiza o papel que a ideologia desempenhou na elaboração da *perestroika*. A reforma feita de instrumento "da luta estratégica, política, econômica e ideológica"[1077] contra o capitalismo. Particularmente, os soviéticos ocuparam-se em dar crédito à idéia do "declínio da ideologia",[1078] ao passo que eles "possuíam objetivos ideológicos de longo prazo".[1079] "Onde [no Ocidente] deveria ver uma renovação ideológica, a estabilização dos regimes comunistas e o reforço do controle do partido, ele vê a morte da ideologia e uma evolução ou uma convergência para o

sistema democrático”.[1080] Golitsyn reitera seus avisos em 1995. A *perestroika* é uma “ofensiva ideológica” que permite “dar nova vida à ideologia”.[1081] O “declínio da ideologia” é apenas aparente e resulta dos empreendimentos de desinformação soviéticos.

As organizações internacionais não foram as últimas a perceber a necessidade de justificar suas existências e suas ações na ideologia.

> A ideologia ajuda o sistema de dominação em vigor a se manter baseando as idéias e as justificações que ‘são essenciais à reprodução desse sistema de dominação’.[1082] As relações de dominação são escondidas pela ideologia porque ‘o estado atual das coisas’ é apresentado como, ao mesmo tempo, necessário e desejável’.[1083] Isso inclui os valores e as vantagens que favorecem uma parte da população em detrimento de outra.
>
> As ideologias eficientes penetram tão profundamente em uma cultura que se passa a aceitar suas premissas sem reflexão. Os elementos de base que elas veiculam jamais são postos em causa.[1084]
>
> Sampson se preocupa particularmente com nossa falta de consciência em relação às ideologias que nos governam. Em geral, as pessoas ‘não têm consciência das ideologias que governam suas existências, sobretudo, quando isso mesmo é uma ideologia”.[1085] Assim, eles não podem falar abertamente ou facilmente, tampouco mudar. ‘O mundo é simplesmente aquele que parece ser. Nossas percepções são verídicas e são acolhidas sem reservas’.[1086] Em matéria de ideologia, diz: ‘não é a percepção das pessoas’ que importa, ‘mas sim a realidade na qual elas vivem’.[1087] A verdadeira autonomia pressupõe que as pessoas tomem consciência das crenças e forças que as moldam, ‘para que elas possam agir coletivamente no sentido de modificá-las ou, pelo menos, controlar aquelas que as governa.[1088]
>
> Assim, uma cultura de paz positiva requer uma consciência crescente, não apenas das ideologias e dos sistemas injustos que minam uma paz justa e

estável, **mas também as ideologias <u>religiosas</u> e seculares que podem nos ajudar a criar e manter um sistema de paz positiva**. (UNESCO)[1089]

Muitos autores retornaram à questão para enfatizar que todas as discussões, bem como as declarações de intenção que se multiplicaram, especialmente no curso dos últimos cinco anos, não resultaram em nada, enquanto os valores ecológicos não tiveram o direito de serem citados junto às atividades tecnológicas, científicas, econômicas e políticas. O que ainda nos falta é um código de conduta, a ser usado por indivíduos e sociedades, que seja minuciosamente estabelecido sobre a base de critérios de uma nova ética de escala planetária.

Nada de surpreendente no fato de ainda não termos atingido nossos objetivos, pois a tarefa é imensa, e consiste em nada menos que a modificação das ideologias, das motivações e, portanto, do modo de vida de quatro bilhões de seres humanos. (UNESCO)[1090]

Parece pouco útil mostrar o quanto a ideologia ecológica mundialista está em conformidade com as características gerais já mencionadas. Os problemas de aquecimento global, o buraco na camada de ozônio, o esgotamento dos recursos naturais, a extinção das espécies, a superpopulação, etc., acabam por se impor a todos, e formam uma das bases ideológicas da sociedade global. Os meios de comunicação quase nunca os submetem a um exame crítico, embora, para cada um deles, haja eminentes cientistas que manifestem publicamente, ou ensaiem manifestar, estar em desacordo com a propaganda oficial. “O mundo [midiático] é simplesmente o que parece ser. Nossas percepções [midiáticas] são verídicas e são acolhidas sem reservas”.

Uma nova civilização

A revolução ideológica mundialista pretende criar uma *nova civilização*. Esse projeto prometéico, que quer varrer todo traço da civilização cristã para voltar ao panteísmo, raramente é exposto pelas instituições internacionais. Existe, no entanto, um texto de grande autoridade onde isto é claramente exposto. Trata-se dos atos da Conferência sobre Meio Ambiente de Estocolmo – cuja declaração final foi "reafirmada" nos princípios adotados na Rio 92.

> No âmbito cultural, as diferenças se prestam mal ao estabelecimento de categorias simples de atitudes face ao meio ambiente. Pode-se, entretanto, se apoiar na distinção entre as sociedades tecnicistas, cujas principais características ignoram as fronteiras, e as sociedades ditas tradicionais.
>
> a) para as do primeiro tipo, os fundamentos da civilização industrial e urbana encontram-se como partes do processo;
>
> b) para as do segundo, certas tradições e crenças são obstáculos à melhoria do meio ambiente. A este respeito, a natureza mesma dos problemas que se impõem aos países em via de desenvolvimento, enfatiza o fato de que, entre os obstáculos ao crescimento econômico, as estruturas psico-sociológicas não são menos importantes. […]
>
> Enfim, a natureza mesma dos problemas de meio ambiente, ou seja, a sua complexa interdependência, exige escolhas políticas. Não se saberia ter nem uma clara nem uma eficaz ação, sem que houvesse uma reposição no que tange à questão de estruturas de decisões em todos os níveis – local, nacional, internacional –, a fim de assegurar que as políticas a serem executadas sejam sempre o reflexo, não a vontade de um grupo, por mais poderoso que seja, mas tão-somente o interesse geral [e engajar toda a população].
>
> Para uma redefinição dos projetos de civilização
>
> A elaboração e a execução das políticas de meio ambiente, globais e de longo prazo, colocam todo o problema das culturas, bem como o do desenvolvimento, sob uma nova luz. Definir e selecionar as opções que se oferecem quanto ao meio ambiente no qual queremos viver supõe um

> conjunto de escolhas sociais e culturais fundamentais, uma redefinição dos projetos de civilização próprios para cada país.[1091]

É à luz desta incrível declaração de guerra contra a civilização industrial e urbana que se deve ler os textos seguintes que apresentaremos de modo bastante breve.

A Carta da Terra, adotada no Rio, em março de 1997, pelos “chefes das delegações de cinco continentes”,[1092] foi redigida sob a direção de Maurice Strong e deveria ser apresentada em abril de 1997 por Gorbachev na Assembléia Geral da ONU. Ela apela a “reinventar uma civilização industrial e tecnológica, e procurar as vias de um novo equilíbrio entre o indivíduo e a comunidade”.[1093]

O próprio Gorbachev apela à criação de uma nova civilização. Seu livro intitulado *À procura de um novo começo* tem como subtítulo: *Desenvolver uma nova civilização*.

> A civilização atual, baseada nos imperativos industriais, na exploração descontrolada do homem e dos recursos naturais, na desintegração social e nacional dos povos, das comunidades sociais, das nações e dos Estados, e na restrição ou na supressão das liberdades humanas, esgotou-se em si mesma.[1094]

> *Está chegando o tempo de escolher uma nova direção para o desenvolvimento global, de optar por uma nova civilização*. Hoje podemos simplesmente traçar essas grandes linhas. Ela negará qualquer confrontação. As guerras econômicas, políticas, interétnicas, ideológicas ou a luta de classes serão abolidas. […] E em primeiro lugar, e sobretudo, esta civilização garantirá a harmonia e uma coexistência criativa entre o homem e o resto da natureza. […]

Os intelectuais deverão propor visões penetrantes sobre o progresso da humanidade, através de objetivos comuns.[1095]

Notar-se-á, incidentalmente, a perigosa retórica na qual os objetivos revolucionários estão agora reunidos. Trata-se apenas de uma questão de bondade, justiça, humanismo e espiritualidade. Reencontra-se, naturalmente, para além dessas palavras, todas as utopias igualitárias e totalitárias, além das eternas heresias. Mas por detrás da transformação do discurso, nos é preciso discernir a repulsa da coerção e o recurso quase exclusivo às técnicas não-aversivas. De maneira análoga, Gorbachev quer abolir as guerras econômicas, políticas, interétnicas, ideológicas e a luta de classes. Uma vez mais, trata-se de utilizar sistematicamente as técnicas não-aversivas, e de deixar para o adversário o uso da violência, atualmente inútil e sempre dispendiosa política e midiaticamente. Uma vez conquistado o poder, uma vez tomados em mãos os comandos sistêmicos do mundo inteiro, é possível ocultar os objetivos totalitários e coletivistas sob a máscara do bem, da justiça e mesmo da espiritualidade – ecológica. Esta atitude é claramente totalitária, dado que ela cria um consenso, o mais amplo possível, banindo toda divisão, guerra ou luta, e marginaliza seus oponentes que enfrentam grande dificuldade para expor os objetivos reais dissimulados sob a máscara do bem. Desta forma o partido comunista francês substituiu a luta de classes pela “intervenção

cidadã, reunindo todas as categorias”[1096] de assalariados. Esta é a divisa francesa do “estado de todo povo”, adotada na ex-URSS.

A Cruz Verde Internacional, organização fundada por Gorbachev, também trabalha para a criação de uma nova civilização. Sua Carta estipula que:

> A Cruz Verde Internacional favorecerá a emergência de uma nova civilização fundada em valores universais, um compromisso para mudar as coisas e por uma nova relação entre os homens e a Terra.

Gorbachev desenvolverá essas idéias no seu discurso, em 1995, no *State of World Forum*, seminário anual que ele fundou e que reúne personalidades de primeiro plano.

> Para começar, gostaria de sugerir que consideremos a criação de um tipo de *brain trust* global que se preocuparia com o presente e o futuro da nossa civilização. […]
>
> A crise em via de se tornar, não apenas global, mas também sistêmica, afetando todas as dimensões da nossa existência.
>
> Somos testemunhas da crise do modelo centrado na tecnologia. A civilização moderna está chegando a um ponto onde o conflito entre o homem e o resto da natureza arrisca-se a ter conseqüências verdadeiramente catastróficas. Acredito que o desafio ambiental será nossa primeira prioridade no futuro e, muito particularmente, no começo do próximo século. […]
>
> A cultura política de confronto, a qual herdamos do passado, opõe-se aos esforços destinados a reagrupar os recursos da humanidade para enfrentar os desafios globais.
>
> A deterioração moral continua tanto entre os indivíduos quanto nas sociedades; a perda dos valores espirituais fundamentais – dessas bases indispensáveis para uma vida normal, digna da nossa natureza humana – são fatos lamentáveis, mas muito conhecidos. […]
>
> Nós temos uma necessidade extrema de redefinir os parâmetros dos desenvolvimentos econômico, social, político e espiritual da nossa

> sociedade.
>
> Em verdade, devemos reinventar o paradigma de nossa existência para construir uma nova civilização, uma civilização que permitirá às nações e aos Estados desenvolverem-se juntos, de forma pacífica e democrática, e que permitirá a coexistência harmônica entre o homem e a natureza, ou, pelo menos, evitar um confronto desastroso. […]
>
> Falo de uma transição para uma nova civilização, mas acredito que esta transição já começou, sob a pressão de profundas modificações que estão remodelando a nossa civilização. […]
>
> Para retornar ao assunto, permita-me dizer que uma mudança de civilização, novos valores e um novo modo de vida serão necessários para realmente resolver os problemas de nosso meio ambiente, para superar a crise ecológica.[1097]

Notaremos que a Fundação Gorbachev, naturalmente muito próxima do *State of the World Forum*, fundado e presidido pelo próprio Gorbachev, colabora com o ISSC para a integração européia, o desarmamento e "as novas civilizações relacionadas com a construção de uma comunidade mundial".[1098] Pio XI já nos avisara: "Em breve, pretende-se introduzir uma nova era, inaugurar uma nova civilização resultante de uma evolução cega".[1099]

Al Gore, o vice-presidente americano, defende também uma mudança de civilização.

> Na luta diária a que se entrega uma civilização moderna, cada vez mais ávida, e um ecossistema estabelecido há muito tempo, o ecossistema perde todas as vezes, ou quase todas as vezes.[1100]

> Nosso sistema ecológico está sujeito a terríveis ameaças, como se ele fosse esmagado pela superfície dura de uma civilização cuja aceleração escapou de qualquer controle.[1101]

> Se não optarmos por uma transformação radical da nossa civilização e da nossa maneira de pensar a relação entre a espécie humana e a Terra, nossos filhos herdarão apenas uma imensa lata de lixo planetária.[1102]

> Assim, a esperança para todos nós reside, talvez, na nossa capacidade de adaptação para reencontrar uma percepção correta de nós mesmos como civilização verdadeiramente planetária: uma civilização dotada de um senso de responsabilidade maduro o suficiente para criar uma relação nova e bem sucedida com a Terra.[1103]

> O desafio que nos é proposto é o de alcançar o mais rapidamente a mudança indispensável da nossa maneira de pensar nossa relação com o meio ambiente, para permitir a instauração de um novo equilíbrio no nosso sistema de civilização – antes que o sistema ecológico do planeta tenha perdido o seu.[1104]

> Todos nós temos o dever de unir esforços para modificar os fundamentos da nossa civilização.[1105]

> É por isso que eu tento convencê-lo a tomar parte, por si mesmo, das grandes mudanças às quais nossa civilização deve ser submetida.[1106]

Newt Gingrich, chefe da maioria republicana no Congresso americano, prefacia o livro de Alvin e Heidi Toffler, intitulado *Criar uma nova civilização: a política da Terceira Onda.* Esse livro é para ele "um esforço para autorizar cidadãos como você a dar um passo e começar a inventar a civilização da Terceira Onda".[1107] Alvin Toffler, conselheiro do presidente Clinton, é um "intelectual" muito influente nos Estados Unidos. Auto-intitulando-se "futurólogo", ele é, efetivamente, considerado como um oráculo, pelo menos pelos meios de comunicação. Segundo ele, a Terceira Onda sucede as duas primeiras: a revolução agrícola e a revolução

industrial. O parentesco entre as suas idéias e as teses da Nova Era, confirmado pela citação a seguir, merece ser ressaltado. A revolução industrial foi uma data importante na descristianização. O paganismo associa a revolução agrícola com a instauração dos mistérios de Elêusis.[1108] A versão pagã, que apresenta a agricultura como dom de Deméter, está em contradição com o relato do Gênesis (3, 17-18; 4, 1) que faz de Caim o primeiro agricultor – e o primeiro construtor de cidade.

> Assistimos ao nascimento de uma civilização e, por toda parte, cegos se esforçam para sufocá-la no ventre. Esta nova civilização traz os traços de novos modelos de estrutura familiar, ela modifica nossos modos de trabalhar, de amar e de viver; ela instaura uma nova ordem econômica, faz surgir novos conflitos políticos e também – e sobretudo – anuncia o advento de uma **nova consciência**.
> A humanidade se prepara para dar um salto quântico adiante. Ela é confrontada com as grandes mudanças sociais e com o mais brutal processo de restruturação criativa de todos os tempos. Inconscientemente, estamos em via de edificar, **a partir do zero**, uma civilização sem precedentes. Esse é o significado da Terceira Onda.
> Até o momento, a espécie humana havia conhecido duas grandes ondas de mudança, cada uma tinha abolido, em grande medida, culturas ou civilizações anteriores, às quais tinham substituído modos de vida inconcebíveis para as gerações precedentes.[1109]

> Em outras palavras, o ponto de partida deste trabalho pode ser resumido assim: somos a última geração de uma civilização velha [cristã] e a primeira geração de uma nova.[1110]

> Se começamos a trabalhar sem demora, poderemos, nós e nossos filhos, participar desta tarefa glorificante: a reconstrução, não apenas de nossas estruturas políticas obsoletas, mas da própria civilização.[1111]

Para finalizar com os projetos de criação de uma nova civilização, é preciso citar um texto de Samuel Huntington, um dos três autores do já citado relatório da Trilateral, intitulado *The Crises of Democracy*. Ele escreveu na *Foreign Affairs*, a bastante influente revista do Council on Foreign Relations (CFR):

> Em 1991, um dos principais conselheiros do presidente [mexicano] Carlos Salinas de Gortari me expôs com detalhes todas as reformas que o governo Salinas estava em via de efetuar. Quando ele terminou, eu fiz a ele a seguinte observação: 'É muito impressionante. Parece-me que vocês querem transformar o México, um país da América Latina, em um país da América do Norte'. Ele me olhou surpreso e me disse: 'Exatamente. É precisamente isso que pretendemos fazer, mas, certamente, jamais poderemos reconhecer isso publicamente'. Essa afirmação mostra que, no México como na Turquia, os segmentos importantes da sociedade resistem a uma redefinição da identidade de seus países.[1112], [1113]

Uma cultura ecológica

Uma das causas da crise ecológica seria de ordem natural. Já citamos aqui o relatório publicado pelo ISSC, enumerando entre os elementos fundamentais agindo sobre os sistemas naturais, os "fatores psicológicos, culturais, econômicos e históricos que motivam [os] atos [dos homens]; e, nos âmbitos cultural, social, econômico e político, as estruturas, instituições, normas e leis que dão forma e canalizam os comportamentos".[1114] Portanto, os imperativos ditados pelo meio ambiente devem ser integrados em uma cultura ambiental.

> Um projeto de pesquisa e experimentação deveria ser organizado para identificar os elementos de bases teóricas e práticas de educação ambiental. Poderia ser dirigido por um grupo de especialistas da UNESCO e do UNEP, e também pela Sociedade Internacional para a Educação Ambiental (ISEE). Esse projeto deveria incluir: (a) os conceitos de base de uma cultura ecológica; (b) uma abordagem ética e jurídica da sociedade e da natureza, da guerra e da paz; (c) uma abordagem da evolução econômica da utilização dos recursos naturais; e (d) uma abordagem psicológica e pedagógica da educação de todas as camadas da sociedade e em todos os setores. (UNESCO)[1115]

A Conferência de Estocolmo propõe ações mais precisas:

> É preciso, no entanto, insistir no papel importantíssimo que os Estados podem desempenhar no desenvolvimento de uma convivência harmoniosa. O Estado pode dar exemplo nos âmbitos da criação arquitetônica e artística, com a edificação de monumentos públicos e edifícios de uso social que poderiam ser de alta manifestação cultural, e pelo impulso que poderia dar por todas as formas de comunicação social: rádio, televisão, cinema, teatro, cerimônias públicas, que permitiriam uma impregnação artística e cultural constante. (Conferência de Estocolmo)[1116]

> O conhecimento dos modos de formação de atitudes [ecológicas] é decisivo para compreender como elas podem mudar. As ciências cognitivas enfatizam cada vez mais a maneira como o contexto cultural molda as atitudes. (ISSC)[1117]

Todas essas propostas se incluem na “civilização global”[1118] elaborada por diversas instituições internacionais. A cultura ecológica, sendo apenas um elemento, não podemos expô-la aqui. As considerações posteriores sobre a concepção do homem, do mundo e de suas religiões, e sobre as perspectivas religiosas e éticas, permitirão isolar certos elementos fundamentais.

1055. *Religion and Empire*, op. cit., p. 4.
1056. *Ibid.*, p. 8.
1057. *Ibid.*, p. 214.
1058. *Ibid.*, p. 109.
1059. *Ibid.*, p. 180.
1060. *Ibid.*, p. 183.
1061. *Ibid.*, p. 44.
1062. *Ibid.*, p. 91.
1063. *Ibid.*, p. 38, 182.
1064. *L'université est-elle menacée? [A universidade está ameaçada?]*, Nova Iorque, Nações Unidas, 1987, INF/86/9, p. 117.
1065. Carnes Lord, Frank R. Barnett, *Political Warfare and Psycological Operations*, New York, National Defense University Press, National Strategy Information Center, 1989. Ver também: Jacques Isnard, L'armée française gagnée par l'action psycologique [O exército francês venceu pela ação psicológica], *Le Monde*, 22 de abril de 1998, p. 14.
1066. *Political Warfare and Psycological Operations, op. cit.*, p. 114, 115.
1067. Sobre os conceitos de insurreição espiritual e comercial, ver: Steven Metz, *The Future of Insurgency*, Carliste Barracks, PA: U.S. Army War College, Strategic Studies Institute, 1994.
1068. Steven Metz, James Kievit, *The Revolution in Military Affairs and Conflict Short of War*, Carliste Barracks, PA: U.S. Army War College, Strategic Studies Institute, 1994, p. 4.
1069. Al Gore, *Sauver la planète Terre [Salvar o planeta Terra], op. cit.*, p. 264, 265.
1070. Mikhail Gorbatchev, *Perestroïka*, *op. cit.*, p. 12.
1071. *Ibid.*, p. 90. Em itálico no texto.
1072. Euvgeny Nokikov, Patrick Bascio, *Gorbachev and the Collapse of the Soviet Communist Party, op. cit.*, p. 54. Grifos nossos. [Após a dissolução do *Komintern* em 1943 – Internacional Comunista –, que tinha o propósito de reunir, sob a orientação de Moscou, todos os partidos comunistas do mundo, criou-se o *Kominform* – Bureau de Informação Comunista –, um tipo de agência de inteligência, também sob a orientação do Kremlin – NT].
1073. Edouard Chevardnadzé, *L'avernir s'écrit liberté, op. cit.*, p. 163, 164. Grifos nossos. [Antes da chegada de James Baker, as "*negociações focavam-se em quatro grupos de problemas: desarmamento, conflitos regionais, direitos do homem e relações bilaterais*". *Ibid.* – NT].

1074. *Ibid.*, p. 106. Grifos nossos.
1075. *Ibid.*, p. 126, 127, 129.
1076. *Literatournaia Gazeta*, 13 de julho de 1988. Citado por Françoise Thom, *Le moment Gorbatchev [O momento Gorbachev], op. cit.*, p. 201.
1077. Anatoliy Golitsyn, *New Lies for Old, op. cit.*, p. 48.
1078. *Ibid.*, p. 68.
1079. *Ibid.*, p. 83.
1080. *Ibid.*
1081. *Ibid.*, p. 40.
1082. E.E. Sampson, *Justice and the critique of pure psychology*, New York, Plenum, 1983, p. 128.
1083. *Ibid.*
1084. *Ibid.*, p. 128, 129.
1085. *Ibid.*, p. 129.
1086. *Ibid.*
1087. *Ibid.*, p. 130.
1088. *Ibid.*, p. 137.
1089. *La contribuition des religions à la culture de la paix*, Barcelona, UNESCO, 1994, p. 135. Grifos nossos.
1090. *Tendences de l'éducation relatives à l'environnement [Tendências da educação relativa ao meio ambiente]*, Paris, UNESCO, 1977, p. 18, 19.
1091. *Aspects éducatifs, sociaux et culturels des problèmes de l'environnement et questions de l'information*, Nações Unidas, Assembléia Geral, Estocolmo, 5-16 de junho de 1972, A/CONF.48/9, p. 8 e 12.
1092. Jean-Jacques Sévilla, Le forum écologique de Rio se termine dans le pessimisme et l'indifférence, *Le Monde*, 21 de março de 1997, p. 34.
1093. *Ibid.*
1094. Mikhail Gorbachev, *The Search for a New Beginning, op. cit.*, p. 2-3.
1095. *Ibid.*, p. 68 sq. Em itálico no texto original.
1096. Ariane Chemin, La lutte de classes remplacé par "l'intervention citoyenne" [A luta de classes substituída pela "intervenção cidadã"], *Le Monde*, 19 de dezembro de 1996, p. 6.
1097. Mikhail Gorbachev, Toward a New Civilization, *in 1995 Final Report*, State of World Forum, São Francisco, 1995, p. 39 sq.
1098. *International Social Science Council 1992-1993*, Paris, ISCC, 1993, p. 30.
1099. Pio XI, *Divini Redemptoris*, Saint-Céneré, Editions Saint-Michel, §12, p. 12.

1100. Al Gore, *Salver la planète Terre [Salvar o planeta Terra], op. cit.*, p. 114.
1101. *Ibid.*, p. 45.
1102. *Ibid.*, p. 153.
1103. *Ibid.*, p. 192.
1104. *Ibid.*, p. 48.
1105. *Ibid.*, p. 20.
1106. *Ibid.*, p. 22.
1107. Alvin e Heidi Toffler, *Créer une nouvelle civilisation : la politique de la Troisième Vague*, Paris, Fayard, 1995, p. 17.
1108. Culto às deusas agrícolas Deméter e Perséfone, celebrado em Elêusis, na Grécia Antiga. Compreendia a realização dos Grandes Mistérios, de caráter religioso e iniciático, relacionados a ensinamentos secretos sobre a natureza – NT.
1109. *Ibid.*, p. 19-20. Grifos nossos.
1110. *Ibid.*, p. 22.
1111. *Ibid.*, p. 159.
1112. Samuel P. Huntington, The Clash of Civilization?, *Foreign Affairs*, vol. 72, nº 3, p. 43, Nova Iorque.
1113. Sobre a abordagem mundialista nas questões de civilização, é importante concultar *The Clash of Civilizations? The Debate. A Foreign Affairs Readers*, New York, *Foreign Affairs*, 1993.
Para textos de menor autoridade, mas não menos reveladores da difusão dessas idéias nos partidos políticos ecológicos, ver para a França: Christian Brodhag, *Les quatre vérités de la planète [As quatro verdades do planeta], op. cit.*, p. 34, e para Alemanha: Rudolf Bahro, *Building the Green Movement [Criando o movimento verde]*, Londres, GMP, 1986, p. 12.
Nota-se, enfim, que o Pacto Sinárquico revolucionário se dava pelo objetivo de “relançar poderosamente o império francês diante dos povos do mundo, nas intermináveis estradas da civilização universal” (I, 11).
1114. Harold K. Jacobson, Martin F. Prise, *A Framework for Research on the Human Dimensions of Global Environmental Change, op. cit.*, ISSC/UNESCO, p. 18. Ver também Robert M. Worcester and Samuel H. Barnes, *Dynamics of Societal Learning About Global Environmental Change*, ISCC/UNESCO Series: 4, Paris, ISSC/UNESCO, 1991, p. 17.
1115. *Internacional Strategy for Action in the field of Environmental Education and Training for the 1990s, op. cit.*, UNESCO, p. 9. Texto reimpresso em: *Environmental Education: Selected Activities of UNESCO-UNEP internacional*

Environmental Education Programme 1975-1990, UNESCO-UNEP Internacional Environmental Programme (IEEP), Paris, UNESCO, 1990, ED-90/WS-41, p. 58.

1116. *Aspects éducatifs, sociaux e culturels des problèmes de l'environnement et questions de l'information,* Nações Unidas, Assembléia Geral, Estocolmo, 5-16 de junho de 1972, A/CONF.48/9, p. 24.

1117. Roberta Balstad Miller, Harold K. Jakobson, *Research on the Human Component of Global Change: Next Steps*, Discussion Paper 1, Barcelona, ISCC, sem data (1992?), p. 16.

1118. Ver sobre o assunto: *Relatório final*, Congresso Internacional sobre a Paz nos espíritos dos homens, 26 de junho – 1º de julho de 1989, Yamoussoukro; Paris, UNESCO, p. 36 sq. E *La contribution des religions à la culture de la paix, op. cit.*, UNESCO, p. 7, 9, 236, 237.

CAPÍTULO VI

MUDANÇA DE PARADIGMA,
OU
A POLÍCIA DO PENSAMENTO

Sabemos que a Nova Era trabalha por uma mudança de paradigma que nos faria passar de uma visão local, "paroquiana", a uma visão holística, global e sistêmica.

> *Holismo e teoria dos sistemas* […]
> A Teoria Geral dos Sistemas afirma que toda variável, em qualquer sistema, interage de maneira tão íntima com as outras que é impossível separar a causa do efeito. Uma mesma variável pode ser, ao mesmo tempo, causa e efeito.[1119]

Não caberá a esta obra detalhar as relações – bastante reais – entre a ecologia globalista e a Nova Era. Entretanto é preciso traçar aqui, brevemente, a crítica da perspectiva holística. Com efeito, suas conseqüências, as modificações a que ela induz na concepção do homem, do universo e suas relações, se repercutem nos campos religioso e ético, já investidos de uma perspectiva globalista.

Seguiremos, nesse caso, a teologia segura e límpida de Santo Tomás, que refuta luminosamente as elucubrações revolucionárias. Para ele, também, o todo é superior à soma de suas partes. A multiplicidade e variedade das

criaturas, tomadas em seu conjunto, todo o universo ordenado, representam o Criador mais perfeitamente do que cada criatura isolada.

> Deus, por conta de sua bondade, deu o ser às coisas; Ele quis comunicar Sua bondade a elas, e nelas representá-la. E como uma só criatura não bastaria para tanto, Ele produziu diversas e múltiplas criaturas, a fim de que aquilo que faltasse a uma para representar a divina bondade pudesse ser suprida por uma outra. Assim, a bondade que em Deus é simples e uniforme, é na criatura múltipla e fragmentada. De tal modo que o universo inteiro participa na bondade divina, e a representa mais perfeitamente que qualquer outra criatura.[1120]

> [F]oi, pois, necessário ter havido multiplicidade e variedade nas coisas criadas, para que nelas houvesse, a seu modo, perfeita semelhança de Deus.[1121]

> Deus fez o conjunto do universo excelente, tanto quanto o comporta cada criatura; mas não cada criatura particular.[1122]

Essa é, portanto, a ordem do universo desejada por Deus:

> [A]quilo que há de melhor nas coisas é o bem da ordem universal […]. É portanto a ordem do universo que é propriamente desejada por Deus.[1123]

> O bem do todo consiste na integridade que resulta da ordem e da composição das partes.[1124]

O indivíduo estabelece a mesma relação com a sociedade que uma parte com seu todo, um membro com seu corpo.

> Ora, essa subordinação existe entre a parte e o todo, e portanto toda parte, naturalmente, está subordinada ao bem do todo. Eis porque, se revela necessário à saúde do corpo humano cortar um membro que está infectado e

> corrompe os outros; uma tal amputação será indiscutivelmente legítima e oportuna.
> Mas todo indivíduo está, ante a sociedade da qual ele é membro, em similar relação que uma parte com seu todo.[1125]

Esses textos não defendem, contudo o paradigma do globalismo e da Nova Era. Primeiramente, vimos que os problemas globais e sistêmicos que ameaçam o bem comum e sobre os quais a propaganda globalista se apóia, são por vezes exagerados e por vezes grosseiramente falsificados. Além disso, já mostramos – e voltaremos ao assunto, que eles estão a serviço da instauração de um sistema totalitário e de uma revolução institucional, religiosa, ética, política, econômica etc., que visa não ao bem, mas ao mal comum.[1126] Ora, Santo Tomás não justifica de modo algum a tirania. Para ele, a "realeza [temperada pela aristocracia e pela democracia] é a melhor forma de governo, conquanto permaneça sã; mas ela pode facilmente se degenerar em tirania".[1127] "Se a realeza é a melhor forma de governo, a tirania é sua pior forma de degeneração".[1128] É preciso considerar, sobretudo, que a perspectiva de Santo Tomás não se limita à ordem do universo material tal qual o fazem os globalistas.

> Enfim, Santo Agostinho, ao comentar essas palavras de São João: 'Ele fará obras ainda maiores do que esta', afirma que 'é maior obra fazer de um ímpio um homem justo do que criar o céu e a terra'. […]
> [Ele] acrescenta: 'pois o céu e a terra passarão, mas a salvação e o julgamento dos predestinados permanecerá por toda a eternidade'. […]

> O bem do universo é superior ao bem particular de um indivíduo, quando estamos a tratar do mesmo tipo de bem. Contudo **o bem da graça de um único indivíduo é superior ao bem natural de todo o universo**.[1129]
>
> Por onde, eliminada esta opinião como errônea, devemos considerar que a totalidade do universo se constitui de todas as criaturas, como o todo das partes. Se porém quisermos determinar o fim de algum modo e das suas partes, descobriremos, primeiro, que cada parte é para os seus atos, assim, os olhos, para ver; segundo, que a parte menos nobre é para a mais nobre, assim, os sentidos para o intelecto, o pulmão para o coração; terceiro, todas as partes são para a perfeição do todo, assim, a matéria para a forma, pois as partes são quase a matéria do todo; e por fim, o homem total é para algum fim extrínseco, a saber, para gozar de Deus. Por onde, também nas partes do universo cada criatura é para o seu próprio ato e perfeição; segundo, as criaturas menos nobres para as mais nobres, como as criaturas inferiores do homem são para este; depois, cada criatura é para a perfeição de todo o universo; e por fim, todo o universo, com as suas partes, se ordena para Deus como para o fim, enquanto nelas, por uma certa imitação, é representada a bondade divina, para a glória de Deus. Mas, além disso, as criaturas racionais, de certo modo especial, têm Deus como fim porque podem alcançá-lo pelas suas operações, conhecendo e amando. E assim é claro que a bondade divina é o fim de todos os seres corporais.[1130]

A passagem que trata da ordem do universo, que pareceria justificar uma ordem tirânica e submeter totalmente o indivíduo à sociedade, é então equilibrada pela busca da salvação, que “tem por objeto particular o indivíduo”,[1131] carece de sua colaboração individual, não toca em grande parte à sociedade e “é superior ao bem natural de todo o universo”. Não é necessário dizer que tal equilíbrio inexiste tanto no globalismo quanto na “espiritualidade” holística, que tudo submete à natureza. O homem não pode ser considerado apenas como membro da natureza. A negação de seu fim último, que

faz dele “apenas mais uma espécie entre as outras”, nos conduz logicamente ao panteísmo e ao totalitarismo político e econômico (sob a forma modernizada do socialismo de mercado não-aversivo). Ainda que a idéia do homem como um “membro” do meio ambiente natural não seja em si criticável, é grande o risco de pecarmos por omissão ao nos calarmos, abrindo a porta ao totalitarismo. Essas considerações se traduzem politicamente ao observarmos que o globalismo insiste, exclusivamente, quanto à dependência do indivíduo para com a sociedade, omitindo deliberadamente sua liberdade (que, teologicamente, deve estar orientada em direção ao seu fim último).

Também é possível notar, e isso é de importância *capital*, que a realidade da ordem do universo não nos conduz absolutamente a que todos estejam materialmente conectados, nem que haja unidade material (ou substancial) entre todas as coisas.

Paradigma holístico

Devemos agora apresentar as concepções de homem, mundo e natureza tal qual os globalistas pretendem impor. Trata-se, sem sombra de dúvida, do elemento central da nova civilização e nova cultura. As concepções religiosas, éticas, culturais, institucionais e políticas, econômicas, etc. da ideologia globalista decorrem daí

forçosamente. É preciso, portanto, que nos demoremos nesse assunto.

O fato de se centrar o foco das atenções sobre problemas globais e sistêmicos, teorias do caos e de sistemas, permite que se negue o indivíduo ou a parte em função do todo, conservando-se apenas, na melhor das hipóteses, suas relações mútuas. Aplicada ao domínio político e econômico, essa visão, esse novo paradigma conduz ao totalitarismo e ao coletivismo. No campo religioso, ao panteísmo. O capítulo dedicado à reforma institucional mostrou como a perspectiva holística justificaria um totalitarismo global. Um próximo capítulo mostrará como ela também pode fundar um totalitarismo de pequenas proporções no seio das pequenas comunidades ecológicas. Trataremos posteriormente das conseqüências religiosas e econômicas. As páginas a seguir buscarão apenas expor a influência desse novo paradigma sobre as instituições internacionais e os órgãos de comunicação a elas subordinados. É importante guardar em mente, ao ler os textos que se seguem, que a perspectiva holística serve de justificativa a um processo totalitário. Antes de apresentá-los, e para que possamos julgá-los sob um ponto de vista cristão, lembremos aqui alguns versículos do Gênesis referentes ao pecado original, à queda e à expulsão do Paraíso.

> Javé Deus disse para o homem: ‘Já que você deu ouvidos à sua mulher e comeu da árvore cujo fruto eu lhe tinha proibido comer, maldita seja a terra

por sua causa. Enquanto você viver, você dela se alimentará com fadiga.
‘A terra produzirá para você espinhos e ervas daninhas, e você comerá a erva dos campos.
‘Você comerá seu pão com o suor do seu rosto, até que volte para a terra, pois dela foi tirado. Você é pó, e ao pó voltará’.
O homem deu à sua mulher o nome de Eva, por ser ela a mãe de todos os que vivem.
Javé Deus fez túnicas de pele para o homem e sua mulher, e os vestiu.
Depois Javé Deus disse: ‘O homem se tornou como um de nós, conhecedor do bem e do mal. Que ele, agora, não estenda a mão e colha também da árvore da vida, e coma, e viva para sempre’.
Então Javé Deus expulsou o homem do Jardim do Éden para cultivar o solo de onde fora tirado.[1132]

Carta Mundial para a Natureza
A Assembléia Geral [da ONU], […]
Consciente de que:
(A) A humanidade é parte da natureza e a vida depende do ininterrupto funcionamento dos sistemas naturais que são a fonte do abastecimento de energia e nutrientes,
(B) A civilização está enraizada na natureza, que moldou a cultura humana e influenciou toda a realização artística e científica, e é vivendo em harmonia com a natureza que o homem encontra as melhores oportunidades para o desenvolvimento de sua criatividade, bem como para o repouso e o lazer.
Convencidos de que:
(A) Toda forma de vida é única e merece ser respeitada, independentemente de sua utilidade ao homem, e, a fim de reconhecer tal valor intrínseco aos outros organismos, o homem deve ser guiado por um código moral de ação […]. (ONU)[1133]

Em um dado momento de nossas discussões fez-se claro que a proteção do meio ambiente nos permitiria pôr em prática as ações mais urgentes referentes à percepção global e renovada [maçônica] da humanidade moderna. Hoje mais do que nunca, face às poluições e ataques de toda ordem ao seu meio ambiente, o homem percebe sua dependência do meio natural […]. As conseqüências de uma concepção meramente quantitativa do desenvolvimento, somada às novas doenças, catástrofes ecológicas,

serviram de alarme para nos voltarmos à necessidade de se redefinir as relações do homem com seu meio natural; essa pesquisa faz parte de uma empreitada comum rumo a um novo humanismo. A maioria dos países já integra a proteção do meio ambiente no conteúdo de suas mensagens educacionais, e parece que, especialmente nesse ramo, a solidariedade e cooperação são indispensáveis para a eficácia das ações empreendidas. A proteção do meio ambiente é, portanto, um tema comum e unificador. (UNESCO, Conferência dos Ministros da Educação)[1134]

A educação ambiental era o **meio** de se alcançar uma nova ética. Do indivíduo à comunidade internacional como um todo, independente de idade, situação geográfica, meio cultural ou grupo intelectual, uma nova tomada de consciência quanto à relação mútua complexa e dinâmica entre o homem e a **totalidade** de seu meio ambiente, afirmada na Conferência de Tbilissi [conferência intergovernamental organizada pela UNESCO com a cooperação do PNUE], poderá permitir que as pessoas compreendam a natureza complexa dos problemas ambientais que resultam de uma interação de fatores biológicos, culturais, econômicos, físicos e sociais. Era preciso fornecer aos indivíduos e às comunidades os meios de compreender a interdependência entre esses diversos elementos no espaço-tempo, afim de favorizar uma melhor utilização dos recursos. […]
Antes de mais nada [a educação ambiental] busca melhorar a existência da **totalidade** dos seres vivos. (UNESCO, PNUE)[1135]

É urgente que cada um de nós desenvolva uma abordagem ética de caráter holístico no que tange às nossas relações com a Terra. […] A Terra designa aqui todos os elementos de nosso meio ambiente global, vivos ou não, naturais ou influenciados pelas atividades humanas, incluindo todas as pessoas do planeta. (UNESCO, UNEP)[1136]

Tem ficado cada vez mais claro que grande parte desses problemas fundamentais [ecológicos] estão interconectados, pois os processos físicos, químicos e biológicos interagem, e também porque uma única atividade humana pode contribuir com diversos desses processos. A política ambiental deve evidentemente ser elaborada de acordo com uma tal concepção holística do homem e de seu meio ambiente. (SCOPE/ICSU)[1137]

No que toca ao espaço, o aprendizado global pede que se aplique uma perspectiva mundial ou planetária que transcenda o mero paradigma internacional. A perspectiva espacial é pertinente, pois a imagem da Terra como uma nave espacial, que combina a idéia do planeta Terra como um ‘mundo’ com o reconhecimento da necessidade de uma gestão planetária, vai além deste planeta, incluindo tudo aquilo que possa ser afetado pela humanidade. Como o contexto é planetário, o interesse se volta às questões globais que afetam todos os povos, todas as comunidades bem como todas as formas de vida do planeta e, em última análise, sua capacidade de suportar a vida.

Desse modo, o aprendizado em nível global requer uma abordagem holística do ensino. (Universidade das Nações Unidas)[1138]

Para tentar resolver os problemas ambientais, é preciso submetê-los a uma análise profunda. Com freqüência esses problemas foram abordados de maneira pontual, um por um, ao invés de serem integrados numa perspectiva holística. (UNESCO, Conferência de Tblissi)[1139]

Adotando uma visão holística fundada sobre uma abordagem interdisciplinar, [a educação ambiental] recria uma visão de conjunto conforme a realidade de interdependência do meio natural e do meio criado pelo homem. […] Ela mostra a interdependência existente entre as comunidades nacionais, bem como a necessidade de uma solidariedade na escala da humanidade como um todo. (UNESCO, Conferência de Tbilissi)[1140]

[…] Considerando que as causas da crise ecológica devam ser buscadas mais a fundo – em alguns aspectos - nos próprios fatores socioeconômicos, ou seja:

- numa concepção ética equivocada da relação entre a humanidade e a natureza; (UNESCO, Conferência de Tbilissi)[1141]

O campo a ser explorado [para que se tenha êxito nessa ‘necessária transformação radical das filosofias da educação’] é imenso tanto em extensão quanto na multiplicidade de seus aspectos, e é importante abordá-lo com um espírito holístico, que enxergue como um todo indissociável o ser humano e os diversos componentes de seu ambiente físico e cultural. Só assim será possível perceber as interações complexas - e amiúde secretas – que compõem a trama das preocupações humanas. (UNESCO)[1142]

E é fácil descobrirmos, por detrás da ação das empresas e Estados, por detrás das práticas dos pesquisadores, dos modelos produtivistas de desenvolvimento que continuam a nos inspirar, por detrás mesmo da idéia que temos de progresso, uma ideologia bastante particular referente às relações dos homens entre si e com seu ambiente, segundo a qual o homem estaria acima da natureza e fora dela, e destinado a escravizá-la, modelá-la e até mesmo a destruí-la. (UNESCO)[1143]

A ecologia profunda se opõe à ecologia reduzida a mero aparelho de procedimentos políticos e ações técnicas; a ecologia profunda implica uma reforma das atitudes, dos comportamentos e da visão de mundo. (UNESCO) [1144]

Ao formularmos os direitos humanos com vistas a um ambiente pacífico, tendemos a pensar nos direitos de um homem tomado individualmente, quando na verdade deveríamos concebê-lo como elemento de um sistema ecológico. Tendemos a nos focar em sua posição de detentor de direitos humanos num ambiente pacífico, quando deveríamos partir do fato de que seus direitos ambientais são temperados pelos interesses e direitos dos outros setores ecológicos envolvidos. Isso se apóia no princípio fundamental segundo o qual o homem não goza de um *status* superior ao do resto da natureza que o autorize a explorar, para seu próprio benefício, o biossistema ecológico arriscando destruí-lo ou degradá-lo definitivamente. Na verdade, ele é apenas mais um elemento do biossistema ecológico, igual aos outros elementos. É verdade que o homem ocupa uma posição mais elevada na árvore da evolução, mas isso apenas lhe confere uma maior responsabilidade para com os componentes não humanos da família ecológica. Como ele é deles seu representante moral, tem o dever de fazer valer e defender os direitos dos outros moradores do planeta. Ao adotarmos essa abordagem, não mais concebemos o meio ambiente de maneira antropocêntrica. O homem é assim visto como um elemento do meio ambiente, ele mesmo composto de diversos modos de existência interdependentes que operam segundo seus próprios sistemas de valores e suas próprias nuances tonais, e que formam a totalidade do sistema ambiental. Esses diversos modos de existência constituem, em função de sua interdependência, um todo orgânico protagonizado pela própria Natureza que, dessa forma, pode ser concebida como um vasto conjunto de

destinos em interação, destinos entrelaçados. (Universidade das Nações Unidas)[1145]

É por isso que penso que é chegada a hora de lançar um vasto programa de pesquisa de nossa própria natureza, de nossas necessidades autênticas – bem diferentes, é claro, das necessidades fictícias que tentaram nos inculcar nos últimos tempos – e extrair daí os componentes essenciais que interessem ao homem. […]

O homem permaneceu cortado, por assim dizer, da natureza. (UNESCO)[1146]

É de vital importância, para o sucesso de todos os esforços ambientais que vêm sendo empreendidos em âmbito nacional e internacional, que recursos apropriados sejam disponibilizados para as atividades que facilitarão o desenvolvimento de uma consciência ambiental global. (ONU, Conferência de Estocolmo)[1147]

A partir do Espaço, podemos observar a Terra e estudá-la como um organismo cuja saúde depende daquela de todos os seus elementos. (CMED)[1148]

Esse novo espírito deve inspirar a maneira como os seres humanos vêem as coisas, as plantas, os animais, desde um copo d'água descartado após um pequeno gole até os animais cujas espécies correm risco de extinção. (Conferência do Rio, Boutros-Ghali)[1149]

Nossa geração viu o planeta a partir do Espaço. Pudemos conhecer sua beleza, e compreender sua fragilidade. Sabemos que a natureza faz parte de nós, como nós fazemos parte da natureza. […]

Nossas populações autóctones dependem do meio ambiente como fonte de alimento espiritual e bem estar material. […]

O que compõe nossa história é nossa interdependência com um território vasto e por vezes implacável, mas sempre soberbo e generoso. (ONU, Conferência do Rio)[1150]

Os seguintes fatores ficaram claros após o debate: […]

*a atitude de dominação assumida pelo homem diante da natureza e seus recursos, atitude essa que prevalece com maior freqüência, ainda que algumas civilizações, especialmente as africanas, dêem prova de uma outra concepção dessas relações. (UNESCO)[1151]

[As populações autóctones] desenvolveram, ao longo de muitas gerações, um conhecimento científico tradicional e holístico de suas terras, de seus recursos naturais e de seu ambiente. (ONU, Conferência do Rio)[1152]

Chegamos ao ponto de nos conceber como entes separados da natureza. Perdemos nossa relação pessoal e direta com o ambiente natural que nos suporta. (Alguns aborígenes constituem exceção a essa regra, mas seu número diminui a cada ano). (UNEP)[1153]

Diversos participantes evocaram, quanto a isso [a saber, o espírito de paz], uma reestruturação espiritual do mundo. Um dos participantes inclusive ressaltou a profunda relação entre paz e paz religiosa, outro referiu-se a uma mudança de paradigmas, tal como sugere a análise contida no relatório Brundtland. Um terceiro integrante lembrou o conceito de 'noosfera' [englobando a biosfera e a consciência humana] elaborado por Teilhard de Chardin. (UNESCO)[1154]

Uma nova consciência está em vias de se estabelecer no espírito de grande parte de nossos contemporâneos. Ela vem acompanhada por uma mudança de paradigma que inspira um novo modo de ver as coisas em ciência, filosofia, arte e educação. Uma nova visão holística do mundo está nascendo. (UNESCO)[1155]

Estamos assistindo, hoje em dia, a uma mudança de visão do real, à emergência de um novo paradigma de caráter interdisciplinar e transdisciplinar, que corresponde a uma nova visão do mundo e da existência. Essa nova visão, acompanhada de uma mudança de consciência, é de natureza holística. (UNESCO)[1156]

A visão ou consciência holística implica uma ampliação progressiva da consciência; esta se inicia por uma consciência pessoal, cujos aspectos egocêntricos se diluem e se abrem sob a forma de uma consciência social, mas ainda antropocêntrica, ou seja, vista por um prisma exclusivo do homem; à medida que a sociedade descobre sua interdependência da terra e de todos os seres que nela habitam, a consciência social abre-se a uma consciência planetária. Mas mesmo essa é ainda geocêntrica, ou seja, vista de uma perspectiva limitada a nosso planeta, como se ele fosse o centro do universo. A visão holística é portanto uma consciência cósmica de natureza

transpessoal, transsocial e transplanetária, que integra esses três aspectos de consciências numa percepção mais ampla. (UNESCO)[1157]

O principal objetivo é conseguir ultrapassar e dissolver o fantasma da 'separatividade'. (UNESCO)[1158]

Concepção panteísta do homem e do universo

Como as últimas citações já nos fazem entrever, estamos nos orientando em direção a uma concepção panteísta do homem e do mundo. O capítulo seguinte voltará a essa mesma concepção e desenvolverá algumas de suas conseqüências.

Um de seus aspectos principais, o respeito pela criatura, não é, contudo, digno de represália, contanto que devidamente reportado a seu criador. Santo Tomás trata freqüentemente das perfeições das criaturas e sua semelhança com o Criador.

[A] vontade divina resolveu fixar o número dos seres e conceder a cada um deles um determinado grau de **perfeição**.[1159]

[U]ma coisa, pelo simples fato de existir, assemelha-se a Deus.[1160]

[…] Deus confere a todas as coisas as perfeições e, por isso, tem ao mesmo tempo semelhanças e dissemelhanças com todas elas. Daí vem que, às vezes, a Sagrada Escritura lembra a semelhança entre ele e a criatura, como quando diz: *Façamos o homem a nossa imagem e semelhança* (Gn 1, 26). Outras vezes, porém, nega-se essa semelhança, conforme se lê no profeta: *A quem, pois, tendes feito, Deus, assemelhar-se a vós*, (Is 40, 18); e nos Salmos: *ó Deus, quem será semelhante a vós?* (Sl 82, 1).[1161]

Além disso, [de] todas as coisas que recebem de Deus o ser [e portanto toda criatura], é necessário que sejam semelhantes a ele enquanto são e são boas. [1162]

> Cada criatura tem sua natureza própria, e a mantém pelo modo especial como ela participa na semelhança da essência divina.[1163]

> Contudo, cada realidade é considerada boa também por uma semelhança da divina bondade, que lhe é inerente, que é a sua forma própria e o fundamento essencial das suas denominações.[1164]

O respeito pela natureza e pelas criaturas, no qual tanto insiste a doutrina globalista e que ressurgirá nas próximas citações, não é portanto criticável em si. Mas, para que tal veneração não desemboque em panteísmo, é absolutamente necessário que a conecte ao Criador do universo – coisa que os globalistas não fazem. Também aqui eles pecam por omissão e apóiam-se numa meia verdade ou num bem parcial para nos fazer aceitar algo de errado ou propriamente mal. Ao insistirem na perfeição das criaturas ou na ordem do universo em seu conjunto, mas desconectando esses elementos de seu Criador, e omitindo a sua dependência diante d'Ele, os globalistas terminam por sacralizar a criação e esboçam um retorno coletivo ao naturalismo e ao panteísmo.

> Tudo isso [e especialmente as decisões tomadas no Rio] criará uma base sólida para um futuro mais seguro e promissor. Nosso planeta poderá continuar acolhendo nossa espécie e as outras formas de vida que aqui habitam. (OMM, Maurice Strong)[1165]

> Não se trata, contudo, de preservar a natureza apenas para fins de desenvolvimento. Trata-se também de uma obrigação moral face aos seres vivos e às gerações vindouras. (CMED)[1166]

> 1. Todos os seres humanos pertencem inseparavelmente à natureza, sobre a qual foram erigidas a cultura e civilização humanas.

2. A vida sobre a Terra é abundante e diversa. Ela é sustentada pelo funcionamento ininterrupto dos sistemas naturais que garantem a provisão de energia, ar, água e alimento para todos os seres vivos, os quais dependem uns dos outros e do resto da natureza para sua existência, bem estar e desenvolvimento. Toda manifestação de vida sobre a Terra é única e necessária, razão pela qual devemos respeitá-las e protegê-las todas, independentemente de seu valor para o ser humano. (UNESCO)[1167]

Um reexame da história humana revela a existência de éticas ambientais integradas que dão prova de um alto nível de evolução cultural. Elas possibilitaram uma limitação do impacto das tecnologias pré-industriais sobre o meio ambiente. Em diversas culturas indígenas, por exemplo, a natureza era representada como um ser divino, tornando-se automaticamente objeto de respeito ou veneração. Em algumas culturas tradicionais, a natureza era vista como criação de Deus e deveria portanto ser utilizada com precaução e ser transmitida de forma intacta; em outras, o homem era visto como um elemento da natureza, de modo que uma boa vida seria aquela que vivida em harmonia com a natureza; em outras, ainda, a unidade de todos os seres vivos era vislumbrada em conjunto, numa atitude de respeito por todos os seres vivos. (UNEP)[1168]

Uma sociedade mais harmoniosa exige relações pacíficas e afetuosas entre o homem e o universo. Existe um certo tipo de humanismo secularizado que fere o ser humano em sua relação consigo próprio, com a natureza e com o divino. (ONU, Conferência de Copenhague)[1169]

O imperativo do desenvolvimento, da promulgação e concretização (1) de uma visão global da unidade e do caráter sagrado da criação e (2) de uma ética de justiça social e de sustentabilidade ecológica, foi sublinhada quando da Cúpula da Terra por Maurice Strong, secretario geral da UNCED:

As mudanças de comportamento e orientação que almejamos devem estar fundadas em nossos valores *espirituais, morais e éticos mais profundos*. Devemos retornar a uma ética de amor e respeito pela Terra, que os povos tradicionais conservaram no coração de seus sistemas de valores. (UNESCO)[1170]

A dicotomia radical entre matéria e espírito, corpo e alma, sagrado e profano, homem e natureza, ou criador e criação, deve ser superada para se

> permitir que valores tais como a sacralidade da Terra, a manutenção da existência, a interação benéfica entre a comunidade humana e a natureza e a reciprocidade entre a humanidade [e não o homem individualmente] e o céu recebam a importância que lhes é devida em termos de filosofia e teologia. (ONU, Conferência de Copenhague)[1171]

O apoio vindo do coro

Os excertos apresentados anteriormente, publicados todos eles por instituições internacionais, foram extraídos das melhores fontes, e são absolutamente irrefutáveis. Podemos agora apresentar alguns outros textos de autoridade mais modesta, mas que tomam toda uma outra dimensão à luz dos relatórios internacionais anteriormente citados. Encontraremos aí as concepções holística e panteísta do homem e do universo.

> Mesmo nos dias de hoje, a natureza nos impõe punições severas por nossa indiferença arrogante ante sua existência, suas leis e suas necessidades. Diante de tal situação, a humanidade deve mudar deliberadamente suas relações com o resto da natureza. A idéia que ‘a humanidade é rainha da natureza’, transmitida para a atual geração sobretudo pelo pensamento da época iluminista, é o principal pressuposto espiritual e psicológico da atual crise ecológica. *É preciso um novo paradigma que nos reconduza à realidade, e reconheça que a humanidade é uma simples parte da natureza*, que o nosso próprio futuro, nosso destino, bem como o destino do planeta, dependem de nossa atitude para com o mundo que habitamos.
>
> É chegado o momento de a humanidade aceitar a filosofia tradicional dos indígenas americanos; nós não herdamos esse planeta de nossos pais, nós os emprestamos a nossos filhos.
>
> A humanidade é uma parte da biosfera; ela e a biosfera encerram uma unidade. (Gorbatchev)[1172]

A Cruz verde internacional, organização fundada por Gorbatchev, sustenta um discurso parecido:

Nós não somos nada se apartados da comunidade dos seres vivos. A Criação não nos deve nada. Somos apenas uma parte integrante, e nossa existência depende do todo. […]

O objetivo da Cruz-Verde é tornar-se uma organização independente, transparente, capaz de agir em escala mundial, a fim de contribuir com a salvação do planeta Terra e de todas as formas de vida e dos valores inerentes a cada espécie que nele se desenvolvem. Cada parte dessa comunidade vivente é essencial para o funcionamento do conjunto.[1173]

[Esse itinerário pessoal] também me levou a empreender um projeto ainda mais ousado, a me dedicar a uma pesquisa quanto à natureza mesma de nossa civilização e sua relação com o meio ambiente em sentido lato.

O edifício da civilização atingiu um grau estonteante de complexidade. Mas quão mais complexo ele se torna, maior é nossa impressão de que estamos nos afastando de nossas raízes, que estão na terra. Em certo sentido, a civilização se envolveu num processo que a levou a abandonar seu vínculo com o mundo natural, optando por um mundo cada vez mais artificial concebido por nós mesmos, numa visão embebida de orgulho. Em minha opinião, estamos pagando um preço alto por isso. A um dado momento dessa evolução, acabamos por perder o nosso sentimento de vínculo com a natureza. E agora nos perguntamos: será que somos tão únicos e poderosos assim a ponto de podermos viver divorciados de nossa terra?. (Al Gore)[1174]

A questão mais importante não se refere a nossa ação *sobre* o meio ambiente, mas a nossa relação *com* ele. Conseqüentemente, toda solução proposta exigirá uma avaliação precisa dessa relação, bem como das relações complexas entre os diversos fatores agindo no seio da civilização, sem nos esquecermos daquelas que envolvem o sistema ecológico da Terra. (Al Gore)[1175]

A superficialidade e o ritmo frenético da civilização industrial mascaram nossa profunda solidão e ausência de comunhão com o mundo, comunhão essa que poderia nos prover coragem e desenvolver nossos sentidos pela beleza de um acesso direto à vida mesma. (Al Gore)[1176]

Quando os ecologistas afirmam que somos parte integrante da terra, não se trata apenas de uma figura de linguagem. Nosso sangue contém mais ou menos a mesma proporção de sal que os oceanos, onde nasceram as

primeiras formas de vida. Essas formas de vida trouxeram à terra um reservatório d'água proveniente desse mar, ao qual estamos química e biologicamente conectados até os dias de hoje. Não deve nos surpreender portanto que a maioria das religiões conceda à água um forte significado espiritual, desde a água do batismo cristão até à água sagrada da vida no hinduísmo. (Al Gore)[1177]

Robert Muller foi secretário geral adjunto da ONU. Em uma obra de título já revelador – *Uma nova gênese: moldar uma espiritualidade global* – ele defende a concepção holística do homem e do universo.

As Nações Unidas são muito mais do que uma simples organização política. A ONU é um paradigma, a expressão de uma evolução profunda que, em longo prazo, transformará o mundo para melhor.
Eu também poderia falar a respeito do indivíduo, da unidade de cada pessoa, da epopéia dos direitos humanos; do indivíduo, cosmos único conectado a todas as outras pessoas e a todos os elementos deste planeta. Nós somos únicos, mas somos, também, interdependentes e fazemos parte do conjunto da criação. Essa é mais uma verdade que foi proclamada por todos os grandes profetas, e que se torna clara à comunidade internacional.[1178]

Tanto a ciência quanto os ensinamentos de Buda nos falam da unidade fundamental de todas as coisas. Essa compreensão é crucial para que tomemos iniciativas positivas e decisivas no que diz respeito às preocupações ambientais globais. (Dalai Lama)[1179]

O objetivo? Trazer a todos os povos, tanto dessa quanto das próximas gerações, um bem estar geral e sustentável, numa perspectiva holística, global ou até mesmo **cósmica**. (Clube de Roma)[1180]

Passar, assim, do global ao local e do local ao global representa uma metamorfose revolucionária nos modos de pensar e refletir, cuja importância será essencial. (Clube de Roma)[1181]

É preciso conceber o homem como um ser pertencente à natureza, como a parte consciente dela, que detém a palavra, protege-a e a valoriza.[1182]

Diversos aspectos do direito internacional foram abordados pelos conferencistas. Os princípios de soberania nacional, que garantem aos Estados-nação o direito de determinar unilateralmente o destino de seus recursos biológicos no interior de cada país são um deles. […] Entretanto, ainda que os recursos biológicos devam ser protegidos, os conceitos tradicionais de propriedade devem ser estendidos para que neles se incluam preocupações quanto às espécies não-humanas e gerações futuras.[1183]

Algumas pessoas engajadas estão trabalhando com os dirigentes da comunidade internacional para adotar princípios éticos mais abrangentes do que aqueles da *Agenda 21* no tocante ao desenvolvimento sustentável. Enquanto que a *Agenda 21* parte com freqüência da hipótese que as entidades ambientais constituem um bem para o homem, destinadas a serem utilizadas pelo homem, temos por outro lado que esses princípios éticos devem reconhecer explicitamente o valor intrínseco das espécies não-humanas e os deveres para com as gerações futuras.[1184]

A história contada por Loren Eiseley em seu livro *O firmamento do tempo*[1185] nos convoca a uma nova relação com a natureza. Uma relação mais humilde e menos manipuladora. Como sugere a história, e como Holmes Rolston notou bem, torna-se cada vez mais necessário que tenhamos uma necessidade estrita de veneração e um senso de responsabilidade para com a natureza. […]

Não se trata somente de uma questão de crescimento econômico em oposição à proteção do meio ambiente; é uma questão de sobrevivência de toda forma de vida. Na realidade, os homens não estão mais isentos do risco de extinção: não apenas somos uma espécie em perigo, como também somos uma espécie perigosa. Assim, essa crise do meio ambiente necessitará ser repensada radicalmente as relações dos homens com a terra. […]

Sem um temor reverencial nem uma admiração maravilhada, se não medirmos a importância da integridade da natureza e seu valor intrínseco, tudo poderá estar perdido. Nós somos, como sugeriu Thomas Berry, um elemento de uma história universal mais ampla, e as conseqüências científicas dessa tomada de consciência, bem como a revelação que tal tomada de consciência provoca poderia forjar a veneração e a

responsabilidade necessárias para refrear nossa marcha de destruição.[1186]

No encontro de diversos campos disciplinares, [a educação ambiental] contribui não apenas para que se conheça os mecanismos biofísicos, econômicos e sociais que regem as relações do homem e seu meio, mas também ajuda a desenvolver uma moral de responsabilidade. Somente uma tal moral seria capaz de manter o frágil equilíbrio terrestre e renovar o pacto fundamental que une o homem à natureza. (Boletim Oficial da Educação Nacional)[1187]

É verdade: a natureza antecede o homem, ela está estruturalmente e cronologicamente acima do homem. (Claude Allègre)[1188]

A sabedoria helênica atinge, aqui, um de seus pontos altos. O homem está no mundo, ele é do mundo, está na matéria e é da matéria. Ele não é um estrangeiro, mas um amigo, familiar, um comensal, um igual. Ele goza de um contrato venéreo com as coisas. Muitas outras sabedorias e ciências fundaram-se, ao contrário, na ruptura desse contrato, o homem sendo tratado como estrangeiro ao mundo, à aurora, ao céu, às coisas. Ele as odeia e luta contra elas. Seu ambiente é um inimigo perigoso que deve ser combatido, mantido sob seu poder… Epicuro e Lucrécio vivem num universo reconciliado, no qual a ciência das coisas e a ciência do homem convergem numa só identidade. Eu sou o distúrbio, um turbilhão no seio de uma natureza turbulenta. (Ilya Prigogine e Isabelle Stengers)[1189]

Esqueçam, portanto, o termo meio ambiente, comum nesse contexto. Ele supõe que nós, homens, sejamos o centro de um sistema de coisas a gravitar em torno de nós, umbigo do universo, senhores e detentores da natureza. […] É preciso colocar as coisas no centro e nós na periferia, ou, melhor ainda, as coisas por toda parte, e nós dentro delas, como parasitas.
Como tal mudança de perspectiva se produziu? Pelo poder e para a glória dos homens. (Michel Serres)[1190]

É preciso portanto proceder com uma visão que desfaça o direito natural moderno, que supõe tacitamente que apenas o homem, individual ou grupalmente, possa tornar-se sujeito de um direito. A Declaração dos Direitos Humanos teve o mérito de dizer: ‘todo homem’ mas falhou ao pensar: ‘apenas o homem’ ou ‘o homem apenas’. (Michel Serres)[1191]

> A nova consciência se interessa pelas relações e elos entre as pessoas, entre as pessoas e a natureza, insistindo no caráter comunitário e complementar do mundo humano e natural. (Ervin Laszlo)[1192]

> Cada vez mais os cientistas sentem que um novo paradigma está tomando forma. […]
> Junto com o ideal de uma ciência omnisciente desaparece a descrição dualista de uma humanidade toda-poderosa dominando a terra. (Ervin Laszlo)[1193]

> Para se resolver essa situação, um esforço deliberado e bem orquestrado é necessário, um esforço que catalise a emergência de uma "tomada de consciência mundial". Trata-se de uma consciência da interdependência entre o homem e a natureza; da unidade na diversidade de toda a humanidade; do destino comum, em longo prazo, de nossas sociedades; e da aurora de uma cultura e civilização globais. (Ervin Laszlo)[1194]

> [A]cho que nós (e nossos descendentes) deverão, seguidas vezes, renunciar aos clichês inculcados em nossa consciência. Isso se reporta, em primeiro lugar, à gigantesca crise ecológica que vive toda a humanidade. As causas desse fenômeno não são meramente técnicas, mas encontram-se profundamente ancoradas na consciência de cada homem. Elas remontam ao fato que o homem se desconectou da natureza, colocando-se em oposição a ela e considerando-a como algo de hostil, como um material a ser moldado em sua empreitada de criar uma 'natureza' artificial, técnica. Renunciar a essa mentalidade é condição *sine qua non* para a sobrevivência da natureza e do homem que dela faz parte. Mas uma tal renúncia exigirá uma modificação capital na consciência da humanidade. (Igor Chafarévitch)[1195]

Talvez não seja de todo inútil lembrar, aqui, que segundo Golitsyn, antigo oficial do KGB, o conceito de "dissidente" era um produto de exportação destinado ao Ocidente, e que os verdadeiros opositores eram conhecidos sob a alcunha de "inimigos do povo", estes últimos sendo incapazes de conduzir uma brilhante

carreira universitária e acadêmica, como o fez Chafarévitch.

Trata-se antes de mais nada de uma análise do universo, no qual a espécie humana figura como apenas mais um elemento entre tantos outros. Essa perspectiva é bem sustentada pela ecologia, ciência de síntese, cujo objetivo principal é redispor cada organismo na rede de relações que assegure sua existência e o despontar de suas comunidades. (Antoine Waecther)[1196]

Etimologicamente, a palavra “meio ambiente” designa aquilo que engloba, e, nesse contexto mais especificamente, aquilo que engloba a espécie humana. Essa visão antropocêntrica conforma-se ao espírito de nossa civilização conquistadora, cuja única referência é o Homem e para a qual toda ação tende a um domínio total da Terra. A truta e o chapim-azul, a margarida e o carvalho só existiriam, assim, para a felicidade do *Homo Sapiens*, que se dá ao direito de submeter todas as espécies a seu proveito e de ocupar todo espaço. Essa concepção é um dos principais pontos de ruptura com a filosofia ecologista, que vê o ser humano como um organismo em meio a milhões de outros, e considera que todas as formas de vida têm direito a uma existência autônoma. (Antoine Waechter)[1197]

Se subsistem ainda hoje, em nossa Europa superpovoada, parcelas de natureza intacta, isso se deve à negligência ou falta de tempo do sistema, mas também porque vem nascendo no interior da sociedade um movimento de resistência, guiado pelo amor desinteressado de parte de seus membros por suas plantas e animais, que são nossos companheiros nessa nave espacial. (Antoine Waecther)[1198]

Para que se estabeleçam novas relações entre a espécie humana e o resto da esfera vivente, entre a sociedade ocidental e as outras civilizações, é necessária uma revolução das mentalidades, uma mudança de valores, das quais as instituições serão a expressão, e não o motor. (Antoine Waechter)[1199]

Desde o WWF até a Fundação Cousteau, passando pelo Greenpeace, [as ONG internacionais] participam no surgimento de uma verdadeira consciência planetária. (Christian Brodhag)[1200]

> [Os recursos naturais] pertencem somente aos seres humanos? Eles não pertenceriam também às outras formas de vida animal e vegetal? (Christian Brodhag)[1201]

> A criação de sociedades sustentáveis, humanitárias, que tomem a Terra como seu eixo, reconhece que o direito de existência de que goza a espécie humana não prevalece sobre aquele de todas as outras espécies, e que, conseqüentemente, devemos controlar nossa população e esquemas de consumo. (Christian Brodhag)[1202]

O contexto institucional em que se enquadram esses trabalhos, assim como as metodologias por eles adotadas, impede que nos demoremos sobre trabalhos universitários que não receberam nenhum respaldo oficial das instituições internacionais. Contudo a obra de Robert A. Pois intitulada *A religião da natureza e o nacional-socialismo*, interessante e criticável sob diversos aspectos, merece ser citada rapidamente à guisa de conclusão deste capítulo, que dedicou-se a tratar da concepção de mundo, da *Weltanschauung*.

> O presente trabalho trata do nacional-socialismo e a religião naturalista da qual ele deveria, segundo os membros mais importantes desse movimento, aproximar-se. Trata-se de uma religião criada em circunstâncias culturais, sociais e psicológicas que podem ser descritas como ‘alemãs’, de um modo geral. Entretanto, sua visão – a atração que ela causava sobretudo entre os iniciados – excedia, nesse sentido, as preocupações e reivindicações que se encontravam na base do apoio por ela recebido por parte do público alemão, e foi preciso guardar segredo quanto ao núcleo mesmo da religião nacional-socialista. […] Esse estudo tratará sobretudo de uma percepção da humanidade como parte integrante da natureza. Uma tal visão das coisas permite uma fusão entre idealismo e pragmatismo de maneira inédita e absolutamente eficaz.[1203]

1119. Marilyn Ferguson, *Les enfants du Verseau; pour un nouveau paradigme*, Paris, Calmann-Lévy, 1980, p. 115.
Note-se que o desaparecimento do principio de causalidade torna incompreensíveis as provas tomistas da existência de Deus.
1120. Santo Tomás de Aquino, *Suma Teológica*, I, 47, 1.
1121. Santo Tomás de Aquino, *Suma contra os Gentios*, II, 45, *Cf*. III, 97.
1122. *Suma Teológica*, I, 47, 2.
1123. *Suma Teológica*, I, 15, 2. Ver também *Suma contra os Gentios*, III, 17.
1124. *Ibid.*
1125. *Suma Teológica*, IIª IIae, 64, 2. Ver também *Suma contra os Gentios*, III, 146.
1126. Sobre o bem que sustenta o mal, ver *Suma Teológica*, I, 48, 3.
1127. *Suma Teológica*, Iª IIae, 105, 1.
1128. *Ibid*.
1129. *Suma Teológica*, Iª, IIae, 113, 9, grifo nosso.
1130. *Suma Teológica*, I, 65, 2.
1131. *Suma Teológica*, Iª IIae, 113, 9.
1132. Bíblia da CNBB, *op. cit*., Gn 3, 17-23.
1133. Charte mondiale de la nature, *Résolutions et décisions adoptés par l'Assemblée générale ao cours de sa trente-septième session*, 21 septembre 1982 et 10-13 maio 1983, Supplément nº 51 A/37/51, Résolution 37/7, New York, Nations Unies, p. 20.
1134. *Rapport Final*, Quatrième Conférence des Ministres de l'éducation des Etats membres de la région Europe, Organisée par l'UNESCO avec la coopération de la Commision économique des Nations Unies pour l'Europe, Paris, 21-27 septembre 1988, ED-88/MINDEDEUROPE, Paris, UNESCO, 1989, p. 7
1135. *Guide de la simulation et des jeux pour l'éducation relative à l'environnement*, Programme international d'éducation relative à l'environnement UNESCO – PNUE, ED-83/WS/64, Paris, UNESCO, 1985, p. 7. Grifo nosso.
1136. Michael C. Caduto, *A Guide on Enfironmental Values Education*, UNESCO-UNEP Envrionmental Education Programme, ED/85/WS-94, Paris, UNESCO, 1985, p. 1.
1137. B. Bolin *et al.*, *The Greenhouse Effect, Climatic Change and Ecosystems*, *op. cit.*, p. 29.

1138. *Environmental Change and International Law*, *op*. *cit*., p. United Nations University Press, p. 464.
1139. *Rapport final*, Conférence intergouvernementale sur l'éducation relative à l'environnement, organisée par l'UNESCO avec la coopération du PNUE, Tbilissi (URSS), 14-26 octobre 1977, ED/MD/49, Unesco, Paris, 1978, p. 11.
1140. *Ibid*., p. 27.
1141. *Ibid*., p. 32.
1142. *Tendances de l'éducation relatives à l'environnement*, ED.76/D.90/F, Paris, UNESCO, 1977, p. 15.
1143. Joesph Ki-Zerbo, *Compagnons du Soleil. Anthologie de grands textes de l'humanité sur les rapports entre l'homme et la nature*, Paris, La Découverte/UNESCO, 1992, p. 5. Essa obra conta com prefácio de Federico Mayor, diretor geral da UNESCO.
1144. *Ibid*., p. 9.
1145. *Environmental Change and International Law*, *op*. *cit*., United Nations University, p. 223-224. O autor dessas linhas, Raghunandan Pathak, ocupou a Corte Suprema Indiana e em seguida a Corte Internacional de Justiça de La Haye.
1146. *Tendances de l'éducation relatives à l'environnement*, ED.76/D.90/F, Paris, UNESCO, 1977, p. 21.
1147. *International organizational implications of action proposals*, conferência de Estocolmo, *op*. *cit*., A/CONF.48/11, p. 15.
1148. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, *Nosso futuro comum*, *op*. *cit*., p. 2.
1149. Conférence de Rio, *op*. *cit*., A/CONF.151/26/Rev.1 (Vol. II), p. 35.
1150. Conférence de Rio, *op*. *cit*., A/CONF.151/26/Rev/1 (Vol. III), p. 80.
1151. *Rapport final*, Congrès international sur La Paix dans l'esprit des hommes, Yamoussoukro, *op*. *cit*.; UNESCO, p. 32.
1152. Conférence de Rio, *op*. *cit*., A/CONF.151.26.Rev.1 (Vol. I), p. 398.
1153. *Ethics & Agenda 21*, *op*. *cit*., UNEP, p. 20.
1154. *Rapport final*, Congrès international sur La Paix dans l'esprit des hommes, Yamoussoukro, *op*. *cit*.; Unesco, p. 44.
1155. Pierre Weil, *L'art de vivre en paix. Vers une nouvelle conscience de la paix*, ED/91/WS/19, Paris, Unesco, 1991, p. 5.
1156. *Ibid*., p. 11.
1157. *Ibid*., p. 16.
1158. *Ibid*., p. 35.

1159. *Suma contra os Gentios*, III. 97. Grifo nosso.
1160. *Ibid*.
1161. *Suma contra os Gentios*, I, 29.
1162. *Ibid*., I, 93.
1163. *Suma Teológica*, I, 15, 2.
1164. *Ibid*., I, 6, 4.
1165. *Clima Change, Environment and Development. World leaders' viewpoints*, *op*. *cit*., World Meteorological Organization, p. xxiv. Declarações de Maurice Strong.
1166. Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, *nosso futuro comum*, *op*. *cit*., p. 67.
1167. Pierre Weil, *L'art de vivre en paix. Vers une nouvelle conscience de la paix*, *op*. *cit*., p. 36. Todo o texto original está em caixa alta e negrito.
1168. *Ethics & Agenda 21*, *op*. *cit*., UNEP, p. 10.
1169. *Dimensions éthiques et spirituelles du progrès social*, Sommet mondial pour le développement social, *op*. *cit*., p. 9.
1170. *La contribution des religions à la culture de la paix*, *op*. *cit*., UNESCO, p. 127. Itálicos do texto.
1171. *Dimensions éthiques et spirituelles du progrès social*, Sommet mondial pour le développement social, Copenhague, *op*. *cit*., United Nations, p. 106.
1172. Gorbatchev, *The search for a new Begining*, *op*. *cit*., p. 31-32. Em itálico no texto.
1173. Croix-Verte Internationale, Documents de présentation, 1994.
1174. Al Gore, *Sauver la planète Terre*, *op*. *cit*., p. 9.
1175. *Ibid*., p. 38-39.
1176. *Ibid*., p. 198.
1177. *Ibid*., p. 95-96.
1178. Robert Muller, *New Genesis, Shaping a Global Spirituality*, Anacortes, World Happiness and Cooperation, 1993, p. 122.
1179. Berit Kjos, *Under the Spell of Mother Earth*, Wheaton, Victor Books, 1992, p. 141. Citando Dalai Lama, *My Tibet*, Berkeley, University of California Press, 1990, p. 81.
1180. *Questions de survie*, *op*. *cit*., p. 205.
1181. *Ibid*., p. 219.
1182. Proceedings on Interdisciplinary Conference Held at the United Nations on *The Ethical Dimensions of the United Nations Programm on Environment and Development*, *Agenda 21*, United Nations, New York, January 13, 14, 1994,

Earth Ethics Research Group, Inc., Northeast Chapter, p. x. Conferência organizada nas instalações da ONU, com apoio do Banco Mundial, EPA (Agência de Proteção do Meio Ambiente dos Estados-Unidos) e da UNEP.
1183. *Ibid*., p. xvi.
1184. *Ibid*., p. xix.
1185. *The Firmament of Time*.
1186. *The Ethical Dimensions of the United Nations Program on Environment and Development*, *Agenda 21*, *op. cit*., p. 315-316.
1187. *Bulletin officiel de l'Education nationale*, 30 juin 1994, p. 1823.
1188. Claude Allègre, *Ecologie des villes, écologie des champs*, Paris, Fayard, 1993, p. 226.
1189. Ilya Prigogine e Isabelle Stengers, *La nouvelle alliance*, *op. cit*., p. 379. Citando Michel Serres, *La Naissance de la physique dans le texte de Lucrèce*, Paris, Minuit, 1977, p. 139.
1190. Michel Serres, *Le contrat naturel*, *op. cit*., p. 60.
1191. *Ibid*., p. 65.
1192. Ervin Laszlo, *La grande bifurcation*, Tacor International, 1990, p. 140.
1193. *Ibid*., p. 7 e 9.
1194. Ervin Laszlo, *A Strategy for the Future*, *The Systems Approach to World Order*, *op. cit*., p. 87.
1195. Igor Chafarévitch, *La Russophobie*, Paris, Editions Chapitre Douze, 1993, (tradução de Alexandre Volsky), p. 39.
1196. Antoine Waechter, *Dessine-moi une planète*, *op. cit*., p. 17 *sq*.
1197. *Ibid*., p. 151.
1198. *Ibid*., p. 155.
1199. *Ibid*., p. 241.
1200. Christian Brodhag, *Les quatre vérités de la planète*, *op. cit*., p. 25.
1201. *Ibid*., p. 52.
1202. *Ibid*., p. 84. Citando "Justice entre les peuples, justice entre les générations", texto preparatório para a conferência mundial das ONG, les Racines de l'avenir, Paris, 17-20 décembre 1991, p. 3.
1203. Robert A. Pois, *La religion de la nature et le national-socialisme*, Paris, Les éditions du Cerf, 1993, p. 15.

CAPÍTULO VII

A PEDRA ANGULAR, OU A RELIGIÃO ECOLÓGICA

> O objetivo supremo da franco-maçonaria é a completa derrubada de toda a ordem religiosa e política do mundo que o ensinamento cristão produziu, e a substituição por um novo estado de coisas de acordo com as suas idéias, das quais as fundações e leis devem ser obtidas do mero naturalismo.
>
> (Papa Leão XIII, Encíclica *Humanum Genus*)

A religião natural, panteísmo, paganismo, naturalismo ou qualquer outro nome ao qual podemos chamá-la, correu silenciosamente através dos séculos para reaparecer periodicamente em clarões repentinos. Posteriormente, iremos apresentar alguns dados referentes ao paganismo grego e os mistérios de Eleusis. A Renascença foi essencialmente uma restauração desse paganismo. A ideologia nacional- socialista desenvolveu uma *Weltanschauung*, herdada em parte do romantismo, que fazia do homem uma parte integrante da natureza. Todas essas etapas da luta entre a religião natural e o sobrenatural cristão, entre as duas cidades, exigiriam um desenvolvimento detalhado do tema que não teria lugar em um livro consagrado à ecologia mundialista.[1204] Contentamo-nos com alguns comentários sobre o culto do Ser Supremo instaurado pela Revolução Francesa.

Um século após a Revolução, o abade Sicard escreveu um trabalho intitulado *À procura de uma religião civil*.[1205] O tempo permitiu-lhe manter uma distância necessária para uma análise serena do fenômeno, ao passo que a proximidade dos eventos não permitia omissões, hoje tão freqüentes. Apoiando-se em documentos, o autor prova que os gestos e as festas revolucionárias, as quais o Ser Supremo estava associado, ou mesmo identificado, à Natureza: "A lei de 7 de maio de 1794, enumerando as solenidades que deveriam ser celebradas todos os *décadis*,[1206] trazia como principal a festa 'ao Ser Supremo e à *Natureza*'".[1207] Não infligiremos ao leitor todos os textos e declarações feitos pelo abade. No entanto, o discurso pronunciado por Robespierre em 7 de maio de 1794 merece uma breve menção:

> Todas as seitas devem se misturar diante da religião universal da natureza… O verdadeiro sacerdote do Ser Supremo é a natureza, seu templo o universo, seu culto é a virtude, suas festas a alegria de um grande povo reunido sob os seus olhos, para apertar os suaves nós da fraternidade universal e para lhe oferecer a homenagem dos corações sensíveis e puros.[1208]

As festas revolucionárias são extensamente detalhadas. Sua importância psicológica e cultural tornou-se um dos temas principais do estudo do abade.

> Deste modo, as honras, cuja Revolução se comprazia, davam-se em torno de tudo o que lembra os trabalhos dos campos. Na festa do Ser Supremo, organizada por Robespierre, não se tinha receio de subir pomposamente em uma carruagem e fazer marchar, junto à Convenção, 'todos os símbolos das

> artes da agricultura’. Deveriam passar esses sentimentos de veneração para as instituições. Precisaria, por essas ‘cerimônias’, marcar os ‘fenômenos, as épocas’ da agricultura. Era preciso poder bradar com o poeta: ‘Felizes povos dos campos, vossos trabalhos são as festas!’.
>
> Nesse propósito, a Revolução estabeleceu uma festa da agricultura, que, pela lei de 3 de brumário do ano IV, foi fixada para o 10 do messidor.[1209] Um despacho do Diretório, assinado por Carnot, e inúmeras circulares, nos permitem conhecer a organização desta solenidade campestre que deveria ser celebrada em todos os cantões da república. ‘Cidadãos e cidadãs’ são convocados à praça pública ao som do tambor e das fanfarras. Lá se ergue o altar da pátria perto do qual ficava uma charrua, ornada com folhagens e flores, puxada por bois e cavalos.
>
> Diante da charrua marcham 24 lavradores, que levam em uma das mãos os instrumentos de seu trabalho, e na outra um buquê de espigas e flores: eles têm o chapéu ornado de folhagens e de fitas tricolores.
>
> Atrás, aparece a carruagem carregando a estátua da Liberdade, que tem em sua mão uma cornucópia. O cortejo, assim formado, se dirige em direção ao campo; lá, ao canto de hinos e ao som das fanfarras, o presidente da festa, rivalizando com o imperador da China, afunda a relha do arado para traçar um sulco na terra. O cortejo retorna à praça pública, onde o lavrador coroado leva ao altar da pátria, os instrumentos de seu trabalho, cobrindo-os com espigas, folhas e diversos produtos da terra[1210].[1211]

Resumindo, o abade conclui: “uma verdadeira ressurreição de não sei qual naturalismo panteísta”, que, como muitas vezes depois, foi a ocasião de verter rios de sangue.

A ecologia mundialista é a herdeira desta tradição naturalista – afirmação que será provada formalmente. Os parágrafos a seguir não se destinam a tratar da questão fundamental da política religiosa mundialista. Limitam-se a mostrar *brevemente* como a ecologia mundialista serve de veículo para uma revolução religiosa anticristã, e à

criação de uma espiritualidade global. Portanto, esse assunto, mais limitado, não será estudado a fundo, e pedimos desculpas ao leitor pelas omissões, às vezes gritantes, as quais nos veremos obrigados a cometer. As páginas seguintes, no entanto, lhe revelarão uma perspectiva oculta, deixando entrever os mais insensatos projetos revolucionários. A gravidade dos textos apresentados não deve fazer esquecer a dimensão transcendente daquilo que está em jogo.

O “judeu-cristianismo”, destruidor da natureza

Veremos que o panteísmo ecológico-mundialista reprova freqüentemente o “judeo-cristianismo” por ter dessacralizado a natureza e de tê-la reduzido à condição de meio. O novo paradigma holístico é, então, explicitamente anticristão. É verdade que o cristianismo chama a exceder a natureza (humana) pela vida sobrenatural e o consentimento para a graça. Também é verdade que o Gênesis confere ordem ao homem de dominar as criaturas: “Façamos o homem a nossa imagem, como nossa semelhança, sobre os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, todas as feras e todos répteis que rastejam sobre a terra” (Gn 1, 26). “Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a; dominai sobre os peixes do mar, as aves do céu e todos os animais que rastejam sobre a terra” (Gn 1, 28).[1212] No entanto, a concepção cristã não se limita

a esses dois aspectos. Santo Tomás afirma categoricamente que Deus está em todas as coisas,[1213] em todos os lugares,[1214] por sua essência, sua presença e sua potência.[1215] O seu próprio efeito é o ser mesmo das criaturas ou “o ser é o que há de mais íntimo e de mais profundo em todas as coisas”:

> Deus está em todas as coisas, não como parte da essência delas, ou como um acidente, mas como o agente presente naquilo em que age. É necessário que todo agente se encontre em contato com aquilo em que imediatamente age e o atinja com seu poder. Por isso, no livro VII da Física se prova que o motor e o que é movido têm de estar juntos. Este efeito, Deus o causa nas coisas não apenas quando começam a existir, mas também enquanto são mantidas na existência, como a luz é causada no ar pelo sol enquanto o ar permanece luminoso. Portanto, enquanto uma coisa possui o ser, é necessário que Deus esteja presente nela, segundo o modo pelo qual possui o ser. Ora, o ser é o que há de mais íntimo e de mais profundo em todas as coisas, pois é o princípio formal de tudo o que nelas existe, como já se explicou. É necessário, então, que Deus esteja em todas as coisas, e intimamente.[1216]

A doutrina exposta por Santo Tomás difere profundamente do panteísmo. Esta põe a unidade de substância entre Deus e a natureza. Para Santo Tomás é o contrário, Deus está presente nas coisas pelo seu ser e não pela sua substância.

Assim, vemos que o afastamento da natureza não se dá a partir da perspectiva cristã, e que somente uma análise tendenciosa poderia ligar uma coisa à outra. Também é evidente que a causa primeira desse afastamento é o materialismo e a revolução industrial que ele

desencadeia, e que desfere um golpe fatal na civilização cristã.

O texto seguinte é extraído das atas oficiais da Conferência sobre o Meio Ambiente de Estocolmo (1972), organizada pela ONU. Trata-se, portanto, de um documento de grandiosa autoridade. Além disso, é importante se lembrar, ao lê-lo, de que fora adotado há 25 anos, em plena Guerra Fria.

> A ciência e suas aplicações técnicas que farão do homem o senhor do universo, usando e abusando, à sua maneira, dos recursos naturais, freqüentemente tornam-se valores em si mesmas. O homem tem, freqüentemente, gerenciado mal o seu patrimônio, não sabendo integrar o desenvolvimento técnico com o melhor aproveitamento – ou reservar para o futuro – da melhor parte da herança natural.
>
> Esta atitude é evidentemente relacionada, não apenas com a ignorância do fato dos recursos da biosfera serem limitados, mas também, e sobretudo, devido a uma certa concepção filosófica do mundo.
>
> Com efeito, quando as teorias panteístas – que precederam e acompanharam a revolução industrial na Europa do século XIX – atribuíam aos seres vivos uma parte da divindade, de onde o respeito que os cercava, as novas conquistas do espírito e as descobertas da ciência conduziam, ao lado das vantagens que ninguém sonharia minimizar, a uma espécie de dessacralização dos seres naturais, relegados, cada vez mais, à categoria de meios.
>
> Essas concepções tomam sua melhor justificação nas convicções religiosas judaico-cristãs, segundo as quais, Deus teria criado o homem à sua imagem, e lhe dado a terra para que ele a submetesse à sua lei.
>
> Por outro lado, outras grandes civilizações desenvolveram uma visão diferente do mundo, na qual a espécie humana coabitava, em um espírito de equilíbrio, com os outros seres viventes. Desta maneira, por exemplo, as práticas de culto dos antepassados de certas regiões da África negra constituíam uma muralha para o meio ambiente, na medida em que os animais, as árvores, ou mesmo os cursos da água, eram protegidos e

venerados como reincarnação dos antepassados. Atualmente, a intrusão da tecnologia moderna nessas sociedades, sem discernimento nem prévia adaptação, tende a fazer certas pessoas considerarem que essas práticas religiosas sejam crenças obscuras.

Ademais, aqui e lá, a ‘cultura’ é arbitrariamente oposta à ‘natureza’; a ‘civilização’ oposta à ‘selvageria’. O homem se vê colocado fora da natureza e também acima dela. Tudo se passa assim, como se o homem moderno, qualquer que seja a ideologia política que o inspira, tivesse substituído os deuses metafísicos, freqüentemente objetos da crença e da humildade que inspiravam, por um novo deus mais familiar e reconfortante: a ciência, que tudo permite e coloca o seu detentor sobre um tipo de pedestal.

O homem no seu comportamento atual, se ele ainda continua a se voltar para os seus antigos deuses nos momento de dúvida, raramente se interroga sobre o seu próprio papel no universo. (ONU, Conferência de Estocolmo)[1217]

Na biocenose, onde o homem faz parte integrante do ecossistema e mantém relações harmoniosas com a natureza, sucede um período (começado há cerca de 10.000 anos) onde o homem empreendeu domesticar a natureza. Os impactos do homem sobre a natureza são, inicialmente, limitados, depois, seu domínio se acentua até conduzir à crise atual do meio ambiente. As razões desta destruição massiva dos meios naturais pelo homem devem ser pesquisadas em diversas direções: a ignorância ecológica, que caracteriza a maior parte da história da humanidade (por isso o conceito mesmo de ecossistema data somente de 1935); a influência das grandes religiões monoteístas, que advogam a superioridade do homem sobre a natureza; a abordagem setorial dos problemas, que não permitem dispor de bases científicas necessárias para a gestão de conjuntos complexos; a falta de ética em face à natureza; e enfim, a explosão demográfica. (UNESCO)[1218]

A obrigação feita aos homens para buscar a justiça social e a harmonia biológica [*sic*] está implícita nas escrituras e tradições de fé vivas, particularmente àquelas de tipo abraâmico – o judaísmo, o cristianismo e o islã. Além disso, essas mesmas tradições sancionam as condutas antropocêntricas e, mais particularmente, à dominação dos machos sobre a terra, as mulheres e os animais. (UNEP)[1219]

A mobilização de três tipos de recursos espirituais é necessária para garantir que esta visão simples [de uma comunidade global], fundada na historicidade dos complexos culturais que hoje instrui a nossa vida. A primeira espécie compreende a tradição ético-religiosa do Ocidente e, em particular, a filosofia grega, o judaísmo e o cristianismo. O simples fato de que elas contribuíram para gerar o Iluminismo [criticado pelo autor] pede irresistivelmente para que elas reexaminem seus vínculos com a aparição do Ocidente moderno e criem um novo domínio público que exceda os valores ocidentais clássicos. A dicotomia radical entre a matéria e o espírito, o corpo e a alma, o sagrado e o profano, o homem e a natureza ou o criador e a criatura, deve ser transcendida para permitir aos valores tais como a sacralidade da Terra, a continuidade do ser, a interação benéfica entre a comunidade humana e a natureza, e a reciprocidade entre a humanidade [e não o homem individualmente] e o céu, de receber toda a importância que elas merecem em filosofia e em teologia. (ONU, Conferência de Copenhague)[1220]

Durante os últimos quinze anos, aos quais a consciência ecológica foi reforçada, houve uma intensa controvérsia sobre a atitude da tradição **judaico-cristã** no que tange ao meio ambiente. A maior parte desta controvérsia centrou-se na relação entre Deus, o Homem e a Natureza, exposta no Gênesis.

Os ecologistas críticos do Gênesis sustentam que, de acordo com esse livro, o Homem foi criado à imagem de Deus, que lhe deu o domínio da natureza e lhe ordenou subjugar a Terra. O Gênesis confere manifestadamente ao Homem um direito vindo de Deus para explorar a Terra sem restrição moral (salvo quando a exploração do meio ambiente pode afetar o próprio Homem). A essência de homem, único entre as criaturas e feito à imagem de Deus, confere direitos únicos ao Homem e privilégios entre as criaturas. Além disso, Deus pareceria ter destinado o Homem a exercer a regência na Terra. O Homem é para o resto da criação aquilo que Deus é para o Homem. Assim, da mesma forma que Deus é o senhor e mestre do Homem, o Homem é o senhor e mestre da Natureza. É o que podemos chamar de interpretação de dominação do Gênesis. (UNESCO, UNEP)[1221]

O autor opõe a esta interpretação, que ele contesta implicitamente, à interpretação do gerenciador: o homem deveria usar a terra com “sabedoria e benevolência”. É possível dar uma interpretação razoável a esses termos, pois certamente não há contradição entre essas duas interpretações que, na concepção cristã, ordenam-se na perspectiva da vida de graça à qual o homem é chamado. Porém, a primeira interpretação contradiz claramente a perspectiva panteísta que os mundialistas pretendem impor.

Retorno ao panteísmo

Os ataques ou acusações diretas ao cristianismo, semelhantes aos que acabamos de mostrar, são raros. A crítica é feita com mais freqüência por comparação implícita, exaltando os panteísmos do mundo inteiro. Antes de colocar insidiosamente o “judeu-cristianismo” em causa, depois de uma visão geral, o autor do texto a seguir chega com benevolência aos diferentes politeísmos.

> Cronologicamente, pode-se começar pelo **hinduísmo**, cujas origens se perdem nas brumas do tempo, e que resiste às definições doutrinais simplistas. Quase contemporâneos das epopéias de Homero e Hesíodo, os Vedas foram compostos pelos Arianos que os levaram para a Índia. Neles encontramos um politeísmo pagão que apresenta certas afinidades com o politeísmo pagão dos gregos, que pertence à mesma raiz linguística, cultural e racial indo-européia. Os deuses se identificavam e se manifestavam pelas forças, processos e características da natureza. Com eles se conciliavam

através de sacrifícios de animais; a eles implorava-se pela prece, e por eles eram comandados pelos encantamentos mágicos.

Há uma correspondência entre a visão do mundo ecologista e a visão de mundo do pensamento hindu. Na ecologia também se representa o mundo como uma unidade, ou seja, holisticamente – considerando a unidade existente entre o indivíduo e seu meio ambiente. Assim, dois dos elementos principais do hinduísmo contribuem ao desenvolvimento de uma ética universal do meio ambiente [à qual se dedica o autor]: a empatia e a compaixão entre todas as formas de vida, além de um sentimento de harmonia com o meio ambiente, conduzindo à sua proteção e melhoria.

Encontra-se no **jainismo**, mais ainda do que no hinduísmo ou budismo, uma ética ambiental explícita.

O centro moral do jainismo é a doutrina da *ahimsa*, a resolução de não matar ou ferir qualquer ser vivente que possua uma alma tão perfeita ou completa como qualquer outra pessoa, e que possa sofrer como qualquer um. […]

O **zen budismo** nos fornece uma base experimental e uma filosofia particularmente adaptada à uma ética ambiental: o mundo fenomenal é afirmado como a expressão de deleite, o artifício e o jogo da essência benevolente e afetuosa presente em casa coisa. […]

O taoísmo insiste na perfeita harmonia entre o homem e a natureza. Ele fornece igualmente a base de uma filosofia de desenvolvimento tecnológico. As formas tradicionais ocidentais de ‘alta’ tecnologia ou de tecnologia ‘dura’ devem ser abandonadas na perspectiva taoísta, para ser substituídas pelas tecnologias ‘baixas’ e ‘leves’, às vezes chamadas tecnologias ‘apropriadas’. Uma tecnologia apropriada não tenta comandar ou controlar a natureza; sua abordagem consiste, sobretudo, em modificar os processos naturais para o proveito do homem e adaptar o modo de vida humano ao meio ambiente.[1222]

Após ter exposto a perspectiva cristã da maneira que já vimos, o autor passa ao Islã. “O Corão é menos ambíguo que o Gênesis, no que tange às relações entre os seres humanos e a natureza”.[1223] Em resumo, o judeu-

cristianismo é o principal responsável pela crise ecológica atual.

A UNEP que, convém lembrar, é a organização internacional do sistema da ONU, que tem, especificamente, o encargo das questões de meio ambiente, recentemente publicou um texto ainda mais surpreendente.

> Esta concepção de mundo caracteriza as sociedades de grande porte que, de forma crucial, dependem de recursos provenientes de muito longe delas. Elas se definem pela negação dos atributos sagrados da natureza, característica que remonta à filosofia grega, que fora fortalecida há pouco mais de 2.000 anos com as tradições religiosas judaico-cristão-islâmicas. Durante uma grande parte da história, a humanidade viveu em sociedades de pequeno porte, baseadas nas relações entre parentes, tentando tirar o seu meio de subsistência do meio ambiente imediato. [Veremos que o retorno às pequenas comunidades, que permitem o controle social máximo, o controle ‘face a face’, é um dos objetivos do mundialismo. Notaremos a distinção insistente entre pequenas comunidades e grandes sociedades nos parágrafos seguintes]. Toda a humanidade vivia da caça, da colheita ou da horticultura de sociedades parelhas, até o surgimento da agricultura de irrigação há cerca de 6.000 anos. A maior parte da superfície da Terra era coberta por essas sociedades até o começo da expansão européia, iniciada há cinco séculos. Elas desapareceram eventualmente agora. A visão do mundo dessas sociedades tende a diferir de maneira impressionante da concepção moderna de mundo. Em particular, o valor conferido por essas sociedades, quanto à biodiversidade, é fundado em premissas muito diferentes.
>
> Pintado em largos traços, o retrato é o seguinte: em tais sociedades, as pessoas, em número relativamente pequeno, amiúde, parentes uns dos outros, tendem a estar em relação bastante próxima durante longos períodos, muitas vezes abrangendo toda a vida. Suas relações são feitas por ligações de altruísmo e ajuda recíproca. A caça, a colheita, a pesca, uma agricultura necessitando de pouco aporte e a criação lhes fornecendo sua subsistência, estão estreitamente ligadas aos recursos naturais de seu meio ambiente imediato. Deste modo, eles tendem a se ver a si mesmos como

membros de uma comunidade que inclui, não apenas os seres humanos, mas também as plantas e os animais, assim como as pedras, as nascentes e os lagos. As pessoas são membros da comunidade de todos os seres – vivos ou não. Suas relações com os outros membros da comunidade, que sejam árvores, pássaros ou picos montanhosos, são modeladas pelas suas relações com os outros membros das comunidades das quais recebem favores benéficos ou baseados nas trocas recíprocas. Assim, as correntes de água podem ser vistas como mães: na Índia, o Gange é chamado de Gangamai – a mãe Gange – pelos habitantes de suas planícies e, provavelmente, assim foi considerado há milênios. Os animais podem ser tratados como os parentes; deste modo, os antílopes são os irmãos dos membros da seita Bishnoi do Rajasthan e de Haryana ao noroeste da Índia. Os Koyukan do Alaska crêem que a chave do sucesso de um caçador de ursos encontra-se no respeito que ele demonstra por suas vítimas. […]

[Em seguida o autor se interroga sobre os tabus. Ele encara duas hipóteses: restrições irracionais ou práticas destinadas a preservar a biodiversidade]. Assim, os primeiros ocupantes de Madagascar foram provavelmente responsáveis pela extinção de algumas das mais importantes espécies de lêmures; mas as espécies restantes foram consideradas sagradas, sua caça proibida e, dessa forma, elas chegaram aos tempos modernos onde, com a influência do cristianismo, acabaram por perder progressivamente a sua proteção tradicional. Considerando tudo isso, parece razoável concluir que as numerosas restrições para a utilização dos recursos naturais podem ter sido o resultado de uma evolução cultural em resposta à necessidade de garantir tanto uma utilização mais durável das populações biológicas, quanto à preservação da diversidade biológica. Pode-se citar, por exemplo, a proteção, em todos os lugares, de espécies fundamentais como as figueiras, a proteção de espécies durante os períodos nos quais elas são mais vulneráveis, como, os pássaros criando coletivamente seus filhotes em um ninho de garça, e a proteção de comunidades biológicas inteiras nos sítios sagrados, como os bosques e lagos sagrados. […]

Contrariamente à visão de mundo moderna, as pessoas que vivem nessas comunidades não percebem o mundo, animado ou inanimado, como um vasto armazém cheio de mercadorias. Não se sentem autorizadas a utilizar os recursos que estão à disposição para maximizar as satisfações que elas procuram. Ao contrário, elas têm em grande estima as plantas, os animais e os outros elementos naturais, considerando que todos merecem respeito.

Eles estariam assustados com as conseqüências deploráveis de uma violação das normas culturais que prescrevem como esses elementos não-humanos devem ser tratados.

Esta abordagem veio a ser rejeitada quando as sociedades de grande porte se desenvolveram após a intensificação da agricultura e com o surgimento de grupos não mais dependentes dos recursos naturais de algum lugar específico. Esses grupos tinham poucos motivos para garantir uma utilização durável dos recursos biológicos de qualquer localidade, uma vez que tinham sempre a possibilidade de buscar fornecedores em outros lugares ou de reduzir o consumo de um recurso que tenha se tornado mais raro.

As grandes sociedades, dominadas por tais grupos, adotaram progressivamente a nova visão de mundo e o novo sistema de valores. Esta perspectiva, e mais particularmente a elaborada pela tradição judaico-cristã, não faz dos homens elementos da grande comunidade dos seres vivos, mas os coloca à parte, concebendo a natureza como totalmente destinada a atender as necessidades dos homens, e feita para o seu prazer. As culturas orientais com suas tradições religiosas como o budismo, o jainismo e o hinduísmo, também não abandonaram radicalmente a perspectiva que faz dos homens os membros da comunidade de seres vivos ou inanimados. […] As sociedades dominadas pelo Islã, e ainda mais aquelas dominadas pelo cristianismo, foram longe demais em colocar o homem alheio à natureza, e na adoção de um sistema de valores que transforma o mundo em um armazém de mercadorias destinadas ao prazer do homem. Durante esse processo, a natureza perdeu seus atributos sagrados e a maior parte dos animais que tinham um valor simbólico positivo em outras culturas adquiriu conotações muito negativas na cultura européia. A conversão ao cristianismo leva ao abandono da relação com o mundo natural para inúmeros camponeses, pescadores e habitantes das florestas de todo o planeta. Os estados da região dos vales no noroeste da Índia que ficam na China e Myanmar foram ocupados, até os anos 50, por sociedades de pequeno porte, em grande parte autônomas, que praticavam rotação de culturas. Essas povoações seguiram suas próprias tradições religiosas que as fizeram separar entre 10 e 30% do território para transformá-lo em lagos e bosques sagrados. A maior parte desses povos foram integrados nas economias de mercados maiores e se converteram ao cristianismo no final dos anos 50. Esta conversão a um sistema de crenças religiosas que recusa

conferir os atributos sagrados aos elementos da natureza, fizeram com que eles derrubassem os boques sagrados para cultivar suas terras e vender seus bosques e seus rotins.[1224] No entanto, foram se apercebendo que isso provocava sérias dificuldades. Em particular, as queimadas durante os ciclos de desmatamento, freqüentemente se estendiam às suas aldeias e destruíam suas casas. Um grande número desses povoados recriaram, então, os bosques sagrados, embora hoje sejam chamados de floresta de segurança. Entretanto, o sistema de sanções sociais das violações dessas novas florestas de segurança é idêntico àquele que as protegia na época pré-cristã. […]

A criação de zonas protegidas é o equivalente moderno dessas práticas. Nas sociedades modernas, tal como nas sociedades tradicionais, as zonas protegidas servem aos interesses de longo prazo dos seus membros. A diferença entre os dois se dá na maneira como a natureza é vista e nos compromissos considerados aceitáveis. A diferença se dá, portanto, nas crenças e tradições que determinam a concepção da natureza. **No entanto, alguns podem defender que essas diferenças não são fundamentais. De fato, Wilson**[1225] **estima que os homens tenham uma inclinação natural para se associar à vida e aos processos de imitação da vida, e que essas tendências inatas possam formar a base de uma ética de proteção e conservação da natureza e da biodiversidade.** (UNEP)[1226]

Durante o seu discurso, no fechamento da Conferência do Rio, Boutros Boutros-Ghali, então secretário geral da ONU – e intervindo como secretário geral –, concluiu sua proposta através da declaração a seguir, pelo menos reveladora de um grande consenso entre os meios mundialistas, se esta não for a política que eles já efetuam:

Gostaria de concluir dizendo que o espírito do Rio deve criar um novo comportamento do cidadão. Após ter amado seu próximo, como manda o evangelho, o homem pós-Rio deve também amar o mundo, e isto

compreende as flores, os pássaros, as árvores – todo este meio ambiente natural que regularmente destruímos.

Além [e acima] do contrato moral com Deus, além [e acima][1227] do contrato social firmado com os homens, é preciso agora firmar um contrato ético e político com a natureza, com esta Terra mesma, a quem devemos a nossa existência e que nos faz viver.

Para os antigos, o Nilo era um Deus venerado, ou mesmo o Reno, fonte infinita de mitos europeus, ou a floresta amazônica, a mãe das florestas. Em toda a parte do mundo, a natureza era a morada das divindades. Estas conferiam à floresta, ao deserto, à montanha, uma personalidade que impunha adoração e respeito. A Terra tinha uma alma. Reencontrá-la, ressuscitá-la, tal é a essência do Rio. (Boutros-Ghali, Conferência do Rio)[1228]

Esta concepção panteísta do universo é freqüentemente retomada nas publicações das organizações internacionais.

A qualidade e a profundidade dos direitos do homem são condicionadas pela relação que mantêm com seu meio ambiente ecológico. As religiões antigas, inclinadas a conceber os seres orgânicos em um único quadro, ligados entre eles por interações harmoniosas. Há mais de 3.000 anos, na Índia, os Upanixades expuseram a perspectiva vedântica, segundo a qual a Realidade Suprema é um todo indizível, o Brama que incorpora o conjunto de todas as manifestações da matéria e da energia numa harmonia primordial, transcendente, penetrante, a conectar tudo. A cultura dos Índios da América, antes da chegada dos colonos europeus, compreendia implicitamente o conceito de uma totalidade última. Com efeito, o homem procurava se religar a todas as manifestações do Grande Espírito: pedras, árvores, animais ou pessoas. Os filósofos chineses acreditavam que o homem deveria ser sempre compreendido como inseparável da natureza e em unidade com o universo. (Universidade das Nações Unidas)[1229]

É por isso que cada vez mais proprietários de terras levam a sério esta causa, particularmente nas regiões onde, como na América, o peso da atividade humana superestimula os danos ao meio ambiente.[1230] Em Nova Iorque, um padre ecologista, chocado, tem feito de sua catedral um

tipo de templo aberto, se não cósmico, onde um camelo e um elefante foram acolhidos. Um dia foi consagrado à festa do sol. O mundo comemorou isso como 'corpo do Cristo, cosmos passando à consciência'. Do mesmo modo, cerimônias do tipo xamanistas têm sido organizadas a maré negra perto de Valdez, no Alasca, por partidários da ecologia profunda (*deep ecology*). Certamente, defende-se apresentar Gaia[1231] como uma deusa criadora ou um retorno aos mitos ancestrais, ou mesmo um animismo suspeito de ser arcaico. Mas, ao mesmo tempo, estigmatiza-se a conivência da tradição judaico-cristã com o *status quo*, na medida em que ela separa, em uma parte, Deus e as criaturas; noutra, o homem e os outros seres viventes. Assim, há uma reprovação geral da ciência materialista e reducionista que despreza o conceito de totalidade mantendo apenas a 'base' da realidade, ocultando seu horizonte final que a ela dá senso e valor. Enfim, parece querer recuperar, nas culturas não-ocidentais, os tratados relativos à comunhão dos seres vivos, a 'força vital' do pandinamismo africano, por exemplo, ou a empatia universal dos budistas.

Nessas condições, a idéia chave de Gaia seria um elemento catalisador da consciência humana, um tipo de 'enzima da consciência'. Pela sua abordagem sistêmica, simbiótica e também participativa e benevolente em relação aos confrades e confrarias da natureza, a 'ecologia profunda' espera operar uma transposição epistemológica não-negligenciável em relação face a face esterelizante entre o espírito humano e a natureza percebida como objeto a apreender. Nem o espírito individual nem a humanidade como grupo específico pode ser o único 'sistema nervoso' da criação. No Antigo Egito, é sobretudo no coração que se abriga o conhecimento e a consciência. (UNESCO)[1232]

Devemos nos lembrar da Declaração de Rassemblement, "Sacred Earth" [Terra Sagrada] reunida aqui na semana passada, que insiste no fato de que as modificações dos comportamentos e a mudança de direção que se provam necessárias devem ser ancoradas em nossos mais profundos valores éticos, espirituais e morais. Devemos reestabelecer em nossas vidas a ética do amor e o respeito da Terra que as populações tradicionais conservaram como componente essencial de seus sistemas de valores. E isso deve ser acompanhado de uma revitalização dos valores que se encontram no centro de todas as nossas principais tradições religiosas e filosóficas [ler maçônicas]. A devoção aos outros, a partilha, a cooperação e o amor

> recíproco não devem mais ser considerados como ideais piedosos, separados da realidade, mas, sobretudo, como a base indispensável das novas realidades, sobre as quais nossa sobrevivência e nosso bem-estar devem ser fundados. (Maurice Strong, ONU, Conferência do Rio)[1233]

Esta tendência marcada pelo panteísmo trazida pelas publicações das instituições internacionais para retomar, às vezes, a gnose da Nova Era. Já mencionamos as referências para uma mudança de paradigma ou para as teorias de Teilhard de Chardin. O texto a seguir, que não podemos analisar com detalhes aqui, encontraria melhor lugar em um trabalho esotérico do que na publicação da UNESCO de onde ele foi extraído.

> A conseqüência imediata é que o homem chegará, por ele mesmo, à conclusão evidente que todo pensamento seguido da ação nociva à natureza o afetará direta ou indiretamente, em curto ou longo prazo, ele mesmo ou sua descendência. Ele se tornará co-responsável pela preservação do meio ambiente. […]
>
> As três formas de manifestação de energia no plano da natureza são a matéria, a vida, e a informação. Sendo manifestações da mesma energia, elas são evidentemente indissociáveis a tal ponto que são representadas umas nas outras, na forma de um holograma.
>
> Assim, podemos dizer que há vida na matéria e que ela é constituída de elementos sólido, líquido, ígneo e gasoso, seguindo as leis ditas físicas que são seu aspecto informacional; nesse caso, a matéria se conduz com inteligência…
>
> Da mesma forma, podemos afirmar que a vida emerge da matéria e que ela obedece às leis ditas biológicas; a vida implica, portanto, a existência da informação; tudo se passa como se a vida também fosse inteligente e sábia. A informação não escapa a este aspecto trinitário, dado que sua transmissão depende de sistemas físicos em todo processo de comunicação, e a comunicação nela mesma é um processo vital que encontra sua expressão última no amor. A informação é a expressão das leis da sabedoria, própria a uma ordem implícita do universo, como diria David Bohm.[1234] Nesse

sentido, a natureza do universo e o universo da natureza seriam um pensamento pleno de amor. Chegamos aqui nos limites onde a poesia e o real talvez se confundam, e onde o universo assume um aspecto psicológico, sem que isso implique uma projeção antropomórfica. Muito pelo contrário, o homem seria apenas um reflexo deste aspecto psico-cosmológico do universo; se há projeção, seria aquela da natureza no homem. Retomemos, então, esta concepção trinitária da energia e a examinemos em suas formas pedagógicas para dar ao homem a possibilidade de realizar, nele mesmo, a experiência de sua inseparabilidade fundamental da natureza. Isto implica, em um plano epistemológico, a aceitação da tese da inseparabilidade da física, da biologia e da psicologia.

Também nesse sentido, a ecologia interior, a ecologia social e a ecologia planetária são apenas a condição de uma só ecologia.

O reconhecimento pelo ser humano de que ele faz parte de um mesmo processo que define o universo amplifica sua imagem de si, e lhe permite transcender o egoísmo que é a principal ameaça aos seus interesses de longo prazo e ao meio ambiente, e, por conseqüência, ao seu futuro.[1235] (UNESCO)[1236]

A nova ordem mundial deve unir a todos nós em uma parceria global que, bem entendida, deve respeitar as soberanias nacionais como princípio essencial, mas que também deve reconhecer a soberania transcendente da natureza e de nossa Terra a todos. (Maurice Strong, Conferência do Rio)[1237]

Esta perspectiva panteísta leva naturalmente à glorificação das “populações autóctones”, de seus modos de vida e de suas crenças.

A própria Terra é uma ‘máquina’, um objeto inanimado, o qual algumas partes podemos remover para utilizá-las, ou é um corpo vivo, composto de milhares de organismos vivos diferentes, todos inter-relacionados e dependentes de fatores comuns como o ar, a água e a terra?

É-nos preciso determinar imperiosamente quais modelos utilizar, pois a maneira que *pensamos* a respeito da terra influenciará nossas ações.

Nós tomamos consciência – lenta, mas seguramente – que o modelo que faz da Terra um corpo é talvez mais próximo da realidade do que aquele que

> faz dela uma máquina. Durante vários séculos, a cultura ocidental concebeu a terra sobre a base de um modelo mecânico e agiu em conseqüência disso. Hoje conhecemos às catástrofes que esse modelo leva. É tempo de trabalhar com um outro modelo, que ajudará a humanidade a *perceber* que a Terra é nossa casa e não um hotel, e agir em conseqüência disso.
>
> O antigo modelo orgânico pode ser utilizado para favorecer as mudanças de perspectivas necessárias. O modelo orgânico, que encontramos nas culturas e religiões de tradição dos indígenas americanos, as religiões da Deusa [Terra] e também na doutrina da encarnação cristã, depende da Terra como um corpo. (UNEP)[1238]

Um texto apresentado anteriormente apelava à “mobilização de três tipos de recursos espirituais”. O primeiro, que compreende a filosofia grega, o judaísmo e o cristianismo, deve sofrer uma revolução teológica radical. O segundo é composto do “hinduísmo, do janismo, do budismo, do confuncionismo, do taoísmo e do islã”. Suas concepções de mundo e relações humanas, seus rituais, instituições e modos de educação poderiam ser utilizados para definir um novo modo de vida.

> O terceiro tipo de recursos espirituais compreende as tradições primitivas dos autóctones americanos, havaianos e maoris, assim como inúmeras tradições religiosas indígenas e tribais. Elas irão provar, por sua força física e sua elegância estética, que a existência humana foi sustentável [durável] desde o Neolítico. As implicações concretas concernentes a nosso modo de vida são de um considerável alcance. Sua maneira de prosperar humanamente não é uma visão teórica, mas uma realidade viva à época moderna.
>
> Um dos traços distintivos das tradições primitivas é um senso e uma experiência profundas de enraizamento. Cada tradição religiosa indígena é embutida em um lugar concreto, simbolizando um modo de percepção, de pensamento, uma atitude e uma concepção de mundo. Poderíamos aprender com os autóctones americanos, havaianos e outros que chamamos

freqüentemente de povos ‘primitivos’? (ONU, Conferência de Copenhagen) [1239]

Diversos outros eventos importantes tiveram lugar aqui, diante da Conferência. A Conferência mundial das populações autóctones esteve reunida para proceder a uma troca de experiências e de preocupações. Essas populações são depositárias da sabedoria e dos conhecimentos tradicionais que a maior parte dentre nós fomos privados devido à modernização. (Maurice Strong, Conferência do Rio)[1240]

Os povos indígenas, enamorados da Terra-Mãe e de toda a natureza, exprimem seu ponto de vista ao longo do processo da UNCED [Conferência do Rio]. Somos guiados pelas palavras do chefe indígena Seattle: ‘Tudo o que vem de Bisonte advém do Homem; toda vida é religada à terra como uma teia de aranha, a qual não podemos destruir um só fio sem afetar o todo’. Durante a UNCED, os povos indígenas tentaram explicar que os problemas da humanidade, tanto ao Norte quanto ao Sul, ao Leste e Oeste, podem ser simplesmente resolvidos com um pouco mais de amor para com a natureza. (UNEP)[1241]

Terra e Natureza sagradas

Todas essas etapas conduzem a seu termo lógico, desejado desde o início: a sacralização da Terra e da Natureza.

Os recursos e as terras florestais devem ser geridos de uma maneira ecologicamente viável, a fim de responder às necessidades sociais, econômicas, ecológicas, culturais e espirituais das gerações atuais e futuras. (Conferência do Rio, Declaração de princípios sobre as florestas)[1242]

As políticas e/ou legislações nacionais relativas à gestão, conservação e exploração ecologicamente viável das florestas deveriam compreender a proteção de tipos de florestas representativas ou únicas ecologicamente viáveis, incluindo as florestas virgens ou antigas e as florestas de valor cultural, espiritual, histórica, religiosa ou outra de importância nacional; (Conferência do Rio, Declaração de princípios sobre as florestas)[1243]

As principais atividades a considerar incluem: […]

Criar, desenvolver e organizar, em função do contexto de cada país, as zonas protegidas, compreendendo os sistemas de unidades de conservação, levando em conta suas funções e seus valores ecológicos, sociais e espirituais. (Conferência do Rio)[1244]

Os recursos biológicos nos alimentam, nos vestem e nos fornecem moradia, medicamentos e alimento espiritual. (Conferência do Rio)[1245]

Para ser eficaz, o ensino relativo ao meio ambiente e ao desenvolvimento deve incidir sobre a dinâmica do meio ambiente físico/biológico e socio-econômico, e também sobre o desenvolvimento humano (que compreende, se for o caso, o desenvolvimento espiritual), ser integrado a todas as disciplinas e empregos de métodos clássicos e não-clássicos, além de meios eficazes de comunicação. (Conferência do Rio)[1246]

Na perspectiva [do modelo da Terra considerado como um] corpo, o ‘pecado ecológico’ é recusar partilhar com outros quando estes necessitam – que este outro em necessidade seja um ser humano ou o mundo natural. (UNEP)[1247]

Mesmo se soubéssemos que fôssemos a última geração de homens vivendo na terra, isso não nos daria o direito de a dessacralizar ou de a destruir. Com efeito, o homem, definitivamente, é apenas um elemento de um sistema natural muito maior, que podemos usar em nosso benefício, porém, também devemos transmiti-lo. (Universidade das Nações Unidas)[1248]

Preservar e proteger o meio ambiente é um dever a nós incumbido não apenas por todos os outros seres, humanos ou não, e objetos inanimados de nossa época, mas também pelas gerações futuras. (Universidade das Nações Unidas)[1249]

No caso da diversidade biológica, a Convenção reafirma claramente o fato que a comunidade das nações se compromete a preservar o trabalho da criação e a prevenir a sua degradação. Ela representa um momento decisivo em matéria de proteção das formas de vida que alimentam a terra. (Boutros Boutros-Ghali, Conferência do Rio)[1250]

Chega-se, então, a fazer apologia das tradições, defendendo o “caráter sagrado da vida”.[1251] O

homem, que não é nada mais do que um elemento do meio ambiente, é reduzido ao nível de animal. "Adota-se, tolamente, o erro dos maniqueus" que Santo Agostinho já denunciara.[1252] A visão antropocêntrica da natureza é abandonada[1253] em favor de uma concepção "intrinsicalista"[1254] que confere um valor a todos os seres animados e inanimados,[1255] postos como "moralmente consideráveis",[1256] alheios a qualquer relação com o Criador ou o homem. Devemos dar uma prova "de amor e de compaixão por todos os seres sensíveis numa 'perspectiva correta', sem ser impulsionado pelo egoísmo decorrente de uma 'perspectiva errada'…".[1257]

Toda referência a um Deus criador ou aos fins derradeiros do homem foi abandonada; sacraliza-se implicitamente a vida. Mas o Concílio Vaticano II, reafirmando uma doutrina imutável, lembrou que o homem, "irredutível […] a uma simples parcela da natureza"[1258] e que "transcende […] o universo das coisas",[1259] é a "única criatura sobre a terra a ser querida por Deus por si mesma".[1260] Pois é nele mesmo "onde Deus, que perscruta os corações, o espera".[1261]

O culto da natureza

É à luz das idéias e das intenções expostas nos parágrafos precedentes que precisam ser lidos os textos que serão

expostos a seguir. O culto da natureza é o denominador “comum” ao redor do qual se espera reunir as diversas religiões, criando uma “espiritualidade global” que as abrangerá. Nenhuma delas conservará sua característica distintiva, mas todas irão convergir para o culto da natureza. Aqui se encontra novamente o método sistêmico que permite a “unidade na diversidade” que já fora mencionada a respeito das cortes nacionais e internacionais de justiça. A criação de um supra-sistema ideológico e “teológico, integra os elementos religiosos, *a priori* antagonistas, que são abrangidos por uma espiritualidade global que, uma vez estabelecida, desenvolverá suas próprias potencialidades. Os precursores desta ofensiva remontam, pelo menos, ao início dos anos 70.[1262] Não podemos fazer aqui uma análise atenta desses aspectos fundamentais da revolução mundialista, que exigem um estudo profundo. Contentamo-nos em fornecer os elementos que permitam reconstituir esse projeto em termos gerais.

> O secretário geral [da ONU] solicitou à Conferência [do Rio] dois minutos de silêncio em homenagem à Terra, afirmando que, sob a iniciativa do secretário geral da Conferência, o mundo inteiro também faria, ao mesmo tempo e nesta ocasião, dois minutos de silêncio. (ONU, Conferência do Rio)[1263]

> Na qualidade de secretário geral [da ONU], recém-chegado, no entanto, bem consciente dos limites impostos aos poderes dos governos e, claro, das organizações internacionais, tenho a esperança de que isso que chamarei ‘o espírito do Rio’, ou seja, o espírito do planeta Terra, se espalhe por todo o mundo. (Boutros Boutros-Ghali, Conferência do Rio)[1264]

Eis que é propício, não apenas para o reconhecimento mútuo, mas para um diálogo entre as religiões do mundo. E até mesmo mais do que um diálogo. Sobre tal base, o encontro entre as religiões terá como resultado as suas próprias *mudanças*, modificações e reconsiderações. Não quer dizer que cada fé tentará se justificar junto às outras, mas desse engajamento nascerá uma *nova fé*.

Para que isso seja alcançado, é preciso entender bem a flexibilidade, a generosidade de espírito e a vontade de deixar de lado as ideologias. É preciso, ao menos temporariamente, aceitar fazer uma abstração de suas próprias crenças, no interesse de um novo amálgama. Mas também é preciso reconhecer os pontos fortes, próprios de cada religião. Como bem disse Peter Berger:

'Não adote seriamente uma outra religião senão aquela que admite, ao menos como hipótese, a idéia que esta outra religião é verdadeira… Engajar-se em um debate inter-religioso é estar pronto a mudar sua própria visão da realidade… uma vez envolvidos neste debate, é improvável que os participantes não mudem'.[1265]

Se a universalização religiosa deve ser realizada, é de tal atitude que irá resultar. (ONU)[1266]

A necessidade de uma nova ética e de uma espiritualidade oriunda de todas as fontes das grandes religiões e filosofias, resulta, em particular, dessa ligação que deve ser restaurada entre a liberdade e a responsabilidade. […]

Ao contrário, e oposto ao narcisismo, o verdadeiro progresso individual está ligado de maneira indissolúvel à relação com o outro – família, comunidade e humanidade inteira – e à relação com a natureza, o universo e o todo espiritual ou divino. O individualismo é um vazio que pode ser preenchido para melhor ou para pior. Enquanto o interesse geral pode ser apenas a soma de interesses egoístas ou de curta duração, o bem comum tem, por definição, um conteúdo normativo, e não pode ser senão a soma, mais um 'valor agregado' de interesses individuais muito 'bem entendidos' e orientados pelas virtudes, valores e uma espiritualidade comum. Hoje, essas virtudes, valores e exigências espirituais devem ser extraídas de todas as fontes de religiões e filosofias que irão enriquecer a humanidade. Não se trata de uma abordagem mediana e reducionista, nem de um vago sincretismo, mas da busca de uma humanidade comum. (ONU, Conferência de Copenhague)[1267]

Deveríamos nos engajar numa direção ecumênica, reconhecer a unidade transcendente das religiões e apoiar que ‘o Espírito é Um e suas reflexões são múltiplas’.[1268] […]

Em resumo, o espírito de nosso tempo revela uma crescente consciência do fracasso do paradigma do desenvolvimento, que dominou o pensamento desse século, e dos inúmeros tipos de problemas que ele criou. Ele também tem colocado a existência do homem em perigo. A alternativa é evidente. Teremos necessidade de uma concepção de desenvolvimento mais holístico que só pode ser realizado com a introdução do elemento que falta tragicamente, a saber, a dimensão ética e espiritual do desenvolvimento. De fato, a dimensão ética e espiritual nos é tão essencial quanto o ar que respiramos. O único problema que pode surgir é que, considerando a diversidade de tradições religiosas e espirituais, nos seja preciso uma filosofia holística do desenvolvimento que leve em conta seus diferentes ensinamentos. (ONU, Conferência de Copenhague)[1269]

Em nossa época, os dirigentes religiosos, o clérigo e os laicos devem, muito particularmente, cultivar uma espiritualidade renovada que sustente uma ética de cuidado da comunidade terrestre. (UNEP)[1270]

As religiões do mundo poderiam contribuir para orientar e motivar esta evolução [de valores e de atitudes], propondo novos valores que se concentraria na responsabilidade individual e conjunta em relação ao meio ambiente, além de favorecer a harmonia entre a humanidade e o meio ambiente. (CMED)[1271]

As forças religiosas e espirituais influem na vida das pessoas e determinam os valores sociais e ambientais. Embora escapem do quadro deste trabalho, é preciso prestar-lhes muita atenção. Temos muita necessidade de que os teólogos se ocupem dos valores ambientais, e que eles sejam incluídos nos ensinamentos religiosos. Como Richard Baer disse, ‘Enquanto não admitirmos que o *front* derradeiro da guerra ecológica se situa no espírito do homem, continuaremos a tomar meias-medidas relativas a problemas secundários’[1272]. (UNESCO-UNEP)[1273]

Devemos refundar a nossa relação com a natureza, nossas relações com os outros homens e nossa ligação com o divino. (M. Bedjaoui, presidente da Corte Internacional de Justiça de Haia)[1274]

A saúde depende, em última análise, da capacidade de gerir, de maneira satisfatória, a interação entre a situação de vida e meio ambiente espiritual, biológico, econômico e social. […] O setor da saúde não pode, sozinho, satisfazer as necessidades e objetivos fundamentais: ele é dependente do desenvolvimento social, econômico e espiritual, aos quais contribui diretamente. […]

Tratando-se da proteção dos grupos vulneráveis, os objetivos gerais consistem em garantir que cada indivíduo tenha a possibilidade de desenvolver plenamente seu potencial (isso engloba um desenvolvimento físico, mental e espiritual saudáveis); (Conferência do Rio)[1275]

Resulta que, como jamais antes, a dimensão ética e espiritual deve alterar a ordem política e econômica, a fim de se chegar a um desenvolvimento autenticamente humano […].

É por isso que, sob o patrocínio de Sua Magestade o Rei Hassan II, foi realizado em Rabat, de 28 a 30 de abril de 1992, um colóquio internacional sobre o tema 'Ética e espiritualidade do meio ambiente', que tratou do papel e do dever do homem a respeito do meio ambiente natural. (Conferência do Rio, discurso de S.A.R. Sidi Mohamed, príncipe herdeiro do reino do Marrocos)[1276]

Uma celebração calma e feliz da diversidade humana, que é tudo menos uma aceitação queixosa e reticente de um relativismo das opiniões e dos costumes, pede uma base espiritual e de valores compartilhados. Para tornar-se aberta a tal celebração da diversidade, a cultura dominante deverá se tornar menos predatória, menos impaciente e mais espiritual. […]

i) A dignidade humana é um absoluto e um imperativo categórico; ela se eleva da ontologia e da espiritualidade; […]

iii) Direitos individuais e responsabilidade a respeito de si mesmo, do outro e do planeta não são desassociáveis; […]

Quando a ambição é de reintroduzir as dimensões éticas e espirituais nos discursos, a sobriedade é muito necessária. (ONU, Conferência de Copenhague)[1277]

A espiritualidade não é mais reduzida aos locais de oração e à vida privada. Ela não pode ser rotulada e reduzida nem às 'boas ações' realizadas por pessoas piedosas nem às encíclicas e às declarações. Um certo grau de sensibilidade ao espírito humano é uma necessidade pragmática

indispensável a um governo eficaz. Para poder governar no futuro, os governantes deverão incorporar uma modalidade ou um espírito que terá relações estreitas com o espírito do homem, e não com os únicos desejos materiais imediatos da população. (ONU, Conferência de Copenhague)[1278]

Mais que seus mestres, somos os servidores da natureza, pois é ela que alimenta, ao mesmo tempo, nossos corpos e nossos espíritos, que irriga nossas veias e nosso imaginário.

Diz-se que nos tempos difíceis da humanidade, as pessoas e os indivíduos reencontraram os caminhos do sagrado. Para isso fazer, o homem deve esquecer sua soberba e seguir sua inclinação mais fértil: sentir. Sobretudo, não resistir à emoção, que somente permite a comunhão.

Esta comunhão, esta redescoberta de traços comuns, a UNESCO tem desejado provocar através do presente trabalho que reúne, sob o simbólico título de *Companheiros do Sol* [e como subtítulo, *Antologia de grandes textos da humanidade sobre as relações entre o homem e a natureza*], os textos essenciais reconhecidos e recebidos como elementos fundadores e fundamentais quando se trata de desdobrar o leque das culturas do mundo. (Federico Mayor, diretor geral da UNESCO)[1279]

A importância das religiões é sempre mais reconhecida pelos oficiais governamentais e intergovernamentais do alto escalão. Eles solicitaram a cooperação de dirigentes religiosos, através de diálogos sobre pontos de vistas e conselhos. Por exemplo, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), patrono há vários anos, em cooperação com as principais religiões mundiais, do programa *Environmental Sabbath.*[1280] A UNESCO patrocinou diversas conferências consagradas à contribuição dos religiosos à paz mundial. A UNICEF, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), trabalharam em estreita relação com as ONG religiosas e laicas para preparar a Cúpula da Terra. Desde 1971, a conferência mundial das religiões para a paz organizou conferências globais e regionais sobre o tema da paz, reunindo diversos líderes religiosos. O Fórum global dos parlamentares e líderes religiosos patrocinou as conferências mundiais de suma importância, reunindo os representantes governamentais e líderes religiosos em torno dos principais problemas globais. A UNICEF e a UNESCO, que coordenam o Programa mundial de

> Educação para Todos (EPT), lançado na Tailândia, em 1990, associam-se à Global Education Associates para pôr em prática uma estratégia visando a religar as redes religiosas ao EPT pelo intermédio do PG 2000 [Programa Global 2000]. (UNESCO)[1281]

> ‘Façamos a humanidade [e não o homem individualmente, como traz o texto sagrado] à nossa imagem’, declara Deus antes de fazer [...].
> Se fomos feitos à imagem de Deus, então a unidade divina deveria ser visível *graças* a nós. Se o mundo provém de uma unidade sagrada, então, todos os problemas estão unidos uns aos outros. (UNEP)[1282]

Os intelectuais e os invertebrados

As concepções precedentes são retomadas por inúmeros autores ecologistas, e formam a base de seus pensamentos. Os parágrafos seguintes apresentam os escritos mais representativos de intelectuais fazendo autoridade.

> Quando se observa a totalidade, constata-se que ela se assemelha mais ou menos àquela que, há milhares de anos, as grandes religiões viram. E no decorrer dos anos, o progresso e a percepção da humanidade, veiculados por suas organizações mundiais, orientam-se cada vez mais pelas questões morais e espirituais. O ‘desenvolvimento econômico’ dos últimos tempos vem sendo substituído pelo ‘desenvolvimento econômico, social, cultural e espiritual’. Encontramos essas palavras nos relatórios das Nações Unidas, nos discursos dos oficiais e delegados de alto escalão da ONU, assim como nas declarações sobre os direitos do homem. (Robert Muller, ex-secretário adjunto da ONU)[1283]

> A interdependência, a globalização e uma visão de conjunto do nosso planeta e do meio ambiente são atualmente os fatos da vida cotidiana. Mas precisamos de muito mais: nós, distintos humanos, também estamos inseridos no meio ambiente universal, no cosmos, no conjunto da criação e no curso do tempo. É-nos preciso sentir que pertencemos à totalidade do tempo e do espaço, à grandeza dos mistérios do universo. Nós conhecemos e amamos o lugar onde vivemos. Igualmente devemos conhecer e amar

nossa morada planetária e nossa casa, o universo; do infinitamente grande ao infinitamente pequeno. Devemos provar um respeitoso temor diante da beleza e do milagre da criação. Isso talvez seja a nova ideologia espiritual que unirá a raça humana. Precisamos novamente elevar nossos corações e nossos espíritos até a beatitude infinita e o mistério do universo. Somos muito pesados, muito fixados na terra. Devemos novamente nos elevar, como seres da luz, em profunda comunhão com o universo e a eternidade. Precisamos reestabelecer a unidade de nosso planeta e de nossos seres com o universo e a divindade. Nossos pés devem estar na terra e nossos corações nos céus. Devemos ver nosso planeta e nós mesmos como células do universo que, graças a nós, progressivamente tornam-se conscientes de si. É o real caminho para sair da confusão atual. (Robert Muller, ex-secretário geral adjunto da ONU)[1284]

Em todos os domínios – científico, político, social, econômico e ideológico – a humanidade fez suas primeiras classes numa nova era: uma era de globalização, de interdependência e de universalidade; uma era de promessas incríveis, um verdadeiro salto quântico, um evento cósmico de primeira importância que seja, talvez, único no universo. […]

Seja como for, uma dimensão sempre faltou a esta aventura extraordinária [a ONU], uma dimensão sempre lamentada pelos secretários gerais Dag Hammarskjöld, U Thant e Javier Pérez de Cuéllar: a dimensão espiritual, a mais alta, a mais profunda e a mais universal de todas. Aquela que conecta as pessoas. Isso que a ciência, a política, a economia e a sociologia tentaram realizar era, há muito tempo, conhecido por religiões que, para nela aceder, se apoiavam na transcendência, uma consciência elevada e a união com o universo e o tempo. Esta dimensão ainda se encontra fora da política internacional, mas dela precisamos urgentemente. […]

Dag Hammarskjöld, que era ao mesmo tempo um economista racionalista e um observador da política internacional, declara: “Não vejo qualquer esperança para a paz. Tentamos e falhamos miseravelmente. A menos que haja um renascimento espiritual mundial, a civilização está condenada.” […]

O trabalho do Parlamento Mundial das Religiões pode ser uma pedra fundamental na construção do grande Templo da Terra, que espera para ser concluído durante o terceiro milênio. (Robert Muller, ex-secretário-geral adjunto da ONU)[1285]

Não é preciso subestimar esta busca espiritual que Gore nos propõe em diferentes versões: filosófica, moral ou revelada. Tal busca é a marca do nosso tempo, ela se incarna, aqui e acolá, nas tendências da moda, como a terapia familiar ou em uma nova intensidade do sentimento religioso. Gore propõe a seus cidadãos o retorno às raízes em uma nova comunhão com a criação. (Brice Lalonde, prefácio de *Salvar o planeta Terra*, de Al Gore)[1286]

Mas no momento em que a característica destruidora de nossa relação com o mundo natural aparece cada vez com mais clareza, perguntamo-nos se nossas velhas lendas ainda fazem sentido, e se não nos é preciso forjar novas para explicar o sentido e o objetivo da civilização dos homens. [...]

À qual nova lenda recorrer para explicar as relações entre civilização humana e a terra – e como chegamos a tal crise?

Nossa nova lenda deverá nos dar a base de uma relação sã e natural entre os homens e o planeta. A velha história do pacto feito por Deus pela fé, com a terra e com a humanidade, para que os homens sejam gerenciadores honestos e servidores fiéis, oferecia uma forte explicação disso que somos na nossa relação com a Criação. Hoje nos é preciso uma nova versão desta história. [...]

É tempo de colocarmos uma questão análoga sobre nós mesmos, e de nossa relação com o meio ambiente: quando nos confiou a tarefa de dominar a terra, Deus escolheu uma tecnologia adequada? [...]

A riqueza e a diversidade das nossas tradições religiosas constituíram, ao longo da história, um recurso por muito tempo demorado pelos crentes, que temem abrir suas almas aos ensinamentos vindos de outros sistemas de crenças. Mas a emergência de uma civilização em que o conhecimento é livremente difundido, quase instantaneamente, no mundo inteiro, é traduzida por um profundo interesse por diferentes perspectivas de vida oferecidas por outras culturas e por uma nova busca pela sabedoria proposta por outras religiões. Esta visão pan-religiosa poderia se revelar extremamente importante no que concerne à responsabilidade global de nossa civilização no que se refere à Terra.

As religiões dos indígenas americanos, por exemplo, nos propõe uma rica variedade de idéias sobre a nossa relação com a Terra. [...]

[O significado espiritual de nosso lugar na natureza é anterior às culturas dos indígenas americanos. Pode-se, cada vez mais, nele buscar a origem da

civilização humana].[1287] Cada vez mais antropólogos e especialistas em mitologias arcaicas, como Marija Gimbutas e Riane Eisler, estão convencidos de que a ideologia predominante na Europa pré-histórica, e como na maior parte do mundo, repousava no culto de uma única deusa da terra, considerada como a fonte de toda a vida e que espalhava a sua harmonia entre todos os que viviam. A maior parte dos vestígios que atestam a existência desta religião primitiva consiste nos milhares de objetos encontrados em sítios arqueológicos sagrados. Mas esses sítios estão tão espalhados que isso parece confirmar que a prática da religião da deusa-mãe era praticamente universal até o aparecimento dos preâmbulos dos cultos atuais – todos marcados por uma evidente masculinização – que surgiram no Oriente Médio e na Índia para ocultar, ou quase ocultar, a fé na deusa. No entanto, foi necessário esperar o século XV para que o cristianismo viesse apagar os últimos de seus traços na Lituânia. […]

A opinião que melhor corrobora com a documentação é a de que a religião da deusa-mãe revelava a característica sagrada da terra, e acreditava em uma necessidade essencial de harmonia entre todos os que vivem. […]

O teólogo católico Teilhard de Chardin havia destacado: 'O destino da humanidade, bem como o da religião, depende da emergência de uma nova fé no futuro'. [Armados com uma fé semelhante, talvez possamos perceber que é possível sacrificar-se a uma nova terra, de a identificar com a criação de Deus, e aceitar nossa responsabilidade de protegê-la e defendê-la. Podemos, talvez, até considerar a tomada de decisões baseadas em considerações de longo prazo e não de cálculos de curto prazo].[1288]

James Lovelock, o teórico que formulou a hipótese de *Gaia*, sustenta que o sistema complexo da Terra adota inteiramente - e o comportamento de auto-regulação característico de um órgão vivo, que lhe permite manter, através dos tempos, um equilíbrio perfeito entre todos os componentes fundamentais necessários à vida – até as alterações sem precedentes trazidas pela civilização moderna. (Al Gore)[1289]

A construção de uma estrutura mitológica ou religiosa 'atualizada' […] apresentaria, à nossa época, as dificuldades, mas merecem ser levadas em consideração. […]

Sociologia: […] *função criadora de mobilidade*. a) poluição do meio ambiente intensificada [realmente ou midiaticamente]; b) novas religiões ou outras mitologias; (*A Montanha de Ferro*, 1967)[1290]

Contudo, ainda que celebremos esta realização [o fim da Guerra Fria], nos é preciso manter o espírito que poderá criar as novas metáforas e definir a nova metafísica dos tempos vindouros. […]

A tarefa principal do State of the World Forum [Forum sobre o estado do mundo] é de reunir as pessoas de boa vontade, vindas de todos os campos do conhecimento e de todo o planeta para juntos procurarem as novas metáforas e os credos das crenças requeridas para a nova fase do desenvolvimento humano. (State of the World Forum, organização fundada por M. Gorbachev)[1291]

As quatro mesas redondas sobre esse tema [a crise do espírito e a busca de um sentido] trataram dos seguintes assuntos: […] a ecologia como ponto de ligação possível das religiões do mundo. […]

Paradoxalmente, a presente crise ecológica nos oferece a oportunidade de criar uma teologia ecológica ecumênica, fundada em um sentimento de respeito do meio ambiente renovado, que poderá servir de denominador comum e de ponto de ligação a uma cooperação entre as principais religiões mundiais. (State of the World Forum)[1292]

– O senhor crê em Deus?
– (sorrindo) Sou o presidente da Cruz Verde Internacional. Meu Deus é a natureza. (M. Gorbachev)[1293]

Talvez não seja o fim do mundo, mas devemos reconhecer que a crise ecológica reflete uma crise profunda dos valores e finalidades tradicionais, uma crise de espírito. Devemos reconhecer a urgente necessidade de uma renovação na maneira de apreender a natureza e atender uma nova etapa de conhecimento que permite um sistema de desenvolvimento, onde o homem e a natureza sejam integrados. Creio que podemos definir a história do mundo como a história da evolução e do aperfeiçoamento das necessidades humanas com um impulso de novos objetivos e novos valores. […]

Nos tempos antigos, tratava-se a natureza com temor e respeito, como qualquer ser supremo de difícil compreensão. O homem reverenciava a natureza, prestava-lhe culto e considerava uma falta grava qualquer agressão a ela. A aquisição de conhecimentos e técnicas tem conduzido a humanidade a se considerar superior à natureza, e ter como objetivo conquistá-la e submetê-la aos seus próprios interesses. Rapidamente, tornou-se claro que esta arrogância tecnológica resultaria em danos graves e

definitivos. O desprezo de pertencer à natureza e o esquecimento da ligação inseparável que existe entre nosso destino e o destino da Terra são a origem de uma infinidade de desastres. Hoje chegamos ao ponto em que devemos reformular nossos valores e objetivos sociais. (M. Gorbachev)[1294]

A beleza da Terra e da vida que nela se desdobra é o alimento espiritual para o homem. Ela é a fonte de curiosidade, de amor e de criatividade. (Cruz Verde Internacional)[1295]

A vida é sagrada. Cada forma de vida possui seu valor intrínseco, e conosco habita neste planeta, em uma comunidade interdependente. Todos os membros desta comunidade são necessários para o funcionamento do conjunto.
A beleza da Terra e sua vida alimentam o espírito humano e são fontes de maravilhamento, de alegria e de criatividade para a consciência do homem.
Os seres humanos não estão fora da comunidade da vida ou acima dela. Sozinhos não iremos tramar o tecido da vida, pois somos apenas um fio e nossa existência depende do todo. (Carta da Cruz Verde Internacional).

As duas próximas citações mostram que, desde o fim dos anos 60, as preocupações ecológicas serviram de veículo para objetivos espirituais. A primeira é extraída da revista *Science*, prestigiosa publicação da AAAS, Associação Americana para o Progresso da Ciência, que reúne os cientistas americanos.

A relação do homem com a natureza mudou profundamente. Anteriormente, o homem fazia parte da natureza; após [o advento da carruagem], ele explorava a natureza. Em parte alguma [senão no Norte Europeu], os agricultores desenvolveram ferramentas semelhantes. É uma coincidência se a tecnologia moderna, implacável para com a natureza, foi, em grande parte, inventada pelos descendentes desses camponeses do Norte Europeu?
A vitória do cristianismo sobre o paganismo constitui a maior revolução física da história da nossa cultura. […] Por exemplo, nossos hábitos cotidianos são dominados por uma fé implícita em um progresso perpétuo, que era desconhecida tanto na antigüidade greco-romana quanto no Oriente. Ela se enraíza na teleologia judaico-cristã, de onde ela não pode ser separada. […]
Particularmente na sua forma ocidental, o cristianismo é a religião mais antropocêntrica que apareceu. […] O cristianismo, em oposição absoluta

com o paganismo antigo e as religiões asiáticas (salvo, talvez, o zoroastrismo), concebeu um dualismo entre o homem e a natureza e insiste no fato de que é pela vontade de Deus que o homem explora a natureza para seus próprios fins.

No povo, isso leva a um resultado interessante. Na Antigüidade, cada árvore, cada fonte, cada córrego, cada montanha tinha seu próprio *genius loci*, seu gênio protetor. Esses espíritos estavam acessíveis aos homens, mas eram muito diferentes; os centauros, as faunas e as sereias marcavam sua ambivalência. Antes de cortar uma árvore, de abrir uma mina em uma montanha ou represar um riacho, era preciso apaziguar o espírito do lugar e assegurar-se de que ele permanecesse favorável. Destruindo o animismo pagão, o cristianismo tornou possível a exploração da natureza, desprezando as sensações [*feelings*] dos objetos naturais. […]

Os espíritos que habitavam *nos* objetos naturais e que antes tinham protegido a natureza da ação do homem evaporaram-se. Os direitos do monopólio do homem sobre a natureza foram afirmados e as antigas inibições relativas à exploração da natureza desapareceram. […]

O conceito de floresta sagrada é totalmente estranho ao cristianismo e à ética ocidental. Durante aproximadamente dois milênios, os missionários cristãos derrubaram as florestas sagradas, idólatras, pressupondo que lá estavam os espíritos da natureza.

Isso que fazemos em matéria de ecologia depende de como concebemos a relação entre o homem e a natureza. Mais ciência e tecnologia não nos fará escapar da crise ecológica atual [1967], a menos que encontremos uma nova religião ou repensemos a antiga. Os *beatniks*, que são hoje os verdadeiros revolucionários, nos dão prova de um instinto seguro, interessando-se pelo zen budismo, cuja concepção da relação entre o homem e a natureza é a imagem inversa daquela do cristianismo. O zen, no entanto, é bastante dependente da história asiática, assim como o cristianismo depende da história do Ocidente, e eu duvido que seja possível o importarmos. […]

O crescimento [dos problemas ecológicos] só pode ser compreendido historicamente, referindo-se a certas atitudes, em relação à natureza, profundamente enraizadas no dogma cristão. O fato de que a maior parte das pessoas não percebam essas atitudes como cristãs não é importante. Nossas sociedades não chegaram a um acordo sobre os novos valores para substituir os valores cristãos. A crise ecológica, portanto, agravar-se-á,

enquanto não pudermos rejeitar o axioma cristão, segundo o qual a razão de ser da natureza é a de servir o homem. […]

Dado que as raízes de nossos problemas são, em grande parte, religiosas, suas soluções deverão também ser essencialmente religiosas, qual seja o nome que a elas daremos. Devemos repensar e reconsiderar nossa natureza e nosso destino. (*Science*)[1296]

As principais potências comunistas e ocidentais devem substituir as obsessões da Guerra Fria, que estão em via de desaparecer, pelos objetivos que poderiam prosseguir em comum acordo, e que beneficiariam a todos. Uma perspectiva de esperança e de criatividade está se tornando uma necessidade espiritual urgente para os jovens de todo o mundo. Poderíamos encontrar um projeto mais adaptado a esses objetivos, que permita fazer desaparecer a ansiedade e hostilidade que minam as relações internacionais, do que um grande esforço internacional destinado a reestabelecer a esperança, a beleza e a salubridade do meio ambiente em que o homem vive? (G. Kennan, CFR, 1970)[1297]

É talvez, e provavelmente, a tradição judaico-cristã, em seu apogeu no pensamento dos puritanos anglo-saxões, que nos conduziu a este impasse. Pois existem no mundo outras culturas: as metafísicas da Ásia, as instâncias do amor do budismo, as preocupações morais do confucionismo, as culturas naturalistas da África e também de outras culturas, que são mais disponíveis que a nossa. A nossa está essencialmente fixada, seja na forma capitalista, seja na forma marxista, nos valores puramente materiais. Isto é que devemos corrigir em nós. (Clube de Roma, 1972)[1298]

Seria preciso dar prioridade ao não-material e mudar a escala de valores. Foi-se o tempo em que as igrejas comandavam as necessidades espirituais e faziam reinar uma moral específica. (Clube de Roma, 1972)[1299]

[É urgente] proporcionar a todos os povos, desta geração e das seguintes, um bem-estar generalizado e durável, numa perspectiva holística, mundial ou mesmo **cósmica**. (Clube de Roma)[1300]

No entanto, esse retorno a si é apenas um aspecto de uma questão mais vasta: sobre quais valores espirituais e éticos – se eles existem – funda-se a nova sociedade mundial que observamos atualmente emergir? […]

Refundar os valores morais e espirituais

Se ela não beber da fonte de valores morais e espirituais capazes de orientar seu dinamismo, a sociedade mundial para a qual nos dirigimos arrisca-se a simplesmente não existir. (Clube de Roma)[1301]

Há uma grande necessidade, é claro, de uma nova concepção da vida, a qual teria de recorrer deliberadamente aos valores [morais e espirituais] para dar aos homens objetivos que tenham sentido. (Clube de Roma)[1302]

Não podemos imaginar uma sociedade mundial que não fosse fundada sobre os valores [morais e espirituais] – comuns ou compatíveis –, valores que determinarão os componentes, a vontade de fazer face junto aos desafios, a coragem moral de neutralizá-los e de tomar o controle da mudança. (Clube de Roma)[1303]

A dimensão espiritual e moral não é mais um objeto de desprezo ou indiferença, ela é percebida como uma necessidade que deverá desembocar em um novo humanismo [maçônico]. (Clube de Roma)[1304]

Carta aberta da comunidade científica à comunidade religiosa (janeiro de 1990)

[…] Hoje, de repente e sem aviso, o número de homens tornou-se considerável e nossa tecnologia adquiriu poderes imensos e, por vezes, terrificantes. […]

[A humanidade se inflige os seguintes males:] destruição da camada de ozônio, aquecimento global sem precedentes desde os últimos 150 milênios; destruição de meio hectare de floresta a cada segundo; extinções rápidas de espécies; e a perspectiva de uma guerra atômica global que ameaçaria a maior parte da população mundial. […] Não estamos longe de cometer – e muitos argumentam que já cometemos – isso que às vezes chamamos, na linguagem religiosa, de ‘crimes contra a criação’.

Os problemas desta importância, cujas soluções exigem perspectivas bastante amplas, devem ser reconhecidos imediatamente como tendo uma dimensão religiosa, para além de sua dimensão científica. […]

Mas outras abordagens, mais eficazes, de longo alcance e integração de longo prazo, chocar-se-ão com uma inércia generalizada, com rejeições e resistências. Entre essas abordagens, incluem-se a passagem dos combustíveis fósseis às fontes de energias não-poluentes, o cessar da corrida aos armamentos nucleares e a interrupção voluntária do crescimento

> da população mundial, sem os quais outros numerosos esforços para preservar o meio ambiente estão condenados ao fracasso. […]
>
> A crise do meio ambiente necessita de mudanças radicais, não apenas nas políticas governamentais, mas também nos comportamentos individuais. […]
>
> Como cientistas, muitos de nós temos sentido profundos sentimentos de temor e veneração diante do universo. Aquilo que é considerado sagrado, mais provavelmente será tratado com respeito. Nossa morada planetária assim deveria ser percebida. Os esforços para salvaguardar nosso meio ambiente devem ser animados por uma visão do sagrado. […]
>
> Assinado:
>
> Carl Sagan, Universiade de Cornell, Ithaca, NY.
>
> M.I. Budyko, Instituto Nacional de Hidrologia, Leningrado.
>
> Paul J. Crutzen, Instituto de Química Max Plank, Mayence, Alemanha Ocidental.
>
> Stephen Jay Gould, Universidade de Harvard, Cambridge, MA.
>
> James E. Hansen, Instituto Goddard de Estudos Espaciais, NASA, NY.
>
> Roger Ravelle, Universidade da Califórnia.
>
> Walter Orr Roberts, Centro Nacional de Pesquisa Atmosférica, Boulder, CO.
>
> Stephen H. Schneider, Centro Nacional de Pesquisa Atmosférica, Boulder, CO.
>
> O.B. Toon, Centro de Pesquisas Ames, NASA.
>
> Richard P. Turco, Universidade da Califórnia […].[1305]

A lista de signatários contém trinta e dois nomes, incluindo três membros da Academia de Ciências Soviética. Nela se encontram os protagonistas das teorias do aquecimento global, do buraco na camada de ozônio e do inverno nuclear.

> Muitas vocações de ecologistas, a minha inclusive, nasceram da defesa do ‘gênio’ de um lugar, essa impressão forjada pelo diálogo pluri-secular de uma comunidade humana com a natureza.
>
> Uma moral implícita subjacente a este pensamento: o respeito à Vida [!] na sua abundância e espontaneidade; ela é o acolhimento do que não é

humano, ou seja, a Natureza considerada como força vital com a qual é preciso compor. […]

Isso é o que os indígenas da América do Norte e os Malanésios chamam de terra sagrada dos ancestrais, é o que todos os povos do mundo chamaram ‘sua’ terra. […] Cada lugar tem sua alma, seu gênio, convergência das energias acumuladas pelo trabalho da Natureza e do Homem. […]

Para os antigos, a Natureza era a morada dos deuses, conferiam à grande floresta, ao rio e à montanha uma personalidade sagrada que impunha respeito. Temida e amada, a Terra dos druídas e dos ameríndios tinha uma alma múltipla, da qual a Humanidade era apenas um prolongamento. (Antoine Waechter)[1306]

A criação de sociedades duráveis, humanitárias, fixadas na terra, reconhece que o direito à existência da espécie humana não prevalece sobre o de qualquer outra espécie, e que, conseqüentemente, devemos controlar nossa população e nossos esquemas de consumo.[1307]

A ecologia, da mesma maneira [que a revolução copernicana], define um novo sistema solar, onde não é mais a natureza que gira em torno do homem, mas o inverso. Trata-se, portanto, de romper com o antropocentrismo ocidental, com a civilização judaico-cristã que busca a sua justificação na dominação da natureza; os ameríndios por sua vez, têm uma visão do homem como parte integrante da natureza. […]

Em Estocolmo, a fé na técnica era absoluta, como testemunha o preâmbulo da declaração de 1972: ‘O homem é ao mesmo tempo criatura e criador de seu meio ambiente, que assegura a sua subsistência física, social e espiritual’ [Conferência de Estocolmo].[1308] […]

A natureza, os seres humanos perderam o que restava de sagrado, que tornou-se objeto profano de investigação humana; aos tabus que limitavam as atividades humanas, será preciso substituir as restrições livremente consentidas: as leis. ‘É a vida e a própria natureza que são profanadas, e não mais apenas o ser humano’.[1309] […]

Os participantes da Conferência de Paris, as Raízes do Futuro, alegraram-se com o renascimento da espiritualidade, e a reafirmação do apego aos valores que irão assegurar a sobrevivência do homem e da natureza.[1310] (Christian Brodhag, presidente da comissão para o desenvolvimento da segunda Cúpula da Terra, Nova Iorque, junho de 1997)[1311]

A carta da terra[1312]

Texto preparado pelas organizações não-governamentais reunidas no Rio de Janeiro, de 3 a 14 de junho de 1992

Preâmbulo

Nós somos a Terra, os humanos, plantas e animais, chuvas e oceanos, a respiração da floresta e as correntes do mar.

Nós honramos a Terra como o lar de todos os seres viventes.

Nós apreciamos a beleza da Terra e a diversidade da vida.

Nós acolhemos com reconhecimento a capacidade da Terra de renascer como base de toda a vida.

Nós reconhecemos o lugar particular dos povos indígenas da Terra, seus territórios, seus costumes e sua relação única com a Terra.

Nós estamos consternados pelo sofrimento humano, a pobreza e os danos causados à Terra por desigualdade de poder.

Nós aceitamos partilhar a responsabilidade de proteger e de restaurar a Terra e de permitir um uso sábio e equitativo dos recursos, de maneira a alcançar um equilíbrio ecológico e novos valores sociais, econômicos e espirituais.

Dentre toda a nossa diversidade, somos um […]

Nós nos engajamos a perseguir uma paz autêntica, que não se expressa simplesmente na ausência de guerra, mas inclui a erradicação da pobreza, a promoção da justiça social e o bem-estar econômico, espiritual, cultural e ecológico. (Christian Brodhag)[1313]

Temos de retornar à realidade de que a qualidade de vida é fundada no desenvolvimento das relações humanas, na criatividade, na expressão cultural e artística, na espiritualidade e no respeito ao mundo natural e à celebração da vida, e que isso não depende do crescimento do consumo dos bens materiais não-fundamentais. (Christian Brodhag)[1314]

Sugerimos que o conceito de biodiversidade nasceu do equilíbrio entre a compreensão espiritual de que a vida é única, e a compreensão científica de que a diversidade da vida é interconectada. (Christian Brodhag)[1315]

A proteção da água [deveria] compreender quatro perspectivas distintas: '[…] *d)* como recurso do meio ambiente, é um patrimônio comum que a sociedade deve utilizar, preservar e conservar, enfatizando os aspectos culturais e espirituais que a ela estão ligados. (Christian Brodhag)[1316]

Rudolf Bahro chegou à Alemanha Ocidental em outubro de 1979, após passar pelas prisões da Alemanha Oriental,[1317] a exemplo de inúmeros “dissidentes”. Imediatamente se junta ao lado dos Verdes, que vinham dos seus primeiros sucessos eleitorais. Tendo ultrapassado os cinco por cento dos votos, haviam conquistado algumas cadeiras nas assembléias regionais. Considerado, segundo seus próprios termos, “como um ecologista suspeito enquanto estava preso na Alemanha Oriental”, foi um dos fundadores do novo partido Verde. Eleito ao diretório executivo federal, desde o início se destacou como um dos membros mais influentes. Considerado um “fundamentalista verde”, defendia a desintegração do mundo industrial que, segundo ele, “é a melhor coisa que pode acontecer… Precisamos a isso aderir e favorecer o tanto quanto possível”.

Nos discursos de Bahro pululam referências milenaristas e de apelos a um despertar espiritual. O modelo social por ele defendido é o das comunidades monásticas. Sua fonte de inspiração é a reforma beneditina. Seu objetivo é de criar uma “nova psicologia”. Bahro deixa os Verdes em junho de 1985, em desacordo sobre a questão dos direitos dos animais. Os textos seguintes foram redigidos de novembro de 82 a junho de 85.

> A nova cultura encontrará uma dimensão espiritual, mesmo que seja apenas para quebrar o círculo vicioso da expansão material. […]

A cultura judaico-cristã, assim como as bases indo-germânicas sobre as quais ela se funda, devem ser remodeladas. O problema reside naquilo que John Galtung chamou de ‘cosmologia européia’, a saber, a ideologia, a concepção de mundo e os modos de comportamento psico-somáticos que nos foram transmitidos. […]

Se observarmos historicamente as fundações sobre as quais as novas culturas foram estabelecidas, ou as antigas foram profundamente modificadas, chegaremos sempre no fato de que nessas épocas as pessoas se voltavam para as camadas de consciência, tradicionalmente chamadas religiosas. […]

É-nos preciso uma nova ordem de beneditinos. […]

A diferença entre as forças criadoras e as forças de inércia não é nem econômica nem sociológica, mas psicológica e, em última análise, religiosa (naturalmente, aqueles que não compreendem e querem consultar a ‘Igreja’ sobre esse assunto, são livres para fazê-lo). Mais precisamente, somente as forças criadoras exprimem suas práticas em termos religiosos; nos domínios da psicologia social, as forças de inércia não têm acesso às fontes inconscientes da renovação de onde brota a ressurreição da cultura. (Bahro) [1318]

Assim, a palavra religião não pode mais ser limitada às religiões com deuses. Mas, como nos recusamos a encarar a religião de segundo tipo (providencialismo e salvação), por que evocar a palavra religião?

Porque temos necessidade, para continuar a hominização e civilizar a Terra, de uma *força comunicativa e comunicante*. […]

Pode-se encarar uma religião terrestre de terceiro tipo que seria uma religião da perdição?

Se o evangelho dos homens perdidos e da Terra-Pátria pudesse dar vida a uma religião, esta seria uma religião que estaria em ruptura com as religiões da salvação celeste, e também com as religiões de salvação terrestre, com as religiões para deuses e com as ideologias, ignorando a natureza religiosa. Mas esta seria uma religião que poderia compreender outras religiões e as ajudar a reencontrar sua fonte. O evangelho da anti-salvação pode cooperar com o evangelho da salvação precisamente na fraternidade que lhes é comum. […]

Seria uma religião que comportaria uma missão racional: salvar o planeta, civilizar a Terra, efetivar a unidade humana e salvaguardar sua diversidade.

[…]

Seria uma religião sem deus, mas onde a falta de deus revelaria a onipresença do mistério. (Edgar Morin, Anne Brigitte Kern)[1319]

Pode-se praticar, na espera inquieta de um segundo dilúvio, uma religião diligente do mundo?

Eis, então, a segunda lei, que nos pede para amar o mundo. Esta obrigação contratual se divide nesta velha lei local, que nos liga ao solo onde repousa nossos ancestrais, e uma nova lei global, que nenhum legislador, que eu saiba, jamais escreveu, que de nós requer o amor universal da Terra física. […]

Devemos aprender e ensinar ao nosso redor o amor do mundo, ou de nossa Terra, que, doravante, podemos contemplar inteiramente.

Amar nossos dois pais, natural e humano: o solo e o nosso próximo; amar nossa mãe humana, a humanidade, e nossa mãe natural, a Terra. […]

Eis que voltaremos a ser, de repente, o que jamais deixamos de ser: primitivos. Pela energia de seu ímpeto, a performance altamente sofisticada redescobre em nós o anarquismo.

Ficamos enterrados em nosso passado longínquo, sem vê-lo, até a cintura, até os olhos. Assistimos, perturbados, a uma celebração antiga, cujos fastos celebram as constelações calmas e as forças naturais que rebentam e fulminam; estamos nos preparando para uma era esquecida da nossa pré-história, no outro sentido de espaço e tempo. […]

A maior maçã. […]

Emoção indescritível: a mãe, minha fiel mãe, nossa mãe cenobita, desde que o mundo é mundo, a mais pesada, a mais fecunda, o mais santo átrio materno, corpo casto desde sempre e sempre em gestação, virgem e mãe de todos os vivos, o melhor que vive, matriz universal não-reprodutível de qualquer vida possível, espelho dos gelos, assento das neves, vaso dos mares, rosa dos ventos, torre de marfim, casa de ouro, arca da aliança, porta do céu, salvação, refúgio, rainha rodeada de nuvens, quem saberá deslocá-la, quem poderá tomá-la em seus braços, quem irá protegê-la, se ela arrisca-se a morrer e quando ela entrará em agonia?

Aqueles que perderem a Terra nunca mais saberão chorar. […]

Quem sou? Uma tremulação do nada, vivendo em um terremoto permanente. Ora, durante um momento de profunda felicidade, ao meu corpo vacilante vem se unir a Terra espasmódica. Quem sou eu, agora, por

alguns segundos? A própria Terra. Comunhão de ambos, ela e eu amando, duplamente desesperados, juntos palpitando, reunidos numa aura.

Eu a vi há pouco, com meus olhos e minha razão; enfim, pelo meu ventre e pelos meus pés, pelo meu sexo eu sou a Terra. Posso dizer que a conheço?

A reconheceria, ao mesmo tempo, como minha mãe, minha filha e minha amante?

Devo deixá-la assinar? (Michel Serres)[1320]

Para tentar responder [a essas interrogações ecológicas], é preciso compreender o comportamento do homem moderno ocidental e, para isso, é preciso interrogar os fundamentos de sua cultura, assim como a de outros povos que não formaram o mundo moderno. A religião do homem ocidental moderno, antes de tudo, tem como premissa a existência de um Deus único que criou o homem à sua imagem; a crença que o homem – e somente o homem – personifica Deus na Terra; que ele goza, neste mundo, de um *status* distinto, privilegiado pela relação com todas as outras formas de vida; e que a natureza foi criada para estar à sua disposição.

Esta visão é, de fato, diferente da visão religiosa dos povos ditos primitivos. Eles não podem conceber o homem como indivíduo existente em si, separado das forças animadas e inanimadas que o circundam. Os homens e as mulheres das sociedades primitivas aproximavam-se da natureza de uma forma cheia de respeito e veneração. No mundo primitivo, a relação do homem com a natureza não é a de explorador-explorado, mas uma relação de harmonia. Para o homem moderno, pelo contrário, a natureza é um terreno de investigação, de análise e, no final das contas, de exploração.

Budistas e hinduístas tradicionais estão convencidos de que os problemas da sociedade ocidental provêm da dicotomia que percebemos entre o homem e a natureza.

Eles estimam que esta ruptura é resultado das premissas fundamentais da tradição judaico-cristã, e que esse contexto autoriza o homem ocidental a crer que a natureza existe para estar submissa à sua vontade e à agressividade de seus instintos. […]

Aí está a verdadeira questão fundamental: como impor uma disciplina a esses semideuses modernos: a ciência e a economia? Somente aceitando que existe algo mais importante: o sagrado. Não me peçam para defini-lo, pois cada um deve possuir sua própria definição de sagrado, seja ela

formalmente religiosa ou não. Mas todas as sociedades humanas têm necessidade de um engajamento espiritual. […]

E a semente de todo progresso é que as religiões compreendam a necessária comunhão entre o homem e a natureza. (Jimmy Goldsmith)[1321]

Esta ofensiva religiosa multiforme, apoiada por todas as forças revolucionárias, acaba por influenciar a maior parte das religiões. Podemos, aqui, abordar apenas ligeiramente esta questão que também levanta terríveis problemas.

Declaração dos dirigentes religiosos na então cúpula sobre o meio ambiente (3 de junho de 1991)

[…] **Nós cremos que atualmente existe um consenso entre os principais dirigentes de um grande número de tradições religiosas, para fazer da justiça e da proteção do meio ambiente, uma das prioridades principais dos crentes.**

A resposta a esta preocupação pode e deve ultrapassar as fronteiras religiosas e políticas. Ela tem a capacidade de unificar e de renovar a vida religiosa. […]

Assinado [por 24 dirigentes religiosos, incluindo]:

Monsenhor Vinton R. Anderson, presidente do conselho ecumênico das Igrejas (WCC)

O rabino Marc D. Angel, presidente do Conselho Rabínico dos Estados Unidos.

O reverendíssimo Edmond L. Browning, bispo-presidente e primaz da Igreja episcopal.

Monsenhor Willian B. Friend, presidente do Comitê para as Ciências e os Valores Humanos, Conferência Nacional [americana] dos Bispos Católicos.

Sua Eminência o arcebispo Iakovos, primaz da arquidiocese da América do Norte e do Sul da igreja ortodoxa grega.

O reverendíssimo James Parks Morton, deão da catedral do divino São João. […][1322]

O dirigente do Conselho Canadense das Igrejas e do Conselho Nacional [americano] das Igrejas [a maior organização ecumênica dos Estados

> Unidos], declararam que irão fazer pressão sobre os seus governos, para levá-los a tomar decisões para lutar contra o efeito estufa.
>
> ‘É uma questão espiritual e não um simples problema técnico. A criação de Deus é atacada… conseqüência de nossas ações irresponsáveis’, declara o reverendo Bruce McLeod, presidente do Conselho Canadense das Igrejas. […]
>
> ‘Nós, dirigentes das igrejas, temos sido lentos para tomar consciência da importância da questão do efeito estufa. Hoje nos parece ser um problema que concerne à fé, à espiritualidade e à justiça’, disse o comunicado [conjunto divulgado pelos dois conselhos].
>
> O aquecimento global ameaça o bem-estar de toda a criação de Deus. Nossas irmãs e irmãos mais pobres do Hemisfério Sul sofrerão de maneira desproporcional, por uma crise provocada, em grande medida, pelos países ricos do Norte.
>
> Os dirigentes religiosos estão se dedicando a um ‘ministério de ensino’ que insiste, entre outras coisas, no ‘feito ecologicamente devastador de nosso modo de vida, baseado no desperdício’. A declaração acrescenta: ‘Nós celebramos a nossa crença de que a fé nos chama para sermos vizinhos de toda a vida’.[1323]
>
> Certos dirigentes religiosos têm sustentado que só uma verdadeira transformação religiosa pode provocar as modificações de comportamento necessárias; uma mudança de paradigma cosmológico que permita aos homens verem a si mesmos como pertencentes ao tecido da vida, e não situado acima dele (ver o artigo de Tucker). Eles sustentam que tal mudança de perspectiva é necessária para reencantar o mundo, os animais e as plantas, para reestabelecer o sagrado da natureza, perdido durante o período da industrialização.[1324]



Os problemas globais e sistêmicos transcrevem, em termos políticos, a visão holística e a doutrina gnóstica e panteísta da onipresença da alma universal. Eles justificam a revolução religiosa mundial, que repudia o sobrenatural e a vocação do homem, para limitá-lo à esfera natural. Esta foi precisamente a causa da queda de

Lúcifer, a origem do orgulho: enxergando apenas a sua própria natureza, recusando a olhar para cima e encontrar a beatitude, em uma natureza superior a sua própria, ele repudiou o sobrenatural e sucumbiu à tentação do *naturalismo*.[1325]

A negação do sobrenatural reduz, assim, o homem abaixo de sua própria natureza. A revolução religiosa mundialista exige uma transformação radical da natureza humana. O homem deve parar de se considerar o centro da Terra. Conformar-se em ver a si mesmo rebaixado ao nível dos outros seres, aceitando-se como um simples elemento constitutivo do mundo. Tal inversão na concepção da natureza humana consiste uma atitude essencialmente religiosa, e aqui pouco importa saber se esta transformação é objetivamente realizável, dado que ela foi e ainda é veiculada – subjetivamente – por todos os panteísmos. As conseqüências espirituais, sobrenaturais e políticas da revolução religiosa serão incomensuráveis. E como se surpreender que ela negue a Revelação e os fins derradeiros do homem, para dele fazer apenas um elemento de um Todo divinizado e, portanto, totalitário?

1204. Sobre esse tema: Leão XIII, *Humanum genus;* Monseigneur Henri Delassus, *La conjuration antichrétienne*, Lille, Desclée, De Brouwer, 1910.
1205. M. l'abbé Sicard, *A la recherche d'une religion civile*, Paris, Librairie Victor Lecoffre, 1895.

1206. Décimo e último dia da 'década', que, segundo o calendário republicano francês de 1793, representava uma semana de dez dias – NT.
1207. *Ibid*., p. 125.
1208. *Ibid*., p. 130.
1209. Messidor: décimo mês no calendário republicano adotado em 1793, teria lugar entre junho e julho do nosso calendário; já brumário, o segundo, entre outubro e novembro – NT.
1210. Arrêté du Directoire [Despacho do Diretório], 12 de junho de 1796, assina Carnot.
1211. *A la recherche d'une religion civile, op. cit*., p. 74-76.
1212. Ver também: Ps 8, 6-8; Sb 9, 2-3; Ecl 17, 2-4; ICor 15, 27; Ef 1, 22; *Gaudium et spes*, 12 § 1-3.
1213. Suma Teológica, I, 8, 1. [Ed. Loyola, São Paulo, 2º ed., 2003, p. 220 – NT]
1214. *Ibid*., I, 8, 2.
1215. *Ibid*., I, 8, 3.
1216. *Ibid*., I, 8, 1.
1217. *Aspects éducatifs, sociaux et culturels des problèmes de l'environnement et questions de l'information*, Nations unies, Assemblée générale, Stockholm, 5-16 de junho de 1972, A/CONF.48/9, p. 8 e 9.
1218. *Relatório Final*, Congresso Internacional sobre a paz nos espíritos dos homens, Yamoussoukro, *op. cit*., UNESCO, p. 29.
1219. *Ethics & Agenda 21, op. cit.*, UNEP, p. 47.
1220. *Dimensions éthiques et spirituelles du progrès social*, Sommet mondial pour le développement social, Copenhague, *op. cit*., United Nations, p. 106.
1221. *Changing minds – Earthwise*, Paris, UNESCO-UNEP, 1991 (?), p. 19.
1222. *Ibid*., p. 17 sq.
1223. *Ibid*., p. 20.
1224. *Rotim ou ratã (Calamus rotang)* é uma palmeira, nativa da Índia, de onde se extraem tiras para confecção de assentos, cadeiras e outros móveis. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001 – NT.
1225. E.O. Wilson, *Biophilia: The Human bond with other species*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1984. E.O. Wilson, *Biophilia and the conservation ethic.* In: Kellert, S.T. and Wilson, E.O. (eds), *The Biophilia Hypothesis*, Island Press, Washington, D.C., and Shearwater Books, Covelo, Calif.

1226. *Global Biodiversity Assessment, Published for the United Nations Environment Program*, Cambridge University Press, 1995, p. 838, 839. O prefácio deste trabalho é assinado pelo diretor executivo do UNEP. Os direitos autorais estão em nome do UNEP. Grifos nossos.
1227. A versão francesa (A/CONF.151/26, vol. IV) traz "au-delà" (além) enquanto a versão em inglês (A/CONF.151/26/Rev.1, vol. II) traz "além e acima" (*over and above*). Os documentos não determinam a língua original desse texto.
1228. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26, vol IV, p. 76.
1229. Edith Brown Weiss, *Environmental Change and Internacional Law, op. cit.*, p. 222 *sq*. O autor dessas linhas, Raghunandan Pathak, teve assento na Suprema Corte indiana e, depois, na Corte Internacional de Justiça de Haia.
1230. Marilyn Fergusson, *Les enfants du Verseau (The Aquarian Conspiracy)*, Calmann-Lévy, Paris, 1981, p. 23.
1231. "Nome da deusa da Terra dos gregos".
1232. Joseph Ki-Zerbo, *Compagnons du Soleil [Companheiros do sol], op. cit.*, p. 8 *sq*.
1233. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26, vol. IV, p. 57 *sq*.
1234. David Bohm, *La plénitude de I'univers [A plenitude do universo]*, Paris. Editions du Rocher, 1987.
1235. Déclaration de Vancouver pour la survie dans le XXI[e] siècle [Declaração de Vancouver para a sobrevivência no século XXI]. UNESCO, 15 de setembro de 1989. Palavras destacadas no texto original.
1236. Pierre Weil, *L'art de vivre en paix [A arte de viver em paz], op. cit.*, UNESCO, p. 49 *sq*.
1237. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26 vol. IV, p. 82.
1238. *Ethics & Agenda 21, Moral Implication of a Global Consensus, op. cit.*, UNEP, p. 110.
1239. *Dimensions éthiques et spirituelles du progrès social, op. cit.*, ONU, p. 107.
1240. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26 vol. IV, p. 57. Discurso de encerramento de Maurice Strong.
1241. *Ethics & Agenda 21, Moral Implications of a Global Consensus, op. cit.*, UNEP, p. 50 *sq*.
1242. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26/Rev. 1 (Vol. I), p. 497. *Declaração de princípios, não juridicamente vinculativa, mas de autoridade*

requerida por um consenso mundial sobre a gestão, conservação e exploração ecologicamente viável de todos os tipos de florestas.
1243. *Ibid.*, p. 500.
1244. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26/Rev.1 (Vol. I), p. 142.
1245. *Ibid.*, p. 217.
1246. *Ibid.*, p. 454.
1247. *Ethics & Agenda 21, Moral Implications of a Global Consensus, op. cit.*, UNEP, p. 111.
1248. Edith Brown Weiss, *Environmental Change and International Law, op. cit.*, p. 394 *sq.*
1249. *Ibid.*, p. 226. O autor dessas linhas, Raghunandan Pathak, teve assento na Suprema Corte indiana e, depois, na Corte Internacional de Justiça de Haia.
1250. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26 (Vol. IV), p. 74. Discurso de encerramento de Boutros Boutros-Ghali.
1251. Edith Brown Weiss, *Environmental Change and International Law, op. cit.*, p. 222.
1252. Santo Agostinho, Cidade de Deus, I, XX.
1253. T.C. Whitmore e J.A. Sayer, *Tropical Deforestation and Species Extinction*, IUCN, *op. cit.*, p. xvi.
1254. *Ethics & Agenda 21, Moral implications of a Global Consensus, op. cit.*, UNEP, p. 62 *sq.*
1255. *Global Biodiversity Assessment, Published for the United Nations Envoronment Program, op. cit.*, p. 836.
1256. Edith Brown Weiss, *Environmental Change and International Law, op. cit.*, p. 225.
1257. *Ethics & Agenda 21, Moral implications of a Global Consensus, op. cit.*, UNEP, p. 107
1258. *Gaudium et spes*, 14 § 3.
1259. *Ibid.*
1260. *Ibid.*, 24 § 3.
1261. *Ibid*, 14 § 3.
1262. *Use and conservation of the biosphere*, Paris, UNESCO, 1970. *Relatório final*, Conferência Intergovernamental sobre a Educação Relativa ao Meio Ambiente, organizada pela UNESCO com a cooperação do PNUE, *op. cit.*, 1978, p. 14 e 22.
1263. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26 (Vol. IV), p. 8.
1264. *Ibid.*, p. 45.

1265. Peter Berger, *The Heretical Imperative,* New York, Garden City, 1980, p. 10 e 25.
1266. *L'universalité est-elle menacée? [A universalização está ameaçada?], op. cit.*, Nações Unidas, p. 189.
1267. *Dimensions éthiques et spirituelles du progrès social [Dimensões éticas e espirituais do progresso social], op. cit.*, ONU, p. 12 e 16.
1268. O autor se refere, algumas linhas mais tarde, ao artigo de S. H. Nasr, "One is the Spirit and many it's Human Reflections", in *The Need for a Sacred Science* (Albany, New York, 1993). A aproximação das teses de Frithjof Schuon se impõe.
1269. *Dimensions éthiques et spirituelles du progrès social [Dimensões éticas e espirituais do progresso social], op. cit.*, ONU, p. 57 e 61.
1270. *Ethics & Agenda 21, Moral implications of a Global Consensus, op. cit.*, UNEP, p. 48.
1271. *Notre Avenir à tous [Nosso futuro comum], op. cit.*, CMED, p. 133, Ver também a p. 131.
1272. Baer, Richard A., Jr., "Religion and Environment", paper presented to 21st Nat'l Cons'n , Ed. Ass'n Conf., Syracuse, N.Y., 11-14 de Agosto de 1974, p. 10.
1273. *A Guide on Environmental Values Education*, UNESCO-UNEP Environmental Education Program, *op. cit.*, p. 16. Ver também as páginas 65 e 66.
1274. Dominique Dhombres, "La futurologie a de l'avenir", *Le Monde*, 31.7.1997, p. 9.
1275. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/4 (Parte I), p. 51 e 60.
1276. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26/Rev. 1 (Vol. III), p. 84 *sq.*
1277. *Dimensions éthiques et spitituelles du progrès social, op. cit.,* ONU, p. 14 e 18. Os parágrafos i) e iii) são inteiramente sublinhados no original.
1278. *Ibid.*, p. 53.
1279. Joseph Ki-Zerbo, *Compagnons du Soleil [Companheiros do Sol], op. cit.* p. 4.
1280. *The United Nations Environmental Sabbath Service*, criado em 1990, conclama a todos para rezar pela salvação do planeta, com ritual litúrgico e orações próprias do programa, a um ente supremo desconhecido e indefinido – NT.
1281. *La contribution des religions à la culture de la paix [A contribuição das religiões à cultura da paz], op. cit.*, UNESCO, p. 127.

1282. *Ethics & Agenda 21, Moral Implications of a Global Consensus, op. cit.*, UNEP, p. 115 *sq*.
1283. Robert Muller, *New Genesis, Shaping a Global Spirituality, op. cit.* p. 122.
1284. *Ibid.*, p. 37.
1285. Joel Beversluis, Ed., *A SourceBook for the Community of Religions*, The Council for a Parliament of the World's Religion, Chicago, 1993, p. ix *sq*. Prefácio de Robert Miller. Ver também a página 148.
1286. Al Gore, *Salver la planète Terre [Salvar o planeta Terra], op. cit.*, p. 7.
1287. Passagem ausente na tradução francesa.
1288. *Ibid.*
1289. *Ibid.*, p. 194 isq., 212, 227 *sq*. Ver também a versão inglesa, p. 12, 15, 245, 254.
1290. Leonard Lewin, *La paix indésirable [A paz indesejada]*, *op. cit.*, p. 13.
1291. *1996 Final Report*, State of the World Forum, *op. cit.*, p. 13.
1292. *1996 Final Report*, State of the World Forum, *op. cit.*, p. 95 e 97.
1293. Mikail Gorbachev: "É preciso render homenagem a Ronald Reagan…", entrevista com M. Gorbachev, *Le Figaro*, 1.6.93, p. 32, col. 3.
1294. M. Gorbachev, discurso pronunciado em Haia, no dia 20 de abril de 1993. *In* Documentos de apresentação da Cruz Verde Internacional.
1295. Cruz Verde Internacional, documentos de apresentação.
1296. Lynn White Jr., The Historical Roots of Our Ecologic Crisis, *Science*, 10 de março de 1967, p. 1203-1207.
1297. George F. Kennan, To prevent a World Wasteland, *op. cit.* p. 413.
1298. *Halte à la croissance?, op. cit.*, p. 56; declaração de Aurélio Peccei, fundador do Clube.
1299. *Ibid.*, p. 86; declaração de Edouard Pestel, membro do Clube.
1300. *Questions de survie; La révolution mondiale a commencé, op. cit.*, p. 205; grifos nossos.
1301. *Ibid.*, p. 207.
1302. *Ibid.*, p. 208.
1303. *Ibid.*, p. 209.
1304. *Ibid.*, p. 213.
1305. Joel Beversluis, Ed., *A SourceBook for the Community of Religions*, The Council for a Parliament of the World's Religion, *op. cit.*, p. 141 *sq*.
1306. Antoine Waechter, *Dessine-moi une planète, op. cit.*, p. 18, 123 *sq*., 152.
1307. "Justiça entre os povos, justiça entre as gerações", texto preparatório para a conferência mundial das ONG, as Raízes do Futuro, Paris, 17-20 de dezembro

de 1991, p. 10.
1308. Preâmbulo da declaração de Estocolmo (alínea 1).
1309. "Justiça entre os povos, justiça entre as gerações", *op. cit.*, p. 4.
1310. *Ibid.*, p. 100.
1311. Christian Brodhag, *Les quatre vérités de la planète, op. cit.*, p. 84, 90, 91, 235.
1312. Forum Global das ONG, Rio de Janeiro, 11 de junho de 1992, traduzido do inglês por C. Brodhag.
1313. Christian Brodhag, *Les quatre vérité de la planète, op. cit.*, p. 265 *sq.*
1314. *Traité sur la consommation et les modes de vie,* assinado pelas ONG no então Forum Global das ONG do Rio de Janeiro (junho de 1992). *Ibid.*, p. 271.
1315. *Traité sur la biodiversité,* assinado pelas ONG no então Forum Global das ONG do Rio de Janeiro (junho de 1992). *Ibid.*, p. 275.
1316. *Traité sur les eaux douces*, assinado pelas ONG no então Forum Global das ONG do Rio de Janeiro (junho de 1992). *Ibid.*, p. 277.
1317. Rudolf Bahro, *Building the Gree Movement*, London, GMP Publishers Ltd, 1986, p. 7. As linhas que seguem utilizam os dados biográficos fornecidos na introdução deste trabalho.
1318. *Ibid.*, p. 15, 89, 90, 95, 96.
1319. Edgar Morin, Anne Brigitte Kern, *Terre-Patrie,* Paris, Seuil, 1993, p. 206 *sq.*
1320. Michel Serres, *Le contrat naturel, op. cit.*, p. 81 *sq.*, 158 *sq.*, 186 *sq.*, 190 *sq.*
1321. Jimmy Goldsmith, *Le piège [A armadilha], op. cit.*, p. 159 *sq.*, 168, 175.
1322. Joel Beverslios, Ed., *A SourceBook for the Community of Religions,* The Council for a Parliament of the World's Religions, *op. cit.*, p. 142 *sq*.
1323. Willian Bole, Church Leaders Seize Global Warming Issue, *Washington Post*, 1 de fevereiro de 1992, p. H10.
1324. Proceedings on Interdisciplinary Conference Held at United Nations on *The Ethical Dimensions of the United Nacions Program on Environment and Development, Agenda 21*, United Nations, Nova Iorque, 13 e 14 de janeiro de 1994, *op. cit.*, p. vii. Conferência organizada nos edifícios da ONU, com apoio do Banco Mundial, da EPA (Agência de proteção do meio ambiente dos Estados Unidos) e da UNEP.
1325. Monsenhor Henri Delassus, *La conjuration antichrétienne [A conjuração anti-cristã], op. cit.*, p. 53, 105, 776, 805 e cap. LIII.

CAPÍTULO VIII

A ÉTICA GLOBAL

Se parece prematuro fundar, a partir de agora, os “valores espirituais”, a urgência de um retorno aos valores morais é pouco contestada. Então, a “necessidade” de uma ética global se impõe insidiosamente, síntese do movimento dialético revolucionário que opôs aos valores cristãos da sua tese, a antítese niilista, libertária ou esquerdista. O retorno aos valores morais **impostos pelo Estado,** e não mais por Deus, Igreja ou família, conclui esse processo. O pedestal de valores comuns à ética global que assim emerge, permitirá, de resto, ao sincretismo mundialista se apoiar em uma base sólida, a partir da qual atacará não mais os bastiões da ética das religiões, mas também suas posições teológicas e rituais. Numa característica inversão revolucionária, que parte da subversão das conseqüências para atender aos princípios, a ética não é mais considerada como uma conseqüência dos dogmas fundamentais, mas como um cavalo de Tróia que permite subverter de forma insidiosa. Pois os valores ecológicos mundialistas transmitem, de forma real, uma concepção panteísta do homem e do mundo, incompatível com as perspectivas monoteístas. Conferir um valor moral aos objetos e aos seres – sem referência ao Deus criador e

nem à Redenção – implicitamente os sacraliza e leva à espiritualidade global. A elaboração da ética global e sua imposição através de técnicas de manipulação psicológica constituem verdadeiramente o episódio principal da guerra de religião que o panteísmo abriu contra cristianismo desde a sua origem.

A ética global não inclui apenas a ética ecológica mundialista. A cultura da paz e da não-violência, assim como diversos elementos revolucionários, dela também participam. A ética global, assim entendida, permite aos políticos renovar seus discursos hoje desacreditados, reencontrar sua legitimidade perdida e revestir o domínio da ética que o direito abandonou, paralisado pela esquerda. E esse discurso moralista e subversivo, que integra as idéias de gerações de intelectuais tal como Gramsci, e tira as lições políticas dos erros do comunismo e das carências das sociedades ocidentais, permitirá reintroduzir, naturalmente, quando chegar a hora, as preocupações espirituais no discurso político.



> O seguinte objetivo é proposto: favorecer amplamente a sensibilização do público, como fazendo parte integrante e essencial de um esforço de educação de porte mundial, visando a reforçar as atitudes, os valores e as atividades compatíveis com o desenvolvimento durável. É importante sublinhar o princípio de delegação de poderes [deslocalização], de responsabilidades e dos recursos ao nível mais apropriado e, de preferência, ao nível local [engajamento], no que concerne às responsabilidades e ao controle das atividades de sensibilização do público. […]

Os materiais de ensino de toda natureza, e destinados a todos os públicos, devem ser baseados nas melhores informações científicas disponíveis, incluindo as ciências naturais, as ciências de comportamento e as ciências sociais, levando em consideração as dimensões estéticas e éticas; (Conferência do Rio)[1326]

A educação, do tipo escolar ou não, é indispensável para modificar as atitudes de maneira que as populações tenham a capacidade de avaliar os problemas de desenvolvimento durável e poder atacá-los. Ela também é essencial para suscitar uma consciência para as questões ecológicas, além de um comportamento compatível com o desenvolvimento durável, e para assegurar uma participação efetiva do público nas tomadas de decisão. (Conferência do Rio)[1327]

As seguintes atividades poderão ser empreendidas:

a) Reforçar a cooperação nacional e internacional, inclusive nos setores não-governamentais, para estabelecer os códigos de prática e as linhas das diretrizes relativas à um desenvolvimento durável e ecologicamente racional, levando em conta os princípios da Declaração do Rio e códigos de prática e linhas diretivas existentes [nas comunidades científicas e técnicas];

b) Reforçar e criar grupos consultivos nacionais para os problemas de ética nos domínios do meio ambiente e do desenvolvimento, para alcançar uma comunidade de espírito entre os círculos científicos e tecnológicos, e a sociedade no seu conjunto, encorajando um diálogo constante;

c) Desenvolver o ensino e a formação para os problemas de ordem moral, ligados ao desenvolvimento e ao meio ambiente para incorporar esses objetivos aos programas de ensino e às prioridades da pesquisa; (Conferência do Rio)[1328]

O meio ambiente deverá encontrar seu lugar em nossas políticas econômicas e nas nossas tomadas de decisão, bem como na nossa cultura e nossos sistemas de valores que motivem nossos comportamentos econômicos. (Maurice Strong, Conferência do Rio)[1329]

O conceito de desenvolvimento durável nos convida a reaprender o valor dos bens coletivos, dos recursos comuns, a reencontrar a preocupação de longo prazo. Nos leva a inventar uma nova ética ambiental. (Jacques Delors, Conferência do Rio)[1330]

A ‘nova ordem mundial’ será aquela que saberá combinar o desarmamento, a segurança, o desenvolvimento e o respeito ao meio ambiente.

A nós, responsáveis de prepará-la e construí-la, prevenindo ou resolvendo os conflitos. Deste imperativo, nascerá uma ética mundial que valorizará os comportamentos que vão nesse sentido e estigmatizará aqueles que multiplicam os obstáculos. (François Mitterrand, Conferência do Rio)[1331]

Da mesma forma, consideramos que graças ao fim da Guerra Fria, à diminuição das despesas militares, aos progressos da democracia e dos direitos do homem, além da liberalização crescente da economia internacional, é chegado o tempo de tirar vantagem dos dividendos da paz para celebrar um novo acordo mundial em favor de um desenvolvimento durável, centrado no homem e regido por um credo ético verdadeiro. […]

O Reino do Marrocos se convenceu que somente uma ordem ética universal pode reunir conceitos e comportamentos diferentes para organizar um consenso planetário sobre a equação: meio ambiente-desenvolvimento nas relações humanas. (Conferência do Rio, discurso de S.A.R. Sidi Mohamed, príncipe herdeiro do Reino do Marrocos)[1332]

A luta por um meio ambiente de qualidade é, com efeito, apenas a exigência de um maior amadurecimento do homem. A decisão de levar em conta os aspectos sociais e culturais do ambientalismo destaca a necessidade de considerar o desenvolvimento numa ótica mais abrangente que enfatiza as escolhas culturais e éticas. […]

Uma evolução cultural profunda sob a pressão dos problemas ambientais começa com uma tomada de consciência desses problemas, que coloca a questão das atitudes em relação ao meio ambiente. Na óptica do desenvolvimento, uma atitude favorável ao meio ambiente exige uma evolução e uma adaptação dos sistemas de valores, no sentido de questionar certos comportamentos ligados ao crescimento econômico ‘selvagem’, ou características do sub-desenvolvimento, e de uma inovação cultural pela busca de novos valores que, desta forma, virão enriquecer as culturas baseadas em uma herança milenar que concorre à maturação de novas culturas que estão para nascer. (Conferência de Estocolmo)[1333]

[A luta contra os problemas ecológicos nos países em via de desenvolvimento] necessitará de um reexame de prioridades sociais, uma

mudança de atitudes e de julgamentos de valor, assim como nas políticas da sociedade, e a organização de suas instituições. O objetivo principal deve ser o de chegar a um equilíbrio dinâmico entre o homem e seu meio ambiente, o que permite uma expressão e um desenvolvimento completo das mais altas potencialidades humanas.

Pede-se que a Conferência estude:

Um projeto de declaração sobre o meio ambiente, onde serão incorporados os princípios, adotados de comum acordo, no que tocam ao comportamento internacional e às responsabilidades internacionais no âmbito ecológico, e que representariam a primeira tentativa que fizemos para chegar a um consenso internacional sobre uma moral relativa ao meio ambiente. (Conferência de Estocolmo)[1334]

Da mesma forma que a Conferência de Estocolmo, promulgada pelas Nações Unidas em 1972, permitiu uma tomada de consciência dos problemas ambientais, a CNUCED pode dar uma nova dimensão à vontade e aos compromissos políticos de agir, de forma concreta, em nível mundial. Além da adoção das convenções sobre as mudanças climáticas e a diversidade biológica, e também uma declaração de princípios em matéria de conservação e desenvolvimento das florestas, a CNUCED deveria pavimentar os caminhos para a ação futura, através da adoção de:

* uma '*Carta da Terra*', ou seja, uma declaração de direitos e obrigações fundamentais no que diz respeito ao meio ambiente e o desenvolvimento; (Comissão das Comunidades Européias)[1335]

A tomada de consciência das estritas relações existentes entre a paz, o desenvolvimento, a proteção do meio ambiente e o respeito dos direitos do homem e as liberdades fundamentais, testemunha do renascimento, nas relações internacionais, do espírito que ania os autores da Carta da Organização das Nações Unidas e o Ato Constitutivo da UNESCO. Uma ética global desenha-se em face das ameaças e os desafios planetários. Estou persuadido que esta tomada de consciência irá se expandir. A humanidade, sem dúvidas, entrará, portanto, numa nova era. […]

A batalha pelo meio ambiente só será vencida se fundada sobre uma nova ética das relações entre o homem e a natureza, feita de direitos, deveres e solidariedade. É tempo de dotar a coletividade internacional de uma moral relativa a seus poderes. (UNESCO, Frederico Mayor, diretor geral)[1336]

> Se está claro que [se] os aspectos biológicos e físicos formam a base natural do meio ambiente humano, essas são as dimensões socioculturais e econômicas e os valores éticos que determinam a orientação e os instrumentos, graças aos quais o homem poderá melhor compreender e utilizar os recursos da natureza no sentido de satisfazer as suas necessidades. (UNESCO, Conferência de Tbilissi)[1337]

> As decisões econômicas refletem as motivações das pessoas e as informações das quais elas dispõem. Elas compreendem as motivações formais tais como os preços, os rendimentos, os benefícios e prêmios. Compreendem também as políticas e os procedimentos burocráticos, os sistemas de avaliação profissional e um vasto conjunto de motivações sutis e informais como elogios e repreensões, assim como os valores comuns, cuja eficácia é seguida de auto-estima pelos economistas. Se as decisões das pessoas são socialmente destrutivas, como são em matéria de ecologia, significa que suas motivações são inapropriadas. Para melhorar essas decisões, é preciso corrigir as motivações. (Trilateral)[1338]

> Temos tentado mostrar de que maneira a sobrevivência humana e seu bem-estar podem depender da forma como se irá criar o desenvolvimento sustentável ao nível de uma ética mundial. (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento)[1339]

> Para avançar nas soluções dos problemas mundiais, nos é preciso inventar novos métodos de pensamento, novos valores morais, novos critérios de julgamento e, sem dúvida, novos modos de comportamento.
> A humanidade se encontra no amanhecer de uma nova etapa de seu desenvolvimento. É preciso, não apenas enfatizar nossa base material, científica e técnica, mas, sobretudo, criar na psique humana, os novos valores, as novas aspirações humanistas, pois a sabedoria e a compaixão restarão como as 'verdades eternas', que são o fundamento mesmo da humanidade. Também precisamos de novos conceitos sociais, morais, científicos e ecológicos que deverão ser determinados pelas novas condições de vida da humanidade presente e futura. (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento)[1340]

Essas propostas foram feitas por I. Frolov, redator em chefe da revista *Communist*, em audiência pública da

Comissão, em Moscou, em dezembro de **1986**. Os comunistas já tinham modificado profundamente sua estratégia muito antes da queda do muro de Berlim…

> Devemos procurar uma nova ética que englobe, em primeiro lugar, as relações entre os homens e a natureza. (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento)[1341]

> O desenvolvimento dos recursos humanos tornou-se uma necessidade imperiosa, não apenas para constituir um potencial de conhecimentos e de aptidões técnicas, mas também para forjar os novos valores que ajudarão os indivíduos e as nações a fazer face às realidades bastante voláteis da sociedade, do meio ambiente e do desenvolvimento. (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento)[1342]

> Sugerimos instantemente um esforço conjunto e novas normas de comportamento a todos os níveis e que interessem a todos. Essas mudanças de atitudes, valores sociais e aspirações, sobre as quais nosso relatório insiste com vigor, agora vão depender das campanhas de educação intensivas, de debates públicos e da **participação** de todos. (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento)[1343]

> Trata-se de garantir que esses novos valores possam se concretizar nos princípios e práticas de nossas estruturas políticas e econômicas. (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento)[1344]

> É preciso, no entanto, promover os valores que facilitarão um tipo de consumo nos limites ecologicamente possíveis, e ao qual cada um pode razoavelmente pretender. (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento)[1345]

> Estamos em uma encruzilhada; o momento é propício para iniciar uma nova fase de cooperação internacional. Precisamos, hoje mesmo – e não amanhã -, integrar a dimensão ética nos nossos objetivos de desenvolvimento. (OMM, C. Salinas, presidente do México)[1346]

> Uma ética ambiental que leve em conta as conseqüências das ações humanas sobre as entidades naturais não-humanas, e sobre a natureza no seu conjunto, é chamada ecocêntrica. Ela é sustentada pela concepção

> científica pós-moderna do mundo, nas suas dimensões evolucionista, ecológica e cosmológica. Como a maior parte das éticas ambientais indígenas e tradicionais também são ecocêntricas, nos é possível conceber uma ética ambiental ecocêntrica e internacional em harmonia com as diversas éticas ambientais tradicionais. […]
>
> Vejo para o século XXI o aparecimento de uma ética ambiental internacional baseada na teoria da evolução, na ecologia e na física quântica moderna (as ciências biológicas e, mais particularmente, a ecologia e a teoria da relatividade, restrita e generalizada, e a mecânica quântica). Ela seria formulada na linguagem da ciência moderna. Para complementar esta ética ambiental internacional, concebida e formulada cientificamente, uma infinidade de éticas ambientais tradicionais reviveriam, com ela ressoariam e ajudariam na sua formulação.
>
> Assim, teríamos uma concepção única do mundo, resultando em uma única ética ambiental, uma vez que vivemos no mesmo planeta, que formamos uma mesma espécie e que a crise ambiental, que vai se agravando, é global e afeta a todos nós. Também poderemos ter uma pluralidade de visões tradicionais do mundo, renovadas e revivificadas, assim como as suas éticas ambientais correspondentes. Esta situação refletiria a diversidade dos povos, habitantes de inúmeras e diversas biorregiões, percebidas através de diversos prismas culturais. Essas duas concepções não estão necessariamente em oposição. Pelo contrário, podem ser vistas como uma metafísica única, geral e abstrata, com sua filosofia moral, expressa segundo diversos modos conceituais. Nenhuma dessas inúmeras concepções, e suas éticas ambientais, poderá transcrever a ética internacional na tradição cultural local. A ética ambiental baseada na ciência contemporânea internacional, e aquelas implícitas nas inúmeras tradições culturais indígenas, podem ser fundidas para criar uma ética ambiental global unificada, mas que apresente diversas facetas. (UNEP)[1347]

Reconhece-se o pensamento sistêmico nesta caricatura de universalismo católico. A “unidade da diversidade” se realiza por um acordo sobre os “princípios”, sobre a colaboração da natureza e do homem. As ligeiras diferenças éticas que podem, portanto, ocorrer, não levam

em consideração a perspectiva espiritual e política geral. A “lei” (os princípios) tem sido definida pelo sistema superior, a relativa autonomia dos sistemas inferiores permite harmonizar as especificações locais e nacionais com os objetivos globais. A unidade se realiza na diversidade.

> O comportamento dos indivíduos e da sociedade é guiado, em grande medida, pelos sistemas de valores e de crenças que os sustentam. Se queremos mudar nossos comportamentos, também nos é preciso mudar nossas crenças e nossos valores. (UNEP)[1348]

> Esta crise aguda [crise de ‘ecojustiça’] requer uma análise social apoiada sobre os fatos, e uma resposta ética transformada espiritualmente, que se aproveite dos imperativos ligados à equidade e à ecologia. (UNEP)[1349]

> O professor M. Aram mostrou a importância de uma ética ambiental na construção da paz. Na sua exposição, ele evocou as etapas que deveriam permitir consolidar as forças da paz. Para que uma cultura de paz fosse construída, ela precisaria ser fundada sobre os valores éticos procedentes de diferentes religiões. (UNESCO)[1350], [1351]

A concepção do homem, do mundo e do animal

> Ainda não existe nenhum preceito ético que rege as relações do ser humano com a terra e com os animais (com exceção do homem) e as plantas que tiram sua subsistência da terra. Assim como as pequenas camareiras da Odisseia, a terra sempre pertence a alguém. As relações com a terra ainda são de ordem estritamente econômica, e conferem privilégios sem impor obrigações.
>
> Uma extensão dos princípios éticos, a este terceiro componente do meio ambiente humano, destaca-se, portanto – se compreendemos alguma coisa à evolução –, do âmbito das possibilidades ecológicas. Trata-se da terceira etapa do desenrolar do processo. As duas primeiras etapas já estão sendo tomadas. O homem civilizado administra, no seu íntimo, a prova de que a terceira é uma necessidade. A título de exemplo, seu senso do bem e do mal pode ser aguçado tão profundamente pela profanação de um bosque

próximo, como pela fome na China, pelo início de um motim antissemita na Alemanha ou o massacre de uma camareira na Grécia antiga. Desde o tempo de Ezequiel e Isaías, ele encontrou pensadores originais para defender o ponto de vista de que atentar contra a terra não é apenas agir sem a ninguém beneficiar, mas agir contra o bem. Mas nossa sociedade ainda não se pronunciou claramente nesse sentido. Da minha parte, considero que tal tomada de posição está se iniciando no atual movimento pela conservação da natureza. (UNESCO)[1352]

No entanto, não se trata de preservar a natureza apenas para fins de desenvolvimento. É também uma obrigação moral para com os seres vivos e as gerações vindouras. (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento)[1353]

Um ato é moralmente positivo quando seus efeitos são para as pessoas, para a terra e seus elementos – para a totalidade do meio ambiente humano – as mais justas e amorosas possíveis. Procuramos, portanto, uma distribuição de bens comuns entre todas as pessoas interessadas que respeitam a justiça e preservam a integridade ecológica da Terra. (UNESCO)[1354]

A noção que atribui um valor intrínseco a cada elemento do meio ambiente, independente de sua utilidade para o homem, é ainda mais profunda.

Em matéria de ética, assim como nos outros domínios morais, atribui-se cada vez mais importância aos elementos não-humanos do mundo. Hourani nos lembra que ‘atualmente nosso conceito ocidental moderno de justiça não atribui a mesma importância aos animais e às outras formas de vida, como atribui ao homem’.[1355] Isso levanta a seguinte questão: os elementos inanimados do meio ambiente deveriam possuir os mesmos direitos no nosso sistema de julgamentos éticos?

As obrigações não têm nenhum significado fora da consciência, e o problema que atualmente confrontamos é o de entender a consciência social para nela incluir não apenas as pessoas, mas também a terra.[1356]
Um ato é bom quando tende a preservar a integridade, a instabilidade e a beleza da comunidade bioética. E é mau no caso contrário.[1357]
(UNESCO)[1358]

Temos debatido muito para saber como fundar a obrigação [moral] do homem para com a natureza. O princípio clássico de jurisprudência que enuncia que uma obrigação responde a um direito co-relativo não pode ser

> aplicado aqui: os elementos não-humanos não saberiam possuir direitos. Então, nos é necessário adotar uma perspectiva totalmente diferente. O professor Christopher D. Stone fornece uma contribuição importante na busca por uma solução [!]. Insistindo na necessidade de fundar uma moral sobre as bases não antropocêntricas, 'que estariam mais de acordo com nossa compreensão da crescente importância das inter-relações no mundo natural', ele sugere que, mesmo se os não-humanos (animados ou inanimados) não podem ser encarados como possuidores de direitos, eles devem ser considerados como 'moralmente dignos de atenção' [*morally considerable*]. Segundo ele, esta dignidade moral cria os deveres para o homem para com os objetos não-humanos animados e inanimados. O simples fato de que as coisas não-humanas possuem uma bondade intrínseca, que elas sejam boas para si e em si mesmas, deveria ser suficiente para criar deveres para com elas. […]
>
> Em uma sociedade ecológica, deve-se levar em conta, as necessidades, os interesses e a 'dignidade moral' de todos os seus componentes envolvidos. A perspectiva que quer que o direito do homem a um meio ambiente sadio não deva ser projetado de um ponto de vista antropocêntrico, mas na totalidade de um sistema de valores egocêntricos [*i.e.* cosmocêntrico ou não-antropocêntrico], possui diversas qualidades. Conceber o meio ambiente de um ponto de vista humano, excluído dos seus elementos não-humanos, corta-o da perspectiva de conjunto, à qual ele pertence.[1359] (Universidade das Nações Unidas)[1360]

A evolução dos valores

A evolução dos valores, mais particularmente, dos valores éticos, tornou-se objeto de monitoramento regular.[1361] Sondagens idênticas são realizadas regularmente em diferentes países. Disso resultaria que o processo de industrialização e de desenvolvimento econômico provoca as modificações sociais e culturais e também uma evolução de valores. (Segundo este autor, esta interpretação deve ser fortemente realçada para se

dar conta da influência das forças revolucionárias. Essas modificações sociais e culturais criam, de fato, uma situação dialética e dinâmica que lhes permitem fazer a sociedade “evoluir” de acordo com seus pontos de vista. Não se trata, então, de uma modificação de valores espontânea, mas de um processo guiado em que as transformações sociais se tornam apenas possíveis, e não necessárias). Os valores materialistas são, portanto, substituídos pelos valores pós-materialistas, que dizem respeito ao meio ambiente, e, de forma mais geral, ao trabalho, ao comportamento sexual, à família, à educação das crianças e aos hábitos de consumo. Referem-se também às atitudes em relação ao divórcio, ao aborto, à homossexualidade e à prostituição. Pode-se resumir as diferenças entre os dois tipos de valores, dizendo que os valores pós-materialistas são progressivos e os materialistas, conservadores. Exceção feita às atitudes relativas à família: nos últimos anos, vimos um retorno aos valores familiares. A designação materialistas/pós-materialista é, portanto, muito incorreta. Outras designações têm sido propostas, tais como “valores de escassez/auto-expressão” ou “valores de segurança/valores de qualidade de vida”. Os estudos internacionais mostram uma sensível evolução dos valores em função das gerações (fig. 1); as gerações mais jovens estão muito mais materialistas do que as antigas. Nota-se que esse fenômeno não está apenas ligado à

idade de diferentes grupos. Se tal fosse o caso, eles deveriam se tornar cada vez mais materialistas, no entanto, o gráfico mostra claramente que o fenômeno inverso vem ocorrendo nos últimos dez anos. Os períodos de recessão do final dos anos 70 e do começo dos anos 80 favoreceram os valores materialistas e podem ser claramente observados no gráfico. O Programa das Dimensões Humanas das Mudanças Globais (HDP) pretende expandir a vigilância dos valores de conjunto de todo o planeta.

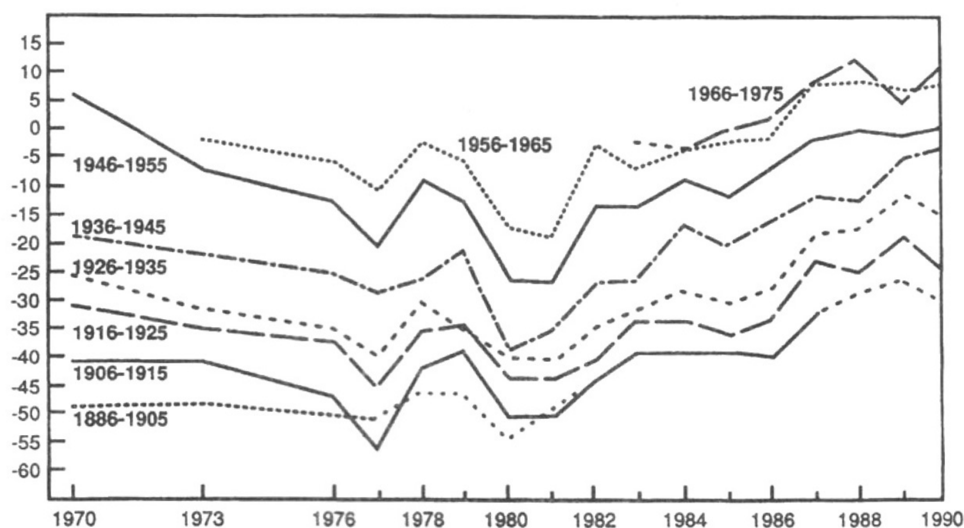


Fig. 1: Diferença em porcentagem entre pós-materialistas e materialistas, para os anos 1970-1990. As datas de nascimento são mostradas na figura. Com base nos dados representativos para a França, Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental, Itália, Bélgica e os Países Baixos. Pesquisa realizada pela Comunidade Européia (1970,1973) e pela Euro-Barometer (sondagem 6 à 33). *Ibid.*, ch. 2, p. 3. *In* Kurt Pawlik, *Perception and assessment of global environmental conditions and change*, HDP Occasional papers n. 4, *op. cit.*, ch. II, p. 3.

A manipulação dos valores

Mas apenas monitorar a evolução dos valores não iria satisfazer os revolucionários. A vontade de modificá-los deliberadamente é claramente expressa.

> Novas pesquisas serão realizadas para elucidar as interações existentes entre diversos fatores socioculturais específicos (sistemas de valores; formas de expressão cultural; tipos de comportamentos e modos de vida coletivos; métodos de produção, de organização e de hábitos em matéria de consumo) e a evolução dos domínios da ciência e técnica, da educação e da comunicação.
>
> Serão feitos estudos comparativos, em matéria de desenvolvimento, sobre a assimilação, a modificação e a adaptação de sistemas de valores culturais sob a influência de novos meios ambientes. (UNESCO)[1362]

As organizações mundialistas desejam que a adoção dos valores ecológicos sejam "concentradas em uma ou várias gerações".[1363] Então, não limitam suas atividades ao simples monitoramento da evolução dos valores, mas têm também a intenção de modificá-los.

> No entanto, o mandato desse grupo de trabalho não compreende unicamente a determinação das opiniões existentes e o monitoramento de suas modificações. Ele engloba a identificação das pesquisas necessárias para compreender como se forma a opinião pública, no que diz respeito à mudança do meio ambiente global, como ela muda e como ela cria as motivações, as atitudes e os comportamentos. (HDP/ISSC)[1364]

A ação sobre os valores passa primeiro por uma modificação dos fatores que os condiciona, para uma ação sobre os "parâmetros sociais globais",[1365] tais como a taxa de analfabetismo. O processo de formação de atitudes é particularmente estudado. Procura-se melhor

conhecê-lo para reproduzi-lo e nele fazer as modificações desejadas.

> Se pudermos entender como se chega a adotar certos valores para formar as atitudes perante o meio ambiente, poderemos prever os tipos de fenômenos ambientais – ou de informações ambientais – que despertem o interesse público. Também poderemos prever as maneiras pelas quais grupos interessados tentarão apresentar os fenômenos ambientais para influenciar as atitudes do público. (HDP/ISSC)[1366]

Esses procedimentos indiretos, no entanto, cedem à manipulação direta dos valores por meio de técnicas de psicologia social.

> O conceito de aprendizagem social e os projetos de pesquisa devem ser organizados em torno [do impacto em longo prazo do tratamento pela mídia sobre questões ambientais]. O problema de escala desses projetos deve ser levado em conta. As questões relacionadas são: manipulação, modificação de atitudes, vontade de aceitar restrições pessoais. […] O problema colocado pelos não-conformistas será, talvez, o ponto fundamental na tentativa de modificar as motivações e os modos de vida. (HDP/ISSC)[1367]

É desta forma que as técnicas de manipulação psicológica, expostas no nosso trabalho precedente,[1368] são sistematicamente utilizadas. A teoria da dissonância cognitiva,[1369] os jogos de interpretação (RPG),[1370] o esclarecimento dos valores[1371] e a psicologia do compromisso,[1372] técnicas que permitem modificar os valores, as atitudes e os comportamentos ou proceder à “lavagem cerebral”, são expostas em detalhes nas diversas publicações procedentes das organizações internacionais.

Da originalidade e coragem dos intelectuais

Desde 1972, o Clube de Roma defende publicamente uma "mudança fundamental do sistema de valores da sociedade". Este aspecto, de seu célebre relatório *Limite ao Crescimento?*, foi objeto de poucas críticas. Preferiu-se insistir nas fraquezas muito reais de seu modelo matemático e não reagir a uma ofensiva cultural e ética essencial.

> Apresentamos as conclusões desse relatório em duas reuniões internacionais realizadas no verão de 1971; uma em Moscou e a outra no Rio de Janeiro. Se as perspectivas evocadas suscitaram muitas questões e críticas, isso não significa que causaram um desacordo profundo. […]
> Outros, enfim, têm achado o modelo muito 'tecnocrata', fazendo notar, particularmente, a ausência de certos aspectos sociológicos essenciais, tais como as conseqüências da adoção de um novo sistema de valores. O presidente da Conferência de Moscou resumiu esse ponto de vista, declarando que '*o homem não era um simples sistema cibernético*'. […] Contudo, apesar da *orientação* do modelo para *os valores materiais*, as conclusões do estudo enfatizam a necessidade de uma mudança fundamental do sistema de valores da sociedade. (Clube de Roma)[1373]

> Uma reorganização deste tipo exige um esforço de compreensão, de imaginação, a definição de um novo comportamento político e de uma nova ética. (Clube de Roma)[1374]

> Nós queríamos, enfim, e é o nosso desejo último, convidar todo homem a voltar a si mesmo: é preciso que ele avalie seus valores e seus fins, bem como o mundo que ele aspira mudar. (Clube de Roma)[1375]

> Pessoalmente, creio que a única solução que talvez possamos encarar, e que é imposta pelos fatos – os confirmados que estão no modelo de Forrester –, implica mais do que num revisionismo; implica numa mudança tão profunda em nossos sistemas de valores que nenhuma das ideologias

existentes seria capaz de atender. A ideologia, portanto, não existe, mas ela pode ser criada. (Clube de Roma)[1376]

Não partilho das concepções fatalistas ou mecanistas que colocam os valores fora da esfera de volições do homem, que as receberia apenas da realidade. (Clube de Roma)[1377]

Os senhores têm razão, é claro – não se pode mudar os sistemas de valores existentes sem que se mude os sistemas políticos e econômicos. Mas isso não significa que todo o mundo o compreenda, mesmo aqueles que pregam essa mudança. Eles se dão conta das implicações políticas de seus postulados? Aceitariam praticamente essas implicações? (Clube de Roma)[1378]

Em 1991, *Questões de sobrevivência* retomou a ofensiva moral sem suscitar muitas reações.

Mais uma vez é preciso chegar à conclusão de que os interesses divergentes somente se reconciliarão – ou pelo menos não chegarão a se tolerar mutuamente - caso sejam submetidos a uma ética comum que os transcenda, e esta é a da **sobrevivência da raça humana** e do planeta **vivo**. (Clube de Roma)[1379]

O conceito de ‘resolutique’ implica a necessidade de adotar uma atitude ética, fundada nos *valores coletivos* que estão gradualmente emergindo, assim como o código moral de ação e de conduta. Esse código, esses valores, devem ser a fonte das relações internacionais e inspirar as decisões tomadas pelas grandes personagens deste planeta – levando em conta a diversidade e pluralismo das culturas. (Clube de Roma)[1380]

Devemos ser mais claros sobre a importância dos valores e da ética nos diversos âmbitos da problemática, pois esse tema tornar-se-á, no futuro, um dos campos de batalha, e também é, provavelmente, um elemento fundamental que se abre diante das gerações futuras. Não é possível ignorar a que ponto as dificuldades e os valores da geração atual pesarão sobre essas perspectivas. Nossos esforços em favor de uma sociedade e de uma economia mundiais, sustentavelmente viáveis, só valerão a pena se os países industrializados conterem a extravagância de seus estilos de vida, reduzindo o consumo (de qualquer maneira, o meio ambiente poderia

obrigá-los). O imperativo ético implica também em esforços redobrados para eliminar a pobreza do mundo. (Clube de Roma)[1381]

A ação em favor dos direitos do homem deve ser acompanhada de um reconhecimento paralelo dos deveres do homem; isso em todos os níveis: individual, nacional e internacional. (Clube de Roma)[1382]

Esse retorno a si é, no entanto, somente um aspecto de uma questão mais vasta: sobre quais valores espirituais e éticos – se existem – fundar a nova sociedade mundial, a qual hoje observamos o surgimento? […]

Refundar os valores morais e espirituais […]

Há uma grande necessidade de uma nova concepção da vida, na qual, deliberadamente, se teria de recorrer aos valores para dar aos homens objetivos que tenham sentido. […]

Jamais esta questão de valores foi objeto de tantas reuniões, discussões e pesquisas. Agora que o velho sistema de valores está se desfazendo [e somente agora], cada vez mais se expressa o desejo de um novo sistema que daria um fundamento estável à vida do homem e da sociedade; e ao mundo um projeto ordenado, condição para um futuro organizado. […]

Pode-se apenas imaginar uma sociedade mundial que não seja fundada sobre valores – comuns ou compatíveis. Valores que irão determinar os comportamentos. (Clube de Roma)[1383]

A *Declaração dos dirigentes religiosos na cúpula sobre o meio ambiente* que citamos no capítulo anterior, e foi assinada por 24 autoridades religiosas, retoma os mesmos temas, sugerindo as perspectivas de ação concreta.

Nenhuma perspectiva pode, isoladamente, dar conta da crise [ecológica] que atravessamos: crise espiritual e moral, econômica e cultural, institucional e individual. […]

Propusemo-nos participar em conhecimento de causa às discussões relativas a essas questões [de ‘mudanças fundamentais no comportamento do homem’] e contribuir na elaboração de políticas nacionais e internacionais expondo nossas perspectivas sobre os imperativos morais e éticos.[1384]

Reconhecer que o mundo forma um *todo integral*, apela a uma mudança de nosso sistema de valores ou, para ser mais preciso, uma atualização dos valores iniciais inerentes à natureza do homem nas suas dimensões sociais e espirituais. De uma maneira ou de outra, em diferentes graus, esses valores se refletem nas religiões mundiais e nas grandes doutrinas humanistas.

Os políticos e os ideólogos as têm pervertido, fazendo delas instrumentos do mal. Mas é chegado o tempo onde esses valores, nas suas interpretações modernas, tornam-se indispensáveis à sobrevivência e ao progresso da humanidade. […]

É cada vez mais evidente que os valores do mundo ocidental estão cada dia mais anacrônicos. […]

Devemos definir algumas máximas morais ou mandamentos éticos que constituem os valores comuns a toda a humanidade. (Gorbachev)[1385]

Mas se isso é verdade, se nossa hipótese [que diz respeito à passagem de uma sociedade centrada na tecnologia para uma sociedade centrada na cultura] está correta, os países em via de desenvolvimento, assim como as nações industriais, deverão promover uma reforma, uma verdadeira renovação espiritual e uma modificação do sistema de valores e de objetivos comuns. […]

Ao longo desta conferência, a crise espiritual tem sido discutida, na maioria das vezes, em termos de necessidade de valores morais universais. […]

Historicamente, os códigos morais foram enraizados nas visões e concepções religiosas do mundo. A experiência da elaboração de uma visão ética universal humanista, tentada pelo Iluminismo, fracassou. Então somos confrontados pela seguinte questão: como criar uma ética de respeito à vida [!], uma paixão de justiça, uma política de compaixão, sem uma visão superior do sagrado, uma história [mito] unificadora que dará um objetivo e um sentido à experiência humana, assegurando-nos que ‘a terra pertence ao Senhor, assim como tudo o que dela provém, tudo o que nela habita’. (State of the World Forum)[1386]

Através de todas as suas atividades, a Cruz Verde Internacional trabalha para uma mudança de valores, visando a construir relações respeitosas e responsáveis entre as pessoas, e também entre elas e o meio ambiente. (Cruz Verde Internacional)[1387]

Certamente, esses novos valores não compreendem somente a ecologia, mas é a tomada de consciência do perigo ao qual se encontra a biosfera de nosso planeta, que catalisa o surgimento de um novo sistema de valores. Historicamente, a renovação filosófica apareceu, muitas vezes, como uma resposta à busca moral da humanidade. Hoje estamos também no seio de novas descobertas filosóficas, de novos valores e novos objetivos. Contudo, esse caminhar para um novo sistema implica modificações da nossa maneira de agir, de nossos comportamentos e de nossos modos de pensar. (M. Gorbachev)[1388]

A crise ambiental é a manifestação mais aguda da crise de valores, dos princípios tradicionais e dos sistemas filosóficos que a humanidade enfrenta atualmente. […]

Não é suficiente criar um clima político saudável em nosso planeta. Também precisamos mudar o quadro cultural e espiritual. Temos necessidade de um novo sistema de valores que una organicamente o homem e a natureza, além de uma ética de responsabilidade global. Para sair da crise, o homem deve acreditar na sua capacidade de sobreviver, apenas dos perigos [ecológicos] catastróficos, e ainda mais na sua aptidão para transformar a vida sobre a base de novos valores e novas abordagens. A tarefa mais importante que aguarda os cientistas e os políticos, os homens da Igreja e os líderes, os artistas e os jornalistas, assim como todos os cidadãos responsáveis, é o de desenvolver valores universais aceitáveis por todos os povos, quaisquer que sejam suas culturas e suas convicções. […]

A tarefa principal da Cruz Verde Internacional e de seus parceiros nacionais é favorecer o desenvolvimento de uma consciência ambiental global, a emergência de novos valores e a transição para uma nova civilização. (M. Gorbachev e Cruz Verde Internacional)[1389]

Os esforços para integrar o respeito da natureza nos rituais e liturgias atingiram o ponto mais alto com a missa pela Terra (Missa Gaia) de Paul Winter. Durante os últimos catorze anos, a missa pela Terra foi celebrada em outubro, no tempo da festa de São Francisco de Assis, na catedral de São João o divino, em Nova Iorque. A música de Paul Winter utiliza sons de pássaros, de animais e de baleias, e a celebração inclui uma procissão e a bênção de animais na catedral.[1390]

Um comitê de ética ambiental será instituído para decidir as principais questões; (RPR-UDF; declaração comum para os legislativos de 1997)[1391]

[Reconquistar a beleza] supõe, no entanto, tal revolução de valores, dando mais prêmios à beleza de um lugar do que para dividendos imediatos mais efêmeros de sua exploração, que ela hoje se confunde com uma utopia. (Antoine Waechter)[1392]

A transferência dos valores, que implica o contrato de uma humanidade reconciliada com o seu planeta, só é possível com a melhora do nível de vida das categorias da parte inferior da escala social. (Antoine Waechter)[1393]

Precisamos fazer face a uma crise de valores, à necessidade de encontrar novos princípios éticos. […]
Estruturas sociais, princípios religiosos e éticos, também são normas que se impõem à ação coletiva. Mas o crescimento dos perigos ecológicos globais pede uma nova ética, que ultrapassa as regras morais habitualmente em vigor. Pois até agora a responsabilidade do Homem, no que diz respeito à Natureza, não vem sendo encarada do ponto de vista ético. […]
As razões de esperança não se deduzem apenas dos indicadores econômicos, mas, certamente, de uma vontade coletiva para fortes componentes éticos, de esquemas de pensamento que impõem novas escalas de valores. (Christian Brodhag)[1394]

A economia ecológica de reciclagem pela qual lutamos não poderá surgir na ausência de um sistema de valores que ultrapasse, desde a origem, a própria economia. (Bahro)[1395]

A educação ambiental aparece, então, como uma das principais formas de educação cívica. Na encruzilhada de inúmeros campos disciplinares, ela contribui não apenas para que se possa conhecer os mecanismos biofísicos, econômicos e sociais que regem as relações do homem com seu meio, mas também para desenvolver uma moral da responsabilidade, a única capaz de manter o frágil equilíbrio terrestre e de renovar o pacto fundamental que une o homem e a natureza. (Boletim oficial da Educação nacional)[1396], [1397]

“Para uma ética global”

Towards a Global Ethic, An Initial Declaration é um dos principais documentos adotados no Parlamento Mundial das Religiões, realizado em Chicago em 1993. Esse documento foi preparado por Hans Küng.[1398] Seu título, *Por uma ética global; declaração inicial* indica suficientemente que se trata apenas de uma versão preliminar da carta ética global. Porém, fora assinada por “mais de duas centenas de acadêmicos e teólogos representando a comunidade religiosa mundial”.[1399] Trata-se, até agora e a nosso conhecimento, da tentativa mais elaborada de impor as primeiras bases da ética global. Encontra-se entre os signatários o cardeal Bernardin, o Dalai Lama, Louis Farrakhan, Hans Küng, James Morton, Robert Muller, Hossein Nasr, assim como protestantes, muçulmanos, hindus, zoroastristas, jainistas, judeus, teosófilos, “neo-pagãos”, “autóctones americanos”, bahaístas, Brahma Kumaris, interconfessionais, taoístas e siquistas. Somente se fez sentir as lamentáveis ausências de Eugen Drewermann e do Monsenhor Gaillot, provavelmente retido na Partênia.

> **Declaração**
>
> Nós somos interdependentes. Cada um dentre nós depende do bem-estar de todos. Representamos, portanto, a comunidade dos seres vivos, as pessoas, os animais e as plantas; e preservamos a Terra, o ar, a água e o sol. […]
>
> **Os princípios de uma ética global**

Nosso mundo encara uma crise radical: crise da economia global, da ecologia global e da política global. Encontra-se, por todos os lados, uma perda da visão de conjunto, a confusão criada pelos problemas se mantém sem solução, a mediocridade da classe política, sua falta de previsão e discernimento e, em geral, um grande desinteresse pelo bem comum […].

Nosso planeta continua a ser pilhado sem piedade. O colapso do ecossistema nos ameaça. […]

Confirmamos que existe, desde agora, um consenso entre as religiões que podem servir de base a uma ética global – um *consenso de base* mínimo, no que diz respeito aos *valores* obrigatórios, *normas* irrevogáveis e atitudes morais fundamentais.

Não haverá uma nova ordem sem uma nova ética global!

[…] Inúmeras pessoas estão ameaçadas pela ruína econômica, pela marginalização social e política. Elas também temem uma catástrofe ecológica e o colapso de suas nações.

Em uma situação tão dramática, a humanidade tem necessidade da visão dos povos vivendo justos pacificamente, de grupos étnicos e éticos e de religiões partilhando a responsabilidade de preservar a Terra. […]

Por ética global, entendemos um consenso de base sobre os valores obrigatórios, normas irrevogáveis e atitudes pessoais. […]

Sabemos que as religiões não podem resolver os problemas ambientais, econômicos, políticos e sociais da Terra. No entanto, elas podem fornecer aquilo que, evidentemente, nem os programas políticos nem as legislações poderiam realizar por elas mesmas: uma mudança de orientação interior nas pessoas, do conjunto de sua mentalidade, de seus ‘corações’; a conversão de uma via sem saída à uma nova orientação na vida. A humanidade precisa urgentemente de reformas sociais e ecológicas, mas ela também necessita urgentemente de uma renovação espiritual. […]

[Com esta ética global] desejamos reafirmar normas éticas irrevogáveis e incondicionais. […]

Diretrizes irrevogáveis

Cada pessoa humana é infinitamente preciosa e deve ser incondicionalmente protegida. Mas da mesma maneira, a vida dos animais e das plantas, que conosco habitam o planeta, também merece proteção, preservação e atenção. A ilimitada exploração das bases naturais da vida, a destruição sem piedade da biosfera e a militarização do cosmos são todas as ofensas. Nós, seres humanos, temos uma responsabilidade particular para

com a Terra e o cosmos, o ar, a água e o sol – e ainda mais se pensarmos nas gerações futuras. Nesse cosmos, estamos todos religados uns aos outros, e dependemos todos uns dos outros. Cada um dentre nós depende do bem-estar de todos. Desta forma, a dominação do homem sobre a Natureza e o cosmos não deve ser encorajada. Pelo contrário, devemos desenvolver um modo de vida em harmonia com a natureza e o cosmos. […]

Uma transformação da consciência

A experiência histórica nos ensinou que a Terra não pode ser melhorada sem que seja realizada uma transformação da consciência individual e coletiva. Já se pode entrever a possibilidade de tal transformação nos domínios da guerra e da paz, da economia e da ecologia onde, nas décadas precedentes, se produziram transformações fundamentais. Essas modificações devem também se estender ao domínio da ética e dos valores. […]

Em conclusão, apelamos a todos os habitantes do planeta. A Terra não pode ser melhorada sem que a consciência individual seja modificada. Engajaremo-nos a trabalhar para esta transformação da consciência individual e coletiva, à conversão dos corações, para o despertar de nossos poderes espirituais graças à reflexão, à meditação, à oração ou pelo pensamento positivo. Juntos podemos mover montanhas. Sem a vontade de assumir riscos e fazer sacrifícios, nossa situação não pode ser fundamentalmente melhorada. Assim, engajaremo-nos na defesa de uma ética global comum, uma melhor compreensão mútua e também pelos modos de vida socialmente benéficos, que favorecem a paz e não agridem a Terra.[1400]

1326. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26/Rev.1 (Vol. I), p. 460.
1327. *Ibid.*, p. 454.
1328. *Ibid.*, p. 420.
1329. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26, vol. IV, p. 53.
1330. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26/Rev. I, (vol. III), p. 242.
1331. *Ibid.*, p. 248.
1332. *Ibid.*, p. 83 *sq*.
1333. Conferência de Estocolmo, *op. cit.*, A/CONF.48/9, p. 1 e 12.
1334. Conferência de Estocolmo, *op. cit.*, A/CONF.48/5, p. 5
1335. *Vers un développement soutenable [Sobre um desenvolvimento sustentável]*, Comissão das Comunidades Européias, Bruxelas, 20 de março de

1992, COM(92) 23 final – vol. II, p. 4.
1336. *Projet de plan à moyen terme [Projeto de propostas a médio prazo], (1990-1995), op. cit.*, Introdução de Frederico Mayor, p. 11 e 16.
1337. *Relatório Final*, Conferência Intergovernamental sobre a Educação Relativa ao Meio Ambiente, organizada pela UNESCO com a cooperação da PNUE, Tbilissi (URSS), *op. cit.*, 1978, p. 28.
1338. *Beyond Interdependence, op. cit.*, p. 32 *sq*.
1339. *Notre avenir à tous [Nosso futuro comum], op. cit.*, p. 369.
1340. *Ibid.*, p. 46.
1341. *Ibid.*, encarte da página 83. Citando Sergio Dieletachi.
1342. *Ibid.*, p. 14.
1343. *Ibid.*, p. xxvi. Grifos nossos.
1344. *Ibid.*, p. 32.
1345. *Ibid.*, p. 52.
1346. *Climate Change, Environmental and Development*, OMM, *op. cit.*, p. 87.
1347. *Ethics & Agenda 21, op. cit.*, UNEP, p. 11 *sq.*
1348. *Ibid.*, p. 15.
1349. *Ibid.*, p. 45.
1350. *Relatório final*, Congresso Internacional sobre a Paz no Espírito dos Homens, Yamoussoukro, *op. cit.*, UNESCO, p. 28.
1351. A criação de uma ética ecológica é atualmente um dos assuntos principais tratados pelas organizações internacionais. Foi-nos necessário, portanto, limitar severamente o número de textos apresentados, referentes a esse assunto, para citar apenas os excertos mais esclarecedores ou provenientes de fontes mais autorizadas. Podemos consultar também: *Relatório final*, Congresso Internacional sobre a Paz no Espírito dos Homens, Yamoussoukro, *op. cit.*, UNESCO, p. 31, 43, 86, 96; *Ethics & Agenda 21*, *op. cit.*, UNEP, p. 21, 30; Edith Brown Weiss, *Environmental Change and International Law, op. cit.*, p. 339, 412; *Tendences de l'éducation relatives à l'environnement*, UNESCO, *op. cit.*, p. 11, 19, 22, 31; *Relatório final*, Conferência Intergovernamental sobre a Educação Relativa ao Meio Ambiente, organizada pela UNESCO com a cooperação da PNUE, *op. cit.*, p. 12; *A Guide on Environmental Values Education*, UNESCO-UNEP Environmental Education Programme, *op. cit.*, p. v, ix; Martin F. Price, *Report of International Social Science Council Scientific Symposium on the Human Dimensions of Global Environmental Change*, Occasional paper n. 1, SHS/91/WS/6, Unesco/ISSC, Paris, 1991, p. 23, 24, 26 e *Education environnementale : modeule pour la formation initiale des*

professeurs et des inspecteurs des sciences sociales de l'enseignement secondaire. Programme international d'éducations relative à l'environnement, UNESCO-PNUE, série éducation environnementale n. 9, ED/85/WS-48, Paris, UNESCO, 1985, p. 40, 41, 57.

1352. *Tendences de l'éducation relatives à l'environnement*, UNESCO, *op. cit.*, p. 18. Citando Aldo Leopold, "The conservation ethic", *Journal of forestry*, Washington, outubro de 1933.

1353. *Notre avenir à tous, op. cit.*, p. 67. Ver também p. 177 e 185.

1354. *A Guide on Environment Values Education*, UNESCO-UNEP Environmental Education Programme, *op. cit.*, p. 34.

1355. George F. Hourani, *Ethical Value*, Ann Arbor, MI, University of Michigan Press, 1955, p. 84.

1356. Aldo Starker Leopold, *A Sand County Almanac with other Essays in Conservation from Round River*, N.Y., Columbia Univ. Press, 1961, p. 225.

1357. *Ibid.*, p. 240.

1358. *A Guide on Environmental Values Education*, UNESCO-UNEP Environmental Education Programme, *op. cit.*, p. 32.

1359. C.D. Stone, "The Environment in Moral Thought", 56 *Tennessee Law Review*, 3, 5, 6 (1998).

1360. Edith Brown Weiss, *Environmental Change and International Law, op. cti.*, p. 224 *sq*. Ver também a p. 226. O autor dessas linhas, Raghunandan Pathak, serviu à Suprema Corte Indiana e depois à Corte Internacional de Justiça em Haia. Ver também: R.K. Turner, W.N. Adger, *Costal Zone Resources Assessment Guidelines*, LOICZ Reports & Studies n. 4, Texel, Pays-Bas, LOICZ, 1996, p. 44, 45. LOICZ é um programa da IGBP (Programa Internacional da Geosfera – Biosfera).

1361. Kurt Pawlik, *Perception and assessment of global environmental conditions and change*, HDP Occasional papers n. 4, Barcelone, HDP, 1992, ch. 2. HDP é um programa do Conselho Internacional das Ciências Sociais (CISS/ISSC), organização internacional abrigada pela UNESCO, e trabalhando com sua estrita colaboração.

1362. UNESCO, *Projet de plan à moyen terme (1990-1995), op. cit.I*, p. 104 *sq*.

1363. *A Guide on Environmental Values Education*, UNESCO-UNEP Environmental Education Programme, *op. cit.*, p. 1.

1364. *HDGEC Work Program 1991-1992,* Occasional paper n. 2, SHS/91/WS/5, UNESCO/ISSC, Paris, 1991, p. 9.

1365. Kurt Pawlik, *Perception and assessment of global environmental conditions and change*, HDP Occasional papers n. 4, *op. cit.*, Management Summary, p. 4.
1366. *Ibid.*, ch 7, p. 3.
1367. *Ibid.*, ch 1, p. 1 e 5.
1368. Pascal Bernardin, *Maquiavel Pedagogo, op. cit.*
1369. *A Guide on Environmental Values Education*, UNESCO-UNEP Environmental Education Programme, *op. cit.*, p. 14, 21, 23.
1370. *Ibid.*, p. 21 *sq*.
1371. *Ibid.*, p. 24 *sq.*, 92. *Ethics & Agenda 21, op. cit.*, UNEP, p. 15, 22.
1372. *A Guide on Environmental Values Education*, UNESCO-UNEP Environmental Education Programme, *op. cit.*, p. 26, 92.
1373. *Halte à la Croissance?, op. cit.*, p. 290, 291; em itálico no texto. Comentários do Comitê Executivo do Clube.
1374. *Ibid.*, p. 296. *Id.*.
1375. *Ibid.*, p. 299. *Id.*.
1376. *Ibid.*, p. 71, declaração de Alexander King, membro do Clube.
1377. *Ibid.*, p. 59, declaração de Aurélio Peccei, fundador do Clube.
1378. *Ibid.*, p. 117, declaração de Adam Schajj, membro do Clube.
1379. *Questions de survie; La révolution mondiale a commencé, op. cit.*, p. 117. Grifos nossos.
1380. *Ibid.*, p. 127.
1381. *Ibid.*, p. 223.
1382. *Ibid.*, p. 97.
1383. *Ibid.*, p. 207-209.
1384. Joel Beversluis, Ed., *A SourceBook for the Community of Religions*, The Council for a Parliament of the World's Religions, *op. cit.*, p. 142.
1385. Mikhail Gorbachev, *The Search for a New Beginning, op. cit.*, p. 38, 57, 64.
1386. *1995 Final Report*, State of the World Forum, *op. cit.*, p. 41, 95 *sq*.
1387. Carta da Cruz Verde Internacional, 2.2.2.
1388. M. Gorbachev, discurso pronunciado em Haia, em 20 de abril de 1993. *In* Documentos de apresentação da Cruz Verde Internacional.
1389. M. Gorbachev, *Message to the World*, The Hague, 16 de abril de 1994, *In* Documentos de apresentação da Cruz Verde Internacional.
1390. *The Ethical of the United Nations Program on Environment and Development, Agenda 21*, United Nations, *op. cit.*, p. 319. Conferência

organizada nos edifícios da ONU, com o apoio do Banco Mundial, da EPA (Agência de Proteção do Meio Ambiente dos Estados Unidos) e da UNEP. Ver também a p. vi *sq.*, xiv, xix, 315-320.

1391. RPR-UDF: “Um novo impulso”, *Le Monde*, 3 de maio de 1997, p. 9.

1392. Antoine Waechter, *Dessine-moi une planète [Desenhe-me um planeta]*, *op. cit.*, p. 152.

1393. *Ibid.*, p. 230.

1394. Christian Brodhag, *Les quatre vérités de la planète, Pour une autre civilisation [As quatro verdades do planeta, por uma outra civilização], op. cit.*, p. 91, 233, 235.

1395. Rudolf Bahro, *Building the Green Movement, op. cit.*, p. 15.

1396. *Bulletin officiel de l’Educations nationale*, 30 de junho de 1994, p. 1823.

1397. Tratando-se de ética ecológica, também é interessante consultar: Arthur S. Miller, *The Secret Constituition and Need for Constitucional Change, op. cit.*, p. 57, 66, 87, 139.

1398. *Religion for Peace*, January, 1994, Issue 65, p. 6, onde se encontra os detalhes esclarecedores sobre o processo de elaboração dos documentos preparatórios às grandes conferências internacionais.

1399. *Toward A Global Ethic, An Inicial Declaration*, 1993, Parliament of the World’s Religions, August 28 – September 5, 1993, Chicago, Illinois, USA, p. i.

1400. *Ibid.*

CAPÍTULO IX

A ECONOMIA ECOLÓGICA

Lembremos que *A Montanha de Ferro* sustentava que os substitutos da guerra deveriam criar um "considerável desperdício", "ao menos, igual a 10% do PNB", e permitir "controlar as economias nacionais". Temos visto que as conseqüências econômicas da política ecológica mundialista se inclinam nessas duas direções. A ecologia mundialista servirá de pretexto a um desperdício desenfreado – e então a um considerável declínio do padrão de vida – e permitirá a diversas organizações internacionais controlar a economia mundial graças ao socialismo de mercado, síntese hábil do liberalismo e do dirigismo, ao qual estará sujeita toda a atividade econômica mundial.



A segunda parte deste trabalho tratou apenas dos problemas ecológicos *globais*, para expor a dimensão mundialista. Os problemas locais, que não expusemos para abreviar o discurso, sofrem o mesmo processo de ampliação destinada, desta vez, a convencer as pessoas de haver um iminente apocalipse ecológico. Dito isso, não procuramos minimizar tais problemas, mas colocá-los nas

suas justas proporções – modestas –, e a eles aplicar as soluções *tecnocratas*, que atualmente são dispensadas para se fazer um apelo a uma mudança de civilização.

Os custos das políticas ecológicas são astronômicos. É verdade que George Kennan pedia para “não subestimar as somas necessárias”. As estimativas dos partidários da revolução ecológica chegam a dezenas e centenas de milhões de dólares para os problemas, globais e locais, dos quais *todos* têm sido muito exagerados. Segundo a ONU, “o custo anual médio (1993-2000) da realização das atividades previstas na *Agenda 21* nos países em desenvolvimento deveria ultrapassar os 600 milhões de dólares, dos quais cerca de 125 milhões seriam fornecidos pela comunidade internacional sob a forma de doações ou concessões”.[1401] Um outro documento da ONU[1402] prevê um custo de 625 milhões de dólares, sempre para apenas os países em via de desenvolvimento. As estimativas do custo da luta contra o efeito estufa chegam também a bilhões de dólares. *Para além da interdependência*, o já citado relatório da comissão Trilateral, estima que “poderá atender a 5% do PNB” e, para o período de 1990 a 2000, se elevar a 3,6 bilhões de dólares.[1403] O mesmo relatório estima que a reabilitação ecológica do bloco Oriental “custará 200 bilhões de dólares durante a próxima década. Algumas estimativas são ainda mais elevadas”.[1404] A passagem do carbono ao gás natural custará, apenas na

Polônia, 260 milhões de dólares.[1405] Nos Estados Unidos, o saneamento dos aterros sanitários custará entre 20 e 100 milhões de dólares;[1406] a luta contra uma suposta elevação de um metro do nível do mar, custará, apenas para a costa leste, entre 10 e 100 milhões de dólares.[1407] A luta contra o buraco na camada de ozônio custará, somente à indústria americana de CFC, entre 5 e 10 milhões de dólares. As estimativas mais recentes são ainda mais elevadas.[1408] No mundo inteiro, 385 milhões de dólares em equipamentos dependem de CFC.[1409] A luta contra a poluição atmosférica custa, somente à Califórnia, 3,7 milhões de dólares por ano.[1410] Segundo o presidente Bush, as normas ecológicas custam a cada ano, para os Estados Unidos, 175 milhões de dólares, ou 1.700 dólares por contribuinte.[1411] A EPA, a oficial e solene Agência (americana) para a Proteção do Meio Ambiente, estima esse montante em 115 milhões de dólares para o ano de 1990 (ou 1.000 dólares por domicílio); em 1992, deveria chegar a 130 milhões de dólares.

Na França, o custo do desenvolvimento dos transportes públicos, que seria necessário para lutar contra a poluição atmosférica, é estimado em 85 milhões de francos.[1412] A aplicação das normas européias em matéria de água nos custará 120 bilhões de francos; em matéria de desperdícios, 50 milhões de francos; alguns especialistas calculam o total em 200 milhões de francos.[1413] O

custo da desamientação do Jussieu[1414] inicialmente era avaliado em 1,2 milhão de francos. “Aparentemente, poderia ser multiplicada por dois ou por três”.[1415] A desflocagem apenas de seus edifícios coletivos custará, na França, entre 30 e 150 milhões de francos.[1416]

As cifras precedentes provêm de fontes favoráveis à política ecologista mundial. Seus opositores apresentam montantes freqüentemente mais elevados. Dixy Lee Ray, ex-governador do estado de Washington, aponta a quantia de 1,4 bilhão de dólares como o montante de despesas empregadas desde 1970 para a luta contra a poluição. As despesas previstas se elevaram para 1,6 bilhão de dólares.[1417] O *The New American* relata os resultados de um estudo de Dale Jorgensen e Peter Wilcoxen, dois economistas americanos pertencentes às universidades de Harvard e do Texas. Seus trabalhos estabeleceram normas ecológicas que provocaram uma baixa de 2,59% do PNB americano, traduzindo-se por uma perda de 180 milhões de dólares e o desaparecimento de quatro milhões de empregos.[1418] Henri Miller, ex-diretor do Departamento de biotecnologia do FDA, retoma os resultados de um estudo que situa entre 11.000 e 20.300 dólares, as somas despendidas anualmente por domicílio, para que as normas ecológicas sejam atendidas.[1419]

Os opositores da política ecológica mundialista avaliam em bilhões de dólares os custos das medidas destinadas a limitar a emissão de CO_2. *The New*

American,[1420] se apoiando em um estudo de Alan Manne (universidade de Stanford) e de Richard Richels (Eletrical Power Research Institute), situa entre 800 milhões e 3,6 bilhões de dólares as somas das despesas dos Estados Unidos no decorrer do próximo século, para reduzir apenas 20% de sua emissão de CO_2. O mesmo estudo aponta que essas medidas custaram à China, 10% do seu PNB.[1421] Um estudo do departamento de energia americano[1422] avalia em cinco bilhões de dólares as somas despendidas sobre o conjunto de todo o planeta, até 2050, para limitar a emissão de CO_2. Outros estudos apresentam cifras muito mais elevadas, a partir de três a quatro bilhões de dólares por ano,[1423] até um terço ou à metade do PNB.[1424] A Global Climate Coalition, organização que reúne as indústrias do petróleo, do carbono e automobilística, estima que a proposta da União Européia de reduzir em 15% a emissão de gases para o efeito estufa custará à economia americana perto de 277 milhões de dólares ao ano, por volta de 2010.[1425]

Richard Benedick, que foi um dos principais articuladores dos acordos de banimento dos CFC, avalia que a sua substituição custará entre cinco e dez milhões de dólares somente na indústria americana. Este montante é bastante contestado; Dixy Lee Ray estima que ele se elevará para, ao menos, 150 milhões de dólares, somente para o setor de alimentos para os lugares de distribuição.[

1426] O custo mundial do banimento dos CFC chega, segundo um artigo publicado no jornal da Associação americana dos Engenheiros de Aquecimento, Refrigeração e Ar Condicionado, a cinco bilhões de dólares.[1427]

A lei americana sobre a qualidade do ar (*Clean Air Act*) leva também a despesas consideráveis. As estimativas de seus opositores variam entre 12 e 40 milhões de dólares.[1428] O Superfundo (*Superfund*) americano é destinado a reabilitar os aterros sanitários que tenham abrigado resíduos perigosos. As somas dispensadas a esse título, segundo o Escritório (americano) de Avaliação Tecnológica, o qual depende do Congresso, totalizaram, em 1988, cinco milhões de dólares, e em 1991, dez milhões de dólares. As previsões para o ano 2.000 chegam a 20 milhões de dólares.[1429] As estimativas médias do custo total do programa de reabilitação situam-se entre um e dez bilhões de dólares.[1430] A Agência (americana) para a Proteção do Meio Ambiente (EPA) avalia os investimentos necessários para a modernização da destruição de água em 150 milhões de dólares. Esta quantia é contestada por outro organismo governamental, o Escritório de Orçamento (OMB), que a considera muito baixa. Para o OMB, a fatura anual de água por domicílio passaria de 534 dólares para 3.651.[1431]

Outras estimativas, citadas por Dixy Lee Ray,[1432] avaliam entre 200 e 500 milhões de dólares o montante

dos trabalhos encarados pela EPA. A fatura anual de água por domicílio ficaria, então, entre 5.000 e 20.000 dólares. Enfim, segundo a EPA, o custo da desamientação, apenas dos prédios públicos e comerciais americanos, chegaria a 51 milhões de dólares.[1433]

Um declínio, desejado e provocado, do padrão de vida

Esses custos fabulosos provocarão um declínio do padrão de vida nos países desenvolvidos, explicitamente desejado pelas forças revolucionárias que irão usar de todos os meios para satisfazer este desejo. Isso resultará em uma modificação radical dos modos de vida. A Conferência do Rio por diversas vezes insistiu na necessidade de modificar os modos de produção e consumo nos países desenvolvidos.

> Princípio 8
>
> A fim de chegar a um desenvolvimento durável e uma melhor qualidade de vida para todas as pessoas, os Estados deveriam reduzir e eliminar os modos de produção e consumo não-viáveis, e promover políticas demográficas apropriadas. […]
>
> A realização de objetivos relativos à qualidade do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável exigirá o aumento da produtividade e a modificação dos esquemas de consumo, a fim de utilizar os recursos da natureza de forma mais racional e reduzir o desperdício ao mínimo possível. Em inúmeros casos, isso necessitará de uma reorientação dos modos de produção e de consumo desenvolvidos pelas sociedades industriais, que atualmente são reproduzidos em diversos países. (Conferência do Rio)[1434]

> Uma parceria global deve começar por um compromisso dos países industrializados em reduzir, de maneira séria, o fardo que impõem aos ecossistemas da Terra devido aos seus intoleráveis modos de produção e

> consumo. (Conferência do Rio, declaração de Madame Brundtland, primeira-ministra da Noruega e presidente da CMED)[1435]

> Precisamos ver que estamos caminhando para uma crise de dimensões incontroláveis, caso não mudemos de direção. Tanto o Norte quanto o Sul deverão modificar seus modos de consumo e de produção. (Conferência do Rio, declaração da Madame Brundtland)[1436]

> Existem perspectivas de mudanças, mas permanecem os modos de produção e de consumo, que dão origem a tantos riscos mundiais que nos esforçamos para resolver. As usinas continuam a lançar fumaças, e a mesma quantidade de CO_2 entra diariamente na atmosfera, enquanto estamos aqui. (Conferência do Rio, declaração de Maurice Strong)[1437]

Esta filosofia é desenvolvida até as últimas conseqüências:

> Em colaboração com os organismos, pesquisas nacionais e organizações não-governamentais, os governos e as organizações internacionais competentes deveriam, se for o caso: […]
>
> Apoiar as pesquisas sobre a mecanização, de modo a maximizar os esforços dos agricultores e dos animais de tração, assim como as ferramentas manuais e os materiais de tração animal que são de fácil uso e manutenção. (Conferência do Rio)[1438]

A vontade de diminuir o padrão de vida e modificar os modos de consumo atravessa os textos que emanam das instituições internacionais. Sua principal importância, suas conseqüências imediatas sobre a vida cotidiana de todos, exige que a examinemos demoradamente.

> Para que os recursos globais se mantenham nos limites razoáveis, enquanto o padrão de vida dos pobres se elava, as sociedades ricas deverão consumir menos. […]
>
> O desenvolvimento durável é baseado no princípio de que existe um equilíbrio entre a população e o consumo, nos limites impostos pela natureza. Torna-se claro que não apenas a população, mas também o

> consumo deve ser reduzido para que o desenvolvimento durável se realize. […]
>
> As disparidades [de consumo entre os ricos e os pobres] tornam-se cruciais quando a sustentabilidade ambiental impõe restrições sobre o consumo em escala global. (Comissão sobre a Governança Global)[1439]

> A noção de necessidade é, de fato, social e culturalmente determinada; para assegurar um desenvolvimento sustentável, é preciso, sobretudo, promover os valores que facilitarão um tipo de consumo nos limites do ecologicamente possível, e no qual cada um possa razoavelmente pretender. (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento)[1440]

> O Conselho das Comunidades Européias, […]
>
> concorda que a instauração de um desenvolvimento sustentável necessitará de profundas modificações nos tipos de crescimento, de consumo e de comportamento atuais; (Comissão das Comunidades Européias)[1441]

> Além disso, os modelos de crescimento e de desenvolvimento têm de ser reconsiderados. No caso do meio ambiente, assim como no caso do desenvolvimento, hoje se faz necessário distinguir entre o essencial e o supérfluo. (UNESCO)[1442]

O declínio no padrão de vida nos países ricos, a luta contra o "supercrescimento" do Norte, será acompanhado de uma política de transferência de capitais, de tecnologia, de atividades etc., para países em desenvolvimento. Isso resultará em uma redução geral das "diferenças de padrões de vida", que continua sendo um dos principais objetivos dos revolucionários. A utopia igualitarista, bem diferente da justiça social, ressurge, revestida ao gosto do dia.

> Princípio 5
>
> Todos os Estados e todos os indivíduos, como requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, devem cooperar na tarefa essencial de

erradicar a pobreza, de forma a reduzir as disparidades nos padrões de vida e melhor atender às necessidades da maioria da população do mundo.

Princípio 6

A situação e necessidades especiais dos países em desenvolvimento, em particular dos países de menor desenvolvimento relativo e daqueles ambientalmente mais vulneráveis, devem receber prioridade especial. Ações internacionais no campo do meio ambiente e do desenvolvimento devem também atender aos interesses e necessidades de todos os países.

Princípio 7

Os Estados devem cooperar em um espírito de parceria mundial, para a conservação, proteção e restauração da saúde e da integridade do ecossistema terrestre. Considerando as distintas contribuições para a degradação do meio ambiente mundial, os Estados têm responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Os países desenvolvidos reconhecem a responsabilidade que têm na busca internacional do desenvolvimento sustentável, em vista das pressões exercidas por suas sociedades sobre o meio ambiente mundial, e das tecnologias e recursos financeiros dos quais dispõem.[1443]

O superdesenvolvimento [do Norte] é tão preocupante como o subdesenvolvimento [do Sul]. (Boutros-Ghali, Conferência do Rio)[1444]

Nos países industrializados, os esquemas de consumo das cidades representam sérias limitações sobre o ecossistema mundial, enquanto que nos países em desenvolvimento, os assentamentos humanos necessitam de um aumento nas quantidades de matérias-primas e energia, além de um desenvolvimento econômico mais acentuado para superar seus problemas econômicos e sociais fundamentais. (Conferência do Rio)[1445]

No centro dos problemas para os quais buscaremos soluções, citarei os modos de produção e consumo do mundo industrial que afetam a biosfera, o aumento demográfico descontrolado, particularmente nos países em desenvolvimento, que aumenta para 250.000 nascimentos diários; o abismo crescente entre ricos e pobres, que empurra três quartos da humanidade para uma desgastante luta pela sobrevivência. (Maurice Strong, Conferência do Rio)[1446]

O laço entre a reflexão e a ação constitui o fator decisivo. Para o Norte, isso significa a coragem intelectual de reconhecer os interesses dos países em desenvolvimento e a necessidade de lhes transferir recursos financeiros novos, suplementares e adequados. Cada indivíduo também deve encarar a opção de modificar seu modo de consumo e seu modo de vida, numa perspectiva de longo prazo. (Carlos XVI Gustavo da Suécia, Conferência do Rio)[1447]

Longe de pressupor o abandono do crescimento econômico, o 'desenvolvimento durável' requer uma distribuição mais equitativa e uma igualdade de chances entre os países e dentro de cada um deles, além da admissão desta evidência: os problemas de pobreza e de subdesenvolvimento só poderão ser resolvidos se o crescimento econômico se mantiver em um ritmo vigoroso [nos países em desenvolvimento]. (UNESCO)[1448]

A análise das causas dos problemas ambientais faz surgir como fator essencial a grande disparidade dos níveis de vida, não apenas entre os países ricos e os países pobres, mas também entre as camadas ricas e as camadas pobres de um mesmo país. A extrema desigualdade de riquezas impede as sociedades de fazer pleno uso de seus recursos naturais, e pode causar danos ao meio ambiente devido, ao mesmo tempo, à busca desesperada dos meios de subsistência por parte das populações mais pobres, e ao desperdício de recursos por parte das populações mais ricas. Os países ricos ou os setores ricos de diversas sociedades exercem, em seus estilos de vida, um desperdício que impõe pressões excessivas sobre os recursos naturais, em particular as fontes de energia, os minerais e os recursos alimentares. Hoje se torna evidente que todos os países, desenvolvidos ou em desenvolvimento, devem, na sua busca pelo desenvolvimento, levar em conta os limites, assim como o potencial que oferece o meio ambiente. Devem procurar e adotar novos métodos e novos modos de desenvolvimento, bem como novos estilos de vida, levando plenamente em conta os fatores ambientais. (Declaração de abertura de M. Mostafa K. Tolba, diretor-executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, UNESCO)[1449]

A gradual tomada de consciência das conseqüências e das implicações dos problemas ambientais deve ser acompanhada de um maior senso de

> solidariedade entre as nações. Uma melhor gestão ambiental, no interesse da humanidade, deve tender a reduzir as disparidades existentes e instaurar relações internacionais fundadas na equidade, na perspectiva de uma nova ordem internacional. (UNESCO)[1450]

Essas idéias são apenas a sistematização das teses adotadas ao longo da Conferência de Estocolmo (1972). Desde esta data, a ONU efetivamente sustenta que:

> A solução para os problemas ambientais das sociedades pobres [água insalubre, desnutrição, moradias inadequadas, infra-estrutura sanitária deficiente] deve ser procurada no próprio processo de desenvolvimento: o desenvolvimento é o remédio da maior parte desses problemas e não sua causa. […]
>
> É evidente que, em larga medida, os problemas ambientais importantes, aos quais os países em desenvolvimento são confrontados, podem ser superados pelo processo de desenvolvimento. Já nos países industrializados, o desenvolvimento é visto justamente como a causa dos problemas ambientais. (ONU, Conferência de Estocolmo, relatório do secretário-geral) [1451]

Em 1972, a ONU se viu obrigada a apresentar diretamente os problemas econômicos e sociais (água insalubre, etc.) como problemas ambientais para conquistar o coração dos ocidentais. 20 anos depois, o progresso ideológico, retransmitido pelos meios de comunicação cada vez mais poderosos, permitiu-lhe evitar ter de recorrer a subterfúgios grosseiros. A credibilidade midiática e a força emocional do efeito estufa, da extinção das espécies, etc., são infinitamente superiores.

Todos os meios serão usados para reduzir as "diferenças de níveis de vida": redução da demanda

interior, redefinição dos indicadores econômicos destinados a dar a ilusão de um crescimento contínuo, manipulação de valores, utilização partidária dos meios e comunicação e da ciência, etc..

> O meio ambiente externo desfavorável, do qual sofrem os países em desenvolvimento, faz com que se tornem ainda mais importante a mobilização dos recursos internos, além de uma afetação e uma utilização criteriosa dos próprios recursos, no sentido da promoção de um desenvolvimento durável. Certos países devem aplicar políticas visando a reencaminhar e reorientar as despesas públicas, reduzir os importantes déficits orçamentários e outros desequilíbrios macro-econômicos, as políticas restritivas e as distorções nos domínios das taxas de câmbio, do investimento e das finanças, assim como os obstáculos à criação de empresas. (Nos países desenvolvidos, essas reformas gerais ajudariam a liberar recursos para financiar a transição para um desenvolvimento durável no plano interior, assim como nos países em desenvolvimento. Um aumento da poupança interior nos países desenvolvidos viria completar as políticas que visam frear o consumo para poupar o meio ambiente). (Conferência do Rio)[1452]

> Deve ser dada atenção particular à demanda de recursos naturais de uma superexploração e utilização eficaz dos recursos para diminuir, o tanto quanto possível, o seu esgotamento e reduzir a poluição. Se o consumo é muito grande em certas regiões do mundo, as necessidades essenciais de uma grande parte da humanidade não são satisfeitas. Isto [a desigual distribuição de renda e riqueza] provoca demandas excessivas e encoraja, entre os grupos mais ricos, modos de vida insustentáveis que impõem consideráveis restrições ambientais. Os grupos mais desfavorecidos, por outro lado, são incapazes de satisfazer suas necessidades em matéria de alimentação, cuidados de saúde, de habitação e de educação. A modificação dos modos de consumo exigirá estabelecer uma estratégia de vários objetivos, concentrada na [diminuição da] demanda, na satisfação de necessidades essenciais dos grupos mais desfavorecidos, na redução do desperdício e na utilização dos recursos no processo de produção. (Conferência do Rio)[1453]

As expressões em colchetes na citação anterior provêm da redação inicial do parágrafo,[1454] que foi modificado antes de ser definitivamente adotado.

> Substituiremos os indicadores do PNB e do PIB por um tipo de indicador do bem-estar interior bruto que se assemelhará com os dados da renda nacional e os elementos [subjetivos e politicamente orientados] que manifestam efetivamente o nível de satisfação das populações, incluindo a liberdade e a harmonia social, a diversidade cultural, a integração racial e o respeito ao meio ambiente. (Fernando Collor, presidente do Brasil e da Conferência do Rio)[1455]

> Implantação de sistemas de compatibilidade ecológica e econômica integrados
> […] O principal objetivo do programa consiste em desenvolver os sistemas atuais de compatibilidade econômica, a eles integrando os dados ecológicos e sociais de maneira que o quadro contábil acima referido contenha, pelo menos, os sistemas satélites de compatibilidade dos recursos naturais de todos os Estados membros. Os sistemas de compatibilidade ecológica e econômica integrados, que deverão ser implantados por todos os Estados membros o mais breve possível, deveriam ser considerados como um complemento dos métodos tradicionais de contabilidade nacional, ao invés de um substituto a esses métodos, e seriam concebidos como instrumentos de tomada de decisão em matéria de desenvolvimento. (Conferência do Rio)[1456]

> Também se deve considerar os conceitos atuais de crescimento econômico e a necessidade de criar conceitos novos de riqueza e prosperidade que permitam melhores níveis de vida, mediante uma mudança dos estilos de vida, que sejam menos dependentes dos recursos limitados do planeta e estejam mais em harmonia com a sua capacidade de carga. Esses elementos deveriam ser objetos de reflexão na elaboração de novos sistemas de compatibilidade nacional e outros indicadores de um desenvolvimento sustentável. (Conferência do Rio)[1457]

> Os governos, em cooperação com as organizações competentes, deveriam se esforçar [para]:

> Reforçar os valores, incentivando a adoção de esquemas de produção e de consumo viáveis […]
>
> Orientar as escolhas individuais e domésticas para produtos ecologicamente racionais […]
>
> [Os governos] também deveriam incentivar o surgimento de um público de consumidores bem informados e ajudar indivíduos e famílias a operar escolhas ecologicamente sensatas, tomando, em particular, as seguintes medidas: […]
>
> Encorajar programas específicos focados no consumidor, tal como a reciclagem e os sistemas consignados [engajamento].
>
> Reforçar os valores próprios a favorecer os modos de consumo racionais.
>
> Os governos e as organizações do setor privado deveriam incentivar a adoção de atitudes mais positivas em relação aos modos de consumo racionais, através de programas de educação e de sensibilização do público e outros meios, como a publicidade positiva para produtos e serviços que utilizam tecnologias ecologicamente racionais, ou encorajando modos de produção e de consumo sustentáveis. […]
>
> O objetivo essencial desse programa é modificar os esquemas inviáveis de consumo e produção, além de promover os valores que incentivem o consumo à transição para esquemas de consumo e de modos de vida viáveis. (Conferência do Rio)[1458]

A Conferência também defende uma "interação entre as ciências e a tomada de decisão, aplicando, se necessário, o princípio de precaução, para modificar os esquemas atuais de produção e consumo, e para ganhar tempo no intuito de reduzir a incerteza em relação às opções políticas que devem ser contidas".[1459] A finalidade do princípio de precaução aparece claramente aqui. Se ele respondesse a um verdadeiro imperativo de segurança, deveria ser sempre aplicado. Mas apenas será utilizado *se for necessário* para atender a um objetivo já fixado e definitivo: "modificar os esquemas atuais de

produção e consumo”. A gestão de resíduos responde à mesma finalidade:

> Os modos de produção e de consumo não-viáveis aumentam em um ritmo sem precedente a quantidade e a diversidade de resíduos, tendo efeitos prolongados sobre o meio ambiente. Segundo a tendência observada, a quantidade de resíduos poderia dobrar até o final do século, e multiplicada por quatro ou cinco até o ano de 2025. O melhor meio de inverter as tendências atuais seria que a gestão de resíduos tivesse uma característica preventiva e seja centrada nas mudanças dos modos de vida e dos modos de produção e consumo. (Conferência do Rio)[1460]

Os meios de comunicação também serão requisitados:

> Os países e os sistemas das Nações Unidas deverão estabelecer relações de cooperação com a mídia, e também com os setores do entretenimento e da publicidade, iniciando debates destinados a mobilizar suas experiências para moldar o comportamento público e os esquemas de consumo, e fazer uso abundante dos seus métodos. (Conferência do Rio)[1461]

Notemos que essas disposições reconhecem implicitamente que os mundialistas controlam a grande mídia.

Encara-se uma “modificação radical dos modos de vida”,[1462] do comportamento público e dos esquemas de consumo:

> As fontes de energias novas e renováveis são as seguintes: energia heliotérmica, fotovoltaica, eólica, hidroelétrica, provindo da biomassa, geotérmica, marinha, animal e **humana**. (Conferência do Rio)[1463]

Lembremos que não se trata de uma declaração de Dominique Voyet, mas de um documento aprovado em sessão plenária na Conferência do Rio.

As citações precedentes provieram de documentos oficiais: atos das conferências do Rio e de Estocolmo, relatórios das comissões mundiais sobre o meio ambiente e o desenvolvimento e sobre a governança global, etc. As publicações atuais das instituições internacionais mencionam com muita freqüência[1464] a baixa do nível de vida nos países desenvolvidos, a modificação dos modos de vida, de produção e de consumo, e também a transferência dos recursos econômicos para os países em desenvolvimento para que seja possível citá-los todos. Contentaremo-nos em produzir alguns excertos particularmente esclarecedores.

> O debate tem colocado em evidência os seguintes fatores: […]
> Os modos de vida dos países do Norte que geraram superconsumação, superexploração dos recursos e desperdício; […]
> Foi sublinhada a importância do conteúdo da Declaração de Deli e dos objetivos e resultados dos trabalhos da Conferência Mundial sobre a Religião e a Paz (janeiro de 1989) – em particular de sua Comissão sobre o Equilíbrio Ecológico e do Meio Ambiente Humano. Esta Comissão ressalta a necessidade de promover uma tecnologia que seja centrada na satisfação das necessidades de base, evitando que se crie novas ou que se intensifique o consumo. Nesse objetivo, recomenda mudanças nos estilos de vida individuais, especialmente através da educação, da descentralização de projetos em pequena escala. (UNESCO)[1465]

> Enquanto em certos países o desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico, em outros, ele implica, de fato, em uma baixa do consumo individual. Isso pode parecer utópico, mas consideramos as outras possibilidades. A Terra tem apenas uma capacidade limitada. (ONU, Conferência de Copenhague)[1466]

> [O presidente da CISS] colocou em evidência o problema proveniente da nossa profunda crença no progresso, que poderia não ser compatível com a

idéia de desenvolvimento durável. (CISS)[1467]

Nossa ‘nave espacial’ talvez não seja capaz de suportar, durante muito tempo, o modelo atual de desenvolvimento e de industrialização. [… no entanto] Em Bangladesh, nossa prioridade atual é o desenvolvimento socio-econômico. (OMM, declaração de K. Zia, primeiro-ministro de Bangladesh) [1468]

Este compromisso [de redução de gases do efeito estufa] deveria, certamente, ser apoiado pela vontade dos países industrializados em transferir recursos financeiros suplementares e as tecnologias necessárias para os países em desenvolvimento, para permitir-lhes cumprir seus compromissos assumidos da convenção. […]

Não nos esqueçamos, no entanto, que o problema do aquecimento global tem sido provocado pelo desperdício provocado pelo consumo e pela produção [industrial]. Não se pode resolver esse problema limitando a capacidade dos pobres em satisfazer suas necessidades e suas aspirações. Se os imperativos ecológicos do planeta impõem restrições ao crescimento material, a equidade exige uma redistribuição das possibilidades e dos recursos que estão em necessidade. (OMM, declaração de Boutros-Ghali)[1469]

O coro

Os textos citados anteriormente refletem o consenso mundial ratificado pelas organizações internacionais e as principais forças políticas de todo o mundo. Eles esclarecem e confirmam as citações que vêm a seguir. Emanando de intelectuais e homens públicos influentes, elas revelam o avanço do projeto econômico mundialista, assim como certos aspectos que as intituições internacionais não podem abordar abertamente.

Em maio de 1990, Daniel Wood esteve com M. Strong por conta da revista *West*. Strong defendia a idéia de que a única maneira de salvar o planeta da destruição é assegurar o colapso da sociedade industrial. [O autor

acrescenta entre colchetes: *Honestamente, nada acrescento*]. Wood narra a conversa:

‘Deixei a Baca [o centro Nova Era de M. Strong] com M. Strong… ele tinha uma narrativa na cabeça. Seria um conto de advertência sobre o futuro.

‘– Todo ano – explicando o enredo de sua narrativa – realiza-se em Davos, na Suíça, o Fórum Econômico Mundial. Milhares de líderes de grandes empresas, primeiro-ministros, ministros de finanças e renomados acadêmicos se reúnem para participar do encontro e definir [registrar] a agenda econômica para o ano seguinte. O que aconteceria se um pequeno grupo desses líderes mundiais concluísse que o principal risco para a Terra é o fato dos países ricos? E que para o mundo sobreviver, os países ricos devem firmar um compromisso de reduzir seu impacto sobre o meio ambiente? Eles poderiam fazer isso?…

‘O homem que fundou o UNEP escreveu diversas partes do relatório de Brundtland e que, em 1992, tentou fazer com que os dirigentes do planeta, reunidos no Rio, assinassem semelhante compromisso, deleita-se com essas questões evocadas…

‘Strong resume a sua novidade:

‘– A conclusão do grupo é que não. Os países ricos não o fariam. Eles não irão mudar. Então, para salvar o planeta, o grupo assinala: a *única* esperança do planeta não é o colapso da sociedade industrial? Não é nosso dever provocá-lo?

‘E continua:

‘– E se esse grupo de líderes mundiais formassem uma sociedade secreta destinada a provocar um debacle econômico. Não se trata de terroristas, mas de líderes mundiais. Eles têm se posicionado nos mercados de *commodity* e nas bolsas de valores… e, usando seus acessos aos mercados financeiros, aos computadores e às reservas de ouro, provocam um pânico. Depois, impedem os lugares do mundo inteiro de fechar. Em seguida, emperram as engrenagens. Eles contratam mercenários que tornam reféns os outros líderes do planeta reunidos em Davos. Os mercados *não podem fechar*. Os países ricos… – Strong faz um ligeiro movimento com os dedos, como se estivesse a jogar uma ponta de cigarro pela janela.

‘Fiquei pregado na minha cadeira, fascinado. Não é nenhum contador de histórias falando. É Maurice Strong. Ele conhece os líderes mundiais. Ele é

o co-presidente do conselho do Fórum Econômico Mundial. Ele está no coração do poder e pode *fazer*…'

No fim das contas, Maurice e Hanne Strong temem que o mundo chegue a esta conclusão: a economia global, minada pelo crédito, peso das dívidas e desastres ambientais, desintegrar-se-á. E nada – nem mesmo a inspiração da Baca – poderá salvar a humanidade dela mesma.[1470]

As propostas de Maurice Strong limitaram-se a repetir as idéias expressas no *Projeto para os anos 80*, publicado pelo CFR. Esta série de trabalhos abrange inúmeros temas, como a superpopulação, o petróleo, o Oriente Médio, o desarmamento e a economia. Neles se havia recomendado, explicitamente, uma "desintegração controlada da economia mundial".

Um certo grau de desintegração controlada da economia constitui um objetivo legítimo para os anos 80; este pode ser o meio mais realista para alcançar uma certa ordem econômica internacional.[1471]

O *State of the World*, grupo de políticos influentes, de agentes de mudança e de influência fundado por Gorbachev, difundiu as mesmas idéias:

Para retomar o assunto, permitam-me dizer que uma mudança de civilização, de novos valores e um novo modo de vida será necessária para resolver, de fato, os problemas de nosso meio ambiente, para sair da crise ecológica.

Precisamos conseguir uma transição gradual do ter para o ser, modificar a natureza do consumo para melhor se adaptar às necessidades culturais e espirituais dos povos. […]

Ao discutir o consumismo e o desejo de fortuna, ficou claro que havia uma oposição irredutível entre o paradigma econômico – o mito do progresso, a 'tecnologização' da esperança, a comercialização do desejo, a cultura internacional emergente – e todo o paradigma espiritual. […]

> O grupo concluiu que era necessário modificar este indicador econômico do progresso [o PNB] para reorientar as economias visando um amanhã durável. Estabeleceu-se um consenso sobre a necessidade de indicadores mais abrangentes, que mediriam a qualidade de vida e não apenas o PNB.[1472]

O próprio Gorbachev pleiteia uma modificação dos modos de vida. Em uma entrevista cedida à revista *Times*, reproduzida nos documentos de apresentação da ONG dedicada à defesa do meio ambiente por ele fundada, a Cruz Verde Internacional, Gorbachev declara que "devemos mudar nossos comportamentos e nossos modos de consumo".[1473] Curiosamente Soljenitisin desenvolveu esses temas no seu *Discurso de Liechtenstein* que retoma os clichês mundialistas e, pelo menos, lança uma sombra sobre a lucidez política do dissidente:

> O primeiro ponto negligenciado, redescoberto recentemente, é que um progresso ilimitado é incompatível com os recursos limitados do planeta; que a natureza deve ser preservada ao invés de explorada excessivamente; que somos talentosos para destruir um meio ambiente que é também nosso destino comum. […]
>
> Deixamos que nossas necessidades cresçam sem obstáculos. […]
>
> [O homem] se considera o centro de tudo, adaptando o mundo a sua conveniência ao invés de adaptar-se a ele. […]
>
> Contudo, e paradoxalmente, este mesmo perigo chegou a dar às sociedades ocidentais uma espécie de sentido unificador: resistir à ameaça mortal do comunismo. […]
>
> A pacificação exigiria forças da ONU tão difíceis de reunir. […]
>
> Há a destruição do meio ambiente. E a explosão demográfica planetária. […]
>
> No futuro, a crise ecológica que se acentua pode acarretar uma modificação das zonas climáticas e uma escassez de água doce e de terras

> aráveis onde antes abundavam. […]
> Chegou o tempo de colocarmos limites aos nossos desejos. É difícil entregar-se ao sacrifício e à renúncia […] Mas a autolimitação é a ação primordial e mais sábia para todo homem que ganhou a sua liberdade.
> Durante uma conferência para salvaguardar o meio ambiente e a atmosfera [a Conferência do Rio], uma superpotência [os Estados Unidos] que, por si só, engole a metade dos recursos disponíveis no mundo e polui o globo na mesma proporção, insiste em limitar o alcance de um acordo internacional dos mais sensatos, como se não tivesse de viver no mesmo planeta. Resultado: outros países se esquivam e recusam a considerar exigências modestas.
> No entanto, se não aprendermos a restringir firmemente nossos desejos e exigências, a subordinar nossos interesses aos critérios morais, a humanidade acabará por ferir-se mutuamente, pois os piores aspectos da natureza humana mostrarão seus dentes.[1474]

Soljenitsin não é o único "dissidente" a recomendar uma limitação ao crescimento econômico. Para Igor Chafarevitch, célebre acadêmico soviético e prêmio Lênin:

> Uma atitude de consumo agressiva com a Terra, conduz a humanidade para a ruína. Penso que será preciso superar a noção de felicidade futura sob a forma de abundância material e máquinas úteis: será preciso dar graças a Deus se chegarmos a viver nas condições mais austeras.[1475]

Já mencionamos que Rudolf Bahro, "velho dissidente da Alemanha Oriental e crítico marxista",[1476] fundador do partido verde alemão, também deseja a "desintegração do mundo industrializado" que "é a melhor coisa que pode acontecer… [e que devemos] incentivar tanto quanto possível".[1477] Seu ideal é uma sociedade vivendo da colheita e da caça:

> O consumo, como um todo, tem sido separado daquilo que seria necessário na natureza para reproduzir a existência física. Neste sentido, a produção deve ser abolida e devemos parar de trabalhar. Uma sociedade vivendo da colheita e da caça não trabalhava da forma como entendemos hoje. […]
> Antes de tudo, quando chegou a revolução agrícola, há dez mil anos, a capacidade de trabalho era fundamentalmente a mesma que temos atualmente. Os seres humanos não mudaram biologicamente, e pode-se conceber que retornamos ao estado anterior da evolução.
> A estratégia anti-investimento dos Verdes […] impedirá que a expansão industrial prossiga.[1478]

Para Ervin Laszlo, membro do Clube de Roma e redator-chefe da *Enciclopédia da Paz*, publicada pela ONU, o "desdesenvolvimento", imposto por uma instituição internacional, permite reduzir as diferenças entre os países ricos e os pobres:

> No entanto, a igualação não pode ser realizada senão reduzindo o PNB das nações ricas e aumentando o das nações pobres. O 'desdesenvolvimento' não é encarado atualmente pelos países ricos que estariam, na maior parte, prontos à defender suas economias através das armas. […]
> As zonas subdesenvolvidas poderão continuar a se desenvolver economicamente, enquanto as regiões altamente desenvolvidas poderão ver impostas [pelo Sistema Econômico Mundial, organização internacional protegida por Laszlo] taxas de crescimento negativas no que concerne a certas variáveis fundamentais, tais como a energia e o consumo de recursos naturais. Assim, um capital mundial constante poderia permitir a igualação gradual dos níveis econômicos e uma alocação variável das prioridades econômicas. […]
> O Conselho do Sistema Econômico Mundial define a linha diretriz do desenvolvimento econômico e do desdesenvolvimento nos âmbitos fundamentais da economia mundial.[1479]

Existe, portanto, um consenso das potências mundialistas para diminuir o nível de vida nos países

desenvolvidos. Os intelectuais e políticos franceses também introduziram esse tema nos seus escritos. Para Christian Brodhag, precisamos levar em conta uma nova dimensão: "a limitação do crescimento puramente material e puramente quantitativo, e, *a contrario*, uma orientação quantitativa".[1480] Para Edgar Morin:

> Nossa civilização tem a doença da velocidade. A tomada de consciência da corrida maluca, do risco de arrebatamento é urgente. É preciso frear, diminuir a velocidade, a fim de fazer chegar um futuro diferente. Daqui em diante é necessário considerar a regulação internacional do crescimento e da competição econômica e promulgar uma carta de normas de vida que comporte os direitos do tempo humano.
>
> Como desacelerar? Para esse problema é preciso a mesma tomada de consciência mundial que começou a se manifestar na Cúpula da Terra no Rio. Esse é um problema que, na era da interdependência, não pode ser tratado por uma só nação, caso contrário, encontrar-se-á numa autarquia sufocante.[1481]

O *Le Monde*, sempre pronto a sustentar as nobres causas, lembra que "o estado de saúde do planeta se agrava. A terapia é conhecida: mudar os modos de produção e de vida".[1482] Vimos anteriormente que uma taxa sobre a emissão de gás carbônico provocaria, precisamente, uma diminuição do nível de vida nos países desenvolvidos. Esta imposição mundial, que se impõe atualmente, é sustentada, no âmbito francês, por Jacques Chirac[1483] e Lionel Jospin.[1484] Dominique Voynet reclama uma "taxação de energia",[1485] enquanto que o partido do chanceler Khol propõe "um agravamento fiscal para os produtos energéticos".[

1486] Mas a diminuição do nível de vida nos países ricos é provocada de muitas outras maneiras. Segundo Maurice Allais,[1487] prêmio Nobel de economia, o nível de vida na França seria 40% mais elevado se a política de livre comércio da Comunidade Européia não tivesse prosseguido com tanta determinação. Além disso, de acordo com um estudo da INSEE, os salários tiveram baixa de 1,6% em 1996.[1488] Porém, segundo a própria Trilateral, "a democracia política requer o crescimento econômico[1489]" e Wittfogel, citando Lênin, lembra que o "despotismo asiático" deve sua extrema estabilidade aos "tratados pré-capitalistas absolutamente patriarcais e [a] um desenvolvimento insignificante da produção de consumo e da diferença de classes".[1490] Como não ver a ameaça totalitária se esclarecer quando as "licenças para poluir", graças às quais a taxa mundial sobre o gás carbônico será elevada, serão, por fim, necessariamente atribuídas por uma instância internacional que terá o direito exclusivo de verificar se elas não foram excedidas e, eventualmente, obrigar as nações fautosas a respeitá-las?

O controle sistêmico da economia mundial

As restrições ecológicas servem para justificar normas que permitem o controle sistêmico da economia mundial. Assim, uma planificação mundial da utilização das terras, das matérias-primas e da energia, herdeira da mais pura

tradição comunista, é imposta sobre o pretexto de limitar a emissão de gases do efeito estufa. A redistribuição planetária das indústrias, a planificação completa da vida econômica e industrial mundial, torna-se possível graças às normas ecológicas impostas somente aos países ricos. A manipulação do direito internacional e das regras do comércio mundial aumenta ainda mais a influência da burocracia internacional sobre a vida econômica mundial.

Assim se realiza a convergência sistêmica entre o socialismo e o capitalismo. No quadro socialista definido pelas normas ecológicas (mas também éticas, culturais, etc.) impostas pelas instituições internacionais, deixa-se livre o caminho para o socialismo de mercado. O caos gerado pelo comportamento dos atores econômicos é, portanto, constantemente mantido sob controle graças às ferramentas sistêmicas de alto nível, das quais dispõem as organizações internacionais. É desta forma que uma simples modificação das normas ecológicas permite reorientar profundamente os equilíbrios econômicos, fixando novos limites[1491] aos componentes caóticos dos agentes econômicos. Não são mais os comportamentos individuais a serem controlados, mas os coletivos, por meio de uma modificação do potencial de situação. O controle sistêmico do mercado que se instaura, realiza, portanto, a síntese entre liberalismo e o socialismo – em benefício do segundo, naturalmente.

O controle da água, mas também da terra,[1492] sempre tem preocupado os mestres das sociedades hidráulicas, ansiosos em evitar a aparição de uma classe média (burguesa) que poderia enfraquecer-lhes o poder. Assim, sem surpresa, os atos da Conferência do Rio estabeleceram um detalhado programa de gestão das terras e das águas de escala mundial. Três capítulos são consagrados a essas questões, sob os títulos: *Concepção integrada da planificação e da gestão das terras; Promoção de um desenvolvimento agrícola e rural durável* e *Proteção dos recursos de água doce e de sua qualidade: aplicação de abordagens integradas do desenvolvimento, da gestão e de utilização dos recursos hídricos.* As citações seguintes colocam em evidência um projeto totalitário de controle das terras e da água:

> A expansão das necessidades do homem e de suas atividades econômicas exerce pressões cada vez maiores sobre as terras, criando competição e conflitos que conduzem a um uso impróprio do solo e das terras. Para poder satisfazer essas necessidades futuras de uma maneira sustentável, é preciso que eliminemos agora esses conflitos, e progredir para uma exploração mais eficaz e mais racional da terra e de seus recursos naturais. A integração do planejamento do território e da planificação e gestão do uso do solo é um meio eminentemente prático para atenuar os conflitos, estabelecer os equilíbrios mais rentáveis e de ligar o desenvolvimento econômico e social à proteção e o planejamento ambiental, o que contribui para alcançar os objetivos de um desenvolvimento sustentável. O espírito desta abordagem integrada encontra sua expressão na coordenação das atividades de planificação e de gestão setoriais, interessantes para os diversos aspectos da utilização do solo e da terra.
>
> O presente capítulo compreende apenas um setor do programa, intitulado ‘Abordagem da planificação e da gestão integradas das terras’, que trata da

reorganização e, se for o caso, um certo reforço da estrutura de tomada de decisões, principalmente no que diz respeito às políticas, procedimentos e métodos de planificação e de gestão, permitindo facilitar o estabelecimento de uma abordagem integrada das terras. […]

É desejável abordar como um todo a planificação e a gestão do conjunto das utilizações [das terras]. A integração deve se realizar sobre dois planos, levando em conta, de uma parte, todos os fatores ecológicos, econômicos e sociais (incluindo, por exemplo, a incidência das atividades dos diversos setores econômicos e sociais sobre o meio ambiente e os recursos naturais) e, de outra, todos os elementos do meio ambiente e dos recursos naturais (ar, água, bioma, terra, recursos geológicos e naturais) considerados simultaneamente. […]

A interação entre os sistemas sociais e as terras torna o problema [da desertificação nos países em desenvolvimento] muito complexo, daí a necessidade de ter uma visão global da planificação e da gestão das terras. […]

O que é preciso hoje, são programas bem planejados, de longo prazo, nacionais e regionais, de conservação e de regeneração das terras, com um firme apoio político e com recursos financeiros suficientes. […]

Os organismos das Nações Unidas e as organizações apropriadas deveriam:

a) Reforçar ou criar grupos de trabalho técnicos internacionais, regionais e sub-regionais, tendo, por mandato, promover a utilização integrada dos recursos nas terras para a agricultura, a planificação, coleta de dados e a distribuição de modelos de simulação de produção, assim como a difusão de informação, e dotes orçamentários necessários para este fim; […]

A escassez generalizada dos recursos de água doce, sua destruição progressiva e sua crescente poluição, que se constata em inúmeras regiões do mundo, assim como a gradual intrusão de atividades incompatíveis, exigem uma integração da planificação e da gestão de recursos hídricos. Esta operação deve cobrir todas as extensões de água doce, interdependentes, principalmente as águas de superfície e as águas subterrâneas, e levar devidamente em conta os aspectos quantitativos e qualificativos. É necessário reconhecer a dimensão multissetorial da valorização dos recursos naturais hídricos no contexto do desenvolvimento socio-econômico, bem como as múltiplas utilizações da água: abastecimento e saneamento, agricultura, indústria, urbanificação [*sic*],

hidroeletricidade, piscicultura em água doce, transportes, atividades de lazer, gestão das terras baixas e outras. […]

Visto a complexidade e interdependência das reservas de água doce, é necessário assegurar a gestão numa ótica global (considerando a necessidade de proteger as bacias hidrográficas) e que seja fundada sobre uma análise equilibrada das necessidades da população e do meio ambiente. […]

Um programa internacional de ação sobre a água e o desenvolvimento durável da agricultura foi lançado pela FAO, em cooperação com outras organizações internacionais. O principal objetivo desse programa é ajudar os países em desenvolvimento a planejar, preparar e gerenciar os recursos naturais hídricos segundo uma abordagem integrada, a fim de responder às necessidades atuais e futuras da produção agrícola, considerando as condições ambientais. (Conferência do Rio)[1493]

Esses perigos [relativos à gestão de resíduos) destacam a necessidade de planejar a utilização dos solos nos países em desenvolvimento, assim como, ainda mais urgente, garantir que os planos sejam efetivamente aplicados e respeitados. (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento)[1494]

O controle coletivista dos recursos naturais não irá se limitar apenas às terras e à água. A energia, que sempre muito preocupou a IIASA,[1495] e as matérias-primas estão em causa. O programa HDP se inclina particularmente sobre "as transformações industriais e a produção e consumo de energia" e sobre os "modelos energéticos".[1496] A Comissão das Comunidades Européias inclui essas preocupações no seu programa para o desenvolvimento durável:

Entre as condições para assegurar um desenvolvimento 'durável, pode-se citar:

– a necessidade, dada a natureza finita dos recursos, de gerar os fluxos de matérias-primas em todas as fases (indústria, consumo, utilização) de

> maneira a facilitar ou encorajar uma reutilização e uma reciclagem otimizadas, em ordem de evitar o desperdício e o esgotamento dos recursos naturais;
>
> – a necessidade de modificar a produção e o consumo de energia;
>
> (Comissão das Comunidades Européias)[1497]

O controle exercido sobre as terras, a água, a energia e as matérias-primas sob pretextos ecológicos fornece a *restrição adicional* que se impõe ao sistema para fazê-lo atender o estado desejado. A gestão e a planificação soviéticas e socialistas ressuscitam, uma vez que inúmeras atividades econômicas, e todas as funções de produção, têm uma influência, mínima que seja, sobre esses recursos. Tomando o cuidado de não interferir diretamente com as ações dos atores econômicos, define-se as condições nas quais eles evoluem. Concilia-se, assim, o controle socialista com a aparência de liberalismo. Mais uma vez, a teoria de sistemas encontra-se aqui a se aplicar, uma vez que o controle real é exercido no mais alto nível, que é o das instituições internacionais, ainda que a aparência de liberdade seja concedida apenas aos atores da base da pirâmide. A FAO ou o programa MAB da UNESCO, que "fará recomendações a respeito dos esquemas de utilização da terra no meio rural",[1498] serão responsáveis pela aplicação das diretrizes mundiais. Os direitos de propriedade são, desta forma, corroídos ou desaparecem completamente, realizando, portanto, um outro objetivo coletivista. William Reilly, ex-diretor da EPA, a Agência

[governamental americana] para a Proteção do Meio Ambiente, declara que, para ela, a propriedade privada da terra é "um anacronismo estranho".[1499]

As trocas de dívida por natureza, que permitem aos países em desenvolvimento converter parte de suas dívidas, como qualquer criação de zonas protegidas alegadamente destinadas a prevenir a extinção de espécies, também são grandes extensões passadas ao controle de administrações nacionais e internacionais.[1500] A diretriz européia Habitat impõe aos Estados-membros designar sítios protegidos que serão inclusos na rede européia Natura 2000. A primeira lista de sítios compreendia 15% do território francês. A lista atual, e provisória, compreende ainda 2,5% do território.[1501] O trabalho já citado, que leva o título *Global Biodiversity Assessment*, editado pelo UNEP, considera com a maior seriedade do mundo "uma estratégia em longo prazo (100 ou 200 anos) para estender os habitats e os corredores até que eles cubram 30% da superfície dos estados Unidos".[1502] Os opositores desse projeto não deixam de argumentar que, na realidade, o projeto diz respeito a 50% do território americano.[1503]

As superfícies restantes ao homem também devem ser objeto de estrito controle, sob o pretexto de "gestão integrada". O estudo da planificação da gestão das terras foi confiado, particularmente, aos programas HDP e IGBP. Sob sua égide, nasceu um programa comum:

LUCC (Land-Use and Land-Cover Change). Seu nome descreve corretamente as suas atividades, centradas em torno da utilização das terras. Argumentando que, “de forma aproximada, as modificações na utilização das terras durante os últimos 150 anos contribuíram, tanto quanto os combustíveis fósseis, para o aumento do CO_2 na atmosfera”,[1504] e que “durante os próximos 10 ou 20 anos, pelo menos, a utilização de terras provavelmente continuará a ser muito mais importante do que as modificações climáticas no que diz respeito à alteração do meio ambiente global [que confissão!]”,[1505] o programa LUCC busca estabelecer os modelos regionais e globais.[1506] Esses modelos serão utilizados pelos “planejadores e outros decisores que têm necessidade de métodos adicionais para avaliar os efeitos das modificações ocorridas na utilização e da cobertura das terras sobre: i) o meio ambiente global; ii) as questões do desenvolvimento sustentável nos níveis local e regional; e iii) a avaliação das reações à mudança do meio ambiente local”.[1507] “Esse modelo será concebido para ser utilizado com outros modelos ambientais globais”.[1508] Chega-se, assim, aos “modelos integrados do clima e da utilização dos recursos”.[1509] Os principais elementos que influem na utilização da terra, e, portanto, sobre os quais será preciso agir, são: “a população e sua densidade; a tecnologia; o nível de vida; as estruturas políticas; os fatores econômicos, assim como os sistemas

de venda e de propriedade; as atitudes e valores”,[1510] aos quais precisa-se ainda ajuntar as “forças institucionais”[1511] e a “restruturação e o metabolismo industriais; os processo legais, éticos e industriais; a ética e as políticas ambientais; [e] a governança internacional”.[1512]

A manipulação das normas ecológicas permite, então, às organizações internacionais modificar o quadro legislativo, o potencial de situação, na qual a economia mundial se desenvolve. As normas ecológicas tem um efeito direto sobre a economia, autorizando ou interditando certas atividades. Mas seu efeito indireto, comparativo, é ainda mais importante. As diferenças de normas entre países desenvolvidos e em via de desenvolvimento induzem, e induzirão ainda mais, a deslocalização massiva e deliberadamente provocada. Os textos internacionais das mais altas autoridades pregam constantemente sobre a necessidade de diferenciar as normas em função do grau de desenvolvimento dos países envolvidos – sem ter de se incomodar, o mínimo que seja, em perder toda a credibilidade, dado que raros são aqueles que poderão comparar as respectivas situações de países em diferentes níveis de desenvolvimento. Já citamos o décimo-primeiro princípio adotado na Conferência do Rio, que estipula que: “As normas ecológicas, objetivos e prioridades em matéria de ordenação do meio ambiente devem refletir o contexto

ambiental e de desenvolvimento a que se aplicam. As normas aplicadas por alguns países podem ser inadequadas para outros, em especial países em desenvolvimento, impondo-lhes custos sociais e econômicos injustificados”.[1513] Esse princípio está explícito em pelo menos duas ocasiões na *Ação 21*.

> Sem prejulgar critérios que podem ser definidos pela comunidade internacional, ou normas que deverão ser fixadas a nível nacional, será, em todo caso, indispensável considerar a escala de valores próprios a cada país, e saber em que medida as normas que são válidas para a maior parte dos países avançados, podem ser aplicadas para países em desenvolvimento, onde poderão causar custos sociais e excessivos e injustificados. […]
>
> Convém ter em mente o fato de que os custos econômicos e sociais podem ser particularmente elevados se as normas ecológicas forem uniformemente aplicadas aos países em desenvolvimento. (Conferência do Rio)[1514]

A convenção sobre a biodiversidade, assinada por 168 países desde junho de 1993, estipula que “o desenvolvimento econômico e social e a erradicação da pobreza são as principais prioridades, e são primordiais para os países em desenvolvimento”.[1515] Do mesmo modo, para o IPCC: “as emissões [de gases do efeito estufa] dos países em desenvolvimento crescem e deverão, provavelmente, continuar a crescer para lhes permitir que se desenvolvam e assim, com o tempo, elas constituirão uma parte cada vez mais importante das emissões globais”.[1516]

As normas ecológicas, impostas aos países apenas em função de seus graus de desenvolvimento, permitem

controlar e planejar a atividade econômica mundial e induzem as deslocalizações “livremente” consentidas. A utilização sistêmica das técnicas não-aversivas encontra aqui uma aplicação econômica. Desde 1972, a Conferência de Estocolmo mencionava que:

> Em verdade, as questões ambientais provavelmente irão desempenhar um papel cada vez maior nas relações internacionais em matéria política e econômica. As soluções concebidas para tratar esses problemas irão disputar ferozmente os recursos dos países desenvolvidos e, cada vez mais, irão influenciar o comércio internacional, a distribuição internacional das indústrias, a competitividade em diferentes grupos de países, seus custos de produção comparativos e as transferências de tecnologia. […]
>
> As modificações estruturais da produção e do comércio [internacional], assim como as deslocalizações que podem ser provocadas por considerações ambientais, devem fornecer novas oportunidades para atender às necessidades de desenvolvimento dos países em via de desenvolvimento. […]
>
> A imposição de normas ecológicas mais severas nos países desenvolvidos provavelmente fará crescer o custo de produção de várias indústrias ‘poluentes’, tais como as indústrias químicas, petrolíferas, minerais, papeleira e as indústrias de transformação. Semelhante configuração permite aos países em via de desenvolvimento poder estabelecer algumas dessas indústrias, desde que seus recursos naturais, e mais particularmente seus recursos ambientais, pouco utilizados, dê-lhes uma vantagem comparativa. (Conferência de Estocolmo)[1517]

Dessa forma, a Conferência do Rio começa por lembrar que “não se pode esquecer, no entanto, que regras de proteção do meio ambiente que convêm aos países desenvolvidos podem ter, nos países em desenvolvimento, conseqüências econômicas e sociais injustificáveis”. Em seguida, menciona que é preciso “se

esforçar para que se evite recorrer às medidas que restringem ou falseiam as trocas e as subvenções para compensar as diferenças de custos resultantes de diferenças entre normas e regulações em matéria de meio ambiente, pois isso poderia falsear as condições do comércio e reforçar as tendências protecionistas”.[1518] Portanto, essas são claramente as “diferenças de custos resultantes de diferenças entre normas” ecológicas que “falseiam as condições do comércio”.

Assim, as normas ecológicas e a gestão dos recursos naturais fornecem, às instituições internacionais, as ferramentas de controle da economia mundial que lhes permitem influenciar profundamente a distribuição da atividade industrial. Um colossal poder oculto é assim conferido a organizações oligárquicas que representam apenas elas próprias – ou os cenáculos mundialistas que as inspiram. Um totalitarismo mundial se instaura progressivamente e toma o controle, uma após a outra, de todas as alavancas do poder. Essas considerações políticas devem formar o critério permanente para avaliar a atividade mundialista. Pode-se, de fato, debater a legitimidade moral da política mundialista que, na essência, retoma os objetivos comunistas, utilizando técnicas de controle não-aversivas. No entanto, esse debate, que se arrisca a não ocorrer, nos parece deslocado, ignorando um fenômeno político bastante real que nunca é discutido: a concentração do poder

econômico mundial nas mãos de organizações internacionais que não parecem pensar devolvê-lo a ninguém, e atuando de maneira muito sutil e muito indireta para que suas ações possam ser compreendidas ou mesmo criticadas. Seguramente, são para essas considerações políticas que é preciso se voltar incessantemente quando se analisa a política econômica mundialista, sob a pena de se deixar conduzir para considerações definitivamente secundárias.

No entanto, deve-se notar, uma vez que essas questões não deixarão de ser colocadas, que a política mundialista, considerada no seu conjunto, enriquece os ricos dos países pobres em detrimento dos pobres dos países ricos. Ela organiza a pilhagem furtiva dos países desenvolvidos, deixando suas vítimas na ignorância do prejuízo que sofreram, enquanto que o comunismo reivindicava o uso da força. O comunismo é a rapina; o mundialismo é o vôo.

Também se poderá sustentar que a política econômica mundialista restaura uma justiça destrutiva entre as nações e, em última análise, respondendo apenas a um desejo de caridade bastante louvável. Se a questão é colocada nesses termos, ainda assim seria preciso trazer os cidadãos dos países desenvolvidos para participar voluntariamente deste impulso, sem que isto lhes seja imposto sub-repticiamente. Mas apresentar o problema desta forma é uma maneira de negligenciar sua dimensão

política e a concentração de poder a que ela induz em escala mundial. É, enfim, um dos erros cometidos por aqueles que sustentam que Nosso Senhor Jesus Cristo foi o primeiro comunista. Além das razões espirituais fundamentais que a afirmam categoricamente, há também o fato de que uma "caridade" institucionalizada pelo poder político acaba por conferir a ele um considerável controle sobre a sociedade que, como a história tem provado, não afasta graves perigos totalitários.

As mesmas críticas também valem para as transferências de tecnologia. Primeiramente é preciso notar que as normas ecológicas, cada vez mais rigorosas, fazem com que apenas as "ecotecnologias" sejam autorizadas. Ademais, a *Agenda 21* afirma que as transferências de ecotecnologia devem ser feitas "nas condições do mercado",[1519] para "não trazer prejuízo aos direitos de propriedade intelectual ou às patentes".[1520] Portanto, os países desenvolvidos terão de financiar suas transferências.[1521] pagando, dessa forma, tributo às multinacionais, também lhes permitindo prosseguir sua implantação nos países em via de desenvolvimento e acabar por controlá-los. As elites locais serão, ao mesmo tempo, recompensadas com substanciais "contrapartidas". A *Agenda 21* dá um plano detalhado das transferências de tecnologia que respeita as leis do mercado. Contentaremo-nos em dele apresentar alguns elementos:

As ecotecnologias não são apenas técnicas particulares, mas também sistemas completos englobando *know-how*, procedimentos, bens e serviços, materiais e procedimentos de organização e de gestão. […]

Os governos e as organizações internacionais deveriam encorajar o setor privado a promover modalidades efetivas para o acesso a tecnologias ecologicamente racionais e a sua transferência, em particular aos países em desenvolvimento, mediante, entre outras, as seguintes atividades:

a) Formulação de políticas e programas para a transferência eficaz de técnicas ecologicamente racionais de propriedade pública ou que já pertencem ao domínio público;

b) Criação de condições favoráveis para encorajar os setores privado e público a elaborarem, comercializarem e utilizarem tecnologias ecologicamente racionais;

c) Análise, pelos governos e, se necessário, pelas organizações competentes, das políticas, incluindo os subsídios e as medidas fiscais, e as regulamentações em vigor, a fim de determinar se elas encorajam ou criam entraves ao acesso às técnicas ecologicamente racionais, sua transferência e sua introdução;

d) Examinar, em um quadro que integre plenamente o meio ambiente e o desenvolvimento, os obstáculos à transferência de ecotécnicas de propriedade privadas e adotar medidas gerais apropriadas para reduzir os obstáculos, criando, ao mesmo tempo, incentivos concretos, fiscais ou de outra espécie, para a transferência de tais técnicas;

e) No caso de tecnologias de propriedade privada, adoção das seguintes medidas, especialmente em benefício dos países em desenvolvimento:

i) Criação e aperfeiçoamento pelos países desenvolvidos, assim como por outros países que puderem estar em condições de fazê-lo, de incentivos apropriados, fiscais ou de outra espécie, para estimular a transferência de tecnologias ecologicamente racionais pelas empresas, em particular aos países em desenvolvimento, como elemento integrante do desenvolvimento sustentável;

ii) Facilitação do acesso às tecnologias ecologicamente racionais protegidas por patentes e sua transferência, em particular, para os países em desenvolvimento;

iii) Compra de patentes e licenças em condições comerciais para sua transferência aos países em desenvolvimento, em condições não comerciais,

> como parte da cooperação para o desenvolvimento sustentável, levando em conta a necessidade de proteger os direitos de propriedade intelectual;
>
> iv) Conforme as convenções internacionais pertinentes a que tenham aderido os Estados, e dadas as circunstâncias específicas reconhecidas por elas, tomar medidas para impedir o abuso dos direitos de propriedade intelectual, incluídas as normas relativas à sua aquisição mediante um regime vinculante de concepção de licenças, sujeitas ao pagamento de uma indenização eqüitativa e adequada; (Conferência do Rio)[1522]

Porém, o aspecto mais inquietante do dispositivo de transferência de tecnologia reside no papel central que é desempenhado pelas instituições internacionais. Após ter consagrado todo um capítulo à “Transferência de técnicas ecologicamente racionais”,[1523] a *Agenda 21* encara a criação de uma Comissão de Desenvolvimento Sustentável, cujas funções formam uma instância de controle dos governos nacionais e das transferências de tecnologia:

> A Comissão de Desenvolvimento Sustentável deveria desempenhar as seguintes funções: […]
>
> b) Examinar as informações comunicadas pelos governos, incluídas, por exemplo, as informações apresentadas sob a forma de comunicações periódicas ou de relatórios nacionais, sobre as atividades desempenhadas para aplicar as disposições da Ação 21, os problemas aos quais eles enfrentem, em particular aqueles relativos aos recursos financeiros e à transferência de tecnologia, e as outras questões de meio ambiente e desenvolvimento por eles julgadas pertinentes;
>
> c) Examinar os progressos realizados na execução dos compromissos enunciados na Ação 21, incluídos os relacionados com os aportes financeiros e a transferência de tecnologia; (Conferência do Rio)[1524]

François Mitterand declarou no seu discurso de fechamento da cúpula do Rio, que a Comissão de

Desenvolvimento Sustentável era “o primeiro passo para esta alta autoridade mundial que seu país havia proposto em Haia, e para esse “Conselho da Terra” sugerido pelo presidente [do Brasil] Collor, idéias menos utópicas do que parecem”.[1525] A gestão de transferências de tecnologia também está a cargo de outras instituições internacionais. O Banco Mundial e o UNEP gerenciam, em colaboração com o comitê executivo instituído após a Conferência de Londres, um fundo multilateral destinado, entre outras coisas, a favorecer as transferências de tecnologia relativa aos produtos de substituição ao CFC.[1526] Da mesma forma, a convenção sobre a biodiversidade prevê a criação de uma estrutura internacional encarregada de gerenciar os fundos necessários à realização de seus objetivos e, mais particularmente, aqueles reclamados pela transferência de tecnologia.[1527] A convenção sobre a mudança climática contém disposições semelhantes.[1528]

As transferências de tecnologia são reclamadas pelos progressistas, tais como Li Peng[1529] e Al Gore, que defendem “esforços massivos para desenvolver e transferir novas tecnologias às nações pobres”.[1530] Os mecanismos financeiros elaborados permitirão às multinacionais, únicas detentoras de patentes, considerar a exportação de suas atividades, e fazer com que os contribuintes dos países desenvolvidos financiem essas deslocalizações. A AMI se inscreve nesta perspectiva. A

aliança entre o coletivismo e o capitalismo reaparece novamente sob a forma sistêmica, devendo-se adicionar: a margem de manobra concedida às forças do mercado é limitada por normas ecológicas ou outras, e pelas condições impostas pelas instituições internacionais que guardam, portanto, o controle sobre o processo. Nesta hierarquia de sistemas, no grau mais baixo, encontram-se as pessoas dos países desenvolvidos, cinicamente despojadas, e as pessoas dos países em via de desenvolvimento, que não tardarão a acordar sob as botas de seus novos mestres, as instituições internacionais e o grande capital que controlarão a totalidade de suas economias, e, assim, seus meios de comunicação e instituições políticas.

Ainda mais do que as transferências de tecnologia, a abertura das fronteiras e a liberalização do comércio internacional colocam em evidência a síntese sistemática entre o coletivismo e o liberalismo realizada pela ideologia mundialista. O socialismo de mercado, híbrido quimérico, materializa-se diante de nossos olhos.

Marx já revelara a dimensão revolucionária do livre comércio:

> Em geral, nos nossos dias, o sistema protetor é conservador, enquanto que o sistema de livre comércio é destruidor. Ele dissolveu as antigas nacionalidades e incitou ao extremo o antagonismo entre a burguesia e o proletariado. Em poucas palavras, o sistema da liberdade comercial acelera a revolução social. Somente nesse sentido revolucionário, senhores, que eu voto a favor do livre comércio.[1531]

Li Peng compartilha do pensamento de Marx quando ele denuncia “as relações econômicas injustas e as barreiras do protecionismo”.[1532] Bem opostos do discurso midiático consensual, dois artigos publicados no mesmo número da *Foreign Affairs*, a revista do CFR, repetem, *mezza vocce*, essas contestações:

> A atividade nos corredores de navegação e nos portos anuncia a prosperidade para todos; ela não se opõe, embora o faça em alguns setores, a competição internacional provoca profundas mudanças; uma parte da pressão à baixa dos salários dos trabalhadores não qualificados se explica nesses termos.[1533]

> Pode-se debater a amplitude das perdas das diferentes indústrias devido ao crescimento da competição internacional. Há, no entanto, poucas dúvidas de que é um fator significativo; uma oposição política às perdas de emprego é recente na Europa e nos Estados Unidos. O crescimento do comércio internacional traz benefícios, mas faz perdedores assim como ganhadores. O peso do ajuste tende a pensar mais sobre aqueles menos capazes de suportá-lo – aqueles que têm menos aptidão e instrução ou que são menos ágeis por conta da idade, da saúde ou circunstâncias econômicas. Em resumo, pesa sobre aqueles que não são capazes de mudar de emprego para ocupar um posto de elevado salário, voltado à exportação.[1534]

O capítulo doze do muito fabianista *Pacto sinárquico revolucionário*, intitulado *Economia de império*, levava em subtítulo: *Nós reconhecemos e servimos a economia de império aberta sobre o mundo.*[1535] A Trilateral que se liga à mesma linha filosófica e política, também defende a abertura das fronteiras:

> Acima de tudo, os países da Trilateral devem manter um sistema internacional aberto que permita aos outros países progredir. Isso significa que os países da Trilateral devem manter seus próprios mercados abertos e

manter um nível de estabilidade monetária que encoraja o comércio e o investimento internacionais. (Trilateral)[1536]

As organizações internacionais impõem, portanto, a abertura das fronteiras:

Princípio 12

Os Estados devem cooperar na promoção de um sistema econômico internacional aberto e favorável, propício ao crescimento econômico e ao desenvolvimento sustentável em todos os países, de forma a possibilitar o tratamento mais adequado dos problemas da degradação ambiental. (Conferência do Rio)[1537]

O processo de desenvolvimento estagnará se os países em desenvolvimento forem obstruídos pela dívida externa, se os capitais destinados ao desenvolvimento forem insuficientes, se obstáculos limitarem o acesso aos mercados e se o preço dos produtos de base e os meios de troca permanecerem em depressão para os países em desenvolvimento. (Conferência do Rio)[1538]

A retirada dos obstáculos comerciais e a supressão das subvenções discriminatórias permitirão aos países em desenvolvimento obter montantes muito mais elevados do que recebem atualmente por intermédio da ajuda pública ao desenvolvimento. (Conferência do Rio, declaração de abertura de Maurice Strong)[1539]

Nesse contexto, a educação deverá ao mesmo tempo sensibilizar e preparar às necessidades do desenvolvimento sustentável e de educação de base, e também deverá ser sustentada por uma solidariedade internacional, concretizando-se pela transferência de tecnologia, uma redução da pobreza, uma suavização da dívida e a liberalização do comércio internacional. (Federico Mayor, diretor geral da UNESCO)[1540]

A abertura das fronteiras é então destinada, no espírito dos revolucionários, a exacerbar “o antagonismo entre a burguesia e o proletariado”. A revolução continua sob a aparência do liberalismo! Mas também é preciso notar

que essa convergência de interesses entre o coletivismo e o liberalismo permite aos mundialistas exercer um controle sistemático sobre o comércio internacional. A Organização Mundial do Comércio (OMC) é responsável pela regulação do liberalismo – oxímoro revelador que evoca de forma irresistível este improvável, mas muito real, diretor das liberdades públicas, encarregado de orientá-las para o politicamente correto. Assim, a evolução do mercado está circunscrita aos limites definidos pelos regulamentos impostos pela OMC. O mercado pode então "ser 'animado' por outros valores, […] se tornar uma ferramenta de realização do progresso social para todos" (ONU).[1541] O termo dessa evolução é transparente: em nome de "valores superiores" destinados a "animar" o mercado, as organizações internacionais terão – e quase já têm – toda liberdade para manipular as regras do comércio internacional, estabelecendo assim um poder total sobre a economia mundial, enquanto que os Estados se privam dos seus últimos instrumentos de poder econômico: moeda, orçamento, controle de importações, etc. De sua parte, as multinacionais têm podido tomar o controle completo dos países em via de desenvolvimento, sem lhes deixar a possibilidade de um desenvolvimento endógeno que teria preservado a sua independência. A situação será então bloqueada tanto em nível nacional

quando internacional, tanto no domínio político como no setor econômico.

O socialismo de mercado

A queda da atividade econômica e do nível de vida nos países desenvolvidos, o controle sistêmico da economia mundial e dos recursos naturais através da manipulação de normas ecológicas e das transferências de tecnologia, e também a abertura das fronteiras, permitem, portanto, realizar o socialismo de mercado que concretiza a convergência ente o socialismo e o capitalismo, em detrimento deste último, puramente passivo face às iniciativas revolucionárias. O caos criado nesse novo sistema pelos componentes individuais dos atores econômicos é sistematicamente controlado em um nível mais alto. Aqui, novamente, a síntese entre teoria do caos e teoria dos sistemas permite conciliar os imperativos aparentemente irredutíveis. Essas idéias inspiraram a *perestroika* e também Gorbachev, que busca *"um paradigma que integrará todas as realizações do espírito e das ações humanas, sem levar em conta a ideologia ou o movimento político que está na sua origem."*.[1542] Para isso, ele se reporta aos princípios de Lênin "sobre a necessidade, que havia de se levar em conta, das exigências de leis objetivas da economia, no que diz respeito à planificação e à compatibilidade de preços de custo, e à utilização inteligente das relações mercadoria-

dinheiro como estimulantes materiais e morais”,[1543] que implicam, naturalmente, em respeitar a lei do mercado. “A ênfase [deve ser] dada, a todos os níveis, nos métodos de gestão econômica, sobretudo sobre os métodos de gestão administrativa”.[1544] Foi desta forma que inúmeros quadros do partido comunista soviético foram forçados a se converter às atividades econômicas, sem que aparecessem as ligações com o PCUS. Novikov e Bascio mencionam uma nota secreta emitida do aparelho do Comitê Central do PCUS, sugerindo que a elite do Partido se introduzisse no mercado financeiro mundial. Em sua resposta favorável, Vladimir Ivachkov, secretário-geral-adjunto e número dois do PCUS, afirma que precisaria “utilizar métodos indiretos e anônimos para evitar qualquer aproximação entre essas atividades e o Comitê Central”.[1545] Tratava-se, segundo outro documento publicado pelo Comitê Central, de “definir uma combinação orgânica incorporando métodos de mercado e de planificação, permitindo regular a atividade econômica”. A solução adotada deveria ter todas as características do socialismo de mercado; “a gestão centralizada da economia deverá ser exercida na média de preços, impostos, taxas de juros, no crédito, etc.”.[1546] Pode-se compreender então as declarações de Alain Lipietz, “economista muito ouvido por Dominique Voynet”, para quem “Os movimentos marxistas na França e os Verdes são os verdadeiros

continuadores de Marx. São todos do materialismo histórico". Segundo ele, os Verdes reivindicam "o materialismo, a dialética, o historicismo e uma orientação progressista".[1547]

A síntese revolucionária entre socialismo e capitalismo permite conciliar sistematicamente os imperativos dos dois sistemas. Mas esta evolução, que tem prosseguido desde que os soviéticos tomaram a iniciativa política com a *perestroika*, fará com que as forças do mercado evoluam em um quadro traçado pelas organizações internacionais. Ademais, esse quadro não será definido apenas pelos regulamentos e normas ecológicas ou alguma outra. A manipulação da religião, da visão de mundo, da cultura, dos valores, atitudes e comportamentos, etc., também irão impor limites restritivos às forças do mercado. Dessa forma o socialismo de mercado permite usar a dinâmica do liberalismo em favor das forças revolucionárias. Empobrecendo injustificadamente os países ricos e, por conseguinte, submetendo-se-lhes, enriquecerá apenas uma pequena parcela da população dos países em via de desenvolvimento, clientes de multinacionais e de organizações internacionais, enquanto estas reforçam seu poder de controle. A política econômica mundialista gera um controle político e econômico que aumenta tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em via de desenvolvimento. O arquétipo desse processo foi o Plano

Marshall, que permitiu instaurar na Europa esquemas políticos e econômicos subversivos, cujas conseqüências sofremos ainda hoje.

A orquestra sempre tocava

Tivéramos freqüentemente a ocasião de mostrar como os temas ecológicos revolucionários foram retomados em diversas publicações destinadas aos públicos dos mais variados. Para concluir este capítulo, consagrado às conseqüências econômicas da revolução ecológica, precisamos ainda apresentar, de maneira sintética, alguns escritos que tiveram, cada um em seu domínio, um considerável impacto. Limitaremo-nos aos elementos desses textos que ainda não utilizamos. A eles juntaremos um artigo bastante revelador publicado no *Le Monde*.

"Nosso futuro comum"

Nosso futuro comum[1548] insiste na necessidade de realizar as transferências de tecnologia e de capitais.

> O crescimento sustentável de longo prazo necessitará de profundas mudanças para dar lugar ao fluxo de produtos, de capitais e de técnicas mais eqüitativas, considerando melhor as obrigações ambientais.[1549]

Poder-se-á, então, realizar as "mudanças principais nas relações econômicas internacionais".[1550] O setor energético será naturalmente o primeiro tocado. "A estratégia segura e durável de energia […] ainda não foi encontrada".[1551] Algumas possibilidades são

exploradas: “o estrume, […] ou ainda a tração humana ou animal”.[1552] Importantes reformas agrícolas também são previstas.

> Só será possível reorientar a produção alimentícia para os países com déficit alimentar modificando profundamente a estrutura de trocas. Será preciso que todos os países reconheçam que as barreiras protecionistas são desvantajosas para todos os parceiros, pois reduzem as trocas comerciais sobre os produtos alimentares, enquanto algumas nações poderiam tirar uma vantagem real de tais trocas.[1553]

Como se vê, a abertura das fronteiras não é absolutamente destinada a favorecer nossa agricultura, mas a “reorientar a produção alimentar para os países com déficit alimentar”. Esse relatório acrescenta também que “será preciso modificar os hábitos alimentares”.[1554] O tema da revolução agrícola, que explica os males que atingem os agricultores franceses, foi retomado no Rio:

> Para criar as condições apropriadas para um desenvolvimento rural e agrícola duráveis, será preciso procederem grandes ajustes na política agrícola ambiental e macro-econômica, nos níveis nacional e internacional, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento.[1555]

Todas essas reformas econômicas e agrícolas poderiam ser realizadas por meio de um imposto mundial, imposto cobrado sobre os “bens comuns internacionais [pesca no mar, transportes marítimos e aéreos, órbita de satélites, paz internacional condicionando o comércio internacional] e os recursos naturais”.[1556]

“Para além da interdependência”

Uma diminuição drástica na emissão de CO_2 é absolutamente necessária e esse relatório,[1557] comandado pela Trilateral, não deixa de nos lembrar. Drástica é efetivamente o termo adequado, dado que:

> O IPCC[1558] estima que uma redução de mais de 60% das emissões de dióxido de carbono será necessária para estabilizar sua concentração atmosférica no seu valor de 1990.[1559]

> A declaração final da Conferência de Toronto sobre as modificações atmosféricas (junho de 1998) faz um apelo à comunidade mundial para estabilizar a concentração atmosférica de CO_2, objetivo que necessita uma diminuição na utilização dos combustíveis fósseis entre 60 e 80 por cento.[1560]

O custo dessas medidas está no nível da ameaça que pesa sobre o planeta: gigantesco. Como já mencionado, isso poderia atender “5% do PNB”,[1561] ou ainda 3,6 bilhões de dólares apenas para os Estados Unidos durante o período 1990-2100.[1562] “Isso requererá uma revolução de primeira ordem na nossa vida”.[1563]

> Como algumas políticas conduzidas visarão a uma queda de demanda através do aumento de preço, muitos sustentam que encaramos uma transição para uma sociedade muito diferente da que conhecemos.[1564]

Ora, a Trilateral não é um pequeno grupo sem influência de ecologistas iluminados. Segundo algumas estimativas, ela controlaria direta ou indiretamente 60% da economia do planeta.

Mas, curiosamente, essas reduções draconianas só tocarão os países desenvolvidos que produzem apenas 40% dos gases do efeito estufa.[1565]

> As medidas enérgicas do terceiro mundo ou na Europa Oriental têm, em teoria, o mesmo efeito, mas na prática revelam-se ineficazes.[1566]

> [A Conferência de Toronto], notando que o ‘imperativo de crescimento’ necessitaria de uma bateria de medidas, incluindo um aumento significativo do consumo de energia nos países em via de desenvolvimento e reduções compensatórias nos países desenvolvidos, escrevia: ‘A transição para um futuro durável requererá investimentos em matéria de desempenho energético e de energia não-fóssil. Para que esses investimentos se realizem, a comunidade internacional deverá não apenas pôr fim aos fluxos de capitais dos países em via de desenvolvimento para os países desenvolvidos, mas fazê-los retornar.[1567]

Os “direitos de poluir”, taxa mundial considerada sobre o CO_2, “resultariam em uma transferência de riqueza dos países ricos para os países pobres”.[1568] Como já fora dito, as conseqüências econômicas dessas políticas serão dramáticas. “A realização desses objetivos imporá uma organização fundamental de nossas políticas e de nossas prioridades econômicas”.[1569] Trata-se de “mudanças estruturais”.[1570] A diminuição dos resíduos de CO_2 é necessária.

> Ela requererá uma revolução de primeira ordem no nosso modo de vida. Ela poderia, portanto, provocar uma revolução capital nos âmbitos econômico e financeiro, pois as medidas necessárias dizem respeito ao preço do petróleo, as taxas de energia, a inflação e as trocas comerciais e financeiras entre os países produtores de petróleo e de carbono e os países consumidores.[1571]

Colossais transferências financeiras e tecnológicas serão necessárias para permitir aos países em via de desenvolvimento utilizar as tecnologias menos poluentes – que também são as mais recentes.

> [Os países em via de desenvolvimento] poderão negociar sua participação nesses acordos internacionais contra os compromissos dos países ocidentais de se inclinarem sobre questões conexas que mais os preocupam – melhor acesso aos mercados ocidentais, redução da dívida, transferência de tecnologias, ajuda e investimentos suplementares, compreendendo os fundos especiais que cobrem os custos de sua participação.[1572]

Como já exposto, serão usadas as técnicas não-aversivas para se realizar esse projeto extremamente ambicioso:

> As decisões econômicas refletem as motivações das pessoas e as informações das quais elas dispõem. Elas compreendem as motivações formais tais como os preços, as rendas, os benefícios e os bônus. Compreendem também as políticas e os procedimentos burocráticos, os sistemas de avaliação profissional e um vasto conjunto de motivações sutis e informais como os elogios e repreensões, assim como os valores comuns, cuja eficácia é seguidamente superestimada pelos economistas. Se as decisões das pessoas são socialmente destrutivas, como elas as são em matéria de ecologia, quer dizer que suas motivações são inapropriadas. Para melhorar essas decisões é preciso corrigir as motivações.[1573]

No entanto, a modificação passa principalmente pelos incentivos fiscais:

> Em junho de 1988, por exemplo, a Conferência de Toronto propôs a criação de um Fundo mundial para a atmosfera, que seria financiado por um imposto sobre o consumo de combustível fóssil, nos países desenvolvidos. Seu produto seria repartido entre os países em via de desenvolvimento para permitir-lhes a adaptação ao aquecimento global e também de limitá-lo. […] Em setembro de 1989, Rajiv Gandhi, então primeiro-ministro indiano,

propôs a criação de um Fundo de proteção do planeta, gerenciado pelas Nações Unidas, e destinado a sustentar o desenvolvimento de tecnologias ambientais [e, portanto, a transferência de tecnologia]. Ele submeteu esse projeto à reunião de primeiros-ministros em Commonwealth, realizada em Kuala Lumpur. Ele propôs que esse fundo se eleve a 15 milhões de dólares e que seja alimentado por um imposto sobre o PNB, cobrado a todos os países membros [e que, comparativamente, pesaria muito mais aos países desenvolvidos].[1574]

A considerável importância de *Para além da interdependência*, sua evidente afinidade com a *Montanha de Ferro* e o papel proeminente desempenhado pela Trilateral em escala planetária, nos obrigam a criticá-lo rapidamente.

Para além da interdependência menciona explicitamente que as nações "**aceitaram** as intromissões regulares em sua soberania, provocadas pela interdependência econômica". A interdependência econômica atual é real, porém, muito menor do que aquela que nos querem fazer acreditar. Ela não é, de forma alguma, inevitável, e poderia facilmente ser reduzida em uma grande medida. A verdadeira questão que se põe não é saber quantos franceses trabalham para a exportação, mas quantos empregos as importações fizeram perder e qual é o saldo entre os empregos perdidos e aqueles ganhados. E, sobretudo, a interdependência econômica não resulta em nada de uma fatalidade econômica, mas apenas de uma deliberada vontade política mundialista pela abertura das fronteiras aos bens e aos capitais. O objetivo real desta política é a

integração econômica que deve conduzir, como no caso da CEE, à integração política e institucional, além do controle da economia. O discurso econômico serve para mascarar as verdadeiras finalidades dessas reformas, que são principalmente políticas. O trabalho intitulado *Interdependência e cooperação no mundo de amanhã*,[1575] publicado na ocasião do 25º aniversário do OCDE, mencionava que:

> Se as preocupações dos países da OCDE estivessem no coração do debate, também tem sido destacado, no curso das consecutivas discussões que as examinam, que a cooperação internacional devia tomar uma dimensão verdadeiramente mundial. É preciso que os países membros se coloquem numa ótica que ultrapasse as fronteiras da zona do OCDE, e que eles encarem de um ponto de vista, mais ou menos de longo prazo, grandes questões internacionais como o desemprego, o comércio, a agricultura, a dívida e o sistema financeiro internacional.[1576]

Isso não deve, de forma alguma, surpreender, quando se diz que o "preâmbulo" da Carta das Nações Unidas estipula explicitamente que:

> [os] povos das Nações Unidas [estão] convencidos […] a favorecer o progresso social e a instaurar melhores condições de vida.[1577]

> Os membros das Nações Unidas que têm ou que assumem a responsabilidade de administrar territórios cujas populações não mais se administram completamente por si mesmas […] aceitam como uma missão sagrada a obrigação de favorecer, na maior medida do possível, sua prosperidade.[1578]

Nos territórios em que tem os encargos sob o regime de tutela internacional, a ONU deve "desenvolver o sentimento de interdependência das pessoas do mundo".

Sem querer se pronunciar sobre o caráter sagrado desta missão e nem a pretensão de aprofundar a questão sobre a interdependência econômica, forçoso é constatar que esta última não apenas tem sido “aceita”, mas também buscada com grande entusiasmo.

A questão da pertinência e da justiça desta política econômica não pode mais ser evitada. Primeiramente, pode-se apenas ficar aflito, ou mesmo estupefato, em saber que apenas os países desenvolvidos serão afetados pelas reduções de CO_2, ainda que produzam apenas 40% dos gases do efeito estufa. Que no sentido inverso, as emissões dos países em via de desenvolvimento serão estimuladas a aumentar. Que eles “poderão negociar sua participação nesses acordos internacionais” enquanto, por outro lado, se afirma que o “destino da humanidade” estaria em jogo. A parcialidade desta política é evidente, e um dos seus objetivos reais assim se revela: efetuar transferências maciças de capitais e de tecnologia dos países desenvolvidos para os países em via de desenvolvimento. Constata-se também que a abertura dos mercados dos países ocidentais aos países em via de desenvolvimento coloca um problema para aqueles primeiros. A Trilateral admite implicitamente que a abertura das fronteiras está longe de ser benéfica aos países desenvolvidos, e que eles são hostis à idéia. Forçados a se executar sob a pressão dos mundialistas, adotam um discurso oficial contrário à realidade

econômica e aos seus interesses, e que será retomado pela imprensa às ordens.

Após essas observações preliminares, nos é preciso chegar à questão central, sobre a pertinência e a justiça desta política econômica. Trata-se, naturalmente, de uma política revolucionária que realizará o ideal comunista, tanto no nível nacional quanto no internacional: o nivelamento completo dos rendimentos. Deve-se, portanto, ser mais indulgente com esta revolução insidiosa, não-aversiva e sistêmica, do que se foi com o comunismo? Os imperativos da justiça social se opõem aos da simples justiça, e o debate é ainda mais tendencioso, hoje, do que era a 50 ou 100 anos. Mas nos parece que limitar esse debate apenas à dimensão econômica seria cometer um profundo erro político. Precisamos primeiramente, e sobretudo, nos preocupar com as conseqüências políticas das reformas pretendidas. Mostramos no nosso trabalho precedente que o mundialismo põe em prática um sistema educativo totalitário. Nele, empregam-se as técnicas de lavagem cerebral e seu objetivo confesso é o de modificar os valores, as atitudes e os comportamentos em todo o planeta. É nesta perspectiva totalitária que precisamos analisar as propostas econômicas mundialistas ligadas ao efeito estufa. A crítica se baseia em dois pontos fundamentais. Em primeiro lugar, as reformas propostas conferem às organizações internacionais um controle

direto e indireto da economia mundial. Depois, a queda no nível de vida provocada nos países desenvolvidos levará à disparidade das forças políticas que podem se opor ao mundialismo.

As profundas reformas delineadas no *Beyond Interdepence* proporcionarão às instituições internacionais o controle absoluto, direto e indireto, da economia mundial. O controle direto será realizado pelo meio de taxas que, é preciso lembrar, devem levar a uma queda de 60 a 80% da emissão de CO_2. Por essa direção, as organizações internacionais terão a possibilidade de desacelerar as economias que lhes convêm, e de acelerar outras. Por outro lado, a integração econômica se aprofundando, o papel da OMC será reforçado. Então, ela poderá modificar as regras do comércio internacional sob o pretexto de realizar um dos objetivos do preâmbulo da Carta das Nações Unidas: a "instauração de melhores condições de vida". O controle direto efetuar-se-á, e já se efetua, pelo caminho das normas ecológicas, observadas severamente em certos países e consideradas inaplicáveis em outros. Lembremos que "medidas enérgicas do terceiro mundo ou na Europa Oriental têm, em teoria, o mesmo efeito, mas na prática revelam-se ineficazes".

Em seguida, a queda do nível de vida buscada nos países desenvolvidos destruirá – ou enfraquecerá gravemente – a classe média, a única que se pode esperar opor ao mundialismo. Os comunistas sempre tentaram

destruí-la, não porque ela se enriqueça de forma imoral em detrimento do proletariado, mas porque ela tem sempre constituído a única força capaz de se opor às suas ameaças, assim como a de qualquer totalitarismo. “A acumulação de capital” nas mãos de alguns é paradoxalmente, desde que esse fenômeno não tome uma amplitude excessiva, a melhor garantia da liberdade de todos. Criando uma classe oposta ao totalitarismo e dispondo de meios de ação, ela impede a instauração de um regime opressivo. Uma sociedade empobrecida não pode mais se defender.

A maquinaria do efeito estufa permite um controle totalitário da economia mundial, que será acrescentada ao sistema educativo e mais àqueles tantos outros setores (mídia, finanças, etc.). O argumento decisivo contra esta política econômica é muito mais político do que econômico. Naturalmente, os mundialistas ocultam este aspecto fundamental do problema para apenas considerar sua dimensão econômica.

Antes de deixar as questões de justiça social de escala internacional, ainda é preciso lembrar que as causas da miséria, da fome e da morte prematura nos países de terceiro mundo são essencialmente políticas: guerras, massacres étnicos, abertura das fronteiras a alimentos importados, que destroem a agricultura local, etc..

Pode-se constatar que essas políticas realizarão os objetivos revolucionários clássicos: “distribuição mais

igualitária dos frutos do crescimento interior e entre as nações”[1579] (sobre o controle exclusivo de organizações internacionais), maior justiça social, transferências de tecnologias, aumento da ajuda financeira, anulação da dívida. Aqui encontramos todos os componentes da Nova Ordem Econômica internacional reclamada nos anos 70 pelos países não-alinhados. Mas essas políticas beneficiarão também o grande capital e a alta finança, abrindo-lhes novos mercados e novos espaços para conquistar. A desindustrialização do Ocidente permite-lhes investir mais rapidamente em territórios virgens, tomando completamente o seu controle. O conluio entre o grande capitalismo e o comunismo é patente, aqui como em toda a parte. Enfim, temos de observar que a Agência proposta por Kennan ressurge das propostas institucionais de *Beyond Interdependence*.

Os mundialistas elaboram uma nova sociedade: “muitos sustentam que encaramos uma transição para uma sociedade muito diferente da que conhecemos”. Será ela assim tão mais favorável ao florescimento de uma espiritualidade católica renovada? Pode-se, de fato, pensar que uma queda no nível de vida, que um declínio da industrialização ou mesmo um “retorno ao campo” daria mais espaço a uma vida interior que favorece a espiritualidade. Contudo, acreditar nisso seria cometer um grave erro, e, no capítulo anterior, tivemos a

oportunidade de analisar detalhadamente esse assunto. Basta, para o momento, dizer que o retorno à Terra não provoca, de maneira alguma, um retorno ao catolicismo. E se o catolicismo teve o seu apogeu em uma sociedade rural, isso não significa que uma sociedade rural seja necessariamente católica. E, pelo contrário, os adversários da Igreja pretendem utilizar esse retorno à religião para impor sua pseudo-espiritualidade ecológica da Nova Era.

Antes de deixar o *Beyond Interdependence*, precisamos mostrar a que ponto suas análises e propostas se apóiam em teorias expostas anteriormente. Propõe modificar as motivações utilizando-se de técnicas não-aversivas. A manipulação das motivações é um arquétipo da técnica não-aversiva e, naturalmente, os métodos propostos para alcançar tais modificações são, eles próprios, não-aversivos: estímulos financeiros e, sobretudo, modificação de valores. Estas proposições também adotam a teoria de sistemas: ao invés de comandar diretamente o comportamento dos indivíduos em cada uma de suas ações cotidianas, como o que se tentava fazer na ex-URSS, propõe-se agora a modificação de valores e motivações. Age-se então sobre os sistemas (sistema de valores, sistema de motivações), cujo sistema de comportamentos depende. A influência é indireta, mas certeira e não-aversiva.

“Le Monde”

Le Monde, virtuoso apóstolo do Bem, não poderia ficar de fora de uma causa tão nobre. Também preocupado em preservar o futuro da humanidade, ele publicou recentemente, em primeira página, um artigo intitulado “Não há mais estações...”,[1580] no qual desfilava a procissão dos problemas globais, demônios dos tempos modernos, e também as idéias mundialistas:

> A humanidade não seria confrontada por um inédito desafio planetário, do qual ela só poderia tomar consciência – e estabelecer sua certeza científica – quando seria tarde demais, quando a missa terá terminado: derretimento das geleiras, elevação do nível dos mares, submersão de ilhas, os deltas e as margens superpovoadas, aumento da desertificação e das zonas áridas para as regiões agrícolas mais produtivas (do Meio Oeste americano às planícies de Beauce e da Ucrânia), rarefação dos recursos em água doce, em um momento onde a demanda torna-se mais urgente em razão do crescimento populacional, multiplicação das inundações e desencadeamento imprevisível de ciclones? […]
>
> As previsões do GICC[1581] mostram um aumento de temperaturas compreendidas entre 1 e 3,5 graus centígrados no decorrer do século que virá, que, sem dúvida, irá constituir um dos mais fortes choques da história climática do planeta. Permanecem contestáveis na medida em que baseiam-se em modelos concebidos por computadores que, como alguém disse, não são profetas. Mas os dados são tidos por suficientemente plausíveis e seu caráter de gravidade é bastante reconhecido – “*uma questão de vida ou morte*, segundo a conferência dos Estados signatários da convenção sobre as mudanças climáticas, reunida em Genebra a 19 de julho de 1996 – para que as autoridades políticas tomassem ciência.
>
> Apesar das divergências de interesses em curto prazo entre os países do Norte e do Sul, apesar dos consideráveis desafios econômicos que dizem respeito aos setores do petróleo, do carbono e de automóveis, um consenso internacional parece se firmar sobre o objetivo de uma drástica redução das emissões de gases. Em dezembro, todos os países do mundo irão se reunir

> em Kyoto para debater o assunto. Ainda será necessário que se entendam sobre os meios desta luta. **Não implicam em voltar, em parte, para o modelo dominante de desenvolvimento, de energia intensiva e produtivista?**[1582]
>
> Foi a invenção do fogo que desequilibrou o tempo.

“Limite ao crescimento?”

As páginas conclusivas de *Limite ao crescimento?*,[1583] assinadas, não pela equipe do M.I.T. que redigiu o corpo desse relatório, mas pelo Comitê Executivo do Clube, afirmam que “cada vez mais o homem toma consciência da monstruosidade do crescimento”.[1584] Mas o relatório do Clube intitulado *Questões de sobrevivência*, assinado por Alexander King (presidente de honra) e por Bertrand Schneider (secretário geral), inclui o seguinte desmentido:

> [Tendo publicado *Limite ao crescimento?*] o Clube foi então vivamente criticado por ter-se feito, afirmava-se, o advogado do ‘crescimento zero’. Tal não era, de forma alguma, a nossa convicção. Reconhecemos plenamente a necessidade de crescimento material nos países pobres; mas nos colocamos em guarda contra as conseqüências de um curso irrefletido ao crescimento inconseqüente nos países industrializados – a saber, o esgotamento das matérias-primas de base, a deterioração do meio ambiente e a dominação dos valores materiais na sociedade.[1585]

A única solução que se oferece à humanidade é a de atingir um “estado de equilíbrio global”. Reconhece-se aqui a ancestral retórica do desenvolvimento durável. Esses dois conceitos eliminam totalmente o progresso científico e tecnológico em favor de uma estabilização da

sociedade, que somente beneficiará aqueles que a controlam. *Nosso futuro comum* é o herdeiro, mais apresentável, de *Limite ao crescimento?*. Mas suas motivações revolucionárias são as mesmas e sua proximidade intelectual é impressionante.

A solução de todos esses problemas passa por uma interrupção do crescimento nos países desenvolvidos e sua aceleração nos países pobres:

> É muito importante destacar que esta idéia de equilíbrio vale para os países altamente industrializados e não para os países pobres. Estes devem prosseguir o seu crescimento econômico. Primeiro devem chegar a um nível de vida decente. Será preciso que os países ricos retardem seu crescimento econômico, que os países pobres o acelerem e que, tanto uns quanto os outros, reduzam progressivamente suas taxas de natalidade.[1586]

> Se não tivermos mais em nosso país as indústrias que demandam muita mão de obra, se elas se instalarem nos países subdesenvolvidos, então, eles poderão se tornar competitivos. Desde que o padrão médio de vida por pessoa e por ano atenda um mínimo de trezentos dólares, poderemos falar de objetivos comuns, estudar itinerários para a sobrevivência na terra.
>
> A industrialização dos países em via de desenvolvimento, concebida não como uma industrialização suplementar, mas como uma deslocação, uma melhor repartição das zonas industriais, poderia ajudar a remediar o subemprego. É claro que essa transferência privaria os nossos países altamente industrializados de certas vantagens, mas o que estaria à frente dos problemas mundiais? Isso seria a única maneira de evitar um aumento de investimentos, aumento que, no modelo global, aparece como uma iniciativa negativa, portadora de mais danos do que vantagens para a qualidade de vida.[1587]

> A equipe do M.I.T. disse: é preciso limitar a expansão industrial dos países altamente industrializados, em outros termos: parar a evolução industrial e, de outro lado, no Terceiro mundo, será preciso parar a produção de crianças. [1588]

Naturalmente, esta estratégia impõe uma visão global da economia:

> *Reconhecemos que uma melhora substancial do destino das nações ditas, em via de desenvolvimento, é a condição* sine qua non *de um novo equilíbrio mundial. Melhora tanto em valor absoluto quanto relativamente às nações economicamente desenvolvidas. Afirmamos que somente uma estratégia de escala planetária pode permitir a realização de semelhante programa.*[1589]

Encontra-se aqui a obsessão igualitarista que atravessa todo este trabalho. Para Adam Schaff, já citado:

> é praticamente impossível encontrar uma solução sem mudar a sociedade como tal, sem ir, até o fim, ao fundamento do problema.
>
> E nesse caso, deveria-se mudar para o benefício de uma tendência socialista, qualquer que ela seja, mas, em todo caso, igualitarismo socialista, em escala internacional e não apenas nacional.[1590]

Nesta época a ideologia e a retórica mundialistas eram ainda bem grosseiras. As mesmas preocupações igualitaristas são expressas na apresentação, assinada pelo Clube:

> Em suma, na esteira do progresso científico e tecnológico, brechas se abrem, uma diferença intolerável e também psicológica que, política e economicamente, diferenciam, no mundo, os abastados daqueles que não são. Um agravamento desses desequilíbrios tornaria as crises explosivas inevitáveis.[1591]

O relatório do M.I.T. explora os mesmos temas;

> Um dos mitos mais comumente aceitos da nossa sociedade atual é a promessa que a continuação do nosso processo de crescimento conduzirá à igualdade de todos os homens. Temos demonstrado em diversos pontos de nosso *estudo* que o crescimento exponencial da população e do capital não

> faz mais do que aumentar o fosso que separa os ricos dos pobres em escala mundial […].
>
> O maior de todos os obstáculos para uma distribuição mais igualitária dos recursos mundiais é o crescimento da população.[1592]

Enfim, nos seus comentários, o Comitê Executivo do Clube retorna a essas idéias:

> [Os] patamares elevados de desenvolvimento não podem se justificar ou ser tolerados a não ser que sirvam, não de trampolim a um desenvolvimento ainda mais rápido, mas para constituir pontos de partida do qual poderá se organizar uma distribuição mais igualitária dos recursos e dos rendimentos do mundo inteiro. […]
>
> Como já mencionado, a iniciativa será, inicialmente, deixada às nações ricas, as quais deverão empreender um processo de redistribuição mais igualitária dos recursos e dos rendimentos entre as diferentes nações. A primeira etapa que essas nações terão de cruzar será de desacelerar o ritmo de crescimento de sua produção industrial, ajudando, ao mesmo tempo, as nações em via de desenvolvimento a fazer progredir o mais rapidamente possível suas economias.[1593]

“Questões de sobrevivência”

Questões de sobrevivência,[1594] publicado quase 20 anos após *Limite ao crescimento*, amplifica os mesmos temas. Segundo os seus autores, as conseqüências econômicas da luta contra o efeito estufa serão “vertiginosas”:

> Reduzir a utilização dos combustíveis fósseis na indústria, ao menos em curto e longo prazos, demanda ou consideráveis progressos técnicos nos métodos de produção e nos rendimentos energéticos dos métodos atuais, ou **uma drástica redução na atividade industrial**. Em suma, haverá uma reorientação radical da economia […].
>
> Há também esforços coordenados [de estabilização e de redução das emissões de CO_2] em nível mundial, e já ao exame da Comunidade

> Européia. As conseqüências sociais e também econômicas de uma drástica redução da atividade industrial são vertiginosas.[1595]

Mas essas conseqüências "vertiginosas" não assustam o Clube de Roma. Ele a busca, mesmo porque para ele:

> a ideologia do consumo, sob a sua forma atual, não pode durar, não apenas devido às restrições, mas por razões mais profundas, fundadas nos valores humanos [*i.e.* maçônicos]. As satisfações superficiais trazidas pelo consumo – 'porque para mim também não' e 'eu sou o que possuo' – são incompatíveis com uma vida humanamente adequada, aquela que exige uma consciência de si mais profunda. […]
>
> Destacamos aqui novamente que não defendemos o 'crescimento zero'. Na realidade, estamos persuadidos de que é preciso estimular o crescimento no Sul subdesenvolvido, mas que o Norte industrializado, a caminho da sociedade pós-industrial, há mais necessidade de progredir em termos de qualidade.[1596]

Uma taxa cobrada sobre energia será necessária, pois "a energia [é] a força motor da economia".[1597] Paralelamente a esta progressão "em termos de qualidade", a economia dos países subdesenvolvidos deverá ser estimulada[1598] e deverá se beneficiar de transferências de tecnologia.[1599] A obsessão igualitarista do Clube ressurge. Para ele "a distribuição desigual das riquezas naturais constitui, certamente, um dos fatores de conflito mais poderosos e mais incidiosos".[1600] Aliás, esta situação poderá dar lugar a "soluções violentas",[1601] tanto mais porque vários países subdesenvolvidos possuirão a arma atômica.[1602]

1401. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26/Rev.1 (Vol. I), p. 422.
1402. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26 (Vol. IV), p. 66.

1403. *Beyond Interdepence, op. cit.*, p. 91 e 98. Ver também: Volker A Mohnen *et al.*, The conflict over global warming, *Global Environmental Change*, Vol. I, Num. 2, Março 1991, p. 111.
1404. *Beyond Interdepence, op. cit.*, p. 56.
1405. Pologne: Maciej Sadowski, Limiter le désastre écologique, *La Recherche*, n. 243, maio de 1992, p. 647.
1406. A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, *Notre avernir à tous [Nosso futuro comum], op. cit.*, p. 271. Ver também a p. 253.
1407. *Developing Policies for Responding to Climate Change*, Villach and Bellagio 1987, *op. cit.*, p . 10 e 20.
1408. Richard E. Benedick, *Ozone Diplomacy, op. cit.*, p. 103.
1409. *Ibid.*, p. 134.
1410. *Le Monde*, 10 de setembro de 1997, p. 20, col. 6.
1411. *The New American*, Vol. 8, n. 11, 1 de junho de 1992, p. 18.
1412. *Le Monde*, 20 de agosto de 1997, p. 7, col. 2.
1413. *Le Monde*, 17 de setembro de 1997, p. 13; e 19-20 de outubro, p. 28, col. 6.
1414. Por muitos anos, foi comum o uso do amianto como material de isolamento térmico nos edifícios. No entanto, no final da década de 90, em função de alguns estudos sugerirem efeitos nocivos do amianto à saúde, surgiram diversos projetos de desamientação de prédios públicos. Exatamente o que se passou com o complexo universitário de Jussieu, nos arredores de Paris – NT.
1415. *Le Monde*, 2 de maio de 1997, p. 11, col. 1.
1416. *Le Point*, n. 1215, 30 de dezembro de 1995, p. 53 e 55.
1417. *Environmental Overkill, op. cit.*, p. 162. Ver também: American Legislative Exchange Council, *A Natural Resources Policy Agenda for the 90's, The Source Book of American State Legislation, Volume IV*, p. 400 e Michael S. Coffman, *Environmentalism*, Bangor, ME, Environmental Perspectives, Inc., 1992, p. 153, 160, 168.
1418. *The New American*, Vol. 8, n. 11, 1 de junho de 1992, p. 18.
1419. Henri I. Miller, Bruce N. Ames & Peter Huber, *Science or Junk Science?*, Washington, D.C., George C. Marshall Institute, São Francisco, Pacific Research institute, 1995, p. 1.
1420. *The New American, op. cit.*, p. 18.
1421. Citado por Kent Jeffreys, *Why Worry About Global Warming?*, Dallas, national Center for Policy Analysis, 1991, p. 13.

1422. *The Economics of Long-Term Global Climate Change: A Preliminary Assessment*, Report of an Interagency Task Force, setembro de 1990, U.S. Department of Energy, Office of Policy, Planning and Analysis, DOE/PE-0096P, p. 24. Citado por Kent Jeffreys, *Why Worry About Global Warming?*, Dallas, national Center for Policy Analysis, 1991, p. 13.
1423. *New York Times*, 19 de novembro de 1989; Discuso de William Reilly, diretor do EPA, para o World Affairs Council, 27 de junho de 1989, p. 13. Citado por Robert C. Balling, Jr., *The Heated Debate*, *op. cit.*, p. xxxi.
1424. William D. Nordhaus [universidade de Yale], "Slowing the greenhouse express: Economic policy in face of global Warming." *In* Henry Aaron, ed., *Setting National Priorities* (Washington, D.C., Brookings Institution, 1990), pp. 185-212. Citado por Robert C. Balling, Jr., *The Heated Debate*, *op. cit.*, p. xxx.
1425. *Le Monde*, 24 de outubro de 1997, p. 5. Ver também: *Impacts on Trade and Competitiveness from Proposed Greenhouse Gas Emission Restrictions*, Washington, Global Climate Coalition, p. 1.
1426. Dixy Lee Ray, *Environmental Overkill*, *op. cit.*, p. 43.
1427. Theodore Atwood, "Refrigerants of the future: facts and fallacies", *ASHRAE Journal [Journal of the American Society of Heating, Refrigeration and Air Conditioning Engineers]*, Vol. 33, n. 2, 1991, p. 30-35. Citado por Roger Maduro, Ralf Schauerhammer, *Ozone, un trou pour rien*, *op. cit.*, p. 209. Ver também: Dixy Lee Ray, *Environmental Overkill*, *op. cit.*, p. 49.
1428. Doug Bandow, *Ecology as Religion: faith in Place of Fact*, Washington, D.C., Competitive Enterprise Institute, 1993, p. 15. Dixy Lee Ray, *Environmental Overkill*, *op. cit.*, p. 54, 150 e Elisabeth M. Whelan, *Toxic Terror*, Buffalo, Prometheus Books, 1993, p. 333, 334.
1429. Dixy Lee Ray, *Environmental Overkill*, *op. cit.*, p. 141.
1430. Dixy Lee Ray, *Trashing the Planete*, New York, HarperPerennial, 1992, p. 91. Ver também: Elizabeth M. Whelan, *Toxic Terror*, *op. cit.*, p. 69.
1431. *Ibid.*, p. 350.
1432. Dixy Lee Ray, *Environmental Overkill*, *op. cit.*, p. 141.
1433. Elizabeth M. Whelan, *Toxic Terror*, *op. cit.*, p. 268.
1434. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26/Rev.1 (Vol. I), p. 3, 36. Ver também p. 389.
1435. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26 (Vol. IV), p. 65.
1436. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26/Rev.1 (Vol.III), p. 213.
1437. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26 (Vol.IV), p. 80.
1438. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26/Rev.1 (Vol.I), p. 425.

1439. *Our Global Neighborhood, op. cit.*, p. 30, 145.
1440. *Notre avernir à tous, op. cit.*, p. 52.
1441. *Projeto de resolução do Conselho das Comunidades Européias, relativo a um programa comunitário de política e ação em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável (apresentado pela Comissão),* vol. I, Bruxelas, Commission des Communautés européennes, 30 de março de 1992, COM(92) 23 final, p. 4.
1442. *Relatório Final*, Conferência Intergovernamental sobre a Educação Relativa ao Meio Ambiente, organizada pela UNESCO, com cooperação da PNUE, Tbilissi (URSS), 14 a 26 de outubro de 1977, UNESCO, *op cit.*, p. 12.
1443. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26/Rev.1 (Vol. I), p. 3.
1444. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26 (Vol. IV), p. 75.
1445. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26/Rev.1 (Vol. I), p. 72.
1446. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26 (Vol. IV), p. 52.
1447. *Ibid.*, p. 61.
1448. UNESCO, *Projet de plan à moyen terme (1990-1995), op. cit.*, p. 101.
1449. *Relatório Final*, Conferência Intergovernamental sobre a Educação Relativa ao Meio Ambiente, organizada pela Unesco, com cooperação da PNUE, Tbilissi (URSS), 14 a 26 de outubro de 1977, UNESCO, *op cit.*, p. 65.
1450. *Ibid.*, p. 12. Ver também a p. 69.
1451. *Development and Environment*, United Nations Conference on the human environment, Estocolmo, 5-16 de junho de 1972, ONU, A/CONF.48/10, p. 3; anexo I, p. 4.
1452. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/4 (Parte I), p. 19. Note-se que esse parágrafo dá a motivação básica dos critérios de convergência de Maastricht. [Requisitos que os Estados da União Européia devem cumprir para serem admitidos na Eurozona – NT].
1453. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26/Rev.1 (Vol. I), p. 33.
1454. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/4 (Parte I), p. 31, 32.
1455. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26 (Vol. IV), p. 47.
1456. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/4 (Parte I), p. 115.
1457. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26/Rev.1 (Vol. I), p. 35. Ver também p. 413.
1458. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26/Rev.1 (Vol. I), p. 36 *sq*.
1459. *Ibid.*, p. 443.
1460. *Ibid.*, p. 365.
1461. *Ibid.*, p. 460.

1462. *HPD Work Plan 1994-1995*, HPD, Genebra, 1994, Occasional Paper n. 6, p. 17.
1463. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26/Rev.1 (Vol. I), p. 128. Grifos nossos.
1464. Ver a esse respeito: *Ethics & Agenda 21*, UNEP, *op. cit.*, p. 17, 18, 23, 47, 54, 55, 56, 130, 131; *La contribution des religions à la culture de paix*, UNESCO, *op. cit.*, p. 11 ; *Changing Minds – Earthwise*, UNESCO, UNEP, *op. cit.*, p. 19, 36 ; *Tendances de l'éducation relative à l'environnement*, UNESCO, *op. cit*, p. 19, 20, 21, 34 e Stephen Smith, *Qui supportera les coûts des politiques visant à parer au changement climatique? Effets distributifs et politiques de réponse*, Conference internationale: aspects économiques du chamgement climatique, 14-16 de junho de 1993, sessão VI, iii, OCDE e AIE, OCDE/GD(93)76, p. 20.
1465. *Relatório Final*, Congrès international sur La Paix dans l'esprit des hommes, Yamoussoukro, UNESCO, *op. cit.*, p. 32, 29.
1466. *Dimension éthiques et spirituelles du progrès social*, Cúpula Mundial pelo Desenvolvimento Social, Copenhague, *op. cit.*, United Nations, p. 73.
1467. *International Social Science Council, 1990-1991*, ISCC, *op. cit.*, p. 46. Ver também p. 47.
1468. *Climate Change, Environment and Development, World leaders' viewponts*, *op. cit.*, World Meteorological Organization, p. 17.
1469. *Ibid.*, p. xii. Ver também p. 61.
1470. Larry Abraham, Franklin Sanders, *The Greening*, Atlanta, Soundview Publications, 1993, p. 100 *sq.* [O artigo de Daniel Wood: The Wizard of Baca Grande, *West Magazine*, Alberta, Canadá, maio de 1990 – NT].
1471. Fred Hirsch, Michael W. Doyle, Edward L. Morse, *Alternative to monetary Disorder,* New York, McGraw Hill; citado na *Fusion*, outubro de 1979, p. 41.
1472. *1995 Final Report*, State of the World Forum, São Francisco, 1995, p. 41, 97, 102. No que diz respeito ao PNB [Produto Nacional Bruto], ver também: Arne Naess, *Ecology, community and lifestyle*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989, p. 112 *sq.*
1473. Man is not God, *Times*, 6 de setembro de 1993, p. 53.
1474. Discours du Liechtenstein, *L'express*, 23 de setembro de 1993, p. 25 *sq.*
1475. Igor Chaferevitch, *La Russophobie*, Paris, Editions Chapitre Douze, 1993, p. 40.
1476. Rudolf Bahro, *Building the Gree Movement*, *op. cit.*, contra-capa.

1477. *Ibid.*, p. 9.
1478. *Ibid.*, p. 24 e 26.
1479. Ervin Laszlo, *A Strategy for the Future, The Systems Approuch to World Order, op. cit.*, p. 54, 167, 168.
1480. Christian Brodhag, *Les quattres vérités de la planète, op. cit., p. 38.*
1481. Edgar Morin, *Terre-Patrie, op. cit.* p. 177.
1482. Mea Culpa, *Le Monde*, 28 de junho de 1997, p. 2, col. 3-5.
1483. Jacques Chirac, *Une nouvelle France*, Editions Nil, 1994, p. 23.
1484. Lionel Jospin, *1995-2000, Propositions pour la France [1995-2000, Propostas para a França]*, p. 29.
1485. Mme Voynet: «1998 sera l'année de la fiscalité écologique» [1998 será o ano da fiscalidade ecológica], *Le Monde*, 9 de janeiro de 1998, p. 31.
1486. Daniel Vernet, La taxation de l'énergie divise la coalition gouvernamentale alemande, *Le Monde*, 8 de abril de 1998, p. 3.
1487. Combattre réellement le chômage [Combater realmente o desemprego], *Le Figaro*, 21 de novembro de 1996.
1488. *Le Monde*, 3 de outubro de 1997, p. 7, col. 1-3.
1489. Michel J. Crozier, Samuel P. Huntington, Joji Watanuki, *The Crises of Democracy, op. cit.*, p. 189.
1490. Karl Wittfogel, *Le despotisme oriental, op. cit.*, p. 457.
1491. Ou definindo um novo conjunto de estados atingíveis.
1492. Karl Wittfogel, *Le despotisme oriental, op. cit.*, cap. VII, p. 329, 354.
1493. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26/Rev.1 (Vol. I), p. 129, 130, 166, 198, 196, 284, 197, 315.
1494. La Comission mondiale sur l'environnement et le développement, *Notre avenir à tous, op. cit.*, p. 271.
1495. Ver, por exemplo, Nebojπa Nakicenovic, Arnulf Grübler (Eds.), *Diffusion of Technologies and Social Behavior*, Berlin, Springer-Verlag, IIASA, 1991, cap. 24.
1496. *HPD Work Plan 1994-1995*, HDP, *op. cit.*, p. 9, 10, 16, 17, 18, 19. As atividades da IIASA são mencionadas na página 18, no quadro de modelos energéticos.
1497. *Vers un développement soutenable, Programme Communautaire de Politique et d'Action pour l'Environnement et le Développement et Respectueux de l'Environnement,* Commission des Communautés européennes, *op. cit.*, p. 4. Ver também: IPCC, *Climate Change, The IPCC Response Strategies, op. cit.*, p. xxvii, cap. 3-6.

1498. Martin F. Price, *Report of the International Social Science Council Scientific Symposium on the Human Dimensions of Global Environmental Change*, Occasional paper n. 1, SHS/91/WS/6, Unesco/ISSC, *op. cit.*, p. 16.
1499. Dixy Lee Ray, *Environmental Overkill, op. cit.*, p. 101. Sobre a vontade de controlar as terras no meio dos mundialistas, ver: *Six Billions People*, *op. cit.*, p. 146.
1500. Ver a esse respeito: *Projet de plan à moyen terme (1990-1995),* UNESCO, *op. cit.*, p. 51.
1501. Clarisse Fabre, Bruxelles presse la France de désigner les sites du réseau Nature 2000, [Bruxelas pressiona França a designar sítios da rede Nature 2000] *Le Monde*, 23.10.97, p. 13.
1502. *Global Biodiversity Assessment*, UNEP, *op. cit.*, p. 993, col. I.
1503. Globalized Grizzlies, Michael S. Coffman, *The New American*, 18 de agosto de 1997, vol. 13, n. 17, p. 17, col. 1.
1504. B.L. Turner II *et al.*, *Science/Research Plan*, IGBP Report No. 35, HDP Report No. 7, IBGP and HDP, Stockholm and Geneva, 1995, p. 5.
1505. *IGBP in Action: Work Plan 1994-1995*, IGBP Report No. 28, IGBP, Stockholm, 1994, p. 16.
1506. B.L. Turner II *et al.*, *Science/Research Plan*, *op. cit.*, p. 9.
1507. *Ibid.*
1508. B.L. Turner II *et al.*, *Relating Land Use and Global Land-Cover Change*, IGBP Report No. 24, HDP Report No. 5, IGBP and HDP, Stockholm and Geneva, 1993, p. 7.
1509. *HPD Work Pan 1994-1995*, HDP, *op. cit.*, p.5.
1510. B.L. Turner II *et al.*, *Relating Land Use and Global Land-Cover Change*, op. cit., p. 7. Ver também a p. 21 – assim como: *HPD Work Plan 1994-1995*, HDP, *op. cit.*, p. 7 e *IGBP in Action: Work Plan 1994-1998,* IGBP Report No. 28, *op. cit.*, p. 9 *sq.*; p. 16.
1511. Martin F. Price, *Report of the internation Social Science Council Scientific Symposium on the Human Dimensions of Global Environmental Change,* Occasional paper n. 1, SHS/91/WS/6, UNESC)/ISSC, *op. cit.*, p. 16.
1512. *Ibid.*, p. 26.
1513. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26/Rev.1 (Vol. I), p. 4. Ver também: *Convention on Climate Change*, New York, ONU, DPI/1300, 1993, p. 1. Convenção assinada por 168 países desde junho de 1993.
1514. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26/Rev.1 (Vol. I), p. 67 e 100.

1515. *Convention on Biological Diversity*, New York, United Nations, 1993, DPI/1307, p. 2. Repetido textualmente na p. 11.
1516. IPCC, *Climate Change, The IPCC Response Strategies*, *op. cit.*, p. xxvi.
1517. *Development and Environment*, United Nations Conference on the human environment, Stockholm, *op. cit.*, ONU, A/CONF.151/26/Rev.1 (Vol. I), p. 18, 19.
1518. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26/Rev.1 (Vol. I), p. 18 , 19.
1519. *Ibid.*, p. 437. Ver também: cap. 34 e Richard E. Nenedick, *Ozone Diplomacy, op. cit.*, p. 207.
1520. *Convention on Biological Diversity, op. cit.*, Introduction. Ver também: art. 1, 16 e 21, assim como: *Convention on Climate Change, op. cit.*, art. 7 e 13.
1521. *Ibid.*
1522. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26/Rev.1 (Vol. 1), p. 433 e 437.
1523. *Ibid.*, cap. 34.
1524. *Ibid.*, p. 475.
1525. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26/Rev.1 (Vol. III), p. 217.
1526. London Revisions to the Montreal Protocol, June 1990, *in:* Richard E. Benedick, *Ozone Diplomacy, op. cit.*, p. 254. Ver também p. 186.
1527. *Convention on Biological Diversity, op. cit.*, art. 16, 20 e 21.
1528. *Convention on Climate Change, op. cit.*, art. 4 e 11.
1529. *Climate Change, Environment and Development. World leader's viewpoints, op. cit.*, World Meteorological Organization, p. 21.
1530. Al Gore, *Salver la planète Terre*, *op. cit.*, p. 264.
1531. Karl Marx, *Discours sur la livre-échange [Discurso sobre o livre comércio]*, Paris, Gallimard, NFR, 1965, p. 156.
1532. *Climate Change, Environment and Devolopment. World leader's viewpoints, op. cit.*, World Meteorological Organization, p. 21. Ver na página 86 as propostas do presidente do México, também defendendo a abertura das fronteiras.
1533. Will Hunton, Relaunching Western Economies, *Foreign Affairs*, vol. 75, n. 6, nov/dez. 1996, p. 8.
1534. Charle R. Carlisle, In The World Ready for Free Trade?, *Foreign Affairs*, vol. 75, n. 6, nov/dez. 1996, p. 117.
1535. Geoffroy de Charnay, *Synarchie, Panorama de 25 années d'activité occulte, op. cit.*
1536. Joseph S. Nye, Jr., Kurt Biedenkopf, Motoo Shina, *Global Cooperation After the Cold War: A Reassenssment of Trilateralism, op. cit.*, p. 41.

1537. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26/Rev.1 (Vol. I), p. 4.
1538. *Ibid.*, p. 32. Ver também p. 12.
1539. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26 (Vol. IV), p. 55.
1540. Address by Federico Mayor at the opening of the World Congress for Education and Communication on Envoronment and Developpement (ECO-ED), Toronto, Ontario, 17 de outubro de 1992, UNESCO, DG/92/43.
1541. *Dimensions éthiques et spirituelles du progrès social*, Sommet mondial pour le dévelopment social, Copenhague, *op. cit.*, United Nations, p. 44.
1542. Mikhail Gorbachev, *The Search for a New Beginning: Developing a New Civilization, op. cit.*, p. 59 *sq*.
1543. Mikhail Gorbachev, *Perestrooïka, Vues neuves sur notre pays et le monde, op. cit.*, p. 28.
1544. *Ibid.*, p. 40. Ver também p. 119.
1545. Euvgeny Novikov, Patrick Bascio, *Gorbachev and the Collapse of the Soviet Communist Party, op. cit.*, p. 221 *sq*. Ver também: F. Thom, *Les fins du communisme, op. cit.*, p. 104.
1546. Malachi Martin, *The Key of This Blood*, New York, Touchstone, 1990, p. 470.
1547. Les innocents aux mains vertes [Os inocentes nas mãos dos verdes], *Le Figaro*, 9 de fevereiro de 1996, p. 11.
1548. Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, *Notre avenir à tous, op. cit.*
1549. *Ibid.*, p. 48.
1550. *Ibid.*, p. 79.
1551. *Ibid.*, p. 17.
1552. *Ibid.*, p. 202.
1553. *Ibid.*, p. 159.
1554. *Ibid.*, p. 116.
1555. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26/Rev.1 (Vol. I), p. 184.
1556. Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, *Notre avenir à tous, op. cit.*, p. 411.
1557. Jim MacNeill, Pieter Winsemius, Taizo Yakushiji, *Beyond Interdepence, op. cit.*
1558. Que pode legitimamente se considerar como um começo da realização da agência proposta por Kennan.
1559. Jim MacNeill, Pieter Winsemius, Taizo Yakushiji, *Beyond Interdepence, op. cit.*, p. 18.

1560. *Ibid.*, p. 75. Cifras repetidas nas páginas 90 e 98.
1561. *Ibid.*, p. 91.
1562. *Ibid.*, p. 98.
1563. *Ibid.*, p. 98.
1564. *Ibid.*, p. 91.
1565. *Ibid.*, p. 91.
1566. *Ibid.*, p. 96.
1567. *Ibid.*, p. 79.
1568. *Ibid.*, p. 103.
1569. *Ibid.*, p. 27.
1570. *Ibid.*, p. 90.
1571. *Ibid.*, p. 98.
1572. *Ibid.*, p. 111. Ver também p. 62 e 64.
1573. *Ibid.*, p. 33.
1574. *Ibid.*, p. 100.
1575. *Interdépendance et coopération dans le monde de demain,* OCDE, Paris, 1987.
1576. *Ibid.*, p. 201.
1577. *Charte des Nations Unies et Statut de la Cour internacionale de Justice*, Nations Unies, New York, 1995, DPI/511, p. 1.
1578. *Ibid.*, p. 45.
1579. Jim MacNeill, Pieter Winsemius, Taizo Yakushiji, *Beyond Interdependence, op. cit.,* p. 20.
1580. Il n'y a plus de saisons…, *Le Monde*, 11 de maio de 1997, p. 1 e 13.
1581. Groupe intergouvernemental sur le changement climatique. Tradução francesa de IPCC.
1582. Grifos nossos.
1583. Donella H. Meadows *et. Al.*, Janine Delaunay, *Halte à la croissance?, op. cit.*
1584. *Ibid.*, p. 293.
1585. Alexander King, Bertrand Schneider, *Questions de survie*, Paris, Calmman-Lévy, 1991, p. 11.
1586. Donella H. Meadows *et. al.*, Janine Delaunay, *Halte à la croissance?, op. cit.*, p. 102; declaração de Sabuto Okita, membro do Clube. Ver também p. 114.
1587. *Ibid.*, p. 90; declaração de Edouard Pestel, membro do Clube.
1588. *Ibid.*, p. 114; declaração de Adam Schaff, membro do Clube. Ver também p. 119.

1589. *Ibid.*, p. 294; em itálico no texto. Comentários do Comitê Executivo do Clube.
1590. *Ibid.*, p. 116.
1591. *Ibid.*, p. 138. Ver também p. 93.
1592. *Ibid.*, p. 282.
1593. *Ibid.*, p. 297.
1594. Alexander King, Bertrand Schneider, *Questions de survie : La révolution mondiale a commencé, op. cit.*
1595. *Ibid.*, p. 139, 140. Grifos nossos.
1596. *Ibid.*, p. 59. Ver também p. 161.
1597. *Ibid.*, p. 143.
1598. *Ibid.*, p. 59.
1599. *Ibid.*, p. 89.
1600. *Ibid.*, p. 27.
1601. *Ibid.*, p. 87.
1602. *Ibid.*, p. 68.

CAPÍTULO X

O TOTALITARISMO DE PROXIMIDADE

Para Lênin, o resultado do comunismo é o desaparecimento, a extinção do Estado e a sua substituição por uma comuna ou um sistema de comunidades. Ele cita, a propósito disso, a carta de Engels a Babel, da data de 18-28 de março de 1875:[1603]

> O Estado não é senão uma organização provisória que é empregada de se servir na luta, durante a revolução, para reprimir pela força os seus adversários, é perfeitamente um absurdo falar de um Estado popular livre: tanto que o proletariado ainda *tem necessidade* do Estado, não o faz no interesse da liberdade, mas para reprimir seus adversários. E o dia em que for possível falar de liberdade, o Estado como tal deixará de existir. Portanto, proporíamos substituir por toda parte a expressão *Estado* pela palavra "comunidade" (*Gemeinweisen*), velha e excelente palavra alemã, cujo sentido equivale ao da palavra francesa 'commune'".

Lênin ainda afirma que "Na Alemanha existe duas palavras significando 'comunidade', e Engels escolheu aquela que designa *não* uma comunidade a parte, mas um conjunto, um sistema de comunidades".[1604]

A revolução socialista provoca o desaparecimento das classes e, portanto, do Estado, ferramenta de opressão da classe dominante:

> Os marxistas, embora propondo-se a suprimir completamente o Estado, não acreditam ser uma coisa realizável senão depois da destruição das classes pela revolução socialista, como resultado do advento do socialismo, terminando na extinção do Estado;[1605]

Wittfogel não deixa de lembrar que comunidades rurais isoladas, apresentando um “desenvolvimento insignificante da produção e consumo”[1606] como aquelas desejadas pelos ecologistas, formam a base social do despotismo. Com efeito, o “desenvolvimento insignificante da produção e consumo” provoca uma ausência de “diferenciação de classes”[1607] e impede a aparição da burguesia, única capaz de se opor ao despotismo. Seguindo Marx, Wittfogel define as sociedades orientais (ou asiáticas) como “comportando obras de adução de água que funcionam sob a direção do Estado; sociedades constituídas de uma multiplicidade de vilarejos ligados entre eles por uma economia agro-hidráulica”[1608] e – que de uma maneira geral nos juntaremos – por um objetivo supra-ordenado. A sociedade russa não apresentava traço de tal economia agro-hidráulica. No entanto, “a existência de comunidades camponesas dispersas constituía uma base suficiente para um despotismo oriental importado”,[1609] ainda qualificado como semi-asiático.

> Foi portanto a necessidade de trabalhos hidráulicos dirigidos pelo governo que, segundo Marx, provocou o nascimento do Estado asiático. E a “dispersão” do “povo oriental”, sua distribuição em vilarejos “autônomos”

(combinando a pequena agricultura e o artesanato doméstico), permitiu a perpetuação secular do Estado asiático.[1610]

De fato, a segunda afirmação pede para ser ressaltada. Ideologicamente, é a mais fértil em desenvolvimentos. Somente guardando na memória a teoria de Marx sobre o papel dos vilarejos orientais 'dispersos' que podemos compreender, de fato, a definição do despotismo oriental segundo o próprio Marx, e também segundo Engels e Lênin. […]

Em 1881, Marx menciona os vilarejos isolados da Rússia e o caráter fortemente centralizado de um despotismo que, sobre esta base, tinha se desenvolvido por toda a parte.[1611] Pouco antes, Engels tinha insistido nesse ponto. A interpretação marxista da Rússia foi então difundida sob a forma de duas fórmulas devido a Engels, posteriores a 1870. Esta é a primeira, que data de 1875: 'Um total isolamento das comunidades (rurais) individuais, umas em relação às outras, criado no conjunto de países com interesses idênticos – que nada tem a ver com interesses comuns; aqui está o fundamento natural do despotismo oriental, e da Índia à Rússia, esta forma social, em toda parte onde ela prevalece, tem sempre criado o despotismo e tem sempre buscado em si o seu complemento. Não apenas o Estado russo em geral, mas mesmo, na sua forma específica, o despotismo do czar, longe de ser uma forma ideal, é o produto necessário e lógico das condições sociais russas'.[1612]

A segunda, que se encontra na sua crítica de Dühring, exprime de forma mais breve a mesma idéia: 'As antigas comunas, onde subsistiram, formam, há milhares de anos, a base da forma mais bárbara de Estado, o despotismo oriental da Índia à Rússia[1613]'.[1614]

O comunismo e seu ensaio concreto de realização, a URSS, apresentam claramente o caráter de uma sociedade semi-asiática. Dessa forma, sua essência totalitária é colocada em destaque por Wittfogel. Pode-se compreender facilmente que a teoria da sociedade asiática, cujos pais foram, portanto, Marx, Engels e Lênin, tem sido relevada ao desprezo público.

> Na qualidade de membros de um grupo cujo objetivo era estabelecer um Estado total, diretorial e ditatorial, pronto a fazer uso de 'medidas despóticas'[1615] para realizar seu plano socialista, Marx não podia deixar de reconhecer a existência de algumas similitudes pertubadoras entre o despotismo oriental e o Estado segundo seu próprio programa.[1616] Durante os trabalhos preliminares no Congresso de Estocolmo do Partido Social- Democrata Russo de 1906, Plekhanov, falando em favor dos mencheviques, colocou em questão o plano de Lênin para a nacionalização da terra. Tanto no curso do debate no Congresso, bem como nos seus discursos subseqüentes, Lênin se mostra seriamente abalado pelos argumentos de Plekhanov, que, recordando a herança asiática da Rússia, advertia contra uma eventual restauração do sistema asiático.
>
> É fácil expor as razões pelas quais Plekahnov se punha apreensivo. Encorajado pelas experiências de 1905, Lênin acreditava que o Partido Social-Democrata estaria em condições de tomar o poder se pudesse reunir a classe trabalhadora, restringindo na Rússia, a classe numericamente forte de camponeses. Para ganhar o apoio desses últimos, ele sugeriu a nacionalização da terra no programa revolucionário. Plekhanov denunciou a idéia de uma tomada de poder pelos socialistas como prematura, e o plano de nacionalização das terras como reacionário. Tal política, em lugar de separar do Estado, a terra e seus cultivadores, deixaria 'intacta esta sobrevivência da velha ordem semi-asiática', facilitando, por conseqüência, a restauração.[1617]
>
> Tal era a temível perspectiva histórica que Lênin nomeou alternativamente: 'a restauração do modo asiático de produção';[1618] 'a restauração da nossa velha ordem «semi asiática»[1619]', a restauração da 'nacionalização semi-asiática' russa[1620], 'a restauração da ordem semi-asiática',[1621] 'o retorno à *aziachtchina*'[1622] e a 'restauração «asiática»' da Rússia[1623]'.[1624]

Lênin e Wittfogel estudaram as pequenas comunidades rurais numa perspectiva essencialmente econômica e política. Cabia a Skinner expor as potencialidades revolucionárias em matéria de controle social e de psicologia. Skinner é o pai do behaviorismo.

Freqüentemente apresentam-no dizendo que ele considera o homem como uma máquina que, submissa a certos estímulos, fornecerá certas respostas aprendidas durante uma fase de adestramento pavloviano. O pensamento de Skinner dá ênfase a um outro elemento: a importância fundamental dos reforços não-aversivos. Um adestramento pode utilizar punições (reforços aversivos), que reforçam um comportamento de aversão, ou recompensas (reforços não-aversivos ou positivos). A idéia central de Skinner, exposta no seu célebre *Walden Two*,[1625] é utilizar exclusivamente os reforços positivos, a utilização dos reforços aversivos está fadada ao fracasso, à rebelião.

> Não se pode forçar um homem a ser feliz. Há até mesmo pouca chance dele ser feliz sendo *obrigado* a se conformar a um modo de vida que supostamente o torna feliz. […] Isso que emerge durante esta fase crítica da evolução da sociedade é uma tecnologia do comportamento e da cultura baseada exclusivamente nos reforços positivos.[1626]

Tal é a origem da *cultura da paz*, da não-violência, imposta tanto aos dirigentes quanto aos dirigidos. Traçando explicitamente um paralelo entre o cristianismo e sua teoria, Skinner escreve: “O que é o amor, se não um outro nome para a utilização dos reforços positivos?”.[1627] A utilização dos reforços não-aversivos se insere totalmente na perspectiva revolucionária. Lênin escreveu:

> Nós atribuímos como objetivo final a supressão do Estado, isto é, de toda violência, organizada e sistemática, de toda violência exercida sobre os homens em geral. Não esperamos o advento de uma ordem social onde o

> princípio da submissão da minoria à maioria não será observado. Mas, aspirando ao socialismo, estamos convencidos de que na sua evolução ele tomará a forma do comunismo e que, em seguida, desaparecerá toda necessidade de recorrer à violência contra os homens, toda necessidade à *submissão* de um homem a outro, de uma parte da população a uma outra; pois os homens *se habituarão* a observar as condições elementares da vida em sociedade, *sem violência nem submissão.*
>
> É para salientar esse elemento de adaptação que Engels fala da nova *geração*, 'crescida em condições sociais novas e livres' e que 'capaz de se desfazer de todas as velharias do Estado', de qualquer Estado, inclusive o da república democrática.[1628]

Skinner aplica suas idéias nos âmbitos político e social. *Walden Two* descreve uma pequena comunidade ecológica utópica, vivendo em autarquia completa, onde "consumiria-se menos e, portanto, poluiria-se menos".[1629] O controle dos comportamentos é baseado na utilização sistemática dos reforços positivos. O reagrupamento em pequena comunidade permite, por um lado, "arranjar de maneira mais eficaz as 'continências provocando os reforços'[1630]"; por outro, estabelecer um controle social de proximidade, "face a face",[1631] infinitamente mais poderoso do que qualquer instituição repressiva, tal como a polícia ou a justiça. Todos os que vivem sob o olhar permanente do outro, "um controle ético informal[1632]" é exercido e as normas sociais são assimiladas insensivelmente desde a mais tenra idade. Os reforços positivos permitem a cada um se sentir livre, embora agindo como o controlador desejar. Os valores não podem permanecer por muito tempo em dissonância

(cognitiva) com os atos, assim, o controlador acaba por impor tanto os comportamentos quanto a moral que ele definiu.

> Agora que *sabemos* como os reforços positivos funcionam, e porque os reforços negativos não funcionam, podemos conceber nossa cultura deliberadamente e, portanto, com muito mais chances de sucesso. É-nos possível realizar um tipo de controle no qual os controlados, embora se conformando a um código de conduta de uma forma muito mais escrupulosa do que já fora nos sistemas antigos, *sentem-se livres*. Eles fazem o que querem e não o que lhes é obrigado fazer. Tal é a fonte do fabuloso poder do reforço positivo – não há constrangimento e nem revolta. Uma concepção minuciosa da cultura nos permite controlar não os comportamentos, mas as *inclinações* que as determinam – as motivações, os desejos e as vontades.[1633]

Skinner fez, portanto, a síntese das idéias de Lênin e das críticas de Wittfogel e, veremos em breve, o modelo ecológico que ele propõe foi adotado por certas instituições internacionais. Ele se apóia efetivamente em “comunidades camponesas dispersas, constituindo uma base suficiente para um despotismo oriental” e caracterizadas por um “desenvolvimento insignificante da produção e consumo”. Nesse sentido, ele realiza o objetivo de fazer desaparecer o Estado (nacional) e estabelecer um conjunto de comunidades: o comunismo. Ele integra também a crítica de Wittfogel: como desejava Lênin, “toda a violência organizada e sistemática” tem sido suprimida. O verdadeiro controle então se exerce em nível internacional pela definição de valores, atitudes e comportamentos, pela manipulação das moedas e das

regras do comércio internacional, o controle dos meios de comunicação, da educação, de ideologia, etc. A governança global, mundial, apóia-se em inumeráveis pequenas comunidades locais. “Pensar globalmente, agir localmente”. O controle social de proximidade, exercido localmente, é então semelhante àquele da ordem feudal. Assim como a cristandade feudal possuía um conjunto comum de referências religiosas, morais e culturais, a sociedade feudal mundialista teria sua religião, o culto da natureza e seu objetivo supra-ordenado, não a libertação do túmulo de Nosso Senhor Jesus Cristo, mas a salvaguarda do planeta. A revolução cultural e social concluída, a restauração asiática terminada, o paganismo substituiria o cristianismo.

O retorno à natureza, ou mais razoavelmente ao campo, não é senão a realização, nos âmbitos social, cultural e religioso, de uma ordem feudal invertida, fundada no paganismo, até o momento inconfessado, e desembocando em um totalitarismo de proximidade. Numa tal sociedade, o controle social é exercido pelos pares, cotidianamente, em uma “comunhão” ideológica que forma a base do consenso e dos reforços não-aversivos. Essas observações significam apenas que as cidades seriam chamadas a desaparecer: por fim, apenas as elites dirigentes, os mestres mundialistas, poderiam nelas permanecer enquanto que o populacho, as pessoas

comuns, os servos, seriam unidos à Terra, mantidos aos limites do Império ecológico.

Assim, a crítica de Wittfogel se mantém válida, enquanto que as idéias de Lênin, revistas por Skinner, se concretizam. Trata-se, de fato, de um despotismo oriental, asiático, de um totalitarismo de proximidade, apoiado nas comunidades feudais.[1634] A “contradição” colocada em destaque por Wittfoge é levantada pela utilização de técnicas não-aversivas que dão ao homem o *sentimento* de liberdade, permitindo manipular os valores, as atitudes e os comportamentos, e fazem crer no desaparecimento de toda violência organizada. Mas este Estado em via de extinção deve ser substituído por outros modos de controle. “Com efeito, para suprimir o Estado é necessário que as funções dos serviços do Estado se transformem em operações de controle e de monitoramento tão simples, que sejam acessíveis a imensa maioria, depois, à totalidade da população”.[1635] É aqui que intervêm as noções da teoria do caos e do reforço não-aversivo, teorias de sistemas, de objetivo supra-ordenado, assim como a carga ideológica, filosófica, afetiva, imaginária, ética e religiosa da ecologia, cimento doutrinal da utopia mundialista. A sensibilidade e a concepção do mundo ecológico fornecem o quadro normativo no qual se desenvolvem os valores ecológicos. Impondo-se ao maior número, eles modificam o potencial de situação social. A sociedade

pode, então, evoluir “livremente”, no maior caos aparente, guiada por rédeas invisíveis, porém *das mais poderosas*, visto que os controlados se sentem livres. Os valores têm sido definidos, a evolução caótica só pode ser efetuada numa direção determinada. Acima das pequenas comunidades rurais, os “países” criados hoje na França, encontram-se todas as coletividades territoriais, encarregadas de aplicar as forças necessárias para o seu controle. A organização sistêmica da sociedade e a sua decomposição hierárquica permitem gerenciar os problemas em um nível apropriado, sempre o mais próximo do seu campo de ação. O desinteresse, o descompromisso psicológico dos assuntos é evitado, e os mais brilhantes guardam a possibilidade de ascender às funções superiores. As energias revolucionárias podem, dessa forma, ser canalizadas. A salvaguarda da natureza, a luta contra o buraco na camada de ozônio, o efeito estufa, os cometas ameaçando a Terra[1636] ou mesmo os extraterrestres, problemas globais e sistêmicos, todos assegurando a unidade política. A unidade psicológica e religiosa se realizariam ao redor do culto da terra, ou seja, do paganismo ressuscitado.

Arne Naess, um dos principais “pensadores” e “filósofos” ecologistas, expõe as normas antes que devem reger a criação de pequenas comunidades ecológicas:

> A vizinhança, a camaradagem e a unidade fundam o senso de comunidade, conceito fundamental da ecologia profunda. […]

> As comunidades ditas verdes têm, ao curso das últimas duas décadas, desenvolvido um certo número de características que parecem positivas.
>
> (1) Seus membros não são muito numerosos para que não possam conhecer uns aos outros; há fatores internos [!] que estabilizam a população. […]
>
> (3) Os comportamentos anti-sociais são corrigidos direta e amigavelmente. O exterior exerce pouca influência na sua ordem interna.
>
> (4) Os modelos e os meios de produção apóiam-se, principalmente, na produção primária. Assim, a economia apresenta um alto grau de autarquia.
>
> (5) As tecnologias utilizadas são leves. Poder-se-ia dizer também “próximas”: os materiais devem vir da vizinhança ou, ao menos, da zona mais próxima possível, pertencendo, preferencialmente, ao país.
>
> (6) A cultura e os lazeres são essencialmente locais, assim como o trabalho.
>
> (7) O ensino recebido na escola é orientado para o conhecimento de tecnologias necessárias na comunidade, mas naturalmente as possibilidades de seguir um ensino literário e artístico são oferecidos.
>
> (8) As diferenças de rendimentos e riquezas são irrisórias. Aqueles da alta e aquelas da baixa escala social estão suficientemente próximos para poder se conhecer e também trabalhar juntos.
>
> (9) A extensão geográfica é suficientemente pequena para que se possa ir de uma extremidade a outra de bicicleta.
>
> (10) Em certas comunidades, poderia haver instituições pertencentes a maiores unidades, tais como hospitais, centro de pesquisas internacionais, tribunais ou institutos de tecnologia. Algumas comunidades locais devem apoiar as instituições centrais necessárias ao conjunto da sociedade. *Isso não é incompatível com a noção de comunidades locais* [a partir de uma abordagem sistêmica].[1637]

Os mundialismos têm, naturalmente, defendido a criação de unidades regionais que se aproximam dos objetivos definidos por Skinner e Naess. Compostos de “uma mistura de sistemas estruturais e funcionais”, unidades muito pequenas, elas poderiam, reagrupando

diversas pequenas comunidades rurais, favorecer seu restabelecimento:

> O objetivo dessas ‘regiões laboratórios’ de desenvolvimento durável seria testar as diversas abordagens de um desenvolvimento que respeite o meio ambiente em diferentes regiões do mundo. […]
>
> Cada laboratório deverá ter um certo tamanho (nem muito grande nem muito pequeno), e representar uma unidade de desenvolvimento (isto é, ao menos 100 mil hectares), na qual os conflitos da utilização dos recursos são intrínsecos e evidentes. Cada unidade regional deverá compreender pelo menos um sistema urbano muito grande e contribuir à análise das interações entre as forças macro-econômicas e as culturas e meio ambientes locais. Essas unidades seriam consideradas como sistemas abertos que incluiriam depois, uma mistura de sistemas estruturais e funcionais (por exemplo, as florestas, os lagos, as terras de pastagem, a agricultura intensiva, as zonas urbanas e industriais). […]
>
> As atividades a conduzir para o interior desses laboratórios de múltiplas facetas, e os projetos a nele desenvolver, podem comportar: a elaboração e a implementação de um plano para um desenvolvimento durável e uma planificação integrada; o reforço do processo participativo e consultativo, além dos mecanismos de implementação multisetorial; a identificação de ocasiões para melhor utilizar a diversidade biológica e os sistemas e práticas ecológicas tradicionais; (UNESCO)[1638]

> Cada parte contratante deverá, sempre que possível e de forma apropriada: […]
>
> Favorecer um desenvolvimento durável e ecologicamente são das zonas adjacentes às zonas protegidas, para melhorar a proteção dessas últimas; (ONU)[1639]

> Uma das principais condições [necessárias a uma luta eficaz contra a superpopulação e, em particular, a dos centros urbanos] será de definir uma nova estratégia de desenvolvimento centrado em um desenvolvimento rural integrado. Deverá demandar menos à ‘modernização agrícola’, porém, mais aos meios apropriados que permitam conservar um setor agrícola eficaz, bem como reclamando uma mão-de-obra numerosa. […]
>
> As estratégias atualmente estudadas, ou implementadas, compreendem a criação de empregos na zona rural, a utilização de tecnologias demandando

uma mão-de-obra importante, ao invés de muito capital. (CFR)[1640]

Para chegar a uma distribuição geográfica equilibrada da produção, do emprego e da população, os países deverão adotar estratégias de desenvolvimento regional viáveis, e estratégias que favoreçam a estabilização da urbanização, o crescimento de pequenas e médias aglomerações urbanas, assim como o desenvolvimento durável das zonas rurais, que compreendem projetos de forte intensidade de trabalho, uma formação às profissões não-agrícolas para os mais jovens e sistemas eficazes de transporte e comunicação. (ONU)[1641]

Em certos países, será preciso diminuir o consumo por habitante [...]

O ecologista canadense David Suzuki falou com eloqüência sobre o retorno a um modo de vida onde vivíamos mais próximos de nosso lugar de trabalho, efetuávamos a maior parte de nossos trajetos a pé ou de bicicleta e tínhamos a alegria de pertencer a comunidades pequenas e viáveis. (ONU)[1642]

No vilarejo, ninguém pode ser auto-suficiente;
No vilarejo, a sabedoria é coletiva;
No vilarejo, a vida é comum e humana, sem milagre, nem extravagância;
No vilarejo, há a vergonha de ser feliz sozinho;
No vilarejo, o bem de cada um e o bem de todos são igualmente protegidos;
No vilarejo, é cada um por todos e todos por cada um. (ONU)[1643]

Notemos incidentalmente que o retorno à natureza, ao vilarejo, esta utilização de “tecnologias” reclamando uma mão-de-obra abundante explica, em parte, o movimento em favor dos povos “autóctones”:

Essas populações [autóctones] são depositárias da sabedoria e dos conhecimentos tradicionais que a maior parte dentre nós fomos privados devido à modernização. (ONU)[1644]

[As populações autóctones] desenvolveram, no curso de gerações, um conhecimento científico tradicional e holístico de suas terras, de seus recursos naturais e de seu meio ambiente. (ONU)[1645]

> Cada parte contratante deverá, sempre que possível e de forma apropriada:
> […]
> Proteger, no seu direito nacional, o respeito, a manutenção e a preservação do saber, das inovações e das práticas das comunidades indígenas e locais que incarnam os modos de vida tradicionais, permitindo a conservação e a utilização durável da biodiversidade; e promover a mais extensa aplicação desses saberes, inovações e práticas com a autorização e a participação dos seus possuidores. (ONU)[1646]

Esta exaltação da sabedoria e modos de vida tradicionais nos indica a evidência que há, por trás do retorno à natureza e às pequenas comunidades rurais, a vontade de impor uma ética e uma espiritualidade pagãs, “de manter os cidadãos num estado de pobreza tal, que eles não possam, com riquezas e falta de virtudes, corromper os outros e ser eles mesmos corrompidos..”[1647]. Chafarevitch, o “dissidente” soviético, escreveu:

> Parece-me que, entre nós, o fundamento espiritual sobre o qual ainda se pode construir alguma coisa é o *vilarejo*. […] O vilarejo nos religa novamente ao sol, à natureza, ao cosmos. […]
> Como se efetua a violação da natureza? É através de valores como o poder, a dominação, a vitória, a força, o orgulho. Se se busca virtudes opostas a esses valores, reencontra-se categorias muito antigas, conhecidas por todos: os pobres em espírito, os pacíficos, os caridosos. Isso lembra um pouco um *slogan* ecologista: bem-aventurados os mansos, pois eles herdarão a Terra.[1648]

Um pequeno texto publicado pela UNESCO oferece uma imagem impressionante de ascese estóica proposta pelos mundialistas:

> A simplicidade voluntária implica, simultaneamente, condições internas e externas. Ela significa a pureza das intenções, a sinceridade e a honestidade interior, assim como o evitar confusão externa, de inúmeras posses sem

importância para nossa principal razão de viver. Isso significa colocar ordem na nossa energia e desejos, uma restrição parcial em certas direções para assegurar uma maior abundância da vida em outras direções. Isso implica uma organização deliberada da vida em um objetivo significativo. (UNESCO)[1649]

Bem-aventurados os pobres sobre Gaia, diz o credo ecológico. Ora, esta ascese pagã, esse valores invertidos, essas beatitudes privadas de toda transcendência seriam veículos para o *modo de vida* imposto às pessoas, seguido de uma filosofia revolucionária e da prática de pedagogias ativas que revertem a atividade racional e partem não de concepções teológicas ou de uma visão de mundo de onde apreenda valores e conduza a comportamentos, mas partem dos comportamentos para impor, sub-repticiamente, uma ética seguida de um sincretismo pagão.

1603. V. Lénine, *L'Etat et la révolution [O Estado e a Revolução]*, Pékin, Editions en langues étrangères, 1978, p. 81.
1604. *Ibid.*, p. 82.
1605. *Ibid.*, p. 141.
1606. Lênin, citado por Karl Wittfogel em *Le despotisme oriental, op. cit.*, p. 482.
1607. Karl Wittfogel, *Le despotisme oriental, op. cit.*, p. 457. Ver também p. iii.
1608. *Ibid.*, p. iii.
1609. *Ibid.* Ver também p. xiii.
1610. Marx, *New York Daily Tribune*, 25 de junho de 1853.
1611. Friedrich Engels, *Herrn Eugen Dührings Umwülzung des Wissenschaft Dialektik der Natur. 1873-1882*, Moscou, 1935, p. 164, p. 164, 185.
1612. *Ibid.*, p. 183.
1613. *Ibid.*
1614. Karl Wittfogel in *Le despotisme oriental, op. cit.*, p. 452 *sq.*

1615. Karl Marx e Friedrich Engels, *Historisch-kritiche Gesamtausgabe*, Moscou, Institut Marx-Engels, 1927, I, Pt. 6, p. 545.
1616. Karl Wittfogel, *Le despotisme oriental*, *op. cit.*, p. 467. Ver também p. ii, 474, 482, 529.
1617. *Protokoly Obyedinitelnovo Syezda Rossyskoi Sotsialdemokraticheskoi Rabochei Partii* (Protocolos do Congresso de Unificação R.S.D.R.P.), realizado em Estocolmo, 1906, Moscou, 1907, p. 116.
1618. Vladmir Ilych Lênin, *S. Sochinenia*, Moscou, 4º ed., 35 vols., 1941-1950, X, p. 303.
1619. *Ibid.*, XIII, p. 300.
1620. *Ibid.*
1621. *Ibid.*, XIII, p. 301.
1622. *Ibid.*, p. 302.
1623. *Ibid.*, p. 303.
1624. Karl Wittfogel in *Le despotisme oriental*, *op. cit.*, p. 472.
1625. B.F. Skinner, *Walden Two*, *op. cit.*
1626. *Ibid.*, p. 180, 244.
1627. *Ibid.*, p. 282.
1628. V. Lênin, *L'Etat et la révolution*, *op. cit.*, p. 102, 103. Ver também p. 112.
1629. B.F. Skinner, *Walden Two*, *op. cit.*, p. x. Ver também p. xi, xv, xvi.
1630. *Ibid.*, p. x.
1631. *Ibid.*, p. xi.
1632. B.F. Skinner, *Beyond Freendo and Dignity*, *op. cit.*, p. 151.
1633. B.F. Skinner, *Walden Two*, *op. cit.*, p. 246, 247.
1634. Wittfogel, seguindo Marx e Lênin, critica o emprego do termo “feudal” para designar o despotismo oriental e, mais particularmente, a estrutura da propriedade fundiária que no feudalismo se reconhece. Por outro lado, a “feudalidade” mundialista certamente não será marcada pela fraqueza do poder central. Qualquer que seja a validade dessas observações, nós preferimos o termo “feudal” para designar “despotismo oriental”, que só ganha o seu pleno sentido com a leitura do trabalho de Wittfogel. Desejamos apenas fazer ressaltar o paralelismo entre o *controle social de proximidade*, com todos os elementos *culturais* e *religiosos* por ele veiculados, e a sociedade feudal. Nesse sentido, o termo “feudal” coloca em evidência a inversão perseguida pela Revolução, parte de um regime odiado, a feudalidade cristã, mas visando instaurar um feudalismo pagão.
1635. V. Lênin, *L'Etat et la révolucion*, *op. cit.*, p. 97.

1636. Notemos que esse novo problema global, que reclamaria colocar em órbita armas termonucleares destinadas a destruir objetos celestes que possam ameaçar a Terra, obrigaria, naturalmente, que essas armas passassem ao controle internacional…
1637. Arne Naess, *Ecology, community and lifestyle*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989, p. 144, 145.
1638. Conseil international de coordination du Programme sur l’home et la viosphère (MAB), *Rapport final*, douzième session, 25-29 de janeiro de 1993, rapport n. 63, série des rapports du MAB, SC/MD/102, Paris, UNESCO, p. 42, 43.
1639. *Convention on biological diversity*, United Nations Conference on Environment and Development, DPI/1307, New York, United Nations, 1993, p. 5.
1640. *Six Billion People, op. cit.*, p. 12, 85.
1641. *Rapport de la Conférence internationale sur la population et le développement*, Cairo, 5-13 de setembro de 1994, A/CONF.171/13/Rev.1, New York, United Nations, 1995, p. 62.
1642. *Dimensions éthiques et spirituelles du progrès social*, Sommet mondial pour le développement social, 6-12 de março de 1995, Copenhague, United Nations, *op. cit.*, p. 73.
1643. *Ibid.*, p. 94.
1644. Intervenção de Maurice Strong, secretário-geral da Conferência do Rio, *Rapport de la Conférence des Nations Unies sur l’environnement et le développement, op. cit.*, ONU, A/CONF.151/26 (Vol. IV), p. 57.
1645. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/4 (Part III), p. 16.
1646. *Convention on biological diversity*, United Nations Conference on Environment and Development, DPI/1307, New York, United Nations, 1993, p. 7.
1647. Nicolau Machiavel, *Discours sur la première décade de Tite-Live*, Paris, Editions Flammarion, 1985, p. 292.
1648. Igor Chafarevich, *La Russophobie, op. cit.*, p. 60, 62.
1649. Pierre Weil, *L’arte de vivre en paix. Vers une nouvelle conscience de la paix, op. cit.*, UNESCO, p. 46.

CAPÍTULO XI

MISTURAS, SUPERPOPULAÇÃO, COLETIVIZAÇÃO DAS TERRAS

> Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a; (Gn 1, 28)

> Quando abriu o quinto selo, vi sob o altar as almas dos que tinham sido imolados por causa da Palavra de Deus e do testemunho que dela tinham prestado. E eles clamaram em voz alta: ‘Até quando, ó Senhor santo e verdadeiro, tardarás a fazer justiça, vingando nosso sangue contra os habitantes da terra?’ A cada um deles foi dada, então, uma veste branca e foi-lhes dito, também, que repousassem por mais um pouco de tempo, até que se completasse o número dos seus companheiros e irmãos, que seriam mortos como eles. (Ap. 6, 9-11)[1650]

A política ecológica das instituições internacionais é inextrincavelmente ligada à sua luta contra a alegada superpopulação. No entanto, não nos será possível aprofundar aqui o controle da população levado a cabo, em nível mundial, tanto pelas ONG “independentes” quanto pelas organizações internacionais: esse trabalho fundamental necessitaria de um grande volume apenas para ele. Devemos nos contentar com indicações sumárias e incompletas, e remeter o leitor interessado para outros trabalhos que desmontam o mito da superpopulação. Lamentamos, portanto, a ausência – ao

nosso conhecimento – de trabalhos detalhando a política das organizações internacionais neste âmbito.

Entre os trabalhos consagrados e mais pertinentes a esta alegada ameaça global – e às questões conexas (aborto, eutanásia, eugenia) – é preciso, em primeiro lugar, mencionar os trabalhos do filósofo e teólogo Michel Schooyans: *O Evangelho em face à desordem mundial;*[1651] *A derivação totalitária do liberalismo;*[1652] *O desafio político do aborto.*[1653] A obra de Hervé Le Bras, intitulada por antítese, *Os limites do planeta*,[1654] pode também ser aconselhada, malgrado seja preciso emitir inúmeras reservas quanto às convicções políticas do autor. As teses principais de Le Bras são consideravelmente desenvolvidas por dois outros autores em trabalhos anteriores, que desta vez recomendamos sem reservas, tanto pela retidão de suas orientações, quanto pelo rigor metodológico nelas contido. Mas, infelizmente, só estão disponíveis em inglês: *The War Against Population*, de Jacqueline Kasun[1655] e *Population Matters*, de Julian L. Simon.[1656]

Ao contrário das obras acima referidas, toda literatura publicada pelas organizações internacionais se espalha em uma torrente de previsões alarmistas: os limites do planeta estão sendo atingidos, ou até já ultrapassaram em alguns campos. Se isso já não aconteceu – mas seria possível sem que tivéssemos sido informados –, a

catástrofe não tardaria, por isso, autorizamo-nos um crédito ilimitado por conta das gerações futuras.

> Em todo o mundo, o número de recursos indispensáveis à sobrevivência e ao bem-estar das gerações futuras se encolhe, e a degradação do meio ambiente se intensifica, sob o efeito de modos de produção e de consumo não-viáveis, de uma crescente demografia sem precedente, de uma pobreza generalizada e persistente, além da desigualdade social e econômica. (ONU, Conferência Internacional sobre a População e o Desenvolvimento, Cairo)[1657]

> Os fatores demográficos somados à pobreza, à falta de recursos em certas regiões, ao consumo excessivo e aos modos de produção pouco econômicos, entre outros, causam ou extrapolam os problemas de deterioração do meio ambiente e o esgotamento de recursos, comprometendo, assim, o desenvolvimento durável.
> As pressões sobre o meio ambiente podem decorrer da explosão demográfica, da distribuição da população e das migrações, sobretudo nos ecossistemas vulneráveis. (ONU, Conferência do Cairo)[1658]

> A noção de desenvolvimento durável é baseada sobre a hipótese de que se deve ter equilíbrio entre a população e o consumo nos limites impostos pela natureza. Está claro, portanto, que a população, assim como o consumo, devem ser diminuídos se quisermos alcançar um desenvolvimento durável. (Comissão sobre a Governança Global)[1659]

> O crescimento sem precedentes da atividade humana e o número de homens tem chegado a um ponto onde seu impacto se sobrepõe sobre os fundamentos sobre os quais a vida se apóia. É preciso, de forma imperativa, que medidas sejam tomadas para controlar essas atividades, manter o crescimento da população nos limites do aceitável e não colocar o planeta em risco. (Comissão sobre a Governança Global)[1660]

> No centro dos problemas que teremos de buscar soluções, eu citarei os modos de produção e de consumo do mundo industrial que afetam a biosfera, o aumento demográfico descontrolado, principalmente nos países em desenvolvimento, que se eleva a 250.000 nascimentos diários; […]
> É imperativo estabilizar os avanços demográficos e isso deve ser feito rapidamente. Se não o fizermos, a natureza se encarregará de fazer de uma

maneira muito mais brutal. (Conferência do Rio, discurso de abertura de Maurice Strong)[1661]

O desenvolvimento durável depende de uma redução rápida e importante das taxas de crescimento da população, tanto nos países ricos como nos países pobres. Não se trata unicamente do número de homens, pois uma criança nascida num país rico e industrializado pesa muito mais sobre o planeta do que uma criança nascida em um país pobre. (Trilateral)[1662]

Naturalmente, a causa do problema é a ignorância na qual se encontra a sociedade sobre os meios a serem utilizados para reduzir a população humana a um nível significativamente inferior à capacidade limite da Terra; sequer sabemos qual é esta capacidade limite. (UNEP)[1663]

Deve-se: a) Executar programas de pesquisas visando melhor compreender como a capacidade limite da Terra é condicionada pelos sistemas naturais, tais como os ciclos bioquímicos, o sistema atmosfera/hidrosfera/litosfera/criosfera, a biosfera e a diversidade biológica, o sistema agro-ecológico e outros sistemas terrestres aquáticos; (ONU, Conferência do Rio)[1664]

Estabilizar a população mundial

Nenhum objetivo é mais crucial do que este para remediar a crise ambiental. […]

Porém, o essencial para inverter a tendência à destruição, e para iniciar o processo de restauração e de regeneração, é mudar fundamentalmente de atitude e pôr fim à pressão constante exercida nos solos pelo crescimento da população, pela ganância, pelas idéias de curta visão e pelo desenvolvimento anárquico. […]

Qualquer criança nascida no mundo industrial, com seu modo de vida tão comumente ‘consumista’, terá, em média, um impacto infinitamente mais destruidor do que uma criança nascida em um país em via de desenvolvimento. (Al Gore)[1665]

No entanto, podemos afirmar que tal limite [à absorção de uma combinação de todos os poluentes] *existe*, e que ele já ultrapassou em alguns pontos precisos. O melhor meio de atingir globalmente este limite é deixar-se seguir simultaneamente a expansão demográfica e as atividades poluentes de cada indivíduo. (Clube de Roma)[1666]

Todas essas angústias não podem ser levadas a sério quando lembramos que Aristóteles, em sua época, já temia que as cidades pudessem ficar povoadas demais para serem governadas: “uma população que alcance um número muito elevado não se presta a uma boa ordem”.[1667] Platão afirmava que “Para que esta ordem subsista indefinidamente, é preciso dizer também que o número de lares, hoje por nós delimitados [5.040], deve permanecer sempre o mesmo, sem crescer e nem mais diminuir”.[1668]

Como mostramos em detalhes na segunda parte desta obra, os limites do planeta não têm sido atingidos em parte alguma: nem o estado dos recursos naturais nem a poluição justificam semelhante estimativa. Não é, aliás, difícil de imaginar a agitação midiática que viria acompanhada de tal acontecimento. Vimos também que a noção mesma de *limite do planeta* ou de *capacidade limite* negligencia o desenvolvimento do saber e não corresponde, portanto, a nenhuma realidade, como o último texto da ONU citado deixa entrever. A propaganda mundialista desenvolve, então, um outro tema destinado a justificar sua luta contra a população: o crescimento da população reduzirá o capital disponível para cada indivíduo e, assim, frearia o desenvolvimento econômico.

> A Conferência [do Cairo] de 1994 reconheceu expressamente um mandato mais amplo sobre as questões relativas ao desenvolvimento, do que as conferências anteriores sobre a população, refletindo uma tomada de

> consciência do fato de que a população, a pobreza, os modos de produção e consumo e outras ameaças pesando sobre o meio ambiente, são questões tão estreitamente imbricadas, que nenhuma dentre elas pode ser examinada separadamente. […]
>
> Os esforços dedicados a frear o crescimento da população, reduzir a pobreza, fazer o progresso econômico, melhorar a proteção do meio ambiente e restringir os modos de consumo e produção não viáveis, reforçam-se mutuamente. Uma desaceleração no crescimento populacional permitiu a inúmeros países dispor de um pouco mais de tempo pra se preparar e fazer face a futuros avanços demográficos. Esses países se encontram, desde então, mais capazes de atacar a pobreza, de proteger o meio ambiente ou de reparar os danos por ele sofridos, além de lançar as bases de um desenvolvimento durável. É suficiente ganhar ao menos dez anos na marcha para a estabilização das taxas de fecundidade para obter uma melhora considerável de qualidade de vida. (ONU, Conferência do Cairo)[1669]

Aliás, as preocupações igualitárias não estão em falta. Por isso, *Limite ao crescimento?* afirma que "o crescimento exponencial da população e do capital faz apenas crescer o abismo que separa os ricos dos pobres em escala mundial", e que "o maior de todos os obstáculos a uma distribuição mais equitativa dos recursos mundiais é o crescimento populacional".[1670]

Mas não podemos evitar ressaltar, acessoriamente, que apesar do aumento da população mundial, o nível de vida médio foi elevado de forma considerável:

> Apesar do aumento da população, que passou de 2,5 bilhões de indivíduos para 5,5 bilhões, a renda individual média é aproximadamente três vezes mais elevada do que aquela de 1950. (Comissão sobre a Governança Global, 1995)[1671]

Com efeito, as estatísticas econômicas não mostram ligação alguma entre o crescimento demográfico e o nível de vida,[1672] o desenvolvimento econômico[1673] ou a taxa de investimento.[1674] De fato, se nos restringirmos aos países em desenvolvimento, China e Coréia do Sul são os mais populosos e os que têm o maior crescimento.[1675]

São de duas ordens os mecanismos que explicam esse fenômeno surpreendente. Em primeiro lugar, nos países mais desenvolvidos, a "diluição" do capital é contrabalanceada pelo:

> suplemento de trabalho fornecido pelos ascendentes, o estímulo suplementar que recebe o investimento agrícola e industrial [dado que o tamanho do mercado aumenta], o desenvolvimento de infra-estrutura social [que não pode ser nem realizado nem financiado nos países menos povoados] e de outras economias de escala.[1676]

Outro fator é o saber, a imaginação, o trabalho intelectual dos homens, o gênio dos inventores. Eles são os primeiros de todos os recursos e crescem com a população.[1677]

No sentido inverso, o aumento do nível de vida,[1678] a introdução da televisão e da escolarização em massa[1679] levou a uma baixa na fecundidade dos países em desenvolvimento. Esse fenômeno de "transição demográfica" garantiu que a população mundial não continuasse a crescer infinitamente.

Le Monde, jornal oficial dos bem-pensantes, publicou recentemente os resultados de um estudo realizado para o Fundo das Nações Unidas para a População (Fnuap). O estudo mostrou que o impulso demográfico "diminuiu, está diminuindo e pode continuar a diminuir no decorrer das próximas décadas".[1680] A curva reproduzida mostrou que a população mundial deveria alcançar onze bilhões de indivíduos no ano de 2050 (ou, segundo o artigo, nove bilhões). O relatório da Fnuap sustenta também que uma juventude numerosa procuraria um "dividendo demográfico" ou " bônus demográfico".

Portanto, as campanhas mundialistas de luta contra a "superpopulação" não são ditadas nem pelas considerações ecológicas nem por imperativos demográficos ou econômicos. Suas verdadeiras motivações se articulam em torno dos três seguintes temas, puramente políticos, filosóficos ou religiosos: modificação da concepção de homem, submissão total do indivíduo ao Estado e o controle completo da sociedade.

Para melhor evidenciar a modificação da concepção de homem, induzida pela retórica da superpopulação e pela mudança de paradigma por ela provocada, podemos recordar uma declaração, muitas vezes repetida, feita por Jacques-Yves-Cousteau, um dos homens mais célebres do planeta:

> Todo mundo está convencido disto: o crescimento da população não pode continuar assim, anarquicamente, de um modo canceroso. […]

> Iremos eliminar os sofrimentos, as doenças? A idéia é muito bela, mas talvez não seja inteiramente benéfico em longo prazo. Teme-se que, assim, se comprometa o futuro da nossa espécie.
>
> É terrível dizer. Mas é preciso que a população mundial se estabilize, e para isso será preciso eliminar 350.000 homens por dia. (UNESCO Courrier)[1681]

Interrogamo-nos, então, sobre a concepção de homem e seu próximo concebida por aqueles que, como Cousteau, pensam que a Terra só pode suportar cerca de 700 milhões de pessoas,[1682] ou seja, um oitavo da sua população atual, e que o resto é, portanto, *inútil* ou supérfluo, visto que seria "preciso eliminar 350.000 homens por dia". Como olhar para os pobres, os fracos, os enfermos, os doentes, as pessoas com idade avançada, os "subdesenvolvidos" e até mesmo todos esses desempregados que não têm a chance de ser, sob os brilhos da mídia, o que foi o célebre oceanógrafo, ou então entronizado em um vasto escritório numa dessas organizações internacionais? Poderíamos novamente olhar com compaixão para o nosso próximo, deixado semimorto no caminho pelos salteadores? Não seria melhor dar-lhe uma "boa morte", evitar que sofra em vão e livrar o planeta de uma vida inútil, ou propriamente, nociva? Como também se preparar para acolher uma vida, uma criança que nasce, e não ver nela um peso esmagador tanto para sua família quanto para a coletividade da Terra? "Para dizer as coisas de forma clara, uma explosão não controlada do crescimento da

população torna-se cancerosa. […] O crescimento do consumo, assim como o câncer, pode se tornar uma espécie de doença”. (UNEP)[1683]

O mito da superpopulação facilita, então, os caminhos tomados pelos demônios, dos quais a humanidade não tem aprendido a se defender: aborto, eugenia e eutanásia. A mudança de paradigma, desta forma operada, vai de encontro à caridade, ao amor supernatural ao próximo e, portanto, diretamente contra a palavra divina: “Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a”. Ao amor natural ao próximo, que parece substituir a caridade, opõem-se os pretendidos limites do planeta – ofensa feita ao Criador –, que servem para justificar uma tenebrosa onda de ódio homicida e de mentiras. Não é mais o homem, criado à imagem de Deus, que se deve defender, mas a Terra, Gaia, a Natureza, as árvores e os animais. Tanto isto é verdade que o homem, abandonado à sua natureza ferida, torna-se facilmente um joguete de forças infernais.

Este homem, desprovido de sua dignidade, da sua imagem de Deus, pode hoje ser relegado ao nível de “pequeno parafuso no pensamento do presidente Mao”[1684] ou dos mundialistas. O Estado, ele mesmo submetido às instituições internacionais, pode fazer o que bem entender deste ser excedente, que polui, que na primeira deficiência, poderá ser enviado para “outros planos da existência”. O controle completo do indivíduo

pelo Estado encontra uma justificativa midiática constante. Os valores religiosos podem, então, ser abertamente atacados sob o pretexto de uma educação sexual que terá de transmitir, entre outras coisas, a falaciosa noção de "capacidade de concepção"[1685] de um ecossistema, capacidade de "tolerar um determinado número de indivíduos de cada espécie que o compõe".[1686] Considera-se, portanto, o abortamento e a esterilização dos indivíduos como métodos de contracepção aceitáveis, posição que a Igreja Católica teve de condenar enquanto ela se propagava e era afirmada com força.[1687] Mas erroneamente se pensaria que somente os católicos praticantes teriam de sofrer com a política mundialista. Todos serão afetados e, desde 1974, um documento secreto emitido pelo Departamento de Estado Americano (equivalente ao nosso ministério das Relações Exteriores), destinado à Casa Branca,[1688] mencionava um programa totalitário que, veremos, desde então jamais fora abandonado.

> Existe uma outra perspectiva, segundo a qual um número crescente de especialistas acredita que a questão da população é, doravante, mais séria e menos suscetível de ser resolvida por ações voluntárias do que geralmente se acreditava. Segundo esta perspectiva, para evitar as penúrias alimentares ainda mais generalizadas, assim como outras catástrofes demográficas geralmente esperadas, será necessário tomar medidas ainda mais fortes e abordar os problemas morais fundamentais e muito espinhosos. Entre eles se encontram, por exemplo, nossos próprios modos de consumo, os programas obrigatórios [sem especificar detalhes] e um severo controle de

> nossos recursos alimentares. No que diz respeito à importância dessas questões, o executivo, o Congresso e a ONU deveriam rapidamente delas se apropriar explicitamente.[1689]

A vontade de submeter as populações aos “programas obrigatórios” se encontra em um trabalho já citado do CFR:

> Seria possível, em um mundo sujeito a um rápido crescimento de sua população, não limitar a liberdade em algumas áreas? […]
>
> Os principais problemas impostos pelo crescimento populacional estão, naturalmente, fora da competência dos demógrafos. Eles tocam problemas políticos, tal como o controle social […]
>
> Como um demógrafo colocou com realismo, tornar-se-á necessário escolher aqueles que se autorizará morrer. A previsão das taxas de mortalidade se transformará em um problema normativo, ligado às escolhas políticas e aos métodos utilizados para hierarquizar as diferentes prioridades coletivas.[1690]

Ainda mais recente, o tema da limitação da liberdade individual era retomado em um trabalho editado pelo diretor da UNEP:

> Uma vez que a densidade populacional aumenta, as perdas de liberdade são inevitáveis.[1691]

Todos os álibis midiáticos para um controle completo da sociedade estão hoje em vigor. A demografia se encontra realmente no centro de uma rede de interações sistêmicas, invocar-se-á a alegada superpopulação para justificar a socialização de todas as atividades.

> Todas as atividades humanas, tanto a dos indivíduos como a das coletividades ou dos países, influem sobre o movimento da população, o modo e a intensidade da utilização dos recursos naturais, o estado do meio ambiente, assim como o ritmo e a qualidade do desenvolvimento

> econômico e social, e são influenciadas por esses fatores. Geralmente se reconhece que a persistência da pobreza generalizada e a existência de graves desigualdades entre os grupos sociais e os sexos têm uma grande influência sobre os parâmetros demográficos, tais como o crescimento, a estrutura e distribuição da população, e são, por sua vez, influenciados por eles. Da mesma forma se reconhece que os modos de consumo e de produção não-viáveis contribuem para uma utilização não-viável dos recursos naturais e a degradação do meio ambiente, assim como o agravamento das desigualdades sociais e da pobreza, com os efeitos supramencionados sobre os parâmetros demográficos. (ONU, Conferência do Cairo)[1692]
>
> Princípio 5
>
> O desenvolvimento durável, como meio de assegurar um nível de bem-estar distribuído com equidade entre todos hoje e no futuro, exige que as relações entre população, recursos, meio ambiente e desenvolvimento sejam plenamente reconhecidos, corretamente gerenciados e equilibrados de maneira harmoniosa e dinâmica. (ONU, Conferência do Cairo)[1693]

Considerou-se por um tempo utilizar o mito da superpopulação para passar os recursos alimentares americanos para o controle internacional, empregando a arma alimentar, racionar o alimento nos Estados Unidos e impor uma política de controle da população. É preciso se lembrar, lendo as linhas que seguem, que a ajuda alimentar arruína os agricultores locais, que devem obrigatoriamente continuar a vender sua produção enquanto há a ajuda fornecida gratuitamente aos consumidores. A ruína dos agricultores locais transforma, deste modo, um ligeiro déficit conjuntural, geralmente devido às guerras, em uma profunda desorganização estrutural.

> Segundo esta escola de pensamento [que sustenta a ‘outra perspectiva’ já

> mencionada], as questões seguintes devem ser abordadas: […]
> – Os Estados Unidos deveriam definir metas de produção agrícola mais elevadas que lhes permitiriam fornecer importantes recursos alimentares adicionais aos países estrangeiros? Esses recursos suplementares deveriam ser controlados no nível nacional ou internacional?
> – Sobre qual base esses recursos alimentares seriam repartidos? O alimento seria considerado como um instrumento de poder nacional? Seríamos forçados a fazer escolhas quanto aqueles que podemos razoavelmente ajudar? Sendo isto, os esforços de redução da população deverão fazer parte dos critérios fixados para distribuição de ajuda alimentar?
> – Os Estados Unidos estão preparados para aceitar um racionamento de seus alimentos para ajudar nações que não podem ou não querem controlar o crescimento de sua população?
> – Os Estados Unidos deveriam tentar mudar seus próprios modos de alimentação para alcançar uma utilização mais eficaz das proteínas?
> – As medidas obrigatórias de controle populacional são adaptadas aos Estados Unidos e/ou a outros países?
> – Os Estados Unidos deveriam lançar um vasto programa de pesquisas relacionadas com os crescentes problemas de água potável, de degradação ecológica e de hostilidades climáticas? (Departamento de Estado americano, 1974)[1694]

Nos nossos dias, o mito da superpopulação é utilizado para fazer acreditar em uma escassez de terras aráveis e de matérias-primas, ela mesma utilizada para justificar intervenções nos campos das finanças, do comércio internacional, do direito, das instituições, etc. Esse tema será desenvolvido quando abordarmos o controle do setor primário.

> Um aumento importante da população ou da demanda consumidora combina-se com os diferentes arrendamentos rurais, a facilidade do acesso ao capital, as modificações do comércio internacional, as diversas leis sobre herança e os costumes para criar esquemas de utilização de terras, que

> variam em função da época e do lugar. As pesquisas sobre a interação desses fatores humanos, e a maneira como eles determinam a utilização da terra, melhorarão as nossas previsões relativas a esta utilização e da nossa compreensão das reações do homem às mudanças do meio ambiente. […]
> As diferentes forças suscetíveis para determinar as modificações na utilização e cobertura da terra podem ser agrupadas em seis categorias: a população; o nível de vida; a tecnologia; a economia política; a estrutura política; e os valores e atitudes. (IGBP-HDP)[1695]

Enfim, a ideologia mundialista une a superpopulação com o efeito estufa para impor um controle de todas as atividades humanas: a superpopulação seria uma das causas principais do aquecimento global, as emissões de gases do efeito estufa seriam proporcionais à população.

> O importante crescimento da população mundial previsto, será um dos principais fatores do aumento esperado da emissão de gases do efeito estufa; é, portanto, essencial que as estratégias destinadas a lutar contra a mudança climática global incluam medidas visando a taxa de crescimento da população mundial. (IPCC)[1696]

> O nível futuro de emissões de gases do efeito estufa provenientes do setor energético dependerá principalmente da população, da receita, da estrutura e do rendimento da economia, e dos custos relativos e da abundância de diferentes fontes de energia. (IPCC 92)[1697]

Então, em um momento que a humanidade, finalmente livre da fome, sai da miséria, que orienta a atenção da mídia, e, conseqüentemente, aquela do grande público, para esses perigos menos reais do que nunca. Nota-se, aliás, a incoerência do discurso mundialista que sustenta, por um lado, que o aumento da população prejudica o crescimento – e, assim, evita a poluição excessiva –, e, por outro, afirma que é preciso limitar a população para

reduzir a poluição. Essas contradições não preocupam ninguém, tanto isto é verdade que as campanhas contra a poluição e a superpopulação não têm outros objetivos senão a coletivização insidiosa de toda a sociedade, a destruição da família e a estrutura que inevitavelmente se segue.

A coletivização das terras

Entre as ameaças mais preocupantes que pesam sobre a humanidade, figura o desaparecimento das terras aráveis devido à erosão e ao desmatamento. *Limite ao crescimento?* cita um documento da F.A.O., segundo o qual:

> ‘Na Ásia meridional… em algumas regiões do Extremo-Oriente, do Oriente Médio e na África do Norte, assim como certas regiões da América Latina e da África… não existe praticamente nenhuma possibilidade de aumentar a superfície das terras aráveis… Nas zonas mais secas, será preciso reconverter em pastos naturais as terras cujo rendimento é marginal ou submarginal. Na América Latina e na África subsaariana, ainda existe possibilidades consideráveis para a criação de novas terras aráveis, mas o preço do seu planejamento seria tão elevado que se julga mais econômico intensificar o rendimento das zonas atualmente cultivadas.’[1698] […]
>
> Admitindo que se pode utilizar integralmente a superfície das terras aráveis teoricamente disponíveis, e essas nas melhores condições possíveis, a falta de terra cultivável se fará sentir desesperadamente ainda antes do ano 2000, caso a população continue a crescer na taxa atual, e se não se chegar a satisfazer suas necessidades alimentares utilizando, para cada homem, uma superfície ainda inferior ao mínimo atual. […]
>
> Quando todas as terras já estiverem sendo utilizadas, será preciso escolher entre um crescimento populacional e um crescimento dos valores diários alimentares (VDA). Não é possível ter os dois de uma só vez.[1699]

Um dos modelos utilizados no *Limite ao crescimento?* previa uma “erosão quase total das terras aráveis e a fome” antes de 2100.[1700] Esta superstição é mantida por alguns autores. Soljenítsin se preocupa com a “escassez de água doce e de terras aráveis”,[1701] enquanto Jimmy Goldsmith se espantava com os efeitos da “agricultura intensiva: erosão e degradação dos solos”. [1702] As organizações internacionais têm o mesmo discurso. A fome ocorrida na Etiópia no início dos anos 70 se deu principalmente pela erosão provocada por “uma má utilização prolongada dos solos e um aumento da população e da pecuária que persistiu durante décadas”. (CMED)[1703]

> A degradação das terras em vastas áreas é atualmente o problema ecológico mais importante que se impõe aos países, tanto aos desenvolvidos quanto aos em desenvolvimento. A erosão do solo atinge particularmente os países em desenvolvimento, mas a salinização, o encharcamento, a poluição terrestre e a perda da fertilidade dos solos estão se agravando em todos os países. A degradação das terras é um problema grave, pois a baixa da produtividade de enormes extensões de terra coincide com o rápido crescimento da população, no momento em que se exige das terras sempre mais alimentos, fibras e combustíveis. Os esforços para frear a degradação das terras tiveram, até aqui, um sucesso muito limitado, em particular nos países em desenvolvimento. […]
>
> No ano 2025, 83% da população mundial que, segundo as previsões, corresponderá a 8,5 bilhões de habitantes, viverão nos países em desenvolvimento. Ora, a incerteza reside na capacidade dos recursos e das técnicas disponíveis para satisfazer as necessidades desta crescente população no que diz respeito aos gêneros alimentares e outros produtos agrícolas. […]
>
> A expansão das necessidades da população aumenta consideravelmente a pressão à qual estão sujeitos todos os recursos naturais, incluindo a terra.

(ONU, Conferência do Rio)[1704]

O clima e o meio ambiente global são também profundamente afetados pelas modificações trazidas à utilização das terras.

Durante os próximos dez ou vinte anos, as modificações trazidas à utilização das terras provavelmente continuarão a modificar muito mais profundamente o meio ambiente global do que a mudança climática. (IGBP)[1705]

As modificações trazidas à utilização das terras e à sua cobertura vegetal […] são os principais motores da mudança global. (HDP)[1706]

Elas são religadas às “modificações sistêmicas do meio ambiente, isto é, à mudança climática”.[1707] Com o aumento da irrigação e da fertilização cresce a emissão de metano, gás do efeito estufa. A modificação da cobertura vegetal e da utilização de terras provoca um aumento no teor de gás carbônico[1708] (devido à desflorestação), uma alteração do ciclo da água (evapotranspiração) e uma modificação do albedo do planeta (e, portanto, da qualidade de energia solar diretamente refletida).

A “comunidade internacional” tem se comprometido a reagir. O Conselho das Comunidades Européias decidiu que “a Comunidade deveria tomar o seu lugar no esforço internacional, visando para a destruição das florestas tropicais úmidas e o processo de desertificação”.[1709]

A principal ferramenta empregada é a planificação da utilização das terras, que, na URSS, deu os resultados que bem conhecemos. É verdade que agora se pretende

empregar as técnicas não-aversivas, contentando-se em modificar o potencial de situação: toda liberdade será dada aos agricultores, dentro dos limites fixados pelas instituições internacionais. O liberalismo é necessário no nível dos executores para engajá-los nos comportamentos planificados. O coletivismo é realizado no mais alto nível, de maneira sistêmica, pela manipulação das regras e dos "imperativos" ecológicos da gestão de terras.

Desde 1978, ainda que o efeito estufa e a mudança global não fossem evocados, um relatório publicado pelo CFR dizia que:

> a densidade populacional aumentando, todos os países ricos do mundo deverão se orientar para uma utilização mais restritiva das terras e para políticas de planificação econômica.[1710]

Os alegados problemas ecológicos globais permitiram renovar a retórica totalitária mundialista. O CMED ressalta

> a necessidade de planificar a utilização dos solos nos países em desenvolvimento, assim como, e ainda mais urgente, garantir que os planos sejam efetivamente aplicados e respeitados.[1711]

O relatório da Conferência do Rio descreve com detalhes a necessidade de uma planificação rigorosa da utilização das terras. Um capítulo é todo consagrado à "concepção integrada da planificação e da gestão de terras". Cinco outros descrevem a "luta contra o desmatamento" e "contra a desertificação e a seca", a "valorização sustentável das montanhas", o

“desenvolvimento durável agrícola e rural” e a “promoção de um modelo viável de assentamentos humanos”. O imperativo principal é ter “uma visão global da planificação e da gestão de terras”.[1712]

> O que agora é preciso são programas bem planejados, de longo prazo, nacionais e regionais, de conservação e de regeneração das terras, com um firme apoio político e recursos financeiros suficientes. (ONU, Conferência do Rio)[1713]

A planificação da utilização das terras aparece como uma obsessão nesse relatório adotado, não esqueçamos, em sessão plenária na Conferência do Rio. Inúmeras páginas lhe são consagradas, detalhando sua implantação nos principais ecossistemas.[1714] Maurice Strong, que foi secretário das conferências de Estocolmo e do Rio, descreve o resultado desejado:

> Em longo prazo, é todo o conceito de assentamento humano que deverá ser repensado para incluir, não apenas a concepção e melhoramento dos meios de transporte, mas, de forma geral, a questão da utilização das terras e da planificação das cidades. A localização das habitações, dos lugares de trabalho e de lazer, assim como as vias de comunicação deve ser repensada. [1715]

A concreta realização dessas recomendações é confiada aos governos nacionais, assim como os programas científicos internacionais, tais como IGBP e HDP, que se encarregarão “de ajudar no desenvolvimento de uma classificação global da utilização da terra”[1716] e de “fazer recomendações sobre a utilização futura das terras do meio rural”.[1717]

A planificação da utilização das terras é naturalmente um problema transversal que permite ligar sistemicamente “o desenvolvimento econômico e social à proteção e sanitização do meio ambiente”.[1718] Ela permite integrar

> [por um lado] todos os fatores: ecológicos, econômicos e sociais (dos quais, por exemplo, a incidência das atividades de diversos setores econômicos e sociais para o meio ambiente e os recursos naturais) e, por outro lado, […] todos os outros elementos do meio ambiente e dos recursos (ar, água, biota, terras, recursos geológicos e naturais) considerados simultaneamente. (ONU, Conferência do Rio)[1719]

Todos esses fatores, assim como outros, estarão, portanto, sujeitos a um novo dirigismo, o plano ecológico:

> Os principais fatores regendo a utilização das terras são a situação demográfica e, em particular, o tamanho e a densidade da população; o nível tecnológico; o grau de riqueza; as estruturas políticas; os fatores econômicos como o sistema de mudanças e os direitos de propriedade; os valores e as atitudes.[1720]

O mesmo relatório inclui ainda “a estrutura do poder do escalão local em nível internacional”,[1721] “as estruturas e os processos sociais”,[1722] ao passo que “a população e sua distribuição ao redor do globo”[1723] e os “fatores institucionais”[1724] são mencionados no plano de trabalho do HDP para os anos de 1994-1995. A luta contra a erosão, a desertificação e a modificação da cobertura vegetal necessita, portanto, de uma verdadeira revolução sistêmica, cujas conseqüências totalitárias

curiosamente se aproximam dos objetivos comunistas: “Uma redistribuição das terras é particularmente necessária, lá onde os grandes domínios co-existem com um grande número de pequenas propriedades” (CMED).[1725]

Ora, apenas a burguesia pode pretender se opor ao Estado ou às instituições mundialistas.

> O objetivo visado é fornecer os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento dos assentamentos humanos através de uma planificação e de uma utilização ecologicamente racionais dos solos, a fim de assegurar o acesso a terra para todas as famílias e, eventualmente, para a promoção da propriedade e da gestão comunitárias e coletivas das terras. (ONU, Conferência do Rio)[1726]

Nenhum homem, por mais sábio que seja, nenhuma equipe, por mais numerosa e bem organizada que seja, não saberia integrar todos esses elementos, fazendo uma síntese para determinar as ações a serem colocadas em prática. Somente um modelo informático poderá fazê-lo A Conferência do Rio previu “Reforçar ou criar grupos de trabalhos técnicos internacionais, regionais e sub-regionais, tendo como objetivo, promover […] a distribuição dos modelos de simulação de produção”.[1727] O projeto GCTE[1728] da IGBP deve “melhorar a previsão dos efeitos da mudança climática, da composição atmosférica e da utilização da terra sobre os ecossistemas”,[1729] assim como a avaliação da sua retroação sobre o clima. Os modelos devem ter uma resolução de 50 quilômetros.

> Os modelos globais de utilização das terras e das modificações da cobertura vegetal são elementos fundamentais dos modelos quantitativos da mudança global. Os modelos informáticos permitem tratar as grandes quantidades de dados sociais, ou tendo relação com o meio ambiente, necessários para gerenciar e prever as modificações das terras […]. Eles podem ser utilizados nas 'experiências' políticas [simuladas informaticamente] estudando as conseqüências das reformas políticas, econômicas e sociais na utilização das terras. (IGBP)[1730]

Os modelos de utilização das terras devem "poder ser integrados em outros modelos globais".[1731] A resolução de dados é de 1 km x 1 km.[1732]

A amplitude desse projeto revolucionário nos força a retornar aos fatos, aos dados. A erosão das terras aráveis, a desertificação e a modificação da cobertura vegetal são todos fenômenos provados? E, sendo o caso, eles ameaçam realmente o meio ambiente global?

A modificação da cobertura vegetal influenciaria o clima global através das variações do albedo, de evapotranspiração[1733] e dos fluxos de calor associados. Portanto, ela nos ameaça apenas indiretamente, tanto que como fator agravante de um aquecimento, aparece apenas nas… simulações informáticas.

No que concerne à desertificação, nos contentaremos com o parecer do IGBP:

> Hoje somos incapazes de responder às questões mais simples, por exemplo: os desertos progridem? E, se é o caso, qual é a sua causa?[1734]

A questão da erosão das terras aráveis deve ser cindida em duas: a erosão é real? A produção agrícola será suficiente? O relatório da Conferência de Villach permite responder imediatamente a segunda questão:

> Os modelos de produção agrícola sugerem que, em muitas regiões, existem mecanismos de retroação que permitem à agricultura se adaptar às modificações do meio ambiente. Nessas zonas, a produção alimentar parece, em longo prazo, ser mais sensível à tecnologia, aos preços ou às mudanças política do que às variações do clima [provocadas pelo efeito estufa, reputando uma importante desertificação, ainda mais nociva do que uma simples erosão]; ora, esses fatores são em grande parte controláveis, ainda que o clima não seja.[1735]

O CMED também nota[1736] que o aumento das superfícies cultivadas entrava apenas para uma pequena parte no crescimento da produção agrícola, "ela é, sobretudo, devido a um crescimento fenomenal da produtividade"[1737] ligada à utilização de novas sementes, permitindo culturas múltiplas com o emprego de fertilizantes químicos e pesticidas, além do aumento das superfícies irrigadas – todos fatores que dependem, em última análise, do trabalho do homem. A superfície das terras aráveis não é apenas um fator secundário. Mas ela tem diminuído?

Para melhor responder a esta questão, remetemo-nos ao notável trabalho de Julian Simon, *Population Matters*.[1738] Nesta obra, o autor compila os resultados de diversos trabalhos, provenientes de diversas fontes, que provam que a superfície arável *aumenta* regularmente.

Entre 1950 e 1960, ela cresceu 9% para os 87 países que tinham dados disponíveis (e que representam 73% das novas superfícies)[1739] Os números da FAO mostram que entre 1961-65 e 1974, a superfície das zonas cerealíferas permanentes passou de 1.403 para 1.507 milhões de hectares.[1740]

Jacqueline Kasun, em uma obra de referência[1741] consagrada ao mito da superpopulação, chega às mesmas conclusões. Citando inúmeras fontes, ela mostra que nosso planeta pode suportar, para mais de 35 bilhões de indivíduos, o regime alimentar dos americanos; ou ainda, para mais de 100 bilhões de homens, o regime mais leve dos japoneses.[1742] Metade das terras ainda permaneceria sem uso, e poderia servir para preservar a natureza.

A confissão final é fornecida pelo Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP):

> Em escala mundial, não parece haver falta de terras teoricamente aptas para a produção de alimentos, inclusive para uma população final estabilizada em 14 bilhões de habitantes. O estudo da FAO/FNUAP de 1982, sobre a capacidade de sustentação demográfica, que continua a ser único do seu gênero até o momento, estimou que as terras dos países em desenvolvimento – excluindo a China – seriam capazes, em teoria, de alimentar uma população de 33 bilhões de habitantes. (FNUAP)[1743]



A modificação da cobertura vegetal não tem mais efeito sobre o clima do que as emissões de CO_2. Segundo o IGBP, nada sabemos sobre a desertificação (versão

violentamente contestada por certos autores que denunciaram o mito da extensão dos desertos).[1744] O recente aumento da produção agrícola é devido principalmente ao crescimento da produtividade; a superfície de terras aráveis progride. No entanto, a Conferência do Rio afirma que "a degradação das terras em vastas áreas é atualmente o problema ecológico mais importante que se impõe aos países, tanto aos desenvolvidos quanto aos em desenvolvimento". Ela recomenda pôr em prática uma planificação global de utilização das terras aráveis, guiada por modelos informáticos que nem mesmo os seus inventores poderiam controlar. Mas admitamos por um instante que esses problemas sejam reais, e que não foram criados a partir do zero para levar à "promoção da propriedade e da gestão comunitárias e coletivas das terras". Bem, uma planificação "sovietóide", totalitária e mundialista seria a melhor solução a se tomar?

1650. Tradução: *Bíblia de Jerusalém, op. cit.*
1651. *L'Evangile face au désordre mondial*, Paris, Fayard, 1997. Prefácio do cardeal Ratzinger.
1652. *La dérive totalitaire du libéralisme*, Paris, Editions Universitaires, 1991.
1653. *L'enjeu politique de l'avortement*, Paris, OEIL, sem data.
1654. *Les limites de la planète*, Paris, Flammarion, 1994.
1655. San Francisco, Ignatius Press, 1988.
1656. New Brunswick (USA) e London (UK), Trasaction Publishers, 1990.
1657. *Rapport de la Conférence internationale sur la population et le dévelopment, op. cit.*, p. 6. 179 países e 52 organizações internacionais participaram desta conferência.

1658. *Ibid.*, p. 19.
1659. *Our Global Neighborhood, op. cit.*, p. 145.
1660. *Ibid.*, p. 19.
1661. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26 (Vol. IV), p. 51.
1662. *Beyond Interdependence, op. cit.*, p. 21.
1663. *Ethics & Agenda 21, op. cit.*, p. 67.
1664. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26/Rev.1 (Vol. I), p. 446.
1665. Al Gore, *Salver la planète Terre*, *op. cit.*, p. 273, 120, 274.
1666. *Halte à la croissance ?, op. cit.*, p. 196.
1667. Aristóteles, *A Política*, Paris, Vrin, 1989, VII, 4, 1326 *a* 31, p. 484.
1668. Platão, *As leis*, 740 b. Ver também 737 e.
1669. Conferência do Cairo, ONU, *op. cit.*, A/ CONF.171/13/Rev.1, p. 7, 16 e 17.
1670. *Halte à la croissance ?, op. cit.*, p. 282.
1671. *Our Global Neighborhood, op. cit.*, p. 139.
1672. Hervé Le Bras, *Les limites de la planète*, *op. cit.*, p. 49.
1673. Julian Simon, *Population Matters, op. cit.*, p. 9, 45, 49. Jacqueline Kasun, *The War Against Population, op. cit.*, p. 48.
1674. *Ibid.*, p. 52 *sq*.
1675. Herve La Bras, *Les limites de la planète*, *op. cit.*, p. 49 ; Jacqueline Kasun, *The War Against Population, op. cit.*, p.48 *sq*. e Julian Simon, *Population Matters, op. cit.*, p. 469 *sq*.
1676. Julian Simon, *Population Matters*, *op. cit.*, p. 49.
1677. *Ibid.*, p. 53, 315, 470.
1678. Conferência do Rio, *op. cit.*, A/CONF.151/26 (Vol. IV), p. 65; Conferência do Cairo, ONU, *op. cit.*, A/CONF.171/13/Rev.1, p. 14 e Michel Schooyans, *La dérive totalitaire du liberalisme, op. cit.*, p. 180.
1679. *Ibid.*, p. 18.
1680. Hervé Kempf, L’explosion démographique de la planète n’aura pas lieu, *Le Monde*, 3 de setembro de 1998, p. 2. Citando: *Etat de la population mondiale,* Fnuap, 1998.
1681. Entrevista de Jacques-Yves-Cousteau, *Courrier de l’UNESCO*, novembro de 1991, p. 8-13. [O *UNESCO Courrier* é uma revista mensal publicada pela organização – NT].
1682. Demain la terre, dossier n. 11 du *Nouveau Observateur*, Paris, 1992, p. 4-7.
1683. *Ethics & Agenda 21, op. cit.*, p. 36.

1684. Ismail Kadaré, *Le concert*, Fayard, 1989. Citado de memória.
1685. *Tendances de l'éducation relative à l'environnement, op. cit.*, UNESCO, p. 30.
1686. *Ibid.*
1687. Conferência do Cairo, *op. cit.*, A/CONF.171/13/Rev.1, p. 142.
1688. *Implications of Worldwide Population Growth for U.S. Security and Overseas Interests*, Department of State, NSSM 200/1974, 10 de dezembro de 1974.
1689. *Ibid.*, Executive Summary, p. 23 *sq.*
1690. *Six Billion People, op. cit.*, p. 122, 8, 179.
1691. *Ethics & Agenda 21*, UNEP, *op. cit.*, p. 23.
1692. Conferência do Cairo, ONU, *op. cit.*, A/CONF.171/13/Rev. 1, p. 14.
1693. *Ibid.*, p. 11.
1694. *Implications of Worldwide Population Growth for U.S. Security and Overseas Interests*, Department of State, *op. cit.*, p. 118 *sq*.
1695. B.L. Turner II *et al.*, *Relating Land Use and Global Land-Cover Change*, IGBP Report n. 24, HDP Report n. 5, *op. cit.*, 5, 22.
1696. IPCC, *Climate Change; The IPCC Response Strategies, op. cit.*, p. xxvii. Ver também p. xxxv, xlv.
1697. IPCC, *Climate Change 92, op. cit.*, p. 83. Ver também p. 73, 93.
1698. UN Food and Agriculture Organization, Provisional Indicative Worl Plan for Agricultural Development, Roma, UN Food and Agriculture Organization, 1970, 1: 41.
1699. Donella H. Meadows *et al.*, Janine Dalaunay, *Halte à la croissance ?*, *op. cit.*, p. 168 Isq., *197.*
1700. *Ibid.*, p.248.
1701. Alexander Soljenitsyne, Le discours du Liechtenstein, *L'Express*, 23 de setembro de 19993, *op. cit.*
1702. Jimmy Goldsmith, *Le piège*, *op. cit.*, p. 82. Ver p. 158.
1703. Comission mondiale sur l'environnement et le développement, *Notre avenir à tous, op. cit.*, p. 348 *sq*.
1704. *Rapport de la Conférence des Nations Unies sur l'environnement et le développement*, Rio de Janeiro, Vol. I, *op. cit.*, p. 198, 184, 195.
1705. *IGBP in Action: Work Plan 1994-1998*, report n. 28, Stockholm, IGBP, 1994, p. 16.
1706. *HPD Work Plan 1994-1995*, HPD, Genève, 1994, p. 9. Ver também p. 12 e 7.

1707. B.L. Turner II *et al*., *Relating Land Use and Global Land-Cover Change*, IGBP Report n. 24, *op. cit.*, p. 9. Ver p. 17.
1708. *IPCC 92*, p. 31. Ver também *IPCC 90*, p. 304, 301.
1709. Council Resolution of 21 June 1989 on greenhouse effect and the Community (89/C 183/03), *Official Journal of the European Communities*, N. C 183/4-5.
1710. *Six Billion People*, *op. cit.*, p. 146.
1711. Comission mondiale sur l'environnement et le développement, *Notre avernir à tous*, *op. cit.*, p. 271.
1712. *Raport de la Conférence des Nations Unies sur l'environnement et le développement*, Rio de Janeiro, Vol. I, *op. cit.*, p. 166.
1713. *Ibid.*, p. 198.
1714. *Ibid.*, p. 81, 82, 84, 93, 129, 130, 163, 180, 184, 185, 195, 196, 197.
1715. *Climate Change, Environment and Development. World leader's viewpoint*, *op. cit.*, p. xxii.
1716. *IGBP in Action: Work Plan 1994-1998*, report n. 28, *op. cit.*, p. 77.
1717. Martin F. Price, *report of the internation Social Science Council Scientific Symposium on the Human Dimensions of Global Evironmental Change*, UNESCO/ISSC, *op. cit.*, p. 16.
1718. *Rapport de la Conférence des Nations Unies sur l'environnement et le developpement*, Rio de Janeiro, vol. I, *op. cit.*, p. 129.
1719. *Ibid.*, p. 130.
1720. B.L. Turner II *et al*., *Relating Land Use and Global Land-Cover Change*, IGBP Report N. 24, *op. cit.*, p. 7 e 62.
1721. *Ibid.*, p. 21.
1722. *Ibid.*, p. 11. Ver também: *Ibid.*, p. 22 *sq*. e *IGBP in Action: Work Plan 1994-1998*, report n. 28, *op. cit.*, p. 16 e Matin F. Price, *Report of the International Social Science Council Scientific Symposium on the Human Dimensions of Global Envoronmental Change*, UNESCO/ISSC, *op. cit.*, p. 15 *sq*.
1723. *HPD Work Plan 1994-1995*, HPD, *op. cit.*, p. 1.
1724. *Ibid.*, p.10.
1725. Commission mondiale sur l'environnement et le développement, *Notre avenir à tous*, *op. cit.*, p. 170.
1726. *Rapport de la Conférence des Nations Unies sur l'environnement et le développement*, Rio de Janeiro, vol.I, *op. cit.*, p. 81.
1727. *Ibid.*, p. 196.

1728. GCTE : Global Change and Terrestrial Ecosystems ; Mudança global e ecossistemas terrestres.
1729. *IPCC 90*, p. 322.
1730. B.L. Turner II *et al. Relating Land Use and Global Land-Cover Change*, IGBP Report No. 24, *op. cit.*, p. 46 *sq*.
1731. *Ibid.*, p. 47.
1732. *Ibid.*, p. 48.
1733. *IPCC 90*, p. 85.
1734. B.L. Turner II *et al. Relating Land Use and Global Land-Cover Change*, IGBP Report No. 24, *op. cit.*, p. 5.
1735. *Report of the conference on the assessment of the role of carbon dioxide and the other greehouse gases in climate variations and associated impacts*, WMO-n. 661, ICSU, UNEP, WMO, *op. cit.*, p. 22.
1736. Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, *Notre avenir à tous, op. cit.*, p. 143-144.
1737. *Ibid.*, p. 143.
1738. Julian Simon, *Population Matters, People, Resources, Environment and Immigration, op. cit.*
1739. *Ibid.*, p. 41, 361.
1740. *Ibid.*
1741. Jacqueline Kasun, *The War Against Population, op. cit.*
1742. *Ibid.*, p. 35.
1743. *Estado de la población mundial. 1990*, FNUAP, New York, 1990. Citado por Michel Schooyans, *La dérive totalitaire du libéralisme, op. cit.*, p. 79.
1744. Ver sobre esse assunto: Bill Forse, The myth of the marching desert, *New Scientist*, 4 February 1989, p. 31-32; Julian L. Simon, Resources, Population, Environment: An Oversupply or False Bad News, *Science*, vol. 208, 27 june 1980, p. 1431-1437 e Hervé Le Bras, *Les limites de la planète, op. cit.*, p. 89, 314.

CONCLUSÃO

Esta conclusão só pode ser aberta com lamentações; lamentos do autor por não ter podido abordar certos pontos fundamentais, ou da atualidade, para não cansar a paciência do leitor, que fora severamente posta à prova. O aspecto jurídico da revolução ecológica e mundialista tem sido destacado inúmeras vezes, sem que o assunto seja tratado de forma específica.[1745] Mas seria necessário um livro inteiro apenas para esse problema. “Ele tentará mudar os tempos e a Lei”,[1746] veiculando a norma social do Bem. O papel dos meios de comunicação, a característica *normativa* de seu discurso, que apenas os inconscientes ousam por em dúvida, mereceriam também um estudo aprofundado, cujos dois primeiros objetivos *práticos* seriam a elaboração de uma crítica decisiva, e de um discurso, de uma ideologia alternativa *socialmente aceitável*. Malgrado as aparências e os trabalhos anteriores, esse campo de investigação é imenso. O papel da educação na revolução ecológica só tem sido abordado indiretamente. Depois do *Maquiavel pedagogo*, pode-se resumir a questão desta forma: a revolução pedagógica, exposta naquele trabalho, deve veicular os valores, as

atitudes e os comportamentos ecologicamente “duráveis”, e impor o novo paradigma.[1747] Enfim, certos problemas ecológicos importantes não têm sido tratados: energia nuclear,[1748] amianto,[1749] DDT,[1750] dioxina,[1751] ozônio troposférico e etc. Apesar dessas lacunas, o autor acredita ter atendido os dois objetivos que estavam fixados: descrever a etapa atual da Revolução, que deve levar à edificação do Império ecológico, da Cidade terrestre; e mostrar como esta, querendo se elevar até o céu, procura realizar, aqui em baixo, a Cidade celeste.

A cidade terrestre

A revolução ecológica efetua a síntese de todas as forças progressivas, revolucionárias e anticristãs. Comunismo, terceiro-mundismos, capitalismo revolucionário, socialismo fabiano e Maçonaria se reencontram aqui em seu lugar geométrico. O comunismo, mais vivo do que nunca, renascido das cinzas, vivificado e revigorado pela *perestroika*. A luta de classes permite ao Estado dividir e dominar a sociedade – criando um Estado mais forte do que a sociedade. Em um momento dialético anterior, a ideologia mundialista, ecologista, enfatizou os problemas globais, que permitiam uma grande síntese sistêmica das sociedades previamente desarticuladas, e amplificam o processo totalitário de concentração de poder. Na prática, o Estado desaparece em face às instituições

internacionais. A retórica da soberania nacional terá sido apenas outro momento dialético, antitético, destinado a destruir os impérios tradicionais para chegar a uma síntese, que é a instauração de um governo mundial. O movimento dos “não-alinhados” vê satisfeitas todas as suas reivindicações, que, às vezes, são em parte fundadas na anulação da dívida, nas transferências tecnológicas, na abertura dos mercados dos países desenvolvidos, na ajuda crescente para o desenvolvimento, na criação de uma Nova Ordem econômica mundial. As altas finanças e o grande capital revolucionários, destruidores dos povos e das nações, expandem, para todo o planeta, o seu controle absoluto da economia. A *Montanha de Ferro* havia traçado o caminho para reconciliar a economia e a ecologia. O socialismo fabiano e maçônico, muito bem representado na ONU, vê o triunfo de suas instituições internacionais. Enfim, a Maçonaria, herdeira do paganismo e dos mistérios antigos, se aproxima de seu último objetivo religioso graças aos relevantes meios políticos da Arte Real.

Assim se estabelece, assim se estabeleceu um sistema totalitário. Nada mais temendo, agora que tudo lhes é permitido, os mundialistas podem expor às elites internacionais, atordoadas ou entusiasmadas, o discurso que detalhamos nesta obra. O controle que eles exercem sobre alguns dos principais setores da sociedade (finanças, economia, educação, mídia, etc.) irá

aprofundando conforme a *ideologia do Império* for amplamente divulgada. O exemplo dos cientistas, vítimas ou cúmplices da manipulação do efeito estufa, mostra o quanto a sociedade é impotente para se organizar e resistir às pressões das quais é objeto. Kennan vem nos advertindo: a salvaguarda do planeta estará sempre recomeçando; a Agência jamais terá preenchido o seu papel. Novamente os problemas ecológicos surgirão, aprofundando indefinitivamente o império do totalitarismo sobre o planeta. Às nações submissas, subjugadas pela ideologia da interdependência, deixar-se-á alguns feudos nos quais pavonear-se-ão marqueses de si, os homens-lígios cujos mestres são desconhecidos.

A guerra que nos deixa o mundialismo é, portanto, em primeiro lugar uma guerra *ideológica* – que se arrisca a ser ganha antes mesmo de que dela nos apercebamos! Ora, é mesmo nos âmbitos intelectuais que as lacunas são mais graves. A filosofia não é mais ensinada, a teologia escolástica desprezada e incompreendida, substituída por delírios patológicos que, em outros tempos, jamais lhes dariam atenção. Ademais, parece muito difícil, com ou sem o apoio dos meios de comunicação, expor e criticar as ferramentas intelectuais utilizadas pela revolução mundialista ecológica: teoria dos sistemas, a origem da utilização generalizada dos problemas globais; teoria do caos e técnicas não-aversivas, pelas quais os lobos se distinguem das ovelhas; manipulação do potencial de

situação, à base de toda ação sociológica; manipulação das leis impostas aos sistemas superiores, infinitamente distantes do comum dos mortais.

A ofensiva ecológica mundialista redefine inteiramente a problemática política. Seus objetivos já não são apenas econômicos, mas, antes, intelectuais, ideológicos, políticos e culturais. A importância do consenso ideológico atual, e já estabelecido ao redor das questões ecológicas, não deve ser subestimada. A esta redefinição dos objetivos revolucionários, junta-se a utilização de novas armas políticas, emprestadas da sociologia, da psicologia e da filosofia. O campo político está completamente subvertido, e a oposição, entre a direita e a esquerda, insignificante e obsoleta, parece ser mantida apenas para impedir a clara exposição dos problemas políticos do dia, de se expor o único inimigo: o mundialismo.

A Cidade celeste

Esta extraordinária construção intelectual e política, que porta de forma incontestável a marca do Adversário, desenvolve-se no plano espiritual. A revolução mundialista se disfarça de revelação ecológica e procede à *mudança de paradigma* esperado pela Nova Era. O Deus criador dos cristãos (e de todas as religiões monoteístas) é substituído pela Natureza. Da auto-organização do caos fértil, surgem todos os seres – e o

homem, relegado à periferia, não da criação, mas do mundo, rebaixado ao nível dos animais, ou ainda a um mais baixo, é tido como único ser prejudicial, tocado não pelo pecado original, mas por uma culpa ecológica. A própria natureza não é mais concebida como a obra do Criador, mas como a Mãe universal, Gaia, de onde tudo provém e que todos devem adorar. Assim, os elementos constitutivos de nossa *visão de mundo*, isto é, nossa concepção de Deus, do homem e da natureza, *elementos que nos foram legados pela cristandade e que hoje ainda persistem*, são diretamente agredidos pela ofensiva ecológica. A razão humana também é vítima desses ataques dirigidos contra o princípio de causalidade (e a intuição da Causa Primeira), que a teoria do caos e a teoria dos sistemas contradizem. Retorna-se ao pensamento mágico, outrora ilustrado pelo princípio da precaução, essencialmente *performático*: dado que aquilo pode ser, dado que dele falei ou pensei, logo aquilo é. Toda a herança intelectual e filosófica legada pela cristandade, ainda viva, mas sumariamente ignorada, sofre ameaça. Ora, vivemos desta herança, *nós somos ela*. Que nossa concepção de Deus, do homem e do mundo seja modificada, também seremos mudados, alienados.

A ecologia mundialista nega o pecado original. O homem e a natureza, naturalmente bons, são pervertidos pela sociedade industrial. Aqui, novamente nos encontramos na presença de um elemento desta herança

infinitamente preciosa que, além das aparências, sobreviveu intacta em alguns de seus componentes essenciais. As conseqüências do seu desaparecimento, que detalharemos agora, ficarão visíveis.

As mentalidades separadas dos últimos traços de cristianismo tornarão possível o retorno do culto da Terra – sob uma forma moderna, naturalmente. A ecologia tornar-se-á o princípio organizador da futura civilização sobre a qual será edificada a espiritualidade global, pura negação da graça e do sobrenatural cristãos. É um retorno ao eterno naturalismo, um retorno ao paganismo. Pois uma vez efetuada a mudança de paradigma, uma vez que o homem seja destituído de sua dignidade de ser criado e querido por Deus, o indivíduo desaparece necessariamente por trás da coletividade, e a coisa mais importante passa a ser salvaguardar o fundamento ecológico: a Terra, então elevada ao nível de Deusa-mãe. As conseqüências desta degradação são inelutáveis: totalitarismo, eutanásia, eugenia, aborto e etc. A oposição aos ecologistas não conseguirá impedir que o homem, rebaixado ao nível dos animais, não seja também submetido às manipulações genéticas e à clonagem.

Insiste-se, então, em uma deslocação do discurso político que invade o domínio religioso. A luta hoje se situa, primeiramente, nos terrenos filosófico, ideológico, cultural, ético, espiritual, teológico e religioso, deixando triunfar as idéias de Gramsci, a revanche da

“superestrutura”. Assiste-se, muitas vezes de forma inconsciente, à destruição das raízes da antropologia, da ética e da cultura cristãs. A expulsão da religião do âmbito político, a separação da Igreja e do Estado, também terá sido apenas um momento dialético. Com o catolicismo enfraquecido, reduzido politicamente a nada, é agora possível prosseguir a síntese, é possível reintroduzir a religião pagã no discurso político. A laicidade, puro engodo que agora tem sua vez, deve ser “revisitada”. A política e a ideologia são as ferramentas de uma revolução estritamente religiosa, de acordo com a estratégia *subversiva*, que sempre parte das conseqüências para atender às causas e aos princípios. Assim se instaura, pedaço por pedaço, esta espiritualidade global apoiada no culto da natureza. A criação já não deve ser respeitada porque é uma obra divina; toda a essência não deriva mais da essência divina, e não se pretende voltar atrás. Adorando, já não o Criador, mas a criatura, regressa-se ao naturalismo pagão, do qual se espera fazer um denominador comum para as diversas religiões. Mantém-se o equívoco, joga-se pela ambigüidade. Assim, enquanto os crentes pensam respeitar a obra de Deus, o naturalismo mundialista adora a criatura, a Terra-Mãe e a matéria – ou o anjo da Terra. O pecado original desapareceu nesse naturalismo, enquanto desponta a aurora da Nova Era.

A Igreja deverá, portanto, tirar as conseqüências dessas viravoltas políticas *e* religiosas. Já não será possível admitir por muito mais tempo a mitificação da laicidade, concebida desde sua origem como uma arma de guerra anticristã, e que agora deve desaparecer, pois seu trabalho está consumado. A Igreja deve fazer face a uma agressão insidiosa e violenta, ainda mais temível porque ela aparentemente se apóia sobre o bem comum: os problemas globais e a busca da paz universal. Essas questões principais servirão para reintroduzir o religioso no discurso público, para impor uma nova religião civil. Esperamos que a Igreja, confrontada por esta ameaça sem precedentes, possa, com a ajuda de Deus, transformar esta crise em uma oportunidade; que o perigo, mais presente do que nunca, provoque o retorno de muitas pessoas à Fé, e também será a oportunidade para uma nova evangelização. Para isso será preciso abandonar o discurso equívoco dos direitos do homem que, uma vez efetuada a mudança de paradigma, ficarão subordinados aos imperativos da coletividade. É necessário pregar o Evangelho, o sobrenatural cristão. Somente ele poderá ser o obstáculo à barbárie naturalista, somente ele transcende a extraordinária ideologia ecológica mundial. Pois se o universo se limita ao mundo material, nada tem precedência sobre a coletividade e, portanto, sobre os fundamentos ecológicos. O totalitarismo não-aversivo, a eutanásia, as manipulações genéticas, a clonagem, o

eugenia, o aborto, etc., se apresentam como necessidades científicas, impostas pelas restrições da sobrevivência já não dos indivíduos, mas da espécie e da biosfera. Somente o sobrenatural cristão e, em menor escala, o judaísmo, transcendem esta perspectiva horizontal e podem reinstaurar no homem a sua dignidade de imagem de Deus. Pois se o Cristo nos deu o poder de exorcizar os demônios, certamente não foi invocando os direitos do homem, mas o Seu Nome. Assim, a crise religiosa e política sem precedentes que se anuncia será também, para a Igreja, uma ocasião extraordinária. Os equívocos mantidos pelo Adversário acabarão por se dissipar e a oposição radical entre o naturalismo e o sobrenatural cristão, entre as duas Cidades, eclodirá no grande dia e todos os homens de boa vontade poderão vê-lo. A completa renovação da problemática política que evocamos anteriormente ainda se aprofunda e se multiplica a partir de uma crise religiosa – uma reconsideração da laicidade.

A revolução ecológica será a próxima tentativa da Cidade terrestre para substituir a Cidade celeste, para se elevar até o céu e construir o paraíso na Terra. O objetivo supra-ordenado proposto é o amor da natureza, uma paródia do amor de Deus que é o fundamento da Cidade celeste. A caridade, amor sobrenatural de Deus e do próximo, se vê profanada, substituída não pelo respeito da criação, mas pela idolatria da natureza. A paz

entrevista, paz com os outros homens, com outras sociedades, com os animais, plantas e a criação nada mais é do que uma falsificação da "paz da Cidade celeste, que é a comunidade perfeitamente ordenada e perfeitamente harmoniosa no deleitar-se de Deus e, ao mesmo tempo, em Deus".[1752] A aproximação entre as técnicas não-aversivas e a caridade se impõe, e Skinner não deixou de fazê-la: elas são o que os revolucionários podem perceber de mais elevado na caridade, naquilo que seu olhar se fixa. A manipulação do comportamento por meio das técnicas procedentes da teoria dos sistemas e da teoria do caos, das modificações das leis e do potencial de situação, forma a versão profana, naturalista, da teologia da libertação, da graça e da predestinação. Enfim, a vontade de instaurar uma espiritualidade global é atualmente exposta sem nenhum disfarce. A luta que a Cidade terrestre abre contra a Cidade celeste jamais fora tão feroz, a vontade de instaurar uma falsificação *espiritual*, jamais tão evidente.

A Cidade terrestre é edificada sobre "o amor de si até o desprezo de Deus"; ela "se glorifica em si mesma" e "busca sua glória junto aos homens". Já a Cidade celeste se funda sobre "o amor de Deus até o desprezo de si" e "se glorifica no Senhor".[1753] Se a primeira é verdadeiramente uma Cidade,[1754] lá onde não há justiça e não há República",[1755] "certamente não há uma multidão de homens reunidos na sociedade pelos

direitos reconhecidos e a comunidade de interesses”.[1756] Assim a Cidade terrestre é uma verdadeira Cidade, baseada em falsos princípios que não permitem edificar uma sociedade fundada sobre direitos reconhecidos e comunidade de interesses. Os “seres racionais [o são, no entanto] associados pela concorde comunidade de objetos amados”,[1757] mas não em torno da “verdadeira justiça”.[1758] Toda a diligência da Revolução ecológica se encontra aqui resumida: superar as críticas formuladas por Santo Agostinho, ensaiar fazer da Cidade terrestre uma sociedade verdadeira, baseada na justiça e no bem comum para substituir a Cidade celeste e tentar usurpar o trono de Deus. Ou ainda, edificar o templo maçônico. O amor de si até o desprezo de Deus já não será o princípio da Cidade terrestre que, buscando se elevar até o céu, o substitui pelo amor da Natureza até o desprezo de si, do homem criado à imagem de Deus. A Cidade terrestre já não se glorifica em si mesma, mas em seu Senhor da hora, a Natureza, antes que apareça Outro. Ela edificará uma sociedade universal pelos “direitos reconhecidos [de forma não-aversiva] e a comunidade de interesses [ou objetivos supra-ordenados].”

Esta tentativa prometéica é naturalmente fadada ao fracasso. Fundada sobre a mentira, a sedução das nações, sedução ecológica, não poderá instaurar senão uma falsa paz e apenas conseguirá edificar uma falsa Cidade celeste. Posto que o mal é a cobiça de um bem oposto ao

bem de Deus, a Revolução ecológica se apóia na subversão da verdadeira ecologia e no corte da sua verdadeira raiz: o respeito dado à obra do Criador. O respeito da natureza, privado de sua fonte transcendente, é, portanto, um bem natural fácil a opor ao bem de Deus. Esta omissão original se prolonga nas falsificações científicas que expusemos. Obra do pai da mentira, homicida desde o começo, esta construção intelectual, erigida na areia, está condenada à destruição quando a Verdade se manifestar.

"Permanece conosco, pois cai a tarde e o dia já declina".

1745. Ver sobre esse assunto: *Our Global Neighborhood, The report of the Commission on Global Governance, op. cit.;* Arthur S. Miller, *The Secret Constitution and the Need for Constitutional Change, op. cit.* e Edith Brown Weiss (Ed.), *Environmental Change and International Law, op. cit.*

1746. Dn 7, 25.

1747. Sobre a ecologia na educação: *Rapport de la Conférence des Nations Unies sur l'environnement et le développement, op. cit.*, p. 120, 127, 454, 455, 456, 457 ; *Relatório final*, Conferência Intergovernamental sobre Educação Relativa ao Meio Ambiente, organizado pela UNESCO com a cooperação do PNUE, Tbilissi (URSS), ED/MD/49, UNESCO, *op. cit.*; Quarta conferência dos ministros de educação dos Estados membros da região da Europa, Paris, 21 a 27 de setembro de 1998, *Relatório final*, UNESCO, *op. cit.;* Address by Mr. Federico Mayor, Director-General of the UNESCO at the opening of the World Congress for Education and Communication on Environment and Development (ECO-ED), *Education for Sustainnable Development: Taking up the Challenge of Rio*, Paris, UNESCO, DG/92/43; *International Strategy for Action in the field of Environmental Education and Training for the 1990s*, UNESCO, UNEP, *op. cit.; Tendances de l'éducation relative à l'environnement*, [B,36]ED.76/D.90/F, Paris, Unesco, *op. cit.; Changing Minds – Earthwise*, Paris, UNESCO, UNEP,

op. cit; assim como os relatórios do Programa internacional de educação relativa ao meio ambiente, UNESCO-PNUE.
1748. Y. Lecerf, E. Parker, *L'affaire Tchernobyl*, Paris, P.U.F., 1987.
1749. Henry I. Miller, Bruce N. Ames, Peter huber, *Science or Junk Science?*, Washington, D.C., George C. Marshall Institute, San Francisco, Pacific Research Institute, 1995; Elizabeth M. Whelan, *Toxic Terror, The Truth Behind the Cancer Scares*, Buffalo, Prometheus Books, 1993; Dixy Lee Ray, *Environmental Overkill*, *op. cit.;* Dixy lee Ray, Lou Guzzo, *Trashing the Planet, op. cit.;* Claude Allègre, Amiante. Où est le scandele ?, *Le Point*, n. 1257, 19 octobre 1996, p. 97-99 e Philip H. Abelson, The asbestos removal fiasco, *Science*, vol. 247, March 2, 1990, p. 1017.
1750. Henry I. Miller, Bruce N. Ames, Peter Huber, *Science or Junk Science?, op. cit.;* Elizabeth M. Whelan, *Toxic Terror, The Truth Behind the cancer Scares, op. cit. e* Dixy Lee Ray, Lou Guzzo, *Trashing the Planet, op. cit.*
1751. Elizabeth M. Whelan, *Toxic Terror, The Truth Behind the Cancer Scares, op. cit.;* Dixy Lee Ray, *Environmental Overkill, op. cit.;* Dixy Lee Ray, Lou Guzzo, *Trashing the Planet, op. cit.* e Académie des Sciences, Les PCB ou pyralènes : quels dangers ?, *La Vie des Sciences*, Comptes rendus, séries générale, vol. 5, n. 1, janvier-février 1988, p. 31-38.
1752. Santo Agostinho, *A Cidade de Deus*, XIX, 13, 1.
1753. *Ibid.*, XIV, 28.
1754. *Ibid.*, XIV, 24.
1755. *Ibid.*, XIV, 21, 1.
1756. *Ibid.*, XIV, 23, 5.
1757. *Ibid.*, XIV, 24.
1758. *Ibid*.

ANEXO I

A MANIPULAÇÃO DO CLIMA

Alguns autores afirmam – ou dão a entender – que o clima poderia ser manipulado desde já. Ervin Lazlo, membro do Clube de Roma e antigo reitor da Academia de Viena, mencionou o “controle de tempo” em sua obra já citada, *A Satrategy for the future*.[1759] O projeto HAARP foi apresentado por Manning e Begich em um trabalho inteiro consagrado ao assunto.[1760] Segundo esses autores, poder-se-ia “manipular o tempo em escala global”.[1761]

HAAP (High-Frequency Active Auroral Research Program) é um programa de estudo da ionosfera. 48antenas de 21 metros, situadas em Gakona (Alasca), emitem sinais na ionosfera, aquecendo-a. “HAARP não fará nada na ionosfera que as radiações solares já não provoquem naturalmente”.[1762] Existem outras antenas ionosféricas espalhadas pelo mundo, mas as de Gakona são as mais potentes. “No entanto, o HAARP está longe de ser potente a ponto de modificar o clima terrestre – afirmam os cientistas. […] O tempo não é gerado pela ionosfera, mas por densas camadas da atmosfera”.[1763]

O que tirar das duas citações acima, senão que apenas uma radiação muito poderosa, tal como a solar, poderia modificar o clima? Quanto à informação de que as altas camadas da atmosfera não têm influência sobre o tempo, os trabalhos de Kodera[1764] mostraram que era preciso pensar melhor. O registro de patente americana,[1765] na qual se apóia o programa HAARP, descreve um dispositivo que permite modificar "o plasma ionosférico". "Pode-se, portanto, modificar o tempo, alterando os ventos da alta atmosfera ou a absorção [radiação] solar […]. As concentrações de ozônio, de nitrogênio, etc., podem ser artificialmente aumentadas".[1766], [1767] Isto é, as variações da concentração de ozônio modificam a absorção dos raios ultravioletas e, então, as temperaturas e também a circulação atmosférica.

Se os elementos precedentes não permitem uma conclusão, um texto adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas faz crescer terrivelmente as suspeitas:

> **Interdição de agir sobre o meio ambiente e o clima com fins militares e outras incompatibilidades com a manutenção da segurança internacional, o bem-estar e a saúde do ser humano**
>
> A Assembléia Geral […]
>
> *Levando em conta* o fato de que com o progresso científico e tecnológico crie-se novas possibilidades e os resultados sejam, não apenas para fins pacíficos, mas também militares,
>
> *Convencido* de que a interdição de agir sobre o meio ambiente e o clima com fins militares – e outros fins hostis e incompatíveis com a manutenção da segurança internacional, o bem-estar e a saúde do ser humano –

responderá à tarefa que consiste em reforçar a paz e evitar a ameaça de guerra,

Tendo em conta o profundo interesse que os Estados e os povos têm na adoção de medidas que visam preservar e melhorar o meio ambiente, assim como a modificação ou atenuação do clima, exclusivamente para fins pacíficos, e isso para o bem das gerações atuais e as que virão, […]

1. *Considera-se necessário* tomar, mediante a conclusão de uma convenção internacional apropriada, medidas eficazes para interditar toda ação sobre o meio ambiente e o clima para fins militares e outros fins hostis, incompatíveis com a manutenção da segurança internacional, o bem-estar e a saúde do ser humano; […]

ANEXO

União das Repúblicas Socialistas Soviéticas: projeto de convenção sobre a interdição de agir sobre o meio ambiente e o clima com fins militares […]

[Está interditada a utilização, para fins hostis, dos seguintes procedimentos:]

b) Modificação do regime meteorológico, do clima e do regime de águas terrestres de qualquer região do globo;

c) Ação direta ou indireta sobre os fenômenos elétricos cuja atmosfera seja a sede; […]

f) Desencadeamento direto ou indireto, por método ou meio que seja [em particular, através de explosões nucleares subterrâneas] de ondas sísmicas causando tremores de terra e processos e manifestações concomitantes, desencadeando ondas destrutivas nos oceanos, incluindo tsunami; […]

l) Ação direta ou indireta sobre as ondas ionizadas ou sobre a camada de ozônio da atmosfera; introdução na atmosfera e na camada adjacente[1768] de substâncias capazes de absorver a energia térmica e radioativa, além de outras intervenções que se arriscam a perturbar o equilíbrio térmico e radioativo do sistema Terra- atmosfera-Sol. (Assembléia Geral da ONU)[1769]

1759. P. 163.

1760. Jeane Manning, Nick Begich, *Angels don’t play this HAARP*, Anchorage, Earthpulse Press, 1995.

1761. *Ibid*, p. 9.

1762. Lisa Bisch, Ionophere Reasearch Lab Sparks Fears in Alaska, *Science*, vol. 275. 21, february 1997, p. 1060-1061.
1763. *Ibid.* Ver também: William E. Gordon, HAARP Facility in Alaska, *Science*, vol. 275, 28 march 1997, p. 1861.
1764. Cf. partie II, ch. II, O efeito estufa.
1765. Bernard J. Eastlund, *Method and apparatus for altering a region in the Earth's atmosphere, ionosphere, and/or magnetosphere*, Patent number 4,686,605, Aug. 11, 1987.
1766. *Ibid.*
1767. Entre as publicações anteriores, essa patente menciona o artigo de N. Tesla. A patente americana nº 787,412, de 8 de abril de 1905, foi depositado poe Tesla e se intitula: *Sobre a maneira de transmitir energia elétrica através dos meios naturais (Art of transmiting electrical energy through the natural mediums)*. Descreve a criação de ondas (planetárias) estacionárias que lhe serviriam de veículo. Ver sobre esse assunto: Bruce D. Springer, Solar variability and quasi-stationary planetary wave behavior, in Billy M. MacCormac, *Weather and Climate Responses to Solar Variations*, p. 381-394; e mais especificamente, p. 391.
1768. Ver sobre esse assunto: *Recueil des Traités et accords internationaux enregistrés ou classés et inscrits au répertoire au Secrétariat de l'Organisation des Nations Unies*, vol. 1108, I, Nos. 17112-17113, Nations Unies, 1978, p. 157.
1769. Résolution nº 3264 (XXIX), 2309e séance plénière, 9 décembre 1974, *Résolutions adoptées par l'Assemblée générale au cours da sa vingt-neuvième session*, vol. 1, 17 septembre – 18 décembre 1974, supplément nº 31 (A/9631), New York, Nations Unies, 1975, p. 28 *sq*.

ANEXO II

O CULTO DE GAIA

O professor Lozac'hmeur estuda, nos seus trabalhos notáveis,[1770] as formas tomadas por diversas pessoas pelo mito gnóstico e dualista dos Filhos da Viúva. Ele traz a seguinte interpretação:

> O Deus Mau (o Rei) queria manter apenas para ele o Conhecimento (a Princesa), a fim de evitar que os Homens dele se apoderassem e o destruíssem. O Deus Bom (o Pai), contrariando a proibição, leva o Conhecimento para a Terra. Isso resulta na aparição de uma raça de super-homens (os Filhos da Princesa). No decorrer da luta que se seguiu, o Príncipe do Mal sagrou-se vitorioso, mas sua vitória foi incompleta, pois fracassou na sua tentativa de destruir o Conhecimento (a Princesa tornou-se Viúva) e a Humanidade (os Filhos da Princesa). Com efeito, graças a Arca – simbolizada pela Caixa de Pandora ou o berço de Rômulo e Remo – alguns homens escaparam do cataclismo e começaram a transmitir às gerações seguintes a narrativa daquilo que se passou no início da História. Tal foi a origem da Iniciação, cujos candidatos prometem, solenemente, vingar a morte de seu Pai, o Deus Bom.[1771]

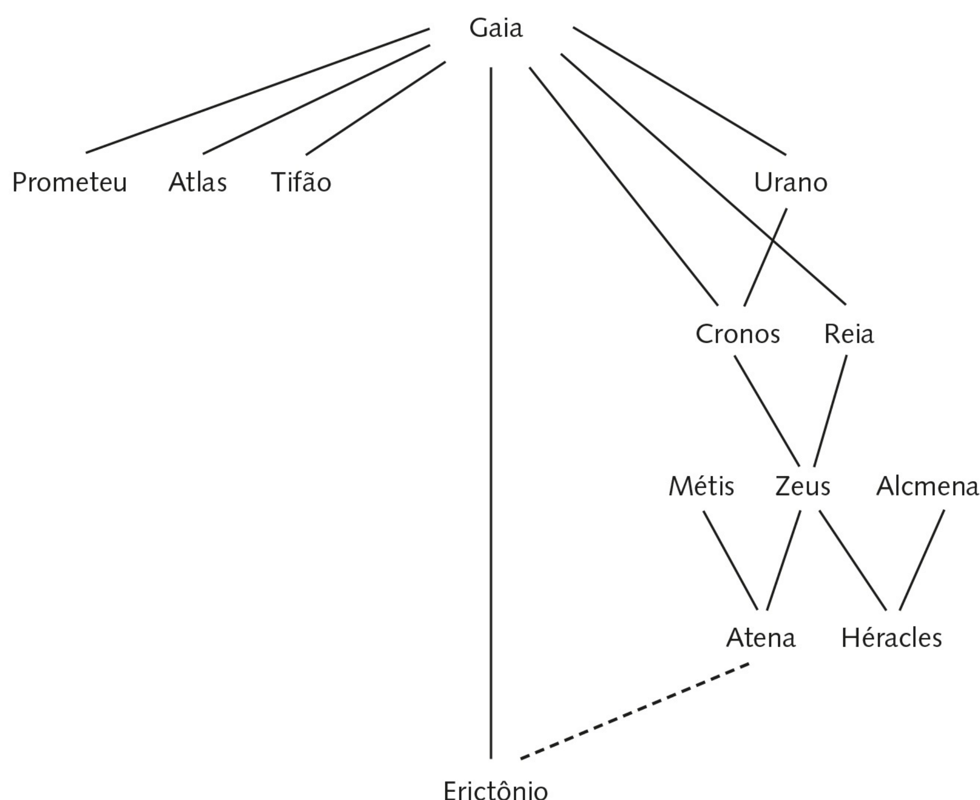
Prometeu é descrito por Ésquilo[1772] como o deus civilizador, que fez dos homens seres racionais. A eles ensinou a arquitetura, a carpintaria, a astronomia, a ciência do número e também das letras, a navegação, a medicina, as artes divinatórias e da metalurgia. E, sobretudo, ele lhes deu o fogo, com o qual "aprenderão muitas artes". Uma peça perdida de Ésquilo chamava

Prometeu porta-fogo, designação que se aproxima de Lúcifer (porta-luz). Deus civilizador, ensinou aos homens a usar a inteligência. Nisso, se opôs a Zeus, que pretendia destruir toda a raça humana para constituir uma nova.

Quando Zeus provoca um grande dilúvio para afogar todos os homens, Prometeu, que o havia previsto, ensina a seu filho Decalião, um meio de se salvar. Ele o faz construir uma "arca", um grande cofre. Decalião, filho de Prometeu, é, portanto, pai da raça humana após o dilúvio universal. Antes que Zeus tivesse enviado Pandora aos homens, a raça humana tinha vivido "longe dos infortúnios, da fadiga e da tristeza, preservados das terríveis doenças que fazem perecer os homens".[1773] Um deus bom, civilizador, opõe-se a um deus mau, inimigo dos homens.

O deus bom também aparece sob outra forma. Gaia, a Terra, é concebida como o elemento primordial de onde saíram as raças divinas. Ela gerou Urano (o Céu). Ora, Urano é o nome do primeiro rei de Atlântida, que ele mesmo tinha civilizado, ensinando-lhes, particularmente, a astronomia. Ele personificava o Céu e se casou com Titã (Gaia). Urano e Gaia são os guardiões da sabedoria.[1774] Gaia é, portanto, a esposa do deus civilizador. Em um certo sentido, ela também é a viúva, pois Urano foi emasculado por seu filho Cronos, que tomou o seu lugar no céu e reinou sobre o universo. (O sangue de sua ferida cai sobre a Terra e a torna fecunda novamente. Foi assim

que nasceram os Gigantes). Então, segundo Ésquilo, Gaia é a mãe de Prometeu; o deus civilizador é, assim, filho da Viúva Gaia, ela mesma esposa de um deus civilizador. Quanto a Cronos, "assassino" do pai, sabe-se que, por sua vez, foi destronado por seu filho Zeus. Há então duas linhas: de uma parte os dois civilizadores; de outra, os deuses malvados, opostos aos primeiros. Urano, que está na origem das duas linhas, possui duas naturezas: deus civilizador e tirano.



Prometeu tinha revelado a Zeus que havia uma ameaça dele ser destronado pelo filho de sua filha. Para evitar isso, quando Métis (a Prudência, a Sabedoria), grávida, ia dar a luz a uma filha, Zeus a engoliu, sob o conselho de

Urano e Gaia. Quando chegou a hora do resgate, Prometeu (ou Hefesto) rachou o crânio de Zeus com um machado, de onde saiu, plenamente armada, a deusa Atena. A etimologia dada por Monsenhor Lozac'hmeur faz Atena proceder de Satana.[1775] A sabedoria (Atena – e também Métis) deve, aqui novamente, gerar um filho que matará seu avô. Atena teve então um filho – adotivo –, Erictônio, filho de Gaia, a Viúva guardiã da sabedoria, e de Hefesto. A criança, guardada por duas serpentes, ela mesma tinha uma cauda de serpente. Foi um dos primeiros reis de Atenas.

O mito dos filhos da Viúva atravessa todo o *Prometeu acorrentado* e retorna a Gaia, deusa da Terra e mãe de Prometeu. Ésquilo põe também em cena Io, jovem filha de Argos, amada de Zeus e transformada em novilha para escapar do ciúme de sua esposa Hera. Esta enviou um moscardo para atormentar a novilha que se lançou a percorrer a Grécia.

Prometeu prevê para Io que os tormentos que Zeus a fazia suportar teriam fim quando ela chegasse no Egito, onde ela teria um filho de Zeus. Desse filho sairá a linha real de Argos e *o herói – Hércules – que resgatará Prometeu*. Então, Io foi adorada no Egito sob o nome de Isis, que também é a viúva de Osíris, a mãe de Horus, a deusa da Vaca e a Mãe universal – Gaia.

> Os Franco-Maçons chamam-se a si mesmos como, como se sabe, *'as Crianças da Viúva'*[1776] ou *'os Filhos da Viúva'*[1777] e […]

> reconhecem por Mãe, *'Isis, personificação da Natureza, a Viúva de Osíris, o deus invisível que ilumina as inteligências*[1778]*'*.[1779]

Enfim, as Oceânides do coro de *Prometeu acorrentado* dizem que não tiveram tempo para se calçar; o aprendiz maçom deve também ter um pé nu.[1780]

O mito da viúva aparece em relação com um outro aspecto da Terra. Deméter é a deusa maternal da Terra. É filha de Cronos e de Reia e distingue-se muito claramente de Gaia, concebida como elemento cosmológico. A lenda e seu culto ligam-na estreitamente a sua filha Perséfone e estão no centro do mistério de Eleusis. Perséfone é filha de Zeus e de Deméter, foi raptada pelo seu tio Hades, que a levou para os Infernos. Segundo algumas tradições, o rapto teve lugar em Eleusis. Deméter partiu em busca da sua filha e chegou a Eleusis, abdicando sua função divina.

> Contudo, o exílio voluntário de Deméter tornou a terra estéril, e a ordem do mundo se encontrava perturbada, de modo que Zeus ordena a Hades que devolva Perséfone. Porém, isso não é mais possível. A jovem havia quebrado o jejum e comeu um grão de romã durante sua estada nos Infernos, isso é o que a ele a ligava definitivamente. Foi preciso chegar a um compromisso: Deméter retomaria seu lugar no Olimpo, e Perséfone dividiria o ano entre os Infernos e sua mãe. Foi assim que, cada primavera, Perséfone escapa da sua morada subterrânea e sobe para o céu, com os primeiros brotos que saem dos campos, para se enterrar novamente nas sombras no momento das semeaduras. Mas, enquanto ela permanece separada de Deméter, o solo permanece estéril, e é a triste estação do inverno.[1781]

Demeter é freqüentemente representada com tochas ou serpentes.

Esse mito, claramente dualista, faz do universo um jogo entre duas forças antagônicas que se revezam no topo. Ele se desenvolve no mito de Íacos e Zagreus:

> Íacos é o deus que conduz, misticamente, a procissão dos iniciados nos Mistérios de Eleusis. Muito geralmente, Íacos, cujo nome lembra um dos que carregam Dionísio, Baco, pode ser considerado como o intermediário entre os deuses eleusinenses e Dionísio.
>
> Por vezes, é de fato o filho de Deméter, que havia acompanhado a mãe na sua busca por Perséfone. […]
>
> Mais freqüentemente, Íacos é considerado como o filho, não de Deméter, mas de Perséfone. Assim, ele seria apenas a reincarnação de Zagreus, filho de Perséfone e de Zeus. Hera, com efeito, ciumenta dos amores de seu marido, e não podendo dele vingar-se, levou os Titãs a atacar o pequeno Zagreus, filho de sua rival, enquanto ele brincava. Zagreus tentou escapar, e se transformou de várias maneiras. No final, quando ele havia tomado a forma de um touro, foi atingido pelos seus perseguidores, que o cortaram, puseram seus membros em um caldeirão e começaram a fazê-lo cozer. Zeus correu ao socorro de seu filho, mas já era tarde. Ele matou com um raio os Titãs criminosos, encarrega Apolo de reunir, sobre o Parnasse, os membros dispersos de seu filho e, como Atena trouxe-lhe um coração de criança, que ainda palpita, ele o absorve. Depois, ele regenera Zagreus, que toma o nome de Íacos.
>
> Outras vezes, Íacos passa por marido de Deméter [e a Terra torna-se, então, viúva de um marido desmembrado]: ou ainda o filho de Dionísio […].
>
> Enfim, se identifica, às vezes, Íacos e Baco, declarando que **esta dualidade é um mistério.**
>
> Íacos é representado como uma criança adolescente, **portando uma tocha** e guiando a procissão de Eleusis, dançando.[1782]

O mistério se esclarecerá com o mito de Zagreus:

> Zagreus é geralmente considerado como o filho de Zeus e de Perséfone, e o ‘primeiro Dionísio’. Para procriá-lo, Zeus se teria unido a Perséfone, sob a forma de uma serpente. Zeus, que tinha uma afeição particular a ele, **destinou-lhe sua sucessão e a soberania sobre o mundo**. [… Após o assassinato cometido pelos Titãs] a vontade de Zeus deu a vida à criança, seja que Deméter tenha juntado o que dele sobrara, seja que Zeus tenha feito Sêmele absorver o coração de Zagreus, fecundando-a, assim, do ‘segundo Dionísio’ [nascido duas vezes e arquétipo do iniciado]. Também se contou que era Zeus quem tinha absorvido o coração da criança, antes de gerar Dionísio com Sêmele.
>
> Zagreus é um deus **órfico** e a lenda precedente pertence à teologia dos mistérios órficos. É do orfismo, especialmente, que se faz atribuir a identificação de herói a Dionísio. Ésquilo, pelo contrário, o chama de ‘**um Zeus subterrâneo**’, e o comparava a **Hades**.[1783]

De fato, para Ésquilo, Zegreus é um dos nomes de Plutão (Hades). Heráclito, que teria presidido o culto de Deméter Eleusiana, caso não tivesse renunciado seus direitos em favor de seu irmão, também compara Dionísio a Hades:

> Pois se não fossem para Dionísio as pompas organizadas com cantos fálicos, seriam os atos mais vergonhosos; o mesmo é, contudo, Hades e Dionísio, pelo qual deliram e festejam.[1784]

Assim se esclarece o mistério da dualidade entre Íacos, o porta-fogo, e Dionísio. Íacos, ou Zagreus, e (também) Hades, o deus dos Infernos. Compreende-se que seria necessário ocultar dos profanos. Pode-se observar que algumas versões fazem explicitamente de Deméter, a deusa da Terra materna, a viúva de Íacos – Zagreus, Hades – desmembrado.

1770. Jean-Claude Lozac'hmeur, *Fils de la Veuve, Essai sur le symbolisme maçonnique*, Vailly-sur-Sauldre, Editions Sainte Jeanne d'Arc, 1990. Jean-Claude Lozac'hmeur, *De la Ré-volution, Essai sur la politique maçonnique*, Vally-sur-Sauldre, Editions Sainte Jeanne d'Arc, 1992.
1771. Jean-Claude Lozac'hmeur, *Fils de la Veuve, op. cit.*, p. 75.
1772. Eschyle, *Théatre complet*, Paris, Garnier Flammarion, 1995. Ésquilo foi acusado, diante do Aerópago, de ter divulgado nas suas diversas tragédias, o segredo dos Mistérios. *Cf.* Aristóteles, *Ética a Nicômaco,* 1111 a 10. Os elementos apresentados provêm, em grande parte, do *Dictionnaire de la mythologie grecque et romaine* de Pierre Grimal, Paris, P.U.F., 1963.
1773. Hésiode, *Les travaux et les jours*, Lausanne, Editions de l'Aire, 1979.
1774. "Nesta época difícil e complexa, começamos a compreender que o desafio fundamental lançado à humanidade é a ascenção à sabedoria". *Question de survie [Questão de sobrevivência], op. cit.*, 192 *sq.*
1775. Jean-Claude Lozac'hmeur, *Fils de la Veuve, op. cit.*, p. 197 *sq*.
1776. Oswald Wirth, *La Franc-Maçonnerie rendue intelligible à ses adeptes*, Paris, Dervy Livres, 1986, tome III, p. 173.
1777. Jean Mallinger, *Les origines égyptiennes des usages et symboles maçonniques*, Lille, 1978, p. 13.
1778. Oswald Wirth, *La Franc-Maçonnerie rendue intelligible à ses adeptes, op. cit.*, p. 173.
1779. Jean-Claude Lozac'hmeur, *Fils de la Veuve, op. cit.*, p. 110.
1780. *Ibid.*, p. 23.
1781. *Dictionnaire de la mythologie grecque et romaine, op. cit.*, p. 120. Nota-se que a Gaia de alguns ecologistas é, em verdade, Deméter.
1782. *Ibid.*, p. 221. Grifos nossos.
1783. *Ibid.*, p. 477. Grifos nossos. Ver também: Salomon Reinach, *Cultes, mythes et religions*, Paris, Robert Laffont, 1996, p. 527 *sq.*, 561 *sq*.
1784. Jean Voilquin, *Les penseurs grecs avant Socrate*, Paris, Garnier Flammarion, 1982, fragment 15, p. 75. Ver também: Santo Agostinho, *A Cidade de Deus*, VII, 26 e Diodore de Sicile, *Bibliothèque historique*, I, XXV, 2.

SIGLAS E ABREVIAÇÕES

BAMS: Bulletin of the American Meterological Society.

CFC: Clorofluorcarbono.

CSD: Commission on Sustainable Developement. Comissão do Desenvolvimento Sustentável, cuja criação foi decidida na Conferência do Rio.

CFR: Council on Foreign Relations. Conselho das Relações Exteriores. Associação que reagrupa algumas elites políticas, financeiras, econômicas e intelectuais americanas.

CISS: Conseil international des sciences sociales. Conselho internacional de ciências sociais. Este organismo trabalha em estreita colaboração com a UNESCO.

CMED: Commission mondiale sur l’environnement et le développement [Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento], constituída em 1983 pela Assembléia Geral das Nações Unidas.

CNUCED: Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento.

ENSO: Oscilação austral ou ENSO (El Niño, southern oscillation). Oscilação da diferença de pressão no nível do mar entre o Tahiti e Dawin (Austrália), composta por duas fases: El Niño e La Niña. Ela provoca modificações da circulação atmosférica e oceânica na metade do globo.

EPA: Environment Protection Agency. Agência (governamental americana) de Proteção Ambiental.

GICC ou GIEC: Groupe intergouvernemental sur le changement (l'évolution) climatique [Grupo Intergovernamental sobre a Mudança (evolução) Climática]. Tradução francesa de IPCC.

hPa: hectopascal (100 Pa; 1 hPa = 1 mbar).

HASA: International Institute for Applied Systems Analysis. Instituto Internacional para a Análise Aplicada dos Sistemas.

ICSU: International Council of Scientific Unions. Conselho Internacional de Associações Cientíticas.

IGBP: International Geosphere-Biosphere Programme. Programa Internacional sobre a Geosfera e a Biosfera.

IPCC: Intergovernamental Panel on Climate Change. Painel Intergovernamental sobre a Mudança Climática; OMM/PNUE. Grupo de cientistas e especialistas encarregado de aconselhar os governos e instituições internacionais no que se refere ao efeito estufa.

ISSC: International Social Science Council, Conselho Internacional das Ciências Sociais; instituição próxima da UNESCO.

JCAM: *Journal of Climate and Applied Meteorology.*

JGR: *Journal of Geophysical Research.*

GRL: *Geophysical Research Letters.*

mb: mbar. Milibar.

nm: nanometro (10^{-9} metro).

NOAA: National Oceanic and Atmospheric Administrtion. Agência (governamental americana) de Estudo do Oceano e da Atmosfera.

NOIE: Nouvel ordre économique international [Nova Ordem Internacional Econômica].

OMM: Organização Meteorológica Mundial.

ONG: Organização Não-Governamental.

OTP: Ozone Trend Panel. Comitê de Acompanhamento do Ozônio da NASA.

ppm: parte por milhão.

ppmv: parte por milhão em volume.

PNUE: Programme des Nations unies pour l’environnement [Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente].

QBO: Quasi-biennial Oscillation [oscilação quase-bienal]. Oscilação irregular dos ventos e das

temperaturas estratosféricas equatoriais, cujo período é de aproximadamente 28 meses.

SCOPE: Scientific Commitee on Problems of the Environment. Comitê Científico sobre os Problemas Ambientais.

SIPRI: Stockholm Internacional Peace Research Institute. Instituto internacional de pesquisa sobre a paz de Estocolmo.

Troposfera: baixas camadas da atmosfera.

UD: unidade Dobson. Utilizada para medir a espessura da camada de ozônio.

UNCED: United Nations Conference on Environment and Development. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Rio, 1992.

UNEP: United Nations Environment Programme. Ver PNUE.

WCRP: World Climate Research Programme. Programa Mundial de Pesquisas sobre o Clima.

WMO: World Meteorological Organization. Organização Meteorológica Mundial.

O Império ecológico, ou A subversão da ecologia pelo globalismo
Pascal Bernardin
1ª edição – junho de 2015 – CEDET

Título original: *L'empire écologique – ou La subversion de l'écologie par le mondialisme,* Notre-Dame des Grâces, Paris, 1998.

Editor:
Diogo Chiuso

Editor-assistente:
Thomaz Perroni

Tradução:
Diogo Chiuso e Felipe Lesage

Revisão:
Roger Campanhari

Desenvolvimento de eBook:
Loope – design e publicações digitais
www.loope.com.br

VIDE Editorial – www.videeditorial.com.br

FICHA CATALOGRÁFICA

Bernardin, Pascal
O Império ecológico, ou A subversão da ecologia pelo globalismo [recurso eletrônico] / Pascal Bernardin; tradução de Diogo Chiuso e Felipe Lesage – Campinas, SP: Vide Editorial, 2015.

eISBN: 978-85-67394-75-6

1. Política: Controle Social 2. Ecologia/Meio Ambiente I. Autor II. Título.

CDD: 303.3 / 577

ÍNDICES PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO
1. Política: Controle Social – 303.3
2. Ecologia/Meio Ambiente – 577